



UNIVERSIDADE DE SALAMANCA
FACULDADE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TESE DOUTORAL

O ENSINO DA GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE CUIABÁ – MATO
GROSSO: UM ESTUDO CRÍTICO A PARTIR DO ProNEA

VERA LÚCIA MAGALHÃES SILVA

Diretor: Dr. Valentín Cabero Diéguez

Salamanca – España

2013

VERA LÚCIA MAGALHÃES SILVA

**O ENSINO DA GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE CUIABÁ – MATO GROSSO:
UM ESTUDO CRÍTICO A PARTIR DO ProNEA**

Tese apresentada à Universidade de Salamanca, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.
“Área de concentração: Meio Ambiente e Ciências Sociais”

Salamanca - España

2013

O Ensino da Geografia e a Educação Ambiental nas Escolas Públicas
de Educação Básica de Cuiabá – Mato Grosso:
Um Estudo Crítico a partir do Pronea

Então foi revelado o mistério a Daniel numa visão de noite; pelo que Daniel louvou o Deus do céu. Disse Daniel: Seja bendito o nome de Deus para todo o sempre, porque são dele a sabedoria e a força. Ele muda os tempos e as horas; Ele remove os reis e estabelece os reis; é Ele quem dá a sabedoria aos sábios e o entendimento aos inteligentes. Ele revela o profundo e o escondido; conhece o que está em trevas, e com Ele mora a luz. Ó Deus de meus pais, a ti dou graças e louvor porque me deste sabedoria e força; e agora me fizeste saber o que te pedimos; pois nos fizeste saber este assunto do rei. Daniel 2: 19-23

Dr. "VALENTÍN CABERO DIÉGUEZ, catedrático de Análise Geográfica Regional do Departamento de Geografia da Universidade da Salamanca manifesta que a presente Tese Doutoral realizada pela Sr.^a VERA LÚCIA MAGALHÃES SILVA, que leva como título "*O Ensino da Geografia e a Educação Ambiental nas Escolas Públicas de Educação Básica de Cuiabá – Mato Grosso: Um Estudo Crítico a partir do ProNEA*" foi realizada sob sua direção e reúne todos os requisitos necessários para sua defesa e avaliação.

E para que assim conste, firmamos em Salamanca, a 25 de maio de Dois Mil e Treze.

O Diretor,

Dr. Valentín Cabero Diéguez

A Doutoranda,

Sr.^a Vera Lúcia Magalhães Silva

AGRADECIMENTOS

A Deus, YHWH (יהוה) El-Shadday (שרי על), Yeshua (ישוע / ישוע) e o Espírito Santo pela sabedoria para escrever esta Tese.

Ao meu orientador Dr. Valentín Cabero Diéguez por ter acreditado na relevância desta Tese para auxiliar a implantação da Educação Ambiental através do ensino-aprendizagem da Geografia a partir das Escolas Públicas de Educação Básica no Meio Ambiente nas escalas local/global do Município de Cuiabá.

Ao meu professor Dr. Eduardo Fraile, por auxiliar-me a manter o vínculo com a USAL durante o longo tempo de permanência na Espanha.

Aos meus colegas de trabalho pelo apoio para o meu afastamento temporário para elaborar e defender esta Tese.

Às Equipes Técnicas, em especial a Márcio Alves Puga, do SMDU pelos dados estatísticos e cartográficos da cidade de Cuiabá.

Aos médicos - Ortopedista Marcelo Dutra e Peritos do Serviço Público – pelo apoio para obter tempo complementar, após ter sofrido o acidente, para tratamento e reabilitação de meu tornozelo e conclusão desta Tese.

A meus inesquecíveis familiares pelos exemplos de: Amor à Natureza – Avó materna: Adelaide Pinto de Magalhães (in memorian); Filantropismo – Pais: Dr. Philemon Borges da Silva (in memorian), Silva (2010) e Souza (2009) afirmam que foi o Engenheiro executor do Projeto Federal Juína e fundador da cidade de Juína – Mato Grosso, e Ruth Magalhães da Silva; Trabalho Honesto - Irmãos: Dr.^a Norma Lúcia Magalhães da Silva e Roberto César Magalhães da Silva; União Familiar - Filhos: Dr. Luiz Correa de Mello Neto e Dr.^a Luciana Vieira de Melo Gomes Almeida, Assessores Especiais na Pesquisa Bibliográfica, com os quais dividi conhecimentos jurídicos para a elaboração desta Tese; Dr.^a Uyara Magalhães de Melo e Cristiane Magalhães de Melo, Assessora Especial na Pesquisa de Campo, com as quais obtive motivação para superar o desafio para a conclusão desta Tese.

RESUMO

Esta Tese explica como e porque é possível superar o desafio do Desenvolvimento Sustentável e melhorar a qualidade de vida cotidiana na Macrozona Urbana do Município de Cuiabá para otimizar a Cultura da Paz através do aperfeiçoamento da qualidade dos Serviços Públicos Essenciais, especialmente da Educação Básica. As recomendações apresentadas foram idealizadas a partir da interpretação dos resultados obtidos através das pesquisas, bibliográfica e de campo qualitativa e quantitativa, sobre: a análise macroeconômica e comparada que enumerou as dinâmicas globais e locais do Meio Ambiente; a avaliação das características da evolução recente dos problemas ambientais decorrentes da utilização inadequada do território no processo de urbanização da Macrozona Urbana da cidade; a avaliação do nível de qualidade da Formação Continuada dos professores entrevistados para realizar a abordagem da Educação Ambiental através do ensino-aprendizagem da Geografia nas escolas públicas da Educação Básica da área de estudo com base nas ideias estruturais: Teoria de Vygotsky e Freire, Visão de Mundo Integrada e transversalidade.

Palavras-Chaves: Geografia, Meio Ambiente, Educação Ambiental, Educação Básica, Escolas Públicas, Globalização, Sociedade, Território, PCNs, ProNEA, Novo Paradigma Educacional, Formação Continuada.

RESUMEN

Esta Tesis explica como y porque es posible superar el desafío del Desarrollo Sostenible y mejorar la calidad de vida cotidiana en la Macrozona Urbana del Municipio de Cuiabá para optimizar la Cultura de la Paz a través del perfeccionamiento de la calidad de los Servicios Públicos Esenciales, especialmente de la Educación Básica. Las recomendaciones presentadas fueron idealizadas a partir de la interpretación de los resultados obtenidos a través de las pesquisas, bibliográfica y de campo cualitativa y cuantitativa, sobre: el análisis macroeconómica y comparada que enumeró las dinámicas globales y locales del Medio Ambiente; la evaluación de las características de la evolución reciente de los problemas ambientales originados de la utilización inadecuada del territorio en el proceso de urbanización de la Macrozona Urbana de la ciudad; la evaluación del nivel de calidad de la Formación Continuada de los profesores entrevistados para realizar el abordaje de la Educación Ambiental a través de la enseñanza-aprendizaje de la Geografía en las escuelas públicas de la Educación Básica de la área de estudio con base en las ideas estructurales: Teoría de Vygotsky y Freire, Visión de Mundo Integrada, Transversalidad, Interdisciplinaridad y Transdisciplinaridad.

Palabras - llaves: Geografía, Medio Ambiente, Educación Ambiental, Educación Básica, Escuelas Públicas, Globalización, Sociedad, Territorio, PCNs, ProNEA, Nuevo Paradigma Educacional, Formación Continuada.

LISTA DE SIGLAS

ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Estado de Meio Ambiente.

ABI - Associação Brasileira de Imprensa.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não governamentais.

ACTs - Admitidos em Caráter Temporário.

AEU - Área de Expansão Urbana.

AGC - Agência de Correios Comunitária.

AGECOPA - Agência Estadual de Projetos da Copa do Mundo de 2014.

AGER - Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso.

AJES - Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena.

AMERICEL – Operadora de Telefonia Móvel do Brasil.

AMSS - Agência Municipal dos Serviços de Saneamento.

ANA - Agência Nacional de Águas.

ANAMMA - Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente.

ANPEd - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

APA - Área de Preservação Ambiental.

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

APM - Aproveitamento Múltiplo de Manso.

APP - Área de Preservação Permanente.

Art., art. – Artigo.

Av. – Avenida.

AVIANCA - Companhia Brasileira de Aviação Comercial (Ex Ocean Air).

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento.

BNH – Banco Nacional da Habitação.

BPM - Batalhão da Polícia Militar.

BR – Brasil.

BRABESCO - Banco Brasileiro de Descontos S.A.

BRASIL TELECOM S.A – Empresa de Telecomunicações do Brasil que atuou na Região Centro-Oeste.

BRIC – Grupo dos 04 países - Brasil, Rússia, Índia, China - com rápido crescimento econômico.

BRT - Bus Rapid Transit.

BSA - Bureau de Soluções Ambientais.

°C – Grau Celsius ou Centígrado.

Cabo – Serviço de distribuição de sinais de vídeo e/ou de áudio por assinatura, por meio físico.

CAB Ambiental - Empresa Companhia Águas do Brasil.

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CCI - Centro de Convivência para Idosos.

CCZ - Centro de Controle de Zoonoses.

CDRUs - Contratos de Direito Real de Uso.

CEA(s) – Centro(s) de Educação Ambiental

CEE - Conselho Estadual de Educação.

CEF - Caixa Econômica Federal.

CEJA - Centro de Educação Jovens e Adultos.

CEMAT - Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A

CEMT/89 – Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989.

CEPAF - Centro Profissionalizante Agroindustrial Familiar.

CF/88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CGEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental.

CGU – Controladoria Geral da União.

CIB - Comissão Intergestora Bipartite.

CID - Ambiental - Centro de Informação e Documentação Ambiental.

CIEA(s) – Comissão (ões) Interinstitucional (is) Estadual (is) de Educação Ambiental

CISEA - Comissão Intersectorial de Educação Ambiental.

CLARO - Operadora de Telefonia Móvel na América Latina.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

CNE - Conselho Nacional de Educação.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

CNT – Central Nacional de Televisão.

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

COEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental.

COHAB - Companhia de Habitação.

COMAD - Conselho Municipal Antidrogas.

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente.

CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária.

CONTEL - Conselho Nacional de Telecomunicações.

COPEMAR - Cooperativa de Trabalhadores e Produtores de Materiais Recicláveis.

CPA - Centro Político Administrativo.

CPA(s) – Comando(s) de Policiamento de Área.

CPTran - Comando de Policiamento de Trânsito.

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência Social.

CRM - Conselho Regional de Medicina.

CRUISER Linhas Aéreas - Companhia Brasileira de Aviação Comercial.

CTEA - Comitê de Educação Ambiental.

CTEM - Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos.

CUB - Custos Unitários Básicos de Construção.

CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada.

DAC - Departamento da Aeronáutica Civil.

DEA - Diretoria de Educação Ambiental.

DF – Distrito Federal.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

DNER/MT - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem de Mato Grosso.

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte.

DPI - Diretoria de Pesquisa e Informação.

DTH - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão de Áudio por Assinatura Via Satélite ou Direct to home.

EA – Educação Ambiental.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo.

EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural S/A.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

Eng. – Engenheiro.

ENRON – Companhia de Energia dos Estados Unidos.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia.

EPT - Educação Para Todos.

ETA(s) – Estação (ões) de Tratamento de Água.

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto.

ETE(s) – Estação (ões) de Tratamento de Esgoto.

EU - União Europeia.

EUA - Estados Unidos da América.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

FIFA - Federação Internacional de Futebol.

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

FM - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente.

FPE - Fundo de Participação dos Estados.

FUFMT - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

FUMHAP - Fundo Municipal de Habitação Popular.

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

G-20 - Grupo dos 20.

Gasocidente do Mato Grosso Ltda. – Empresa que opera o Gasoduto Bolívia - Mato Grosso – Brasil.

GNC – Gás Natural Comprimido.

GNC Brasil – Distribuidora de Gás Natural Veicular.

GNV - Gás Natural Veicular.

GOL Linhas Aéreas - Companhia Brasileira de Aviação Comercial.

GOM - Gasocidente do Mato Grosso Ltda.

Gr - Meridiano de Greenwich.

GT(s) – Grupo(s) de Trabalho.

GVT - Global Village Telecom.

ha – Hectare.

hab. / ha – Habitante por hectare.

hab. – Habitante.

hab./ha – Habitante por hectare.

HPSMC - Hospital e Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

ICMS - Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IDHM-E - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Educação.

IDHM-L - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Longevidade.

IDHM-R - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Renda.

IES – Instituto de Ensino Superior.

ILE - Institución Libre de Enseñanza.

IML - Instituto de Medicina Legal.

INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

INSS – Instituto Nacional do Serviço Social.

IPDU - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPSSO - Instituto de Prevenção do Stress e Saúde Ocupacional.

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.

ISO - International Standard Organization.

IVQ - Índice de Valorização da Qualidade

JUCEMAT - Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

l / s - Litro por segundo.

L, l – Litro.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social.

LOMC/90 – Lei Orgânica do Município de Cuiabá de 1990.

m. – Metro.

m² - Metro quadrado.

MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

MEC - Ministério da Educação.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

mm – Milímetro.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

MMDS – Serviço de Distribuição de Sinais Multipontos Multicanais ou Cabo Wireless.

MMMS - Mercado Municipal Miguel Sutil.

MOPU - Ministério de Obras Públicas y Urbanismo.

MP – Ministério Público.

MPE - Ministério Público Estadual.

MPE/MT - Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

MS – Mato Grosso do Sul.

MST - Movimento dos Sem Terra.

MT - Mato Grosso.

MT GÁS - Companhia Mato-grossense de Gás.

MVP - Mercado Varejista do Porto

MW – Megawatt, um múltiplo da unidade de medida watt = 10⁶ watts.

Me – Megawatt-hora, equivale a 1.000.000 watt-hora ou $3,6 \times 10^9$ joules.

NASA - Administração Nacional do Espaço e da Aeronáutica dos EUA.

NASF - Núcleo de Assistência à Saúde da Família.

NBR - Norma Técnica Brasileira.

NSSC - National School Safety Center.

OAB – MT Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso.

Ocean Air Linhas Aéreas - Companhia Brasileira de Aviação Comercial (Atual Avianca Brasil).

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

OM - Radiodifusão Sonora em Ondas Médias.

OMC - Organização Mundial do Comércio.

ONG(s) – Organização (ões) Não Governamental (is).

ONU - Organização das Nações Unidas.

OT - Radiodifusão Sonora em Ondas Tropicais.

PA – Pará.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

PAC(s) – Programa(s) de Aceleração do Crescimento.

PAR - Programa de Arrendamento Residencial.

PCE - Penitenciária Central de Estado.

PCN(s) – Parâmetros Curriculares Nacionais.

PEA - População Economicamente Ativa.

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

PGM - Padrão Geométrico Mínimo.

PHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social.

PIB - Produto Interno Bruto.

PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental.

PM - Polícia Militar.

PMC - Prefeitura Municipal de Cuiabá.

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNE - Plano Nacional de Educação.

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental.

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático.

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente.

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PNUMA - Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente.

POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia.

POLOCENTRO - Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados.

PPA - Plano Plurianual.

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação.

PPP - Parcerias Públicas Privadas.

PPP - Projeto Político Pedagógico.

PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento Agro ambiental.

PRODEPAN - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal.

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Prof^a – Professora.

ProFEA - Programa Nacional de Formação de Educadoras (es) Ambientais.

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PRONEA (1994) - Programa Nacional de Educação Ambiental – 1994.

ProNEA (1999) - Programa Nacional de Educação Ambiental – 1999.

PROTEGE - Programa Terra da Gente.

PROUNI – Programa Universidade para Todos.

PS – Pronto Socorro.

PSF(s) – Programa(s) de Saúde em Família.

PVC - Policloreto de Vinila.

RAEA - Rede Acreana de Educação Ambiental.

REASE - Rede de Educação Ambiental de Sergipe.

REASul - Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental.

REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental.

REDE – CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses do Grupo Rede.

REDE ENERGIA - Empresa Privada do Setor de Energia Elétrica do Brasil.

REPEA - Rede Paulista de Educação Ambiental.

REVIPAZ - Rede Estadual de Superação da Violência e Promoção da Cultura de Paz.

Rio-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

RITLA – Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana.

RMVRC - Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.

RO – Rondônia.

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

RUPEA - Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental.

s. – Segundo.

S.M. - Salário Mínimo.

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica.

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

SANECAP - Companhia de Saneamento da Capital.

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas.

SEC - Secretaria de Estado de Cultura.

SECIRM - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

SECOM / MT – Secretaria de Estado de Comunicação Social de Mato Grosso.

SECOPA - Secretaria Extraordinária da Copa de 2014.

SEDTUR / MT - Secretaria de Estado de Turismo de Mato Grosso.

SEDUC / MT – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

SEJUDH - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

SEPLAN / MT - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso.

SESC - Serviço Social do Comércio.

SESI - Serviço Social da Indústria.

SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública.

SETAS - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social.

SIAT - Sistema Integrado de Administração Tributária

SIAT - Sistema Integrado de Atividades Técnicas.

SIBEA - Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental.

SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

SIM - Serviço de Inspeção Municipal.

SINDIMED - Sindicato dos Médicos de Mato Grosso.

SINDIODONTO - Sindicato dos Odontólogos de Mato Grosso.

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente.

SMADES - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

SMASDH - Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano.

SMDU - Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano.

SME - Secretaria Municipal de Educação.

SMEDEL - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Cuiabá.

SMS - Secretaria Municipal de Saúde.

STF - Supremo Tribunal Federal.

SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

SUS - Sistema Único de Saúde.

T, t. – Tonelada.

TAC - Terminal Atacadista de Cuiabá.

TAM Linhas Aéreas S/A - Companhia Brasileira de Aviação Comercial.

TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileiras S/A.

TELEMAT - Telecomunicações de Mato Grosso S/A.

TIM - Telecom Italia Mobile.

TransCAD - Transportation Planning Software Overview.

TRANSREDES S.A – Operadora de gasodutos Bolívia/Brasil.

TRIP Linhas Aéreas S/A - Companhia Brasileira de Aviação Comercial.

TTRANS - Sistemas Metroferroviários, Bilhetagem Eletrônica.

UE - União Europeia.

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso.

UNCED - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura.

UNIC - Universidade de Cuiabá.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

UOL - Universo Online, provedor de acesso à Internet do Brasil.

USAL – Universidad de Salamanca.

USF - Unidade de Saúde Familiar.

USP – Universidade de São Paulo.

UTI(s) – Unidade(s) de Terapia Intensiva.

V, v. – volume.

VIVO S/A – Operadora de Telefonia Móvel do Brasil em parceria com Portugal Telecom e espanhola Telefónica.

VLT - Veículo Leve sobre Trilho.

ZEU – Zona de Exploração Urbana.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: FORMAÇÃO ACADÊMICA	351
GRÁFICO 2: REGIME DE TRABALHO.....	355
GRÁFICO 3: TEMPO DE PROFISSÃO	356
GRÁFICO 4: CARGA HORÁRIA DE TRABALHO SEMANAL.....	357
GRÁFICO 5: ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	362
GRÁFICO 6: FREQUÊNCIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES COM ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	363
GRÁFICO 7: PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NOS PROJETOS E AÇÕES PARA SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE LOCAL	364
GRÁFICO 8: FREQUÊNCIA NA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES SOBRE MEIO AMBIENTE NO ENSINO DA GEOGRAFIA.....	368
GRÁFICO 9: AÇÕES ATITUDINAIS DIÁRIAS EXECUTADAS NAS ESCOLAS.....	369
GRÁFICO 10: GRAU DE RELEVÂNCIA DA GEOGRAFIA EM RELAÇÃO AS DEMAIS DISCIPLINAS	371
GRÁFICO 11: CLASSIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA	372
GRÁFICO 12: UTILIZAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA.....	373
GRÁFICO 13: ALTERNATIVAS PARA A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES.....	379
GRÁFICO 14: NÍVEL DE RELEVÂNCIA TEMÁTICA PARA A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA GEOGRAFIA	382

GRÁFICO 15: ÁREAS DO CONHECIMENTO UTILIZADAS PARA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA.....	384
GRÁFICO 16: TEMÁTICAS RELEVANTES PARA APROXIMAR TEORIA À PRÁTICA NA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA	385
GRÁFICO 17: DISCIPLINAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA	388
GRÁFICO 18: OPÇÕES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA ADEQUADA DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA.....	389
GRÁFICO 19: PRÁTICAS ATITUDINAIS COTIDIANAS DOS PROFESSORES PARA AUXILIAR A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA	393
GRÁFICO 20: APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS SOBRE ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA.....	395
GRÁFICO 21: INFORMAÇÕES DE DADOS PESSOAIS PARA CONTATO POSTERIORES	396
GRÁFICO 22: NÍVEL DE SATISFAÇÃO REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PRONEA A PARTIR DAS ESCOLAS PESQUISADAS.....	397
GRÁFICO 23: NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	398
GRÁFICO 24: NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA NAS ESCOLAS PESQUISADAS.....	399
GRÁFICO 25: NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O RECONHECIMENTO E OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS	401
GRÁFICO 26: NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM AS RECOMPENSAS FINANCEIRAS	402

GRÁFICO 27: VIRTUDES QUE ESTABELECEM AMBIENTE ESCOLAR ADEQUADO PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA.....	406
GRÁFICO 28: FATORES QUE ESTABELECEM AMBIENTE ESCOLAR INADEQUADO PARA ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA.....	408
GRÁFICO 29: NÍVEL DE SEGURANÇA EXISTENTE NA ESCOLA DURANTE O ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA.....	409
GRÁFICO 30: DISCIPLINAS CONSIDERADAS MAIS IMPORTANTE PELOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	412
GRÁFICO 31: DISCIPLINAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE TRABALHAM “BOAS PRÁTICAS” PARA A SUSTENTABILIDADE LOCAL DO MEIO AMBIENTE	414
GRÁFICO 32: AÇÕES ATITUDINAIS COMUNITÁRIAS PARA SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE LOCAL.....	416
GRÁFICO 33: NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS COM O ENSINO DA GEOGRAFIA.....	420

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DE CUIABÁ.....	53
FIGURA 2: VISTA PARCIAL DE CUIABÁ AO ENTARDECER.	84
FIGURA 3: VISTA A PARTIR DA CIDADE DE PEDRA, EM CHAPADA DOS GUIMARÃES, DETALHE DE CUIABÁ AO FUNDO DO VALE, VISTA A PARTIR DA CIDADE DE PEDRA, EM CHAPADA DOS GUIMARÃES E VISTA PARCIAL DE CUIABÁ.....	84
FIGURA 4: MAPA SOBRE A EVOLUÇÃO URBANA DE CUIABÁ.....	86
FIGURA 5: VISTA PARCIAL DA CONURBAÇÃO QUE FORMA O AGLOMERADO URBANO CUIABÁ – VÁRZEA GRANDE.	87
FIGURA 6: PONTE SÉRGIO MOTTA, COM ARRANHA-CÉUS AO FUNDO.	88
FIGURA 7: MAPA SOBRE A EVOLUÇÃO DO PERÍMETRO URBANO.	89
FIGURA 8: MAPA REGIÕES ADMINISTRATIVAS.....	91
FIGURA 9: MAPA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.	95
FIGURA 10: MAPA DA REDE HIDROGRÁFICA.	105
FIGURA 11: RIO CUIABÁ, COM A CIDADE AO FUNDO.	108
FIGURA 12: PEDESTRES NA RUA 13 DE JUNHO COM A AVENIDA ISAAC PÓVOAS.....	114
FIGURA 13: MAPA DO ABAIRRAMENTO DE CUIABÁ.	117
FIGURA 14: MAPA DO ABAIRRAMENTO CONFORME CLASSE DE RENDA.	119
FIGURA 15: CALÇADÃO DA RUA ANTONIO MARIA, PRAÇA DR. ALBERTO NOVIS, VISTA PARCIAL DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ.....	139
FIGURA 16: MAPA DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR BAIRRO - ANO 2007.	142
FIGURA 17: VISTA PARCIAL DE CUIABÁ.....	146

FIGURA 18: VISTA PARCIAL DE CUIABÁ.....	149
FIGURA 19: MAPA DA REDE FÍSICA MUNICIPAL – PSFS.....	157
FIGURA 20: MAPA DA REDE FÍSICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	175
FIGURA 21: MAPA DA REDE FÍSICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.....	176
FIGURA 22: ESCOLA DE FUTEBOL NO MINI ESTÁDIO DO CPA I.....	178
FIGURA 23: MAPA DA REDE FÍSICA MUNICIPAL – ESPORTE E LAZER.....	183
FIGURA 24: MAPA DAS ÁREAS DE PRAÇAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DA AV. MIGUEL SUTIL.....	184
FIGURA 25: PRAÇA PRESIDENTE EURICO GASPAR DUTRA, PRAÇA MAJOR JOÃO BUENO, PRAÇA 8 DE ABRIL, PRAÇA EMANUEL PINHEIRO E CORETO DA PRAÇA 8 DE ABRIL.....	185
FIGURA 26: MERCADO ANTÔNIO MOISÉS NADAF, NO BAIRRO DO PORTO..	186
FIGURA 27: VISTA PARCIAL DA AVENIDA PROF ^a EDNA MARIA DE ALBUQUERQUE - AVENIDA DAS TORRES.....	189
FIGURA 28: MAPA SOBRE PAVIMENTAÇÃO DE CUIABÁ - 2008.....	200
FIGURA 29: MAPA DA HIERARQUIZAÇÃO VIÁRIA DE CUIABÁ.....	201
FIGURA 30: VISTA PARCIAL DE CUIABÁ.....	202
FIGURA 31: CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA EZEQUIEL JOSÉ ROBERTO.....	208
FIGURA 32: LAGOAS DE ESTABILIZAÇÃO DO CPA III.....	212
FIGURA 33: MAPA DO SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 2007.....	224
FIGURA 34: MAPA DO SISTEMA PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – 2008.....	225
FIGURA 35: MUSEU DA CAIXA D’ÁGUA VELHA, MANOEL DO ESPÍRITO SANTO, “REI DA ÁGUA”.....	226

FIGURA 36: MUSEU MANOEL DO ESPÍRITO SANTO, “REI DA ÁGUA”, NO MORRO DA CAIXA D’ÁGUA VELHA.....	234
FIGURA 37: MAPA DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ.	235
FIGURA 38: MAPA DOS PONTOS TURÍSTICOS DE CUIABÁ.	236
FIGURA 39: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PESQUISADAS.....	266
FIGURA 40: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.	343

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ÁREA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS.....	90
QUADRO 2: ÁREA DESMATADA.....	100
QUADRO 3: AUTORIZAÇÃO DE QUEIMADAS.	101
QUADRO 4: QUEIMADAS / FOCO DE CALOR.....	102
QUADRO 5: MÉDIAS MENSAS DAS VARIÁVEIS CLIMATOLÓGICAS OBSERVADAS EM CUIABÁ NOS ANOS DE 1970 A 2007, COM DADOS DO 9º DISTRITO DE METEOROLOGIA.....	110
QUADRO 6: DENSIDADE DEMOGRÁFICA.....	115
QUADRO 7: POPULAÇÃO RESIDENTE EM CUIABÁ, SEGUNDO A NATURALIDADE.....	116
QUADRO 8: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES E PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA – ANOS 2003 A 2006 - BRASIL, GRANDES REGIÕES, MATO GROSSO, CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE.....	120
QUADRO 9: CAPITAIS DE ESTADO, CLASSIFICADAS CONFORME PIB PER CAPITA DO ANO DE 2006.	121
QUADRO 10: POSIÇÃO OCUPADA POR CUIABÁ, QUANTO AO PIB A PREÇOS CORRENTES, EM RELAÇÃO AOS 50 MAIORES MUNICÍPIOS BRASILEIROS – ANO 2006.....	122
QUADRO 11: POSIÇÃO OCUPADA POR CUIABÁ NOS ANOS DE 2005 E 2006, QUANTO AO VALOR ADICIONADO BRUTO, EM RELAÇÃO AOS 100 MAIORES MUNICÍPIOS BRASILEIROS.	122
QUADRO 12: PRODUÇÃO AGRÍCOLA.	123
QUADRO 13: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ÁREA PLANTADA E EXTRAÇÃO VEGETAL.....	124
QUADRO 14: PECUÁRIA - REBANHOS.....	125

QUADRO 15: PECUÁRIA - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.....	125
QUADRO 16: PECUÁRIA - PRODUÇÃO DE LEITE DE VACA.....	126
QUADRO 17: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS SEGUNDO O CADASTRO DE CONSUMIDORES DA CEMAT – ANOS 2002 A 2007.....	128
QUADRO 18: TARIFA DOS TRANSPORTES COLETIVOS.....	132
QUADRO 19: CANDIDATOS INSCRITOS, VAGAS OFERECIDAS, CANDIDATOS ENCAMINHADOS E COLOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO PELO SINE/MT, EM CUIABÁ.....	134
QUADRO 20: EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	134
QUADRO 21: INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO DE CUIABÁ, ELABORADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM BASE NO CENSO DE 2000 - PRINCIPAIS INDICADORES.....	135
QUADRO 22: INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO DE CUIABÁ, ELABORADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM BASE NO CENSO DE 2000 - TRABALHADORES FORMAIS E INFORMAIS, SEGUNDO A RAÇA.....	137
QUADRO 23: MACROZONA URBANA.....	139
QUADRO 24: EXPEDIÇÃO ANUAL DE HABITE-SE POR CATEGORIA DE USO.....	143
QUADRO 25: PROJETOS – PADRÃO RESIDENCIAL.....	143
QUADRO 26: PROJETOS – PADRÃO COMERCIAL.....	145
QUADRO 27: QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU. SEGUNDO O TIPO DO IMÓVEL.....	145
QUADRO 28: COMPARATIVO ENTRE OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO REGISTRADOS EM CUIABÁ NOS ANOS 1991 E 2000.....	148
QUADRO 29: ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE EM CUIABÁ – SUS.....	156
QUADRO 30: ÓBITOS DE RESIDENTES EM CUIABÁ, SEGUNDO O GRUPO DE DOENÇAS.....	158
QUADRO 31: SEPULTAMENTOS MENSAIS E GRATUITOS.....	159

QUADRO 32: SEPULTAMENTOS MENSAIS: HOMENS, MULHERES, CRIANÇAS E MEMBROS.....	159
QUADRO 33: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - AMOSTRAS DE ÁGUAS ANALISADAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO SEGUNDO RESULTADOS BACTERIOLÓGICOS.....	160
QUADRO 34: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - AMOSTRAS DE ALIMENTOS ANALISADAS, SEGUNDO RESULTADO LABORATORIAL.....	160
QUADRO 35: COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE AGRAVO/DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA.	161
QUADRO 36: COBERTURA VACINAL (%) – ANOS 2001 A 2007.....	162
QUADRO 37: CONTROLE DE DENGUE – VISITAS DOMICILIARES REALIZADAS.	162
QUADRO 38: ATIVIDADES REALIZADAS PELO CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSES – CCZ, CONTROLE DE RAIVA ANIMAL.....	163
QUADRO 39: MATRÍCULA INICIAL NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO REGULAR, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E O ENSINO MINISTRADO.....	164
QUADRO 40: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO REGULAR, SEGUNDO O ENSINO MINISTRADO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO.	165
QUADRO 41: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO.....	166
QUADRO 42: MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, LOCALIZAÇÃO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	167
QUADRO 43: POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E ESCOLARIZANDA.	168
QUADRO 44: RELAÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E RESPECTIVOS NÚMEROS DE SALAS DE AULA, ÁREA CONSTRUÍDA E ENDEREÇOS DA REGIÃO NORTE – ANO 2007.....	169

QUADRO 45: RELAÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E RESPECTIVOS NÚMEROS DE SALAS DE AULA, ÁREA CONSTRUÍDA E ENDEREÇOS DA REGIÃO SUL - ANO 2007.....	170
QUADRO 46: RELAÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E RESPECTIVOS NÚMEROS DE SALAS DE AULA, ÁREA CONSTRUÍDA E ENDEREÇOS DA REGIÃO LESTE – ANO 2007.....	171
QUADRO 47: RELAÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E RESPECTIVOS NÚMEROS DE SALAS DE AULA, ÁREA CONSTRUÍDA E ENDEREÇOS DA REGIÃO OESTE – ANO 2007.....	172
QUADRO 48: RELAÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E RESPECTIVOS ENDEREÇOS DA REGIÃO NORTE – ANO 2007.	172
QUADRO 49: RELAÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E RESPECTIVOS ENDEREÇOS DA REGIÃO SUL – ANO 2007.....	173
QUADRO 50: RELAÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E RESPECTIVOS ENDEREÇOS DA REGIÃO LESTE – ANO 2007..	174
QUADRO 51: RELAÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E RESPECTIVOS ENDEREÇOS DA REGIÃO OESTE – ANO 2007.	174
QUADRO 52: ESCOLARIDADE – PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO - SEGUNDO A MICRORREGIÃO, O MUNICÍPIO, OS DISTRITOS E AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS – ANO 2000.....	176
QUADRO 53: EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DAS REGIÕES NORTE E OESTE – ANO 2007.....	179
QUADRO 54: EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DAS REGIÕES LESTE E SUL – ANO 2007.....	180
QUADRO 55: CENTROS ESPORTIVOS E ÁREAS DE LAZER PÚBLICOS DE CUIABÁ – JANEIRO 2009.....	181
QUADRO 56: MINIESTÁDIOS (ANO 2009) E POSTOS DE ORIENTAÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS (ANO 2006).....	182

QUADRO 57: BANCAS DE COMERCIALIZAÇÃO SEGUNDO OS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NOS MERCADOS PÚBLICOS DE CUIABÁ – ANO 2007. ..	188
QUADRO 58: FEIRAS LIVRES – ANO 2007.	189
QUADRO 59: VIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS – ANO 2005.....	192
QUADRO 60: VIAS PAVIMENTADAS NOS ANOS 2006, 2007 E 2008.	192
QUADRO 61: FROTA DE ÔNIBUS DO SISTEMA.....	193
QUADRO 62: FROTA TOTAL DE ÔNIBUS E LINHAS, POR EMPRESAS.....	194
QUADRO 63: MOVIMENTO DE PASSAGEIROS E ÔNIBUS NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CUIABÁ.	194
QUADRO 64: EMPRESAS QUE OPERAM NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CUIABÁ.....	195
QUADRO 65: FROTA DE VEÍCULOS DO AGLOMERADO URBANO CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE, RELAÇÃO DA FROTA DO AGLOMERADO COM A FROTA DO ESTADO.	196
QUADRO 66: MOVIMENTO AEROVIÁRIO NO AEROPORTO MARECHAL RONDON – AERONAVES E PASSAGEIROS.....	197
QUADRO 67: MOVIMENTOS AEROVIÁRIOS NO AEROPORTO MARECHAL RONDON, SEGUNDO A CATEGORIA.....	198
QUADRO 68: MOVIMENTO AEROVIÁRIO NO AEROPORTO MARECHAL RONDON – CARGAS E CORREIO.	198
QUADRO 69: TRÁFEGO POSTAL NAS AGÊNCIAS DE CORREIOS DE CUIABÁ.	203
QUADRO 70: UNIDADES DE ATENDIMENTO DOS CORREIOS EM CUIABÁ.....	203
QUADRO 71: RELAÇÃO DAS ESTAÇÕES RADIOFÔNICAS COM RADIODIFUSÃO: OM, OT, FM E COMUNITÁRIA – ANO 2008.....	204
QUADRO 72: RELAÇÃO DAS ENTIDADES GERADORAS E RETRANSMISSORAS DE TELEVISÃO – ANO 2008.....	205

QUADRO 73: RELAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA EM CUIABÁ – ANO 2008.	205
QUADRO 74: RELAÇÃO DE JORNAIS E TIRAGEM, CLASSIFICADOS DE ACORDO COM A PERIODICIDADE – ANO 2006.	206
QUADRO 75: CONSUMO ANUAL DE ENERGIA ELÉTRICA DE CUIABÁ EM RELAÇÃO AO ESTADO DE MATO GROSSO, POR CATEGORIA – ANOS 2004 A 2007.	211
QUADRO 76: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – SEGUNDO: MICRORREGIÃO, MUNICÍPIO, DISTRITOS E REGIÕES ADMINISTRATIVAS - ANO 2000.	214
QUADRO 77: ECONOMIAS CADASTRADAS, LIGAÇÕES CADASTRADAS, EXTENSÃO DA REDE COLETORA – ANOS 2004 A 2007.	216
QUADRO 78: VOLUME PRODUZIDO E VOLUME FATURADO DE ESGOTO – ANOS 2004 A 2007.	216
QUADRO 79: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR EXISTÊNCIA DE BANHEIRO OU SANITÁRIO E TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SEGUNDO A MICRORREGIÃO, O MUNICÍPIO, OS DISTRITOS, A REGIÃO ADMINISTRATIVA - ANO 2000.	217
QUADRO 80: GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	218
QUADRO 81: COLETA MENSAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONFORME O TIPO.	219
QUADRO 82: TIPOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS – ANOS 2000 A 2007.	220
QUADRO 83: TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ANOS 2000 A 2007.	221
QUADRO 84: MATERIAL RECICLÁVEL SELECIONADO E COMERCIALIZADO NA USINA DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM CONFORME O TIPO.	222

QUADRO 85: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR DESTINO DO LIXO – SEGUNDO A MICRORREGIÃO, MUNICÍPIO, DISTRITOS E AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS.....	223
QUADRO 86: CALENDÁRIO DE EVENTOS MUNICIPAIS.....	228
QUADRO 87: PONTOS TURÍSTICOS DE CUIABÁ.....	230
QUADRO 88: TOMBAMENTO ESTADUAL.....	232
QUADRO 89: TOMBAMENTO MUNICIPAL.....	233
QUADRO 90: GALERIAS DE ARTE E ESPAÇOS PARA EXPOSIÇÕES.	237
QUADRO 91: CINEMAS.	237
QUADRO 92: SALAS DE TEATRO E ESPAÇOS CULTURAIS.....	238
QUADRO 93: BIBLIOTECAS.....	238
QUADRO 94: MUSEUS.....	239
QUADRO 95: LOCAIS PARA EVENTOS ESPORTIVOS E/OU ESPETÁCULOS. .	239
QUADRO 96: LOCAIS PARA CONGRESSOS / CONVENÇÕES.....	240
QUADRO 97: CLUBES.....	240
QUADRO 98: BARES, BOATES E DANCETERIAS.....	241
QUADRO 99: RESTAURANTES DE COMIDAS CUIABANAS.....	242
QUADRO 100: RESTAURANTES BRASILEIROS E INTERNACIONAIS.....	243
QUADRO 101: ARTESANATO.....	244
QUADRO 102: AGÊNCIAS DE VIAGENS, LOCADORAS DE VEÍCULOS, EMPRESAS TRANSPORTADORAS E ORGANIZADORAS DE EVENTOS CADASTRADOS NA EMBRATUR.....	245
QUADRO 103: ESPAÇOS PARA EVENTOS EM CUIABÁ.....	245
QUADRO 104: GUIAS DE TURISMO CADASTRADOS NA EMBRATUR.....	246
QUADRO 105: TURISMO RECEPTIVO QUANTO AO MOTIVO DA VIAGEM – ANO 2002.....	247

QUADRO 106: TURISMO RECEPTIVO – ANO 2002.....	247
QUADRO 107: TURISMO EMISSIVO - PASSAPORTES EXPEDIDOS – ANO 2002.	249
QUADRO 108: OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL - POR DELITO SEGUNDO O AUTOR.	249
QUADRO 109: OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL - POR DELITO SEGUNDO A VÍTIMA.	250
QUADRO 110: OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL - SEGUNDO A REGIÃO ADMINISTRATIVA.....	252
QUADRO 111: OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO - ANO 2006.	253
QUADRO 112: OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO - ANO 2007.	254
QUADRO 113: OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA DELEGACIA ESPECIALIZADA DO ADOLESCENTE.	255
QUADRO 114: ACIDENTES DE TRÂNSITO REGISTRADOS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BR 364, ENTRE O KM 333 E O KM 407.....	255
QUADRO 115: ACIDENTES DE TRÂNSITO, SEGUNDO AS VÍTIMAS, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.	256
QUADRO 116: ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS, SEGUNDO O PERÍODO E O LOCAL DA OCORRÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.	257
QUADRO 117: VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.	257
QUADRO 118: NATUREZA DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.	258
QUADRO 119: VÍTIMAS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - SEGUNDO O SEXO.	258

QUADRO 120: VÍTIMAS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA.....	259
QUADRO 121: VÍTIMAS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - SEGUNDO O TIPO DE VÍTIMA.....	259
QUADRO 122: CONDUTORES DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS - SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA.....	260
QUADRO 123: CONDUTORES DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS - SEGUNDO A CATEGORIA.....	261
QUADRO 124: NÚMERO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NAS VIAS COM MAIOR INCIDÊNCIA DE ACIDENTES.....	261
QUADRO 125: ESTABELECIMENTOS PRESIDÁRIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - NÚMERO DE REEDUCANDOS E CAPACIDADE POR ESTABELECIMENTO.....	263
QUADRO 126: ESTABELECIMENTOS PRESIDÁRIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - NÚMERO DE REEDUCANDOS E CAPACIDADE SEGUNDO O REGIME.....	264

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL	480
ANEXO 2 - LEI DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL N° 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999	488
ANEXO 3 - DECRETO N° 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002	495

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VI
RESUMEN	VII
LISTA DE SIGLAS	VIII
LISTA DE GRÁFICOS	XXII
LISTA DE FIGURAS	XXV
LISTA DE QUADROS	XXVIII
LISTA DE ANEXOS	XXXVII
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	42
1.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	46
1.2. OBJETIVOS	47
1.2.1. <i>Geral</i>	47
1.2.2. <i>Específicos</i>	48
1.3. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO	49
1.4. LIMITAÇÕES DO TRABALHO	50
1.5. ESTRUTURA DA TESE	51
CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CUIABÁ E OS PROBLEMAS AMBIENTAIS DECORRENTES DO USO DO TERRITÓRIO	54
2.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE CUIABÁ.....	54
2.2. BREVE HISTÓRICO	55
2.3. ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO RECENTE	85
2.4. ASPECTOS AMBIENTAIS	96
2.4.1. <i>Geologia</i>	97
2.4.2. <i>Geomorfologia</i>	98
2.4.3. <i>Pedologia</i>	99
2.4.4. <i>Flora</i>	99

2.4.5. Fauna	102
2.4.6. Recursos Hídricos	104
2.4.7. Clima	109
2.4.8. Áreas de Conservação Ambiental	111
2.5. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DETERMINANTES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	115
2.5.1. População.....	115
2.5.2. Rendimentos.....	117
2.6. ASPECTOS ECONÔMICOS	123
2.6.1. Setor Primário.....	123
2.6.2. Setor Secundário.....	126
2.6.3. Setor Terciário	129
2.6.4. Atividades Econômicas.....	131
2.6.5. Indicadores Econômicos.....	132
2.6.6. Emprego	133
2.7. ASPECTOS URBANOS	139
2.7.1. Construções.....	143
2.8. ASPECTOS SOCIAIS	146
2.8.1. Habitação.....	149
2.8.2. Saúde	154
2.8.3. Educação.....	163
2.8.4. Esporte e Lazer	178
2.8.5. Assistência Social e Desenvolvimento Humano.....	185
2.8.6. Agricultura e Abastecimento Alimentar.....	186
2.9. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	190
2.9.1. Transportes.....	190
2.9.2. Comunicação.....	202
2.9.3. Energia Elétrica	208
2.9.4. Saneamento	212
2.9.5. Cultura e Turismo	226
2.9.6. Segurança Pública.....	249

2.10. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	266
CAPÍTULO 3 – OS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	271
3.1. REALIDADE ATUAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	272
3.1.1. <i>Globalização dos Problemas Ambientais & Escola Pública.....</i>	<i>276</i>
3.2. BASES CIENTÍFICAS DO NOVO PARADIGMA EDUCACIONAL.....	291
3.2.1. <i>Interdisciplinaridade.....</i>	<i>293</i>
3.2.2. <i>Transdisciplinaridade.....</i>	<i>295</i>
3.2.3. <i>Transversalidade.....</i>	<i>296</i>
3.2.4. <i>Temas Transversais no Projeto Político Pedagógico da Escola Pública.....</i>	<i>300</i>
3.2.5 <i>Parâmetros Curriculares Nacionais Na Educação Básica.....</i>	<i>302</i>
3.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	307
3.3.1 <i>Educação Ambiental no Brasil.....</i>	<i>311</i>
3.3.2. <i>Os Fundamentos da Educação Ambiental.....</i>	<i>313</i>
3.3.3. <i>A Educação Ambiental numa Análise de Gênero.....</i>	<i>316</i>
3.3.4. <i>Educação Ambiental e o Modelo de Desenvolvimento.....</i>	<i>319</i>
3.4. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PRONEA.....	327
3.4.1. <i>Justificativa.....</i>	<i>327</i>
3.4.2. <i>Antecedentes.....</i>	<i>328</i>
3.4.3. <i>Diretrizes.....</i>	<i>335</i>
3.4.4. <i>Princípios.....</i>	<i>337</i>
3.4.5. <i>Missão.....</i>	<i>337</i>
3.4.6. <i>Objetivos.....</i>	<i>337</i>
3.4.7. <i>Públicos.....</i>	<i>338</i>
3.4.8. <i>Linhas de Ação e Estratégias.....</i>	<i>338</i>
CAPÍTULO 4 – PESQUISA DE CAMPO QUALITATIVA E QUANTITATIVA: METODOLOGIA E ANÁLISE.....	344
4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	344
4.1.1. <i>Tipo de Estudo.....</i>	<i>345</i>
4.1.2. <i>Fonte de Dados.....</i>	<i>346</i>
4.1.3. <i>Abordagem do Estudo.....</i>	<i>346</i>

4.1.4. <i>População de Amostra</i>	347
4.1.5. <i>Local do Estudo</i>	348
4.1.6. <i>Técnica de Coleta dos Dados</i>	349
4.1.7. <i>Período de Coleta dos Dados: Aplicação dos Questionários</i>	350
4.2. RESULTADOS REFERENTES AOS PROFESSORES.....	350
4.2.1. <i>Nível de qualidade da consolidação dos novos valores: conhecimentos, competências, habilidades e atitudes</i>	351
4.3. RESULTADOS REFERENTES AOS ALUNOS	411
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	423
5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS	423
5.2. AS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO NACIONAL:.....	427
5.2.1. <i>Problemas ambientais que afetam a qualidade do Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas da Educação Básica no Brasil.</i> ..	427
5.2.2. <i>Sugestões para auxiliar na otimização da qualidade do Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas de Educação Básica no Brasil.</i> ..	430
5.3. AS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO LOCAL	436
5.3.1. <i>Problemas Ambientais no Município de Cuiabá que interferem na qualidade do Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas</i>	437
5.3.2. <i>Sugestões para auxiliar os professores de Geografia da Educação Básica entrevistados a otimizar o Novo Paradigma Educacional.</i>	444
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	451
FONTES ELETRÔNICAS	464
ANEXOS	480

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Este capítulo é dedicado à introdução com o objetivo de oferecer uma visão geral ajudando a analisar e relacionar os assuntos contextualizados na Tese: Problemática; Hipótese de Investigação; Objetivos; Justificativa; Relevância da Investigação; Limitações e Estrutura.

Nesse contexto, para entender o significado estratégico do Meio Ambiente nas escalas – local, regional, nacional e global no contexto atual da Educação Básica no território brasileiro e conseqüentemente na cidade de Cuiabá partimos de uma visão de conjunto através da qual concluímos que em termos gerais, existem aspectos tanto positivos quanto negativos na Globalização. Com respeito aos aspectos negativos relacionados com o tema da Tese podemos destacar principalmente: Grande instabilidade econômica mundial; Deterioração do Meio Ambiente através da grande exploração das riquezas naturais renováveis e não renováveis com grande evolução dos problemas ambientais; Má distribuição da Renda Mundial que determina o aumento das diferenças socioeconômicas no mundo: A fome oposta à abundância e o desemprego em vários países.

Mas a categoria paradigmática do ambiente se pode expressar, e nos últimos dois séculos assim veio fazendo de modo crescente, menos em termos da guia ou influência controladora da natureza sobre a sociedade humana, que do domínio destrutivo e em última instância autodestrutivo da humanidade sobre a natureza. Para entender esta mudança de julgamento, em realidade praticamente uma inversão, do paradigma ambientalista anterior, é necessário referir-se primeiro às teorias da abundância natural e de sua negação. A crença na abundância intrínseca da natureza, capaz de satisfazer todas as necessidades humanas - alimento, vestido, abrigo, combustível - e planejada assim por Deus, é de antigo arraigo na tradição ocidental, igual em muitas outras culturas (ARNOLD, 2000, p.49. “Tradução Nossa”).

Isto porque, no século XXI após o advento da Terceira Revolução Industrial Técnico-Científica Informacional e a Globalização, a questão ambiental tornou-se também social devido ao grande processo de urbanização e evolução dos problemas ambientais, o que comprometeu a qualidade de: Vida de todos os seres vivos na Terra devido à contaminação do Meio Ambiente e conseqüentemente a

qualidade da Educação Básica brasileira sustentada pelo discurso neoliberal¹, devido à complexidade que envolve os seres vivos nas mais variadas formas e interações.

De fato, para a maior parte da humanidade a Globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (SANTOS, 2010, p.19 e 20).

Portanto, a consolidação do Sistema Econômico Capitalista deu origem aos problemas ambientais com raízes: Históricas, econômicas e culturais. Sendo fundamental superar o desafio do Desenvolvimento Sustentável através da consolidação do novo Paradigma Educacional que permita realizar uma intervenção educativa planejada e sistemática para instrumentalizar a observação dos atores envolvidos nesse processo educativo levando-os a compreender, intervir e aperfeiçoar a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas: local, regional, nacional e global.

¹ As palavras de ordem do discurso neoliberal para a Educação são: Qualidade total; Modernização da Escola; Adequação do ensino à competitividade do Mercado Internacional; Nova vocacionalização isto é, nova orientação vocacional ou profissional; Incorporação das técnicas e linguagens da Informática e da Comunicação; Abertura da Universidade aos financiamentos empresariais; Pesquisas práticas e utilitárias; Produtividade. [...] No Brasil a modernização em curso pretende reformar o Estado para transformá-lo em: "Estado Mínimo"; Desenvolver a Economia; Fazer a Reforma Educacional; Aumentar o poder da iniciativa privada transnacional, por meio do consenso ideológico [...] No discurso neoliberal a Educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. [...] No Brasil, embora não haja Estado do Bem- Estar Social, a retórica neoliberal é basicamente a mesma: Atribui à participação do Estado em Políticas Sociais a fonte de todos os males da situação econômica e social, tais como a: Inflação, corrupção, desperdício, ineficiência dos Serviços, privilégios dos funcionários. Também defende uma Reforma Administrativa, fala em reengenharia do Estado para criar um "Estado Mínimo", afirmando que sem essa reforma o país corre o risco de não ingressar na "Nova Ordem Mundial". [...] A retórica neoliberal atribui um papel estratégico à Educação e determina-lhe basicamente três objetivos: 1) Atrair a Educação Escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegura que o mundo empresarial tem interesse na Educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. Fala em nova vocacionalização, isto é, numa profissionalização situada no interior de uma formação geral, na qual a aquisição de técnica e linguagens de informática e conhecimento de matemática e ciência adquirem relevância. Valoriza as técnicas de organização, o raciocínio de dimensão estratégica e a capacidade de trabalho cooperativo. [...] 2) Tornar a Escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da Escola à ideologia dominante. Esta precisa sustentar-se também no plano das Visões do Mundo, por isso, a hegemonia passa pela construção da realidade simbólica. Em nossa sociedade a função de construir a realidade simbólica é, em grande parte, preenchida pelos Meios de Comunicação de Massa, mas a Escola tem um papel importante na difusão da ideologia oficial. [...] fazer da Universidade e da Escola veículos de transmissão do credo neoliberal pressupõe um reforço do controle para enquadrar a Escola a fim de que cumpra mais eficazmente, sua função de reprodutora da ideologia dominante. 3) Fazer da Escola um mercado para os produtos da Indústria Cultural e da Informática, o que aliás é coerente com a ideia de fazer a Escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da Educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no Mercado Escolar. [...] Como observamos, a novidade, [...] do projeto neoliberal para a Educação não é só a privatização. O aspecto central é a adequação da Escola e da Universidade Pública e Privada aos mecanismos de mercado, de modo que a Escola funcione à semelhança do mercado (Silva Jr.; Bueno; Ghiraldelli Jr. e Marrach, 1996, pág. 42-56).

A educação do século XXI tem que levar em conta, sem dúvida, os desafios essenciais: O desafio ecológico, com a formação e capacitação das pessoas para reconduzir suas ideias e comportamentos para uma relação harmônica com a natureza; O desafio social, que nos impele a transformar radicalmente as estruturas de gestão e redistribuição dos recursos da Terra, em altares da equidade. Os dois desafios estão no coração da problemática de um desenvolvimento sustentável (NOVO, 2006, p.352. “Tradução Nossa”).

No entanto, especialmente a Educação Básica brasileira instituiu as Escolas Públicas como espaços democráticos para a construção do conhecimento através da intensificação das manifestações - Ideias, Atitudes, Valores e Deveres – e das ações para buscar constantemente novos caminhos educacionais que permitam repensar a relação sociedade-natureza.

Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a Escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. Esse é um grande desafio para a Educação (PCNs, 1997, p. 67).

Portanto, um aprimoramento da Formação Continuada dos professores, será essencial para aperfeiçoar a qualidade do Serviço Público Essencial realizado principalmente nas Escolas Públicas de Educação Básica, já que se trata de uma forma de intervenção no mundo sistematizando com o objetivo de facilitar as práticas pedagógicas que auxiliam a sociedade contemporânea na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente.

Continuo bem aberto à advertência de Marx, a da necessária radicalidade que me faz sempre desperto a tudo o que diz respeito à defesa dos interesses humanos. [...] Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper, de optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a probabilidade de transgredir a Ética [...] como uma possibilidade [...] de lutar e não diante da qual cruzar os braços. [...] Daí a minha recusa rigorosa aos fatalismos quietistas que terminam por absorver as transgressões éticas em lugar de condená-las. Não posso ser conivente de uma ordem perversa, irresponsabilizando-la por sua malvadez, ao atribuir a “forças cegas” e imponderáveis aos danos por elas causados aos seres humanos. A fome frente a frente à abundância e o desemprego no mundo são imoralidades e não fatalidades como o reacionarismo apregoa com ares de quem sofre por nada poder fazer (FREIRE, 1997, p. 100 e 101).

Isto porque, atualmente é importante que o Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas de Educação Básica, especialmente através do

ensino-aprendizagem da Geografia, propicie aos atores envolvidos nesse processo o preparo necessário para: Superar os desafios sociopolíticos e educacionais; Realizar um laboratório com o objetivo de compreender melhor as relações econômicas e sociais para interferir no mundo globalizado a partir dos espaços geográficos locais, urbanos e rurais, da vida cotidiana.

[...] No cotidiano das nossas vidas, expressam-se as regras gerais do mundo globalizado, revelando-se as contradições do mundo moderno, acentuadamente marcado pela tecnologia, em que o tempo comprime-se cada vez mais e o espaço alarga-se pelas possibilidades de superação de distâncias e pelos meios de comunicação: Televisão, Fax, Internet, etc. Lugares do cotidiano de nossas vidas funcionam como laboratórios para compreender o mundo e as diferentes formas de vida do homem (CASTROGIOVANNI, 2008, p. 125).

Portanto, para aperfeiçoar esse processo de ensino e aprendizagem das disciplinas curriculares da Educação Básica, especialmente da Geografia, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs propõem: Transversalidade, utilizando principalmente os temas: Meio Ambiente e Educação Ambiental, e a Interdisciplinaridade ou a Transdisciplinaridade.

O trabalho científico [...] desde o século XVIII, demarcou territórios como se os cientistas fossem proprietários de faixas exclusivas da realidade. A visão individualista que isola as áreas do conhecimento deu origem a códigos de linguagem, teorias e procedimentos para cada campo específico do conhecimento, que fortalecem, em lugar de destruir, as barreiras existentes entre as especialidades e os especialistas que as desenvolvem. Em outras palavras, as questões relativas ao ambiente – do passado e do presente – demandam uma reorganização da divisão do trabalho científico que se reflete, por exemplo, na atual preocupação com aproximações inter – trans – multi – ou – a – disciplinares (CARLOS, 2001, p. 31).

Nesse contexto, ficou evidente que a sociedade neoliberal² prioriza a Visão de Mundo Fragmentária e a postura antropocêntrica, não omitindo as relações

² O sociólogo britânico Anthony Giddens (18 de janeiro de 1938, Londres) trabalhou o conceito de Globalização e também a teoria da Terceira Via para a renovação da Social-Democracia que melhor explica o significado de Sociedade Neoliberal ou Civilidade Capitalista do Século XXI. Giddens argumenta que o individualismo é um estilo de vida necessário e referência para recuperar a “coesão cívica” em crise devido às políticas neoliberais baseadas no conhecimento hayekiano porque o capitalismo contemporâneo privilegia a “libertação psicológica” dos indivíduos através da eliminação ou resignificação dos símbolos históricos do passado para recriar a tradição. Giddens argumenta que o Estado de Bem-Estar Social e o Estado Neoliberal, com ênfase no mercado, geraram muitos problemas e poucas soluções e, sobretudo aumentou graves tensões sociais no Mundo o que ocasionou a criação da “Sociedade de Bem-Estar” com indivíduos empreendedores, competitivos, porém “colaboradores”. Defende também que a Civilidade Neoliberal ou Terceira Via no século XXI, determinada como a nova “cidadania ativa” que incorpora as ideias de autores clássicos - John Locke (1632 a 1704), Adam Smith (1723 a 1790) e Friedrich August Von Hayek (1899 a 1992) - e as atualiza com a idéia de “cooperação ou colaboração social” de caráter não classista sendo que nos processos sociais locais os indivíduos em pequenos grupos devem atuar solidariamente em regime de cooperação em defesa do “bem-comum” resultando em “coesão cívica” positiva individual e social caracterizada por: Empreendedorismo, Competitividade, Trabalho Voluntário e Colaboração Social. Numa visão crítica a Civilidade, comportamento ou postura de quem vive em sociedade, submete os cidadãos ao “conformismo ou aceitação dos valores da sociedade” num determinado ordenamento político, econômico, social e cultural (Gramsci, 1999). Os indivíduos em sociedade

de interdependência entre os elementos existentes no Meio Ambiente nas escalas – local, regional, nacional e global devido à dominação presente nas relações das classes sociais e nas comunidades internacionais, o que ocasionou na Educação Básica brasileira: A fragmentação do conjunto de conhecimentos científicos, reproduzida pelas especializações para aprofundar na compreensão das partes. Portanto será fundamental que principalmente os professores que atuam nas Escolas Públicas de Educação Básica no Brasil procurem desenvolver um novo *ethos*³ com o objetivo de compreenderem plenamente o Meio Ambiente em sua totalidade para identificar o seu equilíbrio dinâmico através da abordagem interdisciplinar ou da transdisciplinar da Educação Ambiental.

Os últimos anos do século XX testemunharam [...] uma Globalização perversa. Consideramos, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala. Tem as mesmas origens a produção, na base mesma da vida social, de uma violência estrutural, facilmente visível nas formas de agir dos Estados, das empresas e dos indivíduos (SANTOS, 2010, p.37).

1.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Os pressupostos citados anteriormente motivaram o estudo nesta Tese sobre a seguinte Problemática de Investigação: “Como está sendo realizada a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia e a implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica de Cuiabá?”

A abrangência da problemática apresentada anteriormente suscita algumas questões norteadoras, tais como:

produzem a sua própria existência que se desenvolvem sob determinadas condições e diferentes mediações - sintetizam a totalidade da natureza, forças materiais e culturais - presentes em um determinado tempo ou momento histórico (Gramsci, 1999; Marx & Engels, 1984).

³ *Ethos* - O termo indica, de maneira geral, os traços característicos de um grupo, do ponto de vista social e cultural, que o diferencia de outros. Seria assim, um valor de identidade social. *Ethos* que significa o modo de ser, o caráter. Isso indica o comportamento do Homem dando origem a palavra Ética. A palavra *ethos* tem origem grega e também significa valores, hábitos e harmonia. É o "conjunto de hábitos e ações que visam o bem comum de determinada comunidade". Ainda mais especificamente, a palavra *ethos* significava para os gregos antigos a morada do Homem, isto é, a Natureza. Uma vez processada mediante a atividade humana sob a forma de Cultura, faz com que a regularidade própria aos fenômenos naturais seja transposta para a dimensão dos costumes de uma determinada sociedade.

a) Atualmente a Política Nacional de Educação Ambiental e reformas propostas pelo Governo Federal para consolidar a implantação da Educação Ambiental foram aplicadas para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem da Geografia na Educação Básica?

b) O aprimoramento da Formação Continuada dos professores de Geografia da Educação Básica contribuiu para implantação da Educação Ambiental e implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas pesquisadas?

c) Quais são os fatores que dificultaram a abordagem interdisciplinar ou a transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia para a implementação do ProNEA a partir das Escolas Pública pesquisadas?

[...] a Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação – MEC produziu o documento “Educação Ambiental”, onde destacou, [...] as principais características da Educação Ambiental sob a ótica de Tbilisi [...]: Processo dinâmico integrativo, transformadora, participativa, inclusiva, globalizadora, permanente e contextualizadora (CZAPSKI, 1998, p. 31).

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Geral

Esta Tese tem os seguintes objetivos: 1. Apresentar sugestões para auxiliar a aperfeiçoar a Formação Continuada através do aprimoramento do Novo Paradigma Educacional do público-alvo, principalmente dos professores e alunos de Geografia entrevistados, para auxiliar na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local/global do Município de Cuiabá; 2. Verificar como a Globalização determinou a qualidade do processo de ensino-aprendizagem da Geografia nas Escolas pesquisadas; 3. Apresentar sugestões para aperfeiçoar a implantação da Educação Ambiental e a implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas.

1.2.2. Específicos

➤ Realizar análise geográfica crítica sobre a Globalização e a evolução recente dos problemas ambientais decorrentes do uso do território na cidade de Cuiabá, considerando os impactos ambientais e sociais negativos no processo de ensino-aprendizagem da Geografia nas Escolas de Educação Básica pesquisadas;

➤ Identificar e avaliar o nível de qualidade da Formação Continuada dos professores entrevistados através da análise da eficácia da abordagem interdisciplinar ou da transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia e implementação do ProNEA a partir das Escolas pesquisadas;

➤ Identificar e analisar os fatores determinantes do nível de qualidade da abordagem interdisciplinar ou da transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia realizada pelos professores entrevistados;

➤ Avaliar e analisar os fatores determinantes do nível de qualidade da implementação local do ProNEA a partir das Escolas Públicas pesquisadas;

➤ Apresentar sugestões para auxiliar no aprimoramento da Formação Continuada dos professores de Geografia entrevistados.

➤ Apresentar sugestões para auxiliar na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local/global a partir das Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas no Município de Cuiabá.

1.3. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO

Afirmamos que o Governo brasileiro apesar da problemática⁴ apresentada nesta Tese incentiva a consolidação de sociedades sustentáveis em todo território nacional através dos processos educativos formais, principalmente através da abordagem interdisciplinar ou da transdisciplinar da Educação Ambiental no ensino e aprendizagem da Geografia prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs principalmente a partir das Escolas Públicas de Educação Básica, e também os não formais que se configuram como Políticas Públicas.

A Educação Ambiental no Brasil é regulada pela Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 [...] e implementada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA [...] que definiu os seus princípios básicos dentre os quais se destacam o enfoque democrático e participativo, uma concepção totalizante de ambiente e a garantia de continuidade e permanência do processo educativo (ProFEA, 2006, p.5).

No entanto, sem a pretensão de esgotar as discussões sobre o tema desta Tese afirmamos também que no contexto da Globalização, com o objetivo de auxiliar a sociedade contemporânea da cidade de Cuiabá a superar o desafio do Desenvolvimento Sustentável, aprofundamos nos estudos e apresentamos algumas sugestões para aperfeiçoar a: a) Formação continuada principalmente dos professores de Geografia entrevistados; b) Consolidação do Novo Paradigma Educacional⁵ pelo público alvo; Abordagem dos Temas Transversais, Meio Ambiente e Educação Ambiental, da Interdisciplinaridade ou da Transdisciplinaridade preconizadas pelos PCNs; Implementação do ProNEA para a implantação da Educação Ambiental a partir das Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas.

Porém, enfatizamos que é importante e urgente neutralizar os problemas sociopolíticos decorrentes da Globalização na tentativa de resolver os problemas ambientais do Meio Ambiente nas escalas local/global da cidade de Cuiabá para melhorar a qualidade de vida da sociedade contemporânea.

⁴ Ver: Subitem 1.1.

⁵ Ver: Capítulo 3 e Subitem 3.4.

No entanto, este estudo provavelmente contribuirá para estimular pesquisas futuras sobre o tema tratado nesta Tese para descobrir novos caminhos que auxiliem a superar o desafio do Desenvolvimento Sustentável decorrente da hegemonia capitalista principalmente através da implantação da Educação Ambiental a partir das Escolas Públicas de Educação Básica em todo território brasileiro.

[...] a nível prático, a nível educativo, a Educação Ambiental se definiria como uma forma de Educação caracterizada pela: Interdisciplinaridade [...], pelo encadeamento de causas e efeitos [...] os problemas ambientais não são independentes nem ilhados; são sempre consequência de outras ações cujas origens obedecem a outros contextos, circunstâncias, regiões e interesses, etc. Este deve ser um dos aspectos básicos de todo programa de Educação Ambiental: Denunciar e demonstrar a cadeia de causas e efeitos que acarretam e conduzem a situações de degradação do meio (SOSA, 1989, p 70).

1.4. LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Esta Tese apresentou, para orientar a sua estrutura, a seguinte hipótese de investigação: “A abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do processo ensino-aprendizagem da Geografia e a implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas não estão sendo otimizadas porque os professores entrevistados não aperfeiçoaram a consolidação do Novo Paradigma Educacional”.

Uma das maiores limitações do trabalho ocorreu na aplicação dos questionários, devido às dificuldades para conseguirmos a participação dos professores de Geografia entrevistados das Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas devido à carga horária com tempo integral de trabalho em sala de aula.

Com relação à amostra, embora tenhamos buscado Escolas Públicas Estaduais e Municipais, os questionários utilizados se forem aplicados futuramente em outras localidades da cidade de Cuiabá ou do Estado de Mato Grosso provavelmente levarão a outros resultados devido à sua contextualização com os estudos realizados nesta Tese e as características das Escolas Públicas pesquisadas: a) Organização; b) Recursos financeiros e humanos disponíveis; c)

Qualidade dos Serviços Públicos Essenciais vinculados à qualidade da Formação Continuada dos professores entrevistados.

1.5. ESTRUTURA DA TESE

Para facilitar sua compreensão, a Tese foi dividida em cinco capítulos, os quais são:

Capítulo 1 – Dedicado à introdução com o objetivo de oferecer uma visão geral ajudando a analisar e relacionar os assuntos contextualizados na Tese: Problemática; Hipótese de Investigação; Objetivos; Justificativa; Relevância da Investigação; Limitações e Estrutura.

Capítulo 2 – Interpreta os dados - bibliográficos, estatísticos, cartográficos e históricos – do Município de Cuiabá para auxiliar a sua análise macroeconômica comparada com o objetivo de enumerar as dinâmicas globais e locais do Meio Ambiente. Analisa e avalia: A qualidade da manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local/global do Município; As características da evolução recente dos problemas ambientais decorrente da utilização inadequada do território no processo de urbanização da Macrozona Urbana da cidade; Os resultados obtidos pela Educação Básica decorrentes dos níveis de qualidade na: Manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local/global de Cuiabá e também nos Serviços Públicos Essenciais realizados na Macrozona Urbana, principalmente na área de estudo, da cidade.

Capítulo 3 – Analisa os paradigmas atuais da Educação Básica brasileira e relaciona os novos valores - conhecimentos, competências, habilidades e atitudes - que estabelecem a interface entre teoria e prática, com o objetivo de: Avaliar o nível de qualidade da Educação Básica, Serviço Público Essencial, realizado nas Escolas Públicas; Identificar as bases científicas do Novo Paradigma Educacional; Revisa os fundamentos para aperfeiçoar a abordagem interdisciplinar ou a transdisciplinar da Educação Ambiental recomendados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs; Revisar as bases do ProNEA para aperfeiçoar a

implantação da Educação Ambiental a partir das Escolas Públicas de Educação Básica;

Capítulo 4 – Define os critérios de avaliação e público-alvo na cidade de Cuiabá para realizar a Pesquisa de Campo Qualitativa e Quantitativa através dos seguintes procedimentos metodológicos: Tipo, Abordagem e Local de Estudo; Fonte de Dados; População de Amostra; Técnica de Coleta dos Dados e Período de Coleta dos Dados com Aplicação dos Questionários. Interpreta, analisa e contextualiza os resultados obtidos nas Pesquisas de Campo e Bibliográfica sobre a qualidade do Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas, realizadas na Tese para: Avaliar e auxiliar a aprimorar a qualidade da Formação Continuada dos professores de Geografia entrevistados.

Capítulo 5 – Cria conclusões e faz recomendações para estudos futuros.

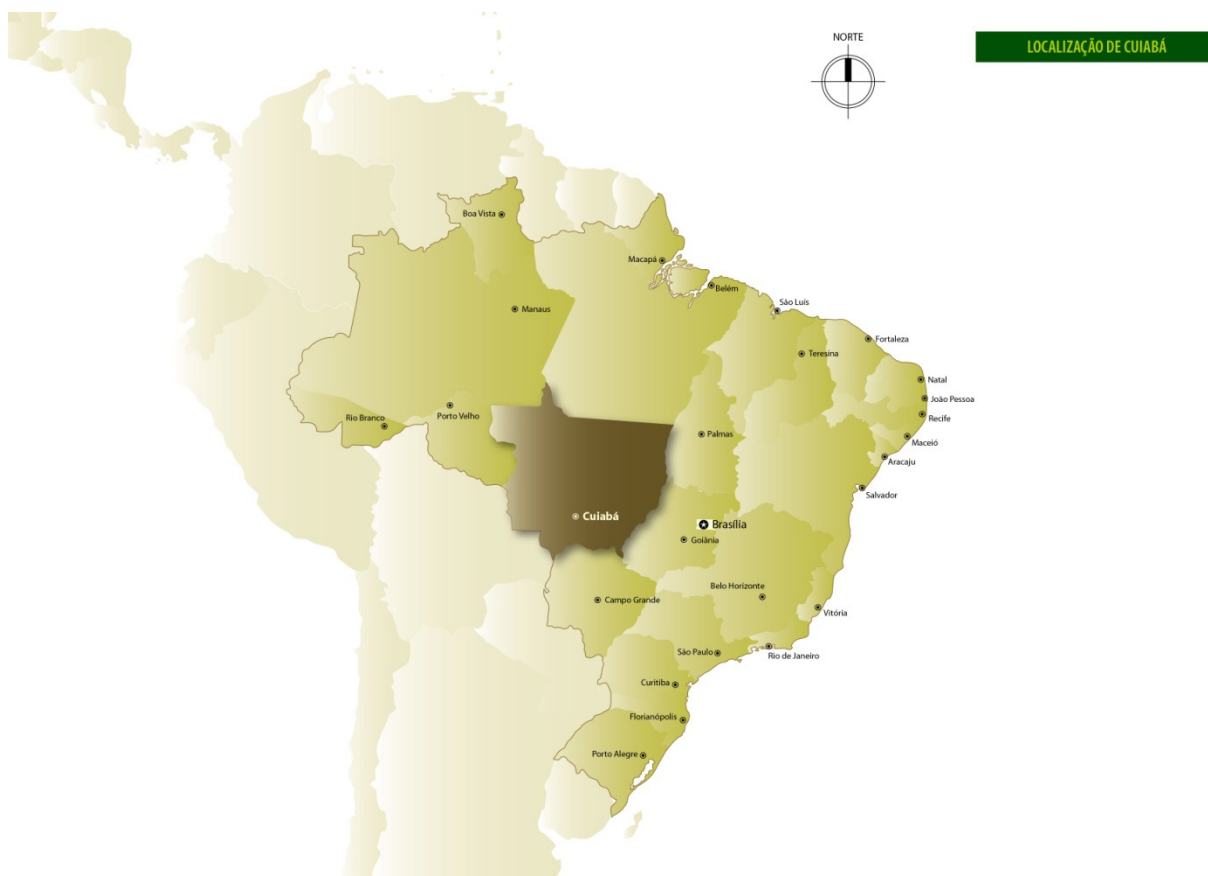


Figura 1: Localização de Cuiabá.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 27.

CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CUIABÁ E OS PROBLEMAS AMBIENTAIS DECORRENTES DO USO DO TERRITÓRIO

Este capítulo é dedicado a interpretar os dados - bibliográficos, estatísticos, cartográficos e históricos - do Município de Cuiabá para auxiliar sua análise macroeconômica comparada com o objetivo de enumerar as dinâmicas globais e locais do Meio Ambiente. Analisar e avaliar: A qualidade da manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local/global do Município; As características da evolução recente dos problemas ambientais decorrente da utilização inadequada do território no processo de urbanização da Macrozona Urbana da cidade; Os resultados obtidos pela Educação Básica decorrentes dos níveis de qualidade: Na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local/global de Cuiabá e também nos Serviços Públicos Essenciais realizados na Zona Urbana, principalmente na área de estudo, da cidade.

2.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE CUIABÁ

De acordo com Cuiabá (2009) afirma que o Município de Cuiabá localiza-se na Mesorregião Centro Sul Mato-Grossense, Microrregião Cuiabá. Essa Microrregião encontra-se no Centro Geodésico da América nas coordenadas geográficas 15° 35' 56" latitude sul (S) e 56° 06' 01' longitude oeste (W) do Meridiano de Greenwich – Gr formada pelos Municípios de: Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger, Várzea Grande. No entanto, a sede do Município está situada à altitude de 177m, segundo demarcação realizada no início do século XX⁶.

Nesse contexto, o IBGE (2011) ressalta que, o Município de Cuiabá no ano de 2010 possuía 551.098 habitantes com densidade demográfica de 163,88

⁶ Ver: Item 2.2

hab/Km² em uma área de 3.362,755 Km². Ficou caracterizada a redução da área do Município porque Cuiabá (2009) afirma que em 2005 a mesma totalizava 3.538,17 Km² e correspondia aproximadamente 254,57km² na Macrozona Urbana - alterada pela Lei nº. 4.719/2004 - e 3.283,60 km² na Área Rural. Sendo que, essa área do Município integrava os Distritos: Cuiabá - Sede (283,81 Km²) Coxipó da Ponte (1.462,07 Km²), Coxipó do Ouro (468,67 Km²) e Guia (1.333,52 Km²)⁷.

2.2. BREVE HISTÓRICO

Para entendermos melhor o processo histórico da cidade de Cuiabá, recorreremos às obras de vários autores regionais - Freire (1997), Sá [s.d], Sá (1975), Mendonça (1982), etc. e também a publicação do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU e da Diretoria de Pesquisa e Informação – DPI como consta a seguir:

A partir do Tratado de Tordesilhas as terras que atualmente pertencem ao Estado de Mato Grosso pertenciam à Espanha, porém os Bandeirantes paulistas representantes da Administração Portuguesa marcharam para o oeste desrespeitando o Tratado de Tordesilhas o que permitiu a Portugal integrá-las à América Portuguesa. No século XVII, as primeiras Bandeiras atravessaram essa região na captura de índios época em que o primeiro Bandeirante paulista, Manoel de Campos Bicudo, chegou a Cuiabá e permaneceu no período de 1672 a 1682 quando fundou o Arraial de São Gonçalo, santo padroeiro dos navegantes, na confluência do Rio Coxipó com o Rio Cuiabá.

No século XVIII seu filho, Antônio Pires de Campos, participou da expedição retornando a essa região em 1717 quando encontrou o aldeamento de Índios Coxiponés onde aprisionando alguns e passou a chamar o local de São Gonçalo Velho. Em 1718, ao retornar para São Paulo, encontrou a expedição do Bandeirante Pascoal Moreira Cabral na região da Aldeia Velha.

⁷ Ver:Item 2.2 e Figura 8.

Porém, Pascoal Moreira Cabral seguiu viagem e subiu o Rio Cuiabá até chegar ao lugar denominado São Gonçalo Velho onde deixou algumas pessoas da sua expedição sendo que essa localidade se transformou na atual Comunidade São Gonçalo Beira-Rio. Posteriormente, subiu o Rio Coxipó onde o Ribeirão Mutuca desemboca no Rio Coxipó local onde encontrou ouro de aluvião e organizou um garimpo.

Assim a atividade garimpeira passou a dar sustentação econômica para o surgimento do primeiro povoado denominado Forquilha o qual se transformou na atual sede do Distrito do Coxipó do Ouro. No entanto, as atividades comerciais dos Bandeirantes centradas na exploração da mão de obra escrava sofreram declínio devido aos seguintes problemas: Resistência dos índios às capturas e o barateamento do tráfico negreiro nos portos portugueses na África.

Em 08 de abril de 1719, Pascoal Moreira Cabral lavrou e assinou a Ata de Fundação de Cuiabá sendo que Antônio Nunes Maciel foi a São Paulo para notificar esse fato ao Governador da Capitania, Dom Pedro de Almeida Portugal - Conde de Assumar. Porém, as minas de ouro descobertas nessa região passaram a pertencer a Capitania de São Paulo o que concedeu a Pascoal Moreira Cabral o cargo de Guarda-Mor das Minas e Capitão-Mor Regente.

Portanto, em 1719 tornou-se pública a descoberta de ouro em Cuiabá quando teve início a história urbana do Estado de Mato Grosso ocasionando intensa migração para essa região e rápido povoamento devido ao grande adensamento demográfico sendo que em 1721 já possuía uma capela dedicada a Nossa Senhora da Penha de França.

Sá (1975) evidencia que, em 1722, o Bandeirante sorocabano Miguel Sutil liderou outra expedição e como acostumava alimentar-se de produtos silvestres mandou dois índios da sua expedição procurar mel sendo que retornaram com pepitas de ouro. Assim localizou e descobriu novos veios auríferos denominando-os de Lavras do Sutil no Córrego da Prainha para onde migrou e se fixou e realizou a extração de ouro auxiliado pelas pessoas que compunham essa expedição. Essas jazidas de ouro localizavam-se nas encostas do Morro do Rosário, onde atualmente se encontra a área central da cidade de Cuiabá e a Igreja do Rosário.

Em 1723, o Capitão Jacinto Barbosa Lopes, construiu a Igreja Matriz em homenagem ao Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no local da atual Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. No entanto, os negros escravos ergueram uma capela dedicada a São Benedito próxima às Lavras de Sutil.

O local onde esse ouro foi encontrado corresponde à atual Avenida Tenente Coronel Duarte, conhecida como Prainha, nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (ROMANCINI, 2005 p.36).

Em 15 de novembro de 1726 a Administração Portuguesa se consolidou na região com a chegada do Capitão-General, Dom Rodrigo César de Menezes, e Governador da Capitania de São Paulo. Em 1º de Janeiro de 1727, Cuiabá foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá quando também foi instalada a Câmara e também o Pelourinho para o castigo dos negros escravos.

Cuiabá passou de arraial à categoria de Vila a 1º de janeiro de 1727, logo a Capelinha de São Benedito foi construída mais ou menos nessa data, na Rua do Sebo fundos do antigo Palácio dos Capitães Gerais, entre o Largo da Mandioca, hoje Conde de Azambuja e a atual Rua Governador Rondon (MENDONÇA, 1978, p. 7).

Durante a permanência de Dom Rodrigo em Cuiabá, a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá foi sede do Governo da Capitania de São Paulo o que facilitou a cobrança de pesados impostos sobre a produção aurífera local. Em 1728 Dom Rodrigo regressou para São Paulo porque o garimpo já havia se transformado em uma atividade pouco lucrativa o que forçou grande parte da população a abandonar a Vila para: Procurarem novas minas auríferas no Estado de Goiás ou retornarem para São Paulo.

Desde o início do século XVIII, as monções que partiam de São Paulo, através do Rio Tietê, supriam a população com mercadorias diversas não produzidas localmente, mais necessárias à vida nas minas localizadas na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Em 1736 foi aberta a primeira estrada conhecida como Caminho de Goiás ligando a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá à Vila Boa, atual Goiás Velho, e também a outras regiões do território brasileiro. A abertura dessa estrada facilitou:

Comunicação das minas da Vila com Goiás; Migração de novos moradores; Abastecimento da Vila Real por meio de tropas de burros.

Em 09 de maio de 1748, o Governo português através da Carta Régia criou a Capitania de Mato Grosso, desmembrando-a da Capitania de São Paulo, porém enviou como Governador o Capitão-General Dom Antônio Rolim Moura Tavares o qual foi agraciado com o título de Conde de Azambuja e nomeado como o 2º Vice-Rei do Brasil.

Em 19 de março 1752, o Conde de Azambuja atendendo as instruções do Governo português fundou a Villa Bela da Santíssima Trindade como Capital da Província à margem direita do Rio Guaporé para fomentar a colonização e assegurar a posse definitiva desse território para a Coroa Portuguesa. No entanto, durante 74 anos para governar a Capitania de Mato Grosso ocorreu a nomeação sucessiva de nove Capitães-Generais.

De acordo com o histórico do Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Cuiabá, o Plano de Cuiabá do ano de 1777 denunciava um grande problema ambiental nesse período devido à deficiência na distribuição de água potável na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Isto porque existiam apenas 07 Fontes de água potável sendo que provavelmente a oitava Fonte estava localizada onde atualmente está sediada a Santa Casa de Misericórdia.

Nesse período, essas Fontes de Água delimitavam as áreas com maior adensamento demográfico sendo que durante longo tempo, 01 século e 1/2, foram fundamentais na realização do abastecimento de água potável para a população local. Devido à inexistência de uma Rede de Abastecimento Domiciliar a água era transportada cotidianamente pelos negros escravos dessas Fontes para as residências sendo que algumas possuíam poços de água nos seus quintais.

A partir do século XVIII, os mananciais de água da margem esquerda do Córrego da Prainha foram canalizados através da utilização de aquedutos os quais se transformaram em decisivos fornecedores de água potável à população da Vila. Nesse mesmo período, as águas do Córrego da Prainha provavelmente já não eram mais potáveis devido à poluição causada pela prática frequente das atividades garimpeiras com utilização do mercúrio para a extração do ouro além do lixo que era depositado em suas margens.

As autoridades provinciais em 1789 planejaram dotar a Vila de um Sistema de Abastecimento Público de Água Potável por meio de um valo desde o Córrego Mutuca até as Minas do Jacé que estavam localizadas atrás da 14^a Brigada, na atual Avenida Historiador Rubens de Mendonça. No entanto, com a conclusão do Chafariz do Rosário em 1790, alimentado pelas águas trazidas por gravidade para a Cidade através do Aqueduto da Fonte do Arnesto localizado no sopé do popular Morro da Luz, o mesmo passou a ser a mais antiga Fonte de água potável de Cuiabá.

No século XIX, estudos e Projetos realizados para a criação de um Sistema Público de Abastecimento de Água Potável para a população da Vila foram abandonados, retomados várias vezes e finalmente relegados ao abandono e ao esquecimento.

De acordo com Siqueira et al (1990), em 17 de setembro de 1818, a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e a Vila Bela da Santíssima Trindade, com o nome de Mato Grosso, foram elevadas a categoria de Cidade através da Carta Régia de Dom João. Porém devido à insalubridade apesar, de Vila Bela ser oficialmente a Capital, muitos Governadores administraram a Capitania de Mato Grosso residindo na cidade de Cuiabá.

Por isso, em 1821 com o objetivo de integrar Mato Grosso principalmente a outros países, sua Capital foi transferida de Vila Bela para Cuiabá devido a: Navegação que possibilitou contato com a Europa e o Rio de Janeiro pelo Rio Paraguai e estuário da Bacia do Prata; Otimização do comércio em Cuiabá porque se destacou como lugar de vendas exclusivas de determinados produtos comerciais.

A cidade de Cuiabá foi elevada a categoria de Capital pelo 9^o e último Governador da Capitania de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, porque alegou que a Cidade oferecia condições mais salubres de vida devido à redução da tensão geopolítica na fronteira. Após a deposição do General Magessi do Governo, a Capitania foi administrada por duas Juntas Governativas sediadas em: Cuiabá e outra em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Nesse contexto, Corrêa Filho (1994) ressalta que quanto ao significado do nome Cuiabá ocorreu muitas suposições, no entanto de acordo com o sentido etimológico o nome Cuiabá vem do guarani “Cuyaverá”, palavra escrita ou

pronunciada erradamente de “Kyya” que significa lontra e “verá” que significa resplandecente: Lontra Brilhante. Portanto a evolução do nome foi: Kyyaverá - Cuyaverá – Cuyavá – Cuyabá – Cuiabá.

De acordo com Siqueira et al (1990), em 30 de maio de 1834 no início do governo do Coronel João Paulino Caldas ocorreu em Cuiabá a Revolta Rusga, movimento social de rebeldia decorrente da disputa pelo poder político regional entre liberais e conservadores sendo que os primeiros contaram com apoio popular, devido às lutas pela consolidação da independência do Brasil no Período Regencial.

Ressalta Brandão (1991) que em 22 de setembro de 1834, Antônio Pedro Alencastro tomou posse do Governo da Província de Mato Grosso como o 3º Presidente da Província e logo depois prendeu os responsáveis pelo movimento da Rusga sendo que mudou definitivamente a Capital para a cidade de Cuiabá e em agosto de 1835 oficializou a mudança.

Em 1836 o Governo da Província, devido à fase de expansão urbana em direção ao Rio Cuiabá, construiu o Porto de Cuiabá e a Capitania dos Portos. Também modificou o Córrego da Prainha com a cobertura de um canal até o Rio Cuiabá para remover do seu leito os entulhos da mineração.

Em 1837 ocorreram as primeiras tentativas para a instalação da Imprensa em Mato Grosso contando com apoio popular sendo que o Presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, obteve êxito na instalação da 1ª Tipografia do Estado para publicação de jornal com recursos obtidos mediante subscrição popular.

Por isso, em 14 de agosto de 1839, foi inaugurada a Typographia Provincial de Mato Grosso no governo de Estevão Ribeiro de Rezende, com a circulação do jornal Themis Mato-grossense, semanário para a publicação dos Atos Oficiais, porém devido à demanda entre o poder Executivo e Legislativo em junho de 1840 parou a sua circulação.

No entanto, em outubro desse mesmo ano, durante a presidência do Cônego José da Silva Guimarães, foi reorganizada a Tipografia do Estado e esse jornal foi relançado com o título de Cuyabano Oficial sendo que posteriormente foi intitulado como O Cuyabano ficando em circulação até junho de 1845 quando a

Província ficou sem jornal. Após dois anos, a Tipografia do Estado voltou a relançar esse jornal, intitulando-o como A Gazeta Cuyabana ficando em circulação apenas até 1848.

A Província de Mato Grosso colocou em Ata Pública a Tipografia Provincial em 31 de agosto de 1848, provocando reação na sociedade mato-grossense, uma vez que os recursos arrecadados entre a população haviam viabilizado a compra de seus equipamentos.

No entanto, o primeiro jornal particular de Mato Grosso, o Echo Cuiabano, foi editado a partir de setembro de 1848 e utilizou os equipamentos da primeira Tipografia. Esse jornal foi contratado pelo Governo da Província para a publicação dos Atos Oficiais durante os 42 anos seguintes em que a Província ficou sem jornal oficial.

No Período Imperial, duas características marcaram os jornais cuiabanos: Curto período de circulação e radicalização política. Dentre os poucos jornais particulares que circularam na época, os que lograram maior destaque e um longo período de circulação foram: Echo Cuiabano, Noticiador Cuiabano, A Situação, A Província de Mato Grosso e A Imprensa de Cuyabá. As publicações dos Atos Oficiais foram importantes para a manutenção desses jornais, com exceção dos jornais: A Situação que se manteve mesmo deixando de publicá-los e também A Imprensa de Cuyabá que realizou um trabalho de oposição ao Governo.

Em 1856, meados do século XIX, o meio de transporte fluvial pelo Rio Cuiabá predominou e se intensificou com a assinatura do Tratado de Aliança, Comércio e Navegação, o que possibilitou a ligação da cidade de Cuiabá ao Atlântico através da Bacia do Plata. Por isso, nesse período o transporte fluvial intensificou principalmente o comércio realizado em Cuiabá através da: Importação de mercadorias oriundas de diversas regiões do Brasil e do exterior; Exportação de matérias-primas e produtos locais de origem animal; Comercialização local desses produtos.

De acordo com Siqueira et al (1990), o Governo brasileiro no ano de 1856 assinou com o Governo paraguaio o Tratado Provisório da Amizade, Comércio e Navegação; esse Tratado tinha o objetivo de estabelecer a navegação fluvial pelo Rio Paraguai, transformando-o em principal via fluvial de ligação de Mato Grosso

com o Rio de Janeiro além de ter melhorado o comércio entre mercados internos e/ou externos e promover o desenvolvimento das cidades de Cuiabá e Corumbá.

No entanto, em 1863, a seca assolou a cidade de Cuiabá, extinguindo diversas Fontes de água potável, fato que levou o Chafariz do Mundéu a ser protegido por sentinelas militares que ficavam em uma guarita permanente. Por isso, o Presidente da Província pressionado pela população urbana tomou a decisão de construir um Açude, popularmente conhecido como Tanque do Baú, próximo à Igreja do Rosário o qual se transformou em um importante reservatório de água potável e em seu entorno ocorreu o surgimento de um local aprazível de passeio com arborização e bancos de madeira.

Em 1864 iniciou-se a Guerra do Paraguai - maior conflito armado internacional ocorrido no Continente Sul - Americano no final do século XIX, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança - Argentina, Brasil e Uruguai - durante o governo do General Manoel Albino de Carvalho, 16º Presidente da Província de Mato Grosso. O início dessa Guerra ocorreu devido ao aprisionamento do navio brasileiro Marques de Olinda e a detenção dos passageiros dentre os quais se encontravam o novo Governador Frederico Carneiro de Campos e vários Oficiais; no decorrer da Guerra do Paraguai a Província de Mato Grosso foi invadida sendo que em 17 de setembro de 1864 o Forte Coimbra, defendido pelo Comandante Tenente Coronel Hermenegildo Porto Carreiro, foi atacado pelo Coronel paraguaio Vicente Barrios.

Portanto durante a Guerra do Paraguai, o Tratado Provisório da Amizade, Comércio e Navegação foi suspenso e a navegação pela Bacia do Plata foi interrompida sendo restabelecida somente após o término desse conflito e permaneceu em plena atividade até o surgimento de outros tipos de transportes na década de 30 do século XX.

Nesse mesmo período, a Província de Mato Grosso foi invadida por Solano Lopez devido às seguintes problemas na fronteira: Proximidade do Paraguai; baixa densidade demográfica; Menor capacidade de defesa militar. Porém o Barão de Melgaço, o Almirante Augusto João Manuel Leverger, assumiu a presidência da Capitania e o comando das armas quando realizou as seguintes ações militares: Em 07 de janeiro de 1865 - Reorganizou a defesa da Província fundando o Corpo de

Voluntários Cuiabanos com ajuda do Corpo de Voluntários da Pátria criado pelo Governo Imperial; Em 13 de janeiro de 1865 - Investiu contra a flotilha paraguaia na Colina de Melgaço devido à ameaça de invasão à Capital da Província.

No entanto, a história das Comunicações em Mato Grosso só teve início com o trabalho pioneiro do Marechal Cândido Rondon, nascido em 5 de maio de 1865 em Mimoso - Município de Santo Antônio de Leverger, o qual foi posteriormente consagrado Patrono das Comunicações; atualmente celebra-se o Dia das Comunicações na data do seu aniversário.

Devido ao fato de terem persistido o problema de distribuição de água potável em Cuiabá, em 1866 o Governo da Província favoreceu a importação de equipamentos para as Empresas que deveriam realizar a ampliação da Rede de Abastecimento de Água na cidade de Cuiabá. Nesse período, o empresário Rafael Del Sar formalizou uma proposta para realizar a ampliação dessa Rede através de canos de ferro subterrâneos com a criação de 16 terminais na forma de Chafarizes. Sendo que a água seria coletada no Rio Cuiabá através de máquinas a vapor e distribuída sem nenhuma forma de tratamento; porém o contrato da prestação do serviço foi suspenso pelo Governo Provincial devido ao descumprimento do prazo para a realização dessas obras.

No entanto em 13 de junho de 1867 a cidade de Corumbá, invadida pelos paraguaios, com 12.000 habitantes foi assolada pela epidemia de varíola que dizimou mais da metade dessa população. Porém a cidade foi retomada pelo Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho com a ajuda do 1º Corpo de Vanguarda de Cuiabá.

Através do Vapor Nacional Corumbá em 23 de março de 1870 chegou à cidade de Cuiabá a notícia do término da Guerra do Paraguai, no final do século XIX após 06 anos de conflito, o que possibilitou a retomada da livre navegação na Bacia do Prata e novo impulso econômico à Capital de Mato Grosso. Por isso, o transporte de cargas e de passageiros foi realizado durante longo período através da navegação fluvial pelo Rio Cuiabá transformando-o em importante meio de comunicação na cidade de Cuiabá.

Portanto, a cidade de Cuiabá passou a ser o principal Polo Econômico da Região Norte do Estado de Mato Grosso e também do interior brasileiro porque

centralizou as seguintes atividades econômicas: Distribuição da produção da Agroindústria e do Extrativismo Vegetal: Borracha e Poaia; Comercialização dos produtos industrializados provenientes da Europa.

Em 1868, foi construído através de determinação do Governo um Chafariz, para aperfeiçoar o abastecimento de água potável em Cuiabá, no Largo do Ipiranga o qual deveria ser alimentado pelas águas do manancial existente na parte superior da Travessa Vilas Boas e pelas águas encanadas do Rio Cuiabá. Nesse mesmo ano parte da população do Bairro Do Porto era abastecida apenas por um Tanque, popularmente conhecido como Bica do Limoeiro, localizado na Rua Bela do Juiz a atual Rua 13 de Junho antes do Arsenal de Guerra.

Em 1871 o abastecimento de água potável de Cuiabá se encontrava ineficiente e por isso foi construído um Reservatório de água potável no antigo Quintal do Maranhão e também um Aqueduto para a alimentação do Chafariz do Largo da Conceição, atual Praça Bispo D. José. Portanto em 1872 essa situação continuava a mesma porque funcionaram poucas Fontes de água potável o que obrigou a população a realizar a captação individual de água diretamente nos Rios: Cuiabá e Coxipó.

Por isso, o então Presidente da Província, Francisco José Cardoso Júnior, almejando criar o Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Cuiabá recebeu do engenheiro Gustavo Adolpho Winfbain uma proposta de abastecimento por meio de poços profundos, no entanto o Projeto não chegou a ser efetivado, provavelmente por incapacidade técnica do proponente ou financeira da Província.

Evidencia Brandão (1991) que no final do século XIX o adensamento demográfico de Cuiabá sofreu um declínio, devido ao agravamento da navegabilidade dos rios que davam acesso à cidade, isto porque em 1872 o contingente populacional totalizou 35.987 habitantes, porém no ano de 1890 decresceu novamente 50% e totalizou 17.815 habitantes.

Em 1874 a travessia do Rio Cuiabá, entre Cuiabá e Várzea Grande, era realizada diariamente através de canoas até a inauguração dos serviços da Barca-Pêndulo. Nesse mesmo ano, Cuiabá sofreu excessiva escassez de água potável sendo que os Chafarizes secaram e as vertentes existentes na Cidade eram insuficientes para abastecer a população urbana.

Portanto em 1878, devido a sucessivos períodos de escassez de água potável na zona urbana de Cuiabá, o Governo tenta novamente trazer água do Ribeirão Mutuca. No ano de 1879 algumas Fontes de água potável que abasteceram o Centro de Cuiabá por mais de 150 anos deram sinais de exaustão. No entanto, somente em janeiro de 1880 o Barão de Maracajú apresentou à Assembleia Legislativa o Projeto do Engenheiro Major Francisco Nunes da Cunha, mesmo sendo justificado pelo baixo custo também não foi executado, no qual o abastecimento de água não seria mais realizado pelo Ribeirão Mutuca, mas pelos rios: Cuiabá e Coxipó.

Em 1880 a população exigiu a criação do Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Cuiabá, mesmo diante de importantes melhoramentos na infraestrutura da Cidade, porque o problema da escassez de água se agravou nos períodos de seca devido à ineficiência dos reservatórios de água - bicas, fontes, tanques e chafarizes – localizados nos espaços urbanos com maior densidade demográfica.

Nesse mesmo período, para aperfeiçoar o abastecimento de água potável no Centro de Cuiabá na zona urbana foi beneficiada com os seguintes pontos de abastecimento: Chafarizes - do Rosário, da Prainha, da Mandioca e do Mundéu; Tanques - do Baú e dos Lázarus; Bica da Prainha; Cacimba do Soldado e vários poços em residências e chácaras particulares. Localizavam-se também próximo ao Centro da cidade de Cuiabá outros pontos de abastecimento de água potável: Tanque Natural - localizado na atual Praça Clóvis Cardoso; Poço da Lixeira; Poços localizados próximo ao Tanque do Baú e o Tanque dos Bugres, popular Tanque do Menor - abastecia parte das residências do 2º Distrito, atual Bairro Do Porto.

Ainda em 1880, o Governo de Mato Grosso promulgou a Lei Provincial nº 548, que abria concorrência pública local e nacional para a construção do Sistema Público de Abastecimento de Água Potável na Capital da Província e a Assembleia Legislativa Provincial ofereceu incentivos e concessão a particulares para realizarem o transporte de cargas e água potável em Cuiabá até o Porto Geral. Porém não conseguiram fazer efetivo uso dessa concessão, através do estabelecimento de empresas de bondes sobre trilhos de ferro e carros.

Em maio de 1881 foi assinado o contrato com os empresários João Frick e Carlos Zanotta e em novembro de 1882 foi inaugurado o Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Cuiabá, no entanto o reservatório de água denominado de Caixa d'Água Velha localizava-se na atual Rua Comandante Costa esquina com a Nossa Senhora de Santana, porém atendeu apenas em dois horários de distribuição a 1/3 da população que vivia na zona urbana da cidade. No entanto, além da Rede de Abastecimento de Água previstos nesse contrato, construíram também no centro de Cuiabá as redes nas seguintes ruas: Barão de Melgaço, 27 de Dezembro, Mandioca, Bela Vista, Capim Branco, Conde D'Eu, Antônio Maria, Travessa Ipiranga e São Gonçalo.

Em agosto de 1883, o Governo Provincial autorizou esses mesmos empresários a realizarem a ampliação do Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Cuiabá e também expandiu o tempo para 25 anos de exploração dos serviços em domicílios residenciais o que ocasionou o rápido crescimento dessa Rede de Abastecimento. As obras de ampliação desse Sistema foram concluídas em fevereiro de 1884, com quadruplicação da capacidade de distribuição de água potável em Cuiabá.

Porém, no mês de outubro de 1884, o Deputado Provincial Antônio Augusto Ramires de Carvalho apresentou um Projeto à Assembleia Provincial para que o Governo contratasse a expansão da Rede Subterrânea de Abastecimento de Água Potável para os Bairros da Boa Morte e Lava-Pés. No entanto o empresário João Frick foi informado de que a Assembleia Provincial pretendia anular o acordo realizado anteriormente; apesar de vários contatos com o Presidente da Província, Floriano Peixoto, o empresário não conseguiu suspender o processo de desapropriação sendo que o Governo da Província encampou definitivamente o Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Cuiabá.

Em 1889, ano da Proclamação da República, circulavam em Cuiabá apenas três jornais: A Província de Mato Grosso (do Partido Liberal, com subvenção do Governo), A Situação (do Partido Conservador) e A Gazeta (de propriedade privada, porém com propaganda republicana).

Um importante marco na Área das Comunicações de Mato Grosso teve início com a instalação das seguintes linhas telegráficas: Cuiabá – Registro do

Araguaia (1891); Cuiabá – Coxim – Aquidauana (1903); Aquidauana – Corumbá (1904) e Corumbá – Porto Murtinho – Belo Vista (1905). Inúmeras outras linhas telegráficas foram instaladas gradativamente durante vários anos até que finalmente através da conclusão dos trabalhos de instalação foi rompido o secular isolamento do Estado de Mato Grosso ligando-o aos Estados de: Amazonas e ao Acre.

No entanto, esse Sistema de Telegrafia tornou-se obsoleto diante da evolução tecnológica do Sistema de Comunicação Telefônica. Por isso, em 1909 foi fundada a Empresa Telephonica de Cuyabá, outorgada pelo Governo Municipal ao Sr. João Pedro Dias conforme contrato lavrado em 17 de fevereiro e publicado pela Gazeta Oficial de 02 de março desse ano, no entanto no decorrer de 45 anos passou por diversas fases e inúmeros proprietários.

Em 1909 a demarcação realizada pela Comissão Rondon determinou o lugar da sede do Município de Cuiabá a 177m de altitude.

No final do século XIX e início do século XX o complexo de Usinas de Açúcar marcaram a economia e a política, porque vários proprietários usineiros foram Governadores do Estado de Mato Grosso, na faixa justa fluvial do Rio Cuiabá nos Municípios de: Cuiabá, Barão de Melgaço e Cáceres.

Nesse mesmo período, os bondes puxados a burro entraram em circulação na zona urbana de Cuiabá através da Companhia Progresso Cuiabano quando realizavam o seguinte trajeto: Nas proximidades da atual Rua XV de Novembro; Às margens do Rio Cuiabá; Largo da Mandioca atual Praça Dona Bembém.

Apenas em 1911, início do século XX, foi ampliada a extensão da Rede de Água Domiciliar do Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Cuiabá quando se tornou mais eficiente chegando até aos Bairros: Boa Morte e Lava-Pés.

Em 1915, iniciou-se a decadência da navegação fluvial após a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ligando Bauru - São Paulo à Porto Esperança localizada na margem esquerda do Rio Paraguai. No entanto a viagem Cuiabá – Rio de Janeiro era realizada em 08 dias devido a distancia e a diversificação dos meios de transportes utilizados: no trajeto Cuiabá - Porto

Esperança a viagem era realizada através de transporte fluvial e no trajeto restante, Porto Esperança – Bauru - Rio de Janeiro, a viagem era realizada através de transporte ferroviário.

Em julho de 1919, Cuiabá foi beneficiada pelo Sistema de Iluminação Elétrica gerada por máquina a vapor sendo que a primeira casa de força estava localizada às margens do Rio Cuiabá no lugar popularmente conhecido como “Hidráulica”, foi montada com concessão do Governo do Estado à iniciativa privada para explorar a iluminação pública da Capital e fornecer força motriz. No entanto a partir do início da década de 20 a Hidráulica responsabilizou-se também pelo abastecimento de água da Cidade o que aperfeiçoou nesse período o Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Cuiabá.

Em 1926 as medidas governamentais do Dr. Mário Correa da Costa deu início as obras da 1ª Usina Hidroelétrica de Mato Grosso no Rio da Casca no Município de Cuiabá sendo que em 1928, a Usina Casca I também entrou em funcionamento quando foram abandonadas as instalações a vapor e montados conjuntos movidos à eletricidade para aperfeiçoar o Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Cuiabá.

No início da década de 30, se destacaram 02 Jornais: A Cruz – Jornal lançado pela Igreja Católica e editado por mais de 50 anos pela Arquidiocese de Cuiabá; O Estado de Mato Grosso – Jornal lançado nesse período em comemoração ao Centenário da Imprensa Mato-grossense.

Quanto ao transporte aéreo, às primeiras viagens à cidade de Cuiabá por não existir campo de pouso foram realizados o seguinte trajeto: Os passageiros viajavam de avião até a cidade de Corumbá onde embarcavam em hidroavião que pousava no Rio Cuiabá. Póvoas (1995) enfatiza que, os avanços alcançados a partir da década de 30 em Cuiabá quando a navegação aérea realizava viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro em 12 horas através da empresa Condor com comunicação através do rádio.

Em 13 de fevereiro de 1934 foi fundada a Rádio Sociedade de Cuiabá, 1ª Estação Radiofônica que surgiu após a construção de um conjunto de transmissores e receptores pelo Sr. Deodato Gomes Monteiro para o Palácio do Governo, a qual

ficou pouco tempo em atividade transmitindo músicas e notícias no Estado de Mato Grosso.

Na década de 30, a cidade de Cuiabá entrou novamente e permaneceu durante alguns anos em recessão econômica devido à queda na produção: a) Agroindustrial local que afetou profundamente e ocasionou o declínio das Usinas de Açúcar motivado pelos seguintes fatores: Concorrência de produto similar originário de outras regiões; Dificuldades de transporte e Insuficiência técnica e de maquinaria e também a política dos revolucionários desse período contra o poder das oligarquias regionais; b) Extrativista mato-grossense vinculada ao comércio internacional perdeu o mercado consumidor para fornecedores de outras regiões.

Com a instalação do Estado Novo em 1934, no Brasil essa situação recessão econômica modificou quando o Governo Federal lançou a política de integração nacional através do Programa Marcha para Oeste. Nesse período buscou-se interiorizar as relações capitalistas e expandir o capital internamente acumulado em curto prazo, sendo que no Estado de Mato Grosso destacou-se a seguinte mudança na paisagem urbana especialmente na cidade de Cuiabá: Ocupação dos “espaços vazios” através da aceleração do processo de urbanização e valorização do solo urbano; nesse contexto Ortega Cantero (1988, “Tradução Nossa”) afirma que, para falar de paisagem e o ato de manifestar-se de forma concreta temos que apresentar razões para a interpretação cultural da realidade e por em ordem o lugar onde vivemos os quais conferem valores, tamanhos simbólicos e significação.

Nesse mesmo período, para realizar mudanças significativas no espaço geográfico urbano e intervir na paisagem natural a cidade de Cuiabá ganhou a primeira avenida onde surgiram prédios destinados para a: Administração pública, agências bancárias, hotelaria e lazer. Posteriormente, Cuiabá transformou-se em um polo de apoio à ocupação da Amazônia Meridional Brasileira, passando a ser chamada de “Portal da Amazônia” durante o processo de urbanização iniciado no final da década de 30 e intensificado apenas após 30 anos com uma grande explosão demográfica que ocasionou o surgimento da conurbação com o Município de Várzea Grande.

De acordo com Claval (1999, “Tradução Nossa”), a paisagem apresenta sinais da atividade produtiva e força de trabalho dos homens para viver na Terra, ajustando-os ao indispensável. E que a sociedade capitalista determinada pelo tecnicismo materialista, domina e produz para retribuir às razões religiosas, sentimentos ideológicos ou prazeres estéticos dos grupos sociais.

Em 1939 a Prefeitura Municipal de Cuiabá instituiu um Bosque Municipal, posteriormente denominado Horto Florestal Tote Garcia, localidade do Lava-Pés na Região Sul de Cuiabá à margem esquerda do Rio Coxipó.

Nesse mesmo período ocorreu a popularização do rádio no território brasileiro sendo que Jerzy Jacob montou um radiotransmissor que levou ondas hertzianas aos poucos receptores existentes na cidade de Cuiabá.

Na década de 40, a navegação fluvial se intensificou pelo Rio Cuiabá ocasionando grande movimentação de embarcações no Porto fluvial favorecendo a ligação do Município de Cuiabá às outras cidades brasileiras e países sul-americanos vizinhos. Nesse período, no Bairro Do Porto ocorreu um grande adensamento demográfico o que ocasionou a intensificação do comércio realizado principalmente pela população local.

Nesse contexto, SÁ [s/d] ressalta que no Porto fluvial do Rio Cuiabá foi muito intenso e importante o trânsito de passageiros no período vespertino para o embarque na “Guaporé” ou na “Cidade de Corumbá” ocorrendo à reunião de uma grande quantidade de pessoas, familiares e amigos dos passageiros, para se despedirem com a presença frequente da Banda de Música.

Nesse mesmo período, durante o governo de Júlio Müller, ocorreu também grande impulso na comunicação terrestre entre Cuiabá e Campo Grande quando ocorreu alteração no trajeto da estrada que ligava essas duas cidades sendo que a viagem apesar de cansativa passou a ser mais rápida do que a realizada por via fluvial. Sendo que o trajeto antigo pela Chapada dos Guimarães foi retificado na altura da Serra de São Vicente para que se evitasse o perigo dos pontos mais críticos: Portão do Inferno e Mata Fria.

Ainda durante a década de 40 o primeiro Aeródromo de Cuiabá foi construído nas imediações da atual Av. Miguel Sutil, onde hoje é a Vila Militar, sendo

que ficou sob a responsabilidade do Departamento da Aeronáutica Civil – DAC com pista de 800 m que não comportou mais pouso e decolagem de aviões de maior capacidade, porém permitiu voos diários operados ainda pela Empresa Sindicato Condor com o avião Junker-JU 52 de 18 lugares.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas foi construída e inaugurada em 1942 a 1ª ponte de cimento armado da cidade de Cuiabá - com largura aproximada de 7 m, caixa de rolamento para dois veículos e passeio para pedestres - que recebeu o nome de Júlio Müller.

O atual Aeroporto Internacional Marechal Rondon foi planejado aproximadamente em 1942, por ocasião da criação do Distrito de Obras de Cuiabá do Ministério da Aeronáutica. Nos estudos realizados havia duas propostas de localização sendo: Campo da Fonte e Município de Várzea Grande que foi adotada porque ofereceu melhores condições.

Em 13 de setembro de 1943, durante a vigência do Estado Novo pelo Decreto nº. 5.812/1943 foram desmembrados do Estado de Mato Grosso os seguintes Territórios Federais: Ponta Porã e Guaporé (atual Estado de Rondônia).

Em 1944 foi concedida, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, a autorização oficial para o funcionamento da Rádio – Sociedade A Voz do Oeste cuja inauguração aconteceu no dia 12 de dezembro, com a seguinte programação: Músicas, “jornais falados”, programas de auditório e novelas radiofônicas.

Em 1945, os conjuntos movidos à eletricidade foram transferidos para uma nova tomada d'água no Rio Cuiabá próxima da Ponte Júlio Müller, a Hidráulica do Bairro Do Porto, porém atualmente existe apenas um pequeno vestígio da mesma nas proximidades do Museu do Rio. Por isso nesse mesmo ano edificou-se a Estação de Tratamento em um ponto alto da Cidade de Cuiabá, na atual Rua Presidente Marques localizada no Bairro do Quilombo.

No ano de 1946, devido ao 8º Artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 18 de setembro o Território Federal de Ponta Porã voltou a se reintegrar ao Estado de Mato Grosso. Nesse mesmo período o Serviço Social do Comércio – SESC foi criado no Brasil em 13 de

setembro pelo Decreto-Lei nº 9.853; porém em 6 de dezembro de 1947 foi instalado em Mato Grosso na condição de Delegacia Estadual.

Em 1949 o Governo Estadual de Arnaldo Estevão de Figueiredo através da Lei nº 82 de 07 de dezembro de 1949, autorizou a doação de uma área de 700 ha de terras estaduais situada no Município de Várzea Grande para o Ministério da Aeronáutica para a construção de um novo aeroporto, atualmente denominado: Aeroporto Internacional Marechal Rondon.

Na década de 50, em Cuiabá ainda eram utilizados transportes de tração animal, carroças e charretes, carregadas principalmente de produtos alimentícios para serem comercializados pelas ruas. O cavalo também era utilizado nos atendimentos médicos e nos passeios diários, porém com o avanço industrial associou-se a tração animal às novas tecnologias.

Nesse mesmo período, o transporte urbano rodoviário de Cuiabá foi monopolizado pelas empresas Garagem Mecchi e Garagem Alagoana proprietárias dos táxis e jardineiras - ônibus aberto nas laterais, de carroceria montada sobre chassi de automóvel - que circulavam ligando regularmente o centro da Cidade ao atual Distrito do Coxipó da Ponte e também ao Município de Várzea Grande. Posteriormente, foram introduzidos os modernos coletivos fechados de novas empresas, sendo que não conseguiram permanecer no mercado.

De acordo com Cuiabá (2009), em 1952 foi construído o Sistema de Esgotamento Sanitário de Cuiabá tendo por base o Projeto elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito que consistia em: Redes coletoras distribuídas por 11 Sub-Bacias ou Distritos; Coletores-tronco ao longo do Córrego Prainha; 04 Estações Elevatórias com seus respectivos emissários e 01 Estação de Lodo Ativado com Aeração Prolongada. Nesse Sistema havia algumas extensões de: Redes Coletoras totalizaram cerca de 18 km com capacidade prevista para 160 l/s e Estação Depuradora era constituída de 08 módulos de 20 l/s; eram dotados de gradeamento, desarenador, tanque Imhoff e leitos de secagem sendo que a descarga do efluente final da Estação Depuradora seria feita no Rio Cuiabá a aproximadamente 30m da margem por tubulação submersa.

Esse Sistema de Esgotamento Sanitário localizava-se no Centro de Cuiabá e abrangia a área composta pelas seguintes vias públicas: Av. Dom Bosco,

Rua Tenente Coronel Duarte, Rua Comandante Costa e Rua Voluntários da Pátria. Sendo que o 1º Módulo de Tratamento de Esgoto foi construído próximo do Parque de Exposições de Cuiabá; no entanto não foram feitas as ligações domiciliares o que motivou o completo abandono desse Sistema e posteriormente o corte da rede assentada em vários pontos devido à realização de obras nessas vias públicas.

Em agosto de 1954 a Companhia Telephonica Cuiabana foi fundada através da reunião de 618 acionistas da Associação Comercial que também comprou o acervo existente na empresa e começou a operar através de um sistema automático composto por 1.000 linhas fabricado pela Ericsson da Suécia.

Nesse mesmo ano, surgiu a pioneira Rádio A Voz do Oeste adquirida por Roberto Jacques Brunini quando iniciou o período áureo da sua história sendo que entre as personalidades marcantes destacou-se o jornalista Alves de Oliveira com o Grande Jornal Falado e A Crônica das Doze e Cinco.

Em 1955, se instalou em Mato Grosso a 2ª Emissora, Rádio Cultura de Cuiabá fundada por Jercy Jacob, com programas musicais sertanejos, porém paralisou suas atividades temporariamente.

Em 1956 no Aeroporto Marechal Rondon foi inaugurada a pista de pouso, primeira obra construída pela empresa Camargo Correa. No entanto, em 1957 a sede do Distrito de Obras foi transformada em estação de passageiros que abrigou precariamente diversas Companhias Aéreas.

Para corrigir a demanda energética na cidade de Cuiabá, construiu-se a Usina Casca II no Rio da Casca, inaugurada em 1958. No mesmo ano, o Governador do Estado João Ponce de Arruda, criou as Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A. - CEMAT.

Em 1959 o empresário paulista Roberto Jacques Brunini, proprietário da Rádio A Voz do Oeste, fez a primeira tentativa de instalação de Televisão em Mato Grosso quando propôs sociedade para a organização da TV A Voz do Oeste - Canal 2 aos jornalistas: Alves de Oliveira, Adelino Praeiro e Paulo Zaviaski.

Com a criação da Federação do Comércio no Estado de Mato Grosso, o SESC em 1º de abril de 1959 passou a ser Departamento Regional. No entanto, em

agosto desse mesmo ano foi inaugurada a Rádio Difusora Bom Jesus, ligada à Igreja Católica e idealizada pelo Arcebispo de Cuiabá, D. Orlando Chaves.

Em 1960 a Rádio Cultura voltou a operar oficialmente após ter paralisado suas atividades por aproximadamente 05 anos, porém a sociedade da TV A Voz do Oeste se desfez em virtude de mudanças na política do Estado e da União.

No entanto, apenas no ano de 1964 o primeiro terminal de passageiros do Aeroporto Marechal Rondon foi entregue ao público devido à passagem por Cuiabá da Ex Primeira-dama do País, D. Maria Tereza Goulart, a qual deparou com as precárias condições das instalações do terminal aéreo para passageiros e por isso solicitou ao Presidente João Goulart a construção desse terminal.

Na década de 60 surgiram no transporte rodoviário urbano de Cuiabá uma frota de veículos de porte médio, lotações particulares, que monopolizaram o mercado até o surgimento da Empresa de Ônibus Rápido Noroeste, com concessão exclusiva para atuar durante duas décadas em Cuiabá e Várzea Grande até o surgimento de outras empresas. No entanto, antes da construção do primeiro Terminal Rodoviário de Cuiabá, o ponto de partida da frota de ônibus estava localizada na Rua 13 de Junho, Centro da cidade de Cuiabá, próximo à Av. Isaac Póvoas.

Apenas em meados da década de 60, o primeiro Terminal Rodoviário foi construído no Centro de Cuiabá, na Rua Miranda Reis nas proximidades da Praça dos Motoristas, pelos irmãos Filogônio e Bráulio Teodoro Ribeiro, porém nesse período somente quatro ônibus saíam diariamente.

As observações meteorológicas em Cuiabá, até 1966 ficou sob a responsabilidade do Observatório Meteorológico Dom Bosco, a partir de então passaram a ser realizadas pelo 9º Distrito Meteorológico ligado ao Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA sediado na conurbação da cidade de Várzea Grande com Cuiabá.

Em 1967 ocorreu a segunda tentativa de instalação de Televisão em Mato Grosso quando Antonieta Ries Coelho recebeu a incumbência de empresários de Campo Grande, os irmãos Zahran, para instalar uma Emissora de Televisão na

Capital mato-grossense inicialmente com a venda de aparelhos de televisão à população, porém novamente a tentativa não deu certo.

Em 1968, os irmãos Zahran e Antonieta Ries Coelho estabeleceram em Campo Grande a TV Morena, Canal 6, aplicando empréstimos bancários e recursos próprios. O sucesso em Campo Grande fez com que as atenções se voltassem à Cuiabá, Capital mato-grossense, onde se esperava que essa experiência bem-sucedida se repetisse.

Finalmente foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1969 a 1ª Emissora de Televisão de Cuiabá, TV Centro – América Canal 4, que monopolizou o mercado durante 11 anos transmitindo programações das TV Record e TV Tupi e colocou a Capital no pequeno grupo de 39 cidades brasileiras com Estação Geradora de Imagens.

Nesse mesmo período, o Conselho Nacional de Telecomunicações - CONTEL para conceder autorização de funcionamento para uma Emissora de Televisão exigia a formação de uma rede com 1.500 aparelhos receptores instalados nas residências o que motivou uma campanha de venda de equipamentos cujo êxito permitiu a inauguração TV Centro - América em Cuiabá.

Devido à transferência da Capital do Brasil para Brasília na década de 60 e com a implementação da Política de Integração Nacional na década de 70, a cidade de Cuiabá integrou-se à Malha Rodoviária Nacional através da abertura de novas rodovias.

Na década de 70, o Brasil vivia o “Milagre Econômico” apregoado pelos governos militares sob inspiração da Doutrina da Segurança Nacional, o que prejudicou o Meio Ambiente e a soberania nacional devido a: Propaganda para colonização; Ocupação das fronteiras agrícolas no território brasileiro; Preocupação para resolver os conflitos no Sul e Sudeste do Brasil; Implantação do modelo econômico Capitalista.

Após ser determinado o objetivo desse Plano Geopolítico, milhões de brasileiros foram deslocados para o “Eldorado”: Região Centro-Oeste e Região Norte. Porém, devido à mecanização da agropecuária nessas Regiões ocorreu o crescimento acelerado dos centros urbanos e obviamente ocasionou uma grande

explosão demográfica e rápida evolução urbana da cidade de Cuiabá que representava o grande portal para Amazônica.

Nesse contexto surgiu o Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá - CPM, objetivando apoiar as famílias procedentes de outras regiões do Brasil com a perspectiva promissora de atuarem na colonização, ocupação e fixação das terras produtivas. Posteriormente grande parte do contingente de migrantes sofreram frustrações devido aos pequenos lucros obtidos com o trabalho pesado na construção civil em obras públicas: Novas cidades, pontes, viadutos, barragens, rodovias e estrada de rodagens.

No entanto, nesse período iniciou-se o grande marco de crescimento no Brasil devido à implementação desse Programa de Povoamento do Interior do País sendo que em apenas 05 anos ocorreu um grande adensamento demográfico nessas áreas porque o crescimento populacional passou de 83 mil para 127 mil habitantes.

Em janeiro de 1970 ainda no governo de Pedro Pedrossian, foi inaugurada mais uma Estação de Tratamento de Água na zona urbana de Cuiabá, a ETA II, que foi edificada na Av. São Sebastião.

No decorrer da década de 70, devido à expansão os serviços públicos se tornaram insuficientes para as instalações do Palácio do Governo sendo que as secretarias e autarquias do Governo Estadual se dispersavam por vários edifícios particulares do centro da cidade de Cuiabá; isso ocasionou o rápido adensamento demográfico dessa área sendo que ocorreu também o aumento dos problemas de trânsito e o acesso da população aos serviços da administração pública foi prejudicado.

Portanto, para resolver esse problema ambiental o Governador José Fragelli, interferiu no traçado urbanístico alterando a paisagem da Cidade criando um novo eixo de crescimento com a construção do Centro Político-Administrativo – CPA. Esse processo de descentralização alargou o sítio urbano devido à incorporação de novas áreas ao centro da cidade de Cuiabá através da construção pelo DNER da seguinte infraestrutura: Ligação do CPA com o Centro da Cidade – através da abertura da Av. Historiador Rubens de Mendonça como uma extensão da Av. da Prainha e também a instalação e pavimentação do Anel Rodoviário; Av.

Miguel Sutil; Construção de viadutos nos cruzamentos da Av. Miguel Sutil com as avenidas: Historiador Rubens de Mendonça e Fernando Correa. Devido à disponibilidade dessa infraestrutura e a existência de áreas livres no seu entorno, ocorreu a construção de Conjuntos Habitacionais nas seguintes Regiões: CPA - Ocorreu a ocupação gradativa a partir do segundo semestre de 1979 das casas populares do CPA I, II, III, IV para atender à população de baixa renda; Morada do Ouro – Casas populares para atender a população da classe média.

Nesse mesmo período, em Cuiabá também foi concluído as obras de cobertura do Córrego da Prainha, anteriormente canalizado, o que ocasionou a ampliação da Av. da Prainha, atual Av. Tenente Coronel Duarte, com mais duas faixas de rolamento e um canteiro central para tentar melhorar o fluxo de veículos e resolver o problema de congestionamento do tráfego no Centro da cidade. A construção do Estádio de Futebol Governador José Fragelli, popular Verdão, também foi realizada no Bairro Cidade Alta.

Surgiu também nesse mesmo período, dois Sistemas de Abastecimento de Energia Elétrica, ambos alimentados por Usinas Hidroelétricas: o Sistema Interligado - integrante do Sistema Nacional Sul/Sudeste/Centro-Oeste e o Sistema Isolado. Através de mediação da ELETROBRÁS e ações conjuntas dos Governos, Estadual e Federal, o Estado de Mato Grosso passou a fazer parte do Sistema Integrado Nacional com a conclusão e inauguração da linha de transmissão de energia elétrica proveniente do Estado de Goiás.

No entanto, somente em 1971 entrou em operação a 3ª Unidade do Complexo Hidroelétrico do Rio da Casca, a Usina Casca III, cuja construção iniciou-se na década de 60.

Em julho de 1973 a Companhia Telephonica Cuiabana após atingir 2.978 terminais, foi incorporada ao Sistema TELEBRÁS e passou a ser denominada Telecomunicações de Mato Grosso S.A – TELEMAT. Dando sequencia a política do Governo Federal executada pela TELEBRÁS, iniciaram-se as incorporações das Empresas Públicas Municipais e Privadas existentes no Estado de Mato Grosso, de acordo com as seguintes datas de incorporação: 1973 - Telefônica Corumbaense e Serviço Telefônico Autônomo de Rondonópolis; 1974 - Telefônica Oeste do Brasil de Campo Grande; 1975 - Telefônica Poconeana; 1975 - Serviço Telefônico Municipal

de Cáceres; 1975 - Serviço Telefônico Municipal de Guiratinga; 1976 - Empresa Telefônica Aquidauanense. Com esta última incorporação o Estado ficou completamente integrado no setor de telecomunicações por meio da TELEMAT.

Em 22 de agosto de 1973 através da Lei Municipal nº 1.315, o popular Morro da Luz recebeu a denominação de Parque Antônio Pires de Campos.

Em 03 de fevereiro de 1975 de acordo com Portaria nº 102/74 do Ministério da Aeronáutica, a INFRAERO assumiu a administração do Aeroporto Marechal Rondon, dando início à execução de várias obras para atender às necessidades do Complexo Aeroportuário.

Nesse mesmo ano entrou em operação a Rádio Cuiabana de Melodias, a 4ª Emissora de Rádio de Cuiabá, no entanto foi a primeira a operar em Frequência Modulada – FM.

Em 1977, através da Lei Complementar nº 31 ocorreu a divisão do Estado de Mato Grosso e a criação de uma nova Unidade Federativa no Brasil denominada: Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 1978 foi inaugurada, a 2ª Emissora de Televisão de Cuiabá, TV Brasil Oeste, veiculando a programação da Rede Bandeirantes de Televisão. No entanto a partir de 1979 a TV Centro América foi filiada à Rede Globo de Televisão.

Em 10 de dezembro de 1979 o Governo Estadual inaugurou o moderno Terminal Rodoviário de Cuiabá Eng. Cássio Veiga de Sá localizado na Av. República do Líbano, Bairro Alvorada, porque: O antigo e pequeno Terminal Rodoviário localizado na Rua Miranda Reis não tinha capacidade para suportar 96 partidas diárias e a demanda de um grande fluxo de pessoas. Seu arrojado Projeto Arquitetônico foi elaborado pelos arquitetos Moacyr Freitas e Ercílio Gonçalves de Souza com a participação de Paulo A. Mendes da Rocha, cujos Projetos complementares sugeriram a utilização de grandes vãos livres e o emprego do concreto protendido.

No começo dos anos 80, no governo de Frederico Carlos Soares Campos, foram construídos: O Núcleo Habitacional do Tijucal; ETA do Tijucal para aumentar a distribuição de água tratada na cidade de Cuiabá.

Na década de 80 o acelerado processo de crescimento do Estado de Mato Grosso e de sua Capital, a cidade de Cuiabá, aumentou o consumo de energia elétrica, o que ensejou a discussões sobre a infraestrutura energética. Por isso, o Governo do Estado passou a desenvolver ações para viabilizar o atendimento da demanda o que ocasionou a construção da Usina do Manso dentro do conceito de obra com finalidade múltipla: Gerar energia, regular as águas do Rio Cuiabá para controlar as enchentes cíclicas que afetavam a cidade de Cuiabá.

Em 1983 o Grupo Futurista assumiu a TV Brasil – Oeste, filiada à Rede Manchete sendo que posteriormente retornou novamente à Rede Bandeirantes de Televisão.

Em 13 de dezembro de 1983 através do Decreto nº 870, o Parque Antônio Pires de Campos foi declarado Patrimônio Histórico, Paisagístico e Ecológico do Município de Cuiabá⁸.

Em 1º de outubro de 1987, ocorreu o tombamento provisório do Centro Histórico de Cuiabá, porém somente se tornou definitivo em 19 de agosto de 1988 pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

A partir de 1987 até 1990, no governo de Carlos Bezerra, a capacidade do ETA do Tijucal que operava com 100 litros/segundo aumentou para 300 l/s.

Em 1988 a Constituição Federal do Brasil determinou a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor como instrumento básico de Ordenamento Municipal para todos os Municípios da Federação com população acima de 20 mil habitantes.

Nesse mesmo ano entrou em atividade a 3ª Emissora de Televisão, TV Cidade Verde, transmitindo programação do Sistema Brasileiro de Televisão - SBT.

Também foram iniciadas em 1988, as obras da Usina do Manso, localizada no Rio Manso afluente do Rio Cuiabá - Município de Chapada dos Guimarães, porém as obras foram paralisadas em 1989.

Através da Lei Municipal de 19 de junho de 1989 o Bosque Municipal no antigo Lava-Pés, atualmente denominada Praça Santos Dumont, foi nominado Horto Florestal Tote Garcia.

⁸ Ver: Item 2.4.8 e Figura 9.

Através da Lei Municipal nº 2.681 de 06 de junho de 1989 foi criado a Reserva Ecológica Massairo Okamura e ficou localizado na Região Norte da cidade de Cuiabá próximo ao CPA.

Em 1989 o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães⁹ foi criado pelo Decreto Federal nº 97.656, de 12 de abril de 1989 com 32.032 ha nos Municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães.

No final década de 80, a TELEMAT continuou a prestar serviços aos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, até que o Governo Federal autorizou a criação de nova empresa conservando a denominação de Telecomunicações de Mato Grosso S.A. – TELEMAT para operar exclusivamente em Mato Grosso.

Em 1990 foi aprovada a Lei Orgânica Municipal que reafirmou a obrigatoriedade do Plano Direto, determinado pela Constituição Federal do Brasil para o Ordenamento Municipal dos Municípios com população acima de 20 mil habitantes, dispondo sobre os critérios para sua elaboração.

Em 04 de novembro de 1992 o Ministério de Cultura homologou o tombamento do Centro Histórico de Cuiabá.

Devido ao processo de consolidação de Ordenamento do Município de Cuiabá, em dezembro de 1992 foi aprovada a Lei Complementar Municipal nº 003, Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cuiabá, que ordenou o crescimento da cidade e estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento social ecologicamente sustentável. Juntamente e como parte integrante da Lei do Plano Diretor foi aprovada também a Lei Complementar Municipal de Gerenciamento Urbano nº 004 de 24 de dezembro de 1992 que instituiu os seguintes Códigos: Sanitário e de Postura do Município; Obras e Edificações; Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Ressaltamos que o Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais que passou a orientar e a integrar as políticas públicas referentes ao Meio Ambiente na cidade de Cuiabá, sendo que também criou várias Unidades de Conservação Ambiental tais como: Parque Mãe Bonifácia, Mata Ciliar do Córrego Quarta-Feira; Mata Ciliar do Ribeirão da Ponte; Mata Ciliar do Ribeirão do Lipa; Mata

⁹ Ver: Subitem 2.4.8.

Ciliar do Rio Cuiabá; Rio Coxipó; Morro da Luz; Horto Florestal; Mata do Parque Mãe Bonifácia; Mata Semidecídua do Córrego Manoel Pinto (Campo do Bode); Cerrado/Cerradão do Centro de Zoonoses; Cerrado do Centro Político Administrativo - CPA; Matas Ciliares dos Córregos: Moinho, Gunitá e Barbado e também a Cabeceira do Córrego da Prainha (Bairro Alvorada, entre os loteamentos dos Bairros: Consil e Quarta-Feira).

Em 1993 foi estabelecido através da Lei Complementar Estadual nº 028/1993 a criação da conurbação entre Cuiabá e o Município vizinho, Várzea Grande, formando o Aglomerado Urbano Cuiabá - Várzea Grande.

Nesse mesmo ano, finalmente entrou em operação a 4ª Emissora, a TV Gazeta, empreendimento do Grupo Gazeta de Comunicações a qual operou inicialmente com programação da CNT e hoje com programação da RECORD.

Em 1994 para regulamentar a Lei do Plano Diretor da cidade de Cuiabá determinada pela Constituição Federal do Brasil foi elaborada a Lei do Perímetro Urbano - Lei nº 3.412/1994 tendo como diretriz: Incorporação das parcelas urbanas localizadas fora dos limites legais do Perímetro Urbano; Ampliação de oferta de áreas para fins industriais.

Nesse mesmo ano através da Lei nº 3.262/1994 foram criadas: Administrações Regionais; Macrozona Urbana de Cuiabá que foi dividida em 04 Regiões Administrativas: Norte, Sul, Leste e Oeste.

Em agosto de 1994 entrou em operação a telefonia móvel no Estado de Mato Grosso, através da Empresa TELEMAT.

Nesse mesmo ano foi criada mais uma Unidade de Conservação Federal com 200 ha através da Portaria Federal nº 104, de 04 de outubro de 1994, denominada: Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN São Luís.

Em 1995 o Poder Executivo Estadual criou a Área de Preservação Ambiental - APA da Chapada dos Guimarães com 251.848 ha através do Decreto nº 537 de 21 de novembro de 1995. No entanto, esse Decreto foi homologado apenas em 05 de dezembro de 2002 através da Lei Estadual nº 7.804.

A partir de 08 de fevereiro de 1996, através da Portaria nº 1.043 de 07 de dezembro de 1995 do Ministério da Aeronáutica, finalmente o Aeroporto Marechal Rondon foi incluído entre os Aeroportos Internacionais do Brasil.

Nesse mesmo ano foi inaugurada em Cuiabá a Usina de Reciclagem cuja central de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos foi construída com recursos liberados pelo Banco Mundial, por meio do Programa de Desenvolvimento Agroambiental – PRODEAGRO.

Vigente desde 1.º de janeiro de 1997, até 23 de dezembro desse mesmo ano, o Sistema de Saneamento Público de Cuiabá passou da administração estadual para a municipal a partir da sanção da Lei Complementar nº 023 de 17 de dezembro de 1996. Essa Lei criou a Secretaria Especial de Saneamento para planejar e executar a política municipal de abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário em articulação com o Governo Estadual.

Nesse mesmo ano, dando continuidade à montagem da infraestrutura energética no Brasil o Governo Federal negociou com a Bolívia a aquisição de gás natural. Por isso, o Governo do Estado de Mato Grosso buscou parcerias com empresas privadas para o Gasoduto atravessar também o Estado de Mato Grosso.

Nesse contexto, a construção do Gasoduto Bolívia - Mato Grosso foi realizado em parceria com a empresa Gasocidente Mato Grosso Ltda com a participação das seguintes empresas: Transredes S.A., Enron e da Shell Gás Latin American B.V. Portanto o Gasoduto Bolívia – Mato Grosso, ligando San Mathias a Cuiabá, passou a fazer parte do Projeto Integrado de Energia de Cuiabá cujo empreendimento criou nova infraestrutura energética para o desenvolvimento econômico regional.

Em 1997 a Lei nº 3.723/97 delimitou os Bairros da cidade de Cuiabá e definiu as áreas das 04 Regiões Administrativas.

Nesse mesmo ano a Secretaria Especial de Saneamento foi extinta pela Lei Complementar nº 040, de 23 de dezembro de 1997, repassando suas atribuições à Agência Municipal dos Serviços de Saneamento – AMSS. Essa Agência Municipal foi criada pela Lei Complementar nº 041 de 23 de dezembro de 1997, com a finalidade de regular e controlar na zona urbana de Cuiabá a prestação dos

seguintes serviços públicos de saneamento: Abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e disposição dos resíduos sólidos.

Em 1998 o processo de privatização do Sistema de Telecomunicações foi concluído e a BRASIL TELECOM passou a ser a detentora exclusiva de concessão para a prestação do serviço telefônico fixo comutado em Mato Grosso.

Nesse mesmo ano as obras da Usina do Manso foram reiniciadas pela ELETRONORTE em parceria com o setor privado sendo que ficaram posteriormente a cargo de Furnas Centrais Elétricas.

Em 1999 devido à expansão urbana da cidade de Cuiabá no final do século XX, a Prefeitura elaborou a Lei Complementar nº. 056/1999 para disciplinar todos os tipos de empreendimentos na Construção Civil.

Nesse mesmo ano foram elaboradas a seguintes Leis: 1. Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano - Lei Complementar Municipal nº 044/1999 para regulamentar a Lei do Plano Diretor de Cuiabá determinada pela Constituição Federal, a qual disciplinou o uso e a ocupação do solo urbano a fim de assegurar: Condições de integração harmoniosa entre as diversas funções urbanas e padrões mínimos e máximos de intensidade de ocupação do solo; 2. Dentro das determinações dessa Lei Complementar foi elaborada e aprovada a Lei de Hierarquização Viária – Lei nº 3.870/99, que fixou o Padrão Geométrico Mínimo – PGM das vias e as classificaram em: estruturais, principais, coletoras e locais; 3. Lei Municipal nº 3.874 de 05 de julho de 1999 que criou a Área de Preservação Ambiental - APA Municipal Aricá-Açu¹⁰, localizada no Município de Cuiabá entre o Planalto dos Guimarães e as da Planície do Pantanal.

¹⁰ Ver: Item 2.4.8.



Figura 2: Vista parcial de Cuiabá ao entardecer.
Fonte: Cuiabá, 2009, capa.

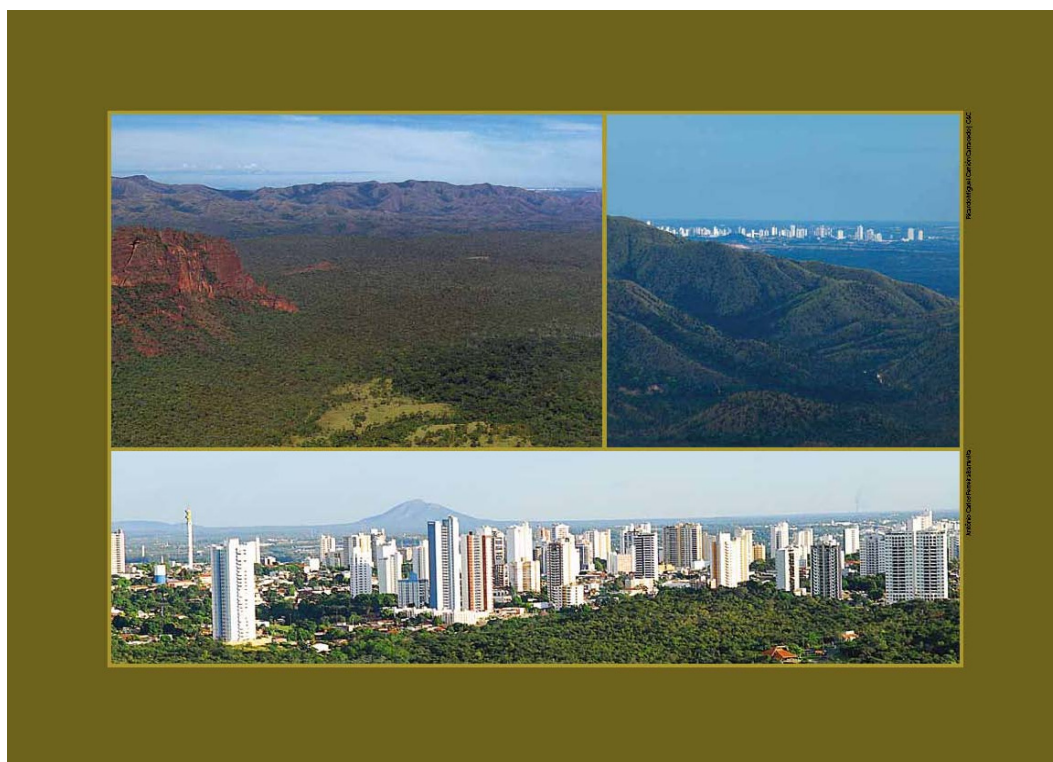


Figura 3: Vista a partir da Cidade de Pedra, em Chapada dos Guimarães, Detalhe de Cuiabá ao Fundo do vale, vista a partir da Cidade de Pedra, em Chapada dos Guimarães e Vista parcial de Cuiabá.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 26.

2.3. ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO RECENTE

A partir das últimas décadas do século XX o processo de urbanização de Cuiabá decorrente da expansão da zona urbana vem acontecendo principalmente por meio da verticalização com a construção de edifícios comerciais e residenciais e condomínios fechados, o que ocasionou a elaboração da Lei Complementar nº 100/2003 que também disciplinou esse tipo de empreendimento¹¹.

Aspecto fundamental da dinâmica populacional de interesse às políticas sociais, particularmente nos municípios, refere-se ao fato dos indivíduos e das populações residirem nas cidades com distintas características físicas, urbanísticas, sociais e econômicas. O (re) conhecimento da distribuição espacial da população e de seus determinantes sociais e demográficos devem ser levados em conta no planejamento das políticas sociais, sob pena de, ao negligenciá-los, o gestor público induzir a concentração de riquezas no território, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, em vez de promover justiça social. Nesse aspecto, importa observar que as carências sociais tendem a ser cumulativas no território, exigindo transversalidade e interlocução entre as políticas setoriais. Isto porque as populações alijadas do acesso a bens e serviços fundamentais tendem a se sobrepôr e a se concentrar em áreas específicas do território da cidade. Igualmente, exigem atenção os deslocamentos da população, sobremaneira no espaço intraurbano e intrarregional, visto que a conformação destes tende a obedecer à lógica de hierarquização das localizações, segundo seu valor de mercado, o que significa dizer que, quanto mais pobres, mais distantes estarão os indivíduos das localizações dotadas de melhores recursos. Do ponto de vista da gestão das políticas públicas municipais, o conhecimento demográfico associado às ferramentas computacionais de espacialização da informação e dos indicadores sociais, especialmente os sistemas de informação geográfica, dado o elevado grau de desagregação das informações sociodemográficas oferecidas pelo IBGE, contribui, sensivelmente, para a focalização das políticas e para a execução de projetos e de ações setorialmente integrados. Isso quer dizer que, uma vez combinados, as informações sociodemográficas e a cartografia podem oferecer ao gestor público um quadro detalhado das desigualdades, carências, bem como do perfil social e econômico da população-alvo de determinada política ou conjunto de políticas. Mais do que isso, a Demografia, ao lançar luz sobre a distribuição espacial da população – seja na caracterização do padrão de ocupação socioespacial das cidades, seja na caracterização dos deslocamentos pendulares ou dos fluxos migratórios intrarregionais e mesmo inter-regionais, especialmente em áreas de grande densidade econômica e populacional, permite tanto compreender como as desigualdades de oportunidades e de recursos penalizam – porque isolam, afastam e repelem – os estratos sociais mais pobres, quanto permite compreender como o território, em si mesmo, exatamente por possuir valor de mercado e se configurar como mercadoria, induz à reiteração e mesmo ao aprofundamento das iniquidades sociais (RODRIGUES; BAENINGER, p.32, 2010).

¹¹ Ver: Item 2.2.

Atualmente Cuiabá se transformou em uma das cidades brasileiras de porte médio que mais cresce porque o sítio urbano vem sendo paulatinamente ocupado e sendo consolidando a junção do Centro da Cidade com as áreas vazias do: Distrito do Coxipó da Ponte, Centro Político Administrativo – CPA e o grande Bairro Morada da Serra onde estão localizados os antigos Conjuntos Habitacionais CPA I, II, III e IV¹².

[...] parcelas cada vez mais expressivas do espaço têm sido moldadas visando esse padrão “ótimo” de funcionalidade e utilitarismo [...] máxima lucratividade. Vastos espaços [...] especialmente nas chamadas novas [...] “fronteiras” de ocupação, exibem [...] efeitos dessa “modernização arrasadora” [...]: estradas que parecem retas sem fim, gigantescos quadriláteros de novos loteamentos e conjuntos habitacionais padronizados, imensos círculos de áreas irrigadas [...]. Trata-se de espaços [...] padronizados à feição do modelo dominante (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2001, p. 166).

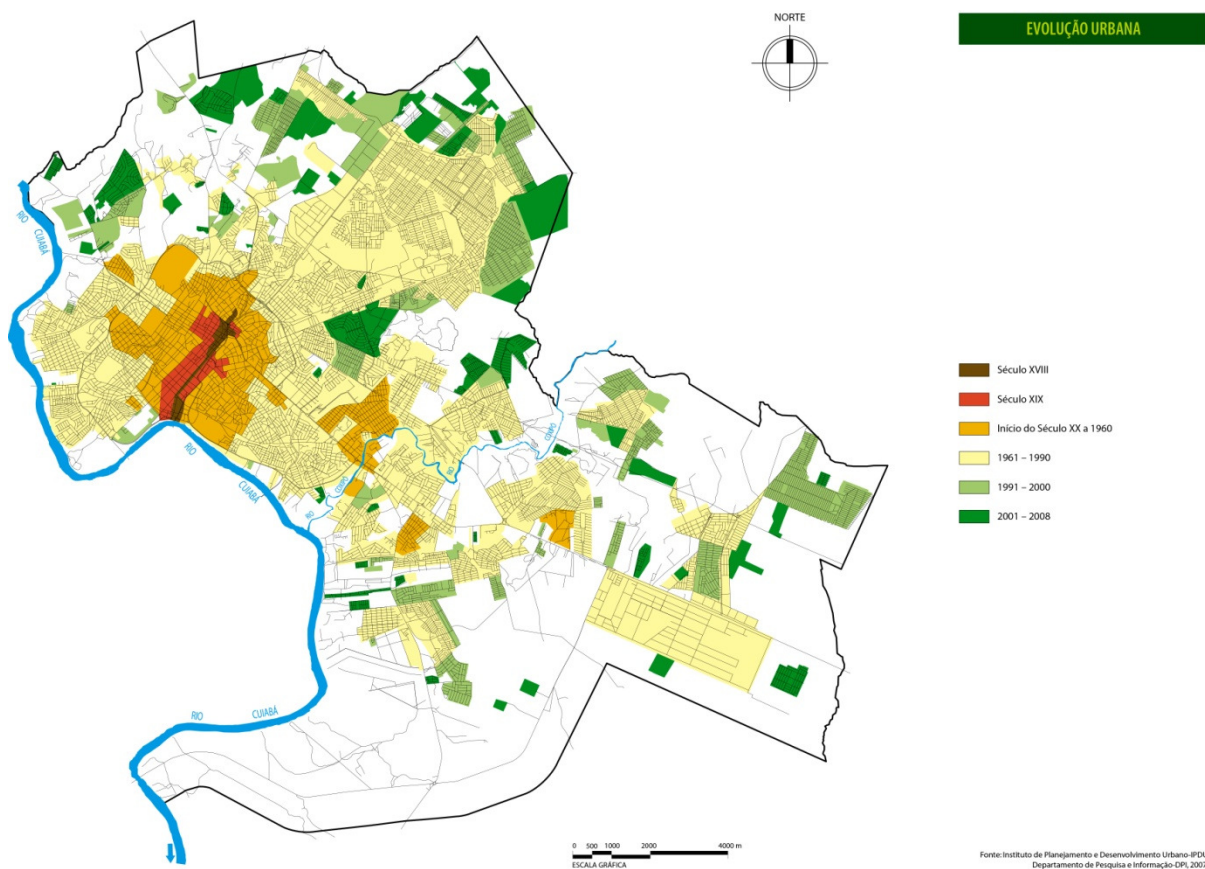


Figura 4: Mapa sobre a Evolução Urbana de Cuiabá.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 39.

¹² Ver: Item 2.2 e Figura 38.

Segundo Cuiabá (2009) ressalta que, decorrente desse processo de crescimento da cidade de Cuiabá deu-se a conurbação com o Município adjacente, Várzea Grande, formando o Aglomerado Urbano Cuiabá - Várzea Grande sendo a sua criação estabelecida por Lei sendo que foi disposto pela Lei Complementar Estadual nº 83/2001¹³.



Figura 5: Vista parcial da conurbação que forma o Aglomerado Urbano Cuiabá – Várzea Grande.
Fonte: Google Earth, 2011.

¹³ Ver: Item 2.2 e Figura 5.



Figura 6: Ponte Sérgio Motta, com arranha-céus ao fundo.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.10.

Para regulamentar a Lei do Plano Diretor da cidade de Cuiabá determinada pela Constituição Federal do século XX foi elaborada na década de 90 as Leis: Perímetro Urbano e de Uso e Ocupação do Solo Urbano. No entanto, a Lei do Perímetro Urbano - Lei nº 3.412/1994 foi posteriormente alterada pela Lei nº 4.719/2004¹⁴.

[...] No entanto, como a experiência de incorporação desses institutos de regulação urbanística nos grandes municípios brasileiros aponta (RODRIGUES, 2008) há muitos avanços e recuos no delicado processo de mudança de mentalidade que se inscreve nos novos marcos do direito urbanístico brasileiro, sobretudo quando se trata de disciplinar o mais refratário dos direitos individuais básicos, o direito de propriedade. Nesse sentido, a gestão democrática participativa, por meio de órgãos locais gestores da política urbana, atuantes e fortalecidos – o que depende, fundamentalmente, do compromisso e do engajamento mútuo entre gestores públicos e movimentos sociais – configura-se como a força social mais progressista, capaz de alavancar, legitimamente, pactos sociais e territoriais (SANTOS, 1998) verdadeiramente orientados para a promoção da justiça social urbana (RODRIGUES, p. 134, 2010).

¹⁴ Ver: Item 2.2 e Figura 7.

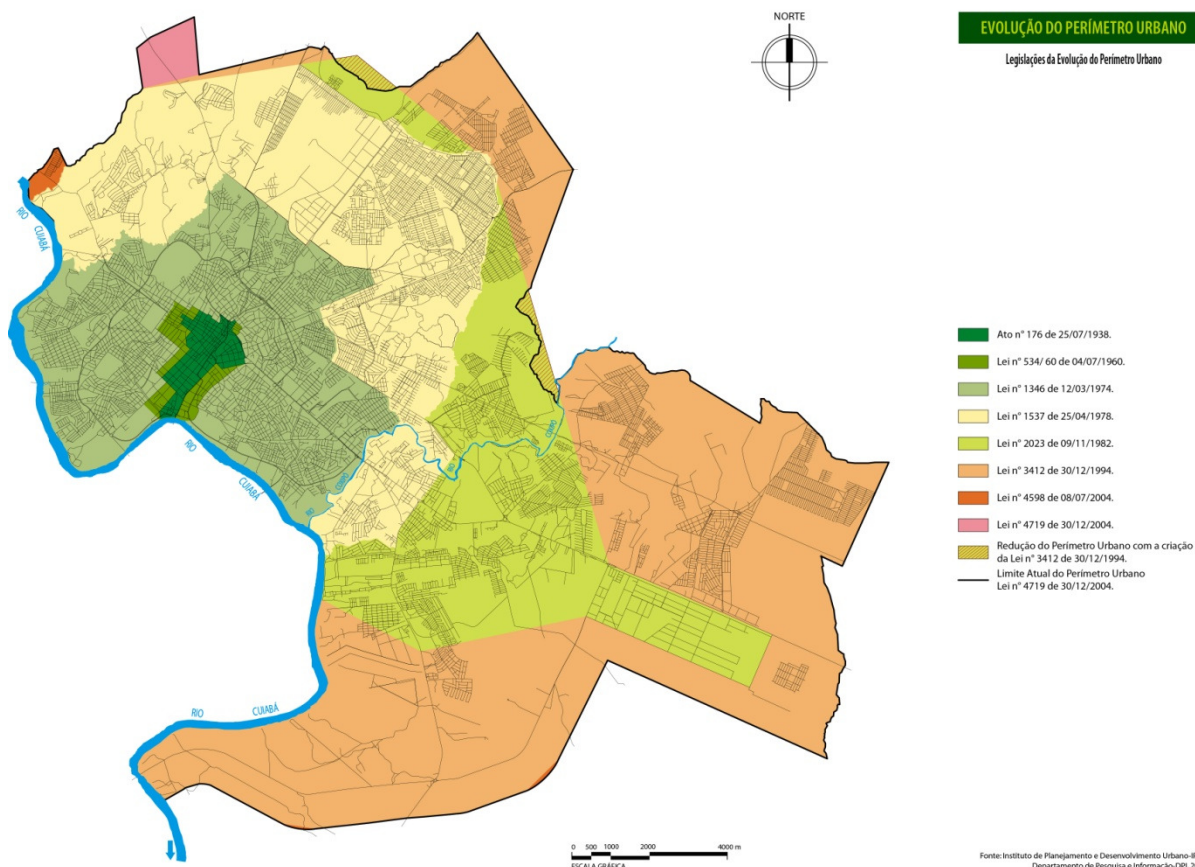


Figura 7: Mapa sobre a Evolução do Perímetro Urbano.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.41.

Nesse mesmo contexto, às Leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano citado anteriormente foi incorporada a Lei de Zoneamento - Lei Complementar Municipal nº. 103/2003 - que descreveu o Perímetro Urbano e definiu os padrões de uso e ocupação das Zonas, discriminando e relacionando as atividades e empreendimentos que compõem as categorias de uso urbano, sendo que ainda especificou os critérios de sua localização e instalação.

Cuiabá (2009) ressalta que, no Município de Cuiabá a Lei nº. 4.719/2004 alterou a área da Região Oeste após outras Leis Municipais¹⁵ terem determinado nas 04 Regiões Administrativas principalmente a: Criação das administrações regionais, divisão da Macrozona Urbana e delimitação dos Bairros.

¹⁵ Ver: Item 2.2.

Quadro 1: Área das Regiões Administrativas.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.43.

Região*	Área (km²)**
Norte	30,70
Sul	128,63
Leste	46,01
Oeste	49,23
Total	254,57

Fonte: * Lei Municipal nº 3.262 de 11/1/1994.

** Leis Municipais nº 3.723 de 23/12/1997 e nº 4.719 de 30/12/2004.

De acordo com os dados do Quadro 1, as Leis Municipais determinaram que a área das Regiões Administrativas totalizariam 254,57 Km² e também foi confirmada a alteração da área da Região Oeste que totalizou 49,23 Km².

No entanto, atualmente o Município de Cuiabá possui importantes Rodovias: Federais Estaduais e Estradas Vicinais.

Na esfera federal, as rodovias são: BR-364 – liga a sudeste o Município de Cuiabá com São Paulo (SP) e a noroeste com Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC); BR-163 – liga pelo sul o Município com Campo Grande (MS) e pelo norte com Santarém (PA); BR-070 – liga a oeste o Município com Cáceres (MT) e a leste com Brasília (DF). Na esfera estadual merecem destaque especial as rodovias: MT-010 – liga o Município de Cuiabá à Guia e a Rosário Oeste; MT-040 – liga Cuiabá a Santo Antônio de Leverger; MT-251/020 – liga Cuiabá à Chapada dos Guimarães (CUIABÁ, 2009, p. 44).

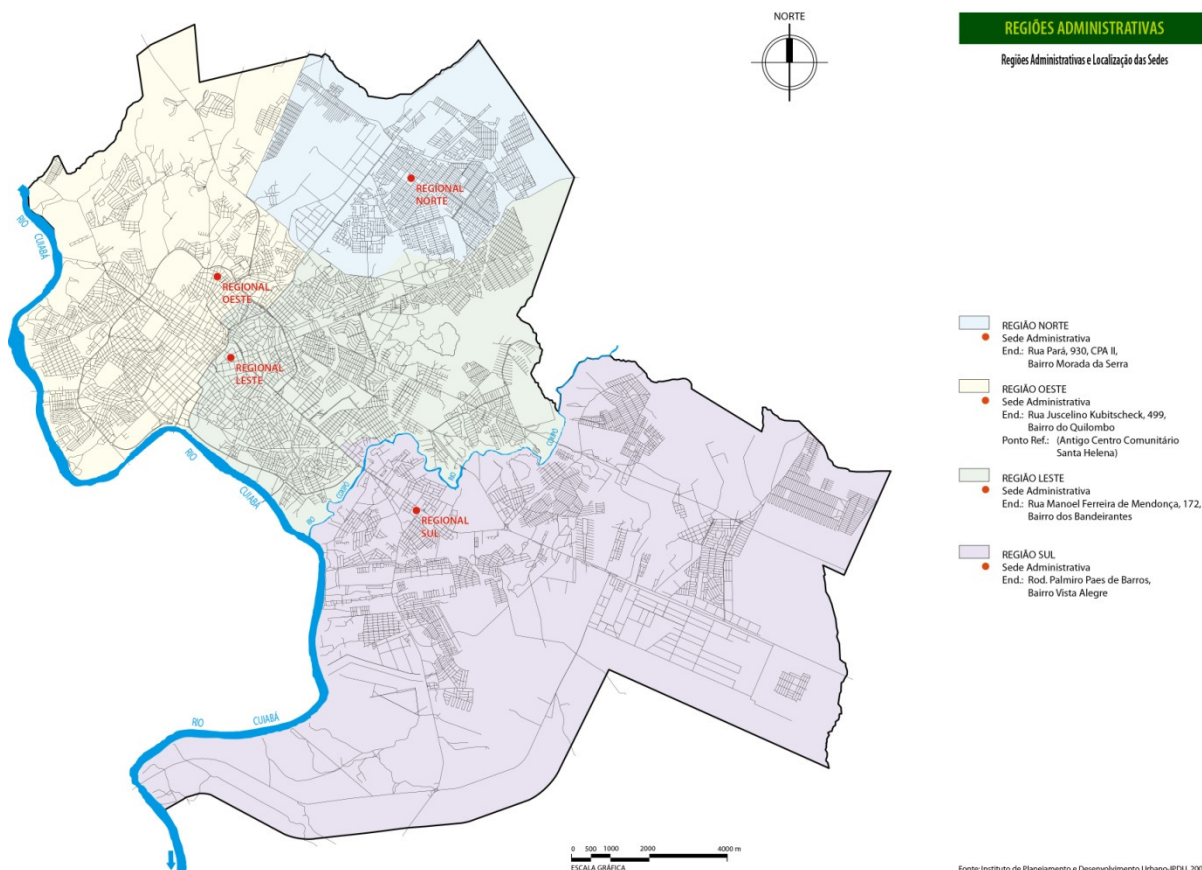


Figura 8: Mapa Regiões Administrativas.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.49.

As alterações da Lei de Zoneamento ainda não trouxeram mudanças estruturais na cidade de Cuiabá, mesmo incentivando “a ocupação dos vazios urbanos e condiciona o adensamento populacional à estrutura instalada em Cuiabá” (Cuiabá, 2009 p. 37). Isto porque o zoneamento ainda reflete o que foi determinado pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do final do século XX baseado em Corredores de Uso Múltiplo e Zonas de Uso sem a observância da infraestrutura existente nas mesmas¹⁶.

No ano de 2007 teve início a construção da Avenida das Torres, determinada pela Lei de Hierarquização Viária, com a finalidade de desafogar o tráfego urbano na Avenida Fernando Correa da Costa. No entanto, somente em 2010 essa avenida estrutural e o Contorno Norte foram inaugurados sendo que acarretaram mudanças significativas na configuração de Cuiabá.

¹⁶ Ver: Item 2.2.

Atualmente, essas duas estruturas viárias auxiliam no adensamento populacional das áreas vazias do seu entorno as quais se transformaram em polos de atração de novos empreendimentos imobiliários que passaram a integrar 14 Bairros, a saber: Pedra 90, Nova Esperança, Pascoal Ramos, São Sebastião, Jardim Fortaleza, Jardim Imperial, Recanto dos Pássaros, Jardim Universitário, Jardim Industrial, Morada dos Nobres, Jardim Itália, Barbado, Condomínio Alfaville e Pedregal.

Essas estruturas viárias também passaram a oferecer uma nova opção para o tráfego de veículos entre os Bairros da periferia, principalmente do Bairro Pedra 90 e adjacências, com o centro de Cuiabá porque anteriormente a ligação entre essas localidades eram realizadas apenas pela Avenida Fernando Correa da Costa.

De modo geral, nas ciências humanas e nas ciências sociais – e é particularmente verdadeiro quando se trata de uma cidade – o estudo das relações entre centro e periferia e de sua evolução histórica é extremamente esclarecedor. Se o centro perde em energia, ganha em prestígio; é que ele permite ver num relance a cidade; sua beleza o resume. Tal como a heráldica resume o destino de uma família. [...] o centro sobrevive e provavelmente sobreviverá por muito tempo pelo recurso ao imaginário (GOFF, 1998 p. 152 e 153).

Cuiabá (2009) afirma que, a Rodovia do Contorno Norte ou Rodoanel, com o objetivo de desviar o atual trânsito caótico do Perímetro Urbano da cidade de Cuiabá que tem causado graves acidentes. Será uma via expressa que se inicia na BR 364 e passa pela zona urbana de Cuiabá ao norte até atingir a região do Sucuri a oeste seguindo para a cidade de Várzea Grande através da comunidade da Passagem da Conceição até atingir a BR 163 aproximadamente a 6 km do Trevo do Lagarto.

Uma equipe técnica do [...] DNIT de Mato Grosso investiga a suspeita de desvio de dinheiro público e superfaturamento no Rodoanel de Cuiabá, obra estrutural de 39,7 quilômetros [...]. A obra orçada em R\$ 42 milhões está paralisada há dois anos e integra o conjunto da primeira versão do [...] PAC sendo resultado de um convênio da Prefeitura de Cuiabá com o Governo Federal. Somente 10 quilômetros estão asfaltados, no trecho entre rodovia de Chapada, estrada da Guia e o Bairro Sucuri. Embora nada seja confirmado oficialmente, nos bastidores da política se comentava que as supostas irregularidades poderiam ultrapassar R\$ 10 milhões [...] (JORNAL GAZETA DIGITAL, 2011).

No final de 2009 a FIFA selecionou Cuiabá como uma das cidades sede da Copa Mundial de Futebol de 2014, sendo que para atender as exigências estruturais urbanas foi criado o Plano de Mobilidade Urbana de Cuiabá sob Coordenação da AGE COPA, o qual prevê para o período que antecede esse evento uma transformação e modernização da zona urbana da cidade de Cuiabá.

Agecopa (2011) afirma que, os Projetos de Mobilidade Urbana para a Copa do Pantanal 2014 em Cuiabá constam no Plano de Mobilidade Urbana para beneficiar a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá – RMVRC com uma população estimada de 788.721 habitantes (2007): Cuiabá (526.831 hab.), Várzea Grande (230.307 hab.), Santo Antônio do Leverger (19.197 hab.) e Nossa Senhora Do Livramento (12.386 hab.). O RMVRC tem como objetivo principal prover nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande soluções de mobilidade urbana, implantando a nova rede de transporte coletivo, Sistema Tronco-Alimentado, com integração das linhas intermunicipais para atender as necessidades dos jogos da Copa 2014 e oferecer diariamente à população melhores condições de deslocamento.

No entanto, as premissas básicas do Plano de Mobilidade são: Plano de Transporte Coletivo do Aglomerado Urbano Cuiabá - Várzea Grande (1995); Diretrizes de mobilidade urbana existentes nos Planos Diretores de Cuiabá e Várzea Grande; Legislação aplicada ao Uso e Ocupação do Solo do Município de Cuiabá; Conexão entre os pontos notáveis para a Copa de 2014 (FIFA); Prioridade para o Transporte Coletivo (FIFA e Governo Federal).

Nesse contexto deverão ser desenvolvidas grandes obras tais como: Sistema BRT com corredores de transporte coletivo (CEF - R\$ 420 milhões: CPA – Aeroporto Marechal Rondon, Coxipó – Centro; Adequação e Ampliação Viária: Travessia Urbana Cuiabá / Várzea Grande (DNIT- R\$ 360 milhões), Av. Miguel Sutil – Av. D. Orlando Chaves, Rodovia Mário Andreazza (BNDES - R\$ 32 milhões), Estrada da Guarita, Av. 08 de Abril e também mobilidade no entorno da Arena Pantanal (BNDES - R\$ 140 milhões).

O Ministério das Cidades “estranhou” a decisão do governo do Estado em escolher o Veículo Leve sobre Trilho - VLT como transporte público de Cuiabá para a Copa do Mundo de 2014. [...] o portal UOL publicou reportagem apontando o peso do lobby na escolha do VLT como modal de transporte do Projeto de Mobilidade Urbana para Cuiabá e Várzea Grande. [...] o estudo defendendo o VLT, feito pela empresa TTrans, de São Paulo,

que fornece sistemas metroviários de energia, controle e material rodante, possui [...] nenhuma referência à realidade específica de Cuiabá, metodologia de cálculos ou contexto econômico. Já o estudo do Bus Rapid Transit - BRT [...] se aprofunda nas questões urbanísticas e econômicas da Capital mato-grossense [...] Um software de engenharia de tráfego, Transcad, foi utilizado para determinar os fluxos de transporte da Cidade. [...] com a escolha do VLT, Cuiabá perdeu um financiamento de R\$ 451 milhões da Caixa Econômica Federal para a construção de três corredores do BRT, para investir R\$ 1,1 bilhão no VLT. [...] Cuiabá não precisaria de um sistema de transporte para transportar mais de 20 mil pessoas por hora. Com [...] o BRT [...] é possível transportar até 30 mil pessoas por hora. Já o VLT transporta até 40 mil pessoas por hora. As linhas de BRT somariam 33 quilômetros e teriam 32 estações, ligando o Centro da Cidade ao Aeroporto e ao Estádio que está sendo construído. Já o VLT ainda não tem itinerário e extensão definidos (FREDERICO in DIÁRIO DE CUIABÁ 2011).

Portal da Copa (2011) afirma que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso aprovou o Projeto de Lei que autoriza o empréstimo pela CEF de R\$ 749 milhões para a implantação do VLT em Cuiabá e Várzea Grande e também a extinção da AGE COPA e a criação da SECOPA.

No entanto, o Jornal G1 (2011) enfatiza que o Ministério das Cidades forjou documento que autorizou mudanças em Projeto de Mobilidade Urbana em Cuiabá (MT), ampliando o custo da obra para R\$ 1,2 Bilhões significando R\$ 700 Milhões a mais. No entanto, o Ministério das Cidades defende mudança e diz que não houve fraude.

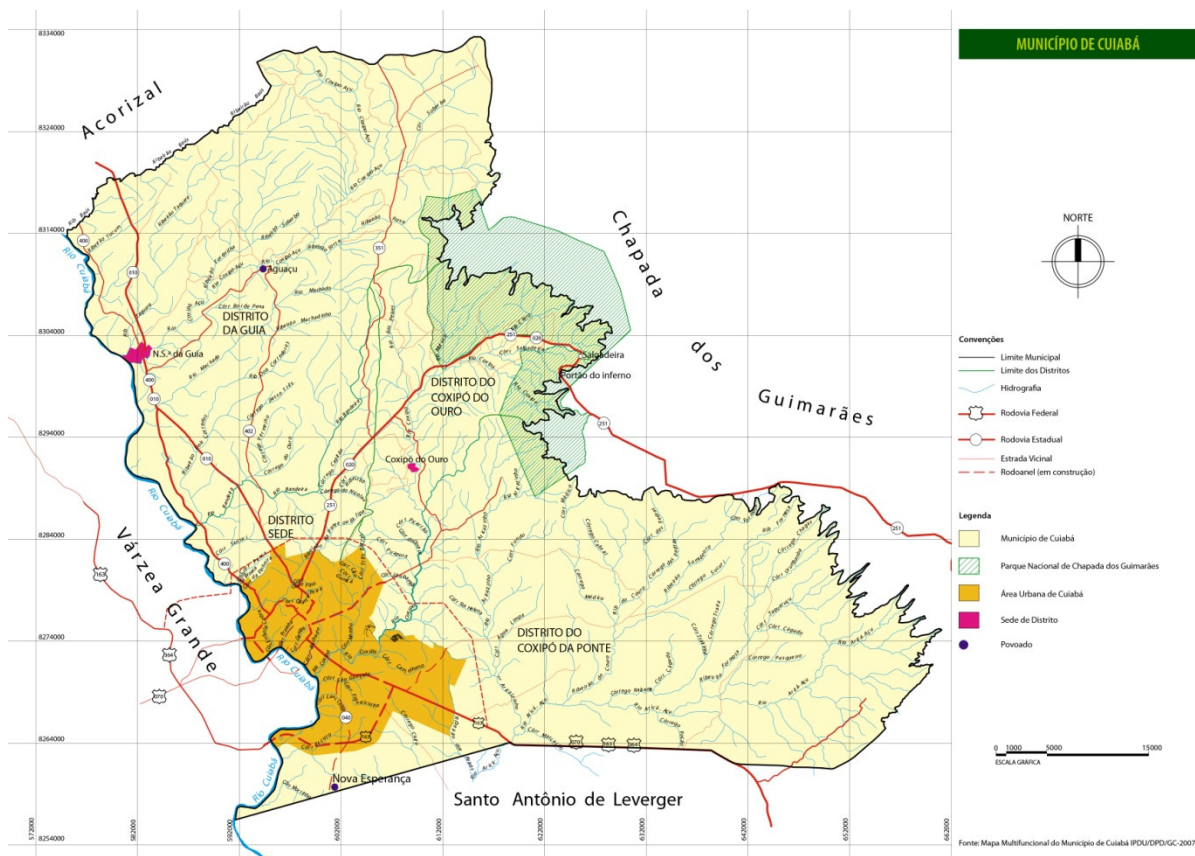


Figura 9: Mapa do Município de Cuiabá.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.47.

O grande adensamento demográfico e crescimento acelerado desordenado não planejado da cidade de Cuiabá ocasionaram um grande processo de evolução urbana com infraestrutura básica deficiente.

Cidades como Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande, entre outras, não tinham infraestrutura suficiente para absorver tanta gente e o resultado disso é perfeitamente visível na paisagem geográfica. É o crescimento desordenado das cidades, mais conhecido como macrocefalia (inchaço) urbana. Estas cidades passam a conviver com grandes problemas, também comuns a outros Estados. Exemplificando, podemos destacar a falta de saneamento básico, água, luz e moradia, além da presença da violência, a delinquência juvenil, o menor carente, o subemprego, a prostituição, as doenças, o analfabetismo e o trânsito caótico, com constantes acidentes resultando em vítimas fatais (PIAIA, 2003, p.115).

2.4. ASPECTOS AMBIENTAIS

Com a Globalização, o Capitalismo foi fundamentado na concentração e exclusão de renda sendo que o Meio Ambiente - em escala Local, Regional, Nacional e Global - passou a ser afetado pelos problemas ambientais porque a população pobre sobrevive pelo uso predatório dos recursos naturais e a população rica pelos padrões de consumo insustentáveis.

Becker (1993) ressalta que, há uma questão crucial na transformação da Geopolítica: Existe uma nova racionalidade que estabelece nexos sob a (des) ordem global? Esta identificação é essencial para a compreensão do movimento contemporâneo da sociedade e, sobretudo, para a prática política. Tem-se como hipótese que a logística é a nova racionalidade capaz de explicar a simultaneidade da desordem/ordem, da globalização/fragmentação, da complexidade da questão ambiental. Ela está na base do poder; a inovação permanente aciona a economia e a guerra.

A sociedade contemporânea ainda não se comprometeu com a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente local/global e continua ignorando a sua importância para a sobrevivência da espécie humana no Planeta Terra. Portanto, as causas das agressões ambientais são devidas ao paradigma vigente baseado na ordem política, econômica e cultural.

Atualmente o homem moderno tem usado os recursos naturais inescrupulosamente priorizando o lucro em detrimento do desenvolvimento sustentável, sendo que essa ganância tem um custo alto, visível em inúmeras doenças e problemas ambientais decorrentes da poluição do Meio Ambiente.

No atual momento histórico a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas – local, regional, nacional e global tem que ser prioridade no Planeta Terra para auxiliar na consolidação da: Equidade, Justiça Social e Igualdade. Especialmente no Brasil há necessidade urgente da população brasileira superar o desafio do Desenvolvimento Sustentável.

Atualmente, embora tenham acontecido muitas mudanças - acordos internacionais, empreendimentos empresariais e sanções de novas Leis - nas

idades brasileiras com grande crescimento populacional os problemas ambientais decorrentes da Globalização continuam ocasionando os problemas sociopolíticos e econômicos que segregam e excluem grande porcentagem da população urbana.

O principal contraexemplo foi o da política externa, em especial nas negociações comerciais e na formação de um bloco, G-20, com outros grandes países periféricos. Trata-se de uma política no geral muito positiva, embora não envolva nenhuma crítica às teses neoliberais de abertura comercial radical como pré-condição para o desenvolvimento, pois se limita a atacar o protecionismo dos países ricos. G-20 – Bloco criado na Rodada da OMC em Cancun – México (2004). Com o objetivo de ampliar o poder de negociação diante dos países ricos na OMC, o Brasil lidera, com a China, a Índia e a África do Sul, a criação do Grupo dos 20 - G-20. A intenção do grupo formado por países emergentes é a liberalização do comércio de produtos agrícolas, além da retirada dos subsídios que os EUA e os países da [...] EU concedem a seus produtores (MORAES, M. A.; FRANCO, S. S., 2005, p.144).

Para entendermos melhor a relação homem-natureza e estudarmos o Meio Ambiente e também seus aspectos territoriais - lugares produtivos, regiões e as áreas de preservação – temos que levar em consideração a relação local/global como fatores determinantes da evolução recente dos problemas ambientais decorrentes do uso do território e dos recursos naturais renováveis pela população brasileira e em especial cuiabana.

Essa busca de lugares produtivos pelas empresas globais [...] essa guerra global dos lugares, pode ter consequências sobre níveis escalares inferiores. [...] a existência das empresas sobre um dado território [...] é resultado e causa de uma disputa por posições hierárquicas, [...] as exigências de produtividade espacial não são as mesmas para diversos produtos [...] cada lugar, como cada região, deve ser considerado um verdadeiro tecido no qual as condições locais de infraestrutura, recursos humanos, fiscalidade, organização sindical, força reivindicatória afastam ou atraem atividades em dado momento (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 297).

Através de estudos fundamentais para o planejamento da cidade de Cuiabá, desenvolvido em 1990 pela FUFMT e pela Prefeitura Municipal de Cuiabá-PMC, obtiveram-se as informações relacionadas a todos os aspectos ambientais da cidade de Cuiabá.

2.4.1. Geologia

A cidade de Cuiabá encontra-se em uma região de rochas metamórficas de baixo grau datadas do pré-cambriano, onde predominam filitos e micaxisto,

quartzitos, metagrauvas, calcários, metaglomerados, além de veios quartzo auríferos, conjunto de rochas denominadas “Grupo Cuiabá”.

2.4.2. Geomorfologia

O Município de Cuiabá está situado na Unidade Geomorfológica denominada Depressão Cuiabana, fator determinante do clima da cidade de Cuiabá devido às barreiras naturais que impedem a circulação do ar¹⁷.

A Depressão Cuiabana é banhada pelas águas do Rio Cuiabá, importante afluente da Bacia do Paraguai que integra a Bacia Platina; compreende uma área rebaixada entre o Planalto dos Guimarães e a Província Serrana, sendo que se estreita de sul para norte até a altura do Paralelo 15º quando se expande para leste acompanhando o Vale do Rio Manso. Limita-se ao sul com o Pantanal Mato-Grossense e também com a Província Serrana - a oeste, noroeste e norte - chegando por vezes a interpenetrá-la. Na parte leste, mais precisamente na margem esquerda do Rio Cuiabá e Manso, seu limite se encontra nas faldas do relevo escarpado do Planalto dos Guimarães.

Essa Unidade Geomorfológica caracteriza-se como uma área topograficamente baixa, inclinada de norte para sul, sendo que a altimetria na área urbana cidade de Cuiabá as altitudes variam de 146 a 259 metros. Seu ponto mais alto se localiza no Morro da Conceição onde se encontra implantado o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Segundo o modelo do relevo, a compartimentação na área urbana de Cuiabá e seu entorno assinala sete unidades distintas: Canal fluvial, Dique marginal, Planície de inundação, Área alagadiça, Área aplainada, Colinas e Morro. Essas unidades apresentam características próprias e comportamento específico quanto às diversas formas de uso e ocupação do solo.

¹⁷ Ver: Item 2.4.7.

2.4.3. Pedologia

No espaço urbano da cidade de Cuiabá e em seu entorno ocorrem diversos tipos de solos com características diferentes e apresentam comportamentos que estabelece reação ao processo de urbanização constante.

Os solos são do tipo glei na planície de inundação, com o nível alto de água e continuamente saturado, ocorrendo também solos laterizados e aluvionares caracterizando-se como solos moles com baixa capacidade de apoio e de carga.

As áreas sujeitas a alagamentos são subdivididas em várzeas e embaciados. Nas várzeas ocorrem solos aluviais e gleizados, de textura silto-arenosa, com baixa capacidade de apoio e de carga. Nos embaciados ocorrem os solos gleizados e areais hidromórficas com contínua couraça ferruginosa (canga).

Nas áreas aplainadas ocorrem solos do tipo podzólico vermelho-amarelos, areias quartzosas e hidromórficas gleizadas altamente permeável e também com a presença constante de canga no contato da areia de goma com o filito modificado subjacente. O Município de Cuiabá prolonga-se em sua maior parte sobre colinas em que ocorrem muito rasos ou ausentes, como nos morrotes, os solos litólito e cambissolo.

A gestão territorial do Município de Cuiabá tem sido fundamentada na análise dos Domínios e Unidades Geoambientais que servem de base conceitual e prática para tal gestão, considerando a vocação natural de cada unidade geoambiental.

2.4.4. Flora

A cidade de Cuiabá localiza-se no segundo maior Bioma, o Cerrado brasileiro, superado apenas pela Floresta Amazônica. Sua vegetação nativa é determinada pela ocorrência de: Cerrado; Cerradão; Mata Ciliar; Mata Semidecídua e Mata de Encosta.

Cuiabá (2009) ressalta que, entre exemplares da vegetação nativa podemos encontrar: Bocaiuva (*Acracomia aculeata*); Pequi (*Caryocar brasiliense*);

Angico-Branco (*Anadenanthera sp*); Cumbaru (*Dipteryx alata*); Ipê-Amarelo (*Tabebuia caraíba*); Tarumã (*Vitex cymosa*); Lixeirinha (*Davilla rugosa*).

Um dos problemas ambientais no ecossistema do Cerrado decorrentes de ações antrópicas mais preocupantes na cidade de Cuiabá, apontados pelas pesquisas são: Desmatamento e as queimadas.

Quadro 2: Área Desmatada.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.61.

Ano	Área do Município (ha)	Área Desmatada (ha)	Área Total Desmatada	
			(ha)	(%)
2004 ⁽¹⁾	353.816,70	7.170,52	123.903,04	35,02
2005 ⁽²⁾	353.816,70	5.751,58	129.654,62	36,64

Fonte: (1) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan-MT. Anuário estatístico de Mato Grosso – 2005, vol. 27.

(2) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan-MT. Anuário estatístico de Mato Grosso – 2006, vol. 28.

De acordo com os dados do Quadro 2, no período de 2004 a 2005, em 353.826,70 ha da área total do Município de Cuiabá ocorreu: Aumento significativo de 1418,94 ha de áreas desmatadas. Portanto, conseqüentemente houve aceleração principalmente dos seguintes processos: Industrialização; Consolidação da Cultura da Violência devido à intensa urbanização; Formação de ilhas de calor com alteração do clima principalmente nas áreas centrais da Macrozona Urbana de Cuiabá.

Nesse contexto Dantas et al (2003) enfatizam que, em Cuiabá ocorrem vários conflitos territoriais de ordem geopolítica e geoeconômica ocasionados pela população local. No entanto os gestores locais, Governo Estadual e Municipal, através de planejamentos do uso adequado do território tentaram dirimir as questões de conflito e a ocupação desordenada do espaço urbano da cidade.

Sendo que Maitelli et al. (1997) ressaltam que, as ilhas de calor observadas na cidade Cuiabá localizaram-se no Distrito Comercial, com intensidade de até 15 °C nos dias chuvosos enquanto que em dias sem chuva atingia até 30 °C, confirmando o uso inadequado do território urbano como influência negativa nas condições climáticas da Cidade.

Problemas ambientais se manifestam em todos os lugares da Capital: [...] o calor exagerado nas áreas centrais de Cuiabá, formando ilhas de calor, e a falta de Áreas Verdes e/ou Parques onde as pessoas poderiam passear ou realizar atividades culturais”. Percebe-se que a falta de arborização nas áreas centrais, além da verticalização dos edifícios tem contribuído de maneira significativa para a formação das ilhas de calor nas áreas centrais, reduzindo assim qualidade de vida da população que vive em Cuiabá (PIAIA 2003, p.117).

Quadro 3: Autorização de Queimadas.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.61.

Ano	Nº de Autorizações	Área Autorizada (ha)			
		Total	de Pastagem	de Resto de Cultura	de Resto de Exploração
2003 ⁽¹⁾	10	314	106	35	173
2004 ⁽²⁾	5	334	177	0	157
2005 ⁽³⁾	3	43	13	0	30
2006 ⁽⁴⁾	1	50	50	0	0

Fonte: (1) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan-MT. Anuário estatístico de Mato Grosso – 2004, vol. 26.

(2) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan-MT. Anuário estatístico de Mato Grosso – 2005, vol. 27.

(3) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan-MT. Anuário estatístico de Mato Grosso – 2006, vol. 28.

(4) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan-MT. Anuário estatístico de Mato Grosso – 2007, vol. 29. Disponível em: <http://www.anuario.seplan.mt.gov.br>.

De acordo com os dados do Quadro 3, no período de 2003 a 2006, o Governo Estadual na tentativa de reduzir os problemas ambientais decorrentes da associação do desmatamento¹⁸ e queimadas na cidade de Cuiabá tomou a seguinte iniciativa: Reduziu a expedição de autorização de queimadas.

¹⁸ Ver: Quadro 2.

Quadro 4: Queimadas / Foco de Calor.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.61.

Ano	Quantidade
1999 ⁽¹⁾	67
2000 ⁽¹⁾	25
2001 ⁽¹⁾	43
2002 ⁽¹⁾	88
2003 ⁽¹⁾	57
2004 ⁽¹⁾	91
2005 ⁽²⁾	25
2006 ⁽³⁾	16

Fonte: (1) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan-MT. Anuário estatístico de Mato Grosso – 2005, vol. 27.

(2) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan-MT. Anuário estatístico de Mato Grosso – 2006, vol. 28.

(3) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan-MT. Anuário estatístico de Mato Grosso – 2007, vol. 29. Disponível em: <http://www.anuario.seplan.mt.gov.br>.

Conforme os dados do Quadro 4, no período de 1999 a 2006, devido à redução dos focos de calor decorrentes das queimadas, de 67 (1999) para 16 (2006) não ocorreu sensibilização adequada da população cuiabana devido à ineficiência na: Consolidação do Novo Paradigma Educacional¹⁹ e na união de todos os segmentos sociais para a otimização da redução das queimadas não autorizadas pelo Governo, Estadual e Municipal, na zona urbana da cidade de Cuiabá²⁰.

Cuiabá (2009) afirma que, para tentar resolver os problemas ambientais decorrentes do processo de urbanização de Cuiabá os Governos, Estadual e Municipal delimitaram na Macrozona Urbana da cidade as Áreas Verdes e Parques que são diariamente utilizados em eventos culturais e atividades físicas na tentativa de melhorar a qualidade de vida da população²¹.

2.4.5. Fauna

No Ecossistema do cerrado que apresenta fisionomia fitogeográfica, característico do espaço urbano da cidade de Cuiabá, apesar da ocupação e uso do território pela população atual ainda podemos encontrar uma rica fauna local com 1.501 espécies, das quais correspondem: Aves (62,3%); Mamíferos (19%); Répteis (17%).

¹⁹ Ver: Item 3.4.

²⁰ Ver: Quadro 5.

²¹ Ver: Item 2.2 e Subitem 2.4.8.

Cuiabá (2009) evidencia que, nesse espaço geográfico pode-se encontrar vários animais característicos do ecossistema do cerrado, tais como: Mamíferos: Tatu-Galinha (*Dasypus novemcinctus*); Tatu-Pelado (*Eypharactus sexcinctus*); Lobinho (*Cerdocyon thous*); Ariranha (*Pteronura brasiliensis*); Veado-Catingueiro (*Mazama gouazoubira*); Esquilos e Caxinguelês (representantes da família *Sciuridade*); Aves: Garcinha (*Egretha thula*); Biguá (*Phalacrocorax olivaceus*); Perdiz (*Rhychotus rufesuns*); Quero-Quero (*Vanellus chilensis*); Tucano (*Rhamphastus toco*); Beija-Flor (*Amazilia sp.*); Bem-Te-Vi (*Pitangus sulphuratus*); Arara Vermelha (*Aratinga holoptera*); Répteis: Coral Verdadeira (*Micrurus corallinus*); Cascavel (*Crotalus durissus*); Jacaré (*Caiman yacare*); Largatixa (*Eublepharis macularius*); Jararaca (*Bothrops jararaca*); Surucucu (*Lachesis muta*).

Atualmente, ainda podemos encontrar várias comunidades ribeirinhas as margens do Rio Cuiabá cuja principal atividade econômica é a pesca regulamentada pela Lei específica no período da piracema²².

Romancini (2005) destaca que, apesar da existência das leis que regulamentam a pesca proibindo-a durante a piracema, essas se mostram inoperantes desde o final do século XX, nos anos 80, porque atualmente ainda se percebe o descumprimento dessas leis por parte de alguns pescadores.

Reis (2009) enfatiza que, as comunidades ribeirinhas se dispõem em territórios descontínuos com pequenos núcleos de populações esparsas, com o mesmo modo de vida, ou seja, distribuindo suas atividades no espaço, água e terra. Tais comunidades tradicionalmente vivem dos recursos naturais, o ambiente representa o meio essencial de sua sobrevivência social, a sua cultura é o meio pelo qual se mantêm nos ecossistemas ripários nas matas ciliares. Tradicionalmente vivem dos recursos naturais, o ambiente representa o meio essencial de sobrevivência social, a sua cultura é o meio pelo qual se mantêm nos ecossistemas ripários nas matas ciliares.

No entanto, a Usina de Manso, localizada no Rio Manso, principal afluente do Rio Cuiabá construída para melhorar o quadro de fornecimento de

²² A palavra *piracema* é de origem tupi e significa "subida do peixe". Refere-se ao período em que os peixes buscam os locais mais adequados para desova e alimentação. O fenômeno acontece todos os anos, coincidindo com o início do período das chuvas, entre os meses de novembro e fevereiro. Ao fim desta época, as lagoas existentes às margens dos rios perdem contato com o curso d'água e as ovas ficam detidas. Nesses locais, as chances de sobrevivência dos alevinos (filhotes) são maiores, pois as águas são ricas em alimentos. Com as novas chuvas, as lagoas voltam a se conectar ao rio.

energia no Estado de Mato Grosso, possivelmente não afetou a atividade pesqueira diretamente ligada subsistência das comunidades ribeirinhas e a sua construção evidencia o potencial dos recursos hídricos da cidade de Cuiabá.

2.4.6. Recursos Hídricos

Os relatórios elaborados pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (2001) e Araújo (2005) serviram de subsídio para a fundamentação dos recursos hídricos e os problemas de alagamentos e enchentes na cidade de Cuiabá.

O Município de Cuiabá é cortado por muitos cursos de d'água, rios, ribeirões e córregos formadores da Bacia do Rio Cuiabá, a saber:

a) Rio: Cuiabá, Coxipó, Bandeira, Coxipó-Açú, Claro, Aricá-Açú, Mutuca, Machado, Aricazinho e dos Peixes;

b) Principais Ribeirões: Baús, Forquilha, Soberbo, Da Ponte, Coelho, Formoso, do Couro, Cagados e Taquaral;

c) Principais Córregos: Moinho, Raizama, Salgadeira, Três Barras, Sucuri, Barbado, Prainha, da Pinheira, Mané Pinto, Gambá, Gunitá.

O Rio Cuiabá, importante afluente da Bacia do Rio Paraguai, integrante da Bacia Platina, limita a oeste o Município de Cuiabá. A Bacia Hidrográfica formada pelo Rio Cuiabá, compreende uma área aproximada de 36.004 km² subdividida em: Alto, Médio e Baixo Cuiabá. Na região hidrográfica do Médio Cuiabá concentra-se grande parte da população do Estado de Mato Grosso incluindo-se a sua Capital, a cidade de Cuiabá.

O Rio Cuiabá tem suas nascentes nas encostas da Serra Azul, no Município de Rosário Oeste na junção dos Rios: Cuiabá da Larga e Cuiabá do Bonito. O ponto de união desses cursos d'água é denominado Limoeiro, local onde o Rio passa a ser denominado Cuiabazinho; no entanto no Município de Nobres é mais caudaloso pela afluição do Rio Manso quando passa a ser chamado de Rio Cuiabá.

Pelo fato de possuir a extensão 980 km e largura média de 200 m, seus principais afluentes são: Ribeiro Pari, Rio Manso, Rio São Loureiro e Rio Coxipó. No

Município de Cuiabá, o Rio Coxipó tem sua cabeceira no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães²³ e embocadura próxima à comunidade São Gonçalo Beira Rio.

O Rio Cuiabá possui uma importância fundamental para o Estado de Mato Grosso por que se transformou em fonte de vida: Suas águas abastecem as cidades localizadas ao longo do seu curso; Seus peixes alimentam principalmente a população ribeirinha e na época das chuvas suas águas inundam campos e lagoas sustentando a biodiversidade na Planície do Pantanal.

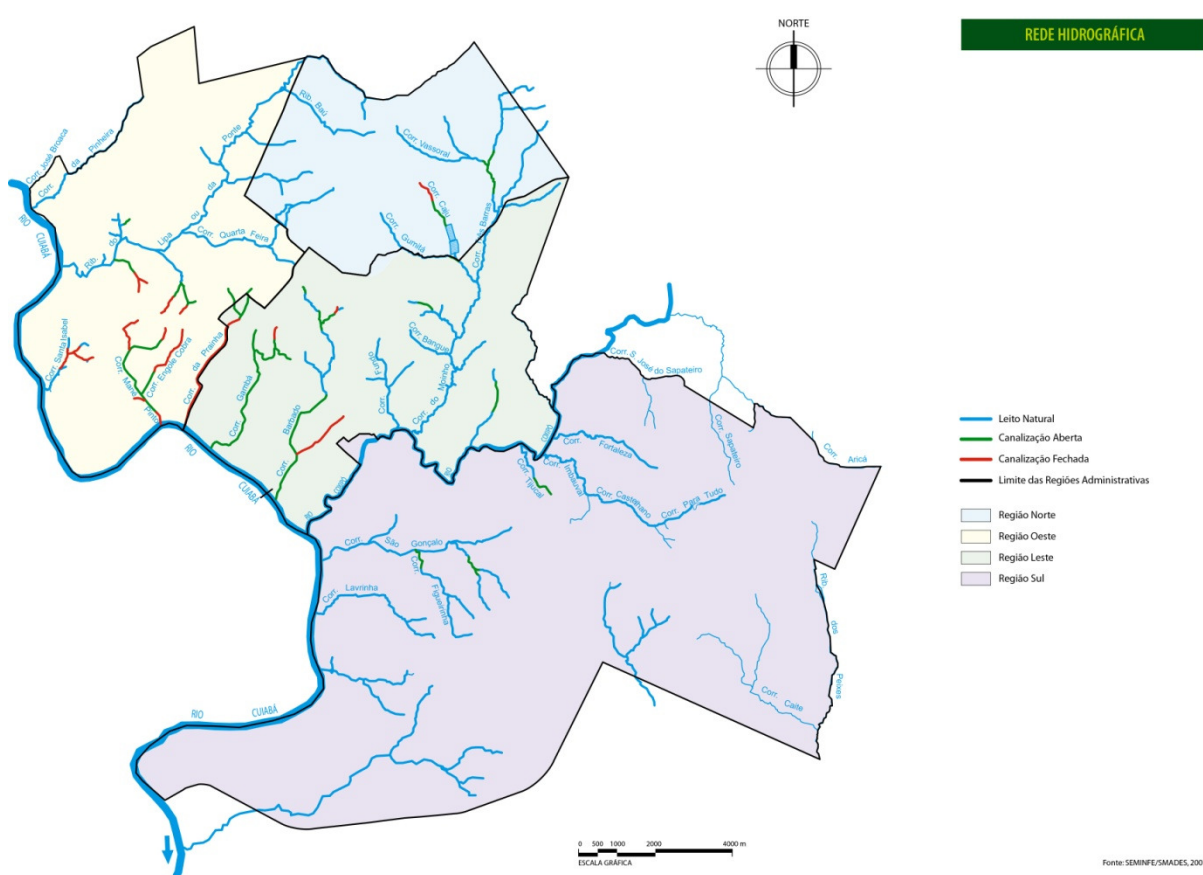


Figura 10: Mapa da Rede Hidrográfica.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.57.

A partir de meados do século XX, na década 70, a cidade de Cuiabá passou por um grande processo de urbanização acelerado com grande crescimento econômico o que afetou negativamente o Rio Cuiabá, principal recurso hídrico,

²³ Ver: Item 2.4.8 e Figura 3.

porque teve durante décadas sua utilização intensificada e diversificada com grande captação de suas águas.

No entanto, posteriormente ocorreu um gradativo processo de poluição das águas do Rio Cuiabá porque o Sistema de Saneamento Básico não acompanhou o ritmo de crescimento da cidade de Cuiabá o que comprometeu a qualidade das suas águas através da sua poluição por dejetos domésticos e afluentes industriais. Atualmente, esse processo de degradação do Rio Cuiabá continua ocorrendo e consolidou o assoreamento do seu leito cujo processo foi agravado com o desmatamento das matas ciliares e extração de areia do leito do rio.

Os constantes assoreamentos no Rio Cuiabá não ocorrem por causa da ocupação das margens e possíveis desmatamentos realizado pelos ribeirinhos. O principal motivo é a emissão de lixo e dejetos das cidades localizadas no percurso do rio, principalmente a Capital. A constatação é do Instituto Ação Verde que desenvolveu o Projeto Verde Rio. A entidade já cadastrou 550 dos 828 quilômetros de extensão do Rio Cuiabá. Dos 17 mil hectares da [...] APP, 2,5 mil hectares (15%) estão degradados. No Projeto do instituto, em apenas 20 quilômetros da margem foram retiradas 70 toneladas de lixo. Até geladeira e fogão estavam na água. O superintendente-executivo da ONG, [...] Borges, destacou que a falta da cobertura vegetal é um dos motivos para o assoreamento, já que podem acontecer erosões na margem. Entretanto, o trabalho da entidade mostrou que esse não é o principal fator de degradação. "É a grande quantidade de lixo, mas também esgoto in natura arremessado no Rio Cuiabá. Falar que o assoreamento é responsabilidade das comunidades é cometer um grave equívoco". [...] Praieirinho - Um exemplo de despejo direto de dejetos no rio acontece no bairro Praieirinho, na Capital. Criado inicialmente por ocupação irregular, ele não possui saneamento básico, sendo possível observar o esgoto ser jogado sobre o rio. [...] Mas somente o Praieirinho não causa a atual poluição e, conseqüentemente, o assoreamento. No período chuvoso, centenas de toneladas de lixo das ruas, avenidas, residências e prédios das cidades "escorrem" para o rio. Uma coleta precária, a falta da seleção dos lixos domésticos e de educação dos moradores contribuem para a atual situação. [...] Outros fatores - O professor [...] Moura, chefe do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da [...] UFMT, explica que não é somente o lixo da zona urbana o causador do assoreamento do Rio Cuiabá, mas uma "série de fatores". Moura conta que o perímetro urbano contempla apenas 3,6% de toda a bacia. Ele lembra que na década de 1990 foi realizada uma pesquisa apontando haver 30% a mais de sedimentos no rio que em décadas anteriores. "A bacia como um todo contribui para essa situação. A agricultura e a pecuária também são responsáveis por isso porque provocam o desmatamento na margem". Moura havia calculado em cerca de 850 toneladas de lixo que caem diretamente no rio no período chuvoso. Ele estimou que 10% dos dejetos produzidos em Cuiabá por dia não seja recolhido, ou seja, 47 toneladas. Apesar disso, ele afirma que a situação não irá mudar se preocupando só com o que é despejado pela cidade, e sim com uma agricultura e pecuária que respeite o solo, coibindo o "desmate em área onde a textura não permita" [...] (DUARTE in GAZETADIGITAL 2010).

Portanto, a degradação crescente e contínua do Rio Cuiabá o que ocasionou o assoreamento do seu leito e a redução da sua navegabilidade. Atualmente de acordo com a Capitania dos Portos, no Município de Cuiabá o Rio Cuiabá é navegável apenas por embarcações de médio porte (1,65m de calado) na época das chuvas que podem chegar apenas nas proximidades da Ponte Julio Müller.

No decorrer da pesquisa, encontraram-se diversas formas de denúncia, que alertavam para “a agonia do Rio Cuiabá”, enfocando os problemas que se agravavam: o assoreamento do leito, provocado pelos desmatamentos descontrolados, a poluição, em decorrência do despejo de detritos industriais, a ação das dragas, a pesca predatória e o baixo nível de suas águas no período de estiagem (ROMANCINI, 2005, p. 128 - 129).

No entanto a navegação do Rio Cuiabá no início do século XX era importante meio de transporte regional para o comércio assumindo relevante papel de Centro Abastecedor do Município de Cuiabá.

Por tanto no atual momento histórico, século XXI, os poderes públicos na tentativa de recuperação e preservação do Rio Cuiabá elaboraram os seguintes Projetos para: tratamento de águas residuais, recuperação da mata ciliar, proibição da pesca na época da piracema e criação de áreas de preservação nas nascentes dos rios formadores da Bacia do Rio Cuiabá. Por isso estão desenvolvendo Projetos para: Urbanização da Avenida Manoel José de Arruda através da retirada das construções da margem do Rio Cuiabá; Recuperação da mata ciliar; Construção da Estação Elevatória de Esgoto do Córrego da Prainha; Construção do emissário por recalque da Estação Elevatória até a Estação de Tratamento de Esgoto existente no Bairro Dom Aquino; Execução das obras do coletor-tronco do Córrego Mané Pinto com a da Estação Elevatória para Estação da Prainha. No entanto, a recuperação das águas fluviais pelo tratamento dos resíduos está se concentrando nos córregos que cortam a cidade de Cuiabá, maiores poluidores do Rio Cuiabá.

[...] Os anos 1990 se iniciaram com o Rio Cuiabá recebendo apenas 17% de esgoto tratado, um dado alarmante. Entre as propostas estabelecidas pelo poder público nos últimos anos está a da despoluição do Rio Cuiabá. Essas obras de saneamento estão sendo vagarosamente construídas pelo poder público. As pesquisas realizadas pelos sanitaristas revelam que, apesar do alto grau de poluição, ainda é possível salvar o Rio Cuiabá, importante patrimônio natural da Cidade (ROMANCINI, 2005, p.129).

A Bacia do Rio Cuiabá é muito extensa desde sua nascente até sua confluência com o Rio Paraguai e por isso abrange total ou parcialmente os Municípios de: Acorizal, Barão de Melgaço, Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nova Brasilândia, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande.

Reis (2009) ressalta que, a Bacia do Rio Cuiabá possui em sua extensão algumas represas de pequeno porte, que não ultrapassam 3km² de área represada, exceto a do Aproveitamento Múltiplo - APM de Manso – ELETRONORTE Manso, que ocupa uma área de 387km² de represamento. O Rio Manso, um dos tributários do Rio Cuiabá, representa mais 60% da vazão do Rio no trecho onde esses rios se confluem. Entre os benefícios do APM Manso, destaca-se o de regularizar os ciclos de cheias e secas do Rio Cuiabá, contribuindo para reduzir os danos socioeconômicos.

Apesar do controle do nível das águas do Rio Cuiabá em função ao represamento do Rio Manso, a pesca, regulamentada por lei, ainda continua sendo a principal atividade econômica de subsistência das comunidades ribeirinhas²⁴.

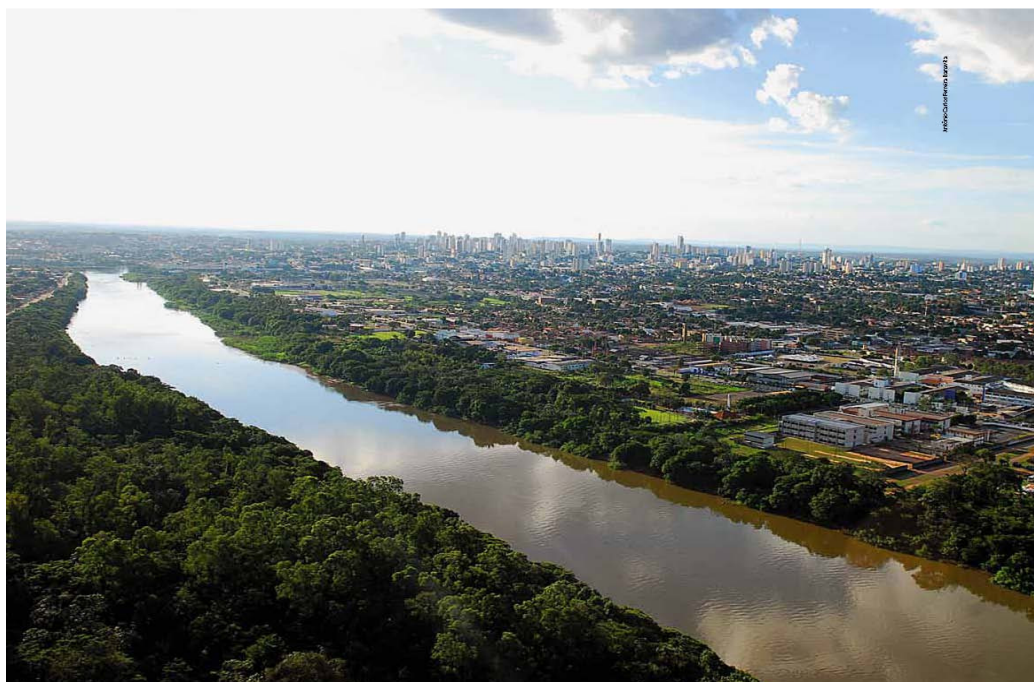


Figura 11: Rio Cuiabá, com a Cidade ao fundo.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.62.

²⁴ Ver: Item 2.4.6.

2.4.7. Clima

Atualmente as observações meteorológicas estão sob a responsabilidade do 9º Distrito Meteorológico ligado ao Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA sediado na conurbação entre a cidade de Cuiabá e Várzea Grande.

A localização da cidade de Cuiabá na Depressão Cuiabana determina o clima tropical continental com 02 períodos definidos: 1. Estação Chuvosa - Caracterizada pelo Clima Tropical Continental Úmido possui a seguinte descrição: Período com duração de 08 meses estendendo-se de outubro a maio; A temperatura é mais elevada nos primeiros meses; Período com ventanias violentas acompanhadas de trovões; Pressão atmosférica alta que permite suportar as temperaturas elevadas; Umidade do ar alta com precipitação média anual de 1.356,9 mm de dezembro a fevereiro; 2. Estação Seca - Caracterizada pelo Clima Tropical Continental Seco possui a seguinte especificação: Período com duração de 04 meses estendendo-se de junho a setembro; Umidade do ar desce a uma percentagem mínima de 18% a 40% em certos dias; Frentes frias, fenômeno conhecidas como “friagem”, ocasionadas pelo avanço das massas de ar vindas dos Pampas Argentinos situados mais próximo das geleiras do Polo Sul; O frio permanece no máximo oito 08 dias; Garoas persistentes acompanham o frio, empurradas para o norte por ventos intensos do sul que se alterna com o calor de meio-dia e da tarde.

Quadro 5: Médias Mensais das Variáveis Climatológicas Observadas em Cuiabá nos Anos de 1970 a 2007, com dados do 9º Distrito de Meteorologia.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.67.

Mês	Temperatura do Ar (C ^a)			Umidade Relativa (%)	Precipitação (mm)
	Média Compensada	Média das Máximas	Média das Mínimas		
Jan	27,3	27,1	24,0	81,2	209,1
Fev	26,6	31,9	23,5	84,5	247,6
Mar	27,1	32,9	23,7	80,5	180,6
Abr	25,9	27,1	21,8	74,8	116,2
Mai	23,7	25,4	19,5	76,5	29,9
Jun	23,0	26,5	18,7	70,3	7,3
Jul	22,7	26,3	16,9	66,5	18,9
Ago	25,4	34,2	18,1	56,8	9,6
Set	26,9	34,1	20,9	61,2	51,5
Out	27,9	34,2	23,6	60,5	130,2
Nov	27,4	33,4	23,6	74,0	188,4
Dez	27,5	33,2	24,0	77,5	167,7
Média Anual	26,0	32,8	21,5	72,7	1.356,9

Fonte: Organizado pela Diretoria de Pesquisa e Informação/IPDU, com base nos dados do Laboratório de Climatologia/Geo/UFMT e 9º Dismet/Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

De acordo com os dados do Quadro 5, no período de 1970 a 2007, as médias mensais das variáveis climatológicas em Cuiabá sofreram variações contínuas com média anual elevada porque totalizaram: Média Máxima (32 °C), Média Mínima (21,5 °C), Umidade Relativa 72,7% e Precipitação 1.356,9 mm.

De acordo com o que foi dito anteriormente configurou: Período chuvoso com temperatura mais elevada e o clima Tropical Continental Úmido; Período da seca com clima Tropical Continental Seco.

Atualmente na cidade de Cuiabá o clima local tem sido prejudicado pelos seguintes fatores: Crescimento demográfico, ampliação das atividades industriais, aumento dos desmatamentos²⁵ e a evolução desordenada do Perímetro Urbano. Isso tem ocorrido pesar da redução das queimadas na tentativa de preservar as Áreas Verdes tais como: Parques; Praças; Áreas urbanas vazias; Vegetação Viária; Vegetação Ciliar de: Córregos, riachos e rios²⁶.

Portanto, a evolução do processo de urbanização recente da cidade de Cuiabá tem ocasionado mudanças significativas no clima local com alteração da

²⁵ Ver: Item 2.4.4.

²⁶ Ver: Item 2.4.8 e Figura 7.

temperatura e distribuição das chuvas devido ao aumento dos problemas ambientais decorrentes principalmente da: Redução das Áreas Verdes; Aumento da emissão de gases poluentes devido ao aumento da frota de veículos automotores; Aumento das atividades indústrias; Aumento das barreiras artificiais decorrentes do aumento das construções arquitetônicas verticais; Aumento de áreas com solo impermeabilizado.

Pinho (2003) ressalta que, o aumento das ilhas de calor está relacionado com o crescimento urbano da cidade, em que a verticalização arquitetônica é uma das características mais marcante. Sendo que esse problema ambiental merece mais atenção da administração pública para promover políticas e ações voltadas para melhorar o clima urbano e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida da população local.

Atualmente o nível de água do Rio Cuiabá tem sido controlado pela Usina de Manso, evitando as enchentes periódicas nos períodos chuvosos, porém os alagamentos em alguns Bairros e área central da cidade de Cuiabá são decorrentes de: Crescimento urbano recente, poluição de resíduos sólidos, mau funcionamento e deficiência do Sistema Público de Saneamento Básico e Esgotamento Sanitário.

2.4.8. Áreas de Conservação Ambiental

Cuiabá (2009) afirma que, o Município de Cuiabá possui Unidades de Conservação Ambiental instituídas pelos poderes públicos - Federal, Estadual e Municipal - definidas e delimitadas como:

- *Parque Nacional de Chapada dos Guimarães* – Criado pelo Governo Federal possui uma área de 32.032 ha no Município de Cuiabá, aproximadamente 80% dessa área, e também em Chapada dos Guimarães;
- *Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN São Luís* – Criada pelo Governo Federal possui uma área de 200 ha;
- *Área de Preservação Ambiental - APA da Chapada dos Guimarães* – Criada pelo Governo Estadual abrangendo os Municípios de: Cuiabá, Campo Verde, Chapada dos Guimarães e Santo Antônio de Leverger.

Porém, aproximadamente 29% da área da APA se localiza no Município de Cuiabá;

- *Estrada-Parque Cuiabá - Chapada dos Guimarães* – Criada pelo Decreto nº 1.473 de 09 de junho de 2000, compreende a seguinte área: A partir do entroncamento das Rodovias MT-251 e MT-351; O trecho de km 15: Cuiabá - Chapada dos Guimarães - Mirante incluindo faixa marginal de 300 metros de cada lado da rodovia;
- *Jardim Zoobotânico* – Criado pela Lei Estadual nº 8.370 de 10 de outubro de 2005 com uma área de 67,66 ha com o objetivo de promover: Pesquisa; Conservação; Preservação; Educação Ambiental; Lazer compatível para difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável; Proteger espécies silvestres; Resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de Ecossistemas; Manter bancos de germoplasma *in situ* e reservas genéticas *in situ*; Realizar registros e documentação de plantas do acervo vegetal; Favorecer intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos nacionais e estrangeiros;
- *Parque José Inácio da Silva* – Criado pelo Decreto Estadual n.º 1.693 de 2000 possui uma área aproximada de 70 ha e está localizado na Região Sul da cidade de Cuiabá. Foi denominado originalmente Parque da Saúde, no entanto foi determinada a sua denominação oficial atual através do Decreto n.º 4.138 de 2002, sendo que rende homenagem a José Inácio da Silva, o Zé Bolo-Flor, saudosos personagem que marcou o imaginário da população cuiabana;
- *Parque Mãe Bonifácia* – Criado pela Lei nº 004²⁷, porém posteriormente o Governo Estadual através do Decreto nº 1.470 de 09 de junho de 2000 criou o Parque da Cidade com área aproximada de 77,50 ha localizada na Av. Miguel Sutil, Região Oeste da cidade de Cuiabá;

²⁷ Ver: Item 2.2.

- *Parque Massairo Okamura* – Criado pela Lei Municipal nº 2.681, porém foi enquadrado na categoria de Parque pela Lei Estadual nº 7.506 de 21 de setembro de 2001. O Parque possui uma área de 53,61 ha e está localizado na Região Norte da cidade de Cuiabá próximo ao CPA onde funcionam os Órgãos Públicos Estaduais;
- *APA Municipal Aricá-Açu* – Criada pela Lei municipal nº 3.874 possui uma área de 74.974 ha e a mesma está localizada na zona de transição entre as formações florestais do Planalto dos Guimarães e as da Planície do Pantanal do Município de Cuiabá;
- *Horto Florestal Tote Garcia* – Criado no início do século XX, passou a ser denominado Tote Garcia através da Lei Municipal na década de 80 sendo que atualmente possui uma área de 19,50 ha localizada na Região Sul da cidade de Cuiabá, na margem esquerda do Rio Coxipó;
- *Parque Antônio Pires de Campos* – Patrimônio Histórico Paisagístico e Ecológico do Município de Cuiabá criado pela Lei Complementar Municipal de Gerenciamento Urbano nº 004. Popularmente conhecido como Morro da Luz, está localizado no Bairro dos Bandeirantes considerado Centro da cidade de Cuiabá;
- *Parque Municipal Dante Martins de Oliveira* – Popularmente conhecido como Parque das Águas possui uma área de 30,63 ha e foi declarado de utilidade pública através do Decreto nº 4.454/2006. O Parque ainda em fase de instalação às margens do Rio Cuiabá na foz do Ribeirão do Lipa, onde se encontra o principal ponto de captação de água de Cuiabá, foi criado devido às seguintes justificativas: Construir nova área pública de lazer; Preservar o Rio Cuiabá; Preservar a fauna e a flora locais e o principal manancial da Cidade abrigando a Estação de Tratamento de Água;
- *Parque Tia Nair* – Criado pela Lei Municipal nº 4.372 de 23 de junho de 2003 e inaugurado em dezembro de 2006, localizado na Região Leste da cidade de Cuiabá, Bairro Jardim Itália, possui uma área de 7,5 ha que foi

posteriormente ampliada para 17,3 ha. Resultou da parceria da municipalidade com a Fundação Alphaville e dispõe de: Área gramada, pista de saibro para caminhada e um lago natural.

No entanto, a Lei Complementar Municipal de Gerenciamento Urbano que normatiza o Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais criou também outras Unidades de Conservação Ambiental na cidade de Cuiabá tais como: Mata Ciliar do Córrego Quarta-Feira; Mata Ciliar do Ribeirão da Ponte; Mata Ciliar do Ribeirão do Lipa; Mata Ciliar do Rio Cuiabá; Rio Coxipó; Horto Florestal; Mata do Parque Mãe Bonifácia; Mata Semidecídua do Córrego Manoel Pinto (Campo do Bode); Cerrado/Cerradão do Centro de Zoonoses; Cerrado do Centro Político Administrativo - CPA; Matas Ciliares dos Córregos: Moinho, Gumitá e Barbado e também a Cabeceira do Córrego da Prainha no Bairro Alvorada, entre os loteamentos dos Bairros: Consil e Quarta-Feira.



Figura 12: Pedestres na Rua 13 de Junho com a Avenida Isaac Póvoas.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.194.

2.5. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DETERMINANTES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

2.5.1. População

A demografia do Município de Cuiabá apresentou comportamento instável no decorrer da sua história, desde o Período Colonial passando pela implementação do Programa Marcha para Oeste²⁸ até os dias atuais, com migração e imigração de população de outras regiões brasileiras e de outros países do Mundo.

Cuiabá (2009) ressalta que, o crescimento demográfico anual em 2000 foi de 2,04% conforme censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e que ocorreu uma variação populacional de 20% entre os anos de 1991 a 2000, o que indicou desaceleração, porém se manteve contínuo, no ritmo do crescimento.

Quadro 6: Densidade Demográfica.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.74.

Ano	População	Área (km ²)	Densidade Demográfica hab/ha
1980	212.984 ⁽¹⁾	12.790,00 ⁽³⁾	0,17
1991	402.813 ⁽¹⁾	3.224,68 ⁽⁴⁾	1,25
1996	433.355 ⁽¹⁾	3.224,68 ⁽⁴⁾	1,34
2000	483.346 ⁽¹⁾	3.224,68 ⁽⁴⁾	1,50
2007	526.830 ⁽¹⁾	3.537,17 ⁽⁵⁾	1,49
2008	544.737 ⁽²⁾	3.537,17 ⁽⁵⁾	1,54
2009	550.562 ⁽²⁾	3.537,17 ⁽⁵⁾	1,56

Fonte: (1) IBGE, Censo demográfico de Mato Grosso – 1980, 1991, 2000 e Contagem da população – 1996 e 2007.

(2) IBGE – Estimativa IBGE, disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

(3) Fundação de Pesquisas Cândido Rondon – FCR, Anuário estatístico de Mato Grosso – 1980.

(4) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan).

(5) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan), (dados revisados).

De acordo com os dados do Quadro 6, no período de 1980 a 2009, na cidade de Cuiabá ocorreu um contínuo adensamento demográfico com consequente aumento dos problemas ambientais na zona urbana devido aos seguintes fatores: Aumento populacional de 337.578 habitantes com aumento de 1,39 hab./ha na densidade demográfica.

²⁸ Ver: Item 2.2.

Nesse contexto IBGE (2011) enfatiza que em 2010 a cidade de Cuiabá totalizou 551.098 habitantes. Portanto deduzimos que no período de 2009 a 2010 ocorreu um pequeno, de apenas 546 habitantes²⁹, crescimento populacional.

O crescimento demográfico, entre outras razões, tornaria mais “natural” a lógica da quantidade, em detrimento daquela da qualidade. Técnicas para dar conta das quantidades não faltam: teoria da informação, cibernética, etc. A emergência dos números, das necessidades básicas de milhões de famintos, a serem satisfeitas, justificam esquemas análogos, homogêneos, de quantificação e codificação dessas necessidades. Técnicas aprimoradas permitem calcular quantas Escolas, postos de saúde, casas, etc. são necessários no corpo de uma vida social reduzida (DAMIANI, 1991 p. 94).

Cuiabá (2009) salienta que desde o final do século XX até início do século XXI, a partir da década de 70 a 2000, a população do Município de Cuiabá foi formada predominantemente por: Migrantes do Estado de Mato Grosso e pessoas naturais do Município.

Portanto, a explosão demográfica e aceleração do crescimento urbano ocorreram a partir da década de 70³⁰ e as migrações para fixarem residência na cidade de Cuiabá intensificaram-se a partir da década de 80.

Quadro 7: População Residente em Cuiabá, segundo a Naturalidade.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.87.

Região	Absoluto			Relativo (%)		
	1980 ⁽¹⁾	1991 ⁽¹⁾	2000 ⁽¹⁾	1980 ⁽²⁾	1991 ⁽²⁾	2000 ⁽²⁾
Norte	976	3.917	6.491	0,46	0,97	1,33
Nordeste	8.649	20.610	24.566	4,06	5,12	5,09
Sudeste	17.970	41.676	45.949	8,44	10,35	9,51
Sul	8.751	31.412	34.254	4,11	7,80	7,09
Centro-Oeste	175.118	303.280	370.444	82,22	75,29	76,64
Brasil sem espec.	173	360	317	0,08	0,09	0,07
Subtotal	211.464	400.895	482.021	99,29	99,52	99,73
Exterior	1.343	1.558	1.326	0,63	0,39	0,27
Total	212.980	402.813	483.347	100,00	100,00	100,00

Fonte: (1) IBGE, Censo demográfico 1980, 1991 e 2000.

(2) Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 7, no período de 1980 a 2000, ocorreu: Adensamento populacional contínuo no Município de Cuiabá devido à chegada progressiva de um grande contingente populacional porque apresentou:

²⁹ Ver: Item 2.1.

³⁰ Ver: Item 2.2.

Total absoluto de 1.099.140 migrantes; Grande adensamento demográfico na zona urbana onde predominou migrantes de várias regiões do Brasil.

De acordo com o que foi dito anteriormente, a cidade de Cuiabá teve o processo de urbanização acelerado a partir do final do século XX, na década de 70, o que resultou no surgimento de: 118 Bairros planejados ou não; Configuração dos aspectos negativos da Globalização porque o crescimento demográfico dificultou a manutenção da sustentabilidade local do Meio Ambiente e a gestão política e territorial urbana; Evolução dos problemas ambientais decorrentes do uso inadequado desse território.

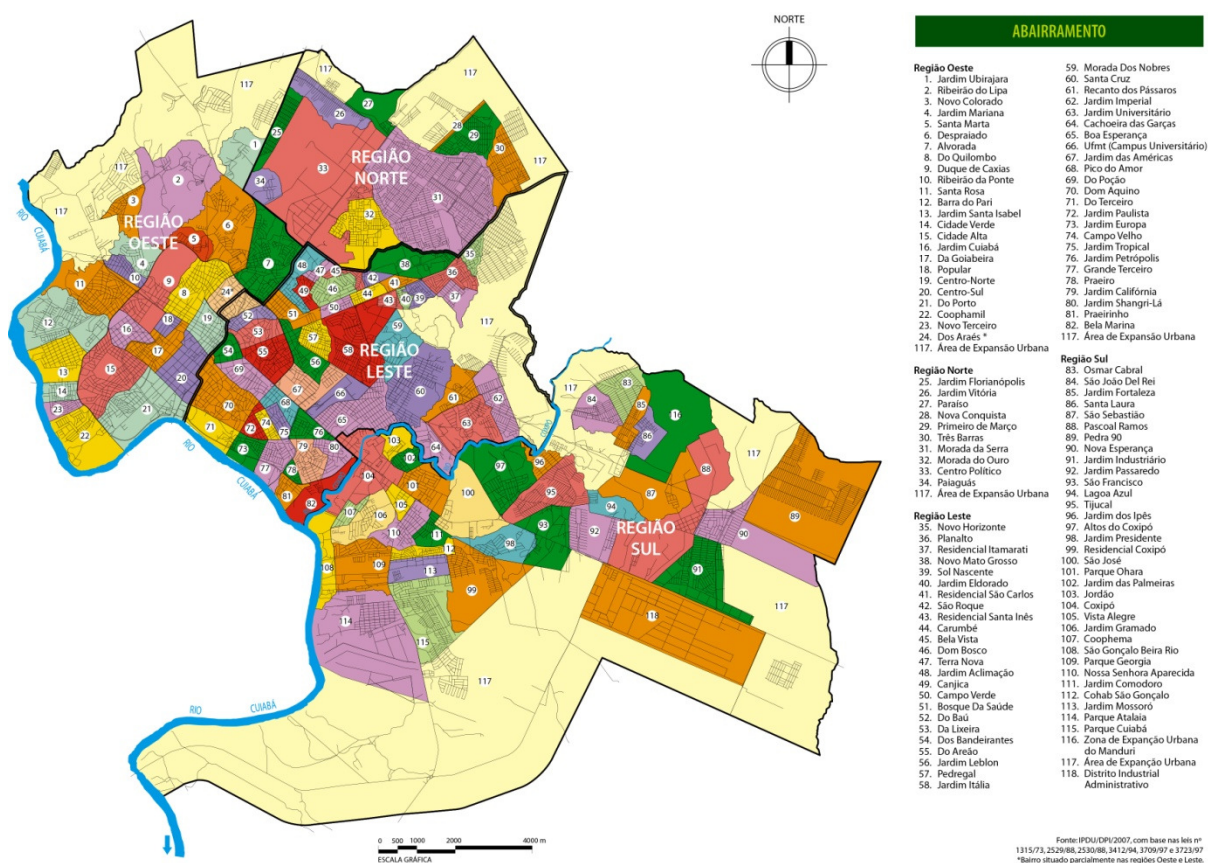


Figura 13: Mapa do Abairramento de Cuiabá.
 Fonte: Cuiabá, 2009, p.99.

2.5.2. Rendimentos

Cuiabá (2009) enfatiza que, foi desenvolvida uma metodologia para realizar a classificação dos Bairros de Cuiabá, segundo a renda dos responsáveis

pelos domicílios particulares permanentes. Essa metodologia permitiu, a partir da Renda Média dos Bairros de Cuiabá com limites de 7,49 Salários Mínimos - S.M. classificar os Bairros da cidade de Cuiabá conforme a classe de renda em: Renda Baixa - Abaixo de 2,91 S.M.; Renda Médio-Baixa – A partir de 2,91 S.M. a 5,65 S.M.; Renda Média - A partir de 5,66 S.M. a 11,65 S.M.; Renda Médio-Alta – A partir de 11,66 S.M. a 21,94 S.M.; Renda Alta - Acima de 21,94 S.M.

Metodologia: [...] utilizaram-se os dados da tabela “Valor do rendimento nominal médio mensal, valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, segundo os bairros”, do censo demográfico 2000 (resultados do universo), divulgado pelo IBGE. Inicialmente, transformou-se o valor dos rendimentos médios por bairro em salários mínimos, do ano de 2000 (R\$ 151,00). Em seguida, optou-se pela adoção de cinco classes de rendimento, e daí a metodologia para encontrar os limites dos intervalos de classes consistiu no cálculo sucessivo de médias aritméticas simples. Utilizando-se os valores referentes ao total de rendimentos por bairros e ao total de pessoas responsáveis, com rendimentos, pelos domicílios particulares permanentes, calculou-se a renda média geral dos bairros de Cuiabá (7,49 salários mínimos). Dividiu-se a tabela em 2 grupos, um até 7,49 S.M. e outro acima de 7,49 S.M. Calcularam-se novamente as médias aritméticas dos dois grupos e com a primeira tabela (até 7,49 S.M.) obteve-se a média aritmética de 4,34 S. M.(correspondendo à média da renda médio-baixa); com a segunda (acima de 7,49 S.M.) obteve-se a média de 15,06 S.M. (correspondendo à média da renda médio-alta). A partir destas quatro faixas: até 4,33 S.M., de 4,34 S.M. a 7,48 S.M, de 7,49 S.M. a 15,05 S.M. e a partir de 15,06 S.M., calcularam-se novamente as médias aritméticas de cada faixa, obtendo-se os limites das cinco classes de rendimento (CUIABÁ, 2009, p. 102).

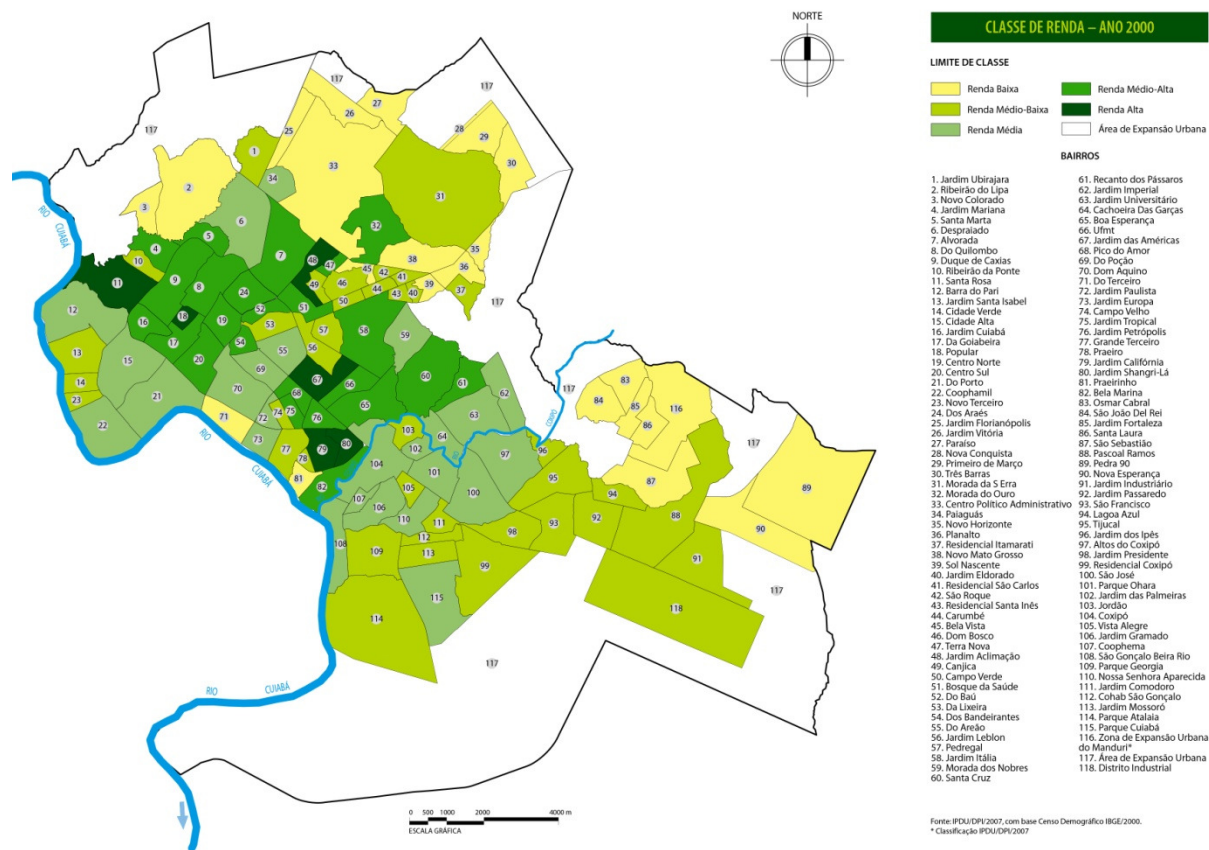


Figura 14: Mapa do Abairramento conforme classe de renda.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.109.

Os resultados confirmam nosso trabalho de pesquisa prévio e sugere que as redes dos indivíduos pobres tendem a ser menores menos diversas e mais locais que as dos indivíduos de classe média. Várias similaridades foram também encontradas entre as redes das duas cidades analisadas, mesmo se diferenças relativas ao localismo apareceram. Essas similaridades são marcantes levando em consideração as grandes diferenças entre as cidades em termos de estruturas sociais, mercado de trabalho e pobreza. Em adição, redes e sociabilidades tendem a variar de forma substantiva, embora os dados sugerirem a presença de padrões relacionais consistentes nas duas cidades. Esses padrões tendem a ser associados com atributos sociais, sugerindo que redes e sociabilidade estão realmente atrelados às condições moradia e pobreza, embora por múltiplas condições causais. O elemento chave que determina situações são aparentemente localismo e homofilia, mediando o acesso a diferentes bens e serviços no mercado e sociais. É necessário dizer que a concentração de redes menos homofílicas em indivíduos com situações sociais melhores tendem a reforçar desigualdades sociais e reproduzir os mecanismos que dirigem a pobreza (MARQUES; BICHER; CASTELLO; MOYA, p. 60-61, 2010).

Quadro 8: Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita – Anos 2003 a 2006 - Brasil, Grandes Regiões, Mato Grosso, Cuiabá e Várzea Grande.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.116.

Em Valores absolutos

Brasil, Regiões, Mato Grosso, Cuiabá, Várzea Grande	Produto Interno Bruto							
	2003 *		2004		2005		2006	
	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)
Brasil	1.699.947.694	9.498	1.941.498.358	10.692	2.147.239.292	11.658	2.369.796.546	12.688
Norte	81.199.581	5.780	96.012.341	6.680	106.441.710	7.241	120.013.924	7.989
Nordeste	217.037.426	4.355	247.042.512	4.899	280.545.055	5.499	311.174.975	6.029
Sudeste	947.748.381	12.424	1.083.974.746	14.009	1.213.863.408	15.469	1.345.509.830	16.912
Sul	300.858.677	11.440	337.657.404	12.677	356.211.309	13.206	386.736.960	14.162
Centro-Oeste	153.103.630	12.228	176.811.355	13.846	190.177.811	14.606	206.360.858	15.552
Mato Grosso	27.888.658	10.347	36.961.123	13.445	37.465.937	13.365	35.284.471	12.350
Cuiabá	5.144.887	9.785	6.558.159	12.500	7.020.584	13.157	7.189.521	13.744
Várzea Grande	1.502.479	6.340	1.829.801	7.540	2.018.004	8.117	2.121.650	8.329

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 23/1/2008.

Obs: * Dados revisados em relação ao Perfil Socioeconômico, Vol. III, cujo acesso deu-se em 29/11/2005.

Valores percentuais em relação ao Brasil

Brasil, Regiões, Mato Grosso, Cuiabá, Várzea Grande	Produto Interno Bruto							
	2003 *		2004		2005		2006	
	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	4,78	60,85	4,95	62,48	4,96	62,11	5,06	62,97
Nordeste	12,77	45,85	12,72	45,82	13,07	47,17	13,13	47,52
Sudeste	55,75	130,81	55,83	131,02	56,53	132,69	56,78	133,29
Sul	17,70	120,45	17,39	118,57	16,59	113,28	16,32	111,62
Centro-Oeste	9,01	128,74	9,11	129,50	8,86	125,29	8,71	122,57
Mato Grosso	1,64	108,94	1,90	125,75	1,74	114,64	1,49	97,34
Cuiabá	0,30	103,02	0,34	116,91	0,33	112,82	0,30	104,38
Várzea Grande	0,09	66,85	0,09	70,52	0,09	69,63	0,09	65,64

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 23/1/2008.

Obs: * Dados revisados em relação ao Perfil Socioeconômico, Vol. III, cujo acesso deu-se em 29/11/2005.

De acordo com os dados do Quadro 8, no período de 2003 a 2006, a economia do Município de Cuiabá acompanhou o crescimento do Brasil e de Mato Grosso porque o PIB cresceu em: Valores absolutos per capita de R\$ 9.785 (2003) para R\$ 13.244 (2006); Valores percentuais em relação ao Brasil de R\$ 103,02 (2003) para R\$ 104,38 (2006).

Quadro 9: Capitais de Estado, classificadas conforme PIB per capita do Ano de 2006.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.117.

Brasil, Regiões, Mato Grosso, Cuiabá, Várzea Grande	Produto Interno Bruto							
	2003 *		2004		2005		2006	
	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)	A preços correntes (R\$ mil)	Per capita (R\$)
1. Vitória	8.426.386	27.562	11.817.767	38.183	15.797.487	50.421	16.290.882	51.377
2. Brasília	63.104.900	28.282	70.724.113	30.992	80.526.612	34.515	89.630.109	37.600
3. São Paulo	209.555.133	19.494	225.170.382	20.775	261.455.917	23.925	282.852.338	25.675
4. Porto Alegre	21.871.109	15.577	23.780.238	16.790	28.132.955	19.691	30.116.002	20.900
5. Rio de Janeiro	95.751.484	15.935	112.674.641	18.620	117.771.722	19.325	127.956.075	20.851
6. Manaus	20.640.758	13.260	25.475.127	15.996	27.594.771	16.778	31.916.257	18.902
7. Curitiba	23.828.224	14.047	26.755.257	15.492	29.672.801	16.880	32.153.307	17.977
8. Florianópolis	4.477.183	11.873	5.082.681	13.136	6.025.413	15.186	6.588.652	16.206
9. Belo Horizonte	23.197.223	9.973	27.189.964	11.567	28.786.329	12.119	32.725.361	13.636
10. Cuiabá	5.044.882	9.785	6.558.159	12.500	7.020.584	13.152	7.189.521	13.244
11. Goiânia	10.757.548	9.258	12.368.277	10.469	13.520.904	11.258	15.872.191	13.006
12. Recife	13.098.429	8.894	14.414.268	9.694	16.322.816	10.875	18.318.451	12.091
13. São Luís	7.045.295	7.499	8.510.492	8.873	10.084.982	10.303	11.217.074	11.235
14. Boa Vista	1.905.441	8.389	1.942.674	8.221	2.264.674	9.351	2.599.811	10.414
15. Campo Grande	5.503.541	7.658	6.364.572	8.669	6.945.587	9.264	7.839.567	10.244
16. Aracaju	3.776.175	7.782	4.392.520	8.930	4.583.358	9.192	5.029.753	9.954
17. Porto Velho	2.667.654	7.416	3.136.545	8.235	3.700.677	9.897	3.762.899	9.877
18. Natal	5.229.473	6.931	5.955.689	7.774	6.643.983	8.539	7.508.466	9.506
19. Fortaleza	15.303.784	6.681	17.217.737	7.381	19.675.992	8.285	22.537.716	9.325
20. Macapá	2.222.756	6.749	2.494.443	7.641	2.767.841	7.788	3.365.004	9.135
21. Palmas	1.267.810	6.944	1.520.579	8.104	1.715.032	8.239	1.961.325	8.879
22. João Pessoa	4.192.304	6.570	4.358.358	6.711	5.015.921	7.591	5.966.595	8.878
23. Salvador	16.770.662	6.480	19.826.156	7.533	22.527.374	8.426	24.072.400	8.870
24. Belém	8.838.679	6.496	10.348.720	7.464	11.277.478	8.022	12.520.322	8.765
25. Rio Branco	1.740.716	6.059	2.127.862	7.438	2.369.239	7.749	2.611.114	8.312
26. Maceió	4.745.102	5.484	5.658.604	6.399	6.096.061	6.747	6.980.502	7.567
27. Teresina	4.291.340	5.630	4.491.322	5.792	5.242.875	6.647	6.000.490	7.482

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 23/11/2008.
 Obs.: * Dados revisados em relação ao Perfil Socioeconômico, Vol. III, cujo acesso deu-se em 29/11/2005.

Os dados do Quadro 9, no ano de 2006, evidenciam que o PIB per capita/ano do Município de Cuiabá apresentou resultados ineficientes porque: Cresceu apenas R\$ 3459 per capita; Ficou classificado na 10^a posição em relação a outras capitais brasileiras.

Quadro 10: Posição ocupada por Cuiabá, quanto ao PIB a preços correntes, em relação aos 50 maiores Municípios brasileiros – Ano 2006.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.119.

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada	Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ mil)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Sorocaba/SP	31ª	10.162.976	0,43	43,63
Canoas/RS	32ª	9.607.235	0,41	44,04
Camaçari/BA	33ª	9.534.300	0,40	44,44
São Caetano do Sul/SP	34ª	9.375.788	0,40	44,84
Serra/ES	35ª	9.132.400	0,39	45,22
Caxias do Sul/RS	36ª	8.621.444	0,36	45,58
Araucária/PR	37ª	8.437.759	0,36	45,94
Campo Grande/MS	38ª	7.839.567	0,33	46,27
Diadema/SP	39ª	7.746.815	0,33	46,60
Natal/RN	40ª	7.508.466	0,32	46,91
Niterói/RJ	41ª	7.460.317	0,31	47,23
Cuiabá/MT	42ª	7.189.521	0,30	47,53
São José dos Pinhais/PR	43ª	7.034.113	0,30	47,83
Maceió/AL	44ª	6.980.502	0,29	48,12
São Gonçalo/RJ	45ª	6.887.923	0,29	48,42
Piracicaba/SP	46ª	6.834.140	0,29	48,70
São Francisco do Conde/BA	47ª	6.673.667	0,28	48,99
Londrina/PR	48ª	6.612.093	0,28	49,26
Florianópolis/SC	49ª	6.588.652	0,28	49,54
Paulínia/SP	50ª	6.506.962	0,27	49,82

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Produto Interno Bruto dos Municípios 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 23/01/2008.

De acordo com os dados do Quadro 10, no ano de 2006, Cuiabá em relação aos 50 maiores Municípios brasileiros apresentou posição inferior com relação ao PIB a preços correntes por que: Ocupou a 42ª lugar com R\$ 7.189 521; Apresentou participação percentual baixa: 0,30% (Relativa) e 47,53% (Acumulada).

Quadro 11: Posição ocupada por Cuiabá nos anos de 2005 e 2006, quanto ao valor adicionado bruto, em relação aos 100 maiores Municípios brasileiros.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.121.

Ano 2005

Atividade	Posição ocupada	Valor Adicionado Bruto (1.000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
da Indústria	63ª	1.579.881	0,29	51,18
dos Serviços	40ª	3.990.848	0,33	51,35
da Administração Pública	33ª	756.977	0,27	40,57

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

Obs.: Dados sujeitos a revisão.

Ano 2006

Atividade	Posição ocupada	Valor Adicionado Bruto (1.000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
da Indústria	74ª	1.354.542	0,23	54,53
dos Serviços	40ª	4.490.338	0,34	51,19
da Administração, Saúde e Educação públicas e Seguridade Social	34ª	865.754	0,28	40,38

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

Obs.: Dados sujeitos a revisão.

De acordo com os dados do Quadro 11, no período de 2005 a 2006, o Município de Cuiabá apresentou deficiência quanto ao valor adicionado bruto em relação aos 100 maiores Municípios brasileiro devido as seguintes características: Apresentou ineficácia na atividade industrial – Perdeu 11 posições no cenário nacional e R\$ 225.339 no valor adicionado bruto; Apresentou ineficácia na administração e na prestação dos Serviços Públicos Essenciais – Educação, Saúde e Segurança – Manteve resultados muitos baixos em relação à posição ocupada e ao valor adicionado bruto no cenário nacional.

2.6. ASPECTOS ECONÔMICOS

2.6.1. Setor Primário

As atividades do Setor Primário da cidade de Cuiabá, contextualizando os dados apresentados nos Quadros 12,13, 14, 15 e 16, se concentraram apenas na produção de subsistência da população local para abastecimento do mercado interno.

Quadro 12: Produção Agrícola.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.124.

Lavoura Temporária	2006								2007							
	Produção			Área				Produção			Área					
	Quantidade	Valor		Plantada		Colhida		Quantidade	Valor		Plantada		Colhida			
R\$ mil		%	ha	%	ha	%	R\$ mil		%	ha	%	ha	%			
Total	10.994	2.227	100	855	100	855	100	8.580	2.588	100	703	100	703	100		
Abacaxi *	560	336	15,09	20	2,34	20	2,34	560	280	10,82	20	2,84	20	2,84		
Arroz em casca (t)	112	31	1,39	75	8,77	75	8,77	---	---	---	---	---	---	---		
Cana-de-açúcar (t)	6.600	462	20,75	220	25,73	220	25,73	3.750	263	10,16	125	17,78	125	17,78		
Feijão em grão (t)	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---		
Mandioca (t)	2.860	1.144	51,37	220	25,73	220	25,73	3.510	1.755	67,81	270	38,41	270	38,41		
Melancia (t)	180	81	3,64	10	1,17	10	1,17	144	130	5,02	8	1,14	8	1,14		
Milho em grão (t)	682	173	7,77	310	36,26	310	36,26	616	160	6,18	280	39,83	280	39,83		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acesso em 24/1/2007, em 23/9/2008 e 4/2/2009.

Obs: * em 1000 frutos.

De acordo com os dados do Quadro 12, no período de 2006 a 2007, a produção agrícola em lavouras temporárias não beneficiou a população do Município de Cuiabá porque apresentaram características negativas, aumento nos preços dos

produtos agrícolas e no custo de vida da população cuiabana, devido a: Diminuição de 152 ha de área plantada; Diminuição de 2.414 na quantidade da produção; Aumento de R\$ 361Mil no valor da produção.

Quadro 13: Produção Agrícola área plantada e extração vegetal.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.124.

Áreas Plantadas	2006
Propriedades agrícolas (un.)	1.291
Área total (ha)	122.145
Matas Florestas (ha)	41.602
Área de lavoura (ha)	2.306*
Pastagem (ha)	71.526
Reserva legal (ha)	N. I.
Reserva permanente (ha)	N. I.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Primeiros resultados de 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em 13/11/2008.

Obs.: * compreende lavouras permanentes e temporárias.

Produto	Quantidade				
	2002	2003	2004	2005	2006
Lenha (m ³)	15.485	13.244	12.900	11.495	12.140
Madeira em tora (m ³)	18	...	0
Oleaginosos (t)	2	3	4	4	4
Pequi amêndoa (t)	2	3	4	4	4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os anos 2005 e 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em 24/1/2007.

De acordo com os dados do Quadro 13, no ano de 2006, no Município de Cuiabá ocorreu ineficácia na superação do desafio do Desenvolvimento Sustentável devido o predomínio do desmatamento para a consolidação de uma forte fronteira agrícola recente e agropecuária intensiva e/ou extensiva devido as seguintes características: No período de 2002 a 2006 ocorreu diminuição ou extinção da extração da madeira de tora, porém manteve o predomínio de 3.345 m³ de extração da lenha; Estabelecimento de um elevado número, 1291 unidades, de propriedades agrícolas que totalizaram 122.145 ha de área com predomínio de 71.526 ha de área com pastagens; Manutenção de pequena área para: Lavouras permanentes e temporárias 2306 ha; Inexistência de áreas para reservas: Legal e/ou permanente.

Quadro 14: Pecuária - Rebanhos.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.125.

Rebanho	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2004 ⁽²⁾	2005 ⁽¹⁾	2006 ⁽²⁾	2007 ⁽²⁾
Asininos	94	85	31	9	98	100
Bovinos	125.852	94.431	101.965	109.508	114.932	109.783
Bubalinos	125	96	153	290	448	196
Caprinos	403	508	415	376	759	788
Equinos	1.402	1.965	2.330	2.868	2.363	7.838
Galináceos	61.250	60.380	71.471	41.440	74.559	75.615
Muares	165	132	151	160	1.683	2.285
Ovinos	2.010	3.700	2.415	4.222	12.609	13.818
Suínos	7.211	7.500	6.625	4.754	9.379	9.887

Fonte: (1) Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – Indea/MT.

(2) IBGE, Pesquisa da pecuária municipal. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

No Município de Cuiabá de acordo com os dados do Quadro 14, durante o período de 2002 a 2007, predominou a criação dos seguintes rebanhos: Bovinos – Com diminuição de 16.069 rebanhos; Galináceos – Com aumento de 14.365 rebanhos.

Quadro 15: Pecuária - Produtos de Origem Animal.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.125.

Produto	Quantidade				
	2003	2004	2005	2006	2007
Leite (mil litros)	4.255	4.212	4.423	4.517	4.182
Ovos de galinha (mil dúzias)	131	130	129	124	127
Mel de abelha (quilograma)	300	320	4.550	3.725	1.570

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em 24/1/2007 e em 23/9/2008.

Contextualizando as informações dos Quadros 13, 14 e 15, deduzimos que no Município de Cuiabá, durante o período de 2002 a 2007, ocorreu a consolidação da produção de produtos agropecuários devido aos seguintes aspectos: No período de 2002 a 2007 predominou as propriedades agrícolas e a criação de rebanhos de bovinos e galináceos; No entanto durante o período de 2003 a 2007, houve aquecimento do mercado de produtos agropecuário com: Fortalecimento da produção de mel de abelha, com aumento de 1.270 Mil litros/ano, e predomínio de mais um importante produto de origem animal; Manutenção da média anual de 4.000 Mil litros/ano na produção de leite.

Quadro 16: Pecuária - Produção de Leite de Vaca.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.125.

Ano	Vacas Ordenhadas	Leite Produzido (mil litros)
1999 ⁽¹⁾	3.500	4.157
2000 ⁽¹⁾	3.570	4.240
2001 ⁽¹⁾	3.509	4.168
2002 ⁽¹⁾	3.520	4.182
2003 ⁽¹⁾	3.940	4.255
2004 ⁽²⁾	3.900	4.212
2005 ⁽²⁾	4.328	4.423
2006 ⁽²⁾	4.420	4.517
2007 ⁽²⁾	4.092	4.182

Fonte: (1) IBGE, Pesquisa da pecuária municipal.

(2) IBGE, Pesquisa da pecuária municipal. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em 3/3/2006 e em 24/1/2007.

Contextualizando as informações dos Quadros 13, 14, 15 e 16 ficou evidente que o Município de Cuiabá, durante o período de 1999 a 2007, consolidou a produção de produtos agropecuários com a manutenção da alta produtividade de leite de vaca devido ao: Aumento progressivo de 592 Mil vacas ordenhadas e manutenção da média anual de aproximadamente 4000 Mil litros/ano.

2.6.2. Setor Secundário

O Distrito Industrial do Município de Cuiabá foi implantado pelo Decreto Estadual nº 459/1976 na BR 364, a 12 km do Centro da Cidade, em uma área de 695 hectares dos quais 54 hectares foram destinados à moradia. Por meio da Lei nº 3.864/1977 o Governo Estadual teve autonomia para distribuir os lotes do Distrito para as fábricas e indústrias que se fixaram em Cuiabá. Através da BR 364 ficaram ligados a Campo Grande, São Paulo, Triângulo Mineiro, Goiânia e Brasília e pela BR 163; somente Cuiabá foi ligada ao Porto de Santarém, no Estado do Pará, e também pela BR 070 ao Município de Cáceres.

O conjunto urbano e industrial é [...] um grupo social em plena ascensão [...] comporta choques internos muito violentos entre a classe industrial dirigente e o proletariado. Este consegue um melhoramento ininterrupto da condição operária adquirida ao longo de lutas frequentes muito duras. As massas de populações urbanas estão cada vez mais concentradas geograficamente [...] em superfícies muito reduzidas [...]. Apresentam-se novos problemas,

em termos de comércio, de gestão financeira e de empresas de administração privada e pública (GEORGE, 1996, p. 18 - 19).

Cuiabá (2009) ressalta que, as empresas do Distrito Industrial de Cuiabá são responsáveis por 30% da arrecadação do ICMS da Baixada Cuiabana e 17% da arrecadação do Estado de Mato Grosso. No Distrito Industrial de Cuiabá há empresas que acompanham os avanços tecnológicos, principalmente as relacionadas aos Setores: Alimentícios, Laticínio, Essência, Produto Sanitário, Material de Construção, Pneumático, Veículos de Montagens, Carrocerias, Aparelhamentos, Confecção, Material Sintético, Fibra de Vidro, Torrefação de Café, Equipamentos e Produtos Odontomédico-Hospitalares, Cosméticos, Medicamentos, Empresas de Representações Comerciais de Importação e Exportação.

Devido à implementação do Distrito Industrial, citada anteriormente, provavelmente foi intensificada a produção industrial no Município de Cuiabá e aquecidas as atividades econômicas e as relações comerciais locais com os grandes centros econômicos do Brasil. Porém devido ao fortalecimento das atividades industriais ocorreu a ineficácia na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente local/global devido ao aumento dos problemas ambientais dentre os quais destacamos principalmente: Poluição do Meio Ambiente com resíduos sólidos devido ao consumo exacerbado de produtos industrializados.

Em Mato Grosso, a presença do Projeto Neoliberal é marcante. Analisando documentos e políticas produzidos pelo Governo Estadual no período histórico de 2003 a 2008 sobre o Meio Ambiente, verificamos que a maioria deles se sustenta na ideia de um Desenvolvimento Sustentável que no contexto, nada mais é do que o velho Capitalismo, que maquiado, e travestido encontra espaço e oportunidade inclusive “oficiais” (Leis) para se estabelecer na sociedade (SATO, 2005, p.03).

Quadro 17: Estabelecimentos Industriais segundo o Cadastro de Consumidores da Cemat – Anos 2002 a 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.127 e 128.

Cod.	Classe de Consumo	Ano					
		2002	2003	2004	2005	2006	2007
0	Extração e tratamento de minerais/Indústria de transformação	78	71	62	53	49	49
10	Produtos de minerais não metálicos	52	51	50	54	54	58
11	Metalurgia	186	170	173	175	179	178
12	Mecânica	26	22	28	27	25	25
13	Material elétrico, eletrônico e de comunicação	13	17	16	23	19	18
14	Material de transporte	7	8	13	16	16	18
15	Madeira	109	101	92	91	89	85
16	Mobiliário	57	55	56	47	45	42
17	Papelão, papel e celulose	10	10	10	11	10	9
18	Borracha	4	5	6	8	11	10
19	Couros, peles e assemelhados	5	5	5	6	5	5
20	Química	23	21	19	18	17	23
21	Produtos farmacêuticos e veterinários	2	1	1	3	3	3
22	Refino de petróleo e destilação de álcool	4	4	4	4	3	3
23	Produtos de materiais plásticos	11	14	14	14	17	17
24	Têxtil	11	9	9	11	12	9

Cod.	Classe de Consumo	Ano					
		2002	2003	2004	2005	2006	2007
25	Vestuário, artefatos de tecido e de viagem	72	81	86	121	107	110
26	Produtos alimentares	191	182	190	209	202	202
27	Bebidas	16	15	12	12	10	9
29	Editorial e gráfica	88	73	81	84	83	71
30	Diversas	37	29	33	33	32	27
31	Calçados	6	7	6	6	5	6
33	Construção	231	290	363	426	456	543
Total		1.239	1.241	1.329	1.452	1.449	1.520

Fonte: Centrais Elétricas Mato-Grossenses - Cemat S.A. - conforme classificação da Portaria nº 962 de 29/12/87 da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Os dados do Quadro 17 demonstram que em Cuiabá, no período de 2002 a 2007, mantiveram alto consumo de energia elétrica os estabelecimentos industriais de: Metalurgia, Produtos Alimentares e Construção.

Nesse contexto Cuiabá (2009) enfatiza que em relação aos postos de trabalho oferecidos pelos estabelecimentos industriais da cidade de Cuiabá, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE e a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN do Estado de Mato Grosso sobressaíram: 1. Fabricação de Produtos de: Padaria, confeitaria e pastelaria exceto industrializados; Móveis com predominância de madeira; Serralheria exceto esquadrias; Artefatos de plástico para outros usos; Esquadrias de metal; Estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série ou sob encomenda; Cabines, carrocerias e reboques para caminhão; Casas pré-moldadas de concreto; Cervejas e chopes; Transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, inclusive peças; Madeira laminada e de chapas de madeira

compensada, prensada ou aglomerada; Rações balanceadas para animais; Serrarias com desdobramento de madeira. 2. Edição e impressão de: Livros, jornais e revistas; Impressão de material para uso industrial, comercial e publicitário.

[...] na grande maioria dos Municípios mato-grossenses [...] predominam as indústrias do setor madeireiro, seguidas pelas indústrias ligadas à produção de alimentos (frigoríficos, pescado, laticínios, produtoras de óleo e beneficiadoras de arroz). Distribuem-se também nos espaços geográficos mato-grossenses as indústrias algodoeiras, de bebidas, couro, borracha, usinas de álcool, de mineração e calcário. Merece destaque a instalação de indústrias processadoras de óleo de mamona (PIAIA, 2003, p. 67).

Existem ainda as Indústrias Caseiras que utilizam mão de obra familiar, a exemplo do que ocorre na comunidade de São Gonçalo localizada na zona urbana da cidade de Cuiabá, para garantir a subsistência da família através da produção de vários Produtos Artesanais: Cerâmicas, Doces, Redes Cuiabanas, etc.

2.6.3. Setor Terciário

A arrecadação de impostos no Brasil tem onerado os contribuintes de todos os segmentos sociais em todo território nacional, principalmente através do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS no Setor Terciário, no entanto o Governo Federal pretende realizar brevemente uma Reforma Tributária.

O governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, segue para Brasília - DF [...] onde participa de audiência com a presidenta da República, Dilma Rousseff, e com os governadores da Região Centro-Oeste para tratar da Reforma Tributária. [...] A audiência reafirma o alinhamento da política entre os Governadores do Centro-Oeste definido em reunião realizada em Campo Grande - MS [...] por meio de carta de propostas. Divisão igualitária dos royalties do Pré-Sal, validação de todos os incentivos fiscais já concedidos, mudança nos critérios de pagamento da Dívida Pública, fim da necessidade de unanimidade para aprovação de propostas no [...] CONFAZ, e novos critérios para o [...] FPE são os principais assuntos que os Governadores defendem de forma conjunta. Na carta aprovada pelos governadores, considerando a decisão do STF manifestando que o Congresso Nacional aprove nova legislação sobre os critérios de partilha do FPE até dezembro de 2012, e que 85% desse fundo seja destinado aos Estados menos desenvolvidos. Sendo que o texto ainda apresenta como consenso a necessidade mínima de um ressarcimento de 50% das perdas de [...] ICMS em decorrência das desonerações da Lei Kandir, devendo o seu valor ser fixado no [...] PPA de 2011-2015 (JORNAL GRANDE CUIABÁ NOTÍCIAS, 2011).

No entanto Cuiabá (2009) ressalta que no ano de 2007, com relação aos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço segundo o Cadastro de Consumidores da CEMAT, adquirida em 1997 pela REDE ENERGIA é atualmente conhecida como CEMAT - REDE ENERGIA, no Município de Cuiabá existiam: Comércios Varejistas (4.136); Comércios Atacadistas (515) e Prestadores de Serviços (11.844). Nesses mesmos locais segundo os dados estatísticos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE referente ao número de funcionários predominou o comércio de: Alimentos, Bebidas, Vestuários, Produtos Farmacêuticos e Materiais de Construção em Geral.

Porém, Cuiabá (2009) enfatiza que no comércio destacou em valores absolutos a existência de 7.894 estabelecimentos comerciais com 37.421 funcionários dentre os quais destacaram: 1.061 Choperias, Whiskeria e outros Estabelecimentos Especializados em Bebidas; 810 Lanchonetes, Casas de Chás, Sucos e similares; 731 Comércios Varejistas de Artigos de Vestuário e Complementos; 463 Minimercados; 347 Restaurantes; 263 Mercearias e Armazéns Varejistas; 206 Comércios Varejistas de Produtos Farmacêuticos sem Manipulação de Fórmulas; 192 Comércios Varejistas de Materiais de Construção em Geral; 184 Comércios a Varejo de Peças e Acessórios Novos para Veículos Automotores; 139 Comércios Varejistas de Carnes (Açougues); 134 Comércios Varejistas de Móveis; 133 Comércios Varejistas de Produtos de Padaria e de Confeitaria; 178 Comércios Varejistas de outros produtos não especificados anteriormente.

Nesse contexto Cuiabá (2009) ainda afirma que, no ano de 2007 com relação à Prestação de Serviços os dados da CNAE declararam a existência de 41.505 funcionários trabalhando em 6.402 estabelecimentos, dentre os quais se destacaram: a) Aluguel de Fitas, Vídeos, Discos, Cartuchos - 126 similares com 280 funcionários. No entanto no ano 2011 esses estabelecimentos fecharam porque melhorou a rede de informatização nas residências da cidade de Cuiabá; b) Atividades de Clínica Médica (Clínicas, Consultórios e Ambulatórios) - 103 com 575 funcionários; c) Atividades de Clínica Odontológica (Clínicas, Consultórios e Ambulatórios) - 250 com 824 funcionários; Atividades de Organizações Religiosas - 589 com 1.131 funcionários; Cabeleireiros - 884 com 2011 funcionários; Serviços de Manutenção e Reparação de Automóveis - 495 com 1866 funcionários; Serviços

Advocacios - 224 com 701 funcionários; Serviços de Borracheiros e Gomaria - 139 com 343 funcionários; Transporte Rodoviário de Cargas em Geral, Intermunicipal, Interestadual e Internacional - 107 com 1441 funcionários; Reparação de Bicicletas, Triciclos e outros Veículos Recreativos - 118 com 127 funcionários.

O papel do setor terciário é muito grande no processo geral de desenvolvimento e, em particular, no desenvolvimento urbano [...]. Nas cidades pequenas ou nos embriões urbanos, no meio tradicional, a classe dos funcionários constitui um dos raros exemplos deste terciário evoluído que [...] tem um papel motor. Na vida urbana e regional, o terciário evoluído toma uma força social e econômica motora.  inegável o papel dos funcionários; [...] eles têm nível cultural elevado, desempenham o papel de [...] "economias externas" a media em que [...] tornam possível [...] novas atividades (SANTOS, 1987, p.110).

Cuiabá (2009) evidencia que no Município de Cuiabá em 2007 o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de Mato Grosso declarou a existência de 73 Estabelecimentos Bancários com 1.853 funcionários, dentre os quais se destacaram: Banco do Brasil - com 15 agências e 597 funcionários; CEF - com 13 agências e 392 funcionários e Bradesco - com 12 agências e 205 funcionários.

2.6.4. Atividades Econômicas

Cuiabá (2009) ressalta que no ano de 2007 em Cuiabá, com relação às empresas cadastradas na CNAE segundo as atividades econômicas exercidas a Secretaria Municipal de Finanças e o Sistema Integrado de Atividades Técnicas - SIAT enfatizaram que havia 31.949 empresas em Cuiabá que atuaram na: Agricultura (152); Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal; Pesca (12); Indústrias Extrativas (40); Indústrias de Transformação (1.749); Produção e Distribuo de Eletricidade (79), Gás e gua; Construção (1.598); Comércio (14.539), Reparação de Veículos Automotrizes, Objetos Pessoais e Domésticos; Alojamento e Alimentação (2.274); Transporte (1.901), Armazenagem e Comunicações; Intermediação Financeira (826); Atividades Imobiliárias (5.280), Aluguéis e Serviços Prestados s Empresas; Administração Pública (163), Defesa e Seguridade Social; Educação (656); Saúde e Serviços Sociais (750); Outros Serviços Coletivos (1.928), Sociais e Pessoais.

Nesse contexto, afirma também que ocorreram em Cuiabá a CNAE para totalizar 48.907 Empresas acrescentou: Outras Atividades Cadastradas fora do CNAE (8.479), Empresas (3.522) e Autônomos (4.957). Portanto, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso - JUCEMAT confirmou a estabilização do funcionamento empresarial através da divulgação dos seguintes dados: 2.781 Empresas constituídas e 50 Empresas extintas.

2.6.5. Indicadores Econômicos

Cuiabá (2009) ressalta que, em Cuiabá no período de 2000 a 2007 os indicadores econômicos que mais se destacaram o baixo poder de consumo da população foram: 1. Custo Unitário Básico da Construção Civil com Padrão H8, 2N (Unidades Autônomas com até 08 pavimentos, 02 dormitórios e acabamento normal) baixou de R\$ 20,80 no final de 2002 para R\$ 7,33 em 2007; 2. Cesta Básica aumentou porque acumulou 0,13% no final de 2006 e 15,44% em 2007; 3. Tarifa de Transportes Coletivos³¹ aumentou no período 1995 a 2007 porque apesar do Salário Mínimo - S.M. em 2007 ter chegado a R\$ 380,00 a tarifa também aumentou para R\$ 2,05.

Quadro 18: Tarifa dos Transportes Coletivos.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.196.

Ano	Tarifa Vigente (R\$) ⁽¹⁾	Salário Mínimo (R\$)	Valor da Tarifa em relação ao S. M. (%) ⁽²⁾	Cotação do dólar (R\$)	Valor da Tarifa (US\$) ⁽²⁾
1995	0,47	100,00	0,47	1,00	0,47
1996	0,60	112,00	0,54	1,03	0,58
1997	0,60	120,00	0,50	1,12	0,61
1998	0,80	130,00	0,61	1,20	0,67
1999	0,80	136,00	0,58	1,76	0,45
2000	1,00	151,00	0,66	1,81	0,55
2001	1,20	180,00	0,67	2,31	0,52
2002	1,20	200,00	0,60	2,82	0,43
2003	1,60	240,00	0,67	2,89	0,55
2004	1,60	260,00	0,62	2,65	0,60
2005	1,60	300,00	0,53	2,32	0,69
2006	1,85	350,00	0,47	2,13	0,77
2007	2,05	380,00	0,54	1,78	1,15

Fonte: (1) Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos - SMTU, mês base junho.

(2) Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI com base nos dados da SMTU.

³¹ Ver Quadro 18.

De acordo com os dados do Quadro 18 no Município de Cuiabá durante o período de 1995 a 2007, confirmando o que foi dito anteriormente, ocorreu o aumento gradativo da tarifa dos transportes coletivos em decorrência do pequeno aumento do Salário Mínimo. No entanto em 2007 o valor da Tarifa de R\$ 2,05 (2007) em relação ao: Salário Mínimo - S.M. de R\$ 380,00 (2007) correspondia a 0,54%; Dólar correspondia a R\$ 1,78.

No entanto, após o aumento do S.M. para R\$ 545,00 (2011) a população do Município de Cuiabá encontrou muita dificuldade para manter as despesas básicas porque foi reajustada novamente a tarifa dos Transportes Públicos para R\$ 2,50 após várias negociações entre: Prefeitura, Empresas de Transporte e a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso - AGER.

O brasileiro precisaria de um salário mínimo no valor de R\$ 2.212,66 em junho para conseguir arcar com suas despesas básicas, de acordo com dados divulgados pelo [...] DIEESE [...]. A entidade verificou que são necessárias 4,06 vezes o valor do salário mínimo para suprir as demandas do trabalhador. O cálculo foi feito com base no mínimo de R\$ 545, em vigor. Em junho, o valor necessário para suprir as necessidades mínimas do trabalhador era de R\$ 2.297,51, sendo 4,22 vezes maior ao salário mínimo. O salário mínimo necessário é o que segue o preceito constitucional de atender às necessidades vitais do cidadão e de sua família, como moradia, alimentação, Educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, sendo reajustado periodicamente para preservar o poder de compra. No mês passado, o comprometimento da renda com os gastos da cesta básica alcançava, em média, 46,38% do salário mínimo em julho, ante os 47,47% necessários em junho. Em relação ao mesmo período de 2010, o percentual comprometido era de 45,37% (UOL NOTÍCIAS, 2011).

2.6.6. Emprego

Cuiabá (2009) afirma que, na cidade de Cuiabá o órgão responsável pela política de geração de emprego e renda atualmente, a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, através da Diretoria de Geração de Emprego e Renda afirmou que os programas desenvolvidos em 2007 foram: Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego e Capacitação Profissional; Programa de Microcrédito Produtivo, Popular e Orientado; Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, Educação, Qualificação e Ação Comunitária/PROJOVEM; Qualificações Profissionais; Programa de Desenvolvimento Econômico de Cuiabá.

Quadro 19: Candidatos Inscritos, Vagas Oferecidas, Candidatos Encaminhados e Colocados no Mercado de Trabalho pelo SINE/MT, em Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.200.

Ano	Inscritos	Vagas	Encaminhados	Colocados	Seguro Desemprego	Atendimentos
2002	21.686	7.540	...	3.116
2003	30.421	9.484	21.312	3.453	21.117	...
2004	30.838	18.194	35.956	7.242	16.965	...
2005	26.995	13.977	41.747	5.000	20.646	...
2006	29.211	13.806	36.442	8.202	19.841	...
2007	30.932	16.512	36.924	8.301	18.951	170.172

Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, Coordenadoria Geral de Trabalho e Emprego - Sine/MT.

De acordo com os dados do Quadro 19, no período de 2002 a 2007, em Cuiabá o mercado de trabalho encontrava-se em pleno crescimento, no entanto deduzimos que aumentou o desemprego – grave problema ambiental que provavelmente ocorreu porque os postos de trabalho foram insuficientes para suprir a grande número de pessoas inscritas a procura de trabalho remunerado e/ou escassez de mão de obra qualificada - devido aos seguintes fatores: Muitos candidatos inscritos (170.083) e insuficientes vagas oferecidas (79.513). Sendo que dos 172.381 candidatos encaminhados apenas 110.314 candidatos foram colocados no mercado de trabalho, porém os trabalhadores desempregados receberam R\$ 97.520 do Seguro Desemprego.

Quadro 20: Evolução do Emprego por Atividade Econômica.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.200 e 201.

Atividade Econômica	2004				2005			
	Admitidos	Desligados	Saldo	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldo	Var. (%)
Extração mineral	216	172	44	20,95	114	127	-13	-3,36
Indústria de transformação	5.038	4.110	928	11,21	4.999	5.358	-359	-3,83
Serv. industriais de útil. pública	501	463	38	1,75	657	858	-201	-8,79
Construção civil	7.983	6.662	1.321	19,31	7.454	8.157	-703	-8,88
Comércio	16.163	13.825	2.338	9,07	16.936	15.953	983	3,45
Serviços	20.325	18.396	1.929	4,32	23.033	22.320	713	1,51
Administração pública	32	52	-20	-2,59	42	18	24	10,53
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	681	794	-113	-8,28	605	490	115	6,68
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	50.939	44.474	6.465	7,17	53.840	53.281	559	0,57

Atividade Econômica	2006				2007			
	Admitidos	Desligados	Saldo	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldo	Var. (%)
Extração mineral	62	81	-19	-6,42	175	96	79	31,73
Indústria de transformação	5.182	4.799	383	4,14	5.698	5.135	563	5,59
Serv. industriais de util. pública	425	477	-52	-2,27	431	406	25	1,13
Construção civil	8.764	8.144	620	9,22	10.966	10.037	929	12,28
Comércio	16.435	15.884	551	1,88	19.624	17.348	2.276	7,37
Serviços	22.038	20.096	1.942	3,92	22.353	19.872	2.481	4,89
Administração pública	75	72	3	0,77	29	44	-15	-3,05
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	258	359	-101	-11,43	562	561	1	0,06
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	53.239	49.912	3.327	3,37	59.838	53.499	6.339	6,10

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <<http://www.estatistica.caged.gov.br>>, acesso em 18/6/2004, em 27/9/2005, em 17/3/2006 e em 29/9/2008.

Contextualizando os dados dos Quadros 19 e 20, deduzimos que no Município de Cuiabá o desemprego persistiu provavelmente devido à escassez de mão de obra qualificada durante o período 2004 a 2007 quando ocorreram nos postos de trabalho os seguintes fatores: Candidatos admitidos (169.400); Candidatos desligados (201.166). Portanto nesse período originou um saldo negativo de 31.766 trabalhadores desempregados; provavelmente esses candidatos foram demitidos antes de criarem vínculos empregatícios para terem acesso ao seguro desemprego nos postos de trabalho.

Nesse período os postos de trabalhos diminuíram e predominou o saldo negativo em 2006 nas seguintes atividades econômicas: Extração Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Agropecuária Extrativa Vegetal, Caça e Pesca. No entanto, em 2007, o desemprego também persistiu apesar do número de postos de trabalhos por atividade econômica terem se estabilizado porque apenas na Administração Pública ocorreu saldo negativo.

Quadro 21: Indicadores de Mercado de Trabalho de Cuiabá, Elaborado pelo Ministério do Trabalho, com Base no Censo de 2000 - Principais Indicadores.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 205.

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
População residente	235.568	247.778	483.346
Taxa de analfabetismo (%) ⁽¹⁾	4,69	5,37	5,04
População economicamente ativa (PEA)	135.942	102.228	238.170
PEA desocupada	18.295	20.389	38.684
PEA ocupada	117.647	81.839	199.486
de 16 a 24 anos	27.028	18.810	45.838
Rendimento Médio	997,2	610,5	838,56

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>>, acesso em 24/6/2004.

Obs.: (1) Taxa de analfabetismo para pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Contextualizando os dados dos Quadros 19, 20 e 21, deduzimos que os dados do Quadro 21, referente ao ano 2000, possuem indicadores de mercado de trabalho de Cuiabá para o sexo feminino e masculino que confirmaram: Saldo negativo de trabalhadores desempregados; Crescente índice de desemprego, que ocorreu devido à junção de vários fatores sociopolíticos e econômicos.

Provavelmente o fator principal que determinou o desemprego durante esse período foi a ineficácia da Educação Básica na formação profissional desses trabalhadores o que provocou a escassez de mão de obra qualificada no mercado de trabalho de Cuiabá por isso atualmente existe a necessidade de aperfeiçoar os Serviços Públicos Essenciais em todo território brasileiro³² e principalmente em Cuiabá. Nesse período ocorreu o predomínio dos seguintes problemas ambientais:

1. A taxa de analfabetismo que totalizou 15,1% correspondeu às crianças na faixa etária de “10 anos ou mais de idade” e configurou a existência de uma significativa população escolarizável fora das Escolas Públicas de Educação Básica. Porém, se não houve correção nessa defasagem de estudos provavelmente essa taxa contribuiu para aumentar o saldo negativo de trabalhadores desempregados;
2. A população residente na zona urbana da cidade de Cuiabá totalizou 483.346, porém apenas 199.486 trabalhadores permaneceram empregados e economicamente ativos e ocupados para manterem o rendimento médio de R\$ 838,56 por que: Os trabalhadores desempregados provavelmente não tiveram as mesmas oportunidades e/ou formação educacional adequada devido à ineficácia na consolidação de novos valores - conhecimentos, competências ou aptidões, habilidades e atitudes - para assumir e permanecer em seus postos de trabalho.

³² Ver: Capítulo 5.

Quadro 22: Indicadores de Mercado de Trabalho de Cuiabá, Elaborado pelo Ministério do Trabalho, com Base no Censo de 2000 - Trabalhadores Formais e Informais, segundo a Raça.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 205.

Trabalhadores segundo a Raça	Trabalhadores Formais ⁽¹⁾						Trabalhadores Informais ⁽²⁾						Total de Trabalhadores					
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total	
Total	56.829	100,0	37.548	100,0	94.377	100,0	52.361	100,0	23.888	100,0	76.249	100,0	109.190	100,0	61.436	100,0	170.626	100,0
Branca	22.804	40,1	18.124	48,3	40.928	43,4	20.894	39,9	11.105	46,5	31.999	42,0	43.698	40,0	29.229	47,6	72.927	42,7
Preta	4.347	7,7	2.079	5,5	6.426	6,8	4.421	8,4	1.326	5,6	5.747	7,5	8.768	8,0	3.405	5,5	12.173	7,1
Amarela	283	0,5	257	0,7	540	0,6	336	0,6	178	0,8	514	0,7	619	0,6	435	0,7	1.054	0,6
Parda	28.826	50,7	16.734	44,6	45.560	48,3	26.195	50,0	11.003	46,1	37.198	48,8	55.021	50,4	27.737	45,2	82.758	48,5
Indígena	277	0,5	112	0,3	389	0,4	305	0,6	94	0,4	399	0,5	582	0,5	206	0,3	788	0,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>>, acesso em 24/6/2004.

Obs.: (1) Compreende os empregados com carteira, militares e estatutários.

(2) Compreende os empregados sem carteira e os autônomos.

De acordo com os dados do Quadro 22, no ano de 2000, os principais indicadores de mercado de trabalho de Cuiabá denunciou uma pequena participação no mercado de trabalho das seguintes Etnias: Indígena, Amarela E Negra. Enfatizou que o mercado de trabalho totalizou 170.626 trabalhadores do sexo feminino e masculino, porém os postos de trabalho foram ocupados por: 1. Homens da etnia parda predominantemente; 2. Homens e mulheres da etnia branca.

Contextualizando os dados dos Quadros 21 e 22, observamos que em 2000 no mercado de trabalho do Município de Cuiabá ocorreu desemprego devido aos seguintes problemas ambientais: Ineficácia nos Serviços Públicos Essenciais e especialmente na Educação Básica³³; Preferências étnicas ou raciais.

Enfatizamos também em 2000 um grande problema ambiental relacionado à etnia e gênero porque predominou no mercado de trabalho de Cuiabá a preferência, com mais oferta de trabalho e melhores oportunidades, às mulheres trabalhadoras da raça branca.

De acordo com o que foi dito anteriormente, os dados do Quadro 22 evidenciou que o mercado de trabalho formal e informal em 2000 estava formado predominantemente por trabalhadores do sexo masculino (109.190). No entanto, de acordo com a preferência étnica destacaram: 1º lugar - Trabalhadores masculinos da etnia parda (55.021); 2º lugar - Trabalhadores masculinos da etnia branca (43.698) e também feminino da etnia branca (29.229). Isto porque predominou as seguintes características:

³³ Ver: Capítulos 3 e 5.

1. Etnia Parda:
 - 1.1 Mercado Formal – Trabalhadores masculinos (28.826);
 - 1.2 Mercado Informal – Trabalhadores masculinos (26.195).
2. Etnia Branca:
 - 2.1 Mercado Formal – Trabalhadores masculinos (22.804) e femininos (18.124);
 - 2.2 Mercado Informal – Trabalhadores masculinos (20.894) e femininos (11.105).

No entanto, enfatizamos também que independente de etnia e gênero a qualidade de vida da população que residiu e trabalhou na zona urbana da cidade de Cuiabá melhorou significativamente devido aos seguintes fatores: Ocorreram mudanças significativas devido aos resultados positivos na economia brasileira³⁴ e cuiabana, sendo que esse fator auxiliou principalmente a: Implantação do Parque Industrial; Diminuição da extinção das Empresas e estabilização do mercado de trabalho.

A noção de raça e mais particularmente de raça pura é estranha à realidade geográfica. [...] A população mundial é toda ela uma população de mestiços. [...] certos grandes grupos, cuja composição interna é o resultado de múltiplos cruzamentos, apresentam características exteriores importantes que os distinguem dos demais. [...] Certos grupos permanecem maciçamente sedentários, outros se espalharam [...] por várias partes do mundo. [...] O mais espalhado é o grupo branco [...] Essa dispersão é a consequência de migrações e dos empreendimentos coloniais que se efetuaram a partir do século XVI, dirigidos para a América [...] (GEORGE, 1991, p. 39).

³⁴ Ver: Capítulo 5.



Figura 15: Calçadão da Rua Antonio Maria, Praça Dr. Alberto Novis, Vista parcial do Centro Histórico de Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.193.

2.7. ASPECTOS URBANOS

Quadro 23: Macrozona Urbana.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.210.

Região ⁽¹⁾	Área (ha) ⁽²⁾	2000					Área (ha) ⁽⁵⁾	2007 ⁽⁶⁾			
		População ⁽³⁾	Dom. ⁽³⁾		Pessoas/ Dom. Ocup. ⁽⁴⁾	Dens. Pop. (hab/ha) ⁽⁴⁾		População	Dom. Ocup.*	Pessoas/ Dom. Ocup.	Dens. Pop. (hab/ha)
			Total	Ocup.							
Norte	3.070,00	104.536	32.091	26.793	3,90	34,05	3.070,00	113.774	30.335	3,75	37,06
Oeste	4.707,07	112.197	36.175	31.242	3,59	23,84	4.970,07	115.739	34.350	3,37	23,29
Leste	4.553,73	140.178	45.602	37.501	3,74	30,78	4.553,73	157.105	46.225	3,40	34,50
Sul	12.863,20	117.547	35.832	30.770	3,82	9,14	12.863,20	131.025	37.042	3,54	10,19
Total	25.194,00	474.458	149.700	126.306	3,76	18,83	25.457,00	517.643	147.952	3,50	20,33

Fonte: (1) Lei Municipal nº 3.262 de 11/1/1994.

(2) Leis Municipais nº 3.723 de 23/12/1997.

(3) IBGE, Censo demográfico 2000.

(4) Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação, com base no Censo demográfico 2000/IBGE.

(5) Lei Municipal nº 4.719 de 30/12/2004.

(6) Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - IPDU, com base nos dados da Contagem da população 2007 - Agregado por setores censitários 2007, disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007>>.

* Inclusive Domicílios Fechados.

Durante o período de 2000 e 2007 de acordo com os dados do Quadro 23, ocorreu o contínuo adensamento demográfico o que ocasionou a expansão na área total das Regiões Administrativas do Município de Cuiabá devido as seguintes características: Crescimento populacional de 43.185 habitantes; Aumento de 263 ha na área total da Macrozona Urbana; Aumento de 20,33 hab./ha na densidade populacional.

Nesse contexto, aumentaram os problemas ambientais na Macrozona Urbana de Cuiabá em decorrência do contínuo aumento da população que totalizou 992.101 habitantes nesse período.

Tomaram-se como fontes principais o censo demográfico de 2000 – IBGE, a contagem da população de 2000 e 2007, as plantas e planilhas dos setores censitários, o mapa de referência cadastral na esc. 1:5. 000 e as Leis nº 1.315/73, 2.529/88, 3.709/97 e 3.723/97, que dispõem sobre o abairramento de Cuiabá para determinar a População e Domicílios da Macrozona Urbana de Cuiabá, por Região Administrativa e Bairro – 2000 e 2007 (CUIABÁ, 2009, p. 209).

Nesse contexto, Cuiabá (2009) afirma que, comparando os dados de 2000 e 2007 ocorreu um grande adensamento demográfico, crescimento populacional que resultou no uso intensivo do espaço urbano, na Macrozona Urbana de Cuiabá o que ocasionou o surgimento de vários Bairros nas Regiões Administrativas do Município de Cuiabá com o predomínio de alta densidade demográfica - variou entre: Médio-Alta – 28,77 a 57,39 hab./ha; Alta – 57,40 a 86,02 hab./ha e Muito Alta – acima de 86,03 hab./ha – dentre os quais se destacaram:

➤ *Região Norte* – Jardim Vitória (82,81 hab./ha), Morada da Serra (76,50 hab./ha), Três Barras (78,47 hab./ha). No entanto a densidade demográfica continuou baixa (5,63 hab./ha) na Área de Expansão Urbana – AEU;

➤ *Região Oeste* - Alvorada (61,12 hab./ha), Cidade Verde (64,80 hab./ha), Da Goiabeira (67,05 hab./ha), Dos Araés (71,28 hab./ha), Jardim Santa Isabel (63,64 hab./ha), Novo Terceiro (121,85 hab./ha), Popular (90,34 hab./ha). Porém a densidade demográfica continuou baixa (2,14 hab./ha) na AEU.

Nessa região estão localizadas 05 Escolas Públicas de Educação Básica que foram pesquisadas para compor os dados da Pesquisa de Campo Qualitativa e

Quantitativa³⁵ as quais são: Escola Estadual de Educação Básica André Luiz Reis da Silva - Bairro Alvorada; Escola Municipal de Educação Básica Prof^o Ranulpho Paes de Barros - Bairro Jardim Santa Isabel; Escola Estadual de Educação Básica José de Mesquita - Bairro Do Porto; Escola Estadual de Educação Básica Ulisses Cuiabano - Bairro Jardim Cuiabá e Escola Estadual de Educação Básica Presidente Médici - Bairro Dos Araés³⁶;

➤ *Região Leste* - Bela Vista (139,38 hab./ha), Bosque da Saúde (62,41 hab./ha), Campo Velho (89,41 hab./ha), Campo Verde (72,83 hab./ha), Canjica (67,68 hab./ha), Carumbé (92,93 hab./ha), Da Lixeira (75,71 hab./ha), Do Poção (58,81 hab./ha), Dom Aquino (65,21 hab./ha), Jardim Eldorado (180,59 hab./ha), Jardim Imperial (61,25 hab./ha), Novo Horizonte (83,06 hab./ha), Pedregal (107,02 hab./ha), Planalto (78,73 hab./ha), Praeiro (76,56 hab./ha), Residencial Santa Inês (95,02 hab./ha), Residencial São Carlos (110,73 hab./ha), Sol Nascente (77,47 hab./ha), Terra Nova (107,42 hab./ha). A densidade demográfica ficou Baixa (17,03 hab./ha) na AEU.

Nessa região estão localizadas 02 Escolas Públicas de Educação Básica que foram pesquisadas para compor os dados da Pesquisa de Campo Qualitativa e Quantitativa³⁷, as quais são: Escola Estadual de Educação Básica Padre Ernesto Camilo Barreto - Bairro Jardim Paulista e Escola Municipal de Educação Básica Prof.^a Elza Luíza Esteves - Bairro Canjica;

➤ *Região Sul* - Cohab São Gonçalo (107,02 hab./ha), São João Del Rei (57,01 hab./ha), Tijucal (80,24 hab./ha), porém continuou baixa nas seguintes áreas: Distrito Industrial (0,37 hab./ha), ZEU do Manduri (2,02hab./ha). A densidade demográfica ficou muito Baixa (0,94 hab./ha) na AEU.

Encontrar formas socialmente mais justas de ordenamento territorial e, sobretudo, de ocupação demográfica para as cidades é uma questão que não dependem apenas de recursos disponíveis, de projetos bem desenhados etc. É também uma vontade política! Certamente a população brasileira se melhor atendida e localizada no território seria aliviada em boa parte dos seus sofrimentos, em particular aqueles que dizem respeito à falta de infraestrutura, serviços básicos e riscos ambientais. Reconhecer que a

³⁵ Ver: Capítulo 4.

³⁶ Ver: Item 2.10 e Subitem 2.10.1.

³⁷ Ver: Capítulo 4.

segregação socioespacial observada em nosso país converte-se em um complicador para as condições de vida dos mais pobres certamente nos levará a pensar em políticas públicas onde a questão espacial passe a ter cada vez mais relevância (CUNHA, p. 75, 2010).

De acordo com os dados citados anteriormente, em 2000 e 2007 houve um grande e contínuo adensamento demográfico por Bairros nas Regiões Administrativas do Município de Cuiabá o que provocou: Aceleração do processo de urbanização; Evolução dos problemas ambientais decorrentes da utilização desse território, Ocorreu também valorização da terra devido a expectativa de expansão e otimização da infraestrutura urbana dessas áreas.

O espaço urbano aparece no primeiro momento de sua apreensão, como um espaço fragmentado, caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra. Na grande cidade capitalista estas paisagens e usos originam um rico mosaico urbano constituído pelo núcleo central, a zona periférica do centro, áreas industriais, subcentros terciários, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo, como as favelas e os condomínios exclusivos, áreas de lazer e, entre outras, aquelas submetidas à especulação visando à futura expansão. O fragmentação da fragmentação pode variar, mas ela é inevitável (CORREIA, 2005, 145).

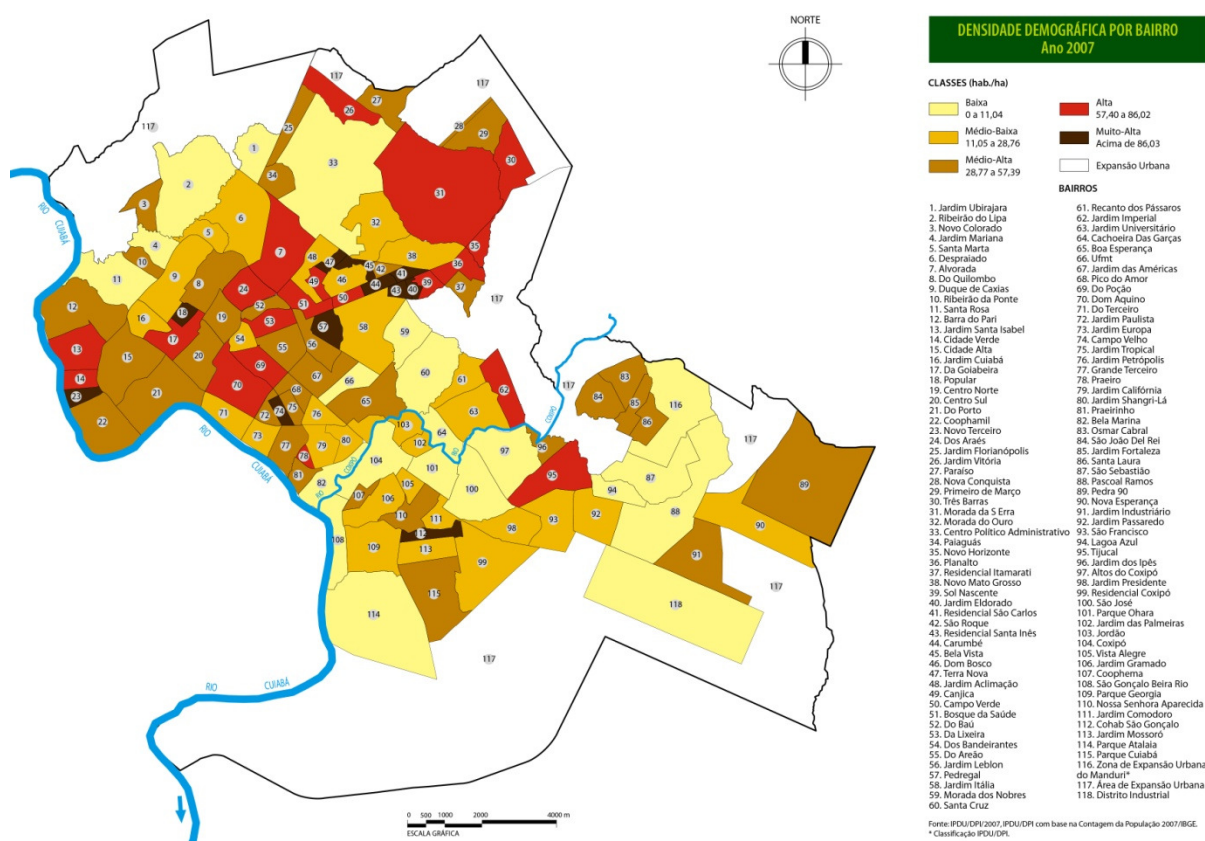


Figura 16: Mapa da Densidade Demográfica por Bairro - Ano 2007.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.217.

2.7.1. Construções

Dantas et al (2003) afirmam que, atualmente a exploração descontrolada de areia e cascalho do leito do Rio Cuiabá, principal fonte das matérias-primas fundamentais para o Setor da Construção Civil, não está conseguindo atender a demanda da Capital de Mato Grosso e do Município vizinho de Várzea Grande, sendo que suas reservas podem se exaurir em curto espaço de tempo.

Quadro 24: Expedição Anual de Habite-se por Categoria de Uso.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.219.

Tipo de Uso	2003 ⁽¹⁾			2004 ⁽¹⁾			2005 ⁽¹⁾			2006 ⁽²⁾			2007 ⁽¹⁾		
	nº de Habite-se	Área (m²)	Unidades	nº de Habite-se	Área (m²)	Unidades	nº de Habite-se	Área (m²)	Unidades	nº de Habite-se	Área (m²)	Unidades	nº de Habite-se	Área (m²)	Unidades
Comercial/Residencial	2	559	3	2	999	2	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	0	0	0
Comercial	28	15.036	41	32	32.456	69	24	N.L.	N.L.	15	40.665	58	63	75.999	380
Industrial	2	256	2	1	1.000	1	4	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	2	15.669	2
Institucional	8	10.630	10	5	1.348	5	3	N.L.	N.L.	1	536	1	14	30.384	14
Residencial	76	117.838	820	128	160.718	1.927	80	N.L.	N.L.	47	51.995	144	177	95.694	784
Total	116	144.320	876	168	196.521	2.004	111	156.357	836	63	93.196	203	256	217.746	1.180

Fonte: (1) Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI, com base nos relatórios expedidos pela Smades/CAP.

(2) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - Smades.

Em Cuiabá no período de 2003 a 2007 conforme os dados no Quadro 24, o Setor da Construção Civil totalizou 5.099 unidades construídas. Sendo que nesse período predominou o maior número de unidades construídas nas categorias: Comerciais (548) e Residenciais (3.675).

Os elevados índices de construções civis em Cuiabá contribuíram principalmente para aumentar: Postos de trabalho e a arrecadação de impostos municipais e estaduais.

Quadro 25: Projetos – Padrão Residencial.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.226.

Padrão Alto (A)	R\$/M²
R-1 (unifamiliar)	925,01
R-8	764,31
R-16	788,12

Padrão Normal (N)	R\$/M ²
R-1 (unifamiliar)	710,78
PP-4	682,41
R-8	600,42
R-16	583,31

Padrão Baixo (B)	R\$/M ²
R-1	610,64
PP-4	588,85
R-8	563,97
PIS	418,39
RP1Q	579,31

LEGENDA:

- R1-B Unifamiliar padrão baixo: 1 pavimento, 2 dormitórios;
R1-N Unifamiliar padrão normal: 1 pavimento, 3 dormitórios;
R1-A Unifamiliar padrão alto: 1 pavimento, 4 dormitórios;
RP1Q Unifamiliar popular: 1 pavimento, 1 dormitório;
PIS Multifamiliar de interesse social: Térreo e 4 pavimentos – tipos, 4 apartamentos/andar, 2 dormitórios;
PP-B Multifamiliar, popular, padrão baixo: Térreo e 3 pavimentos – tipos, 4 apartamentos/andar, 2 dormitórios;
PP-N Multifamiliar, popular, padrão normal: Pilotis e 4 pavimentos – tipos, 4 apartamentos/andar, 3 dormitórios;
R8-B Multifamiliar padrão baixo: Térreo e 7 pavimentos – tipos, 4 apartamentos/andar, 2 dormitórios;
R8-N Multifamiliar, padrão normal: Pilotis e 8 pavimentos – tipos, 4 apartamentos/andar, 3 dormitórios;
R8-A Multifamiliar, padrão alto: Pilotis e 8 pavimentos – tipos, 2 apartamentos/andar, 4 dormitórios;
R16-N Multifamiliar, padrão normal: Pilotis e 16 pavimentos – tipos apartamentos/andar, 3 dormitórios;
R16-A Multifamiliar, padrão alto: Pilotis e 16 pavimentos – tipos, 2 apartamentos/andar, 4 dormitórios.

Em Cuiabá de acordo com os dados do Quadro 25 no ano de 2008 os valores de Custos Unitários Básicos de Construção Civil – CUB/m² para desenvolver Projetos de padrão residencial, calculados de acordo com a Lei Federal nº 4.591 de 16/12/64 e com a Norma Técnica - NBR 12.721/2006 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT variou de acordo com o padrão residencial do Projeto: 1. Padrão Baixo - de R\$ 418,39 a R\$ 610,64; 2. Padrão Normal - de R\$ 583,31 a R\$ 710,78 e 3. Padrão Alto – de R\$ 764,31 a R\$ 925,01.

Esses valores de custos citados anteriormente durante esse período eram muito altos e estavam fora do poder aquisitivo de grande parte da população que viva em Cuiabá. Atualmente, esse quadro negativo persiste porque o poder aquisitivo da população trabalhadora ainda é insuficiente para cobrir os valores do CUB/m² desse Projeto de Interesse Social - PIS tendo por base a “Lei 12.382 que fixa o Salário Mínimo em R\$ 545,00 com valorização do Piso Nacional até 2015 aprovados pelo Senado e sancionado pela presidente Dilma Rousseff para vigorar a partir de 1º de março de 2011” (SENADO FEDERAL NOTÍCIAS, 2011).

Quadro 26: Projetos – Padrão Comercial.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.227.

Padrão Alto (A)	R\$/M ²
CAL-8	756,19
CSL-8	664,95
CSL-16	889,48

Padrão Normal (N)	R\$/M ²
CAL-8	694,96
CSL-8	597,26
CSL-16	799,90

Galpão Industrial	R\$/M ²
GI	344,71

LEGENDA:

CSL-8 Edifício Comercial, lojas e salas: térreo e 8 pavimentos – tipos;
 CSL-16 Edifício Comercial, lojas e salas: térreo e 16 pavimentos – tipos;
 CAL-8 Edifício comercial, andares livres: térreo e 8 pavimentos – tipos.;
 GI Galpão Industrial.
 Fonte: Sindicato das Indústrias da Construção Civil – Sinduscon/MT,
 disponível em <<http://www.sindusconmt.org.br>>,
 acesso em 11/4/2008.

De acordo com os dados do Quadro 26, no ano de 2008, os Projetos no Setor Terciário³⁸ para a construção de edificações comerciais na cidade de Cuiabá os custos variaram de acordo com o Padrão : 1. Normal – Custos médios com valor a partir de R\$ 597,26 m²; 2. Alto – Custos altos com valor a partir de R\$ 889,48 m².

Quadro 27: Quadro Demonstrativo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Segundo o Tipo do Imóvel.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.227.

Tipo de Imóvel	Uso do Imóvel	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Horizontal		94.693	95.202	97.305	97.149	97.348	97.798	99.894
	Residencial	84.695	85.095	88.065	84.285	84.487	85.357	87.270
	Comercial	9.998	10.107	9.240	12.864	12.861	12.441	12.624
Vertical		22.215	23.649	26.598	26.262	26.231	26.797	28.495
	Residencial	18.649	19.781	22.447	22.602	22.564	22.932	23.821
	Comercial	3.566	3.868	4.151	3.660	3.667	3.865	4.674
Total predial		116.908	118.851	123.903	123.411	123.579	124.595	128.389
Total territorial		52.995	53.621	56.750	59.057	58.673	59.527	62.730
Total de imóveis cadastrados		169.903	172.472	180.653	182.468	182.252	184.122	191.119
Isentos/Imunes		N. I.	N. I.	11.701	15.822	N. I.	12.848	13.364

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças – SMF.

³⁸ Ver Item 2.6.3.

De acordo com os dados estatísticos do Quadro 27, no período de 2001 a 2007, a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU pelo Governo Municipal de Cuiabá cresceu vinculado ao Cadastro de Imóveis Gradativo que até ao final desse período totalizou: Cadastramento de 1.262.989 imóveis do tipo horizontal e vertical para uso residencial e comercial.

Portanto, baseado nesse Cadastro a Prefeitura de Cuiabá arrecadou nesse período o IPTU predominantemente de 679.389 Imóveis do tipo horizontal.



Figura 17: Vista parcial de Cuiabá.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.208.

2.8. ASPECTOS SOCIAIS

Atualmente a população brasileira ainda convive com um antigo problema estrutural: Má distribuição de Renda. No entanto para medir o grau de desenvolvimento de uma determinada região são utilizados os seguintes indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M.

O Novo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, em parceria com a Fundação João Pinheiro, destaca que em Cuiabá ocorreu o avanço do IDH-M de 8,03%, passando de 0,760 em 1991 para 0,821 em 2000; assim, Cuiabá passou da 12^a para a 10^a em relação às capitais de Estado entre os anos de 1991 e 2000” O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Localidades com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são consideradas de médio desenvolvimento humano e com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano, considerado alto. Para a avaliação da dimensão **Educação**, o cálculo do IDH municipal considerou dois indicadores de pesos diferentes: a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (peso dois) e a taxa bruta de frequência à Escola (peso um). Segundo o cálculo, o IDHM-E (índice de Educação) de Cuiabá é de 0,938, variando 9,07% em relação ao ano de 1991, alcançando a 5^a posição em relação às capitais de Estado. Para a avaliação da dimensão **Longevidade**, o IDH municipal considerou a esperança de vida ao nascer. Este indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência (no caso, 2000) deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local. Cuiabá apontou o IDHM-L (índice de longevidade) de 0,734, tendo variado 6,53% em relação ao ano de 1991, ocupando a 15^a posição em relação às demais capitais. Para a avaliação da dimensão **Renda**, o critério usado foi a renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente no Município. Segundo o cálculo, o IDHM-R (índice de renda) de Cuiabá é de 0,79, variando 8,07% em relação ao ano de 1991, alcançando a 10^a posição entre as capitais de Estado (CUIABÁ, 2009, p.231).

Para os cálculos dos índices específicos, após serem escolhidos os indicadores de cada uma das três dimensões – Educação, Longevidade e Renda – analisadas, passaram a ser o seguinte: IDHM-E para a Educação; IDHM-L para a Saúde ou Longevidade e IDHM-R para a Renda.

Assim, determinaram-se os valores de referência mínimo e máximo de cada categoria, que serão equivalentes a 0 e 1, respectivamente, no cálculo do índice. Os subíndices de cada Município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de 01. O IDH-M de cada Município é a média aritmética simples desses três subíndices (CUIABÁ, 2009, p.231).

Quadro 28: Comparativo entre os Índices de Desenvolvimento Registrados em Cuiabá nos Anos 1991 e 2000.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.232.

Índices	1991	2000	Variação %
Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M)	0,760	0,821	8,03
IDH-M, classificação geral no Brasil	200	221	-
IDH-M, classificação geral entre as capitais	12	10	-
IDH-M, classificação geral no Estado	03	03	-
Índice de longevidade (IDHM-L)	0,689	0,734	6,53
Índice de educação (IDHM-E)	0,860	0,938	9,07
Índice de renda (IDHM-R)	0,731	0,790	8,07
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,31 anos	69,06 anos	2,75 anos
Taxa de alfabetização de adultos (%)	90,04	93,94	4,33
Taxa bruta de frequência escolar (%)	78,01	93,44	19,78
Renda per capita (em R\$ de 2000)	311,81	442,10	41,79

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI, com base no Novo Atlas de Desenvolvimento Humano, IPEA e Fundação João Pinheiro.

De acordo com os dados do Quadro 28, o comparativo entre os Índices de Desenvolvimento registrados para medir o grau de desenvolvimento do Município de Cuiabá nos Anos 1991 e 2000 foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM que apresentou registros dos valores de referência – Longevidade (IDHM-L), Educação (IDHM-E) e Renda (IDHM-R) – o que confirmou o que foi dito anteriormente devido às características negativas na: Classificação geral no Brasil (200 a 201); Classificação geral em relação às capitais brasileiras (12 decresceram para 10); Classificação geral no Estado de Mato Grosso (03 a 03).

No entanto, o Município de Cuiabá apresentou alguns resultados positivos na comparação do IDHM dentre os quais se destacaram: IDHM-L com pequeno aumento na esperança de vida ao nascer (66,31 anos para 69,06 anos); IDHM-E com aumento nas: Taxa de alfabetização de adultos (90,04% para 93,94%) e Taxa bruta de frequência escolar (78,01% para 93,44%).

O Estado de Mato Grosso foi o que mais subiu na classificação quanto ao IDH-M, tendo alcançado no ano de 2000 o IDH-M de 0,767, passando da 12^a para a 9^a posição em relação aos demais Estados brasileiros, com variação de 10,20% no período. O IDHM-E (índice de Educação) de Mato Grosso registrado em 2000 foi de 0,86, tendo subido duas posições, com variação de 16,0% no período, e alcançando a 11.^a posição entre os Estados; o IDHM-R (índice de renda) de Mato Grosso, de 0,719, subindo três posições, com variação de 8,80% no período, e alcançando a 7^a classificação; o IDHM-L (índice de longevidade) registrado foi de 0,722, tendo subido uma posição, com variação de 5,40%, e alcançando a décima 11^a posição no renque dos Estados (CUIABÁ, 2009. p. 235).



Figura 18: Vista parcial de Cuiabá.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.236.

2.8.1. Habitação

No século XX e início XXI, o Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM foi utilizado e diversos Programas de Ações Regionais, também chamados de “Projetos de Colonização”, foram desenvolvidos para incentivarem a ocupação dos espaços vazios na Região Norte e Centro-Oeste do Brasil e obviamente impactaram o Município de Cuiabá dentre os quais se destacaram o: POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO e PRODEPAN.

Nesse contexto, a abertura das Rodovias Federais³⁹, BR 163 – Cuiabá (MT) à Santarém (PA) e BR 364 – Cuiabá (MT) à Porto Velho (RO), ofereceram infraestruturas físicas de grande relevância para ocupação do território e principalmente a expansão da Macrozona Urbana da Capital do Estado de Mato Grosso⁴⁰.

³⁹ Ver: Figura 29.

⁴⁰ Ver: Item 2.2 e Figuras 4 e 7.

A metrópole em sua visão de grandiosidade aparece em formas exuberantes, o símbolo do “moderno”, marcado por construções arquitetônicas arrojadas [...] vias expressas em grande quantidade - pontes, viadutos, túneis, sinalizando a hegemonia do automóvel. A construção da problemática urbana, nesse contexto, envolve a articulação-diferenciação cidade-urbana, iluminando fato de que a cidade se prende à sua materialização concreta e no plano do próximo, enquanto o urbano se refere à constituição de uma ordem distante daquela que aponta para a constituição da sociedade urbana num contexto mundializado, e com isso acentua a necessidade de se refletir sobre o modo como se realiza o processo de reprodução sócio-espacial hoje (DAMIANI; CARLOS; SEABRA, 2001, p.65).

Essa nova realidade de incremento demográfico e de grande dinamismo socioeconômico estimulou a transformação do papel do Município de Cuiabá no contexto regional que se fortaleceu como centro de apoio da ocupação territorial do Estado de Mato Grosso porque: Incorporou a demanda progressiva dos intensos fluxos migratórios o que intensificou a utilização dos equipamentos urbanos e o surgimento de novos espaços.

Através da ação sobre as formas, tanto novas como renovadas, o planejamento urbano constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas. A construção de Projetos de arranha-céu e de obras públicas de grande escala, por exemplo, implica um grande investimento nas cidades. Estas atividades construtivas, ao mesmo tempo em que implicam a importação de equipamento, de matéria-prima e de capital, aprofundando a necessidade deste nessas áreas, desencaminham capitais necessários de outras atividades urbanas ou mesmo nacionais (SANTOS, 2003, p. 193).

Portanto, com o crescimento da cidade de Cuiabá surgiram novos Bairros na zona urbana cada um com seu contexto de formação. Sendo que alguns Bairros se formaram através de desapropriação e a conseqüente indenização de algumas áreas, nas quais a antiga Companhia de Habitação - COHAB construiu casas populares e distribuiu para população urbana tais como: Cidade Alta, Cidade Verde, Morada da Serra - popularmente conhecido como Conjunto Habitacional CPA I, II, III e IV – Parque Cuiabá, etc.

A construção [...] de casas para os mais pobres ajuda [...] a viabilizar a cidade corporativa. O dinheiro que era economizado pelo BNH [...] na construção de casas populares é utilizado na construção dos [...] extensores urbanos [...] um poderoso instrumento de apoio à especulação imobiliária. Por meio de extensores e de programas de habitação popular, a cidade aumenta desmesuradamente a sua superfície total e esse aumento de área encoraja a especulação [...] (SANTOS, 1987, p.46).

Nos Bairros criados por iniciativa da população de baixa renda, fizeram títulos falsos para apropriação do território urbano, popularmente conhecida como “grilagem de terra”, onde construíram muitos casebres - de tapume, de pau-a-pique e de zinco - que no decorrer tempo se transformaram em modestas residências de alvenaria. Portanto, com o apoio de líderes de Bairros e entidades, governamentais e não governamentais, reivindicaram e conseguiram o usucapião⁴¹ da área além de melhorias na infraestrutura básica dos Bairros tais como: Posto de Saúde, Escolas, Iluminação Pública e Particular, Pequenos Comércio.

A descrição das formas de organização e de suas propriedades espaciais não basta para esclarecer a arquitetura social. Para isso é necessário analisar a sua utilidade. As instituições proporcionam aos grupos um meio onde as necessidades individuais e coletivas encontram satisfação. [...] A vida do grupo implica, portanto, trocas de bens, notícias e conhecimentos e a circulação de pessoas e sinais. Desses movimentos resultam [...] a satisfação das necessidades e o aparecimento de conflitos que devem ser solucionados, se não quisermos ver a construção ameaçada. [...] As organizações que estruturam a sociedade na escala do pequeno grupo, da comunidade local, do pequeno conjunto regional ou profissional contribuem para a canalização das energias e para o fornecimento dos procedimentos de arbitramento e regulação (CRAVAL, 1979, p. 56 e 57).

Devido à transformação acelerada da cidade de Cuiabá ocorreu ineficácia na organização e gestão ambiental, particularmente no que se refere à questão habitacional. Devido à incorporação das correntes migratórias formadas por população de baixa renda ocasionou um desequilíbrio na ocupação do território urbano o que impôs tardiamente a adoção de uma política habitacional.

A qualidade de vida pode ser entendida como um enfoque para enfrentar os problemas do desenvolvimento pelo governo local na cidade enquanto espacialidade. Partimos do pressuposto de que a cidade é um espaço político por excelência que vem perdendo essa peculiaridade frente a uma lógica do mercado cada vez mais dominante. Se a cidade é um espaço político por excelência, a política deve retornar ao seu lugar de origem e recuperar o que foi legado pela cidade política pré-capitalista: a democracia, exprimindo a conquista dos direitos, a valorização dos espaços públicos e cívicos para a prática da política e a diversidade como expressão da cultura. Mas, ações e interesses de agentes privados poderosos fazem a cidade perder a sua qualidade essencial advinda de seu papel político. Eles pressionam para a transformação da própria cidade em mercadoria; eles perpetuam a segregação socioespacial, fonte inesgotável de criação de desigualdade e colaboram na manutenção da questão social oriunda das relações sociais e da relação Estado-sociedade. [...] Em suma, entendemos que como espaço vivido, a cidade agrega símbolos e valores elaborados por meio de impressões e experiências pessoais, mas também experiências

⁴¹ Usucapião - Direito que um cidadão adquire relativo à posse de um bem móvel ou imóvel, em decorrência do uso deste bem por um determinado tempo.

coletivas. Nas cidades, as atividades cotidianas, a busca pela satisfação das necessidades e desejos resulta de interações dos indivíduos com o mundo. Na busca pela satisfação das necessidades e desejos há a possibilidade do encontro, do reforço à sociabilidade, em contraposição à segregação e ao recuo da cidadania (VITTE, p. 93-95, 2010).

O êxodo rural dos últimos 30 anos, também foi um fator negativo devido à falta de uma política habitacional principalmente na periferia de Cuiabá o que ocasionou a prática de ocupação de: Áreas Públicas; Áreas de Preservação Permanente - Margens de Córregos, Nascentes, etc. - e Áreas Particulares.

Atualmente, além dos fatos citados ainda existem em Cuiabá grileiros profissionais que atuam há décadas explorando o déficit de moradia para obter negócios lucrativos. Por isso foram registradas inúmeras ocupações e/ou invasões urbanas desde a metade do século XX em áreas sem infraestrutura o que consolidou vários problemas ambientais porque ocasionaram: A criação de uma grande “cidade informal” paralela à cidade legalmente constituída, no entanto enfatizamos que resulta da ineficiência da política habitacional e da infraestrutura urbana da cidade de Cuiabá. De acordo com a política habitacional de Cuiabá, nessa “cidade ilegal” aproximadamente 75% das edificações urbanas apresentam algum tipo de irregularidade.

[...] explicitar qual tem sido o objeto da política habitacional [...] esse objeto é a oferta da casa, em geral acabada, e sempre própria. [...] Corrobora essa acepção a aceitação tácita do direito inviolável da propriedade privada. E parecem ser estes os referenciais apropriados pelos formuladores da política, não obstante ênfases políticas específicas ou combinadas de forte acento ideológico ou não, para fins eleitorais, com sentido de dinamização do mercado ou referenciados por concepções do papel do Estado. Mas, a casa própria custa e custa caro, pois dependente de recursos onerosos, que sistematicamente afasta dos financiamentos os setores da população de mais poucos recursos. E no próprio escopo da provisão habitacional definem-se alternativas de redução do valor a ser financiado: menos que uma casa, com os programas de lotes urbanizados ou cestas de materiais de construção; uma casa pequena, pois com área construída reduzida; uma casa em que os futuros mutuários participam das obras, mediante autoconstrução ou mutirão. O subsídio habitacional é crucial e, combinando recursos não onerosos e onerosos, é enfim introduzido como forte reconhecimento da incapacidade da baixa renda em arcar com as regras do financiamento habitacional. A diferença das regras de financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida visam dar conta dessa necessidade. [...] Esse modelo não impediu que outros programas se desenvolvessem, como os de urbanização de favelas, regularização fundiária ou recuperação de assentamentos precários. Na sua origem, emergem da incapacidade das soluções públicas de remoção, uma vez que favelas, em particular, continuavam a crescer e se espalhar pelo território dos principais e mais densos centros urbanos do país. Os resultados daqueles programas,

contudo, somente são alcançados após longo período de execução e envolvem recursos vultosos, inclusive sociais. Se os assentamentos precários e favelas têm a ver com as condições estruturalmente desiguais da sociedade brasileira, o foco da política na provisão habitacional é pelo menos em parte, responsável pela continuidade de seu crescimento. Em meio à solução da casa própria, outras propostas são apresentadas e implementadas, de clara associação do problema habitacional ao urbano. Têm-se, de um lado, as decisões de reestruturação das competências de unidades da administração pública e de estabelecimento de diretrizes de política. No momento atual, a criação do Ministério das Cidades não é apenas uma designação, como é também um mecanismo para estruturar políticas de desenvolvimento urbano e habitacional, se não integradas, minimamente articuladas, em claro reconhecimento da cidade informal, formada pela negação do acesso aos benefícios coletivos para ampla parcela da população. De outro lado, o texto constitucional de 1988 definiu, entre os direitos básicos, o direito à moradia e à cidade e instituiu dispositivos ausentes da legislação urbana até então existente, regulamentados pelo Estatuto da Cidade. Os novos instrumentos urbanísticos e jurídicos são o recurso disponível ao poder público municipal para cumprir o objetivo da política urbana de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Se o plano diretor é o instrumento central dessa política e é, em seu âmbito, que é estabelecida a função social da propriedade urbana, ele inclui forçosamente a dimensão habitacional – por si só ou orientando as diretrizes para a formulação dos planos de habitação de interesse social. Em suma, a habitação é um problema social de solução e apropriação invariavelmente individual. Enquanto política pública segue dois eixos: o da política de desenvolvimento urbano, que se implementa pela adoção de instrumentos urbanísticos e jurídicos de regulação urbana definidos no plano diretor; e o da política social que é, desde sua origem, de natureza compensatória, o que não exclui o direito à moradia. Além disso, a política habitacional de interesse social difere das demais políticas sociais, pois o bem gerado é um produto e não serviço (CARVALHO, p. 148-150, 2010).

Nesse contexto Cuiabá (2009) afirma que, atualmente o objetivo da política habitacional de Cuiabá é assegurar o acesso à moradia com padrão aceitável de segurança, conforto e salubridade à população que vive em situação de risco, e promover o desenvolvimento humano dessas comunidades através da implantação de Projetos Sociais. Esses Projetos visam à recuperação ambiental dessas áreas às margens dos 20 Córregos localizados na zona urbana de Cuiabá onde atualmente estão sendo construídas novas unidades habitacionais com: Melhorias habitacionais, regularização fundiária e remanejamento de famílias em situação de risco. O Governo Estadual e Municipal para tentar resolver o problema habitacional na cidade de Cuiabá implementou progressivamente várias ações.

Ações Implementadas: **Programas Emergenciais** – no ano de 2001 foram construídas 800 casas com recursos federais, no valor de R\$ 5,6 milhões, para atendimento aos desabrigados [...] para 2002 o recebimento de R\$ 9,8 milhões do Programa Habitar Brasil/BID para [...] as populações que moram em áreas de risco. [...] **Regularização Fundiária** – entregaram-se 6.920

cartas de aforamento [...] em 2000. A partir de 2005, foram expedidos [...] CDRUs, substituindo as Cartas de Aforamento [...]. **Lotes Urbanizados** – implementou-se o Loteamento Novo Milênio, com recursos de R\$ 1 milhão, pelo Programa Habitar Brasil [...]. **Morádias** – no ano de 2001 foram entregues à população 1.066 casas, construídas em convênio com a [...] CEF, com recursos federais de R\$ 20 milhões, pelo [...] PAR [...] à população com rendimento entre 04 a 06 salários mínimos. Para a [...] população rural foram construídas 35 casas, em parceria com o INCRA [...] pelo PAR [...] no ano de 2004 foram entregues 424 casas, em 2005 1.393, em 2006 1.279 e em 2007 [...] 120 casas [...]. A Agência Municipal de Habitação Popular, em convênio com o Governo do Estado, executou 263 unidades habitacionais [...] em 2005. **Plano Local de Habitação de Interesse Social** – A Agência Municipal de Habitação Popular, através de convênio com o Ministério das Cidades, está elaborando o [...] PHIS, que irá nortear todas as ações do Município na área habitacional [...] estabelecidas na Política Nacional de Habitação (CUIABÁ, 2009, p. 238 e 239).

2.8.2. Saúde

A política de saúde em Cuiabá tem como órgão gestor do Sistema Único de Saúde - SUS a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, criada pela Lei Municipal nº 094 de 3/7/2003, que consolidou todas as Leis Municipais de Saúde no âmbito do SUS e extinguiu antigo órgão gestor da saúde, a Fundação de Saúde, no Município.

O SUS de Cuiabá é gerenciado pela Resolução nº 16/98/CIB – Comissão Intergestora Bipartite, em funcionamento desde 05 de junho de 1998, respondendo pela definição de sua política de saúde, pela gestão de todas as ações e da rede de serviços do SUS (Própria Contratada e Conveniada).

O Plano Plurianual - PPA, no período de 2006 a 2009, expressava a Política Municipal de Saúde de Cuiabá e foi elaborada a partir de: diferentes indicadores de saúde, situação do setor saúde, cenário interno e externo à SMS. O PPA foi elaborado considerando-se as metas do milênio, a política nacional e estadual de saúde e as políticas públicas do Município de Cuiabá.

Cuiabá (2009) declara que, no Plano Estratégico da SMS no período de 2006 a 2009, para atender às necessidades do setor saúde, foram definidas várias medidas estratégicas prioritárias: Reduzir as taxas de mortalidade; Fazer a inversão do modelo de atenção; Executar programa de atenção à urgência e emergência; Fortalecer o controle social; Instituir programa de comunicação e Educação em saúde; Instaurar política de valorização dos trabalhadores do SUS - Cuiabá; instaurar política de tecnologia de informação; Implementar a gestão de processos;

consolidar o modelo de gestão com foco em resultados; Realizar o processo de auto-avaliação da gestão.

O sistema público de Saúde de Cuiabá está em colapso devido à falta de profissionais, infraestrutura das unidades, remédios e pagamento dos fornecedores. No Hospital e Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá - HPSMC os pacientes morrem nos corredores sem atendimento. Os médicos alegam que contam com o improvisado para tentar salvar vidas. Muitas vezes a pessoa recebe a medicação, fica "jogada" em um colchonete e acaba morrendo antes mesmo de conseguir a transferência para um leito. O Sindicato dos Médicos de Mato Grosso - SINDIMED estima que 144 pessoas esperam nos corredores por uma vaga. O número não inclui as que foram colocadas em enfermarias improvisadas, sem nenhum tipo de ventilação ou ocupam a parte inferior de macas, como já foi denunciado pelo [...] CRM, que não descarta a possibilidade de fazer uma interdição ética no local. A equipe de reportagem entrou no PS, onde constatou o abandono dos pacientes e a total falta de infraestrutura da unidade de saúde. O acesso da imprensa é proibido pela Secretaria SMS. Nos corredores, os pacientes ficam em macas danificadas algumas sem proteção lateral, tornando a presença do acompanhante essencial. [...] As UTIs, Infantil e Neonatal, com 20 leitos, foram interditadas pela SMS esta semana. As condições sanitárias e de infraestrutura motivaram a decisão. Outras 02 unidades adultas estão com leitos desativados. Ao todo são 20 vagas, das quais 08 não funcionam. [...] O primeiro atendimento para os casos de urgência é feito na sala vermelha, que tem capacidade para receber 04 pessoas e abriga mais de 20, conforme os plantonistas do local. A SMS afirma que o espaço tem capacidade para 15 pessoas. Desesperados com a situação, os plantonistas associam o ambiente a um hospital de guerra. Não há espaço para fazer transferências e as ambulâncias do SAMU não param de chegar. Medicamentos e materiais são escassos e o atendimento continua diante da força de vontade dos profissionais, que estão em número reduzido após a demissão de 117 técnicos e enfermeiros, lotados no PS. [...] Os profissionais relatam que faltam medicamentos na farmácia do PS. [...] A fila de espera para exames é grande. Os equipamentos do PS estão constantemente quebrados e para conseguir a transferência para a rede conveniada é complicado. [...] As cirurgias eletivas estão paradas há 21 dias, quando os médicos entraram em greve. O SINDIMED acredita que cerca de 1.050 pacientes deixaram de ser atendidos, grande parte aguarda por cirurgias ortopédicas. [...] O presidente do SINDIMED, [...] Lima, explica que os cirurgiões querem o reajuste do IVQ, criado em 2002 pela SMS para complementar o valor das cirurgias tabeladas pelo SUS. Lima declara que a prefeitura tem o compromisso de apresentar uma proposta hoje sobre a questão. [...] O SINDIODONTO anunciou que 03 das 10 clínicas de Cuiabá estão fechadas por falta de condições de atendimento e as outras funcionam de maneira precária. O dentista [...] Antunes explica que uma delas está em reforma, e as outras, no Coxipó e no Verdão, não possuem equipamentos e materiais para o atendimento. [...] Os motivos da falta de abastecimento é a falta de pagamento dos fornecedores. A Prefeitura de Cuiabá faz uma seleção das empresas que vão receber, então sempre há carência no estoque. [...] O presidente do SINDIMED conta que, assim como em toda rede municipal de saúde, os problemas estruturais nas policlínicas são frequentes. Os prédios são velhos e não recebem a manutenção adequada. A quantidade de paciente é grande, inviabilizando um atendimento de qualidade. Pesquisas do Sindicato mostram que cada médico da unidade atende em média 120 pacientes em 12 horas. A insatisfação dos doentes coloca o profissional em risco. [...] afirma que já aconteceram casos de agressão de servidores em todas as unidades. [...] O presidente da Associação Médica de Mato Grosso, [...] conta que o

pagamento dos hospitais conveniados está atrasado e os gestores estão com dificuldade em manter as portas dos hospitais abertas. [...] Entidades profissionais e alunos da área de saúde reuniram-se na frente do Pronto-Socorro de Cuiabá para fazer um protesto, contra a falta de estrutura. [...] O ex-secretário municipal de Saúde, [...] Soares, afirma que mesmo distante da pasta não deixa de receber reclamações e ficar por dentro do que ocorre na saúde de Cuiabá. Ele avalia o caos atual como reflexo do subfinanciamento por parte do governo federal, desvio de verbas pelos gestores locais e dificuldade do acesso ao paciente. [...] O secretário Municipal de Saúde, [...] Barbosa, [...] afirma que todos os pagamentos estão sendo renegociados e que quando assumiu a pasta, há 04 meses, o débito era de 04 meses. Ele relata que a situação do Pronto-Socorro é grave e está sendo resolvida. O problema é que a saúde está em estado crítico e precisa de ajustes que demandam tempo. Quanto à reforma da unidade, Pires alega não falar sobre as gestões anteriores e assegura que todos os documentos e relatórios foram encaminhados ao Ministério Público Estadual. Quanto à superlotação, ele atribui à falta de qualificação e potencial de resolutividade dos funcionários das policlínicas. Pires assegura que a cada 04 encaminhamentos para o PS, 03 poderiam ser resolvidos nas policlínicas. No que diz respeito à demissão dos funcionários, o responsável pela pasta diz que os contratos estão irregulares, mas que as áreas consideradas essenciais não foram atingidas pela dispensa de equipe. A SMS prevê um concurso público para o mês de julho, onde serão abertas vagas suficientes para suprir a demanda de profissionais (RODRIGUES; FERREIRA in JORNAL GAZETA DIGITAL, 2011).

Quadro 29: Estabelecimentos Públicos de Saúde em Cuiabá – SUS.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.266.

Estabelecimento	2005			2006			2007		
	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total
Centro de controle de zoonoses	1	0	1	1	0	1	1	0	1
Centro de saúde	29	0	29	30	0	30	27	0	27
Hospital e pronto-socorro	1	0	1	1	0	1	1	0	1
Hospital	2	0	2	2	0	2	2	0	2
Policlínica	5	0	5	5	0	5	5	0	5
Posto de saúde	0	5	5	0	5	5	0	2	2
Clínica odontológica	10	0	10	10	0	10	10	0	10
Centro de reabilitação	1	0	1	1	0	1	1	0	1
Núcleo de reabilitação	6	0	6	6	0	6	6	0	6
Laboratório central	2	0	2	1	0	1	1	0	1
Centro de especialidades médicas (CEM)	1	0	1	1	0	1	1	0	1
Unid. de programa de saúde da família	29	0	29	31	0	31	38	2	40
Hemocentro	1	0	1	1	0	1	1	0	1
Serv. ambulatorial especializado (SAE)	1	0	1	1	0	1	1	0	1
Unidade móvel rural	0	1	1	0	1	1	0	1	1
Centro de atendimento psicossocial	2	0	2	3	0	3	3	0	3
Centro de convivência para idosos	2	0	2	2	0	2	2	0	2
Unid. Serviço diagnose e terapia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unid. móvel terr. prog. enfrentamento nas urgências e traumas *	0	0	0	15	0	15	15	0	15
Farmácia	1	0	1	0	0	0	N.I.	N.I.	N.I.
Residências terapêuticas	0	0	0	10	0	10	10	0	10
Total	94	6	100	121	6	127	125	5	130

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Assessoria de Planejamento e Gestão – SMS/Asplan.
Ano 2006 e 2007 – Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Planejamento – SMS/Diplan
Obs.: * No HPPSM, Policlínicas, SAE, CEM e Saúde Mental.

De acordo com os dados do Quadro 29 no período de 2005 a 2007, com relação ao número de estabelecimentos públicos gerenciados pelo Sistema Único de Saúde - SUS na zona urbana de Cuiabá predominou: Aumento do número, 29 (2005) para 40 (2007), das Unidades de Programas de Saúde das Famílias - PSFs; Decréscimo no número, 29 (2005) para 27 (2007), de Centros de Saúde; Estabilização de: 10 Clínicas Odontológicas, 05 Policlínicas e 06 Núcleos de Reabilitação.

Nesse contexto Cuiabá (2009) ressalta que na Macrozona Urbana de Cuiabá, em 2007, os 60 PSFs da Rede Física Municipal de Saúde estavam distribuídos pelas Regiões Administrativas sendo: Região Sul (21 PSFs); Região Norte (13 PSFs); Região Leste (15 PSFs) e Região Oeste (11 PSFs).

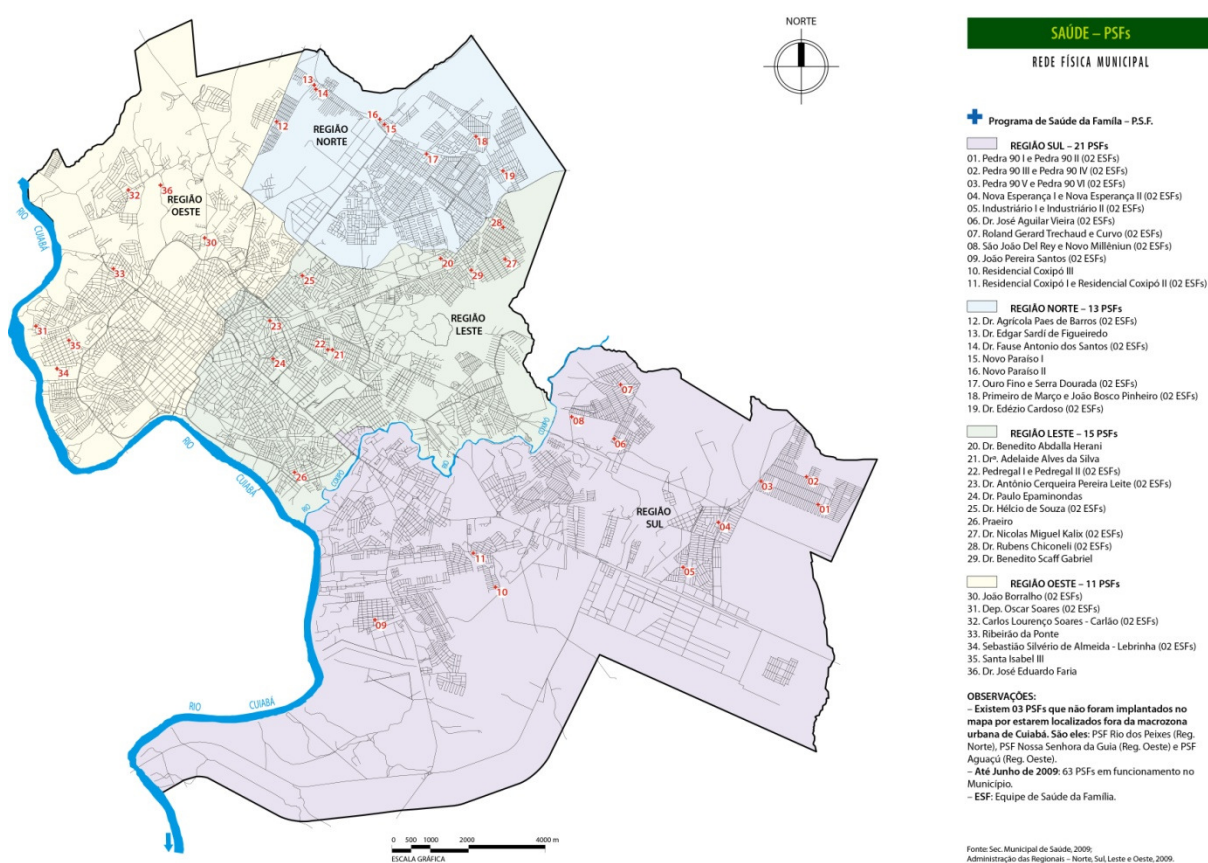


Figura 19: Mapa da Rede Física Municipal – PSFs.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.281.

Quadro 30: Óbitos de Residentes em Cuiabá, segundo o grupo de doenças.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.274.

Causas	2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Aparelho circulatório	577	25,4	665	27,0	643	25,5	683	27,7	653	28,0	743	28,2
Externa	447	19,7	424	17,2	417	16,6	421	17,1	434	18,6	436	16,6
Neoplasia	260	11,5	337	13,7	402	16,0	386	15,7	375	16,1	390	14,8
Aparelho respiratório	222	9,8	220	9,0	260	10,3	251	10,2	231	9,9	270	10,3
Doença infec. parasit.	135	6,0	146	6,0	165	6,6	141	5,7	172	7,4	180	6,8
End. e metabólica	132	5,8	147	6,0	165	6,6	147	5,9	130	5,6	150	5,7
Ap. digestivo	133	5,9	107	4,3	89	3,5	94	3,8	86	3,7	117	4,4
Perinatal	184	8,1	196	7,9	165	6,6	157	6,4	75	3,2	78	3,0
Demais definidas	178	7,8	219	8,9	213	8,5	184	7,5	180	7,7	270	10,3
Total definidas	2.268	100,0	2.461	100,0	2.519	100,0	2.464	100,0	2.336	100,0	2.634	100,0
Mal definidas	370	14,0	104	4,0	209	7,7	239	8,8	252	9,7	84	3,1
Total geral	2.638	-	2.565	-	2.728	-	2.703	-	2.588	-	2.718	-

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Planejamento - SMS/Diplan.

No Município de Cuiabá, durante o período de 2002 a 2007, de acordo com os dados do Quadro 30 a população residente totalizaram 13.500 óbitos ocorridos principalmente segundo 04 grupos de doenças: Aparelho Circulatório (3.964); Externas (2.579); Neoplasias (2.150) e Aparelho Respiratório (1.454).

Nesse contexto Cuiabá (2009) afirma que, os Cemitérios e Serviços Funerários com objetivo de prestar serviços para a população de Cuiabá estavam ligados a Central Municipal de Serviços Funerários Cristiano Garcia, que foi inaugurada em 2000 e durante esse período estava localizada no Bairro Bandeirantes onde estavam reunidos os setores envolvidos nos procedimentos funerários. A Secretaria Municipal de Infraestrutura de Cuiabá nesse período realizou: Controle da qualidade e os preços das 03 Agências Funerárias: Dom Bosco, Santa Rita e a Santa Teresinha; Administração de 08 Cemitérios Oficiais localizados: Na zona urbana (07) e zona rural (01). No entanto, nesse período o Cemitério Parque Bom Jesus de Cuiabá por ser particular funcionou sob o modelo de concessão municipal.

Portanto, na zona urbana de Cuiabá estão localizados os 08 Cemitérios que são os seguintes: Piedade, Coxipó da Ponte, Porto, Pascoal Ramos, Despraiado, Parque Bom Jesus de Cuiabá, São Gonçalo e Coxipó do Ouro.

Quadro 31: Sepultamentos Mensais e Gratuitos.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.284.

Mês	2005			2006			2007		
	Particulares ⁽¹⁾	Gratuitos ⁽¹⁾	% Gratuitos ^{(2)*}	Particulares ⁽¹⁾	Gratuitos ⁽¹⁾	% Gratuitos ^{(2)*}	Particulares ⁽¹⁾	Gratuitos ⁽¹⁾	% Gratuitos ^{(2)*}
Jan	199	70	26	161	61	27	160	73	31
Fev	152	63	29	167	72	30	169	47	22
Mar	207	58	22	159	61	28	177	68	28
Abr	182	72	28	167	74	31	177	55	24
Mai	165	80	33	173	67	28	158	59	27
Jun	158	72	31	176	81	32	166	80	33
Jul	172	70	29	180	61	25	187	74	28
Ago	183	64	26	216	59	21	195	52	21
Set	170	57	25	164	50	23	207	56	21
Out	177	63	26	160	66	29	176	67	28
Nov	153	53	26	169	80	32	185	48	21
Dez	148	51	26	175	69	28	209	38	15
Total	2.066	773	27	2.067	801	28	2.166	717	25

Fonte: 1 - Secretaria Municipal de Infraestrutura - Semirfe, Cuiabá, 2007.

2 - Cálculo Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - IPDU/DPLI

Obs.: * Refere-se ao percentual de gratuitos em relação ao somatório de sepultamentos particulares e gratuitos.

De acordo com os dados do Quadro 31, durante o período de 2005 a 2007, em Cuiabá totalizaram 8.590 sepultamentos mensais sendo que ocorreram: Predominância dos sepultamentos particulares pagos (6.379) em relação aos gratuitos (2.211) geralmente destinados para a população de baixa renda.

Contextualizando os dados dos Quadros 30 e 31, durante esse período ficou configurado a existência, de um forte e vantajoso monopólio funerário, situação que permanece até os dias atuais, no Município de Cuiabá o que consolidou: Altos custos pela prestação de serviços funerários.

Quadro 32: Sepultamentos Mensais: Homens, Mulheres, Crianças e Membros.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.283.

Mês	2005						2006						2007						
	Homens	Mulheres	Crianças	Não Identificadas	Membros	Total	Homens	Mulheres	Crianças	Não Identificadas	Membros	Total	Homens	Mulheres	Crianças	Não Identificadas	Membros	Peças Cirúrgicas	Total
Jan	142	69	38	6	14	269	130	58	31	---	3	222	138	59	26	1	9	0	233
Fev	110	63	38	1	3	215	136	55	39	---	9	239	125	67	20	4	0	0	216
Mar	142	91	23	4	5	265	115	73	25	1	6	220	133	67	29	8	8	0	245
Abr	129	78	39	0	8	254	129	67	39	---	6	241	121	77	25	5	4	0	232
Mai	128	74	35	3	5	245	122	82	27	---	9	240	114	70	18	9	6	0	217
Jun	112	71	37	1	9	230	132	76	35	1	13	257	137	74	13	13	8	1	246
Jul	121	76	35	1	9	242	115	91	26	---	9	241	129	89	19	9	15	0	261
Ago	148	68	27	1	3	247	156	83	18	5	13	275	131	85	11	13	7	0	247
Set	109	68	37	8	5	227	110	72	15	9	8	214	144	92	16	6	5	0	263
Out	131	67	36	1	5	240	123	61	26	9	7	226	115	82	22	17	6	1	243
Nov	109	58	28	0	11	206	124	80	23	12	10	249	137	72	16	4	4	0	233
Dez	119	51	25	2	2	199	132	74	21	11	6	244	118	90	22	12	5	0	247
Total	1.500	834	398	28	79	2.839	1.524	872	325	46	99	2.868	1.542	924	237	101	77	2	2.883

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura - Semirfe, Cuiabá, 2007.

De acordo com os dados do Quadro 32, no Município de Cuiabá durante o período de 2005 a 2007, foi realizado o total de 8.590 sepultamentos mensais com predominância de: Homens (4.560) e Mulheres (2.630).

Quadro 33: Vigilância Sanitária - Amostras de Águas Analisadas no Sistema de Abastecimento Público segundo Resultados Bacteriológicos.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.285.

Ano	Amostras Positivas		Amostras Negativas		Total
	Absoluto	%	Absoluto	%	
2001	198	24,93	596	75,06	794
2002	117	21,43	429	78,57	546
2003	876	81,87	194	18,13	1.070
2004	175	20,40	687	79,60	862
2005	258	91,16	25	8,84	283
2006	175	55,0	143	45,0	318
2007	61	77,2	18	22,8	79

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Coordenadoria de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

De acordo com os dados do Quadro 33, no período de 2001 a 2007, as amostras de águas analisadas pela Vigilância Sanitária do Sistema de Abastecimento Público do Município de Cuiabá demonstraram que a qualidade do abastecimento de água potável na zona urbana melhorou devido as: Amostras com resultados bacteriológicos positivos porque aumentaram de 24,93% (2001) para 77,20% (2007).

Nesse contexto, enfatizamos que atualmente há necessidade de aperfeiçoar urgentemente esse Sistema de Abastecimento de Água Potável em todo o perímetro urbano da cidade em Cuiabá devido à ineficácia na qualidade dos serviços prestados a população cuiabana.

Quadro 34: Vigilância Sanitária - Amostras de Alimentos Analisadas, segundo Resultado Laboratorial.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.285.

Ano	Amostras de Acordo		Amostras em Desacordo		Total
	Absoluto	%	Absoluto	%	
2001	134	55,60	107	44,40	241
2002	39	69,64	17	30,36	56
2003	876	81,87	194	18,13	64
2004	44	56,41	34	43,59	78
2005	19	63,33	11	36,67	30
2006	17	77,3	5	22,7	22
2007	15	60,0	10	40	25

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Coordenadoria de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

De acordo com os dados do Quadro 34, durante o período de 2001 a 2007, a Vigilância Sanitária do Município de Cuiabá apresentou: Amostras com resultados com resultados laboratoriais positivos dos alimentos analisados porque aumentaram de 55,60% (2001) para 60,00% (2007).

Quadro 35: Coeficiente de Incidência de Agravos/Doenças de Notificação Compulsória.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.287.

Doenças / Agravos	2005		2006		2007	
	Abs.	Incidência	Abs.	Incidência	Abs.	Incidência
Acidentes c/ animais peçonhentos	63	11,8	82	15,1	236	44,7
Sida *	89	16,6	-	-	269	51,0
Atendimento antirrábico	1.697	317,9	1.520	280,0	1.502	285,1
Condiloma acuminado	116	21,7	82	15,1	265	50,3
Conjuntivite viral	332	65,3	147	27,1	755	143,3
Coqueluche	10	1,8	2	0,4	5	0,9
Dengue	113	21,1	660	121,6	1.089	206,7
Difteria	0	0	-	-	0	N.I.
Doença de Chagas	0	0	-	-	1	0,2
Doenças exantemáticas	6	1,1	25	4,6	56	10,6
Febre amarela	0	0	-	-	2	0,4
Gestante com rubéola e/ou síndrome de rubéola congênita	0	0	-	-	0	0,0
Gestante HIV positivo	23	2,4	-	-	75	14,2
Hanseníase	412	7,7	-	-	460	87,3
Hantavírus	0	0	2	0,4	12	2,2
Hepatite B/C	3	0,6	202	37,2	319	60,0

continua...

Doenças / Agravos	2005		2006		2007	
	Abs.	Incidência	Abs.	Incidência	Abs.	Incidência
Febre tifoide	1	0,19	2	-	2	0,4
Herpes genital	39	7,3	19	3,5	20	3,7
Leishmaniose teg. americana	48	9,4	-	-	94	17,8
Leishmaniose visceral	5	0,94	5	0,9	28	5,3
Leptospirose	3	0,56	2	0,4	8	1,5
Malária	232	45,6	-	-	-	-
Meningite	72	13,4	72	13,3	225	42,7
Raiva humana	0	0	-	-	-	-
Sífilis congênita	7	0,7	38	4,0	51	9,6
Sífilis em adultos	115	21,5	150	27,6	69	13,0
Síndrome da úlcera genital	15	2,8	4	0,7	10	1,8
Síndrome do corrimento cervical	1.735	N.I.	1.967	362,3	1.680	318,8
Síndrome do corrimento uretral	216	40,4	191	35,2	80	15,1
Tuberculose	279	52,2	-	-	379	71,9
Tétano acidental	3	0,56	-	-	2	0,4
Varicela	509	95,3	543	100,0	581	110,2
Total	6.143	-	5.715	-	8.275	-

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.

Obs.: * Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

De acordo com os dados do Quadro 35, no período de 2005 a 2007, a Vigilância Epidemiológica em Cuiabá registrou alto coeficiente de incidência de agravo/doenças com notificação compulsória predominantemente em: Atendimento Antirrábico (883), Síndrome do Corrimento Cervical (681,1) e Dengue (349,4).

No entanto felizmente durante esse período ocorreu à erradicação da incidência de agravo das seguintes doenças: Difteria, Gestante com Rubéola e/o Síndrome de Rubéola Congênita, Malária e Raiva Humana.

Quadro 36: Cobertura Vacinal (%) – Anos 2001 a 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.289.

Vacinas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sabin *	110,0	131,0	108,4	109,7	122,7	101,1	90,6
DTP *	90,0	105,3	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	-
VAS *	101,0	106,9	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	-
BCG *	113,0	128,5	124,2	129,8	134,2	117,5	140,1
Hep. B	77,3	74,6	72,9	75,1	74,6	77,2	80,4
HIB *	86,0	91,7	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	-
Antigripal **	94,0	101,6	97,9	99,1	90,6	91,9	89,0
Anti amarela *	101,8	106,0	98,3	80,2	88,8	97,3	98,4
Tetra	N.L.	N.L.	94,8	103,4	91,3	94,1	88,2
VDRH	---	---	---	---	-	-	116,4
Tríplice viral (de 1 a 4 anos)	---	---	---	---	-	29,4	38,6
Tríplice viral (de 12 a 49 anos)	---	---	---	---	-	18,5	30,4
DT gestante	---	---	---	---	-	65,1	57,7

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Planejamento – SMS/Diplan.

Obs.: * Cobertura Vacinal em menor de 1 ano.

** Cobertura Vacinal em Idosos.

Legenda: Sabin – contra a paralisia infantil.
DTP – contra a difteria, tétano e coqueluche.
VAS – contra o sarampo (substituída pela MMR-Tríplice Viral).
BCG – contra formas graves da tuberculose.
Hep. B – contra a hepatite.
Antigripal – contra o vírus influenza.
Anti amarela – contra a febre amarela.
HIB – contra a bactéria Haemophilus influenzae.
Tetra – Contra difteria, tétano, coqueluche, bac. Haemophilus influenzae.
VDRH – Vacina oral de Rota Virus Humano.

De acordo com os dados do Quadro 36, durante o período de 2001 a 2007, no Município de Cuiabá ocorreu Campanhas de Vacinação com estimativa percentual aproximada predominantemente na:

1. Cobertura vacinal em crianças menores de 1 ano - Sabin contra a paralisia infantil (100%); BCG contra formas graves de tuberculose (100%) e Anti amarela contra a febre amarela (90%).
2. Cobertura vacinal em idosos - Antigripal contra o vírus influenza para idosos (90%).

Quadro 37: Controle de Dengue – Visitas Domiciliares Realizadas.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.290.

Ano	Programado	Executado	Programado por ciclo	Executado Por ciclo
2002	704.639	790.070	117.489	131.678
2003	704.639	1.446.559	117.489	206.708
2004	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.
2005	1.362.642	1.416.105	227.107	202.300
2006	1.398.192	1.426.323	233.032	233.032
2007	1.446.585	1.430.032	227.946	206.665

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Planejamento – SMS/Diplan.

De acordo com os dados do Quadro 37, durante o período de 2002 a 2007, ocorreu no Município de Cuiabá o êxito no controle de Dengue

predominantemente através da realização de visitas domiciliares: Programadas e executadas (6.509.089).

Contextualizando dos dados dos Quadros 35 e 37 observamos que devido à grande incidência de agravo/doença durante o período de 2005 a 2007 o êxito na execução do Programa de Controle da Dengue ocorreu principalmente devido a participação efetiva da população cuiabana.

Quadro 38: Atividades Realizadas pelo Centro de Controle de Zoonoses – CCZ, Controle de Raiva Animal.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.291.

Atividade	2004	2005	2006	2007
Vacinação	132.454	114.409	88.588	92.046
Área de risco	6.996	3.815	5.391	2.415
Foco	5.576	1.171	1.894	589
Posto permanente	338	470	352	400
Campanha	119.544	108.953	80.951	85.818
Observação (animais suspeitos)	248	181	161	165
no CCZ	129	110	44	53
Domiciliar	119	71	117	112
Captura/remoção	429	313	468	572
Doação	161	158	129	125
Sacrifício/óbitos	164	307	299	392
Exames laboratoriais	277	195	245	236
Raiva +	32	5	5	1
Raiva -	224	190	240	235

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Coordenadoria do Centro de Controle de Zoonoses - SMS/CCZ.

De acordo com os dados do Quadro 38, no período de 2004 a 2007, devido às atividades realizadas pelo Centro de Controle de Zoonoses – CCZ, foi otimizado no Município de Cuiabá o controle da raiva animal devido ao êxito alcançado com as seguintes atividades: Vacinação (427.497), Área de Risco (18.617), Foco (9.230), Campanha (395.266) e Captura/Remoção (1.782).

2.8.3. Educação

Com relação à Educação Cuiabá (2009) enfatiza que, na Rede Pública de Ensino de Cuiabá foram desenvolvidas estratégias para implementação de uma política pedagógica alicerçada em documentos que estabeleceram princípios e diretrizes educacionais no período de 2005 a 2008. Essas diretrizes foram orientadas para a política educacional do Município de Cuiabá com o objetivo de garantir nesse período o atendimento educacional de qualidade na Educação

Básica, sendo que Secretarias de Educação de Cuiabá, Estadual e Municipal, desenvolveram vários Programas e Projetos em todas as Escolas Públicas de Educação Básica.

[...] a Escola brasileira necessita aprimorar seu trabalho, no sentido de que se socializem efetivamente os conhecimentos e os valores significativos, que se incluam os excluídos, que se afastem os preconceitos e discriminações, que se dê espaço para as diferenças e que se neguem as desigualdades. Apontou-se a necessidade fundamental de se construir teorias fertilizadoras da práxis dos professores. É na direção dessa construção que se deve caminhar o esforço da Filosofia da Educação e da Didática, no diálogo que estabelecem diálogo no qual se ressalta a especificidade de cada um dos saberes e que permite uma interação em mão dupla (RIOS, 2006, p. 139).

Quadro 39: Matrícula Inicial nos Estabelecimentos de Ensino Regular, segundo a Dependência Administrativa e o Ensino Ministrado.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.300.

Dep. Adm.	2004 ⁽¹⁾								2005 ⁽²⁾							
	Creche	Pré-esc.	Fund.	Médio	E. J. A.	Profiss.	Especial	Total	Creche	Pré-esc.	Fund.	Médio	E. J. A.	Profiss.	Especial	Total
Total	4.148	7.627	98.262	32.252	9.668	1.372	1.399	154.728	6.132	9.542	87.667	30.521	18.815	3.829	1.340	157.846
Federal	0	0	0	1.330	0	634	0	1.964	0	0	0	1.361	0	2.018	0	3.379
Estadual	300	666	46.556	23.811	9.262	688	614	81.897	434	806	40.504	21.605	13.768	1.741	556	79.414
Municipal	3.259	4.792	40.899	335	165	0	62	49.512	3.710	6.032	35.038	0	3.794	20	81	48.675
Particular	589	2.169	10.807	6.776	241	50	723	21.355	1.988	2.704	12.125	7.555	1.253	50	703	26.378

Dep. Adm.	2006 ⁽²⁾								2007 ⁽¹⁾							
	Creche	Pré-esc.	Fund.	Médio	E. J. A.	Profiss.	Especial	Total	Creche	Pré-esc.	Fund.	Médio	E. J. A.	Profiss.	Especial	Total
Total	7.095	10.162	85.016	31.041	20.735	2.978	1.195	158.222	7.442	10.167	76.642	27.513	16.385	1.586	1.379	141.114
Federal	0	0	0	1.310	0	1.502	0	2.812	0	0	0	1.571	0	1.536	0	3.107
Estadual	446	517	38.802	22.314	16.160	1.429	504	80.172	342	513	34.453	20.049	12.529	0	567	68.453
Municipal	4.141	6.667	34.146	0	4.347	0	74	49.375	4.364	7.885	32.434	0	3.529	0	73	48.285
Particular	2.508	2.978	12.068	7.417	228	47	617	25.863	2.736	1.769	9.755	5.893	327	50	739	21.269

Fonte: (1) Secretaria de Estado de Educação - Seduc.

(2) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>, acesso em 22/8/2006, 30/5/07 e 24/8/2007.

Obs: E. J. A. - Educação de jovens e adultos.

De acordo com os dados do Quadro 39, no período de 2004 a 2007, os Estabelecimentos de Ensino Regulares, Estadual e Municipal, de Cuiabá segundo a dependência administrativa totalizaram 390.946 matrículas distribuídas em:

1. Estabelecimentos de Ensino Fundamental totalizaram 302.832 matrículas iniciais referentes às:
 - 1.1 Escolas Públicas Estaduais – 160.315 matrículas;
 - 1.2 Escolas Públicas Municipais – 142.517 matrículas;
2. Estabelecimentos de Ensino Médio totalizaram 88.114 matrículas iniciais referentes às:

2.1 Escolas Públicas Estaduais – 87.779 matrículas;

2.2 Escolas Públicas Municipais – 335 matrículas.

Nesse contexto, Cuiabá (2009) evidencia que em 2007 nos Estabelecimentos de Ensino Regulares, localizados na zona urbana do Município de Cuiabá, segundo a dependência administrativa totalizaram 86.936 matrículas iniciais. No entanto 58.031 matrículas foram na Educação Básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em estabelecimentos: Estaduais (54.502) e Municipais (3.529).

Quadro 40: Estabelecimentos de Ensino Regular, segundo o Ensino Ministrado, por Dependência Administrativa e Localização.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.301.

Ensino Ministrado	Localização	2005 ⁽¹⁾					2006 ⁽¹⁾					2007 ⁽²⁾				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Creche	Total	39	0	2	23	14	39	0	2	24	13	83	0	2	46	35
	Urbana	39	0	2	23	14	39	0	2	24	13	81	0	2	44	35
	Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0
Pré-Escolar	Total	104	0	3	67	34	105	0	5	67	33	110	0	6	75	29
	Urbana	97	0	3	60	34	98	0	5	60	33	102	0	6	67	29
	Rural	7	0	0	7	0	7	0	0	7	0	8	0	0	8	0
CA	Total	35	0	2	5	28	34	0	2	5	27	0	0	0	0	0
	Urbana	34	0	2	4	28	33	0	2	4	27	0	0	0	0	0
	Rural	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Fundamental	Total	202	0	66	103	33	200	0	66	102	32	192	0	66	96	30
	Urbana	180	0	65	82	33	178	0	65	81	32	173	0	65	78	30
	Rural	22	0	1	21	0	22	0	1	21	0	19	0	1	18	0
Médio	Total	66	2	43	1	20	73	2	49	2	20	72	2	49	0	21
	Urbana	62	1	41	0	20	68	1	46	1	20	67	1	45	0	21
	Rural	4	1	2	1	0	5	1	3	1	0	5	1	4	0	0
Profissionalizante	Total	5	2	2	0	1	5	2	2	0	1	3	2	0	0	1
	Urbana	4	1	2	0	1	4	1	2	0	1	2	1	0	0	1
	Rural	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0
Educação Especial	Total	41	0	18	14	9	43	0	19	15	9	24	0	8	8	8
	Urbana	41	0	18	14	9	43	0	19	15	9	22	0	8	6	8
	Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0
EJA	Total	29	0	23	4	2	30	0	24	4	2	72	0	39	28	5
	Urbana	28	0	23	3	2	29	0	24	3	2	68	0	38	25	5
	Rural	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	4	0	1	3	0

Fonte: (1) Disponível em <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/cadastroscolas>>, acesso em 22/8/2006 e 24/8/2007.

(2) Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI, com base no Censo Educacional 2007/ Seduc-MT.

Obs.: E. J. A. – Educação de jovens e adultos.

De acordo com os dados do Quadro 40, no período de 2005 a 2007, em Cuiabá os Estabelecimentos de Ensino Regular Estadual e Municipal segundo o Ensino ministrado - Creche, Pré-Escola, CA, Ensino Fundamental, EJA, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante e Educação Especial - por dependência administrativa com localização na zona urbana no decorrer desse período

aumentaram sucessivamente o número de estabelecimentos que totalizaram em: 369 (2005), 388 (2006) e 407 (2007).

Nesse contexto, Cuiabá (2009) evidencia que em 2007 no Município de Cuiabá totalizaram 188 Estabelecimentos Públicos de Educação Básica na zona urbana sendo que a Rede Pública Estadual era maior que a Municipal tendo como referencia:

1. Ensino Fundamental totalizou 143 estabelecimentos sendo:
 - 1.1 Escolas Públicas Estaduais (65);
 - 1.2 Escolas Públicas Municipais (78);
2. No Ensino Médio totalizou apenas 45 Escolas Públicas Estaduais.

Quadro 41: Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa e Localização.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.302.

Dependência Administrativa	2005 ⁽¹⁾			2007 ⁽²⁾		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Total	238	25	263	274	24	298
Federal	1	1	2	1	1	2
Estadual	83	3	86	81	4	85
Municipal	107	21	128	126	19	145
Particular	47	0	47	66	0	66

Fonte: (1) Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/cadastroscolas>, acesso em 22/8/2006 as 16:20h

(2) Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI, com base no Censo Educacional 2007 / Seduc-MT.

Obs: * Inclusive creches.

De acordo com os dados do Quadro 41, no período de 2005 a 2007, referente aos Estabelecimentos de Ensino com localização na zona urbana do Município de Cuiabá totalizaram sob dependência administrativa: Estadual (164) e Municipal (233).

Nesse contexto, Cuiabá (2009) evidencia que em 2007 no Município de Cuiabá totalizaram 207 Escolas Públicas de Educação Básica na zona urbana sendo: Estaduais (81) e Municipais (126).

Quadro 42: Matrícula Inicial, segundo a Dependência Administrativa, Localização e Nível de Escolaridade.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.303.

Escolaridade	2004 ⁽¹⁾			2007 ⁽²⁾		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Total	150.683	4.045	154.728	137.519	3.595	141.114
Creche	4.148	0	4.148	7.303	139	7.442
Pré-escolar	7.428	199	7.627	9.919	248	10.167
Fundamental	95.615	2.647	98.262	74.521	2.121	76.642
Médio	31.627	625	32.252	26.738	775	27.513
Profissionalizante	968	404	1.372	1.455	131	1.586
E. J. A.	9.506	162	9.668	16.231	154	16.385
Educação especial	1.391	8	1.399	1.352	27	1.379
Federal	1.341	623	1.964	2.441	666	3.107
Médio	1.091	239	1.330	1.036	535	1.571
Profissional	250	384	634	1.405	131	1.536
Estadual	80.793	1.104	81.897	68.029	424	68.453
Creche	300	0	300	342	0	342
Pré-escolar	666	0	666	513	0	513
Fundamental	45.948	608	46.556	34.320	133	34.453
Médio	23.425	386	23.811	19.809	240	20.049
Profissionalizante	668	20	688	0	0	0
E. J. A.	9.172	90	9.262	12.478	51	12.529
Educação especial	614	0	614	567	0	567
Municipal	47.194	2.318	49.512	45.780	2.505	48.285
Creche	3.259	0	3.259	4.225	139	4.364
Pré-escolar	4.593	199	4.792	7.637	248	7.885
Fundamental	38.860	2.039	40.899	30.446	1.988	32.434
Médio	335	0	335	0	0	0
E. J. A.	93	72	165	3.426	103	3.529
Educação especial	54	8	62	46	27	73
Particular	21.355	0	21.355	21.269	0	21.269
Creche	589	0	589	2.736	0	2.736
Pré-escolar	2.169	0	2.169	1.769	0	1.769
Fundamental	10.807	0	10.807	9.755	0	9.755
Médio	6.776	0	6.776	5.893	0	5.893
Profissionalizante	50	0	50	50	0	50
E. J. A.	241	0	241	327	0	327
Educação especial	723	0	723	739	0	739

Fonte: (1) Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/censo/cadastroescolas>, acesso em 22/8/2006 e 24/8/2007.

(2) Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI, com base no Censo Educacional 2007/ Seduc-MT.

Obs.: C. A. - Classe de alfabetização, E. J. A. - Educação de jovens e adultos.

De acordo com os dados do Quadro 42, no período de 2004 a 2007, referente à Educação Básica de Cuiabá com relação à matrícula inicial ocorreu redução no número de matrículas nas Escolas urbanas sob administração: Estadual no Ensino Fundamental e Médio - 69.373 (2004) para 54.129 (2007); Municipal – 39.195 (2004) para 30.446 (2007).

Estes dados confirmam a necessidade de aperfeiçoar a qualidade da Educação Básica diagnosticada nesta Tese através das Pesquisas: Bibliográfica e de Campo Qualitativa e Quantitativa realizada nas Escolas Públicas de Educação Básica urbanas sob administração Estadual e Municipal.

Quadro 43: População Escolarizável e Escolarizanda.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.304.

de 7 a 14 Anos

Ano	População Escolarizável	População Escolarizanda					População Escolarizanda (%)
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	
1995 ⁽¹⁾	95.490	..	38.526	22.594	21.702	82.822	86,7
1996 ⁽¹⁾	78.840	..	34.809	22.845	16.637	74.291	94,2
1997 ⁽¹⁾	80.225	..	N.I.	N.I.	N.I.	74.163	92,4
1998 ⁽¹⁾	82.380	..	35.138	31.561	15.608	82.307	99,9
1999 ⁽¹⁾	81.453	..	33.884	31.818	13.573	79.275	97,5
2000 ⁽¹⁾	78.699	..	32.672	31.768	11.529	75.969	96,5
2001 ⁽¹⁾	78.664	..	31.151	32.469	10.408	74.028	96,5
2002 ⁽¹⁾	78.629	..	29.498	33.455	9.610	72.563	94,1
2003 ⁽¹⁾	82.738	..	25.212	30.686	8.175	64.073	77,4
2004 ⁽²⁾	85.427	40.899	13.699
2005 ⁽²⁾	86.914	35.038	15.532
2006 ⁽²⁾	108.572	..	39.823	40.887	15.663	96.373	88,8
2007 ⁽²⁾	115.965	..	N.I.	40.267	N.I.	N.I.	N.I.

de 15 a 19 Anos

1999 ⁽¹⁾	53.203	..	13.395	1.383	5.917	20.685	38,9
2000 ⁽¹⁾	54.878	1.682	13.793	133	4.506	20.592	37,5
2001 ⁽¹⁾	55.959	1.028	14.993	..	5.505	21.526	38,5
2002 ⁽¹⁾	57.061	2.213	15.076	..	5.545	22.834	40,0
2003 ⁽¹⁾	57.694	1.099	16.044	287	1.099	18.529	32,11
2004 ⁽²⁾	N.I.	1.330	..	500	7.017
2005 ⁽²⁾	N.I.	1.361	..	3.794	8.808
2006 ⁽²⁾	62.147	2.812	38.474	4.347	7.645	53.278	85,7
2007 ⁽³⁾	63.330	N.I.	N.I.	3.525	N.I.	N.I.	N.I.

Fonte: (1) Secretaria do Estado de Educação – Seduc.
(2) Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer.
(3) Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com os dados do Quadro 43, no período de 1995 a 2007, devido a Globalização e as Políticas Educacionais ocorreu expansão principalmente da Rede Pública de Ensino e contínuo crescimento da população escolarizável.

Durante o período de 2000 a 2007 na Educação Básica de Cuiabá concluímos que:

- Na faixa etária de 7 a 14 anos – 1. População escolarizável, ou que podia se adaptar ao ensino escolar, totalizou: 715.608 Mil habitantes. 2. Nas Escolas Públicas Estaduais a população escolarizanda, alunos que já estudavam, totalizou: 158.356 Mil escolarizandos; 3. Nas Escolas Públicas Municipais, onde predominou a concentração de alunos e maior atuação, totalizou: 285.469 Mil escolarizandos. Concluímos que nesse período ficaram fora das Escolas Públicas 271.783 Mil habitantes da população escolarizável nessa faixa etária;
- Na faixa etária de 15 a 19 anos – 1. População escolarizável totalizou 351.069 Mil habitantes; 2. Predominou a concentração de alunos e maior atuação nas Escolas Estaduais que totalizou 98.380 Mil escolarizandos; 3. Nas Escolas Municipais a população escolarizanda totalizou 12.586 Mil

escolarizando. Concluímos que nesta faixa etária também ficaram fora das Escolas Públicas 240.103 Mil habitantes da população escolarizável.

Contextualizando os dados anteriores durante esse período, concluímos que: Ficaram fora das Escolas Públicas sob administração Estadual e Municipal o total de 511.886 Mil escolarizáveis na faixa etária de 7 a 19 anos. Esse resultado ineficaz talvez possa ter ocorrido pelo fato de que as Escolas sob administração Municipal aumentaram o atendimento a população escolarizável na faixa etária de 15 a 19 anos somente a partir de 2005.

Cuiabá (2009) evidencia que em 2007 a população escolarizável, ou que podia se adaptar ao ensino escolar, na faixa etária de 7 a 19 anos totalizou 115.965 Mil habitantes. No entanto, nesse ano a Rede Pública Municipal possuía apenas 84 Escolas na zona urbana, portanto ficou evidente que deveria ser ampliada para otimizar o atendimento a população escolarizável.

Quadro 44: Relação das Escolas Urbanas da Rede Pública Municipal e Respetivos Números de Salas de Aula, Área Construída e Endereços da Região Norte – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.305.

Região Norte	Nº de Salas	Área Constr. (m ²)	Área Terreno (m ²)	Endereço	Bairro
1. Emeb Prof. Lenine de Campos Póvoas	9	1.990	3.392	Rua Salgado Filho, nº 321, Jardim União	CPA
2. Emeb Antônia Tita Maciel de Campos	12	2.110	6.860	Rua 9, Qda. 48, Jardim Florianópolis	Jardim Florianópolis
3. Emeb Dejáni Ribeiro de Campos	17	2.761	4.324	Rua 7, Qda. 13, Jardim Vitória	Jardim Vitória
4. Emeb Orzina de Amorim Soares	8	1.568	2.585	Rua 6, Qda. 8, Jardim Vitória	Jardim Vitória
5. Emeb Senhorinha Ana Alves Oliveira	8	1.641	8.000	Rodovia Emanuel Pinheiro, Km 6	Jardim Vitória
6. Emeb Cel. Octayde Jorge Silva	11	1.893	5.250	Rua Juara, Qda. 15, 1, Tancredo Neves	Morada da Serra
7. Emeb Dep. Ulisses Silveira Guimarães	11	1.952	4.270	Rua 7 de Setembro, Ouro Fino	Morada da Serra
8. Emeb Ten. Octacilio Sebastião da Cruz	10	1.759	4.500	Rua 46, Qda.14, nº 31, N. H. CPA III, S. 4	Morada da Serra
9. Emeb Madre Marta Cerutti	8	1.604	7.200	Rua Ver. Juliano C. Marques	Morada do Ouro
10. Emeb Pedrosa de Moraes e Silva	14	2.380	6.570	Rua C, Qda. 5, Novo Paraíso	Paraíso
11. Emeb Aristotelino Alves Praeiro	11	1.797	6.000	Rua Projetada, Jardim 1º de Março	Primeiro de Março
12. Emeb Prof. Firmo José Rodrigues	17	2.068	7.700	Av. Principal, Três Barras	Três Barras
13. Emeb Prof. Rafael Rueda	9	2.063	7.910	Av. Principal, Jardim Umuarama	Três Barras
14. Emeb Profª. Gracilides Mello Dantas	8	1.104	4.500	Rua 15, Qda. 60, Altos da Glória	Área de Exp. Urb.
15. UPC Bela Verena	4	N.L.	N.L.	Rua 64, esq. alameda 6, Setor IV, N. H. CPA III	Morada da Serra

De acordo com os dados do Quadro 44, durante o ano de 2007, as 15 Escolas da Rede Públicas Municipais localizadas em vários Bairros da Região Norte do Município de Cuiabá totalizaram: 156 salas de aula equivalendo a aproximadamente a 26.690 m² de área construída.

Quadro 45: Relação das Escolas Urbanas da Rede Pública Municipal e Respetivos Números de Salas de Aula, Área Construída e Endereços da Região Sul - Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.306.

Região Sul	Nº de Salas	Área Constr. (m ²)	Área Terreno (m ²)	Endereço	Bairro
1. Emeb Profª Maria Dimpina Lobo Duarte	8	1.970	7.425	Av. Fernando Correa da Costa, 4.695	Coxipó
2. Emeb Tereza Benguela	6	1.396	4.560	Rua A 1, Jardim Comodoro I	Jardim Comodoro
3. Emeb Ministro Marcos Freire	11	2.054	4.950	Rua dos Carvalhos Dourados, Jd. dos Ipês	Jardim dos Ipês
4. Emeb Constança F. Palma Bem-Bem	14	2.336	4.800	Av. Principal, Jardim Fortaleza	Jardim Fortaleza
5. Emeb Profª Ana Tereza Arcos Krauze	8	2.397	4.950	Rua 13, Qda. 19, Jardim Industrial II	Jardim Industrial
6. Emeb Senador Darcy Ribeiro	13	2.556	7.200	Rua 18, Qda. 17, Jardim Industrial I	Jardim Industrial
7. Emeb Jesus Criança	11	1.924	3.600	Travessa J, Parque Nova Esperança I	Nova Esperança
8. Emeb Ana Luísa Prado Bastos	6	1.396	1.800	Av. Principal, L 11, Osmar Cabral	Osmar Cabral
9. Emeb Dr. Osmar José do Carmo Cabral	13	1.928	3.600	Rua 9, Qda. 21, Osmar Cabral	Osmar Cabral
10. Emeb Liberdade	6	750	N. I.	Av. Principal, s/nº	Osmar Cabral
11. Emeb Treze de Setembro	8	1.925	6.000	Rua Sd., Qda. 62, 432, Parque Atalaia	Parque Atalaia
12. Emeb Pe. Raimundo Pombro M. da Cruz	9	1.928	3.447	Rua A, Parque Cuiabá	Parque Cuiabá
13. Emeb Moacir Gratidiano Dorileo	6	1.541	4.275	Rua dos Pardais, Parque Ohara	Parque Ohara
14. Emeb Prof. Onofre de Oliveira	7	1.840	3.680	Rua Marcos da Luz, Pascoal Ramos	Pascoal Ramos
15. Emeb Sen. Gastão de Mattos Müller	15	2.211	15.399	Av. Integração, Pedra 90, 3ª Etapa	Pedra 90
16. Emeb José Torquato da Silva	9	1.607	4.617	Rua 8, Qda. 20, Parque Res. Coxipó	Res. Coxipó
17. Emeb Silva Freire	5	1.282	5.215	Rua 3, Qda. 20, Residencial Itapajé	Res. Coxipó
18. Emeb Maximiano Arcanjo da Cruz	13	1.971	3.719	Rua Wenceslau, Qda. 11, L. 8	Santa Laura
19. Emeb Francisco Pedroso da Silva	14	1.950	4.518	BR 364, Km 10, R W 306	São Francisco
20. Emeb Maria Elazir Correa Figueiredo	14	1.767	4.454	Av. Principal, São João del-Rei	São João del-Rei
21. Emeb São Sebastião	8	1.679	7.300	Rua São Jerônimo, 502, Vila São Sebastião	São Sebastião
22. Emeb Eugênia Pereira de Melo	5	789	1.668	Rua 13 de Maio, Vista Alegre	Vista Alegre
23. Emeb Profª Joana Dark da Silva	4	650	5.691	Rua M, esq. c/ Av. 2, Real Parque	Área de Exp. Urbana
24. UPC Paulo Freire	4	139,84	N. I.	Rua 5, Qda. 19, Jardim Industrial II	Jardim Industrial
25. UPC Herbert de Souza	3	N. I.	N. I.	Av. Principal, nº 88	Osmar Cabral

De acordo com os dados do Quadro 45, durante o ano de 2007, as 25 Escolas da Rede Pública Municipal de Cuiabá localizadas em vários Bairros da Região Sul totalizaram: 220 salas de aula equivalendo aproximadamente a 39.986,84 m² de área construída.

Contextualizando os dados gerais entre as Regiões, Sul e Leste, observamos que na Região Sul encontrava-se o maior número de salas de aula, porém a área construída era menor.

Quadro 46: Relação das Escolas Urbanas da Rede Pública Municipal e Respetivos Números de Salas de Aula, Área Construída e Endereços da Região Leste – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.307.

Região Leste	Nº de Salas	Área Constr. (m ²)	Área Terreno (m ²)	Endereço	Bairro
1. Emeb Filogônio Correa	9	1.622	3.083	Rua Presidente Médici, 557	Campo Velho
2. Emeb Augusto Mário Vieira	7	1.663	4.914	Av. Gonçalo Antunes de Barros, 1.556	Campo Verde
3. Emeb Profª. Elza Luiza Esteves	12	2.122	3.480	Av. Senegal, Canjica	Canjica
4. Emeb Profª. Guilhermina de Figueiredo	7	750	1.440	Av. Dante Martins de Oliveira, Carumbé	Carumbé
5. Emeb Henrique da Silva Prado	7	1.231	3.600	Rua Castro Alves	do Areão
6. Emeb Profª. Maria da Glória de Souza	8	1.363	3.066	Av. Bosque da Saúde, 146, B. da Saúde	do Baú
7. Emeb Agostinho Simplício de Figueiredo	7	1.382	2.281	Av. Amarelo de Almeida, São Pedro	do Poção
8. Emeb Profª. Tereza Lobo	7	1.895	3.067	Av. Carmindo de Campos, 3.622	Dom Aquino
9. Emeb José Luiz Borges Garcia	8	1.843	6.540	Rua Prof. Lorivande Nunes Chaves, 699	Dom Bosco
10. Emeb Antônio Ferreira Valentin	5	1.049	1.484	Rua M	Grande Terceiro
11. Emeb Profª. Francisca Figueiredo. A. Martins	15	4.417	16.000	Rua Principal, Vale do Carumbé	Jardim Eldorado
12. Emeb Profª. Maria Ambrósio Pomot	10	2.060	6.531	Rua 1900, Qda. 30, C. H. Jardim Imperial	Jardim Imperial
13. Emeb Jescelino José Reiners	15	1.877	3.705	Av. Goiás, nº 441, Novo Horizonte	Novo Horizonte
14. Emeb Irmã Maria Betty de Souza Pires	6	1.460	5.240	Rua Andradina, nº 99, Novo Mato Grosso	Novo Mato Grosso
15. Emeb Dr. Orlando Nigro	20	3.616	12.078	Rua Mamoré, 229, Stª. Ant. do Pedregal	Pedregal
16. Emeb Doze de Outubro	11	1.734	5.000	Rua 6, nº 132, Planalto B	Planalto
17. Emeb Santa Cecilia	4	583	960	Rua Capitão Iporã, nº 162, São Benedito	Pico do Amor
18. Emeb Sílvio Leite de Arruda	11	1.732	3.656	Rua Neblina, 176, Planalto A	Planalto
19. Emeb Dom Bosco do Praeirinho	10	1.258	4.000	Rua Pacaembu	Praeirinho
20. Emeb Profª. Maria Ambrósio Pomot (anexo Moinho)	2	450	2.500	Rua 1, Parque Residencial Santa Cruz II	Santa Cruz
21. Emeb Otto de Abril	7	1.064	3.500	Av. Gonçalo Antunes de Barros, nº 2859	São Roque
22. Emeb Quintino Pereira de Freitas	6	1.388	8.050	Rua Padre Emílio Reiners	Terra Nova
23. Emeb Dr. Fábio Firmino Leite	6	1.860	4.258	Rua Bahia, Qda. 58, Dr. Fábio Leite	Área de Exp. Urbana
24. Emeb Profª. Celina Fialho Bezerra	6	1.179	15.625	Av. Princesa Daiana, Dr. Fábio	Área de Exp. Urbana
25. Emeb Hélio de Souza Vieira	N. I.	N. I.	N. I.	Rua Paranapuã, nº 30, Praeiro	Praeiro
26. UPC – Delmira Monteiro de Figueiredo	5	749,13	N. I.	Rua Macaé, nº 57	Pedregal
27. UPC – Maria Elisa Bocaíuva	5	N. I.	N. I.	Rua Hércules Florence	Dom Aquino

De acordo com os dados do Quadro 46, durante o ano de 2007, as 27 Escolas da Rede Pública Municipal referente ao Ensino Regular de Cuiabá localizadas em vários Bairros da Região Leste totalizaram: 216 salas de aula equivalendo aproximadamente a 40.333,13 m² de área construída.

Contextualizando os dados gerais das 04 Regiões observamos que na Região Leste se encontravam o maior número de Escolas e a maior área construída.

Quadro 47: Relação das Escolas Urbanas da Rede Pública Municipal e Respetivos Números de Salas de Aula, Área Construída e Endereços da Região Oeste – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.308.

Região Oeste	Nº de Salas	Área Constr. (m ²)	Área Terreno (m ²)	Endereço	Bairro
1. Emeb Mal. Cândido M. da S. Rondon	12	1.850	3.822	Rua Piratininga, nº 101, Quarta-Feira	Alvorada
2. Emeb Pres. Tancredo de Almeida Neves	10	1.582	3.122	Rua C, Jardim Araçá, CEP 78030-200	Barra do Pari
3. Emeb Adelina Pereira Ventura	6	1.217	2.229	Rua Padre Rolim, Curral Velho	Cidade Alta
4. Emeb São João Bosco	4	1.331	4.950	Rua Profª. Sílvia Curvo, Várzea do Ensaio	Cidade Alta
5. Emeb Prof. Francisval de Brito	14	2.224	3.192	Rua João P. dos Santos, N. H. Coophamil	Coophamil
6. Emeb Profª Rita Caldas Castrillon	6	1.322	3.200	Rua Progresso, Jardim Ubatã	Coophamil
7. Emeb Profª. Alzira Valladares	6	1.537	3.113	Av. Brasil, 883	da Goiabeira
8. Emeb Padre Agostinho Colli	7	754	1.073	Rua Manoel Cavalcante Proença, 90	da Goiabeira
9. Emeb Gláucia Maria Borges Garcia	8	1.671	5.990	Av. Pres. Afonso Pena	Despraçado
10. Emeb Juarez Sodré Farias	5	686	4.248	Rua João Carlos Pereira Leite	dos Araés
11. Emeb Prof. Ezequiel P. R. de Siqueira	8	1.130	3.000	Rua Manoel Leopoldino, 403	dos Araés
12. Emeb Maria Eunice Duarte de Barros	15	2.390	5.950	Rua Dr. Celso M. Quintela, 356, Santa Isabel	Jardim Santa Isabel
13. Emeb Profª. Maria Lucila da Silva Barros	4	821	1.228	Rua Principal, nº 90	Jardim Ubirajara
14. Emeb Maria Tomich Monteiro da Silva	9	1.450	3.250	Rua Ver. Mário Palma, Novo Colorado	Ribeirão do Lipa
15. Emeb Nossa Senhora Aparecida	12	2.513	6.000	Rua H	Novo Colorado
16. Emeb Prof. Ranulpho Paes de Barros	21	3.164	8.544	Av. Central, nº 416, Santa Isabel	Jardim Santa Isabel
17. Emeb Profª. Esmeralda de C. Fontes	9	1.398	3.000	Rua Bolívia, 365, Duque de Caxias	Ribeirão da Ponte

De acordo com os dados do Quadro 47, durante o ano de 2007, as 17 Escolas da Rede Pública Municipal referente ao Ensino Regular de Cuiabá localizadas em vários Bairros da Região Oeste totalizaram: 156 salas de aula equivalendo aproximadamente a 27.040 m² de área construída.

Quadro 48: Relação das Escolas Urbanas da Rede Pública Estadual e Respetivos Endereços da Região Norte – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.310.

Região Norte	Endereço	Bairro
1. EE Maria Herminia Alves	Rua 101, Quadra 89, CPA IV, 3ª Etapa	Morada da Serra
2. EE Ana Maria do Couto	Av. Brasil, nº 905, CPA II	Morada da Serra
3. EE Dr. Fenelon Müller	Rua 86, N. H. CPA III, Setor 1	Morada da Serra
4. EE Dr. Leonidas Antero de Matos	Rua 36, Quadra 43, S 3, CPA III	Morada da Serra
5. EE Leovegildo de Melo	Rua 25, Quadra 42, Setor V, N. H. CPA III	Morada da Serra
6. EE Pe. João Panarotto	Rua 64, Quadra G, 2ª Etapa, N. H. CPA IV	Morada da Serra
7. EE Policia Militar Tiradentes	Rua Osasco, N. H. CPA I	Morada da Serra
8. EE Prof. Benedito de Carvalho	Rua Acre, Quadra G, N. H. CPA II	Morada da Serra
9. EE Prof. Newton Alfredo de Aguiar	Rua 90, 3ª Etapa, N. H. CPA IV	Morada da Serra
10. EE Profª. Arlete Pereira Migueletti	Rua Prof. Jorn. Amaro F. Falcão, N. H. CPA II	Morada da Serra
11. EE Profª. Dione Augusta Silva Souza	Av. Principal, CPA IV, 5ª Etapa	Morada da Serra
12. EE Victorino Monteiro da Silva	Av. Cairo, N. H. CPA IV, 1ª Etapa	Morada da Serra
13. EE André Avelino Ribeiro	Av. Dep. Osvaldo Cândido Pereira	Morada da Serra
14. EE Almira de Amorim Silva	Rua Acre, nº 898	Morada da Serra
15. EE Djalma Ferreira de Souza	Av. Djalma Ferreira de Souza, S. Oeste	Morada do Ouro
16. EE Rodolfo Augusto Trechaud E. Curvo	Rua J, Quadra 9, Residencial Paiguás	Paiguás
17. EE Profª. Diva Huguency S. Bastos	Av. Historiador Rubens de Mendonça, Jardim das Aroeiras	Área de Expansão Urbana
18. Creche Escola EEF Nasla Joaquim Aschar	Av. Historiador Rubens de Mendonça, Morada da Serra I	Morada da Serra
19. Creche Escola EEF Maria Eunice Duarte	Centro Político Administrativo	CPA

Em Cuiabá de acordo com os dados do Quadro 48, durante o ano de 2007, na Região Norte as 19 Escolas Estaduais da Rede Públicas de Cuiabá estavam localizadas nos seguintes Bairros: Morada da Serra, Paiaguás, Jardim das Aroeiras e Centro Político Administrativo.

Quadro 49: Relação das Escolas Urbanas da Rede Pública Estadual e Respective Endereços da Região Sul – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.311.

Região Sul	Endereço	Bairro
1. EE Dr. Mário Castro	Rua Santos Dumont, nº 102	Pedra 90
2. EE Malik Didier Namer Zahafi	Avenida Nilton Rabelo de Castro	Pedra 90
3. EE Prof. Rafael Rueda	Rua Caruaru, Pedra 90	Pedra 90
4. EE Manoel Cavalcante de Proença	Avenida Doutor Meirelles, Setor I	Tijucal
5. EE Mariana Luiza Moreira	Avenida Caixa d'Água, Setor IV	Tijucal
6. EE Dr. Estevão Alves Corrêa	Rua 230, Quadra 66, Setor 2	Tijucal
7. EE Prof. Agenor Ferreira Leão	Rua 314, Quadra 102, Setor III	Tijucal
8. EE Pascoal Ramos	Rua Francisco de Jesus	Pascoal Ramos
9. EE Pe. Firmo Pinto Duarte Filho	Avenida Fernando Correa, nº121	Pascoal Ramos
10. EE Prof. Heliodoro Capristano da Silva	Rua D, Lote 4, Quadra 130	Parque Cuiabá
11. EE Salim Felício	Avenida 1, nº 371	Parque Cuiabá
12. EE Historiador Rubens de Mendonça	Avenida B, nº 777	Cohab São Gonçalo
13. EE Alice Fontes Pinheiro	Rua E-5	Nossa Senhora Aparecida
14. EE Pro ^a . Hermelinda de Figueiredo	Rua Londrina	Coophema
15. EE Pro ^a . Paciana Torres de Sant'Ana	Rua Principal	Residencial Coxipó
16. EE Pro ^a . Zélia Costa de Almeida	Rua F, Quadra 4, Jardim Presidente II	Jardim Presidente

De acordo com os dados do Quadro 49, durante o ano de 2007, na Região Sul as 16 Escolas da Rede Pública Estadual de Cuiabá estavam localizadas nos seguintes Bairros: Pedra 90, Tijucal, Pascoal Ramos, Cohab São Gonçalo, Nossa Senhora Aparecida, Coophema, Residencial Coxipó e Jardim Presidente.

Quadro 50: Relação das Escolas Urbanas da Rede Pública Estadual e Respective Endereços da Região Leste – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.312.

Região Leste	Endereço	Bairro
1. EE Bela Vista	Rua 15, Quadra 8, Lote 1	Bela Vista
2. EE Francisco Alexandre Ferreira Mendes	Rua 38, nº 363	Boa Esperança
3. EE João Briene de Camargo	Av. João Gomes Monteiro Sobrinho, Nº 1092	da Lixeira
4. EE Prof. Antonio Epaminondas	Rua Padre Remeter	da Lixeira
5. EE Livre Aprender	Rua A	do Areão
6. EE Profª. Joaquina Cerqueira Caldas	Rua Papa João XXIII, nº 811	do Poção
7. EE Barão de Melgaço	Av. Dom Bosco, nº 507	Dom Aquino
8. EE Profª. Bernadina Ricci	Av. Dom Aquino, nº 10 A	Dom Aquino
9. EE Santos Dumont	Rua Manoel Fernandes Guimarães	Dom Aquino
10. EE Antônio Cesário de Figueiredo Neto	Rua Francisco Siqueira	dos Bandeirantes
11. EE Prof. Nilo Póvoas	Rua Diogo Domingos Ferreira, nº 311	dos Bandeirantes
12. EE Profª. Emília Fernandes de Figueiredo	Av. General Valle, nº 189	dos Bandeirantes
13. EE Profª. Vera Pereira do Nascimento	Rua Rio Manso, Quadra 13	Grande Terceiro
14. EE Dom Francisco de Aquino Correa	Rua São Paulo	Jardim Europa
15. EE Tancredo de Almeida Neves	Rua Militar	Jardim Leblon
16. EE Pe. Ernesto Camilo Barreto	Rua Fortaleza	Jardim Paulista
17. EE Raimundo Pinheiro da Silva	Av. Fernando Correa, nº 3610	Jardim Shangrilá
18. EE Souza Bandeira	Praça dos Viajantes, nº 214	Jardim Shangrilá
19. EE Pascoal Moreira Cabral	Av. Principal	Jardim Universitário
20. EE Hélio Palma de Arruda	Rua Dourada, nº 199	Planalto
21. EE Meninos do Futuro	Av. dos Trabalhadores	Planalto
22. EE Profª. Clélia Rosalina Souza	Rua A, esq, c/ 6, Quadra 15, nº 247, Itamarati	Planalto
23. EE Prof. João Crisóstomo de Figueiredo	Rua Bandeirante, nº 974, Dr. Fábio Leite	Área de Expansão Urbana

De acordo com os dados do Quadro 50, durante o ano de 2007, na Região Leste as 23 Escolas Estaduais da Rede Públicas de Cuiabá estavam localizadas nos seguintes Bairros: Bela Vista, Boa Esperança, Da Lixeira, Dom Aquino, Dos Bandeirantes, Grande Terceiro, Jardim Europa, Jardim Leblon, Jardim Paulista, Jardim Shangrilá, Jardim Universitário, Planalto e Dr. Fábio Leite.

Quadro 51: Relação das Escolas Urbanas da Rede Pública Estadual e Respective Endereços da Região Oeste – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.313.

Região Oeste	Endereço	Bairro
1. EE André Luis da Silva Reis	Trav. K, Loteamento Miguel Sutil	Alvorada
2. EE Profª. Marcelina de Campos	Av. Principal, Quadra 18, Santa Amália	Barra do Pari
3. EE Alina do Nascimento Tocantins	Av. Ipiranga, nº 2560	Cidade Alta
4. EE Aureolina Eustácia Ribeiro	Praça Central	Cidade Verde
5. EE Liceu Cuiabano Maria de Arruda Müller	Praça General Mallet, nº 150	da Goiabeira
6. EE Gustavo Kulman	Av. São Sebastião, nº 441	da Goiabeira
7. EE Dom José do Despraiado	Rua Dublin, Rodoviária Parque	Despraiado
8. EE Gen. José Machado Neves da Costa	Rua Ladário, Cohab Nova	do Porto
9. EE José de Mesquita	Rua Barão de Melgaço, nº 945	do Porto
10. EE Senador Azeredo	Rua Senador Metello, nº 675	do Porto
11. EE Alcebiades Calhao	Av. Filinto Müller, nº 1300	do Quilombo
12. EE Presidente Médice	Av. Mato Grosso	dos Araés
13. EE José Magno	Rua Des. José Barros do Vale, nº 129	Duque de Caxias
14. EE Prof. Ulisses Cuiabano	Rua dos Miosótis	Jardim Cuiabá
15. EE Raio de Sol	Av. Sen. Filinto Müller, nº 28	Jardim Cuiabá
16. EE Pe. Wanir Delfino César	Av. Tapuá, nº 421	Novo Terceiro

De acordo com os dados do Quadro 51, durante o ano de 2007, na Região Oeste as 16 Escolas Estaduais da Rede Pública de Cuiabá estavam localizadas nos seguintes Bairros: Alvorada, Barra do Pari, Cidade Alta, Cidade Verde, Da Goiabeira, Despraiado, Do Porto, Do Quilombo, Dos Araés, Duque de Caxias, Jardim Cuiabá e Novo Terceiro.

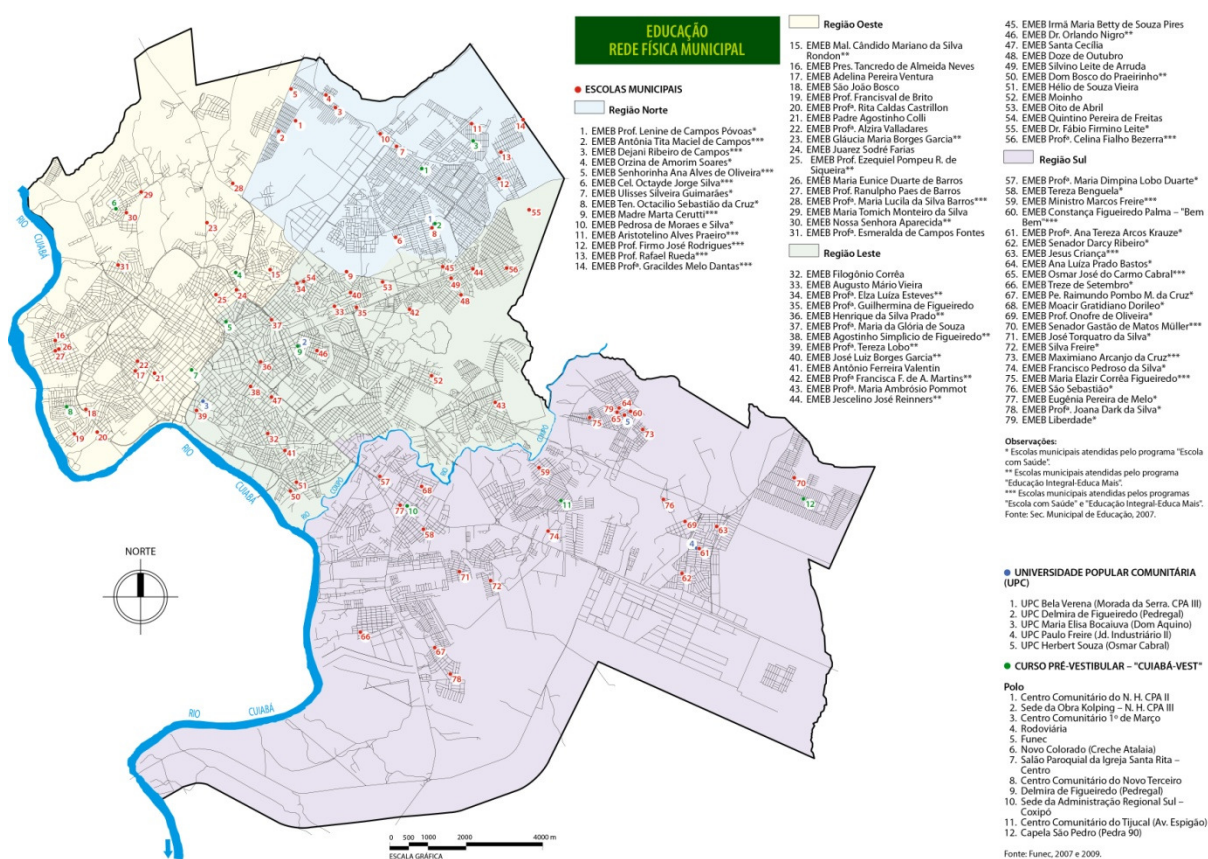


Figura 20: Mapa da Rede Física Municipal de Educação.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.317.

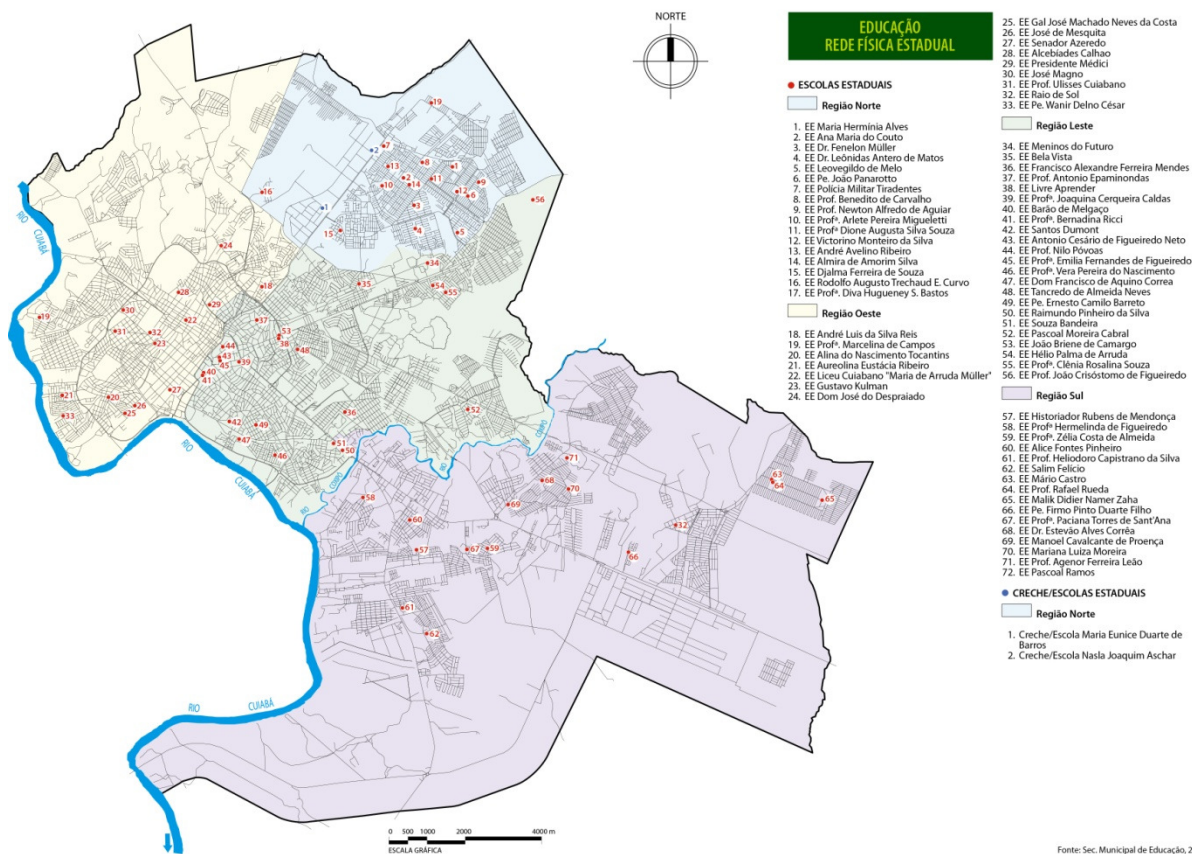


Figura 21: Mapa da Rede Física Estadual de Educação.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.319.

Quadro 52: Escolaridade – Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes por Grupos de Anos de Estudo - Segundo a Microrregião, o Município, os Distritos e as Regiões Administrativas – Ano 2000.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.344.

Microrregião, o Município, os Distritos e as Regiões Administrativas	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes															
	Total	Grupos de anos de estudo								Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados								
Em Valores Absolutos ⁽¹⁾										Em Percentuais ⁽²⁾						
Microrregião Cuiabá	193.044	19.660	25.063	57.031	30.551	42.333	17.953	453	10,18	12,98	29,54	15,83	21,93	9,30	0,23	
Município Cuiabá	127.133	10.071	14.350	34.818	20.115	31.791	15.681	307	7,92	11,29	27,39	15,82	25,01	12,33	0,24	
Distrito																
Coxipó da Ponte	68.795	5.622	8.270	20.794	11.911	16.458	5.579	161	8,17	12,02	30,23	17,31	23,92	8,11	0,23	
Coxipó do Ouro	105	36	24	29	6	7	3	0	34,29	22,86	27,62	5,71	6,67	2,86	0,00	
Cuiabá	57.379	4.074	5.873	13.757	8.141	15.303	10.087	144	7,10	10,24	23,98	14,19	26,67	17,58	0,25	
Gulá	854	339	183	238	57	23	12	2	39,70	21,43	27,87	6,67	2,69	1,41	0,23	
Região Administrativa																
Norte	26.848	2.061	3.250	7.888	4.649	7.023	1.922	55	7,68	12,11	29,38	17,32	26,16	7,16	0,20	
Centro-Oeste	29.974	1.764	2.591	6.535	4.226	8.573	6.164	121	5,89	8,64	21,80	14,10	28,60	20,56	0,40	
Centro-Leste	37.897	2.820	4.001	9.401	5.588	9.878	6.136	73	7,44	10,56	24,81	14,75	26,07	16,19	0,19	
Sul-Leste	30.526	2.790	4.071	10.443	5.522	6.220	1.428	52	9,14	13,34	34,21	18,09	20,38	4,68	0,17	
Sem especificação	929	261	230	284	67	67	16	4	28,09	24,76	30,57	7,21	7,21	1,72	0,43	
Total	126.174	9.696	14.143	34.551	20.052	31.761	15.666	305	7,68	11,21	27,38	15,89	25,17	12,42	0,24	

Fonte: (1) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Censo demográfico - 2000, resultados do universo.

(2) Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação, IPDU/DPI, com base no Censo demográfico - 2000/IBGE.

De acordo com os dados do Quadro 52, no ano de 2000, na população do Município de Cuiabá concluímos que: Totalizou 4.074 pessoas sem instrução e menos de 01 ano de instrução equivalendo a 7,10% - consideradas analfabetas; Totalizou 10.087 Pessoas com 15 ou mais anos de escolaridade equivalendo a 17,58% - provavelmente concluíram o Ensino Superior.

Contextualizando todos os dados anteriores, concluímos que na zona urbana do Município de Cuiabá predominou um número significativo de pessoas com mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Porém havia um número elevado de pessoas analfabetas ou sem escolaridade que provavelmente fizeram parte da população desempregada ou do mercado de trabalho informal.

Diante da crise da modernidade, novas orientações e novas possibilidades teórico-conceituais e possibilidades reveladas pela experiência vivida tornam-se fundamentais na construção da leitura do outro [...]. A informalidade já é concebida não mais como um trampolim [...] no aspecto das teorias da marginalidade. Diante da certeza da ampliação de trabalhadores que não terão acesso ao mercado formal de trabalho, [...] que não corresponde a “exercito industrial de reserva” como acreditava Marx [...], mas de não integração [...] de trabalhadores cuja baixa escolaridade e/ou falta de qualificação profissional impedem a incorporação de novos padrões de ocupação demandados pela economia [...] desde os anos 1980 [...] (SILVA et al., 2005, p. 34).



Figura 22: Escola de futebol no Mini Estádio do CPA I.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.358.

2.8.4. Esporte e Lazer

Cuiabá (2009) ressalta que, a Política de Desporto e Lazer de Cuiabá tem como objetivo principal implementar o processo político de transformação da sociedade, viabilizando a todos os segmentos da população urbana o acesso às práticas esportivas, recreativas e de lazer. Sendo que os preceitos constitucionais que preconiza são as seguintes: “É dever do Estado fomentar as práticas esportivas formais e não formais fundamentou uma série de princípios e diretrizes para o fomento do desporto no Município”.

Também afirma que de acordo com esse objetivo o esporte em Cuiabá é caracterizado por essa Política de Desporto com o objetivo de: Alcançar todos os segmentos da população; Incorporar programas de estímulo ao desenvolvimento do esporte educacional; Viabilizar a participação e rendimento. Dessa forma prioriza ações globalizadas para os segmentos sociais considerados especiais: Crianças,

adolescentes em situação de risco, pessoas portadoras de deficiência e a terceira idade.

Argumenta que assim se estabeleceu uma série de interfaces com os demais órgãos governamentais – nas esferas: Municipal, Estadual e Federal – e com ONGs e Poder Legislativo, objetivando atender a maior parcela possível da população e também para que as ações esportivas fossem descentralizadas e democratizadas.

Nesse contexto Cuiabá (2009) ainda afirma que, o Governo Municipal através da Secretaria Municipal de Esportes e Cidadania procurou fomentar práticas desportivas formais e não formais instituindo instrumentos legais - Política de Desporto, Legislação Esportiva, Lei de Incentivo - para tentar suprir a carência de espaços físicos específicos para a prática de atividades desportivas. Essa política desportiva municipal criou a Secretaria Municipal de Esportes e Cidadania em 2007 tornando possível o desenvolvimento de Projetos, Programas e Eventos Esportivos tais como: Programa de Iniciação Esportiva, Programa de Orientação de Atividade Física, Programa de Manhã de Lazer, Programa Mutirão Solidário, Projeto Digoreste no Esporte, Projeto Vida Ativa na 3ª Idade.

Quadro 53: Equipamentos Esportivos das Regiões Norte e Oeste – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.362.

Equipamento	Região Norte					Região Oeste				
	Municipal	Estadual	Federal	Particular	Total	Municipal	Estadual	Federal	Particular	Total
1. Campo de futebol	16	2	1	3	22	15	2	2	4	23
2. Campo de futebol society	5	7	0	8	20	13	0	5	11	29
3. Estádio de futebol	0	0	0	0	0	0	2	0	1	3
4. Miniestádio	8	1	0	0	9	4	0	0	0	4
5. Quadra poliesportiva coberta	8	12	0	1	21	6	10	2	11	29
6. Quadra poliesportiva descoberta	8	5	2	7	22	24	5	2	17	48
7. Quadra de areia	6	1	0	1	8	3	0	1	5	9
8. Quadra de tênis	4	0	0	2	6	0	0	1	7	8
9. Ginásio poliesportivo	0	3	0	0	3	2	2	1	4	9
10. Piscina	2	0	1	1	4	1	0	1	17	19
11. Pista de atletismo	0	0	1	0	1	0	2	1	1	4
12. Pista de skate	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Pista de boliche	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1
14. Pista de malha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. Pista de bocha	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
16. Hipódromo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17. Posto de orientação	0	0	0	0	0	7	0	0	0	7
18. Quadra de peteca	6	0	0	0	6	0	0	0	2	2
Total	64	31	05	24	124	75	23	16	81	195

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Cidadania, ano 2007.

De acordo com os dados do Quadro 53, durante o ano de 2007, vários equipamentos esportivos sob administração Estadual e Municipal estavam localizados nas seguintes Regiões Administrativas de Cuiabá totalizando: Região Norte (95) e Região Oeste (98).

Quadro 54: Equipamentos Esportivos das Regiões Leste e Sul – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.363.

Equipamento	Região Leste					Região Sul					Total				
	Mun.	Est.	Fed.	Part.	Total	Mun.	Est.	Fed.	Part.	Total	Mun.	Est.	Fed.	Part.	Total
1. Campo de futebol	17	5	3	4	29	16	2	0	17	35	64	11	6	28	109
2. Campo de futebol society	15	3	1	16	35	18	0	0	49	67	51	10	6	84	151
3. Estádio de futebol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	3
4. Miniestádio	3	0	0	0	3	12	0	0	0	12	27	1	0	0	28
5. Quadra poliesportiva coberta	8	8	2	10	28	6	7	0	2	15	28	37	4	24	93
6. Quadra poliesportiva descoberta	35	4	7	12	58	24	2	0	9	35	91	16	11	45	163
7. Quadra de areia	6	2	2	3	13	2	0	0	8	10	17	3	3	17	40
8. Quadra de tênis	0	0	0	14	14	0	0	0	9	9	4	0	1	32	37
9. Ginásio poliesportivo	3	0	1	1	5	2	0	0	4	6	7	5	2	9	23
10. Piscina	0	0	1	11	12	0	0	0	24	24	3	0	3	53	59
11. Pista de atletismo	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	1	2	3	1	7
12. Pista de skate	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Pista de boliche	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	1	0	0	3	4
14. Pista de malha	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
15. Pista de bocha	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
16. Hipódromo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1
17. Posto de orientação	5	0	1	0	6	5	0	0	0	5	17	0	1	0	18
18. Quadra de peteca	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	6	0	0	5	11
Total	93	22	19	78	212	85	11	0	123	219	317	87	40	306	750

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Cidadania, ano 2007.

E de acordo com os dados do Quadro 54, no ano de 2007, totalizaram 211 equipamentos esportivos localizados nas seguintes Regiões Administrativas de Cuiabá: Região Leste (115) e Região Sul (96).

Quadro 55: Centros Esportivos e Áreas de Lazer Públicos de Cuiabá – Janeiro 2009.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.364.

Nome	Endereço	Bairro
1. Área de Lazer do CPA I	N. H. CPA I	Morada da Serra
2. Área de Lazer Emanuel Pinheiro da Silva Primo	Rua Amarelido de Almeida	do Poção
3. Área de Lazer José Nicolau Pinto	Rua Barra do Garças	do Porto
4. Área de Lazer Silva Freire	Rod. Palmiro Paes de Barros	Vista Alegre
5. Área de Lazer do Bela Vista	Bela Vista	Bela Vista
6. Área de Lazer do Residencial São Carlos	São Carlos	Residencial São Carlos
7. Área de Lazer do Residencial Santa Inês	Residencial Santa Inês	Residencial Santa Inês
8. Área de Lazer do Residencial Terra Nova	Residencial Terra Nova	Residencial Terra Nova
9. Caic Eldorado	Av. Principal	Jardim Eldorado
10. Centro Comunitário Antônio Pereira Fortes	Rua Teresina	Cidade Verde
11. Centro Esportivo Expedito Sabino da Silva	Rua 48	Boa Esperança
12. Centro Esportivo Gustavo Cid Nunes da Cunha	Av. João Gomes Sobrinho	da Lixeira
13. Centro Esportivo João Balduino Curvo	Rua Pres. Café Filho	do Quilombo
14. Centro Esportivo Manoel Soares de Campos	Av. Carmindo de Campos	do Terceiro
15. Centro Esportivo São João dos Lázarus	Av. Miguel Sutil	da Lixeira
16. Centro Social Urbano São José Operário	...	Dom Aquino
17. Complexo Esportivo Benedito Severo Gonçalves Leônidas	Rua Maracanã	do Areão
18. Complexo Esportivo Benedito Ferreira dos Santos (Dito Coró)	Rua Manoel Leopoldino	Dos Araés
19. Complexo Esportivo da UFMT	Av. Fernando Correa da Costa	UFMT
20. Estádio Governador José Fragelli (Verdão)	Av. Agrícola Paes de Barros	Cidade Alta
21. Estádio Presidente Eurico Gaspar Dutra (Dutrinha)	Rua Joaquim Murtinho	Centro-Sul
22. Ginásio Poliesportivo Aecim Tocantins	Av. Agrícola Paes de Barros	Cidade Alta
23. Ginásio Poliesportivo Geraldo Ferreira dos Santos	Av. Principal	Osmar Cabral
24. Ginásio Poliesportivo do Paiaçuás	Av. Central	Paiaçuás
25. Ginásio Poliesportivo Felizardo Laerte do Nascimento	Av. Radialista Edson Luís da Silva	Tijucal
26. Ginásio Poliesportivo João Batista Jaudy	Av. Principal	Planalto
27. Ginásio Poliesportivo Verdinho	N. H. CPA I	Morada da Serra
28. Ginásio Mário Márcio de Arruda	Novo Terceiro	Novo Terceiro
29. Palácio das Artes Marçiais Iusso Shinohara	Av. Agrícola Paes de Barros, anexo à área do estádio Verdão	Cidade Alta

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Cidadania, ano 2007 com colaboração das Administrações Regionais Norte, Sul, Leste e Oeste, 2009.

De acordo com os dados do Quadro 55, em janeiro de 2009, 29 pontos de lazer estavam localizado em vários Bairros da zona urbana de Cuiabá: Áreas de Lazer (08); Caic (01); Centro Comunitário (01); Centros Esportivos (05); Centro Social (01); Complexos Esportivos (03); Estádios (02); Ginásios Poliesportivos (06); Ginásio (01); Palácio das Artes (01).

Quadro 56: Miniestádios (Ano 2009) e Postos de Orientação de Atividades Físicas (Ano 2006).

Fonte: Cuiabá, 2009, p.365.

Miniestádios	Postos de Orientação de Atividade Física
1. Adavilson da Cruz (Pelezinho) – Jardim Santa Isabel	Av. 8 de Abril (Jardim Cuiabá)
2. Antônio de Jesus Simião Rosa – Santa Laura	Av. Carmindo de Campos (Centro Esp. Manoel S. de Campos, Bairro do Terceiro)
3. Aristotelino Alves Praeiro – Pedra 90 – 2ª etapa	Av. Miguel Sutil (Trevo do Coophamil)
4. Ayrthon de Souza Franco – Distrito da Guia	Av. Miguel Sutil (Trevo Santa Rosa)
5. Benedito Sá Barreto – Jardim Paulista	Av. Miguel Sutil (Trevo do Círculo Militar)
6. do Moinho – Jardim Universitário	Av. Rubens de Mendonça (Comando Geral)
7. Eduardo Rueda Saraiva Filho – Osmar Cabral	Campus da UFMT
8. Gérson Lopes Dias – Jardim Vista Alegre	Coophamil (Praça Principal)
9. Jamil Mussa Sobrinho – Bela Vista	Emílio Ferreira (Rod. Palmiro Paes de Barros, acesso ao Lot. Parque Cuiabá)
10. João Faustino Lima – Praeirinho	Gerson Conceição Pires (Av. Rubens de Mendonça – Morada do Ouro)
11. João Pires Modesto JK – N. H. CPA IV, Morada da Serra	José Garcia da Cunha (Av. Benjamim Constant s/nº – Jardim Universitário)
12. Joaquim Francisco de Assis – Jardim Vitória	José Leite de Oliveira (Rua Antônio Dorileo – CoopHEMA)
13. Joelson Castro da Silva – Pascoal Ramos	José Maria de Souza (Av. dos Trabalhadores – Res. Santa Inês)
14. José da Silva Oliveira (Bife) – N. H. CPA II, Morada da Serra	José Meirelles (CPA IV 2ª etapa, Av. E esq. com Av. B, Bairro Morada da Serra)
15. Jubert Araujo Martins (Beto Cuiabano) – Pedregal	Miniestádio do CPA IV, 2ª etapa (Bairro Morada da Serra)
16. Juarez José da Silva – Novo Horizonte	N. H. CPA IV (Av. A, Bairro Morada da Serra)
17. Marcelo Augusto Felipe Ribeiro – Morada do Ouro	Osmar Cabral (Osmar Cabral)
18. Márcio Pedro Brito – Planalto	Parque Massairo Okamura (CPA)
19. João Batista Jaudy – N. H. CPA I, Morada da Serra	Parque Zé Bolo Flô (Coxipó)
20. Oracina Gonçalves de Moraes – Parque Cuiabá	Rod. Palmiro Paes de Barros (acesso ao Lot. Jardim Buriti)
21. Orlando Joaquim dos Santos (Camisa 10) – Tijucal	Rua Barão de Melgaço, esq. com a Av. Miguel Sutil
22. Cláudio Kiesqui – São João Del-Rey	Rua Barão de Melgaço, esq. com a Av. Miguel Sutil
23. Radialista Ivo de Almeida – Residencial Coxipó	
24. Rubens Antunes de Belém – da Lixeira	
25. Rubens dos Santos – N. H. CPA III, Morada da Serra	
26. Rüter Jorge de Carvalho – Três Barras	

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Cidadania, ano 2007, com colaboração das Administrações Regionais Norte, Sul, Leste e Oeste, 2009.

De acordo com os dados do Quadro 56, em vários Bairros da zona urbana de Cuiabá existiam: Ano 2006 - Postos de Orientação de Atividades Físicas (22); Ano 2009: Miniestádios (26).

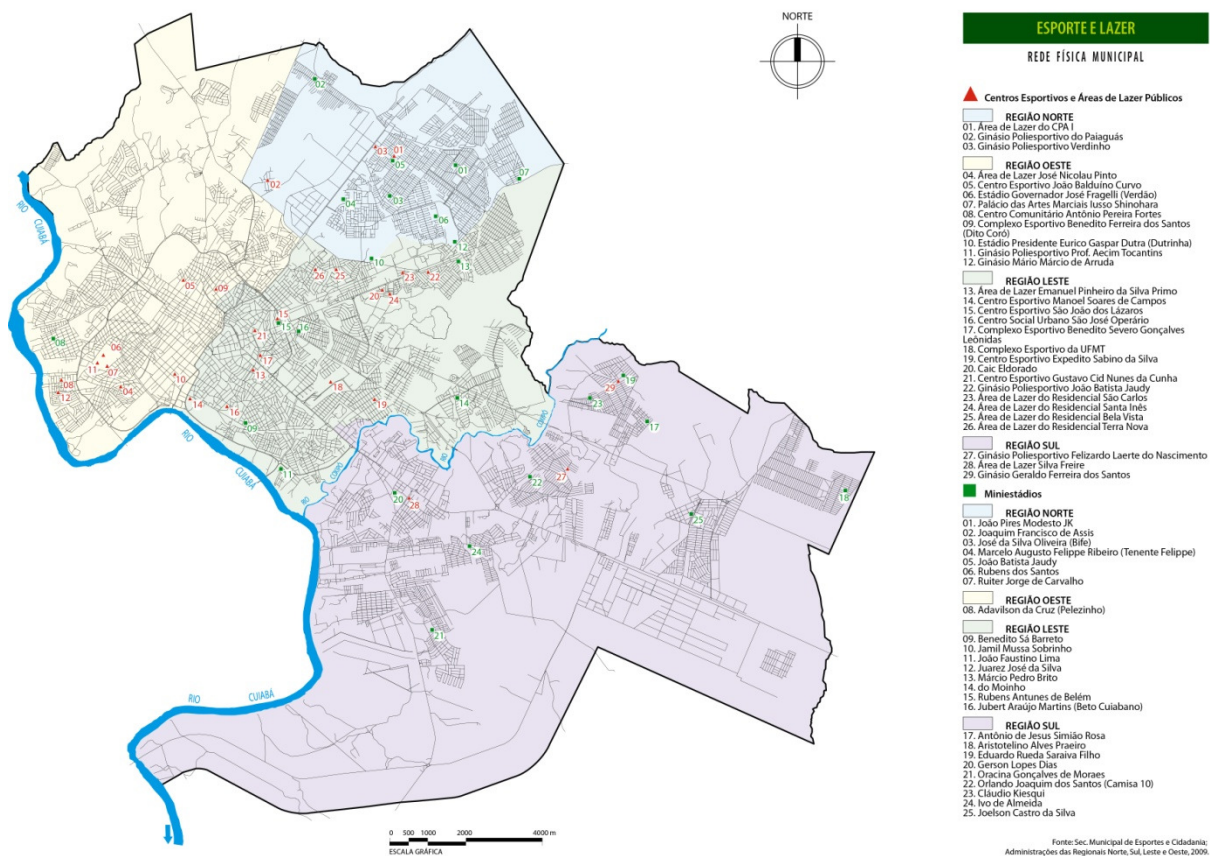


Figura 23: Mapa da Rede Física Municipal – Esporte e Lazer.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.367.

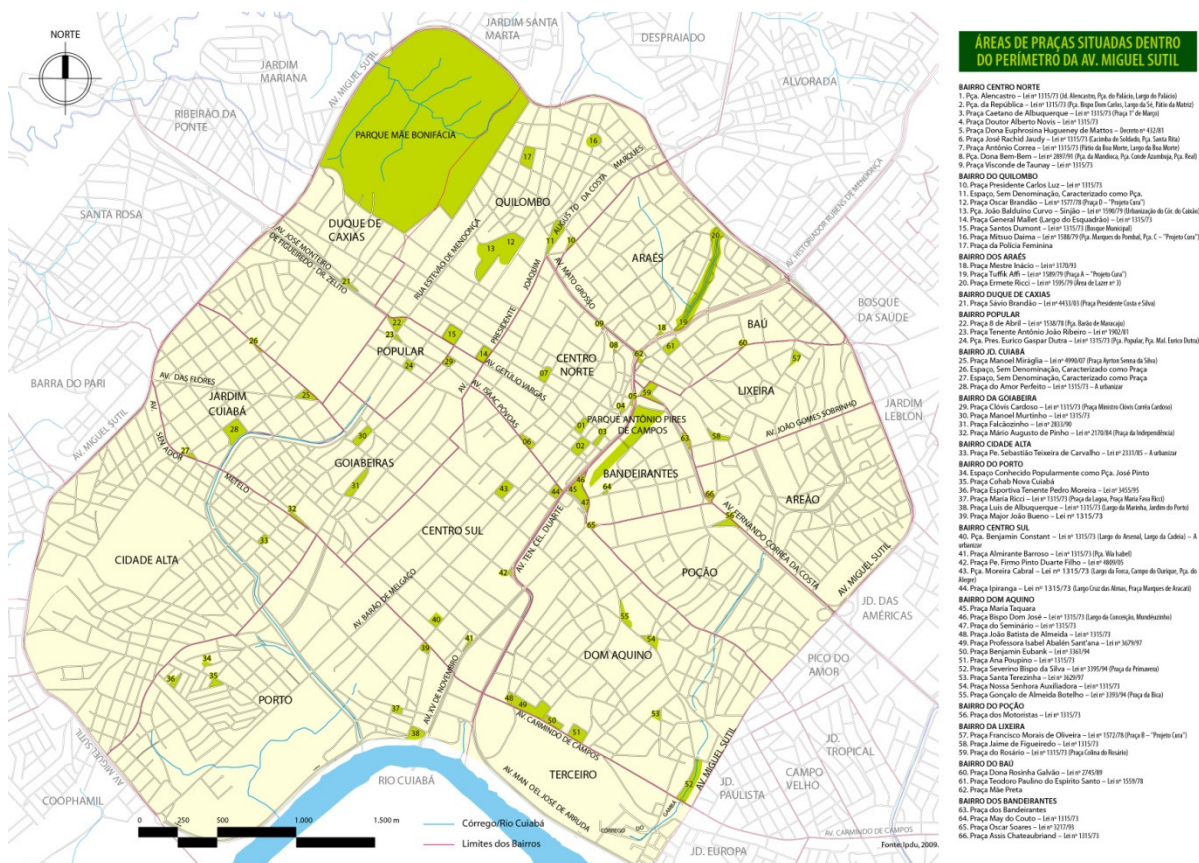


Figura 24: Mapa das Áreas de Praças situadas no Perímetro Urbano da Av. Miguel Sutil.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.369.

De acordo com Cuiabá (2009), as Praças totalizavam 66 áreas situadas no perímetro da Avenida Miguel Sutil e beneficiaram o esporte e lazer nos seguintes Bairros: Centro-Norte, Do Quilombo, Dos Araés, Duque de Caxias, Popular, Jardim Cuiabá, Goiabeiras, Cidade Alta, Do Porto, Centro Sul, Dom Aquino, Do Poção, Da Lixeira, Do Baú, Dos Bandeirantes.



Figura 25: Praça Presidente Eurico Gaspar Dutra, Praça Major João Bueno, Praça 8 de Abril, Praça Emanuel Pinheiro e Coreto da Praça 8 de Abril.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.368.

2.8.5. Assistência Social e Desenvolvimento Humano

Cuiabá (2009) argumenta que, a Política de Assistência Social tem como órgão gestor a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano - SMASDH sendo que pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS reafirma o reordenamento institucional dos entes federativos, efetivados pelo processo participativo e democrático, articulando para a sua construção os seguintes segmentos: Gestores, Conselheiros, Usuários, Entidades Parceiras e Sociedade Civil.

Nesse contexto, Cuiabá (2009) ressalta que, a SMASDH atua para promover a sustentabilidade local adotando os instrumentos e mecanismos necessários para: Eliminar desperdícios; Aumentar a eficiência dos recursos; Potencializar a rede socioassistencial; Elevar a cobertura dos serviços e benefícios; Elevar a qualidade; Humanizar o atendimento. Afirma também que todo esse trabalho, nos diversos tipos de proteção social, está sendo realizado priorizando:

Crianças, adolescentes, idosos, deficientes e famílias carentes, população de rua e em risco social.

Alguns Programas e Projetos realizados pela SMASDH: Albergue Municipal Manuel Miraglia [...], Centro de Referência de Assistência Social – CRAS [...], Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS [...], Casa de Retaguarda Paulo Prado [...], Casa de Amparo Celcita Pinheiro [...], Centro de Convivência para Idosos – CCI [...], Centro da Juventude [...], Padaria Comunitária Leite para Todos [...], Programa Agente Jovem [...], Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI [...], Programa de Reaproveitamento Alimentar [...], Projeto Siminina [...] e Projeto Ser Menino [...] (CUIABÁ, 2009, p.371 e 372).



Figura 26: Mercado Antônio Moisés Nadaf, no Bairro Do Porto.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.376.

2.8.6. Agricultura e Abastecimento Alimentar

De acordo com Cuiabá (2009), o pequeno produtor rural é a razão de ser da Política Municipal para a Produção Primária com o objetivo de elevar o seu estilo de vida para fixá-lo na zona rural através da agricultura familiar como negócio racional e sustentável. Afirma que através de ações, organizando e modernizando os equipamentos públicos de abastecimento e comercialização de Cuiabá, essa Política buscou favorecer a produção local e também de toda a Baixada Cuiabana.

Afirma também que a administração municipal deve utilizar recursos tecnológicos e humanos para superar as barreiras - naturais sociais e políticas - existentes no Município de Cuiabá tais como: Baixa disponibilidade hídrica, a falta de tradição agrícola, problemas da estrutura fundiária. Evidencia que o Município de Cuiabá foi praticamente esquecido porque durante décadas deixou de ser priorizado pelas políticas do Governo Estadual e Federal, por isso deve seguir utilizando as estratégias atuais de fomento para: Silvicultura, Olericultura, Sericicultura, Criação de Caprinos, Ovinos e Pequenos Animais, Agroindustrialização e Dinamização de Módulos de Produção Comunitária.

Argumenta ainda que no Município de Cuiabá para que o produtor da zona rural permaneça vivendo e produzindo no campo com qualidade depende da adequação de equipamentos públicos de comercialização, possibilitando a oferta de alimentos baratos e de qualidade inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM para beneficiar a população urbana, principalmente a de baixa renda. No entanto, para atender às comunidades rurais, a Administração Municipal deve continuar defendendo a: Pequena propriedade e sua ampliação; Produção hortifrutigranjeira e sua industrialização e redução da intermediação desses produtos no mercado consumidor local.

De acordo com Cuiabá (2009), as atuais iniciativas – nas esferas: Federais, Estaduais e Municipais - no fomento agropecuário são: Rede de Colaboração Solidária com recursos do Ministério do Desenvolvimento Econômico e Combate à Fome; Centro Profissionalizante Agroindustrial Familiar – CEPAF; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA relacionada com a ação do Fome Zero; Projeto Casulo; Projeto de Biocombustível Municipal; Hortas Escolares Municipais com participação de: Unidades Escolares (44), Creches (05) e 18 Mil alunos; Projeto Herbário Cuiabano; Patrulha Mecanizada; Energia elétrica de reforma de Etanol e célula combustível financiada pela: ELETRONORTE, UNICAMP e UFMT; Distribuição de Água aos Agricultores para beneficiar 874 famílias; Crédito Rural para assentamento de 491 famílias na zona rural do Município de Cuiabá; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Crédito Fundiário do Governo Federal.

Existe, portanto, uma grande diferença entre as realidades concretas da fome e a sua avaliação de acordo com as médias. Contudo, a comparação da ração média disponível e da quantidade de calorias teoricamente necessárias mostra de agora em diante que a extrema gravidade do problema da fome resulta, numa grande parte, das desigualdades sociais. Uma repartição mais igualitária permite atenuá-la sensivelmente (LACOSTE, 1990, p. 85).

Cuiabá (2009) evidencia que, na cidade de Cuiabá os estabelecimentos públicos de comercialização de alimentos são: Terminal Atacadista de Cuiabá - TAC João Bosco Dutra Pimenta (Bairro Verdão), Mercado Varejista do Porto - MVP Antônio Moisés Nadaf (Bairro Do Porto) e o Mercado Municipal Miguel Sutil - MMMS (Zona Urbana Central de Cuiabá).

Quadro 57: Bancas de Comercialização segundo os Produtos Comercializados nos Mercados Públicos de Cuiabá – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.380.

Nº	Bancas	MVP	TAC	MMMS
1	Verduras, Legumes, Frutas	85	134	2
2	Cereais	33	9	0
3	Lanches	15	36	13
4	Carnes	42	6	6
5	Folhosas	13	40	0
6	Embalagens	2	7	1
7	Queijos e Doces	12	3	0
8	Bananas	3	38	0
9	Confecções	30	3	1
10	Condimentos	8	4	0
11	Pescados	29	1	0
12	Frangos, Aves Abatidas	4	1	0
13	Raízes	1	1	0
14	Produtos Regionais	26	13	0
15	Artesanato	1	0	0

Nº	Bancas	MVP	TAC	MMMS
16	Alho	1	1	0
17	Jornais e Revistas	0	1	0
18	Produto Veterinário	0	0	1
19	Lojas de bolsas	0	0	1
20	Mercearia	0	0	2
21	Utilidades domésticas	0	0	1
22	Chaveiro	0	0	1
23	Papelaria	0	0	1
24	Floricultura	0	0	1
25	Guaraná	0	0	1
26	Espetinhos	1	1	0
27	Total	306	299	32

Fonte: Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Diretoria de Agricultura e Abastecimento.

Obs: MVP – Mercado Varejista do Porto
MMMS – Mercado Municipal Miguel Sutil
TAC – Terminal Atacadista de Cuiabá

Em Cuiabá de acordo com os dados do Quadro 57, no ano de 2007, existiam 637 bancas para a comercialização de diversos produtos – agropecuários agrícolas e industrializados – nos seguintes Mercados Públicos: Terminal Atacadista de Cuiabá - TAC com 299 bancas para: Verduras, Legumes, Frutas e Folhosas; Mercado Varejista do Porto – MPV com 306 bancas para: Pescados, Carnes, Confecções e Produtos Regionais; Mercado Municipal Miguel Sutil - MMMS com 32 bancas para Lanches.

Quadro 58: Feiras Livres – Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.380.

Existem 51 feiras livres em Cuiabá, nos diversos bairros, no período matutino, das 6h às 12h e vespertino/noturno, das 16h às 22h.

Região	Local	Nº de Feiras
Norte	Jardim Florianópolis, Jardim Vitória, Morada do Ouro, N. H. CPA II, N. H. CPA III – Setor II e III, N. H. CPA IV – 5ª Etapa, Primeiro de Março, Residencial Paiaçuás e Três Barras	10
Oeste	Alvorada, Centro-Norte (Praça Antônio Correa – Igreja Boa Morte), Centro-Norte (Praça D. Bem Bem, antiga Conde de Azambuja), Coophamil, Araés, Jardim Colorado, Duque de Caxias e Santa Amália	8
Leste	Barbado, Bela Vista, Boa Esperança, Campo Velho, Areão, Poção (em frente ao Centro Comunitário, duas vezes na semana), Poção (Praça dos Motoristas, duas vezes na semana), Dom Aquino, Planalto, Praelo, Recanto dos Pássaros, Residencial Santa Inês, Residencial São Carlos, Dr. Fábio, Pedregal e Terra Nova	18
Sul	Cohab São Gonçalo, CoopHEMA, Jardim Industrial (duas vezes na semana), Nossa Senhora Aparecida, Nova Esperança, Osmar Cabral (duas vezes na semana), Parque Cuiabá, Pascoal Ramos, Pedra 90, Residencial Coxipó, Tijucal setor IV, Tijucal (lateral da avenida Espigão) e Tijucal Setor II (ponto final do ônibus)	15
Total		51

Fonte: Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Diretoria de Agricultura e Abastecimento.

De acordo com os dados do Quadro 58, no ano de 2007, para o abastecimento do mercado consumidor local existiam 51 Feiras livres em vários Bairros das Regiões Administrativas de Cuiabá: Região Norte (10), Região Sul (15), Região Leste (18) e Região Oeste (08).

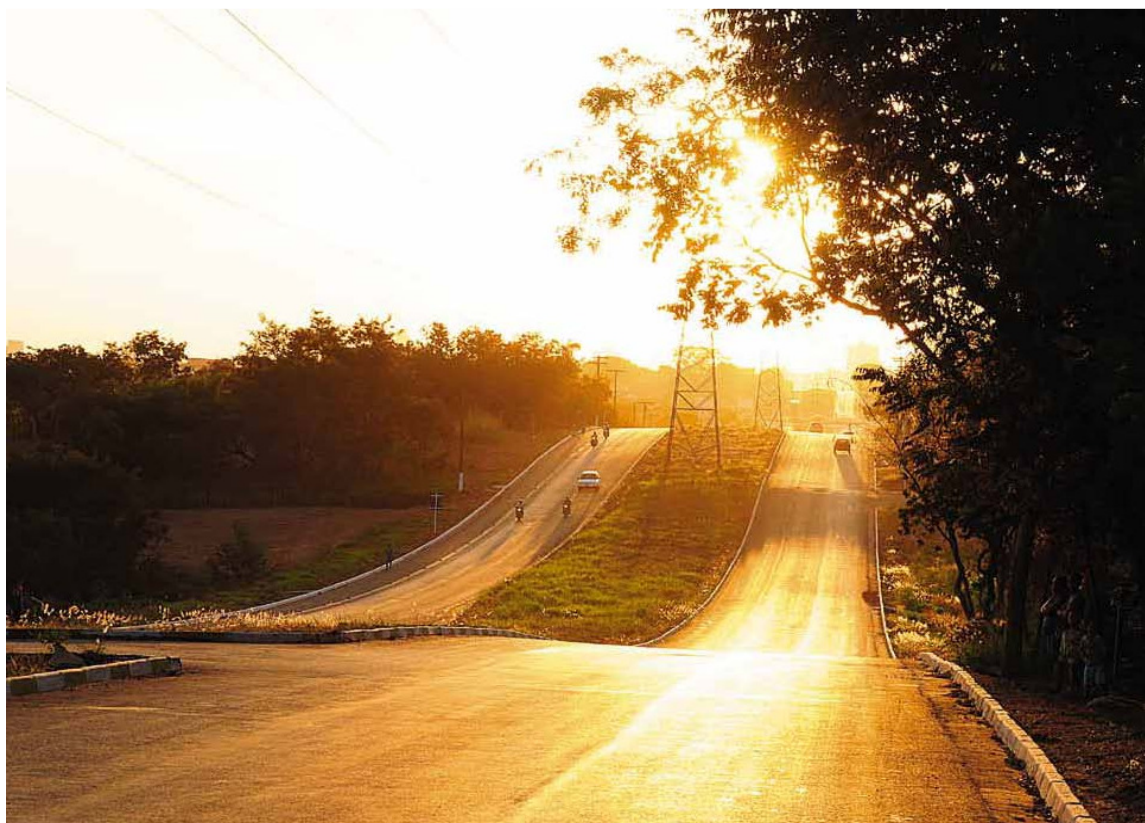


Figura 27: Vista Parcial da Avenida Prof.^a Edna Maria de Albuquerque - Avenida das Torres.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.381.

2.9. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

2.9.1. Transportes

O transporte fluvial através do Rio Cuiabá foi utilizado durante longo período, do século XVIII até metade do século XIX. No entanto, foi apenas a partir do século XX através da alteração das estradas de rodagens e do desenvolvimento do transporte aeroviário que as distâncias foram reduzidas entre Cuiabá e outras cidades brasileiras⁴².

Com a Globalização foram abertas novas oportunidades comerciais mediante Projetos que envolveram diversas esferas governamentais o que beneficiou a integração intermodal de transportes efetivada principalmente pelos modais: Ferroviário, Rodoviário, Hidroviário e Aeroviário. Portanto a cidade de Cuiabá, Centro geodésico da América do Sul, converteu-se em Sede dos negócios consolidados entre Mato Grosso e outros Estados do Centro-Sul brasileiro e também entre os países vizinhos integrantes do Pacto Andino e do MERCOSUL.

Entre os transportes terrestres dominam os ferroviários e os rodoviários. As estradas de ferro no Brasil foram construídas a partir da segunda metade do século passado, ligando as áreas produtoras [...] relacionando a quilometragem das ferrovias com a extensão territorial ou com a população, nunca tivemos uma grande rede ferroviária, em virtude de [...] relevo, a concentração dos produtos de exportação em áreas restritas, próximas ao litoral etc. A construção de grandes rodovias e a ampliação da capacidade de carga dos veículos tornaram a mesma uma grande concorrente e não uma complementadora da ferrovia, fazendo com que [...] os ramais de menor movimento se tornassem deficitários e fossem extintos pelo poder público ou pelas empresas [...] (ANDRADE, 1989, p. 110 e 111).

De acordo com Cuiabá (2009), entre outros Projetos em andamento surgiu a construção da Ferrovia Leste–Oeste, que futuramente deverá ligar a cidade de Cuiabá com as malhas ferroviárias do Triângulo Mineiro e de São Paulo. No entanto, há um Projeto posterior para que essa Ferrovia alcance Porto Velho (RO) e Santarém (PA), onde se integrará à navegação de longo curso pelo Rio Amazonas sendo que a mesma possibilitará também a integração com a Hidrovia Tietê–Paraná, em Aparecida do Taboado (MS), permitindo chegar aos principais mercados do sul do País. Enfatiza também que essa Ferrovia possibilitará ainda o escoamento da

⁴² Ver: Item 2.2.

produção do Centro-Oeste pelos portos de Santos (SP) e Sepetiba (RJ) porque já foram concluídas importantes obras que integram a outras cidades brasileiras tais com: Ponte rodoferroviária do Rio Paraná ligando a cidade de Rubinéia (SP) a Aparecida do Taboado (MS); Subtrecho de Aparecida do Taboado (MS) a Alto Taquari (MT) atualmente com tráfego público liberado.

Mato Grosso encontra-se em via de se tornar o Estado mais aberto aos quatro pontos cardeais, graças principalmente a fantásticos recursos hídricos que lhe garantem o acesso à maior malha hidroviária da América do Sul. Por meio da Hidrovia Paraguai-Paraná, que atravessa a Bolívia, a Argentina, o Paraguai, chegando até Porto Nueva Palmira, no Uruguai, Cuiabá terá acesso ao oceano Atlântico, possibilitando-se redução de 70% no custo do frete (Cuiabá, 2009, p. 384).

Argumenta também que promoverão uma grande integração territorial entre o Brasil e a América hispânica: A Rodovia Federal BR-070 ligando Brasília - DF a Cáceres - MT e a Rodovia Estadual MT- 265 ligando o Brasil e Cuiabá - MT a Bolívia. Sendo que a implementação da infraestrutura existente, especificamente da rede viária do Brasil e da Bolívia, permitirá aos brasileiros o acesso a Região Andina até ao Oceano Pacífico, onde se articulará ao Sistema Rodoviário Panamericano. No entanto, a população dos Países Andinos terá acesso pelo centro do continente ao Sistema Viário Brasileiro até o Oceano Atlântico.

Afirma ainda que a Rodovia Federal BR-163 liga Cuiabá - MT a Santarém - PA cortando o Estado de Mato Grosso de norte a sul, desde a divisa entre o Pará e Mato Grosso até a divisa entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Sendo que após a conclusão da sua pavimentação passará a ter uma grande importância estratégica para o desenvolvimento regional porque reduzirá significativamente os custos na exportação dos produtos e mercadorias através do Porto de Santarém no Rio Tapajós, próximo à confluência com o Rio Amazonas. Assim, os produtos mato-grossenses passarão a ter maior competitividade no mercado consumidor e propiciará a vinda de novos produtores e investidores para a região.

[...] o Brasil está enquadrado na categoria de Estado grande. Ao observar-se o seu sistema viário nota-se [...] deficiência dos meios de comunicação, tanto no plano rodoviário quanto ferroviário. Isso não ocorre apenas em termos quantitativos. Verifica-se igualmente uma má distribuição das estradas [...] concentradas basicamente nas regiões sul e sudeste [...]. O resto do País é desprovido de artérias, constituindo um espaço quase vazio (MIYAMOTO, 1995, p. 149).

Quadro 59: Vias Pavimentadas e Não Pavimentadas – Ano 2005.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.385.

Região	Pavimentada		Não Pavimentada		Total	
	Extensão (m)	Área (m ²)	Extensão (m)	Área (m ²)	Extensão (m)	Área (m ²)
Norte	173.545,00	1.460.609,00	121.209,00	844.904,00	294.754,00	2.305.513,00
Oeste	324.923,00	2.510.112,00	92.521,00	631.127,00	417.444,00	3.141.239,00
Leste	349.108,00	2.619.433,00	185.740,00	1.271.890,00	534.848,00	3.891.323,00
Sul	197.330,00	1.699.615,00	345.507,90	2.431.762,00	542.837,90	4.131.377,30
Total	1.044.906,00	8.289.769,00	744.977,90	5.179.683,00	1.789.883,90	13.469.452,30

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Diretoria de Viação e Obras.
Obs.: Período de levantamento: junho de 2005 a setembro de 2005.

De acordo com os dados do Quadro 59, no ano de 2005, a malha viária nas Regiões Administrativas de Cuiabá estava parcialmente concluída porque totalizava: 1.044.906,00 metros de extensão de vias pavimentadas; 744.977,90 m de vias não pavimentadas. Obviamente ocorreu um déficit de 299.928,10 m de estradas para serem pavimentadas em uma área de 13.469.452,30 m².

Quadro 60: Vias Pavimentadas nos Anos 2006, 2007 e 2008.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.385.

Região	2006		2007		2008	
	Extensão (m)	Área (m ²)	Extensão (m)	Área (m ²)	Extensão (m)	Área (m ²)
Norte	0	0	708,2	4.957,40	8.692,47	59.569,29
Oeste	1.531,40	10.719,80	2.522,60	17.667,20	23.355,81	169.849,70
Leste	778,16	5.447,12	430	3.010,00	22.970,19	170.302,07
Sul	13.275,73	92.932,21	4.695,08	32.865,56	29.081,70	219.459,70
Total	15.585,29	109.099,13	8.355,88	58.500,16	84.100,17	619.180,76

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Diretoria de Viação e Obras.

De acordo com os dados do Quadro 60, no período de 2006 a 2008, totalizou 108.041,34 m de extensão de vias pavimentadas configurando aumento significativo porque: 15.585,29 m (2006) aumentou para 84.100,17 m (2008).

Contextualizando os resultados do Quadro 59 e 60 citados acima concluímos que no período de 2005 a 2008 totalizou: 1.152.947,34 m de extensão de vias pavimentadas. Porém ainda apresentou o déficit de 191.886,76 m de extensão de estradas para serem pavimentadas⁴³ portanto atualmente a malha viária de Cuiabá ainda precisa ser concluída para aperfeiçoar a hierarquização viária.

⁴³ Ver: Quadro 60 e Figura 28.

Nesse contexto, o Município de Cuiabá em meados do século XX os meios de transportes foram importantes para melhorar a qualidade de vida da população na zona rural e urbana porque auxiliou a otimizar: Trabalho, Transporte e Comércio. Sendo que com a construção da Ponte Júlio Müller auxiliou o crescimento da frota de veículos para a modernização principalmente do transporte coletivo urbano⁴⁴.

Portanto, para otimizar os transportes foram construídas várias Pontes de concreto sobre o Rio Cuiabá para ligar o Município de Cuiabá a Várzea Grande dentre as quais destacamos: Sérgio Motta, Júlio Müller e Mário Andreazza.

A duplicação da ponte Mário Andreazza, sobre o Rio Cuiabá, será a primeira obra de mobilidade urbana na Capital mato-grossense para a Copa do Mundo de 2014. [...] o governador Silval Barbosa e o presidente da Agência de Execução dos Projetos para a Copa do Pantanal - AGECPA, Eder Moraes, vão dar a ordem de serviço para a obra. No mesmo Projeto será autorizada a licitação para a duplicação da rodovia Mário Andreazza, da Av. Miguel Sutil, em Cuiabá, até o trevo do Lagarto, em Várzea Grande. A duplicação da ponte deve ficar pronta em até oito meses. A licitação para a duplicação da ponte foi realizada no ano passado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura, por meio da concorrência nº 025/2010. A obra, que custará R\$ 11,5 milhões, será feita pela empresa Atrativa Engenharia Ltda [...] A nova ponte será de concreto pré-moldado e terá uma extensão de 228 metros de largura de 11 metros [...] (JORNAL G1, 2011).

Quadro 61: Frota de Ônibus do Sistema.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.386.

Frota	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Frota total do sistema	323	327	330	330	338	372	369	389
Frota em operação	289	311	306	307	333	330	354	354
Idade média da frota (anos)	4,53	4,3	5,17	5,4	5,42	6,28	4,94	5,15

Fonte: Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, Diretoria de Planejamento – SMTU/Diplan. Ano 2006 e 2007 – Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, Diretoria de Planejamento – SMTU/Diplan.

De acordo com os dados do Quadro 61, durante do período de 2000 a 2007, a frota do Sistema de Transporte Urbano de Cuiabá estava muito antiga, tinha de 4,3 a 6,28 anos de rodagem, e era formada por 2.778 ônibus. Por isso, prestava serviço ineficiente porque operava com apenas 2584 ônibus e um déficit de 194 ônibus.

⁴⁴ Ver: Item 2.2.

Quadro 62: Frota Total de Ônibus e Linhas, por Empresas.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.387.

Empresas	2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Frota	Linhas	Frota	Linhas	Frota	Linhas	Frota	Linhas	Frota	Linhas	Frota	Linhas
Age*	---	---	---	---	62	20	55	17	54	17	---	---
Coxipó*	32	12	31	12	---	---	---	---	---	---	---	---
Maramar*	42	12	42	11	---	---	---	---	---	---	---	---
Norte-Sul	---	---	---	---	31	12	79	16	75	15	102	17
Nova Cuiabá	126	23	125	26	172	36	167	31	170	34	209	45
Princesa do Sol	---	---	---	---	73	13	65	17	70	17	78	19
Rotedali Transp. Urbanos Ltda.*	43	8	39	10	---	---	---	---	---	---	---	---
Sol Bus*	67	16	73	17	---	---	---	---	---	---	---	---
Viação Brasil*	20	8	20	9	---	---	---	---	---	---	---	---
Total	330	79	330	85	338	81	372	81	369	83	389	81

Fonte: Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, Diretoria de Planejamento - SMTU/Diplan.
 Ano 2006 e 2007 - Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, Diretoria de Planejamento - SMTU/Diplan.

Obs.: *Empresas que saíram do sistema.

Os dados do Quadro 62, no período de 2002 a 2007, demonstram que a frota de ônibus do Sistema de Transporte Urbano de Cuiabá era composta por 10 Empresas que operavam com: 2128 ônibus em 490 linhas.

No entanto, no ano de 2007, observamos que ocorreu o monopólio de três empresas – Norte-Sul, Nova Cuiabá e Princesa do Sol - que transportavam passageiros na zona urbana de Cuiabá em 81 linhas.

Quadro 63: Movimento de Passageiros e Ônibus no Terminal Rodoviário de Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.391.

Ano	Passageiros			Ônibus			
	Embarque	Desembarque	Movimento Total	Partidas	Chegadas	Trânsito	Movimento Total
2003	606.000 ⁽²⁾	486.000 ⁽²⁾	1.092.000 ⁽²⁾	66.000 ⁽¹⁾	36.000 ⁽¹⁾	N. I.	102.000 ⁽¹⁾
2004	606.000 ⁽²⁾	492.000 ⁽²⁾	1.098.000 ⁽²⁾	46.620 ⁽¹⁾	40.908 ⁽¹⁾	23.220 ⁽¹⁾	110.748 ⁽¹⁾
2005	612.000 ⁽²⁾	510.000 ⁽²⁾	1.122.000 ⁽²⁾	48.600 ⁽¹⁾	43.200 ⁽¹⁾	23.400 ⁽¹⁾	115.200 ⁽¹⁾
2006	612.000 ⁽²⁾	510.000 ⁽²⁾	1.122.000 ⁽²⁾	48.600 ⁽¹⁾	43.200 ⁽¹⁾	23.400 ⁽¹⁾	115.200 ⁽¹⁾
2007	612.000 ⁽¹⁾	510.000 ⁽¹⁾	1.122.000 ⁽¹⁾	48.600 ⁽¹⁾	43.200 ⁽¹⁾	23.400 ⁽¹⁾	115.200 ⁽¹⁾

Fonte: (1) Servexte Serviços Ltda.

(2) Estimativa DPI/IPDU, com base em informações obtidas na Servexte Serviços Ltda.

De acordo com os dados do Quadro 63, durante o período de 2003 a 2007, no Terminal Rodoviário de Cuiabá ocorreu grande movimento totalizando: 5.556.000 passageiros em 558.348 movimentos dos ônibus.

Quadro 64: Empresas que Operam no Terminal Rodoviário de Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.390.

Empresas Intermunicipais
1. Barratur
2. Expresso Rubi Ltda.
3. Grantur Turismo
4. Real Norte S.A.
5. Sol Nascente
6. Expresso Juara
7. Tut Transportes Ltda.
8. Viação Xavante Ltda.
Empresas Interestaduais
1. Expresso Itamarati
2. Expresso Juara
3. Expresso São Luiz Ltda.
4. Expresso Satélite Norte
5. Gontijo Transportes Ltda.
6. Hélios Coletivos e Cargas Ltda.
7. Real Norte S.A.
8. Rotas de Viação do Triângulo
9. Satélite Transportes
10. Trans Jaó Transportes Ltda.
11. Transportes Andorinha S.A.
12. Tut Transportes Ltda.
13. União Cascavel Transportes e Turismo Ltda.
14. Viação Motta Ltda.
15. Viação Nossa Senhora de Medianeira Ltda.
16. Viação Nova Integração Ltda.
17. Viação Ouro e Prata Ltda.
18. Viação São Luís Ltda.

Fonte: Servexte Serviços Ltda.

Contextualizando os dados dos Quadros 63 e 64 observamos que no Sistema de Transporte Rodoviário no Terminal Rodoviário Eng. Cássio Veiga de Sá a prestação dos serviços eram realizados através de: Empresas Interestaduais (18) e Empresas Intermunicipais (08). Portanto devido ao grande fluxo de passageiros essas Empresas deveriam otimizar a prestação de serviços através de uma frota maior e mais moderna e segura.

Nesse contexto Cuiabá (2009) ressalta que, o transporte rodoviário de Cuiabá estava sendo realizado através do Terminal Rodoviário de Cuiabá Eng. Cássio Veiga de Sá construído há 32 anos na Av. República do Líbano, Bairro Alvorada com 21.000 m² de área construída e 12.935 m² de área coberta. O partido arquitetônico em três níveis, adaptado à topografia do terreno, permite aos usuários

locomoção rápida e fácil; outra de suas notáveis características está nos amplos espaços abertos, naturalmente muito ventilados em função da ausência de paredes, o que garante conforto térmico mesmo nas altas temperaturas da Cidade⁴⁵.

Quadro 65: Frota de Veículos do Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande, Relação da Frota do Aglomerado com a Frota do Estado.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.392.

Frota	Cuiabá	Várzea Grande	Aglomerado Cuiabá/Várzea Grande	Mato Grosso	Aglomerado Cuiabá/Várzea Grande em Relação ao Estado (%)
2000	144.690	33.331	178.021	444.752	40,03
2001	153.498	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.
2002	161.015	42.164	203.179	546.949	37,15
2003	168.788	47.272	216.060	605.961	35,66
2004	165.767	50.262	216.029	646.187	33,43
2005	180.238	56.802	237.040	711.243	33,33
2006	192.253	62.209	254.462	766.714	33,19
2007	208.726	69.172	277.898	851.630	32,63

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública, Departamento Estadual de Trânsito - Detran/MT.

Os dados do Quadro 65 demonstram que durante o período de 2000 a 2007, a frota de veículos no Aglomerado Urbano Cuiabá - Várzea Grande em relação à frota do Estado de Mato Grosso apresentou as seguintes características: Crescimento rápido que totalizou 1.582.689 veículos; Frota pequena em relação à frota do Estado que totalizou 4.173.436 veículos e diminuiu de 40,03% (2002) para 32,63% (2007); Apresentou déficit de 2.590.747 veículos.

Contextualizando todas as informações anteriores - Vias pavimentadas e não pavimentadas; Grande fluxo de passageiros e ônibus no Terminal Rodoviário de Cuiabá com frota antiga e poucas Empresas de ônibus operavam nas linhas urbanas e Terminal Rodoviário de Cuiabá - concluímos que o Sistema de Transporte Urbano de Cuiabá apresentou as características negativas: Deficitário e problemático o que ocasionou a consolidação de um trânsito muito perigoso e inseguro com aumento de acidentes com vítimas fatais.

Nesse contexto, atualmente em decorrência da Globalização e evolução recente do uso do território e dos problemas ambientais em Cuiabá o Sistema de Transporte Urbano de Cuiabá permanece com as mesmas características citadas anteriormente. Portanto será necessário realizar a gestão adequada do trânsito para

⁴⁵ Ver: Itens 2.2 e 2.3.

diminuir acidentes com vítimas fatais resolvendo principalmente os seguintes problemas: Contínuo crescimento da frota de veículos no Aglomerado Urbano Cuiabá - Várzea Grande; Deficiência estrutural da malha viária urbana antiga e/ou parcialmente concluída; Intensificação da circulação de veículos com congestionamentos frequentes principalmente na área central da cidade de Cuiabá⁴⁶.

A cidade, o Meio Ambiente urbano construído, é inserida na paisagem geográfica irrequieta do capital e especificada como parte de uma espacialização societária complexa e cheia de contradições, que ao mesmo tempo favorece e inibe, fornece um novo espaço e aprisiona, oferece soluções, mas logo acena para ser destruída. A história do Capitalismo, da urbanização e da industrialização, da crise e da reestruturação, da acumulação e da luta de classes torna-se, necessária e centralmente, uma Geografia histórica localizada (SOJA, 1993, p.127).

Quadro 66: Movimento Aeroviário no Aeroporto Marechal Rondon – Aeronaves e Passageiros.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.395.

Ano	Passageiros				Aeronaves		
	Embarque	Desembarque	Trânsito/Conexão	Movimento Total	Pousos	Decolagens	Movimento Total
2000	264.839	260.215	...	525.054	18.828	18.853	37.681
2001	288.112	285.174	85.093	658.379	17.960	17.984	35.944
2002	353.049	358.455	86.736	798.240	19.200	19.206	38.406
2003	316.164	307.702	29.644	653.510	17.529	17.536	35.065
2004	350.095	345.146	26.914	722.155	18.056	18.059	36.115
2005	426.693	424.338	41.257	892.288	18.679	18.675	37.354
2006	461.052	452.849	37.647	951.548	19.041	19.046	38.087
2007	562.357	586.960	113.423	1.262.740	21.117	21.120	42.237

Fonte: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Os dados do Quadro 66, no período de 2000 a 2007, demonstram que no Aeroporto Internacional Marechal Rondon os voos nacionais e internacionais totalizou um grande trânsito de: 6.463.914 Milhões de passageiros em 258.652 Mil movimentos de aeronaves.

⁴⁶ Ver: Quadros 59 a 64 e Figuras 28 e 29.

Quadro 67: Movimentos Aeroviários no Aeroporto Marechal Rondon, segundo a Categoria.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.395.

Ano	Passageiros						Aeronaves			
	Doméstico			Internacional			Doméstico		Internacional	
	Embarque	Desembarque	Trânsito/ Conexão	Embarque	Desembarque	Trânsito/ Conexão	Pousos	Decolagem	Pousos	Decolagem
2000	264.540	259.916	..	299	299	..	18.734	18.759	94	94
2001	287.927	284.989	85.093	185	185	..	17.912	17.936	48	48
2002	352.819	358.225	86.736	230	230	..	19.144	19.150	56	56
2003	315.990	307.528	29.644	174	174	..	17.479	17.486	50	50
2004	349.884	344.940	26.914	211	206	..	17.992	17.995	64	64
2005	427.249	423.935	41.068	292	292	179	17.395	17.391	77	77
2006	460.843	452.640	37.647	209	209	-	18.978	18.983	63	63
2007	562.033	586.636	113.423	324	324	-	21.025	21.028	92	92

Fonte: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

De acordo com os dados do Quadro 67, no período de 2000 a 2007, no Aeroporto Marechal Rondon predominou grande trânsito de passageiros em voos domésticos porque os movimentos aeroviários por categoria totalizaram: 6.460.619 Milhões de passageiros em 297.387 Mil movimentos de aeronaves em voos domésticos; 4.022 Mil passageiros em 1.088 Mil movimentos de aeronaves em voos internacionais.

Quadro 68: Movimento Aeroviário no Aeroporto Marechal Rondon – Cargas e Correio.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.395.

Ano	Cargas			Correios		
	Embarque	Desembarque	Trânsito	Embarque	Desembarque	Trânsito
2000	1.639.104	3.275.805	246.397	884.716	1.903.329	891.747
2001	2.044.316	3.911.415	253.255	870.762	1.754.078	1.899.788
2002	1.936.405	3.165.755	475.730	801.686	2.015.952	1.662.932
2003	1.267.149	3.016.686	991.329	670.429	2.088.318	1.966.986
2004	1.190.625	3.377.978	1.399.827	802.373	2.275.002	1.933.092
2005	817.921	2.671.557	589.121	896.052	2.674.542	2.371.955
2006	758.294	2.592.516	108.209	921.941	2.493.156	2.393.617
2007	885.629	2.887.546	122.848	1.213.746	2.578.215	2.529.019

Fonte: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

De acordo com os dados do Quadro 68, no período de 2000 a 2007, no Aeroporto Marechal Rondon os movimentos aeroviários totalizaram: Com predominância de 39.292.063 Milhões de Correios seguidos de 37.586.307 Milhões de cargas.

Nesse contexto enfatizamos que o transporte aeroviário de Cuiabá sempre foi realizado pelo Aeroporto Internacional Marechal Rondon localizado no Município de Várzea Grande ocupando uma área de 726 ha onde passou a operar com os terminais de carga distribuídos pelas áreas aeroportuárias: Norte - Terminais

de cargas das empresas aéreas; Sul - Terminais de cargas da Infraero. Porém para ser ampliado e modernizado foram reformados gradativamente os seguintes espaços: Terminal de passageiros; Pavimento térreo e superior.

A qualidade do serviço pode determinar as vantagens relativas de localização de um determinado aeroporto ou suas redondezas. [...] Muitos aeroportos em todo o mundo já estão transformando-se atualmente, para [...] a próxima geração de aviões a jato maiores [...] Qualquer aeroporto que não [...] providencie essa ampliação encontrar-se-á ultrapassado [...]. Por outras palavras, a vantagem concedida a uma localidade pelo transporte aéreo poderá, através de mudanças técnicas, provar ser tão transitória quanto a que, outrora, era concedida pela margem do canal ou do Rio (PATERSON, 1975, p. 129. “Tradução Nossa”).

De acordo com Cuiabá (2009), o Aeroporto Internacional Marechal Rondon, durante o ano de 2007, em relação ao movimento dos demais Aeroportos Internacionais do Brasil ocupou a seguinte classificação: 20ª posição quanto ao movimento de aeronaves e cargas; 18ª posição em relação ao movimento de passageiros e a 11ª posição em mala postal. Sendo que nesse período operavam as seguintes Companhias Aéreas: Regionais – CRUISER (Atualmente falida ou inoperante), Passaredo e TRIP; Nacionais – OceanAir (Redirecionada como AVIANCA BRASIL), GOL e TAM; Também 09 linhas de Táxi Aéreo.

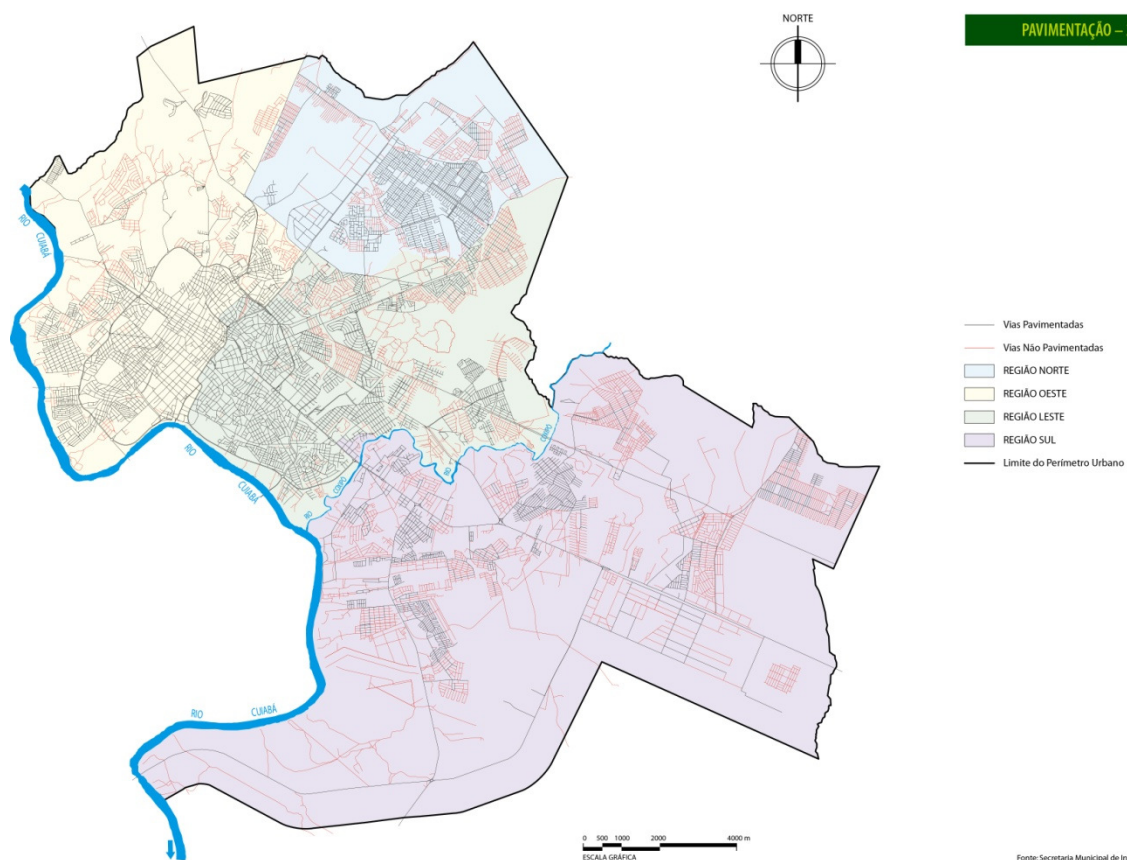


Figura 28: Mapa sobre Pavimentação de Cuiabá - 2008.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.397.

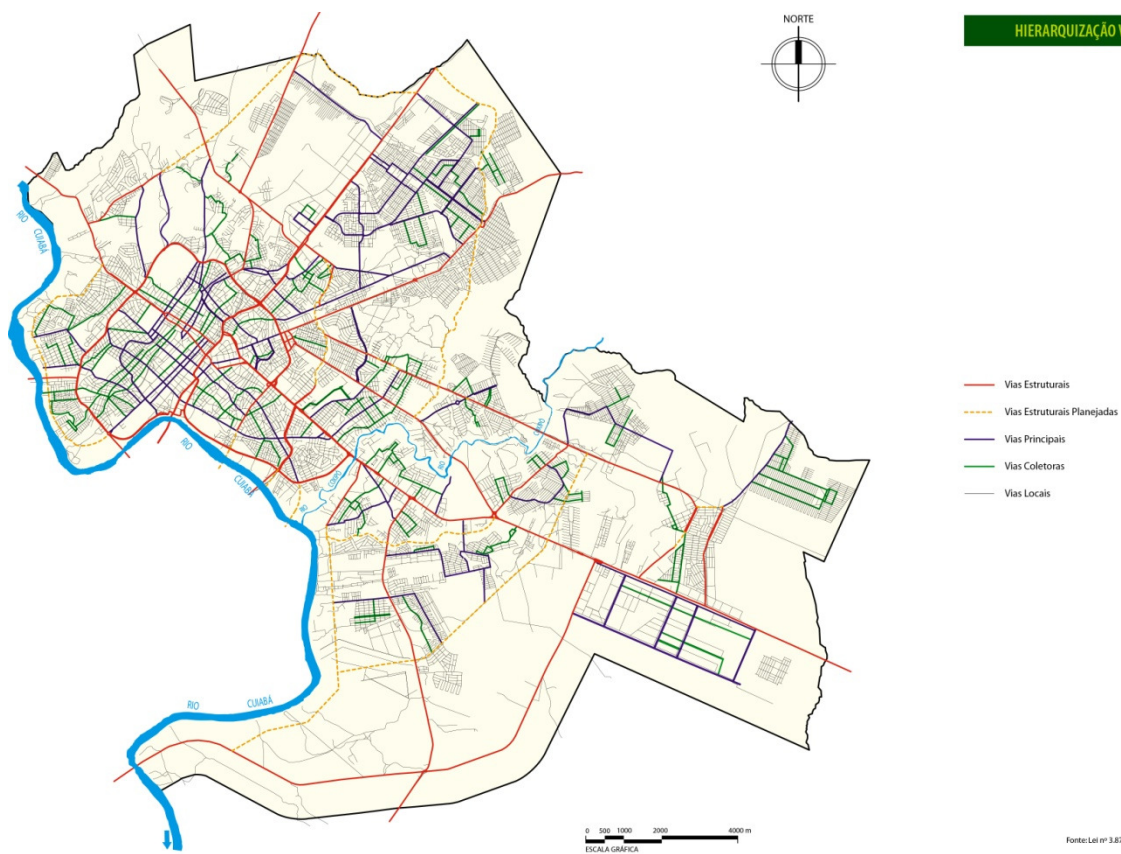


Figura 29: Mapa da Hierarquização Viária de Cuiabá.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.399.



Figura 30: Vista parcial de Cuiabá.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.400.

2.9.2. Comunicação

Com o advento da Terceira Revolução Industrial Técnico-Científica, as Telecomunicações contribuíram para transformar o nosso Planeta em “Aldeia Global”, devido ao rápido processo de informatização das sociedades contemporâneas. Portanto no Estado de Mato Grosso as Telecomunicações também passaram a ter importância estratégica na otimização da infraestrutura urbana das cidades para otimizar o desenvolvimento econômico e também como fonte indutora de investimentos empresariais.

Nesse contexto, atualmente em Mato Grosso 04 Empresas prestam serviços de telefonia celular: VIVO (até 2003 era operada pela TELEMAT Celular), CLARO (até 2003 operada pela AMERICEL), TIM Celular Centro-Sul S.A e BRASIL TELECOM. No entanto, a empresa BRASIL TELECOM passou a ser a detentora exclusiva da concessão, devido à conclusão do processo de privatização das Telecomunicações, para a prestação do serviço telefônico fixo comutado em Mato Grosso até o final de 2000, quando entrou em operação a empresa GVT.

Quadro 69: Tráfego Postal nas Agências de Correios de Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.404.

Tráfego Postal	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de Objetos	46.728.000	45.937.655	43.900.272	71.071.000	53.977.000	66.088.330	79.667.874

Fonte: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo - ECT.

De acordo com os dados do Quadro 69, no período de 2001 a 2007, nas Agências de Correios de Cuiabá o tráfego postal totalizou: 367.370.131 Milhões de objetos.

Cuiabá (2009) afirma que, no período de 2004 a 2006, os Estados brasileiros que possuíram maior fluxo de carga importada e exportada nas Agências de Correios de Cuiabá foram: São Paulo em primeiro lugar; Seguido de: Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Mato grosso do Sul e Minas Gerais.

Quadro 70: Unidades de Atendimento dos Correios em Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.403.

Unidades	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Agências próprias	10	10	10	10	11	13
Agências franqueadas	12	12	12	12	12	12
Caixas de coleta	93	94	96	80	58	57
Agência de Correios Comunitárias - AGC	0	0	0	1	2	1

Fonte: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo - ECT.

De acordo com os dados do Quadro 70, no período de 2002 a 2007 os Correios em Cuiabá mantiveram as Unidades de Atendimento com as seguintes características: Agências próprias com aumento progressivo de 10 (2002 a 2005) para 13 (2007); Estabilidade de 12 Agências franqueadas (2002 a 2007); Caixas de coleta com diminuição progressiva de 93 (2002) para 57 (2007); Aumento das Agências próprias; Surgimento tardio de 01 Agência de Correios Comunitária - AGC (2005) com instabilidade progressiva de 02 (2006) para 01 (2007).

Quadro 71: Relação das Estações Radiofônicas com Radiodifusão: OM, OT, FM e Comunitária – Ano 2008.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.406.

a) Radiodifusão Sonora em Ondas Médias

Frequência (kHz)	Prefixo	Entidade	Endereço	Serviços	Outorga
590,0	ZY420	Sociedade Rádio Vila Real Ltda. (Gazeta)	Rua Profª. Teresa Lobo, nº 30, Conçil, Bairro Alvorada	OM	1.978
630,0	ZY1384	Fundação Bom Jesus de Cuiabá (Difusora)	Praça do Seminário, nº 239, Dom Aquino	OM	1.985
1.160,0	ZY1385	Rádio a Voz do Oeste Ltda. (Portal da Amazônia)	Rua Q, Quadra 07, Casa 8, Miguel Sutil	OM	1.985
710,0	ZY1386	Rádio Cultura de Cuiabá Ltda.	Rua Joaquim Murтинho, nº 1456, Bairro do Porto	OM	1.984

b) Radiodifusão Sonora em Onda Tropical

Frequência (kHz)	Prefixo	Entidade	Endereço	Serviços	Outorga
5.015,0	ZYF903	Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. (Rádio Brasil Tropical)	Rua Joaquim Murтинho, nº 1456, Bairro do Porto	OT	1.986
4.775,0	ZYF902	Rádio Portal da Amazônia Ltda.	Rua Ten. Alcides Duarte de Souza, Bairro Duque de Caxias	OT	1.986

c) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Frequência (MHz)	Prefixo	Canal	Entidade	Endereço	Serviços	Outorga
89,5	ZYL660	208	Rádio Club de Cuiabá Ltda.	Rua Mal. Deodoro, nº 504, Bairro do Quilombo		
94,3	ZYC922	232	Rádio Cidade de Cuiabá Ltda.	Rua Profª. Teresa Lobo, nº 319, Conçil, Bairro Alvorada	FM	1.984
95,9	ZYC910	240	Rádio Cuiabana de Melodias Ltda.	Rua Menna Gonçalves, s/nº, Qda. 119, Boa Esperança	FM	1.986
99,1	ZYT652	256	Sistema Lagueado de Comunicação Ltda.	Rua Mal. Deodoro, nº 504	FM	
99,9	ZYC919	260	Rádio Real FM Ltda. (Gazeta)	Rua Profª. Teresa Lobo, nº 30, Alvorada	FM	1.981
101,1	ZYC929	266	Televisão Cidade Verde S.A. (Band Fm)	Av. Arquimedes Pereira Lima, s/nº, Jd. Itália	FM	1.990
101,9	ZYC918	270	Rádio Capital FM Ltda. EPP	Av. Isaac Póvoas, 1331, Ed. Milão, 1º andar	FM	1.984
107,9	ZYT640	300E	Fundação Cantares de Salomão (Rádio Evangélica Educativa O Nazareno)	Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3500, Paiaçuás	FM	N.L.

d) Radiodifusão Comunitária

Frequência (kHz)	Prefixo	Canal	Entidade	Endereço	Serviços	Outorga
105,9	ZYC957	290	Assoc. Beneficente Comunitária ABC – Shalon	Av. Arnaldo Addor, s/nº, Coophamil	FM	2000
105,9	ZYT645	290	Assoc. Com. Cuiabana para Cultura e Defesa Ambiental	Rua Galdino Pimentel, nº 14, 9º andar, S. 92, Centro-Norte	FM	N.L.
105,9	ZYX654	290	Associação Movimento Rádio Comunitária do CPA IV e Região Independente FM	Rua 94, Qda. 120, nº 6, CPA IV	N.L.	N.L.
	ZYT677	290	Assoc. Movimento Rádio Comunitária Rádio Educativa Fm de Cuiabá-MT	Praça Cultural do CPA II, esquina com Rua Bahia	FM	N.L.

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Disponível em <http://www.sistemas.anatel.gov.br>. Acesso em 21 out. 2008.

Em Cuiabá de acordo com os dados do Quadro 71, no ano de 2008, totalizavam 18 Estações Radiofônicas com radiodifusão sonora: OM (04), OT (02), FM (08) e Comunitárias (04).

De acordo com Cuiabá (2009), foram instaladas as seguintes Emissoras e Retransmissoras de Televisão em Cuiabá: 1ª Estação - TV Centro - América, Canal 4, com programação da Rede Globo de Televisão; 2ª Emissora - TV Brasil Oeste com programação da TV Bandeirantes; 3ª Emissora - TV Cidade Verde com programação do SBT e a 4ª Emissora - TV Gazeta com programação da TV Record.

Sendo que essas Emissoras transmitem programação de outras localidades e também produzem programação regional.

Quadro 72: Relação das Entidades Geradoras e Retransmissoras de Televisão – Ano 2008.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.408.

Canal	Prefixo	Entidade	Endereço	Serviços	Outorga
02	...	Fundação Universidade Fed. de Mato Grosso (TVE)	Av. Fernando Correa da Costa, UFMT	Retransmissora	1988
04	ZYA941	Televisão Centro América Ltda. (TV Globo)	Rua Mal. Deodoro, nº 504, Bairro do Quilombo	Geradora	1981
05	...	Televisão Rondon Ltda. (Rede TV)	Rua Jiboia, nº 23, Alvorada	Retransmissora	1991
08	ZYA943	Rádio e Televisão Brasil Oeste Ltda. (TV Band)	Rua Jiboia, nº 23, Alvorada	Geradora	1975
10	ZYQ722	TV Gazeta Ltda. (TV Record)	Rua Profª. Teresa Lobo, nº 30, Alvorada	Geradora	1985
12	ZYQ721	Televisão Cidade Verde S.A. (SBT)	Av. Archimedes Pereira Lima, s/nº, Jardim Itália	Geradora	1988
17	...	Televisão Nova Amazônia Ltda.	Rodovia Palmiro Paes de Barros, Km 7,5	Retransmissora	...
19	...	Fundação Casper Líbero	Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Bosque da Saúde	Retransmissora	...
22	ZYA949	Pantanal Som e Imagem Ltda.	Av. São Sebastião, 3257, Sala B, Bairro do Quilombo	Geradora	...
25	...	Abril Radiodifusão S. A.	Lote 6, Qda. D-1, 1ª etapa	Retransmissora	...
27	...	Rede Mundial Rádio e Televisão Ltda. (CNT)	Praça Jaime de Figueiredo, 20, Jardim Guanabara	Retransmissora	1993
33	...	Fundação João Paulo II	Rua das Orquídeas, s/nº, Bosque da Saúde	Retransmissora	...
47	...	RVO A Voz do Oeste Comunicações Ltda.	Av. Historiador Rubens de Mendonça, s/nº	Retransmissora	...

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Disponível em: <http://www.sistemas.anatel.gov.br> Acesso em: 21 out. 2008.

Em Cuiabá de acordo com os dados do Quadro 72, no ano de 2008, totalizavam 13 Entidades de TV: 08 Retransmissoras (Canais: 2, 5, 17, 19, 25, 27, 33 e 47) e 05 Geradoras (Canais: 4, 8, 10, 12 e 22).

Quadro 73: Relação das Concessionárias do Serviço de Televisão por Assinatura em Cuiabá – Ano 2008.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.408.

Prestadora	Tecnologia
A. Telecom S.A.	DTH
Acom TV S.A.	MMDS
DTCOM DIRECT to Company S.A.	DTH
DTH Interactive Telecomunicações Ltda.	DTH
Galaxy Brasil Ltda (Directv)	DTH
Multicabo Televisão Ltda – Cabo Mais	TV a Cabo
Rádio e Televisão Modelo Paulista Ltda	DTH
Rádio TV do Amazonas Ltda.	DTH
Sky Brasil Serviços Ltda	DTH
Star Sat Comunicações S.A.	DTH
Tectelcom Técnica em Telecomunicações Ltda.	DTH

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Obs.: DTH – Serviço de distribuição de sinais de televisão de áudio por assinatura via satélite.

MMDS – Serviço de distribuição de sinais multiponto multicanais.

Cabo – Serviço de distribuição de sinais de vídeo e/ou de áudio, por assinatura, por meios físicos.

Em Cuiabá de acordo com os dados do Quadro 73, no ano de 2008, totalizaram: 11 Concessionárias do Serviço de TV por Assinatura - 09 com transmissão digital DTH, 01 com tecnologia de MMDS ou Cabo Wireless e 01 com tecnologia a Cabo.

Quadro 74: Relação de Jornais e Tiragem, Classificados de Acordo com a Periodicidade – Ano 2006.
 Fonte: Cuiabá, 2009, p.410.

Periodicidade Diária	
Nome	Tiragem
A Gazeta	18.000
Folha do Estado	18.000
Jornal Página Única	3.000
Diário de Cuiabá *	16.000
Total	55.000
Periodicidade Quinzenal	
Nome	Tiragem
Jornal da Cidade	2.500
Jornal A Crítica	1.800
Total	4.300
Periodicidade Semanal	
Nome	Tiragem
Jornal do Ônibus	2.000
Jornal O Estadão MT	2.800
Jornal Informe Geral	2.000
Jornal Circuito Mato Grosso	2.500
Jornal Mato Grosso Popular	6.000
Jornal Esportivo	1.500
Jornal Meninos de Rua	2.500
Jornal Folha do Povo	2.500
Jornal da PM	2.000
Jornal Folha do Coxipó	2.000
Jornal Correio da Semana	2.200
Jornal Folha do CPA	2.000
Jornal Extra	2.200
Jornal a Tribuna do Norte	2.000
Jornal Página 12	4.000
Jornal MT.COM	1.800
Jornal A Tribuna da Cidade	3.800
Total	43.800

Periodicidade Mensal	
Nome	Tiragem
Jornal Condomínio News	2.000
Jornal Rosa Choque	3.000
Jornal CRM (C.R. de Medicina)	3.500
Jornal Bastidores do Poder	1.800
Jornal Folha da Capital	1.900
Jornal Folha Comunitária I	1.800
Jornal Ação e Comunidade	3.000
Jornal da OAB	3.000
Total	20.000
Oficiais	
Nome	
Diário Oficial do Estado de Mato Grosso	
Gazeta Municipal	

Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso 2007, v. 29. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br>>.

Obs.: * periodicidade diária, exceto às segundas-feiras.

Em Cuiabá, de acordo com os dados do Quadro 74 no ano de 2006, totalizaram 33 Jornais com a seguinte periodicidade: 04 Jornais com 55.000 tiragens diárias monopolizaram o mercado consumidor; 17 Jornais com 43.800 tiragens semanais; 02 Jornais com 4.300 tiragens quinzenais; e 08 Jornais com 20.000 tiragens mensais e 02 Jornais Oficiais.

Cuiabá (2009) ressalta que, no ano de 2006, no Município de Cuiabá (Ver: Figura 9) circularam: 04 Jornais privados diários; 02 Jornais Oficiais e outros Jornais de diversa periodicidade; 02 Revistas de publicação mensal: RDM Revista de Mato Grosso e Ótima S/A com notícias regionais. No entanto em 2008, circularam: 03 Jornais privados de circulação diária; 02 Jornais Oficiais e semanários dentre outros; 02 Revistas: Camalote RDM Revista de Mato Grosso e Ótima S/A com artigos e matérias sobre o Estado de Mato Grosso.

Ressalta também que, os jornais passaram a ser editorados com tecnologia digital também na Rede Múndi sendo que o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso teve sua primeira edição eletrônica em 2006 juntamente com a edição escrita. No entanto, a Gazeta Municipal passou a ser disponibilizada em meio digital no ano de 2007 e a partir de 21 de março de 2008 o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso também passou a ser disponibilizado pela Internet.

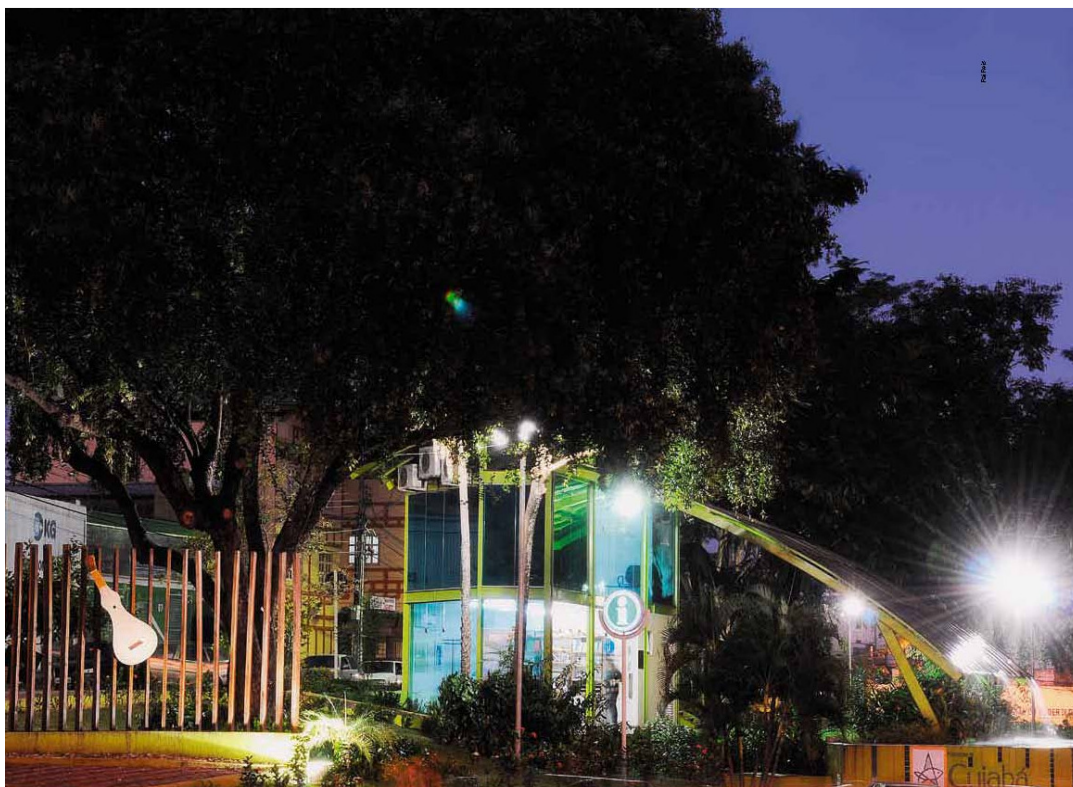


Figura 31: Centro de Atendimento ao Turista Ezequiel José Roberto.
Fonte: Cuiabá, 2009, p.412.

2.9.3. Energia Elétrica

O Governo do Estado de Mato Grosso para dar continuidade à formação da infraestrutura energética inaugurou em dezembro de 2000, o complexo da Usina Hidroelétrica de Manso integrado por 04 unidades geradoras de energia, porém com o funcionamento de somente uma delas⁴⁷.

O Gasoduto Bolívia-Brasil com capacidade de transportar 30 milhões de metros cúbicos de gás por dia - equivalente à metade do atual consumo brasileiro - ocasionou um aumento expressivo na oferta nacional de gás natural. Este aumento foi ainda mais acelerado depois do apagão elétrico vivido pelo Brasil em 2001 e 2002, quando o Governo Federal optou por reduzir a participação das hidrelétricas na matriz energética brasileira e aumentar a participação das termoeletricas movidas à gás natural.

⁴⁷ Ver: Item 2.2.

Por isso, o Gasoduto Bolívia – Mato Grosso possui atualmente 02 empresas responsáveis pelo transporte do gás natural: Gás Oriente na Bolívia e a Gás Ocidente em Mato Grosso. O Gasoduto chegou a abastecer a Usina Termoelétrica de Cuiabá, localizada na Rodovia dos Imigrantes, capaz de gerar 480 MW, sendo que juntamente com a Usina Hidroelétrica de Manso transformou Mato Grosso em Estado superavitário na produção energética⁴⁸.

A Gasocidente do Mato Grosso Ltda. - GOM foi estabelecida [...] para construir e operar o Gasoduto Bolívia - Mato Grosso e para transporte de gás natural da Bolívia para o Estado de Mato Grosso / Brasil. É a empresa responsável pelo lado brasileiro do gasoduto - seção San Matias / Cuiabá -, que alimenta a Usina Termelétrica Gov. Mário Covas, localizada em Cuiabá. A construção do gasoduto foi iniciada no segundo semestre de 1999 e concluída em junho de 2001. Sua inauguração foi realizada em 7 de março de 2002 e, desde então, o gasoduto se encontra em operação, transportando em média 2 milhões de metros cúbicos de gás por dia. São acionistas da GasOcidente as empresas Prisma Energy e Shell Gas LatinAmerica. O Projeto Integrado Cuiabá compreende a construção e operação de dois empreendimentos: um gasoduto com 642 quilômetros de extensão, ligando San Matias (Bolívia) à Cuiabá (Brasil) e uma Usina Termelétrica com capacidade para gerar 480 MW de energia em Cuiabá. O desenvolvimento deste Projeto é essencial para a criação de uma infraestrutura energética na região e para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso. O Projeto Integrado Cuiabá é resultado do trabalho da Prisma Energy e da Shell Gas Latin America B.V. e foi desenvolvido com forte apoio e estreita cooperação entre os governos boliviano, argentino e brasileiro. Com investimentos da ordem de US\$ 700 milhões, ele é visto como um Projeto Modelo para a integração econômica do Mercosul, demonstrando que é possível haver desenvolvimento econômico caminhando lado a lado com um sistema de gestão ambiental que visa a melhoria contínua (GASOCIDENTE, 2007).

Nesse contexto, o Governo Estadual também criou em julho de 2003 a MT GÁS - Companhia Mato-grossense de Gás após buscar parceria com empresas privadas para realizar a construção do Gasoduto Bolívia - Mato Grosso que passou a fazer parte do Projeto Integrado de Energia de Cuiabá - com o objetivo de oferecer alternativa energética viável e competitiva para possibilitar a redução dos custos do gás canalizado quando iniciou a realizar a distribuição de gás natural canalizado para uso: Comercial, industrial, residencial e automotivo ou veicular.

[...] MT GÁS é uma sociedade anônima de economia mista e capital fechado, fundada em 25/11/2003 por força da Lei 7.939/03 e Decreto 1.760/03, que tem como atividade a exploração no Estado do Mato Grosso, com exclusividade, do serviço público de distribuição de gás natural ou manufaturado canalizado, extensivo na exploração de outras formas de distribuição, de produção própria ou de terceiros para uso comercial,

⁴⁸ Ver: Item 2.2.

industrial, residencial, automotivo, em geração termelétrica ou outras formas econômicas (DIÁRIO OFICIAL DE MT, 2011, p 85).

Porém, a partir de 2005 diante da mudança da política do Governo boliviano com relação à exploração do gás natural encontrado no subsolo através de jazidas de petróleo, o Estado de Mato Grosso passou a sofrer fortemente as consequências da intermitência do abastecimento de gás natural que resultou na paralisação da Usina Termoelétrica de Cuiabá e a consequente redução na produção energética.

O Governador Blairo Maggi participa em Rondonópolis, da inauguração do primeiro posto de distribuição do Gás Natural Veicular - GNV do interior do Estado de Mato Grosso. O Estado amplia a capacidade e o alcance de abastecimento por meio do GNV [...] o primeiro instalado no interior de Mato Grosso, fora da Capital e também de Várzea Grande. [...] Maggi destacou o benefício econômico e ambiental da utilização do combustível. Chega a 60% de economia, se comparado com a gasolina e o Álcool Etanol. [...] O gás natural é um combustível não-poluente e sua combustão é limpa, isenta de fuligem e outros materiais que possam prejudicar o Meio Ambiente. O produto é muito utilizado por taxistas e também por empresas que possuem grande frota de veículos[...] utilização do gás natural como combustível no transporte coletivo foi levantada pelo governador como uma possibilidade de baratear o custo das passagens de ônibus. [...] Maggi informou que a MT Gás, por meio da MT Fomento, poderá financiar a conversão dos tanques de combustíveis de alguns ônibus da cidade de Cuiabá para testar essa matriz energética no Sistema de Transporte Coletivo. [...] O engenheiro da MT Gás, Areias, [...] destaca que a abertura de novos pontos deve ser um processo natural, já que a concorrência não irá querer perder espaço no mercado, e assim, a economia do Município ganha um reforço com a instalação do GNV como alternativa de combustível. Embora o empresário do setor de combustíveis, Locatelli, responsável pelo transporte do GNV, relatou [...] a dificuldade e demora na aquisição de equipamentos importados. [...] (SECOM - MT in MT Gás, 2008).

No entanto, a intermitência no abastecimento do gás natural em Cuiabá no governo de Sinval Barbosa se transformou em grande problema para os consumidores porque está sem previsão para regularização desde a gestão do Ex-Governador e atual Senador Blairo Maggi.

Consumidores do Gás Natural Veicular - GNV estão sem combustível para abastecer há 04 dias em Mato Grosso. O fornecimento do produto foi interrompido pela Bolívia em decorrência do vencimento do contrato com a empresa Gas Oriente, que realiza o transporte do produto em solo boliviano, administrada pela Empresa Pantanal Energia - EPE. O atraso na renovação do contrato, porém, é fruto da burocracia do país vizinho, uma vez que o documento está assinado pela transportadora desde 23 de março [...] A Gas A Gas Ocidente e a Oriente, ambas pertencentes à EPE, são detentoras do gasoduto que traz o combustível da Bolívia ao Estado de Mato Grosso. Nas ruas, os motoristas reclamam da instabilidade do mercado. [...] O engenheiro da GNC Brasil, que distribui o combustível em Mato Grosso, [...]

Jamal, revela que a única informação que tem é que o problema está na autorização do transporte, mas que ninguém sabe falar sobre quando o abastecimento vai ser regularizado. [...] informa que dos 08 postos adaptados para vender o GNV no Estado, apenas 02 não estão funcionando, sendo um em Cuiabá e outro em Várzea Grande. O restante, um em Rondonópolis, 01 em Várzea Grande e 04 na Capital, continuam funcionando normalmente. Com relação às oficinas [...] explica que mais nenhuma está habilitada para fazer a conversão nos veículos. [...] Segundo ele, o preço do GNV está até 63% mais competitivo do que o Etanol. Em Mato Grosso, o metro cúbico custa aos motoristas R\$ 1,49 e os postos compram da distribuidora por R\$ 1,10. A MT Gás informou que o presidente da companhia, [...] Paula, está na Bolívia (MARQUES in GAZETA DIGITAL, 2011).

Quadro 75: Consumo Anual de Energia Elétrica de Cuiabá em Relação ao Estado de Mato Grosso, por Categoria – Anos 2004 a 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p.415.

(em MWh)

Categoria	2004			2005		
	Mato Grosso	Cuiabá	%	Mato Grosso	Cuiabá	%
Residencial	1.197.448	372.667	31,12	1.285.188 *	393.477 *	30,62 *
Industrial	976.254	152.122*	15,58*	848.171 *	143.220 *	16,89 *
Comercial	825.299	277.849	33,67	902.332 *	307.716 *	34,10
Rural	365.997	7.519	2,05	413.485	7.805	1,89
Poder público	180.288	75.869	42,08	198.020	83.265	42,05
Iluminação pública	168.355	35.645	21,17	180.765	39.358	21,77
Serviço público	136.499	53.838	39,44	137.584	51.425	37,38
Próprio	14.565	5.163	35,45	14.729	5.113	34,72
Total	3.864.705	980.672*	25,38*	3.980.274*	1.031.379*	25,91*

Categoria	2006			2007		
	Mato Grosso	Cuiabá	%	Mato Grosso	Cuiabá	%
Residencial	1.319.301	399.986	30,32	1.397.479	419.562	30,02
Industrial	762.265	115.496	15,15	895.960	146.494	16,35
Comercial	913.317	318.296	34,85	973.229	338.459	34,78
Rural	411.123	8.160	1,98	484.807	8.887	1,83
Poder público	209.351	89.457	42,73	221.584	91.497	41,29
Iluminação pública	183.339	40.869	22,29	184.729	41.432	22,43
Serviço público	141.130	54.120	38,35	145.127	54.106	37,28
Próprio	11.932	4.838	40,55	10.474	4.632	44,22
Total	3.951.758	1.031.222	26,10	4.313.389	1.105.069	25,62

Fonte: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – Cemat.

Obs.: * dados revisados pela Fonte, em relação ao Perfil socioeconômico, vol III.

De acordo com os dados do Quadro 75, durante o período de 2004 a 2007, o consumo anual de energia elétrica por categoria que totalizou: 16.110.126 MWh no Estado de Mato Grosso e 4.148.342 MWh em Cuiabá que apresentou diferença no consumo de 11961784 MWh.



Figura 32: Lagoas de Estabilização do CPA III.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 420.

2.9.4. Saneamento

A Companhia de Saneamento da Capital – SANECAP foi instituída pelo poder executivo através da Lei nº 4.007 de 20 de dezembro de 2000 sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista, tendo por acionista majoritário o Município de Cuiabá.

A Agência Municipal dos Serviços de Saneamento – AMSS foi extinta a partir de 31 de dezembro de 2001 através da Lei Complementar nº 076, de 05 de julho de 2001 e alterada pela Lei Complementar nº 079, de 26 de dezembro de 2001. As atribuições da AMSS referentes à regulação, à normatização e à operação do sistema de informações, além de outras, foram transferidas para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

A AMSS transferiu os bens, direitos e obrigações para a SANECAP que abastecia 98% da população de Cuiabá com a água das Estações de Tratamento de Água – ETAs: São Sebastião I e II, Tijucal I e II, Parque Cuiabá, Ribeirão do Lipa,

Coophema e Bairro Do Porto. As ETAs produzem 2.637 Litros, a que se somam 431 Litros procedentes de 84 Poços Tubulares em operação permanente e/ou intermitente, que totalizam 3.068 Litros. Sendo que na Rua Presidente Marques, Bairro do Quilombo; encontra-se a atual ETA I.

Novos investimentos vêm beneficiando desde 2006 o Complexo da ETA do Tijucal, o que deve aumentar ainda mais a sua capacidade. Até esse período o sistema era composto de captação, tratamento e distribuição, atendendo 98% da população. Ressaltamos que o Memorial da Água foi implantado dentro das dependências das Estações de Tratamento da Água ETAS I e II.

O Memorial da Água, [...] nas Estações de Tratamento da Água (ETAS I e II), recebe diariamente visitas de estudantes de Escolas Públicas e particulares. Este neste ano, entre janeiro a setembro, o número de visitantes ultrapassou 4.000 pessoas. De acordo com o coordenador do Memorial, [...] Gouvêa, a maioria são estudantes de ensino fundamental e de cursos técnicos. [...] o espaço é um benefício para comunidade, garantindo o aprendizado, pois durante a visita é apresentado vídeo e ministrada palestra, com conteúdo histórico e arquitetônico, além de passeio pelas estações de tratamento. [...] O Diretor- Presidente da SANECAP, [...] informa que o Memorial da Água “Engenheiro José Luiz de Borges Garcia” é um espaço que possui um acervo bibliográfico e histórico imenso, popularizando [...] a história da água em Cuiabá [...] (JORNAL 24 HORAS NEWS, 2011).

No entanto, o Governo Municipal de Cuiabá alegou inadimplência da SANECAP e articulou a sua privatização.

O Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB prevê investimento da ordem de aproximadamente R\$ 2 Bilhões para que Cuiabá atinja a totalidade ou universalização nos serviços de abastecimento de água e esgoto num prazo de 30 anos. O PMSB foi apresentado ontem pela Companhia de Saneamento da Capital - SANECAP, em audiência pública na Câmara Municipal. [...] O PMSB foi elaborado pela [...] BSA, de Joinville (SC). [...] Conforme os dados levantados, atualmente a Capital conta com um índice de 99% de cobertura de fornecimento de água. São 150 Mil ligações, pouco mais de 197 unidades ocupadas e 2.800 Km de extensão de rede de abastecimento. E detém 10 [...] ETAs, além de 150 poços artesianos [...]. A capacidade de reserva é de 54 Mil m³. [...] Outros pontos fracos são as condições precárias das instalações ETAs metálicas, da conservação dos equipamentos eletromecânicos, elevado índice de perda (60%), déficit de hidrômetros, cadastro técnico incompatível com o comercial, reduzido índice de automação e vulnerabilidade no controle da qualidade água. Para avançar, são necessários de imediato até 2013 de R\$ 61,9 Milhões. Até 2041, são projetados R\$ 657 Milhões de investimentos. Já em relação ao esgoto, apenas 38% da população conta com rede coletora. Atualmente, são 55 Mil ligações de esgoto, com 680 Km de rede de extensão pulverizadas e isoladas. Ao todo, são 17 [...] ETAs, além de outras 27 unidades. Até 2041, a necessidade de investimento em esgoto é da ordem de R\$ 1,2 Bilhões. Apenas nos dois próximos anos, a estimativa é de

R\$ 219,8 Milhões. [...] Em 2010, o faturamento da empresa foi da ordem de R\$ 86,8 Milhões. Além dos PACs I e II, que juntos contabilizam recursos de R\$ 270 Milhões para o setor, são sugeridas outras fontes de viabilidade econômica e alternativas de gestão. Entre elas, Recursos Privados e [...] PPP (DEUS in DIÁRIO DE CUIABÁ, 2011).

Esse Processo de Privatização da SANECAP foi fiscalizado pela população e políticos opositoristas ao atual Governo Municipal os quais protestaram e alegaram: Inexistência de votação com participação da população, Existência de interesses financeiros na transferência da concessão para saneamento provavelmente para uma Empresa portuguesa e a redução de gastos com pessoal vai reduzir o número de postos de trabalhos.

[...] Vereadores da base governista aprovaram a Lei que cria a Agência Municipal de Regulação de Serviços. [...] caminho da privatização da [...] SANECAP. Aprovada pelo [...] Poder Legislativo antidemocrático, a Lei estabelece no Art. 3º [...]: “O Município de Cuiabá poderá explorar os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário mediante a sua concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995” [...] O saneamento básico em Cuiabá [...] está na faixa do caos total. O presidente da SANECAP [...] assegurou que a Prefeitura Municipal não está medindo esforços para cumprir a Lei 11.445/2007. [...] recorrendo aos indicadores de mortalidade infantil e de idosos (ALMEIDA in 24 HORAS NEWS 2011).

Nesse contexto, Só Notícias (2012) veiculou que o Procurador-Geral de Cuiabá, informou sobre a extinção da SANECAP porque foi vendida por R\$ 6,5 Bilhões para a Empresa Companhia Águas do Brasil - CAB Ambiental com sede em São Paulo a qual recebeu a Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Cuiabá por 30 anos. No entanto, Arruda et al (2013) afirmam que o Processo de Concessão comandado pelo ex-prefeito de Cuiabá Galindo (PTB) e aprovado pela Câmara Municipal rendeu R\$ 140 Milhões e que a extinta SANECAP deixou uma dívida de R\$ 229 Milhões, portanto um prejuízo de quase R\$ 90 Milhões.

Quadro 76: Domicílios Particulares Permanentes, por Forma de Abastecimento de Água – Segundo: Microrregião, Município, Distritos e Regiões Administrativas - Ano 2000.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 426.

Microrregião, Município, Distrito e Região Administrativa	Domicílios Particulares Permanentes											
	Total	Forma de abastecimento de água										
		Rede geral			Poço ou nascente (na propriedade)				Outra			
		Total	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada só na propr. ou terreno	Total	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada só na propr. ou terreno	Não canalizada	Total	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada só na propr. ou terreno	Não canalizada
Microrregião Cuiabá	193.044	163.804	140.958	22.846	23.230	12.374	2.744	8.112	6.010	1.337	847	3.826
Município Cuiabá	127.133	116.241	102.176	14.065	7.271	4.449	824	1.998	3.621	587	654	2.380
Distritos												
Coxipó da Ponte	68.795	61.735	53.381	8.354	4.426	2.260	586	1.580	2.634	411	559	1.664
Coxipó do Ouro	105	17	17	0	26	17	2	7	62	41	1	20
Cuiabá	57.379	54.162	48.531	5.631	2.498	2.027	195	276	719	72	75	572
Guia	854	327	247	80	321	145	41	135	206	63	19	124
Regiões Administrativas												
Norte	26.848	24.555	19.759	4.796	838	357	140	341	1.455	211	390	854
Leste	37.897	33.957	30.440	3.517	2.436	1.980	139	317	1.504	191	220	1.093
Oeste	29.974	29.312	27.296	2.016	565	487	34	44	97	12	8	77
Sul	30.526	28.063	24.410	3.653	2.242	1.042	307	893	221	41	10	170
Sem especificação	929	10	7	3	843	421	161	261	76	28	6	42
Total	126.174	115.897	101.912	13.985	6.924	4.287	781	1.856	3.353	483	634	2.236

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Censo demográfico de 2000, resultados do universo.

De acordo com os dados do Quadro 76, no ano de 2000, Sistema de Abastecimento de Água desse período totalizou 446.351 formas de abastecimentos de água nos domicílios particulares permanentes em Cuiabá - Microrregião, Município, Distritos e Regiões Administrativas - sendo: 163.804 redes gerais canalizadas; 23.230 Poços ou nascentes na propriedade canalizadas e não canalizadas; 6.010 outras formas de abastecimento de água canaliza e não canalizada e 126.174 formas de abastecimentos nas Regiões Administrativas.

Cuiabá (2009) ressalta que, o antigo Sistema de Esgotamento Sanitário de Cuiabá foi construído tendo por base um Projeto elaborado em meados do século XX na década de 50, sendo que no período de 2006 a 2008 a cidade de Cuiabá possuía uma Rede de Esgoto com apenas 625 km de extensão e 53.573 ligações⁴⁹. Nesse período o esgoto em Cuiabá era coletado apenas através de 03 Sistemas distintos: Sistema Misto - coleta de águas pluviais e esgoto em um único sistema; Sistema Separador Absoluto - coleta o esgoto separado das águas pluviais e também o Sistema Condominial - coleta dentro dos lotes urbanos.

O principal sistema é a [...] ETE Eng. Zanildo Costa Macedo, também chamada ETE Dom Aquino, do tipo lodo ativado com aeração prolongada e capacidade para tratar aproximadamente 540 l/s. A Cidade atualmente conta com 14 ETEs de médio e grande porte, 23 ETEs de pequeno porte e

⁴⁹ Ver: Item 2.2.

31 Estações Elevatórias. O tratamento processa-se em cinco lagoas de estabilização, duas estações de lodo ativado com aeração prolongada, quatro reatores anaeróbicos de fluxo ascendente (Rafas), dois decantodigestores imhoff e 23 sistemas de fossas sépticas e filtros anaeróbicos. Há também o sistema de coleta condominial isolado não tratado (CUIABÁ, 2009, p. 432).

Quadro 77: Economias Cadastradas, Ligações Cadastradas, Extensão da Rede Coletora – Anos 2004 a 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 433.

mês-base dezembro

Categoria	Ano				Variação % a.a		
	2004	2005	2006	2007	04/05	05/06	06/07
Nº de economias	54.606	56.912	59.413	61.530	4,22	4,40	3,56
Nº de ligações	44.794	47.699	51.401	53.573	6,49	7,80	4,23
Extensão (km)	621	623	625	625	0,32	0,32	0,00

Fonte: Companhia de Saneamento da Capital – Sanecap.

Na cidade de Cuiabá de acordo com os dados do Quadro 77, no mês de dezembro do período de 2004 a 2007, a Rede Coletora de Esgoto urbana possuía: 2.494 Km de extensão, 197.467 Mil ligações e apresentou 224.504 Mil de economias.

Quadro 78: Volume Produzido e Volume Faturado de Esgoto – Anos 2004 a 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 433.

mês-base dezembro

Discriminação (m³)	Ano				Variação % a.a		
	2004	2005	2006	2007	04/05	05/06	06/07
Vol. de esgoto produzido	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.
Vol. de esgoto coletado	15.183.729	23.508.715	23.583.946	23.583.946	54,83	0,32	0,00
Vol. de esgoto tratado	9.110.361	11.754.358	11.791.974	11.791.974	29,02	0,32	0,00
Vol. Faturado de esgoto	9.880.582	10.250.614	10.667.803	10.975.123	3,75	4,07	2,88

Fonte: Agência Municipal de Serviços de Saneamento – AMSS.
Ano 2006 e 2007 – Companhia de Saneamento da Capital – Sanecap.

De acordo com os dados do Quadro 78 no período de 2004 a 2007 o Sistema de Esgotamento Sanitário em Cuiabá⁵⁰ estava deficitário porque não conseguiu administrar aumento gradativo do volume de esgoto coletado devido ao contínuo adensamento demográfico na Macrozona Urbana e totalizou: 85.860.336 m³ de esgoto foram coletados; 44.448.667 m³ de esgoto tratados. Portanto apresentou saldo negativo de 41.411.669 m³ de esgoto não tratados.

Contextualizando os dados dos Quadros 77 e 78, concluímos que atualmente o Sistema de Esgotamento Sanitário se transformou em um grande

⁵⁰ Ver: Item 2.2.

problema ambiental no Município de Cuiabá porque ainda possui as mesmas características estruturais e funcionais desse período: Continua antigo e deficitário. Portanto, será necessário expandir urgentemente a extensão da rede de esgoto para melhorar a qualidade de vida da população cuiabana principalmente no perímetro urbano da cidade.

Nesse contexto, Cuiabá (2009) afirma que, no ano de 2008, o Sistema de Coleta de Esgoto em Cuiabá segundo o tipo de tratamento atendia: 26 localidades com a coleta e tratamento de esgoto integrado convencional através da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Dom Aquino – Sub – Bacias 18 e 19 (lodos ativados com a aeração prolongada); 23 localidades com a coleta de tratamento de esgoto misto através da ETE Dom Aquino – Sub- Bacias 16 e 17 (lodos ativados com aeração prolongada); 51 localidades com a coleta de tratamento de esgoto isolado convencional através das: lagoas de estabilização, biogestores, tanques imhoff, fossas/filtros/desinfecções, reatores anaeróbicos mantas de lodo e desinfecções; 10 localidades com a coleta de tratamento de esgoto condominial isolado sem tratamento através das Sub-Bacias: 15,19 e 20 e também 05 localidades com a coleta de tratamento de esgoto isolado (Somente coleta – tratamento desativado).

Quadro 79: Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário – Segundo a Microrregião, o Município, os Distritos, a Região Administrativa - Ano 2000.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 438.

Microrregião, Município, Distritos e Região Administrativa	Domicílios Particulares Permanentes								
	Total	Com banheiro ou sanitário							Sem banheiro ou sanitário
		Total	Tipo de esgotamento sanitário						
		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio ou lago	Outro escoadouro		
Microrregião Cuiabá	193.044	186.040	71.486	45.898	64.694	1.625	1.478	859	7.004
Município Cuiabá	127.133	124.930	65.420	28.249	28.633	946	1.146	536	2.203
Distritos									
Coxipó da Ponte	68.795	67.613	32.312	14.391	19.000	673	923	314	1.182
Coxipó do Ouro	105	93	1	54	38	0	0	0	12
Cuiabá	57.379	56.638	33.106	13.754	9.078	261	223	216	741
Guia	854	586	1	50	517	12	0	6	268
Regiões Administrativas									
Norte	26.848	26.159	14.012	2.850	8.773	123	278	123	689
Leste	37.897	37.379	23.906	7.068	5.356	296	514	239	518
Oeste	29.974	29.769	17.906	8.594	2.935	165	113	56	205
Sul	30.526	30.135	9.594	9.436	10.418	347	237	103	391
Sem especificação	929	809	0	197	596	3	4	9	120
Total	126.174	124.251	65.418	28.145	28.078	934	1.146	530	1.923

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Censo demográfico - 2000, resultados do universo.

No Município de Cuiabá os dados do Quadro 79, no ano de 2000, totalizaram 127.133 Mil domicílios particulares permanentes com as seguintes características: Domicílios com banheiro ou sanitário (124.930 Mil); Domicílios sem essa estrutura sanitária (2.203 Mil); Esgotamento sanitário nos domicílios particulares permanentes com banheiros ou sanitários: Rede geral de esgoto ou pluvial (65.420 Mil); Fossas sépticas (28.249 Mil); Fossas rudimentares (28.633 Mil); Valas (949); Rios ou Lagos (1.146 Mil); Outros tipos de escoadouros (536).

Contextualizando os dados anteriores, concluímos que no Município de Cuiabá o Sistema de Esgotamento Sanitário ainda se encontrava deficitário devido ao seguinte resultado negativo: Domicílios com banheiros ou sanitários não ligados à Rede geral de esgoto ou pluvial (61.713 Mil).

Quadro 80: Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 444.

Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	Limpeza de Vias e Logradouros Públicos	Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos
Coleta e transporte de resíduos domiciliares e comerciais	Varição manual de vias e logradouros públicos	Usina de reciclagem (triagem e compostagem)
Coleta e transporte de resíduos industriais – classe II	Raspagem	Unidade de beneficiamento de plástico
Coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde	Capinação e roçagem	Aterro sanitário
Retirada mecanizada de focos e bolsões de lixo (entulhos)	Coleta de lixo dos cestos públicos	Vala séptica
Retirada de animais mortos	Limpeza externa de estabelecimentos e áreas públicas	
	Conservação de praças, canteiros e rotatórias urbanizadas	

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura – Seminfo.

Os dados do Quadro 80, no ano de 2007, demonstram que na cidade de Cuiabá, o gerenciamento integrado de resíduos sólidos foi realizado através de: Coleta e transporte de resíduos sólidos (mecanizada e manual); Limpeza de vias e logradouros públicos (manual); Tratamento e destinação final de resíduos sólidos (mecanizada e manual).

Atualmente, a administração pública do Município de Cuiabá ainda não conseguiu otimizar a gestão dos resíduos sólidos produzido pela população residente para auxiliar na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente local/global, principalmente devido ao crescimento demográfico e econômico da sociedade contemporânea.

Em Cuiabá são coletadas diariamente aproximadamente 420 toneladas de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, correspondendo a um índice de cobertura de 87%. Para a execução dos serviços de coleta domiciliar e comercial são disponibilizados, por uma empresa contratada, a frota de

dezesseis caminhões coletores compactadores, com capacidade de 19m³ e 21m³, sendo dois reservas, dois caminhões poliguindastes e um *rol on rol of*. Os resíduos sólidos coletados são transportados ao sistema de tratamento e destinação final, constituído de usina de reciclagem (triagem e beneficiamento de plástico) e aterro sanitário, localizado a 17 km da área central da Cidade. Seguindo as normas e diretrizes previstas na legislação vigente do CONAMA [...] e ANVISA [...] que dispõem sobre o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, assim como as exigências da Secretaria de Estado de Saúde, o sistema de coleta, transporte e disposição final dos resíduos de serviços de saúde é diferenciado (CUIABÁ, 2009 p.443).

Quadro 81: Coleta Mensal de Resíduos Sólidos conforme o Tipo.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 445.

Ano 2006				Ano 2007			
Mês	Domiciliares e Comerciais (t/mês)	Serviços de Saúde (t/mês)	Entulhos (t/mês) *	Mês	Domiciliares e Comerciais (t/mês)	Serviços de Saúde (t/mês)	Entulhos (t/mês) *
Jan.	11.041,62	122,09	1.472,61	Jan.	11.712,48	118,80	725,70
Fev.	9.548,65	110,54	2.091,56	Fev.	10.252,73	115,87	2.117,27
Mar.	10.940,75	119,56	2.261,91	Mar.	10.606,04	134,02	2.159,01
Abr.	9.858,43	112,93	2.171,64	Abr.	10.141,04	134,18	2.099,60
Mai.	10.228,54	122,60	2.307,65	Mai.	10.394,39	129,47	1.934,38
Jun.	9.742,28	115,78	2.006,64	Jun.	10.023,11	121,66	2.068,97
Jul.	9.887,60	115,90	1.730,79	Jul.	10.524,37	125,78	2.191,58
Ago.	10.309,90	121,60	2.088,64	Ago.	10.734,86	132,37	2.162,03
Set.	10.601,12	114,27	2.348,59	Set.	10.032,99	121,83	2.147,73
Out.	12.888,86	124,36	2.093,74	Out.	12.626,52	132,06	2.178,32
Nov.	10.909,57	116,13	1.987,87	Nov.	12.136,17	127,21	2.138,27
Dez.	11.656,23	112,49	1.703,73	Dez.	11.934,11	119,81	2.180,15
Total	127.613,55	1.408,25	24.265,37	Total	131.118,81	1.513,06	24.103,01
Méd. Mensal	10.634,46	117,35	2.022,11	Méd. Mensal	10.926,57	126,09	2.008,58
Méd. Diária	349,63	3,86	66,48	Méd. Diária	359,23	4,15	66,04

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura – Seminf.

Obs.: * Recolhimento mecanizado, remoção e transporte de focos e bolsões de lixo (monturos, entulhos e assemelhados) depositados em logradouros públicos.

De acordo com os dados do Quadro 81, no período de 2006 e 2007, quanto à coleta mensal de resíduos sólidos conforme o tipo realizado foi: Predominante os resíduos sólidos domiciliares e comerciais (258.732,36 Mil t./mês); Serviços de Saúde (2.921,31 Mil toneladas/mês) e entulhos (48.368,38 Mil toneladas/mês). A característica do recolhimento dos resíduos sólidos dos monturos, entulhos e assemelhados depositados em logradouros públicos foi: Mecanizado, remoção e transporte de focos e bolsões de lixo.

Nesse contexto, Cuiabá (2009) afirma também que no ano de 2007, em Cuiabá foram recolhidas 126,09 toneladas por mês de resíduos de serviços de saúde, que eram depositados em valas sépticas de forma sanitária e ambientalmente seguras oriundas de: hospitais, clínicas, farmácias, laboratórios e congêneres. Sendo que essa quantidade de resíduos coletados representou

estabilização na geração de resíduos em relação ao ano anterior e que os resíduos infectantes de algumas unidades hospitalares foram: reduzidos, segregados e consolidados.

Quadro 82: Tipos de Resíduos Sólidos Coletados – Anos 2000 a 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 445.

Resíduos Sólidos	Quantidade Anual (t/ano)							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Domiciliares e comerciais	106.703,73	112.500,79	116.678,28	110.809,00	114.801,00	116.793,79	127.613,55	131.118,81
De serviços de saúde	1.944,39	2.224,56	2.222,82	2.333,12	2.501,60	2.051,30	1.408,25	1.513,06
Público *	896,58	964,75	976,20	852,51	822,91	1.047,81	1.274,91	1.237,41
Total coletado	109.544,70	115.689,70	119.877,30	113.994,63	118.125,51	119.892,90	130.296,71	133.869,28
Retirada de entulho (m ³)	28.382,39	28.850,60	7.954,00	97.941,75	69.106,00	11.702,13**	24.265,37	24.103,01
Coleta seletiva (Kg)	--	--	--	--	--	3.550,00	20.024,23	19.126,00

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura – Semirfe.

Obs.: * Resíduos dos serviços de varrição manual de sarjetas e passeios da área central da cidade.

** Valor transformado em m³, considerando o peso específico do entulho como sendo 1.000kg/m³.

De acordo com os dados do Quadro 82, em Cuiabá no período de 2000 a 2007, a coleta de resíduos sólidos totalizaram 11.806.216,03 Milhões sendo que Predominaram os domiciliares e comerciais (937.018,95 Mil toneladas/ano); Serviços de saúde (16.199,10 Mil t./ano); Entulho (292.305,15 Mil m³); No período de 2005 a 2007, Coleta seletiva de resíduos sólidos (42.700,23 Mil Kg).

Contextualizando os dados anteriores, observamos que atualmente ainda persistem os resultados negativos e tardios obtidos a partir de 2005 e concluímos que, para que a população do Município de Cuiabá deixe de reclamar sobre a ineficácia na coleta de lixo principalmente nas festas de final de ano, será necessário: Aperfeiçoar o Programa Ambiental de Reciclagem de Resíduos Sólidos; Intensificar Campanhas de conscientização da população associada à contínua coleta, principalmente a seletiva, de resíduos sólidos.

Desde o Natal alguns bairros de Cuiabá não têm o recolhimento do lixo feito pela Prefeitura Municipal. [...] Nas festas de fim de ano a quantidade de lixo tem um aumento de 300 toneladas por dia na capital. Segundo a secretaria, a produção de lixo na cidade nos dias comuns é de 500 toneladas, mas em dezembro ela chega a 800 toneladas por dia. Na rua Rubens Pinto, no bairro Vista Alegre, na região do Coxipó, a última vez que a coleta de lixo passou foi antes do Natal. Para a moradora Tatiana [...] e os vizinhos, o Ano Novo iniciou com muita sujeira e mau cheiro. [...] Lixo hospitalar é flagrado em calçada do Pronto-Socorro de Cuiabá. Apenas sete municípios do estado possuem coleta seletiva. [...] No Bairro Carumbé, o lixo também está acumulado. Na região, a coleta só passou no ano passado e 2013 começou

com muitas sacolas nas calçadas. Como algumas ruas são inclinadas, se chover tudo pode parar em córregos e causar enchentes. O presidente da Associação de Moradores do bairro procurou a Prefeitura para reclamar do problema. “Eles disseram que estavam tomando providências [...] novos caminhões para mandar retirar o lixo” (G1 Globo 2013).

Quadro 83: Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos – Anos 2000 a 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 446.

Sistema	Quantidade Anual (t/ano)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Usina de reciclagem *	33.197,32	28.766,55	24.062,00	29.937,00	31.472,40	25.498,57	48.602,07
Aterro sanitário	74.892,10	72.274,76	114.500,00	102.877,00	93.141,47	105.455,27	86.847,01
Vala séptica para resíduos de serviços de saúde	2.224,56	1.893,45	2.333,12	2.501,60	2.051,03	1.408,55	1.502,66

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura – Seminfe.

Obs: * Até o ano de 2004 – Triagem e compostagem. Anos 2005 e 2006 – Triagem e beneficiamento de plástico.

De acordo com os dados do Quadro 83, no período de 2000 a 2007, o tratamento e destinação final de resíduos sólidos em Cuiabá totalizaram: 584937,61 t./ano no aterro sanitário e 221535,91 t./ano da Usina de Reciclagem totalizando sendo que até 2004 foi realizada a triagem e compostagem e nos anos de 2005 e 2006 a triagem e beneficiamento de plástico.

Cuiabá (2009) afirma que, na cidade de Cuiabá vem operando desde o final da década de 90 do século XX a Usina de Reciclagem com a Central de Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos para: Resolver o problema da destinação dos resíduos sólidos, Recuperar áreas degradadas pela exploração garimpeira; Valorizar os materiais recicláveis e melhorar a qualidade de vida dos catadores que integram a COPEMAR do Estado de Mato Grosso para resgatar a dignidade das famílias que sobreviviam e também moravam no antigo “Lixão”. Todo o sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos do Município de Cuiabá é operado mediante licença ambiental emitida pelo órgão ambiental do Estado de Mato Grosso.

Argumenta também que, no ano de 2007, 36% dos resíduos que chegaram à Central de Destinação Final foram destinados à Usina de Reciclagem, que apresentava uma eficiência de aproveitamento dos materiais recicláveis variando entre 4% e 5%. Nesse período existiam 100 catadores reunidos em Cooperativa os quais receberam treinamento especial para trabalhar nas esteiras, selecionando e pré-industrializando os materiais recicláveis possíveis de serem comercializados, e depositando os rejeitos no aterro sanitário. A Usina em 2007

propiciou a receita bruta de R\$ 1.114.143 à Cooperativa, proveniente da comercialização do material reciclável selecionado.

[...] no Brasil algumas unidades de compostagem/reciclagem utilizam tecnologia simplificada, com segregação manual de recicláveis em correias transportadoras e compostagem em clareiras a céu aberto, com posterior peneiramento. Muitas unidades que foram instaladas estão hoje paralisadas e sucateadas, por dificuldade dos Municípios em operá-las e mantê-las convenientemente. As poucas usinas de incineração existentes, utilizadas exclusivamente para incineração de resíduos de serviços de saúde e de aeroportos, em geral não atendem aos requisitos mínimos ambientais da legislação brasileira. Outras unidades de tratamento térmico desses resíduos, tais como autoclavagem, microondas e outros, vêm sendo instaladas mais frequentemente em algumas cidades brasileiras, mas os custos de investimento e operacionais ainda são muito altos (ZVEIBIL, 2001, p.4).

Quadro 84: Material Reciclável Selecionado e Comercializado na Usina de Triagem e Compostagem conforme o Tipo.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 446.

Material Reciclável (em kg)	2001	2002	2003	2004	2005 *	2006	2007
Plástico – polietileno	464.480	561.500	517.779	468.950	402.630	380.122	378.459
Plástico – pet	251.920	217.785	181.090	187.300	217.400	208.520	322.040
Plástico – polipropileno	6.690	N. I.	35.640	22.480	13.950	31.850	9.230
Sucatas de Plástico	---	---	---	---	59.640	36.000	79.250
Metal ferroso	430.360	301.690	312.938	244.070	245.940	205.480	309.760
Metal não-ferroso – alumínio	29.347	26.594	18.819	17.123	18.033	17.975	25.040
Metal não-ferroso – antimônio	350	371	683	245	251	44	0
Metal não-ferroso – cobre	2.875	3.507	2.798	1.595	2.212	1.599	4.008
Metal não-ferroso – outros	968	1.345	1.138	1.021	558	439	1.240
Vidro	94.191	54.656	29.432	19.521	31.443	28.655	36.111
Papelão	248.410	279.890	183.480	237.710	333.580	190.300	562.140
Papel	7.750	20.730	191.140	345.930	74.800
Papel Jornal	91.880	57.140	0
Peças de motor elétrico	3.369	24	168	70	115	0	287
"Tetra pak"	18.850	45.580	67.840	28.280	12.170	0	0
Baterias de veículos	432	761	989	1.047	512	182	670
Total	1.559.992	1.514.433	1.543.934	1.575.342	1.430.314	1.158.036	1.803.035
cartucho de impressora (unidade)	94	226	203	12	0	0	0
composto orgânico (em kg)	143.530	466.400	104.840	26.130	0	0	0

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura – SemInfra.

Obs.: * Dados revisados pela Fonte, em relação ao Perfil Socioeconômico de Cuiabá, Vol. III.

De acordo com os dados do Quadro 84, no período de 2001 a 2007, a Usina de Triagem e Compostagem totalizou 10.585.086 Milhões/Kg de materiais recicláveis selecionados e comercializados com as seguintes características: Predominou a reciclagem de plástico (4.759.975 Milhões/Kg) classificado em: Plástico – Polietileno (3.173.920 Milhões/Kg) e de Plástico – Pet (1.586.055 Milhões/Kg). No entanto foram reciclados também: Metal ferroso (2.050.238 Milhões/Kg) e Papelão e Composto Orgânico (1.529.580 Milhões/Kg).

Quadro 85: Domicílios Particulares Permanentes, por Destino do Lixo – Segundo a Microrregião, Município, Distritos e as Regiões Administrativas.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 447.

Microrregião, Município, Distritos e Região Administrativa	Domicílios Particulares Permanentes								
	Total	Destino do lixo							Outro destino
		Coletado			Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldo ou logradouro	Jogado em rio ou lago	
Total	Por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza							
Microrregião Cuiabá	193.044	166.979	158.151	8.828	17.182	1.334	6.242	518	789
Município Cuiabá	127.133	117.091	109.866	7.225	5.630	265	3.314	378	455
Distritos									
Coxipó da Ponte	68.795	62.547	61.618	929	3.838	169	1.693	324	224
Coxipó do Ouro	105	42	34	8	41	8	9	0	5
Cuiabá	57.379	54.295	48.007	6.288	1.282	52	1.594	54	102
Guia	854	207	207	0	469	36	18	0	124
Regiões Administrativas									
Norte	26.848	24.846	24.223	623	900	22	911	119	50
Leste	37.897	35.044	32.360	2.684	1.511	53	896	201	192
Oeste	29.974	28.319	24.842	3.477	567	27	997	31	33
Sul	30.526	28.560	28.139	421	1.425	71	404	26	40
Sem especificação	929	73	61	12	717	48	79	1	11
Total	126.174	116.842	109.625	7.217	5.120	221	3.287	378	326

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Censo demográfico de 2000, resultados do universo.

De acordo com os dados do Quadro 85, no ano de 2000, totalizam 640.354 domicílios particulares permanentes por destino do lixo na: Microrregião de Cuiabá (193.044 Mil); Distritos do Município e de Cuiabá (127.133 Mil) e Regiões Administrativas de Cuiabá (320.177 Mil).

No entanto nesse período a coleta de lixo, por serviço de limpeza e em caçambas de serviço de limpeza, predominou apenas em 400.912 Mil domicílios. Portanto nesse ano ocorreu um déficit na coleta de lixo em 239.442 Mil domicílios.

Nesse contexto, devido à Globalização a população que vive na Macrozona Urbana da cidade de Cuiabá enfrenta muitos problemas ambientais devido à ineficácia na: Consolidação do Paradigma Educacional para a prática da Educação Ambiental; União com a Administração Pública para aperfeiçoar a gestão ambiental do Meio Ambiente urbano principalmente para resolver o problema de poluição com resíduos sólidos decorrente do consumo exacerbado de produtos industrializados.

[...] o espaço é produto do trabalho e de modo mais abrangente, do processo de produção da sociedade. Do mesmo modo que o capital impõe suas necessidades ao processo de reprodução espacial, a sociedade, como um todo, tende também a impor suas necessidades. É neste embate que o espaço se reproduz (CARLOS, 1991, p. 59).

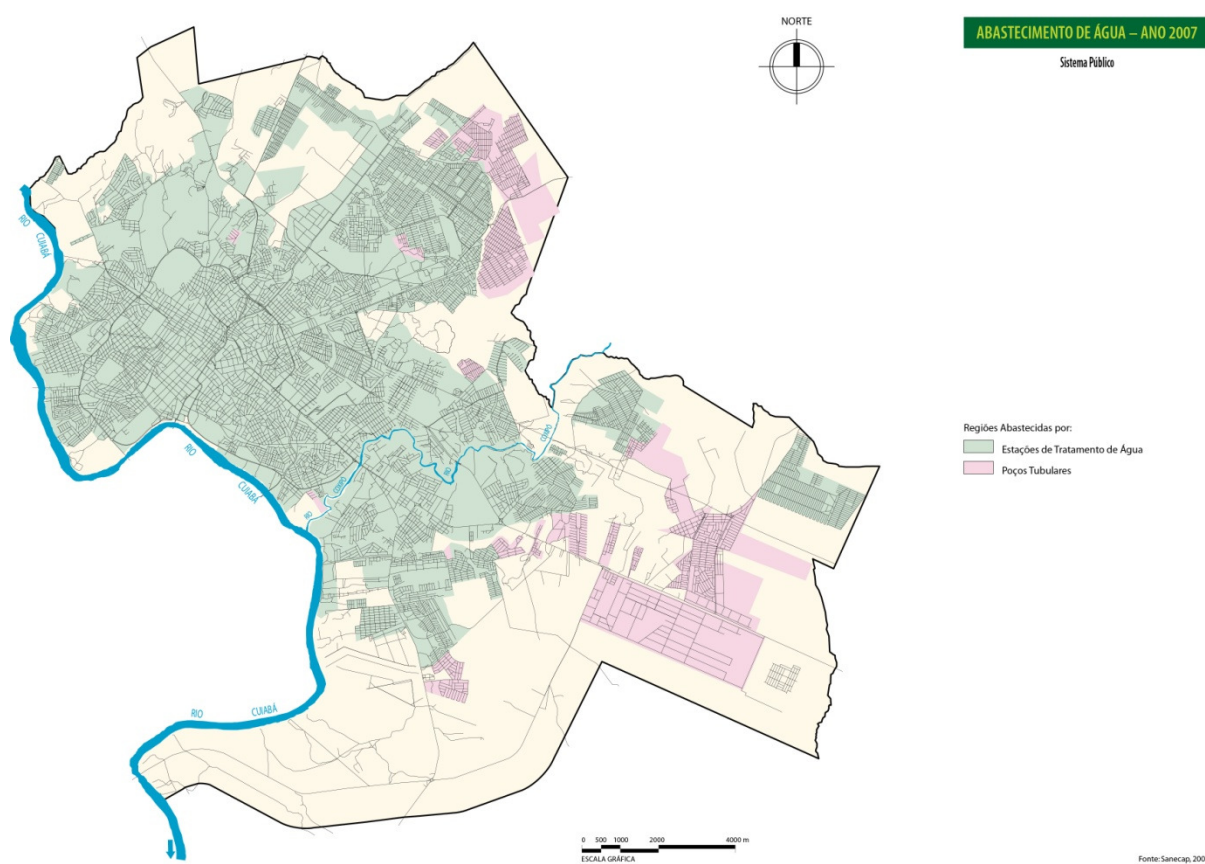


Figura 33: Mapa do Sistema Público de Abastecimento de Água – 2007.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 453.

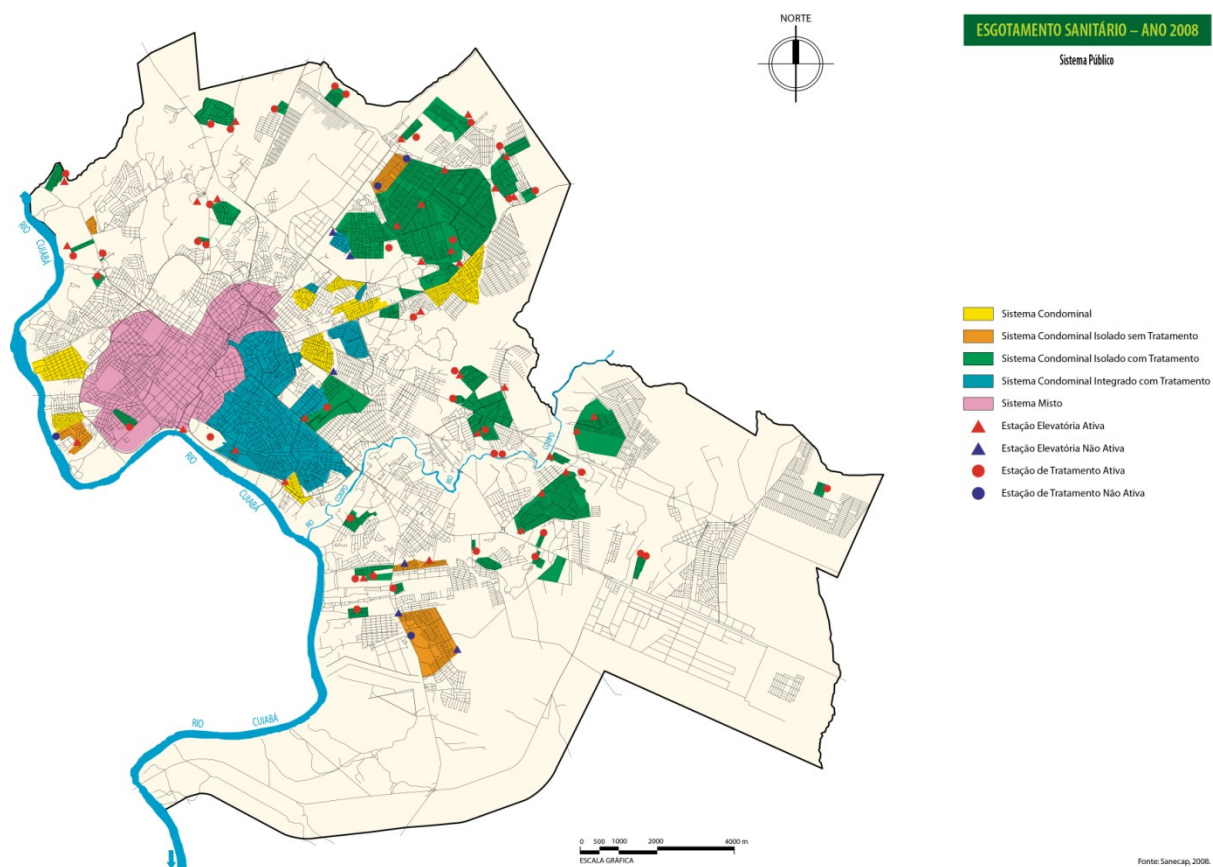


Figura 34: Mapa do Sistema Público de Esgotamento Sanitário – 2008.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 455.

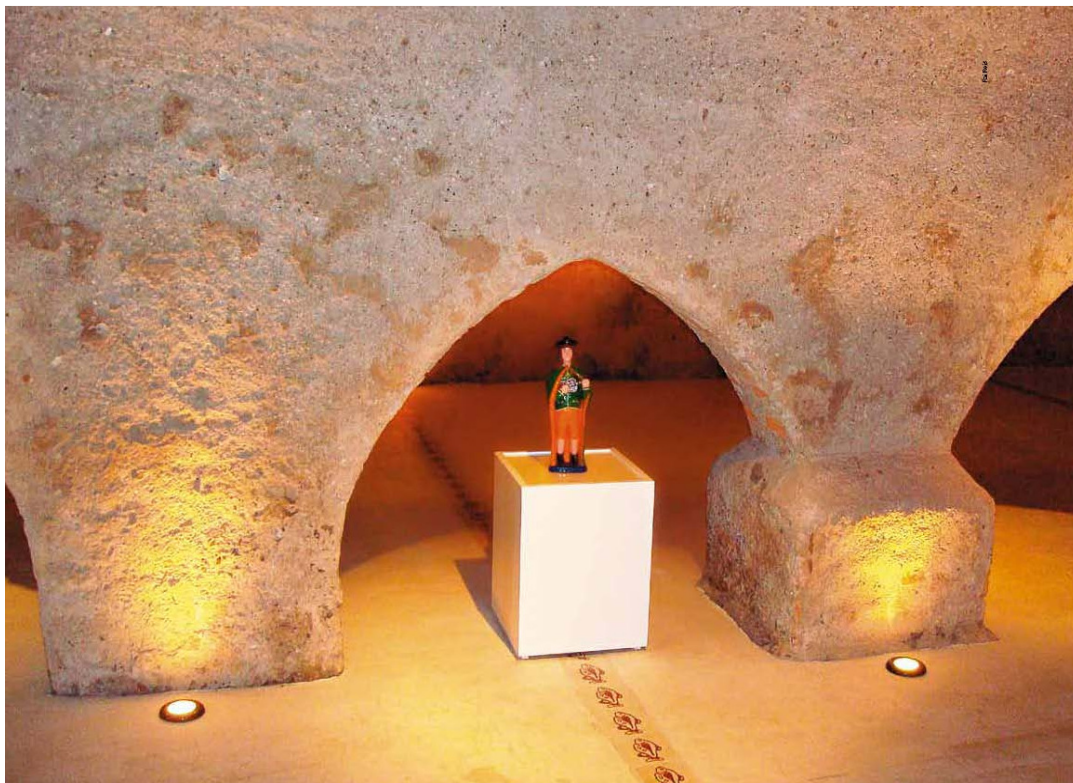


Figura 35: Museu da Caixa D'água Velha, Manoel do Espírito Santo, "Rei da Água".
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 456.

2.9.5. Cultura e Turismo

Os becos e vielas do Centro Histórico de Cuiabá herdaram uma cultura secular onde a modernidade confronta-se com o passado através da preservação da arquitetura local que retrata o passado histórico em contraste com a agitada vida cotidiana urbana: Casarões da época em que o ouro das lavras era abundante no Município; Igrejas - Basílica Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Igreja da Boa Morte, Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho, Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, Igreja Mãe dos Homens, Igreja Nossa Senhora do Rosário e Capela São Benedito, Igreja de São Gonçalo, Igreja Senhor dos Passos, Grande Templo Assembléia de Deus e Mesquita Mulçumana.

A cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, localizada no Centro Geodésico da América do Sul e banhada pelo Rio que possui o mesmo nome é reconhecida atualmente como o portal de 02 Paraísos Ecológicos extraordinários pela sua biodiversidade: Pantanal Mato-grossense e Chapada dos Guimarães.

Nesse contexto Cuiabá (2009) afirma que no período de 2007 a 2008, para consolidar a construção da Política Pública e Democrática para a Cultura em Cuiabá foram desenvolvidos: Carnaval Cuiabano; Projeto Arte Empreendedora do Plano Municipal de Cultura; Projeto Casa Brasil do Governo Federal em parceria com a Prefeitura de Cuiabá; Programa Cuiabá Cidade-Arte; Festival de Música Livre de Cuiabá; Festival de Cururu e Siriri; Salão do Artesanato Universo Criativo; Projetos de Audiovisuais e Artes Cênicas e o Festival Cururu-Siriri. Enfatiza também que os principais aspectos contemporâneos e típicos da Cultura Regional da cidade de Cuiabá são:

- Santo Padroeiro: Senhor Bom Jesus de Cuiabá;
- Frutas: Goiaba, Banana-da-Terra, Caju, Bocaiúva, Piqui, Ingá, Seriguela, Cajá-Manga, Marmelo, Araçá (Goiabinha), Ata, Coroa-de-Frade, Manga, Tarumã e Pitomba;
- Comidas: Arroz com Piqui, Farofa de Banana, Carne com Banana-da-Terra, Carne com Mandioca, Galinha com Arroz, Paçoca de Pilão (com Carne-Seca), Maria Isabel (Carne-Seca com Arroz), Escaldado (Caldo de Frango Desfiado com Farinha de Mandioca e Ovos), Quibebe de Mamão Verde e Carne com Maxixe.
- Comidas com Peixe de Água Doce: Mogica de Pintado (Peixe Liso Ensopado com Mandioca), Ventrecha de Pacu (Peixe de Escama Frito), Pacu Recheado com Farofa de Couve (Peixe de Escama Assado) e Piraputanga (Peixe de Escama Assado);
- Bebidas: Guaraná Ralado, Garapa (Caldo da Cana-de-açúcar) e Licores (Piqui, Jenipapo, Figo e Leite);
- Doces: Furrundu (Doce de Mamão Ralado com Rapadura e Babaçu), Boipá (Doce de Abóbora em Pedacos com Rapadura), de Caju, de Goiaba, de Mangaba, de Limão, de Mamão, de Laranja, Queimada (Bala com Melado de Rapadura), Rapadura Simples (somente de Melado de Açúcar) e Rapadura Composta (de Melado de Açúcar com Frutas ou Castanhas Regionais);
- Bolos e Biscoitos: Bolo de Arroz, Bolo de Queijo (Assado e Frito) e Francisquito;

- Danças: Rasqueado (Ritmo Oficial Mato-grossense com influência paraguaia), Cururu, Siriri e de São Gonçalo;
- Instrumentos Musicais das Festas Regionais: Viola de Cocho, Mocho e Ganzá;
- Festas: de São Benedito (de maior tradição local), do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, do Divino Espírito Santo, de São Gonçalo, Festas Juninas (de São João, a mais comemorada, com lavagem do Santo);
- Artesanato: Redes Lavradas e Tecidas em Teares Manuais, Peças de Argila, Utensílios de Madeira, Licores, Viola de Cocho e Trançados;
- Usos e Costumes: Beber Guaraná Ralado, Sesta (Descanso após o Almoço), Uso de Rede para Descanso, Uso de Ervas Medicinais e Banho de Rio.

Quadro 86: Calendário de Eventos Municipais.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 460 e 461.

Comemoração	Ato Legal	Data do Evento	Promotor do Evento
Festa do Senhor Bom Jesus de Cuiabá	Decr. nº 4.506/06	1º de janeiro	Igreja Católica
Corrida de Reis	---	1ª semana de janeiro	TV Centro América
Encontro de Louvor e Oração Vinde e Vede	Lei nº 4.460/03	Fevereiro ou março. Período do carnaval	Igreja Católica
Corrida das Canoas	Decr. nº 4.762/05	3ª semana de março	Prefeitura de Cuiabá
Dia da Festa de São Gonçalo	Lei nº 4.912/06	Último domingo de abril	Comunidade
Dia Municipal da Caminhada	Decr. nº 4.799/05	1º domingo de abril	Prefeitura de Cuiabá
Aniversário da Cidade	Decr. nº 4.506/06	8 de abril	Prefeitura de Cuiabá
Dia Estadual do Cururu e Siriri	Lei Est. nº 9172/09	8 de abril	Governo do Estado
Corrida de Pedestre do Sr. Bom Jesus de Cuiabá	Decr. nº 2.728/93	8 de abril	Prefeitura de Cuiabá
Dia do Peladão. Campeonato de Futebol Amador	Decr. nº 4.864/06	8 de abril	Prefeitura de Cuiabá
Festa Internacional do Pantanal	---	---	Governo do Estado
Semana da Mostra de Artes	Decr. nº 4.873/06	Abril	Prefeitura de Cuiabá
Copa Master de Futebol	---	Março a abril	TV Gazeta
Dia do Rio Cuiabá	Decr. nº 3.848/99	6 de maio	Prefeitura de Cuiabá
Circuito Nacional do Pagode	Lei nº 5.025/07	2ª quinzena de maio	Prefeitura de Cuiabá (SMC e Smedet)
Corrida dos Carteiros	---	Maio	Empr. Bras. de Correios e Telégrafos
Festival de Cinema e Vídeo de Cuiabá	---	Maio	Governo Estadual e Federal
Festa do Divino Espírito Santo	---	Maio	Igreja Católica
Abrace o Rio Cuiabá	Lei Est. nº 9032/08	1º domingo de junho	Governo do Estado
Semana Municipal do Meio Ambiente	Lei nº 4.968/07	1 a 7 de junho	Prefeitura de Cuiabá (SMADES)
Dia da festa de São João do Arraia do Nhô Dito.	Decr. nº 4.797/05	24 de junho	---
Festas de Santo Antônio	Popular	Junho	Comunidade e Igreja Católica
Festas de São João	Popular	Junho	Comunidade e Igreja Católica
Festas de São Pedro	Popular	Junho	Comunidade e Igreja Católica
Cuiafolia	Lei nº 5.007A/07	Entre janeiro e junho	Prefeitura de Cuiabá (SMC e Smedet)
Corrida Dante de Oliveira	---	2º domingo de julho	Prefeitura de Cuiabá
Dia do Rasqueado	Decr. nº 4.851/06	6 de julho	Prefeitura de Cuiabá
Exposição Agropecuária de Cuiabá	---	Julho	Associação dos Criadores de Gado
Festa de São Benedito	---	Julho	Comunidade e Igreja Católica
Festival de Siriri e Cururu. Dia do Siriri e Cururu	Decr. nº 4.777/05	21 de agosto	Prefeitura de Cuiabá

Comemoração	Ato Legal	Data do Evento	Promotor do Evento
Festival Salesiano de Teatro	---	Agosto	Colégios Salesianos
Micarecuia (carnaval fora de época)	---	Agosto	Privado
Independência do Brasil (desfile cívico)	Feriado Nacional	7 de setembro	Governo do Estado e Exército
Semana da Água	Lei nº 4.577/04	última semana de setembro	Prefeitura de Cuiabá (SME)
Semana do Reflorestamento e Proteção à Árvore	Decr. nº 4.717/04	3ª semana de setembro	Prefeitura de Cuiabá
Parada da Diversidade Sexual de Mato Grosso	---	Setembro	ONG Livremente
Festival Calango. Festival de música rock pop	---	---	Iniciativa Privada
Feira Latino Americana de Literatura – Literamérica	---	---	Governo do Estado
Campeonato Esp. Intermunicipal – Mirim Pixote	---	Setembro	Prefeitura de Cuiabá
Jogos Regionais Mato-Grossenses	---	Setembro	Governo do Estado
Dia do Controle do Stress	Lei nº 4.958/07	26 de setembro	---
Dia do Atletismo Municipal	Lei nº 4.982/07	09 de outubro	Prefeitura de Cuiabá
Corrida das Crianças	---	12 de outubro	Prefeitura de Cuiabá
Nossa Senhora Aparecida. Padroeira do Brasil	Feriado Nacional	12 de outubro	---
Dia de Finados	Feriado Nacional	2 de novembro	---
Proclamação da República	Feriado Nacional	15 de novembro	---
Semana da Consciência Negra e Dia de Zumbi dos Palmares	Decr. nº 4.506/06	20 de novembro	Prefeitura de Cuiabá
Dia de Nossa Senhora da Conceição	Feriado Nacional	8 de dezembro	---
Natal	Feriado Nacional	25 de dezembro	---

Fonte: IPDU/DPI e Gazetas Municipais.

De acordo com os dados do Quadro 86, o rico e diversificado calendário de eventos do Município de Cuiabá foi instituído através dos Atos Legais geralmente com comemoração em diversos pontos turísticos. Demonstra também que dentre vários promotores dos eventos ocorreu: Predomínio do Governo Municipal (20 eventos); Governo Estadual (07 eventos) e Igreja Católica (07 eventos).

Quadro 87: Pontos Turísticos de Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 462 e 463.

Local	Endereço / Bairro
Bairro Pari (praia fluvial e pesca)	Beira do Rio Cuiabá – Região Oeste
Basilica Senhor Bom Jesus de Cuiabá	Praça da República – Centro Norte
Casa Cuiabana	Rua General Vale – dos Bandeirantes
Casa do Artesão	Rua Senador Metelo – do Porto
Cais do Porto	Beira do Rio Cuiabá
Centro de Atendimento ao Turista Ezequiel José Roberto	Praça Rachid Jaudy
Centro de Convenções de Cuiabá	Hotel Fazenda Mato Grosso
Centro de Convenções Senai/Fientec	Avenida XV de Novembro – Centro Sul
Centro de Eventos do Pantanal – Sebrae	Avenida Bernardo de Oliveira Neto – Despraçado
Centro Geodésico da América do Sul	Praça Pascoal Moreira Cabral – Centro Sul
Centro Histórico tombado pelo Iphan	Centro-Norte
Centro Político-Administrativo – CPA	Bairro CPA
Complexo Turístico Ministro Sérgio Motta Aquário Municipal Justino Malheiros Espaço Cultural Liu Arruda Museu do Rio Hid Alfredo Scaff	Avenida Manoel José de Arruda – do Porto
Comunidade de São Gonçalo	Bairro São Gonçalo Beira-Rio
Distrito da Guia	Ponte de Ferro do Distrito da Guia
Vila Coxipó do Ouro	Distrito Coxipó do Ouro
Estádio Eurico Gaspar Dutra (Dutrinha)	Rua Joaquim Murtinho – Centro Sul
Estádio Governador José Fragelli (Verdão)	Avenida Agrícola Paes de Barros – Cidade Alta
Grande Templo da Assembleia de Deus	Avenida Hist. Rubens de Mendonça – CPA
Horto Florestal Tote Garcia	Rua Antônio Dorileo – Coxipó
Igreja da Boa Morte	Praça Antônio Correa – Centro Norte
Igreja Nossa Senhora do Rosário e Capela S. Benedito	Avenida Cel. Escolástico – Lixeira
Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho	Praça do Seminário – Dom Aquino
Igreja São Gonçalo	Avenida XV de Novembro – Centro Sul
Igreja Senhor dos Passos	Rua 7 de Setembro – Centro Norte
Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais – Inpe	Morro da Conceição – CPA
Mercado Antônio Moisés Nadaf	Avenida 8 de Abril – Bairro do Porto
Memorial das Águas	Avenida Pres. Marques
Memorial Papa João Paulo II	Avenida Oátomo Canavarros – Morada do Ouro
Mesquita Muçulmana	Rua Manoel dos Santos Coimbra – Bandeirantes

continua...

Local	Endereço / Bairro
Monumento da 1ª Missa em Cuiabá	Distrito Coxipó do Ouro
Museu da Imagem e do Som Lázaro Papazian (Misc)	Rua Voluntários da Pátria – Centro Norte, no antigo sobrado do Alferes Joaquim Moura
Museu de Arte Sacra	Praça do Seminário – Dom Aquino
Museu de Bonecas e de Brinquedos	Rua G, nº 20, Jardim Flamboyant
Museu de Pedras Ramis Bucair	Rua Galdino Pimentel (calçadão), nº 195 – Centro-Norte
Museu de Pré-história Casa Dom Aquino	Avenida Manoel José de Arruda – Jardim Europa
Museu Histórico de Mato Grosso	Palácio da Instrução – Praça da República – Centro Norte
Museu Manoel do Espírito Santo "Rei da Água" (do Morro Caixa d'Água)	Rua Comandante Costa – Centro Sul
Palácio Alencastro	Praça Alencastro – Centro Norte
Palácio da Instrução	Praça da República – Centro Norte
Palácio Dante de Oliveira (Assembleia Legislativa)	Avenida André Antônio Maggi, nº 6, CPA
Palácio do Governo (antiga residência dos Governadores)	Rua Barão de Melgaço – Centro Norte
Palácio Pascoal Moreira Cabral (Câmara Municipal)	Praça Pascoal Moreira Cabral – Centro Sul
Parque Antônio Pires de Campos (Morro da Luz)	Rua Tenente Coronel Duarte – dos Bandeirantes
Parque da Saúde (Zé Bolo Flô)	Coxipó
Parque de Exposições – Senador Jonas Pinheiro	Avenida Carmindo de Campos – do Terceiro
Parque Mãe Bonifácia	Avenida Miguel Sutil – Duque de Caxias
Parque Massairo Okamura	Centro Político Administrativo
Parque Nacional de Chapada dos Guimarães Complexo Turístico da Salgadeira Portão do Inferno Cachoeira Véu de Noiva Casa de Pedra	Município de Cuiabá e Chapada dos Guimarães
Parque Tia Nair	Avenida Érico G. Preza Filho – Jardim Itália
Ponte de Ferro do Coxipó	Beira do Rio Coxipó
Praça da República	Centro Norte
Praça Dona Bem-Bem (Largo da Mandioca)	Centro Norte
Sesc Arsenal	Rua Treze de Junho – Centro Sul
Sesi Park	Avenida Oátomo Canavarros – CPA
Shopping Center Goiabeiras	Avenida José M. de Figueiredo – Duque de Caxias
Shopping Center Pantanal	Avenida Historiador Rubens de Mendonça – Jardim Aclimação
Shopping Center Três Américas	Avenida Orlando Nigro – Jardim das Américas
Terminal Rodoviário	Avenida República do Líbano – Alvorada
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT Museu de Arte e Cultura Popular Museu Marechal Rondon (Indígena) Minizoológico	Avenida Fernando Correa da Costa – UFMT

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso – Sedtur.
Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 87, o Município de Cuiabá totalizou 60 pontos turísticos dentre os quais ocorreu o predomínio de 56 pontos na Macrozona Urbana da cidade.

Quadro 88: Tombamento Estadual.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 465.

Bens Tombados	Ano de Construção	Ato de Tombamento	Ocupação Atual	Endereço
44º Batalhão de Infantaria Motorizada	1941	Portaria 52/07	44º Batalhão de Infantaria Motorizada	Avenida José M. de Figueiredo, Duque de Caxias
Arsenal de Guerra	1819 a 1832	Portaria 63/83	Espaço Cultural Sesc-Arsenal	Rua 13 de Junho, Bairro Centro-Sul
Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso	1776	Portaria 38/84	Secretaria de Estado de Desenv. do Turismo	Rua Campo Grande, Bairro Centro-Norte
Cadeia Pública	1858 a 1862	Portaria 55/83	Fund. Centro de Reabilitação D. Aquino Correa	Rua Joaquim Murinho, Bairro Centro-Sul
Casa Barão de Melgaço	Século XVIII	Portaria 13/98	Instituto Hist. e Geogr. de Mato Grosso e Academia Mato-Grossense de Letras	Rua Barão de Melgaço, Esquina Voluntários da Pátria, Bairro Centro-Norte
Casa Cuiabana	Final do século XVIII	Portaria 27/83	Espaço Cultural da Secr. de Estado de Cultura	Rua General Vale, Bairro dos Bandeirantes
Casa Dom Aquino	1842	Portaria 08/97	Museu de Pré-História	Avenida Manoel José de Arruda, Bairro Jardim Europa
Casa dos Irmãos Franciscanos	Século XIX	Portaria 77/87	Casa Paroquial	Rua Cândido Mariano, Bairro Centro-Norte
Casarão de Nhonhô de Manduca, Dona Codó e Dona Bembem		Portaria 13/98	Residencial	Rua Barão de Melgaço, Bairro Centro-Norte
Chafariz do Mundêu	1871	Portaria 32/79	Monumento	Pça. Bispo Dom José, Bairro Centro-Norte
Cine-Teatro Cuiabá	1942	Portaria 31/84	Em reforma	Avenida Getúlio Vargas, Bairro Centro-Norte
Conjunto Arquitetônico do Antigo Distrito D. Pedro II, Porto	A partir de 1720	Portaria nº 035/SEC/2007	Comércio e Residências	Bairro do Porto
Fachada da Santa Casa de Misericórdia	Início do século XIX	Portaria 14/98	Hospital	Praça do Seminário, Bairro Dom Aquino
Fachada do Cemitério da Piedade	1875	Portaria 15/98	Cemitério	Rua Batista das Neves, Bairro Centro-Norte
Grande Hotel	1940	Portaria 61/83	Secretaria de Estado de Cultura	Avenida Getúlio Vargas, Bairro Centro-Norte
Grupo Escolar Senador Azeredo	1910	Portaria 57/83	Casa do Artesão	Rua Senador Metello, Esquina 13 de Junho, Bairro do Porto
Igreja da Boa Morte	1ª metade século XIX	Portaria 75/87	Religiosa	Praça Antônio Correa, Bairro Centro-Norte
Igreja de São Gonçalo	1782 a 1916	Portaria 74/87	Religiosa	Rua XV de Novembro, Esquina Senador Metello, Bairro Centro-Sul
Igreja do Rosário	1750 a 1751	Portaria 76/87	Religiosa	Praça do Rosário, Bairro da Lixeira
Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho	1918	Portaria 47/77	Religiosa	Praça do Seminário, Bairro Dom Aquino
Antigo Quartel da Força Pública	Século XVIII	Portaria 12/98	Ganha Tempo (Setec/MT)	Rua 13 de Junho, Bairro Centro-Sul
Liceu Cuiabano	1944	Portaria 59/83	Estabelecimento de ensino	Praça Gen. Mallet, Bairro do Quilombo
Mercado do Peixe	1781	Portaria 26/83	Museu do Rio Hid. Alfredo Scaff	Avenida Manoel J. de Arruda, Bairro do Porto
Palácio da Instrução	1911 a 1913	Portaria 03/83	Museu e biblioteca	Praça da República, Bairro Centro-Norte
Palácio da Justiça	Anos 40 do século XX	Portaria 05/00	Juizado Especial	Avenida Getúlio Vargas, Bairro Centro-Norte
Palácio Episcopal		Portaria 08/98	Residência dos Bispos	Praça do Seminário, Bairro Dom Aquino
Ponte de Ferro do Coxipó	1897	Portaria 26/84	Em reconstrução	Avenida Fernando Corrêa da Costa, Bairro Bela Marina
Ponte de Ferro da Guia	Início do século XX	Portaria 06/00	Tráfego público/pedestre	Distrito de Nossa Senhora da Guia
Residência Oficial dos Governadores	1941	Portaria 58/83	MT Fomento	Rua Barão de Melgaço, Bairro Centro-Norte
Secretaria Geral	Anos 40 do século XX	Portaria 07/00	Arquivo Público do Estado de MT	Avenida Getúlio Vargas, Bairro Centro-Norte
Seminário da Conceição	1858 a 1882	Portaria 47/77	Museu Histórico de Mato Grosso	Praça do Seminário, Bairro Dom Aquino
Thesouro do Estado	1896 a 1898	Portaria 03/83	Secretaria de Estado de Desenv. do Turismo	Praça da República, Bairro Centro-Norte
Viola de cocho, ganzá e o mocho	...	Lei 6.772/96	Instrumentos Musicais	Patrimônio Imaterial

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso - Sedtur; Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 88, na cidade de Cuiabá totalizou 36 bens tombados, cuja construção data do período compreendido entre o século XVIII e a década de 40 do século XX, localizados em vários pontos da cidade sendo que predominaram os monumentos da Igreja Católica (08).

Nesse contexto Cuiabá (2009) afirma que, o tombamento do Centro Histórico da cidade de Cuiabá conferiu-lhe a identidade e personalidade histórico-cultural e transformou o espaço urbano e a arquitetura em um marco cultural na Região Centro Oeste. A área protegida totaliza 62,7 hectares e a área de tombamentos totaliza 13 ha, sendo que está constituída por aproximadamente 400 imóveis e a área do entorno com 10 ha está constituída por 600 imóveis incluindo também o Parque Antônio Pires de Campos, popular Morro da Luz⁵¹, no centro da cidade⁵².

⁵¹ Ver: Subitem 2.4.8.

⁵² Ver: Item 2.2 e Figuras 36 e 38.

Desde [...] a data do tombamento provisório da área, o [...] IPHAN tem atuado para preservar o Centro Histórico de Cuiabá, criando [...] parcerias com a Prefeitura Municipal, especialmente por meio do [...] IPDU e da [...] SMADES [...]. O tombamento do Centro Histórico de Cuiabá garante valores históricos da antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e continua praticamente intacto, abrigando as diversas arquiteturas com mais de 289 anos de evolução urbana e cultural de sua estrutura secular. Integrando e vivificando esse acervo, o *modus vivendi e faciendi* cotidiano e tradicional dos cuiabanos – sua vida social, suas expressões de arte nos diversos campos – fundamenta a permanência cultural (CUIABÁ, 2009, p. 464).

O tombamento e preservação do Centro Histórico transformaram-se em importantes instrumentos para a preservação da memória histórica da cidade de Cuiabá devido à proteção legal através do suporte físico - cultural perpétuo legado pela população cuiabana do passado.

Um dos traços mais característicos das cidades modernas é o seu alto nível de diferenciação interna. Os conjuntos de zonas, comunidades ou Bairros são frequentemente distinguíveis em termos de aparência física, composição da população e aspectos relacionados com as características e problemas sociais, que repetem de uma cidade para outra. A existência de padrões sociais e residenciais similares sugere que a estrutura urbana está determinada por um número de princípios gerais de uso do solo e de localização. Isso indica o funcionamento do poder social subjacente e das forças econômicas que propiciam usos semelhantes, se não idênticos, de parcelas adjacentes da cidade (CLARK, 1991, p. 181).

Quadro 89: Tombamento Municipal.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 470.

Bens Tombados	Ato de Tombamento	Endereço
Cemitério do Pascoal Ramos	Lei nº 3.227 de 15/12/93	Rua Raimundo Pinheiro, Esquina Professor Artur, Bairro Pascoal Ramos
Clube Esportivo Dom Bosco	Lei nº 2.996 de 09/07/93	Rua Diogo Domingos Ferreira, Bairro dos Bandeirantes
Escola dos Jesuítas (Distrito da Guia)	Lei nº 3.172 de 15/09/93	Sede do Distrito da Guia
Estádio Presidente Eurico Gaspar Dutra (Dutrinha)	Lei nº 2.761 de 25/05/90	Rua Joaquim Murtinho, Bairro Centro-Sul
Foz do Rio Coxipó	Lei nº 4.383 de 17/07/03	Bairro Bela Marina e São Gonçalo Beira Rio
Monumento dos Direitos Humanos Universais	Lei nº 3.904 de 18/11/99	Praça da República
Morro da Caixa d'Água Velha	Lei nº 2.843 de 16/04/91	Rua Comandante Costa, Esquina Nossa Senhora de Santana, Bairro Centro-Sul
Morro do Seminário e imóveis de entorno	Dec. nº 868 de 13/12/83	Bairro Dom Aquino
Parque Antônio Pires de Campos (Morro da Luz) e imóveis de entorno	Dec. nº 870 de 13/12/83	Bairro dos Bandeirantes
Praça da República e imóveis do entorno	Dec. nº 869 de 13/12/83	Bairro Centro-Norte
Palmeira Gogó de Seriemá	Lei nº 3.733 de 30/03/98	Praça Ipiranga, Bairro Centro-Sul

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 89, na cidade de Cuiabá o Governo Municipal realizou o tombamento de 11 bens com o predomínio de: Monumentos Públicos (08).

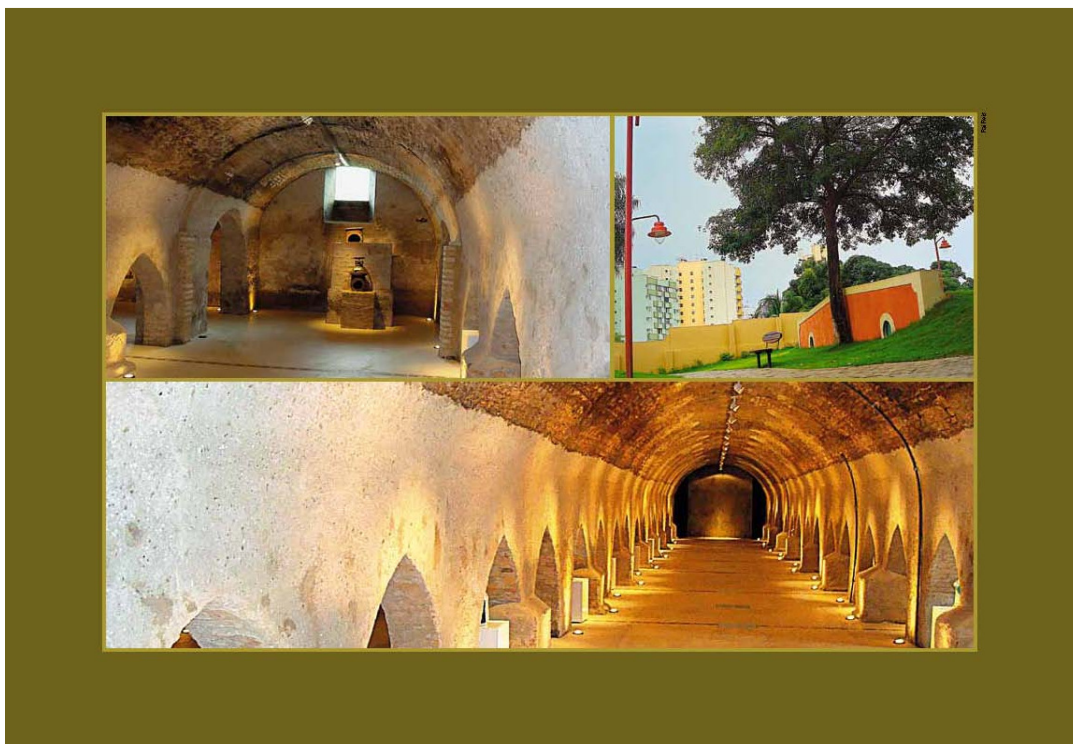


Figura 36: Museu Manoel do Espírito Santo, “Rei da Água”, no Morro da Caixa D’água Velha.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 468.

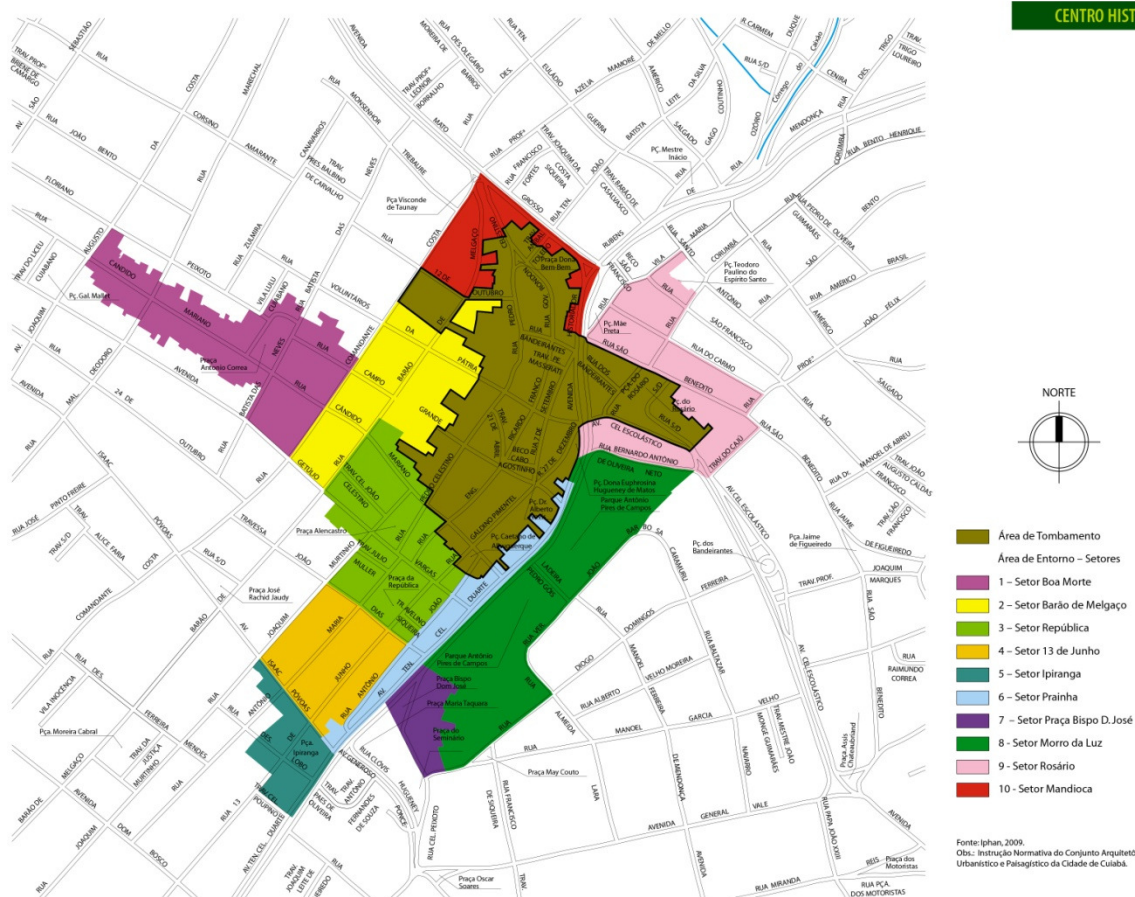


Figura 37: Mapa do Centro Histórico de Cuiabá.
 Fonte: Cuiabá, 2009, p. 467.

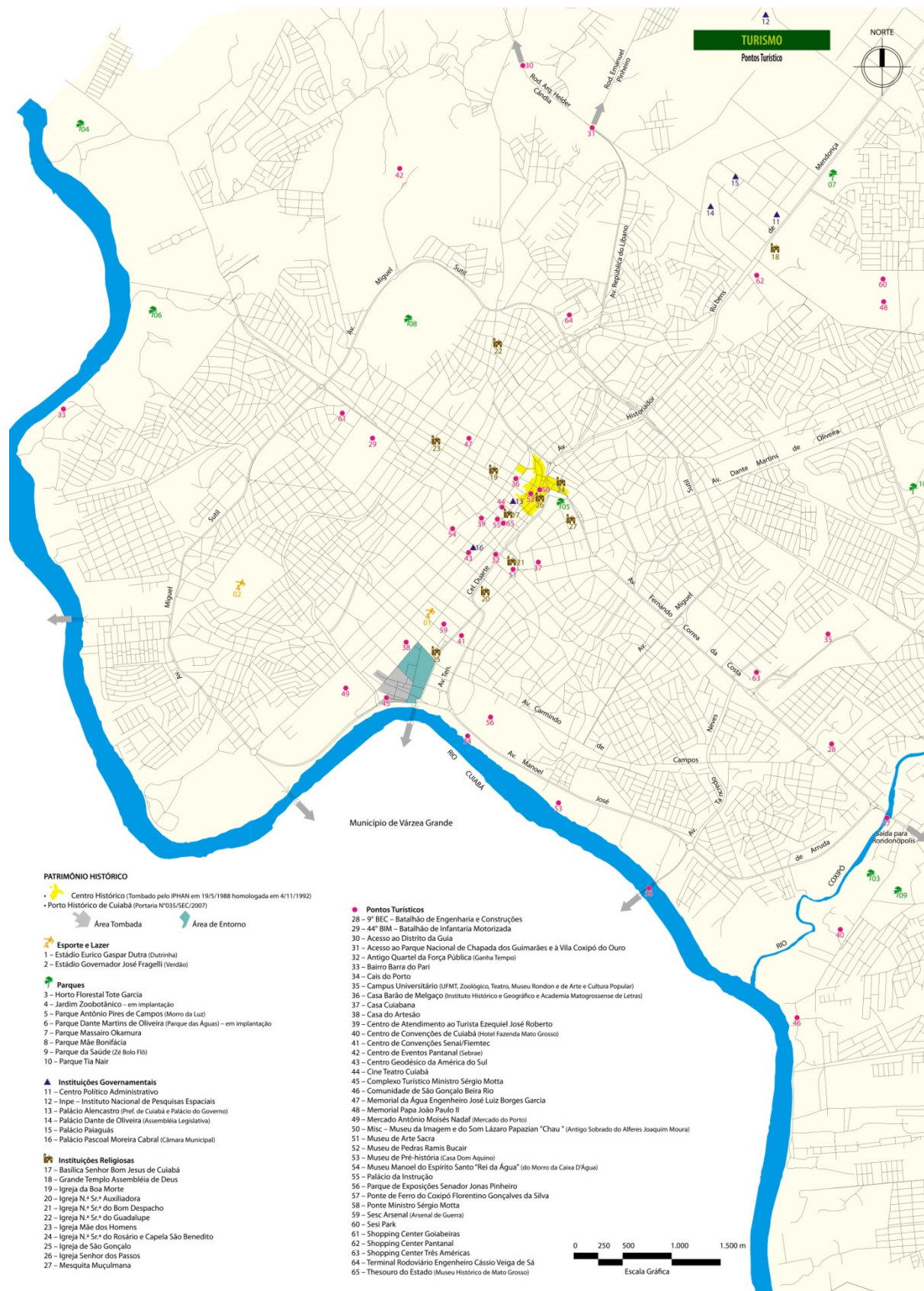


Figura 38: Mapa dos Pontos Turísticos de Cuiabá.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 469.

Cuiabá (2009) ressalta que, até o ano de 2009, na cidade de Cuiabá existiam apenas 223 equipamentos culturais e de lazer com o predomínio de: Bibliotecas, Lojas de Artesanato, Restaurantes e Bares⁵³.

Quadro 90: Galerias de Arte e Espaços para Exposições.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 470.

Equipamentos	Endereço / Bairro
Atelier Adriana Milano, Ferraz Ronel e Mary Jay	Rua 24 de Outubro, nº 584, Popular
Casa Cuiabana	Rua General Vale, dos Bandeirantes
Casa dos Artistas	Rua 24 de Outubro, nº 622, Popular
Casa das Molduras	Rua 24 de Outubro, nº 632, Popular
Dom Produções (Amazon)	Rua 24 de Outubro, nº 519, Popular
Galeria de Arte da Secretaria de Estado de Cultura	Avenida Getúlio Vargas, Centro-Norte
Galeria de Artes Gazeta	Rua Professora Teresa Lobo, Alvorada
Galeria do Museu de Arte e Cultura Popular	Avenida Alzira Zarur, UFMT
Galeria Laila Zahran – TV Centro-América	Avenida Marechal Deodoro, do Quilombo
Galeria Municipal de Arte e Cultura – Ronaldo de Arruda Castro	Rua Barão de Melgaço, 3677, Centro-Norte, no Clube Feminino
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	Rua 7 de Setembro, Centro-Norte
NArtes – Assoc. Cuiabana de Belas Artes	Rua Cândido Mariano, Centro-Norte
Pádua Galeria	Avenida Miguel Sutil, do Quilombo
Pantanal Shopping	Avenida Historiador Rubens de Mendonça, Jardim Aclimação
Salão Nobre do Palácio da Instrução	Praça da República, Centro-Norte
Sesc Arsenal	Rua 13 de Junho, Centro-Sul
Shopping Goiabeiras	Avenida José M. de Figueiredo, Duque de Caxias
Shopping Três Américas	Avenida Orlando Nigro, Jardim das Américas.

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 90, na Macrozona Urbana de Cuiabá existiam 18 Galerias e Espaços para Exposições de Arte.

Quadro 91: Cinemas.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 471.

Estabelecimentos	Endereço / Bairro
Cine-Clube Coxiponés	Campus da UFMT
Cine Multiplex Pantanal (10 salas)	Pantanal Shopping, Avenida Historiador Rubens de Mendonça, Jardim Aclimação
Cinemais (8 salas)	Shopping Três Américas, Av. Orlando Nigro, Jardim das Américas
Sala Arne Sucksdorf – Centro Cultural da UFMT	Campus da UFMT
Sesc Arsenal	Rua 13 de Junho, Centro-Sul

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 91, até o ano de 2009, existiam na cidade de Cuiabá 05 Cinemas.

⁵³ Ver: Quadros 90 a 101.

Quadro 92: Salas de Teatro e Espaços Culturais.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 471.

Estabelecimentos	Endereço / Bairro
Anfiteatro do Centro Federal de Educação Tecnológica (capacidade 500 lugares)	Rua Zulmira Canavarros, Centro-Norte
Anfiteatro do Memorial da Água Engº José Luiz	Av. Presidente Joaquim Augusto da Costa Marques, s/nº
Casa Cuiabana (teatro de arenal)	Rua General Vale, dos Bandeirantes
Casa da Cultura	Rua Barão de Melgaço, Centro-Norte
Centro de Cultura Afro-Brasileira	Avenida Rui Barbosa, Jardim Universitário
Cine Teatro Cuiabá "Espaço Cultural Maestro China"	Av. Getúlio Vargas, Centro Norte
Coreto Poeta Benedito Santana da Silva Freire	Praça 8 de Abril
Espaço Cultural Silva Freire (teatro de arena e de bolso)	Rodovia Palmiro Paes de Barros, Vista Alegre
Museu da Imagem e do Som Lázaro Papazian	Rua Voluntários da Pátria, Centro-Norte
Sesc Arsenal	Rua 13 de Junho, Centro-Sul
Teatro do Colégio Estadual Liceu Cuiabano (capacidade 470 lugares)	Praça General Mallet, do Quilombo
Teatro do Colégio Coração de Jesus	Rua Comandante Costa, Centro-Norte
Teatro da TV Centro América	Av. Marechal Deodoro, do Quilombo
Teatro Universitário (capacidade 500 lugares)	Avenida Fernando Corrêa da Costa, UFMT

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo; Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 92 na zona urbana da Cidade, nesse mesmo período, existiam 14 Teatros e Espaços Culturais.

Quadro 93: Bibliotecas.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 472.

Bibliotecas	Endereço / Bairro
Abigail Alves da Silva "Dona Bega"	Av. Tenente Coronel Duarte, 186, Centro Norte
Acervo da Academia Mato-Grossense de Letras e do IHGMT	Rua Barão de Melgaço, Centro-Norte
Arquivo Público de Mato Grosso	Av. Getúlio Vargas esquina com Rua Comandante Costa
Arquivo Público Municipal	Rod. Palmiro Paes de Barros, Vista Alegre
da Escola Técnica Federal de MT	Rua Professora Zulmira Canavarros, Centro-Norte
da Universidade de Cuiabá	Avenida Manoel J. de Arruda, Jardim Europa
da Universidade Federal de MT	Avenida Fernando Correa da Costa, UFMT
do Centro Universitário Unirondon	Avenida Manoel J. de Arruda, Jardim Europa
do IBGE	Avenida Tenente Coronel Duarte, Centro-Norte
do Ministério da Fazenda	Avenida Historiador Rubens de Mendonça, CPA
do Senai	Rua XV de Novembro, Centro-Sul
do Sesc	Rua São Joaquim, Centro-Sul
do Senac	Rua Jessé Pinto Freire, Centro Sul
Estevão de Mendonça (estadual)	Palácio da Instrução, Praça da República, Centro-Norte
Filogônio P. Correa (Liceu Cuiabano)	Praça General Mallet, do Quilombo
Manoel Cavalcanti Proença (municipal)	Rua Comandante Costa, Centro-Norte
Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional - NDHIR	Avenida Fernando Correa da Costa, UFMT
Professora Ery de Souza Magalhães	N. H. CPA I, Morada da Serra
Saber com Sabor (municipal)	Praça Clóvis Cardoso
Saber com Sabor (municipal) - "Caetano Ribeiro Santos"	Rua Hércules Florence, Dom Aquino
Saber com Sabor (municipal)	Rua Mamoré, Pedregal
Saber com Sabor (municipal) - "Levi Costa de Freitas Júnior"	Centro de Múltiplo Uso, Pedra 90
Saber com Sabor (municipal)	Rua Alan Kardec, Santa Isabel
Sala Verde Caxinguelé	Horto Florestal Tote Garcia

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo; Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 93, até o ano de 2009, na cidade de Cuiabá existiam 24 Bibliotecas.

Quadro 94: Museus.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 472.

Museu	Endereço / Bairro
da Imagem e do Som Lázaro Papazian	Rua Voluntários da Pátria, Centro-Norte
das Bonecas e dos Brinquedos	Rua G, nº 20, Jardim Flamboyant, Barra do Pari
de Arte Sacra	Praça do Seminário, Dom Aquino
de Arte e Cultura Popular	Avenida Fernando Correa da Costa, UFMT
de História Natural e Antropologia	Palácio da Instrução, Praça da República, Centro-Norte
de Pedras Ramis Bucair	Rua Galdino Pimentel, Centro-Norte
de Pré-história	Avenida Manoel José de Arruda, Jardim Europa
do Artesanato (Casa do Artesão)	Rua 13 de Junho, do Porto
Manoel do Espírito Santo "Rei da Água" (Morro da Caixa d'água velha)	Rua Comandante Costa, Centro-Sul
do Rio Cuiabá Hid Alfredo Scaff	Avenida Manoel J. de Arruda, do Porto
Histórico de Mato Grosso	Palácio da Instrução, Praça da República, Centro-Norte
Marechal Rondon (indígena)	Avenida Fernando Correa da Costa, UFMT

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 94, nesse mesmo período, na zona urbana da cidade de Cuiabá existiam também 12 Museus.

Quadro 95: Locais para Eventos Esportivos e/ou Espetáculos.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 473.

Equipamentos	Endereço / Bairro
Centro Esportivo Gustavo Cid. Nunes da Cunha	Avenida João Gomes M. Sobrinho, da Lixeira
Centro de Eventos Pantanal (Sebrae)	Avenida Bernardo A. de Oliveira Neto, Ribeirão do Lipa
Clube Monte Líbano	Avenida Rep. do Líbano, Despraçado
Estádio Governador José Fragelli	Avenida Agrícola Paes de Barros, Cidade Alta
Escola Estadual Liceu Cuiabano Maria de Arruda Müller	Praça General Mallet, do Quilombo
Estádio Presidente Eurico Gaspar Dutra	Rua Joaquim Murinho, Centro-Sul
Ginásio de Esportes da UFMT	Campus da UFMT
Ginásio de Esporte do Colégio São Gonçalo	Avenida Tenente Coronel Duarte, Dom Aquino
Ginásio de Esporte Manoel S. de Campos	Avenida Carmindo de Campos, do Terceiro
Ginásio Poliesportivo Aecim Tocantins	Avenida Agrícola Paes de Barros, Cidade Alta
Parque de Exposições Senador Jonas Pinheiro	Avenida Carmindo de Campos, do Terceiro

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 95, também até o ano de 2009, existiam na Macrozona Urbana de Cuiabá 11 locais para eventos esportivos e/ou espetáculos.

Quadro 96: Locais para Congressos / Convenções.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 473.

Equipamentos	Endereço / Bairro
Centro de Convenções de Cuiabá (Hotel Fazenda Mato Grosso)	Avenida Antônio Dorileo, Coxipó
Centro de Convenções Hotel Eldorado	Avenida Isaac Povoas, Centro-Norte
Centro de Eventos Pantanal (Sebrae)	Avenida Bernardo A. de Oliveira Neto, Ribeirão do Lipa
Centro de Eventos do Senai	Avenida XV de Novembro, Centro-Sul
Centro de Eventos do Hotel Deville	Avenida Isaac Povoas, da Goiabeira
Centro de Eventos do Hotel Delcas	Avenida Fernando Correa, Boa Esperança
Centro de Eventos do Hotel Odara	Avenida Fernando Correa, do Areão

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 96, nesse mesmo período, também existiam na cidade de Cuiabá 07 Centros para Congressos e/ou Convenções.

Quadro 97: Clubes.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 474.

Clubes	Endereço / Bairro
Associação Atlética Banco do Brasil (AABB)	Avenida Alexandre de Barros, Jordão
Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal	Rodovia Palmiro Paes de Barros, Jardim Mossoró
Balneário 5 de Maio	Avenida Dr. Meirelles
Balneário Coxipó do Ouro	Distrito de Coxipó do Ouro
Balneário Dr. Meirelles (Sesc)	Avenida Dr. Meirelles
Centro de Tradições Nordestinas	São Francisco
Círculo Militar	Avenida Miguel Sutil, Barra do Pari
Clube de Campo Vale do Sol	Rodovia Hélder Cândia
Clube Monte Libano	Avenida República do Libano, Despraçado
CTG Bento Gonçalves	Santa Marta
CTG Velha Querência	Rodovia Palmiro Paes de Barros
Cuiabá Praia Clube	Rodovia Emanuel Pinheiro (acesso)
Cuiabá Tênis Clube	Avenida Carmindo de Campos, Jardim Califórnia (acesso)
Gremat	Cachoeira das Garças
Jockey Club de Mato Grosso	Rodovia Palmiro Paes de Barros, Parque Cuiabá (acesso)
Sesi Clube	Avenida Oátomo Canavarros, Morada do Ouro

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 97, até o ano de 2009, também existiam 16 Clubes na zona urbana de Cuiabá,

Quadro 98: Bares, Boates e Danceterias.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 475.

Estabelecimentos	Endereço / Bairro
América (Bar)	Av. Miguel Sutil – Jardim Cuiabá
Anauê (Bar e Restaurante)	Av. Miguel Sutil – do Porto
Armazém (Bar e Restaurante)	Av. Miguel Sutil – Santa Rosa
Barcelona (Boate)	Av. Miguel Sutil – Cidade Alta
Botequim (Bar)	Praça Eurico Gaspar Dutra – Popular
Brooks Country (Bar e Boate)	Av. Isaac Povoas – Popular
Caravelas (Bar)	Estevão de Mendonça – das Goiabeiras
Choros e Serestas (Bar)	Rua Cel. João L. de Figueiredo – Jd. Tropical
Chuvisco (Espetinho)	Rua Filinto Muller – do Quilombo
Clube de Esquina (Bar)	Rua Mal. Floriano Peixoto – Centro-Norte
Confrade (Bar e Restaurante)	Av. Mato Grosso – Centro-Norte
da Hora (Bar)	Praça Eurico Gaspar Dutra – Popular
Ditado Popular (Bar)	Praça Eurico Gaspar Dutra – Popular
do Azeitona (Bar)	Praça Eurico Gaspar Dutra – Popular
Espeto Popular (Bar)	Rua Estevão de Mendonça – Quilombo
Fran's Café	Praça Eurico Gaspar Dutra – Popular
Fundo de Quintal (Bar)	Rua Estevão de Mendonça – Quilombo
Garage (Boate)	Av. Manoel José de Arruda - Terceiro
Garagem	Av. Getúlio Vargas - Popular
Gerônimo Bar (Boate)	Rua Mal. Floriano Peixoto – do Quilombo
Getúlio (Boate)	Av. Getúlio Vargas – Popular
Itália Grill	Av. Érico Gonçalves Preza Filho – Jardim Itália
Lótus (Boate)	Rua 24 de Outubro – Centro-Norte
Lua Morena (Boate)	Av. Archimedes Pereira Lima, Santa Cruz
Mamagaia (Bar e Restaurante)	Av. Miguel Sutil, do Areão
Money Money (Bar e Restaurante)	Rua Edgar Vieira, Boa Esperança
Patriota (Bar)	Praça Eurico Gaspar Dutra – Popular
Rola Papo (Bar e Restaurante)	Rua Sebastiana Paes de Barros – Boa Esperança
Ruínas (Bar)	Rua Cândido Mariano – Centro-Norte
Strike Boliche (Bar)	Av. Fernando Correa – Pico do Amor
Tom Chopim (Bar e Restaurante)	Rua B, Qd. 01 – do Areão
Zum-Zum Bar Disco (Boate)	Rua Castelo Branco – do Quilombo

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 98, até o ano de 2009, na zona urbana de Cuiabá também existiam: Bares (20), Boates – Danceterias (12).

Quadro 99: Restaurantes de Comidas Cuiabanas.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 476.

Estabelecimentos	Endereço / Bairro
Biba's Peixaria	Rua João S. da Fonseca – dos Araés
Cacalo Peixaria	Av. José Rodrigues do Prado – Santa Rosa
Casarão Cuiabano	Av. Fernando Correa – Bela Marina
Deck Grill	Av. Hist. Rubens de Mendonça - da Lixeira
Lelis Peixaria	Av. José Monteiro de Figueiredo -
Peixaria Caçula	Rua Gal. Rabelo – Duque de Caxias
Peixaria Caxara na Brasa	Praça Jaime de Figueiredo, 120 – da Lixeira
Peixaria Coxipó	Av. Fernando Correa – Coxipó
Peixaria Cuyabano	Praça Eurico Gaspar Dutra – Popular
Peixaria do Jairo	Rua Candido Mariano – do Quilombo
Peixaria Lambari	Rio Cuiabá – do Porto
Peixaria Popular	Rua São Sebastião – das Goiabeiras
Peixaria Só-Pera	Rua Manoel Garcia Velho - dos Bandeirantes
Peixaria Ximba na Manga	Rua São Sebastião – Popular
Peixarias do São Gonçalo Beira-Rio	São Gonçalo Beira-Rio
Restaurante Avenida	Av. Agrícola Paes de Barros – Cidade Alta
Restaurante Chopão	Praça 8 de Abril – do Quilombo
Restaurante e Peixaria Okada	N.H. CPA I – Morada da Serra
Restaurante La Barca	Rio Cuiabá – Várzea Grande
Restaurante O Regionalíssimo	Av. Manoel José de Arruda, Museu do Rio – do Porto
Restaurante O Regionalíssimo	São Gonçalo Beira-Rio
Restaurante Varandão	Barra do Pari
Tchapa e Cruz Restaurante	Av. Filinto Müller

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI

De acordo com os dados do Quadro 99, nesse mesmo período, no Município de Cuiabá também existiam 23 Restaurantes de Comidas Típicas Cuiabanas.

Quadro 100: Restaurantes Brasileiros e Internacionais.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 477.

Estabelecimentos	Endereço / Bairro
Adriano	Av. Getúlio Vargas – da Goiabeira
Al Mansur	Av. Archimedes Pereira Lima – Cachoeira das Garças
Bolo de Arroz e Cia	Av. São Sebastião, 2.453 – Popular
Café Design	Av. Miguel Sutil, 6274
Casa do Cupim	Av. Miguel Sutil – Duque de Caxias
Cedro's	Praça 8 de Abril – Popular
China in Box	Av. Pres. Augusto da Costa Marques, 512 – Centro-Norte
Churrascaria Recanto Gaúcho	Av. Hist. Rubens de Mendonça, 1.213 - Concil
Churrascaria Boi Grill	Av. Miguel Sutil, 6741 – Duque de Caxias
Churrascaria Gaúcha	Av. Fernando Correa, 151 - Areão
Churrascaria Majestic	Av. Prof. João Gomes M. Sobrinho - da Lixeira
Deck Avenida	Av. Hist. Rubens de Mendonça – dos Araés
Deck Grill	Da Lixeira
Dom Agostinho	Rua Dom Aquino, 314 – Dom Aquino
Dom Sebastião	Av. São Sebastião – do Quilombo
Due Ladrone Ristorante	Rua Sírio Libanesa, 61 _ Popular
Duca's Sete	Av. Hist. Rubens de Mendonça – Alvorada
Flor do Cerrado	Av. Getúlio Vargas
Gato Mia	Rua Senador Villas Boas – Popular
Getúlio Grill	Av. Getúlio Vargas – Popular
Habibi	Praça Eurico Gaspar Dutra – Popular
Itália Massas e Pizzas	Av. Getúlio Vargas – Centro-Norte
Itiban	Av. Filinto Müller – do Quilombo
Japô	Praça Eurico G. Dutra – Popular
Mahalo	Rua Pres. Castelo Branco – do Quilombo
Meat's Grill	Av. Mato Grosso, 422 – Araés
Mineiro ao Ponto	Rua Miranda Reis – do Poção
Mister Fran	Av. Isaac Póvoas
Originale Di Parma Restaurante	Av. Filinto Muller, 788 - Quilombo
Pamonharia Golana	Av. Pres. Joaquim A. da C. Marques – do Quilombo
Pamonharia Paicol	Rua Marcus Pereira da Luz – Alvorada
Serra Gourmet	Shopping Center Três Américas – Jd. das Américas
Sobá House	Rua Barão de Melgaço – Centro-Sul
Taberna Portuguesa	Av. Av. Ipiranga – da Goiabeira
Tom Choppin	Rua B, Qd. 01 – do Areão
Tucano's	Av. Hist. Rubens de Mendonça – dos Araés
Verde Vale	Rua Barão de Melgaço – Centro-Sul

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação - IPDU/DPI.

De acordo com os dados do Quadro 100, até o ano de 2009, também existiam na cidade de Cuiabá 37 Restaurantes de Comida Brasileira e Internacional.

Quadro 101: Artesanato.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 478.

Estabelecimentos	Endereço
Arca Souvenirs	Shopping Goiabeira e Três Américas
Art Zen	Avenida Deputado Milton Figueiredo, Morada do Ouro
Arte na Praça (aos sábados e domingos)	Praça Santos Dumont, do Quilombo
Artesanato Guaraná Tamoio	Avenida Tenente Coronel Duarte, Dom Aquino
Artesanato Xingu	Avenida Isaac Póvoas, da Goiabeira
Artíndia	Rua Pedro Celestino, Centro-Norte
Assoc. de Artesãos Mato-Grossenses	Mercado Miguel Sutil, Centro-Norte
Baquité Artesanato	Rua Pedro Celestino, Centro-Norte
Bolo de Arroz	Rua São Sebastião, Popular
Casa do Artesão	Avenida Senador Metelo, do Porto
Casa do Turista	Rua São Cristóvão, Dom Aquino
Cuiabana Doces Caseiros	N. H. CPA I, Morada da Serra
Doces da Noize	Avenida Presidente Marques, Centro-Norte
Espaço Angela Guedes	Rua Sírio-Libanesa, Popular
Feira Cultural CPA II	Avenida Brasil, CPA II, Morada da Serra
Feira de Artesanato da Praça Alencastro (mensal)	Praça Alencastro, Centro Norte
Garça Pantaneira – Hotel Global Garden	Avenida Miguel Sutil, do Baú
Garça Pantaneira – Hotel Mato Grosso	Rua Joaquim Murtinho, Centro-Norte
Hotel Fazenda Mato Grosso (Quiosque)	Rua Antônio Dorileo, Coxipó
Mercado do Artesanato	Rua Pedro Celestino, Centro-Norte
São Gonçalo Beira-Rio (cerâmica)	Bairro São Gonçalo Beira-Rio
Sesc Arsenal	Rua 13 de Junho, Centro-Sul
Varanda Mato-Grossense	Centro de Eventos do Pantanal, Despraiado
Tec Art Artesanato	Rua Sen. Villas Boas, 45, Goiabeiras

Fonte: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI.

Na Macrozona Urbana de Cuiabá, de acordo com os dados do Quadro 101 desse mesmo período, também existiam 24 estabelecimentos para a comercialização de artesanato regional.

De acordo com Cuiabá (2009) o Serviço Social do Comércio – SESC, entidade de direito privado mantida pelos empresários do Comércio de Bens Serviços e Turismo, desenvolve programas na área de: Educação, Cultura, Saúde, Lazer e Assistência Social. Por isso oferece equipamentos culturais e de lazer para a população da cidade de Cuiabá em 05 unidades operacionais: SESC – Porto no Bairro Centro - Sul antigo Bairro Do Porto; SESC – Balneário no Bairro São João Del-Rei; SESC – Escola no Bairro Dom Aquino; SESC – Casa do Artesão no Bairro Centro- Sul antigo Bairro Do Porto e SESC – Arsenal também no Bairro Centro-Sul antigo Bairro Do Porto.

Frequentemente ocorre a falta de políticas e debates em nível nacional sobre os méritos e desvantagens da concentração e da dispersão, ou mesmo de qualquer perspectiva geográfica abrangente. Muitas políticas de desenvolvimento turístico destacam o crescimento geral nas chegadas turísticas e na renda proporcionada pelos turistas estrangeiros, prestando relativamente pouca atenção à questão quanto ao local em que o

crescimento esta para ocorrer ou aos efeitos que ele exercerá sobre as regiões e lugares referidos (PEARCE, 2003, p.341. “Tradução Nossa”).

Quadro 102: Agências de Viagens, Locadoras de Veículos, Empresas Transportadoras e Organizadoras de Eventos Cadastrados na EMBRATUR.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 481.

Localização	Julho/2004			Maio/07		
	Agências de turismo	Empresas transportadoras	Empresas organizadoras de eventos	Agências de turismo	Empresas transportadoras	Empresas organizadoras de eventos
Cuiabá e Várzea Grande	125	45	41	95	52	35
Cuiabá	107	37	36	82	37	33
Várzea Grande	18	8	5	13	15	2
Interior	44	32	1	63	52	1
Total	169	77	42	158	104	36

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (Sedtur).

De acordo com os dados do Quadro 102, em 2004 e 2007, a infraestrutura de apoio ao Turismo totalizou 586 empresas, porém diminuíram 10 empresas em 2007 - localizadas no Aglomerado Urbano Cuiabá - Várzea Grande e também em Várzea Grande e Interior – com as seguintes características: Agências de Turismo (327), Empresas Transportadoras (181) e Empresas Organizadoras de Eventos (78).

Quadro 103: Espaços para Eventos em Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 481.

Categoria	Maio/07	
	Quantidade	Capac./lugares
Auditórios	53	5.284
Centro de eventos	2	8.500
Anfiteatro	2	706
Salão	14	8.580
Total	71	23.070

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (Sedtur).

De acordo com os dados do Quadro 103, no ano de 2007, em Cuiabá existiam 71 Espaços para Eventos com a capacidade total de 23.070 Mil lugares.

Quadro 104: Guias de Turismo Cadastrado na EMBRATUR

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 481.

Localização	Julho/2004	Maior/07
Cuiabá/Várzea Grande	94	31
Cuiabá	83	22
Várzea Grande	11	9
Interior	53	17
Total	147	48

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (Sedtur).

De acordo com os dados do Quadro 104, em 2004 e 2007, a infraestrutura de apoio ao Turismo do Município de Cuiabá e Várzea Grande totalizou apenas 195 guias de turismo cadastrados.

Contextualizando os dados dos Quadros 102, 103 e 104, no período de 2004 e 2007, o Município de Cuiabá possuía uma pequena infraestrutura de apoio ao Turismo formada por: Um grupo de 195 guias de turismo cadastrados na EMBRATUR; 586 Empresas e 71 Espaços para Eventos localizados na conurbação entre Cuiabá e Várzea Grande e também Várzea Grande e Interior.

No ano de 2002, o Estado de Mato Grosso foi o responsável por 0,86% do total de turistas emissivos para o mercado nacional, classificando-se na 19ª posição, enquanto o turismo receptivo representou 0,90%, classificando-se na 20ª posição. A balança de serviços turísticos (gastos *versus* receitas) do Estado apresentou saldo positivo, apropriando-se de 0,85% da receita total gerada com a atividade no País, e realizou um dispêndio correspondente a 0,71% desse total (CUIABÁ, 2009, p.482).

Nesse contexto, Cuiabá (2009) ressalta que no período de 2001 e 2002 o Estado de Mato Grosso, segundo a pesquisa da FIPE/EMBRATUR, foi responsável pelo envio de 365.742 Mil turistas/ano e recepção de 418.245 Mil turistas/ano. Enfatiza também que os turistas que vieram para Cuiabá eram oriundos da: Região Centro-Oeste – Principalmente de outras cidades de Mato Grosso (42,06%); Região Sudeste – Com predomínio das cidades do Estado de São Paulo (15,98%).

Tome-se, por exemplo, a questão do turismo internacional. Nesse setor, o Brasil encontrou limitações relacionadas à distância geográfica da Europa e mesmo da América do Norte [...] a distância encarece o transporte e diminui a demanda [...] Contudo, [...] tem livrado o país [...] de guerras [...] promovendo um retorno a uma procura maior por paisagens naturais, por áreas menos congestionadas, pelas culturas da periferia [...] (GEIGER, 2003, p.20).

Quadro 105: Turismo Receptivo Quanto ao Motivo da Viagem – Ano 2002.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 482.

Motivo da Viagem	Brasil (%)	Cuiabá (%)
Lazer	76,10	45,35
Não-lazer	23,90	54,65

Lazer	Cuiabá (%)
Convite de familiares	33,60
Convite de amigos	8,90

Não-lazer	Cuiabá (%)
Negócios / Prestação de Serviços	23,00
Tratamento de Saúde	10,40

De acordo com os dados do Quadro 105, no ano de 2002 o Turismo Receptivo quanto ao motivo da viagem no Município de Cuiabá foi muito pequeno e diferenciado se comparado ao realizado em outras regiões do Brasil porque as viagens turísticas foram para: Lazer no Brasil (76,10%); Não Lazer (54,65%); Negócios/Prestação de Serviços (23,00%); Convite de Familiares (33,6%).

De acordo com Cuiabá (2009), nesse mesmo período, referente ao Turismo receptivo Cuiabá recebeu turistas de ambos os sexos com renda média de R\$ 1.497,16 com o seguinte perfil: Casados (56,23%); Na faixa etária entre 27 e 50 anos (61,02%); Com escolaridade em nível superior e pós-graduação (40,17%); Com escolaridade em nível médio (39,08%).

Quadro 106: Turismo Receptivo – Ano 2002.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 483.

a) Quanto ao Meio de Hospedagem

Meios de hospedagem	Brasil (%)	Cuiabá (%)
Casa de amigos ou parentes	66,0	55,49
Hotel	15,0	34,83
Pousada	5,0	1,96
Casa alugada	5,0	1,13
Casa própria	3,2	0,78
Albergue ou campismo	0,9	1,15
Outros	4,9	4,66
Total	100,0	100,00

b) Quanto ao Meio de Transporte Utilizado

Meio de Transporte	Brasil (%)	Cuiabá (%)
Ônibus de linha	36,6	58,87
Veículo próprio	30,9	6,41
Avião	9,0	33,08
Outros	23,5	1,65
Total	100,0	100,0

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (Sedtur), Sebrae-MT, Fundac/Usp. *Relatório Analítico – Turismo no Estado de Mato Grosso.*

De acordo com os dados do Quadro 106, em 2002, no Turismo Receptivo realizado em Cuiabá, idêntico ao realizado em todo o território brasileiro, apresentou as seguintes características: Predomínio de hospedagem em casa de amigos ou parentes (55,49%); Hospedagens em Hotéis (34,83%); Utilização de meios de transportes: Ônibus de linha (58,87%) e avião (33,08%).

Cuiabá (2009) ressalta que, em 2002, no Turismo Emissivo do Estado de Mato Grosso predominaram a saída de turistas devido aos seguintes motivos: Visitar parentes e amigos (43%); Negócios (24,6%) e Turismo de lazer (24,4%). Afirma também que esses turistas possuíam o seguinte perfil: Sexo feminino (54,2%); Solteiras entre 27 e 50 anos; Renda Média de R\$ 1.134,09; Escolaridade em nível de Ensino Médio completo; Viajaram mais de cinco vezes ao ano (13,7%); Utilizaram agências de viagem (6,05%); Hospedaram em casas de parentes (50,3%) e em hotéis (18,3%); como meios de transportes utilizaram predominantemente o ônibus de linha (69,5%) e avião (21,4%).

Quadro 107: Turismo Emissivo - Passaportes Expedidos – Ano 2002.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 483.

Ano	Nº de passaportes
1998	4.111
1999	3.471
2000	5.325
2001	3.813
2002	3.574
2003	4.157
2004	5.089
2005	8.121
2006	7.809
2007	9.239

Fonte: Superintendência Regional em Mato Grosso, Departamento de Polícia Federal, Ministério da Justiça.

De acordo com os dados do Quadro 107, durante o período de 1998 a 2007, para realizar o Turismo Emissivo no Estado de Mato Grosso foram expedidos: 54.709 Mil passaportes.

2.9.6. Segurança Pública**Quadro 108:** Ocorrências Registradas pela Polícia Judiciária Civil - Por Delito segundo o Autor.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 485 e 486.

Delitos	Masculino						Feminino					
	Maior			Menor			Maior			Menor		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
CRIME CONTRA A PESSOA	1.286	1.150	1.042	75	104	63	251	298	313	30	30	39
Homicídio doloso	55	34	82	10	8	13	2	N.L.	4	0.	N.L.	N.L.
Homicídio culposo – trânsito	N.L.	N.L.	1	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.	N.L.
Outros homicídios culposos	0	1	4	0	N.L.	N.L.	0	N.L.	1	0	N.L.	N.L.
Tentativa de homicídio	46	58	48	13	12	1	8	9	8	0	4	1
Lesão corporal	1.180	1.017	882	51	76	49	232	278	288	30	25	36
Lesão corporal seguida de morte	3	N.L.	1	0	N.L.	N.L.	0	N.L.	N.L.	0	N.L.	N.L.
Lesão corporal – acidente de trânsito	2	3	4	0	N.L.	N.L.	0	N.L.	2	0	N.L.	N.L.
Outras lesões corporais culposas	0	37	20	1	8	N.L.	9	11	10	0	1	2
CRIMES CONTRA OS COSTUMES	63	40	34	16	9	2	2	3	1	0	1	0
Estupro	35	22	20	5	2	1	0	0	N.L.	0	0	N.L.
Atentado violento ao pudor	28	18	14	11	7	1	2	3	1	0	1	N.L.
CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO	2.535	2.577	2.816	604	811	815	206	203	212	28	35	23
Furto	576	561	605	125	121	105	116	137	129	21	27	18
Furto de veículos	N.L.	*	*	N.L.	*	*	N.L.	*	*	N.L.	*	*

continua..

Delitos	Masculino						Feminino					
	Maior			Menor			Maior			Menor		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Roubo	1.687	1.851	2.087	461	682	708	45	32	41	6	7	5
Latrocínio	N.I.	3	2	1	2	1	0	1	1	0	N.I.	N.I.
Roubo de veículo	112	*	*	14	*	*	2	*	*	0	*	*
Extorsão mediante sequestro	14	3	4	0	3	N.I.	0	N.I.	N.I.	0	N.I.	N.I.
Estelionato	146	159	118	3	3	1	43	33	41	1	1	N.I.
CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	146	65	68	28	11	7	28	17	9	5	2	2
Uso e porte de drogas	37	12	8	9	4	N.I.	4	3	2	0	2	N.I.
Tráfico de drogas	109	53	60	19	7	7	24	14	7	5	0	2
LEIS ESPECIAIS	8	9	3	0	0	N.I.	16	23	9	0	0	N.I.
Tortura	0	0	N.I.	0	0	N.I.	0	0	N.I.	0	0	N.I.
Racismo	8	9	3	0	0	N.I.	16	23	9	0	0	N.I.
OUTRAS OCORRÊNCIAS	4.704	4.698	5.025	279	262	182	1.540	1.882	2.136	125	100	91
Morte suspeita	0	N.I.	0	0	N.I.	N.I.	0	N.I.	N.I.	0	N.I.	N.I.
Resistência	0	1	5	0	N.I.	N.I.	0	N.I.	N.I.	0	N.I.	N.I.
Outras ocorrências	4.704	4.697	5.020	279	262	182	1.540	1.882	2.136	125	100	91
TOTAL	8.742	8.539	8.988	1.002	1.197	1.069	2.043	2.426	2.680	188	168	155

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Polícia Judiciária Civil, Gerência de Estatística e Informações.
Obs: * Dados gerais disponíveis, não tendo detalhamento quanto a idade e o sexo.

De acordo com os dados do Quadro 108, no período de 2005 a 2007, na cidade de Cuiabá totalizou 37.197 ocorrências registradas pela Polícia Judiciária Civil por delitos realizados pelos autores: Predominantemente masculinos adultos (26.269 Mil); femininos adultos (7.149 Mil); masculinos menores de idade (3268 Mil). Nesse período predominou a prática de crimes contra: Patrimônio, Pessoa e também outros tipos de ocorrências.

Quadro 109: Ocorrências Registradas pela Polícia Judiciária Civil - Por Delito segundo a Vítima.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 486 e 487.

Delitos	Masculino						Feminino					
	Maior			Menor			Maior			Menor		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
CRIME CONTRA A PESSOA	1.075	978	941	189	213	155	1.345	1.279	980	181	177	147
Homicídio doloso	172	122	152	16	27	18	10	7	15	2	3	2
Outros homicídios culposos	2	4	5	0	1	1	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	1	1
Tentativa de homicídio	101	80	79	12	9	7	31	31	22	4	7	0
Lesão corporal	750	722	650	151	160	120	1.269	1.182	888	169	159	130
Lesão corporal seguida de morte	4	1	2	0	2	1	2	N.I.	N.I.	0	N.I.	N.I.
Lesão corporal – acidente de trânsito	5	17	24	1	1	1	4	6	13	1	1	3
Outras lesões corporais culposas	41	32	29	9	13	7	29	53	42	5	6	11

continua...

Delitos	Masculino						Feminino					
	Maior			Menor			Maior			Menor		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
CRIMES CONTRA OS COSTUMES	5	1	5	18	9	4	34	40	26	61	39	15
Estupro	0	0	N.I.	0	0	N.I.	25	26	18	30	18	11
Atentado violento ao pudor	5	1	5	18	9	4	9	14	8	31	21	4
CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO	10.052	9.584	8.084	431	401	320	6.471	6.771	5.870	378	401	346
Furto	5.952	5.859	5.143	215	195	141	4.254	4.390	3.678	243	277	206
Furto de veículos	175	*	*	1	*	*	31	*	*	0	*	*
Roubo	3.233	3.103	2.569	212	200	177	1.796	1.983	1.883	132	122	137
Latrocínio	8	6	7	0	1	N.I.	2	2	3	0	N.I.	N.I.
Roubo de veículo	203	*	*	2	*	*	31	*	*	0	*	*
Extorsão mediante sequestro	12	5	2	0	N.I.	N.I.	1	1	2	1	N.I.	1
Estelionato	469	611	363	1	5	2	356	395	304	2	2	2
CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	9	10	7	0	0	0	1	5	1	0	N.I.	N.I.
Uso e porte de drogas	7	9	5	0	0	0	1	4	1	0	N.I.	N.I.
Tráfico de drogas	2	1	2	0	0	0	0	1	N.I.	0	N.I.	N.I.
LEIS ESPECIAIS	15	13	12	1	2	2	20	24	15	3	0	1
Tortura	0	0	N.I.	0	0	0	0	0	N.I.	0	0	N.I.
Racismo	15	13	12	1	2	2	20	24	15	3	0	1
OUTRAS OCORRÊNCIAS	14.092	16.061	14.830	1.494	1.777	1.085	10.293	11.575	10.992	1.585	1.822	1.063
Morte suspeita	4	8	5	0	1	N.I.	0	3	N.I.	0	1	N.I.
Resistência	N.I.	N.I.	4	0	N.I.	N.I.	0	N.I.	N.I.	0	N.I.	N.I.
Outras ocorrências	14.088	16.053	14.821	1.494	1.776	1.085	10.293	11.572	10.992	1.585	1.821	1.063
TOTAL	25.248	26.647	23.879	2.133	2.402	1.566	18.164	19.694	17.884	2.208	2.439	1.572

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Polícia Judiciária Civil, Gerência de Estatística e Informações.
Obs.: * Dados gerais disponíveis, não tendo detalhamento quanto a idade e o sexo.

De acordo com os dados do Quadro 109, no período de 2005 a 2007, totalizou na cidade de Cuiabá 143.831 Mil ocorrências registradas pela Polícia Judiciária Civil por delitos com vítimas: Predominantemente masculinas adultas (75.774 Mil); femininas adultas (55.742 Mil).

Contextualizando os dados anteriores, concluímos que durante esse período ocorreu a prática de crimes com as seguintes características: Predominantemente contra o patrimônio com vítimas masculinas adultas (27.720 Mil) e femininas adultas (19.112 Mil); Contra a pessoa com vítimas femininas adultas (13.604 Mil) e vítimas masculinas adultas (2.994 Mil); Outras ocorrências com vítimas masculinas adultas (44.983 Mil) e vítimas femininas adultas (32.860 Mil).

No entanto, nesses delitos o total de vítimas menores de idade se manteve abaixo do total de vítimas adultas ficou, porém sempre na mesma proporção.

Não se pode afirmar que a criminalidade foge ao controle, mas a violência ganhou contornos de banalização no Aglomerado Urbano de Cuiabá e isso é inegável, a julgar pela quantidade de crimes contra a vida perpetrados na região e a crueldade extrema em muitos casos. Dados oficiais da Segurança Pública revelam que no primeiro trimestre deste ano, 86 pessoas foram assassinadas em Cuiabá e Várzea Grande, com o mês de março registrando 37 execuções nas duas cidades. Além desse cenário aterrador, centenas de outros crimes de todas as naturezas foram praticados nessa

região urbana que concentra mais de 850 mil dos três milhões de habitantes de Mato Grosso. Boa parte da criminalidade está associada às drogas, pois Mato Grosso se transformou em área estratégica – e grande centro consumidor de drogas - a grandes cartéis supranacionais de cocaína que operam a partir de laboratórios de refino na Bolívia, que tem 730 km de fronteira seca com os municípios mato-grossenses de Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro. A violência se manifesta das mais diversas formas. [...] O cenário violento no Aglomerado Urbano de Cuiabá [...] acontece dos dois lados dos muros do sistema prisional, o que evidencia a impossibilidade de ressocialização do indivíduo, como se propõe o Estado Brasileiro. O que se esconde por trás da banalização da violência em Cuiabá e no Brasil como um todo? Essa pergunta desafia autoridades, sociólogos e a população de modo geral, porque muitas são as razões encontradas para tanto sendo que não há perspectiva de reversão desses fatores com a urgência que a situação exige. O indivíduo sabe que a legislação brasileira é complacente e, por mais grave que seja o crime por ele praticado, sempre é possível encontrar brechas que amenizam a condenação e reduzem sua permanência no sistema penitenciário. Também sabe que a capacidade do Estado desencadear ações preventivas e prender criminoso é acanhada. A soma desses fatores de certo modo transmite sensação de impunidade, o que acaba estimulando seu envolvimento cada vez maior com o crime. Com a legislação penal vigente, com a limitação de vagas no sistema penitenciário, com o reduzido efetivo policial, com a falta de Juizes, Promotores, Delegados e Policiais em diversas cidades o crime se fortalece e atrai mais e mais jovens [...]. Mato Grosso tem poderoso inimigo diante de si. Não será fácil vencer a criminalidade. Essa tarefa é demorada, mas não impossível, pois exige mudanças conceituais e a participação da população e, sobretudo de alguns segmentos sociais que teimam em defender direitos de criminosos sem lhes imputar seus deveres (JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ, 2011).

Quadro 110: Ocorrências Registradas pela Polícia Judiciária Civil - Segundo a Região Administrativa.
Fonte: Cuiabá, 2009, p. 493.

Região	2001	2003	2004	2005	2006	2007	Var. % 2001/2003	Var. % 2003/2004	Var. % 2004/2005	Var. % 2005/2006	Var. % 2006/2007	Ocorr. por 1000 hab. ano 2007
Norte	3.919	5.654	5.717	6.783	6.452	6.304	44,27	1,11	18,65	-4,88	-2,29	55,41
Oeste	9.496	12.137	10.724	11.797	13.147	11.149	27,81	-11,64	10,01	11,44	-15,20	94,05
Sul	5.004	6.541	6.312	8.438	8.770	8.756	30,72	-3,50	33,68	3,93	-0,16	66,83
Leste	6.762	9.270	8.762	9.888	11.639	11.578	37,09	-5,48	12,85	17,71	-0,52	75,04
Não Especificado	384	0	0	0	0	0	-100,00	---	---	0,00	0,00	0
Total	25.565	33.602	31.515	36.906	40.008	37.787	31,44	-6,21	17,11	8,41	-5,55	73,00

Fonte: Anos 2001 e 2002 – Secretaria de Segurança Pública/MT.

Anos 2003 a 2007 – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Polícia Judiciária Civil, Coordenadoria de Planejamento e Modernização, Gerência de Estatística e Informações.

Conforme os dados do Quadro 110, no período de 2001 a 2007, em Cuiabá totalizou 205.383 ocorrências registradas pela Polícia Judiciária Civil segundo a Região Administrativa que predominaram na: Região Oeste (68.450 Mil) e Região Leste (57.899 Mil) e. Sendo que as ocorrências por 1000 hab./ano em 2007 predominaram na: Região Oeste (94,05) e Região Leste (75,04).

Durante esse período devido à ineficácia dos Serviços Públicos Essenciais do Município de Cuiabá, principalmente da Segurança Pública, e também pela alta densidade demográfica nas Regiões Administrativas Leste e Oeste a população conviveu com um grande problema ambiental: Violência na Macrozona Urbana de Cuiabá.

Quadro 111: Ocorrências Atendidas pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso - Ano 2006.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 493 e 494.

Natureza	C P A - PORTO					Total CPA Porto	C P A - Norte							Total CPA Norte
	1º BPM (Sede)	Comp. Santa Isabel	Comp. Lixeira	Posto Jd. das Américas	Comp. Beira-Rio		3º BPM (Sede)	Comp. Três Barras	Comp. Pedregal	NPM Bosque da saúde	Comp. Moinho	Comp. Planalto	Comp. Vitória	
Contra a pessoa com morte	23	10	5	1	10	49	13	24	5	3	2	9	22	78
Contra a pessoa sem morte	219	124	58	19	69	489	179	261	77	74	44	146	171	952
Contra o patrimônio	406	108	60	131	85	790	216	136	94	143	88	78	118	873
Contra os costumes	18	9	1	0	3	31	10	8	2	7	3	9	7	46
Contrações	260	125	64	22	82	553	203	164	87	55	59	105	147	820
Contra a incolumidade pública	2	0	0	0	0	2	1	3	0	0	0	1	3	8
Contra a fé pública e relações de consumo	4	1	1	0	3	9	0	1	1	2	0	1	2	7
Trânsito e acidentes	457	50	22	15	36	580	11	11	9	2	5	7	9	54
Contra o meio ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a administração pública	79	18	12	10	8	127	46	28	33	17	17	30	28	199
Ações diversas de polícia	149	46	33	12	49	289	42	39	21	17	12	22	34	187
Ocorrências assistenciais	49	19	10	10	10	98	24	14	12	4	4	10	14	82
Legislação especial	133	47	40	14	20	254	82	85	144	20	23	52	59	465
Total de ocorrências atendidas	1.799	557	306	234	375	3.271	827	774	485	344	257	470	614	3.771

Natureza	C P A - Coxipó				Total CPA Coxipó	CPTran	Total Geral
	9º BPM (Sede)	Comp. Del Rey	Comp. Pedra 90	Comp. Parque Cuiabá			
Contra a pessoa com morte	6	32	23	8	69	0	196
Contra a pessoa sem morte	61	136	118	109	424	43	1.908
Contra o patrimônio	47	74	75	60	256	47	1.966
Contra os costumes	4	0	3	2	9	1	87
Contrações	74	134	138	119	465	72	1.910
Contra a incolumidade pública	1	1	0	1	3	0	13
Contra a fé pública e relações de consumo	2	0	0	1	3	5	24
Trânsito e acidentes	6	8	7	8	29	3.435	4.098
Contra o meio ambiente	0	0	0	0	0	0	0
Contra a administração pública	9	26	12	20	67	28	421
Ações diversas de polícia	19	46	46	24	135	8	619
Ocorrências assistenciais	11	10	9	9	39	6	225
Legislação especial	22	59	38	19	138	5	862
Total de ocorrências atendidas	262	526	469	380	1.637	3.650	12.329

Fonte: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Assessoria de Planejamento Operacional, Estatística e Gestão.

Obs.: CPA - Comando de Policiamento de Área

De acordo com os dados do Quadro 111, em 2006, devido à ineficácia dos Serviços Públicos Essenciais, principalmente da Segurança Pública, na Macrozona Urbana do Município de Cuiabá totalizou o registro de 12.329 Mil ocorrências atendidas pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso com predominância no: Comando de Policiamento de Área - CPA Norte (3.771 Mil) e Companhia de Policiamento do Trânsito - CPTran (3.650 Mil).

Nesse ano predominaram 3.435 ocorrências no CPTran referentes ao trânsito e acidentes. No CPA Norte ocorreram atendimentos de ocorrências contra: Pessoas sem morte (952), Patrimônios (873), Contravenções (820) e Legislação Especial (465).

Quadro 112: Ocorrências Atendidas pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso - Ano 2007.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 494 e 495.

Natureza	1º BPM – PORTO					Total 1º BPM Porto	3º BPM – Norte							Total 3º BPM Norte
	1º BPM (Sede)	Comp. UFMT	Comp. Lixeira	Posto Jd. das Américas	Comp. Beira-Rio		3º BPM (Sede)	Comp. Três Barras	Comp. Pedregal	NPM Bosque da Saúde	Comp. Moinho	Comp. Planalto	Comp. Vitoria	
Contra a pessoa com morte	34	1	6	0	2	43	27	21	3	1	1	10	8	71
Contra a pessoa sem morte	550	4	48	0	93	695	334	180	65	16	55	110	104	864
Contra o patrimônio	343	12	29	0	62	446	305	79	39	25	43	51	43	585
Contra os costumes	22	1	0	0	4	27	11	8	2	1	1	4	3	30
Contravenções	216	0	23	0	59	298	162	88	49	10	32	69	42	452
Acidentes e crimes de trânsito	1.139	5	21	0	68	1233	252	24	34	4	34	45	21	414
Contra o meio ambiente	5	0	1	0	2	8	2	2	0	0	1	0	1	6
Contra a administração pública	74	4	12	0	10	100	42	5	15	4	9	9	8	92
Ações diversas de polícia	282	8	21	0	52	363	142	63	31	13	14	38	26	327
Ocorrências assistenciais	35	3	3	0	19	60	46	23	10	0	3	19	11	112
Legislação especial	138	3	15	0	24	180	156	71	96	10	17	48	25	423
Total de ocorrências atendidas	2.838	41	179	0	395	3.453	1.479	564	344	84	210	403	292	3.376

Natureza	9º BPM – Coxipó			Total 9º BPM Coxipó	10º BPM			Total 10º BPM	Total Geral
	9º BPM Parque Cuiabá	Comp. Del Rey	Comp. Pedra 90		10º BPM Santa Isabel	Comp. Ribeirão do Lipa	Comp. Araés		
Contra a pessoa com morte	8	10	16	34	4	0	1	5	153
Contra a pessoa sem morte	119	142	149	410	78	8	16	102	2.071
Contra o patrimônio	64	73	62	199	35	2	10	47	1.277
Contra os costumes	6	5	4	15	4	0	0	4	76
Contravenções	61	78	72	211	46	4	7	57	1.018
Acidentes e crimes de trânsito	47	28	40	115	38	0	4	42	1.804
Contra o meio ambiente	6	0	4	10	1	0	0	1	25
Contra a administração pública	23	23	24	70	4	0	1	5	267
Ações diversas de polícia	44	47	41	132	33	0	4	37	859
Ocorrências assistenciais	5	7	7	19	11	0	3	14	205
Legislação especial	40	76	42	158	9	1	3	13	774
Total de ocorrências atendidas	423	489	461	1.373	263	15	49	327	8.529

Fonte: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Assessoria de Planejamento Operacional, Estatística e Gestão.
Obs.: CPA – Comando de Policiamento de Área.

De acordo com os dados do Quadro 112, em 2007, em Cuiabá devido ao contínuo aumento da violência na Macrozona Urbana de Cuiabá ocorreram o registro de 8.529 Mil ocorrências atendidas pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso com predominância no: 1º BPM - Porto (3.436 Mil); 3º BPM – Norte (3.376 Mil).

Nesse ano ocorreu a predominância das seguintes ocorrências: Acidentes e crimes de trânsito – 1.233 Mil (1º BPM – Porto) e 414 (3º BPM – Norte); Contra a pessoa sem morte - 864 (3º BPM – Norte) e 695 (1º BPM – Porto); Contra o patrimônio – 585 (3º BPM – Norte) e 446 (1º BPM – Porto); Ações diversas da polícia – 363 (1º BPM – Porto) e 327 (3º BPM – Norte); Contravenções – 452 e Legislação Especial - 423 (3º BPM – Norte).

Quadro 113: Ocorrências Registradas na Delegacia Especializada do Adolescente.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 495.

Ocorrências	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de ocorrências	1.002	1.401	1.379	1.500	1.127
Envolvendo menores infratores	1.338	1.200	1.345
Envolvendo menores reincidentes	30	100	123

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Delegacia Especializada do Adolescente (DEA/CBA).

De acordo com os dados do Quadro 113, durante o período de 2001 a 2007, a Delegacia Especializada do Adolescente de Cuiabá, totalizou o registro de 9.545 Mil ocorrências com: Predominância do envolvimento de menores infratores (3.386 Mil) e também envolvimento de menores reincidentes (253).

De acordo com Cuiabá (2009), no período de 2005 a 2007 o Corpo de Bombeiros registrou o total de 28.654 ocorrências sendo que se destacaram na zona urbana de Cuiabá o aumento de: Incêndios (3.160); Acidentes de trânsito com vítimas (7.508); Atropelamento (1.949); Emergência clínica (4.752); Ferimentos (2.268); Atendimentos a parturientes (1.215); Quedas (2.938).

Quadro 114: Acidentes de Trânsito Registrados pela Polícia Rodoviária Federal na BR 364, entre o Km 333 e o Km 407.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 497.

Ano	Nº de acidentes	Mortos			Feridos	Nº de Veículos				
		Total	Masculino	Feminino		Moto	Automóvel	Ônibus	Caminhão	Caminhão Trator
2003	288	17	14	3	131	20	140	21	91	206
2004	354	16	14	2	136	17	185	25	88	228
2005	221	10	10	0	101	21	104	13	45	162
2006	249	4	3	1	149	16	87	15	75	158
2007	229	11	11	0	111	29	69	13	55	151

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, Núcleo de Registro e Medicina Rodoviária.
Obs.: Km 333 localizado na Escola Agrotécnica de Cuiabá e o 407 no Trevo do Tijucal.

De acordo com os dados do Quadro 114, durante o período de 2003 a 2007, a Polícia Rodoviária Federal do Município de Cuiabá registrou o total de 1.341

Mil acidentes de trânsito na BR 364, entre o Km 333 localizado na Escola Agrotécnica de Cuiabá e o Km 407 no trevo do Bairro Tijucal, que caracterizou alto índice de violência no trânsito porque totalizou: 628 feridos e 58 mortos envolvendo 2.014 Mil veículos.

De acordo com os dados do Quadro 114 concluímos que esses problemas ambientais citados anteriormente provocaram ineficácia na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente local/global no Município de Cuiabá dentre os quais destacaremos: Aumento da violência no trânsito provocando o elevado número de acidentes de trânsito na Macrozona Urbana e na BR 364; Infraestrutura ineficiente da: Malha viária urbana, Rodovias Federais e Estaduais; Imprudência dos motoristas e desrespeito às Leis de Trânsito.

Quadro 115: Acidentes de Trânsito, segundo as Vítimas, no Município de Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 497.

Acidentes de Trânsito	2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Com vítimas ^{(1) (2)}	1.892	33,42	2.260	40,96	2.542	40,93	2.847	40,43	* 1.196	22,08	* 1.476	25,27
Sem vítimas ⁽²⁾	3.769	66,58	3.257	59,04	3.669	59,07	4.194	59,57	4.221	77,92	4.365	74,73
Total	5.661	100,00	5.517	100,00	6.211	100,00	7.041	100,00	5.417	100,00	5.841	100,00

Fonte: (1) Anos 2002, 2003 e 2004 – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito.

Anos 2005 – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Coord. de Planejamento e Modernização, Gerência de Estatística e Informação.

Anos 2006 e 2007 – Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Comando Regional I.

(2) Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Comando Regional I.

Obs.: * Dados subnumerados visto que as informações são provenientes apenas do banco de dados do Sistema Integrado de Operações e Segurança Pública (Siosp), o qual é alimentado pelas ligações 190 e confirmadas *in loco*.

De acordo com os dados do Quadro 115, no período de 2002 a 2007, o número de acidentes de trânsito, segundo as vítimas, no Município de Cuiabá totalizou 35.688 Mil acidentes de trânsito com as seguintes características: Predominou acidentes sem vítimas (23.475 Mil) e com vítimas (12.213 Mil).

Esse período foi caracterizado novamente pelo elevado índice de acidentes provocado pela violência no trânsito devido à complexidade dos problemas do Meio Ambiente local/global dentre os quais destacamos: Aumento da frota de veículos automotores; Adensamento do trânsito nas áreas centrais devido problemática malha viária do Município de Cuiabá.

Quadro 116: Acidentes de Trânsito com Vítimas, segundo o Período e o Local da Ocorrência no Município de Cuiabá no Município de Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 498.

Período/Local da Ocorrência	2003 ⁽¹⁾		2004 ⁽¹⁾		2005 ⁽²⁾		2006 ⁽³⁾		2007 ⁽³⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Diurno	1.296	57,35	1.505	59,21	1.735	60,94	1.169	67,49	1.304	69,58
Noturno	563	32,51	570	30,42
Urbano	2.260	100,00	2.542	100,00	2.847	100,00	1.732	100,00	1.874	100,00
Rural	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: (1) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito
(2) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Coord. de Planejamento e Modernização, Gerência de Estatística e Informação.
(3) Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Comando Regional I.

De acordo com os dados do Quadro 116, no período de 2003 a 2007, no Município de Cuiabá totalizaram 17.710 Mil acidentes de trânsito com vítimas predominantemente no: Período diurno (7.009 Mil) e Zona urbana (11.255 Mil).

Quadro 117: Veículos Envolvidos em Acidentes de Trânsito no Município de Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 498 e 499.

Veículos	2004 ⁽¹⁾		2005 ⁽¹⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Automóvel	1.764	41,68	1.686	36,52
Camioneta	220	5,20	218	4,72
Ônibus / micro-ônibus	178	4,21	197	4,27
Caminhão	133	3,14	133	2,88
Reboque / semirreboque	55	1,30	55	1,19
Motocicleta	1.391	32,87	1.732	37,51
Outros	262	6,19	267	5,78
Ignorado	229	5,41	329	7,13
Total	4.232	100,00	4.617	100,00

Sem Vítimas

Veículos	2004 ⁽²⁾		2005 ⁽²⁾		2006 ⁽²⁾		2007 ⁽²⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Automóvel	4.563	63,09	7.114	69,40	7.451	72,01	6.619	68,58
Camioneta	949	13,12	1.036	10,11	1.047	10,12	1.055	10,93
Ônibus / micro-ônibus	577	7,98	611	5,96	576	5,57	730	7,56
Caminhão	538	7,44	616	6,01	549	5,31	542	5,62
Motocicleta	511	7,06	560	5,46	666	6,44	657	6,81
Outros	95	1,31	314	3,06	58	0,56	49	0,51
Total	7.233	100,00	10.251	100,00	10.347	100,00	9.652	100,00

Fonte: (1) Ano 2004 – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito.
Ano 2005 – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Coord. de Planejamento e Modernização, Gerência de Estatística e Informação.
(2) Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Comando Regional I.

De acordo com os dados do Quadro 117, no período de 2004 a 2005, no Município de Cuiabá 46.332 Mil veículos envolvidos em acidentes de trânsito com as seguintes características: Com vítimas – automóveis (3.450 Mil) e motocicletas (3.123 Mil); Sem vítimas – automóveis (19.037 Mil), camionetas (4.087 Mil) e ônibus/micro-ônibus (2.494 Mil).

Quadro 118: Natureza dos Acidentes de Trânsito no Município de Cuiabá.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 499.

Natureza dos Acidentes	2004		2005		2004		2005		2006		2007	
	Com Vítimas ⁽¹⁾				Sem Vítimas ⁽²⁾							
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Colisão / abalroamento	1.478	58,14	1.660	58,31	3.196	87,11	3.762	89,70	3.832	90,78	4.064	93,10
Tombamento / capotamento	60	2,36	41	1,44	36	0,98	61	1,45	39	0,92	31	0,71
Atropelamento	455	17,90	531	18,65	4	0,11	11	0,26	22	0,52	7	0,16
Choque mecânico	138	5,43	147	5,16	369	10,06	306	7,30	277	6,56	201	4,60
Outros	411	16,17	468	16,44	64	1,74	54	1,29	51	1,21	62	1,42
Total	2.542	100,00	2.847	100,00	3.669	100,00	4.194	100,00	4.221	100,00	4.365	100,00

Fonte: (1) Ano 2004 - Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito.
Ano 2005 - Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Coord. de Planejamento e Modernização, Gerência de Estatística e Informação.
(2) Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Comando Regional I.

De acordo com os dados do Quadro 118, no período de 2004 a 2007, em Cuiabá ocorreram 21.838 Mil acidentes de trânsito de várias naturezas envolvendo veículos motorizados com as seguintes características: Sem vítimas (16.449 Mil) e com vítimas (5.389 Mil).

Quadro 119: Vítimas em Acidentes de Trânsito no Município de Cuiabá - Segundo o Sexo.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 500.

a) Vítimas Fatais

Sexo	2002 ⁽¹⁾		2003 ⁽¹⁾		2004 ⁽¹⁾		2005 ⁽²⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Masculino	138	83,13	107	77,54	128	81,01	124	76,54
Feminino	24	14,46	28	20,29	23	14,56	34	20,99
Ignorado	4	2,41	3	2,17	7	4,43	4	2,47
Total	166	100,00	138	100,00	158	100,00	162	100,00

b) Vítimas Não Fatais

Sexo	2002 ⁽¹⁾		2003 ⁽¹⁾		2004 ⁽¹⁾		2005 ⁽²⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Masculino	1.635	76,54	2.066	76,52	2.280	75,17	2.538	76,45
Feminino	493	23,08	626	23,19	745	24,56	767	23,10
Ignorado	8	0,37	8	0,30	8	0,26	15	0,45
Total	2.136	100,00	2.700	100,00	3.033	100,00	3.320	100,00

Fonte: (1) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito.
(2) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Coord. de Planejamento e Modernização, Gerência de Estatística e Informação.

De acordo com os dados do Quadro 119, no período de 2002 a 2005, no Município de Cuiabá totalizaram 11.813 Mil vítimas em acidentes de trânsito com predominância de: Vítimas não fatais (11.289 Mil) e do sexo masculino (8.519 Mil).

Quadro 120: Vítimas em Acidentes de Trânsito no Município de Cuiabá - Segundo a Faixa Etária.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 501.

a) Vítimas Fatais

Faixa Etária	2004 ⁽¹⁾		2005 ⁽²⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%
até 4 anos	0	0,00	1	0,62
5 a 14 anos	5	3,16	7	4,32
15 a 24 anos	21	13,29	32	19,75
25 a 34 anos	18	11,39	27	16,67
35 a 59 anos	24	15,19	33	20,37
mais de 60 anos	15	9,49	20	12,35
Ignorado	75	47,47	42	25,93
Total	158	100,00	162	100,00

b) Vítimas Não Fatais

Faixa Etária	2004 ⁽¹⁾		2005 ⁽²⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%
até 4 anos	40	2,14	46	1,39
5 a 14 anos	122	6,51	200	6,02
15 a 24 anos	654	34,92	921	27,74
25 a 34 anos	528	28,19	843	25,39
35 a 59 anos	450	24,03	714	21,51
mais de 60 anos	79	4,22	117	3,52
Ignorado	0	0,00	479	14,43
Total	1.873	100,00	3.320	100,00

Fonte: (1) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito
(2) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Coord. de Planejamento e Modernização, Gerência de Estatística e Informação.

De acordo com os dados do Quadro 120, no ano de 2004 e 2005, no Município de Cuiabá totalizaram 5.413 Mil vítimas em acidentes de trânsito segundo a faixa etária quando predominaram: Vítimas não fatais de 15 a 59 anos (4.432 Mil).

Quadro 121: Vítimas em Acidentes de Trânsito no Município de Cuiabá - Segundo o Tipo de Vítima.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 502.

a) Vítimas Fatais

Sexo	2002 ⁽¹⁾		2003 ⁽¹⁾		2004 ⁽¹⁾		2005 ⁽²⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Pedestres	27	16,27	22	15,94	24	15,19	29	17,90
Passageiros	32	19,28	20	14,49	27	17,09	38	23,46
Condutores	107	64,46	96	69,57	107	67,72	95	58,64
Total vítimas fatais	166	100,00	138	100,00	158	100,00	162	100,00

b) Vítimas Não Fatais

Sexo	2002 ⁽¹⁾		2003 ⁽¹⁾		2004 ⁽¹⁾		2005 ⁽²⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Pedestres	363	16,99	401	14,85	433	14,28	520	15,66
Passageiros	472	22,10	595	22,04	705	23,24	749	22,56
Condutores	1.301	60,91	1.704	63,11	1.895	62,48	2.051	61,78
Ciclistas	--	--	--	--	--	--	--	--
Motociclistas	--	--	--	--	--	--	--	--
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--
Não Informado	--	--	--	--	--	--	--	--
Total vítimas não fatais	2.136	100,00	2.700	100,00	3.033	100,00	3.320	100,00

De acordo com os dados do Quadro 121, no período de 2002 e 2005, no Município de Cuiabá totalizaram 11.813 Mil vítimas em acidentes de trânsito com predominância dos seguintes tipos: Vítimas não fatais – condutores (6.951 Mil) e passageiros (2.521 Mil).

Quadro 122: Condutores de Veículos Envolvidos em Acidentes de Trânsito com Vítimas - Segundo a Faixa Etária.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 503.

Faixa Etária	2004 ⁽¹⁾		2005 ⁽²⁾	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Menor de 18 Anos	52	1,12	79	1,48
18 a 24 anos	414	8,91	866	16,27
25 a 34 anos	402	8,65	1.088	20,44
35 a 44 anos	210	4,52	672	12,62
45 a 54 anos	110	2,37	335	6,29
acima de 54 anos	49	1,05	203	3,81
Ignorados	3.408	73,37	2.080	39,08
Total	4.645	100,00	5.323	100,00

De acordo com os dados do Quadro 122, no período de 2004 a 2005, na cidade de Cuiabá totalizaram 9.968 Mil condutores de veículos envolvidos em acidentes de trânsito com vítimas das seguintes faixas etárias: De 18 a 24 anos (1.280 Mil); De 25 a 34 anos (1.490 Mil); na faixa etária ignorada (5.488 Mil).

Quadro 123: Condutores de Veículos Envolvidos em Acidentes de Trânsito com Vítimas - Segundo a Categoria.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 503.

Categoria	2002 ⁽¹⁾		2003 ⁽²⁾		2004 ⁽²⁾		2005	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Habilitados	644	17,86	2.161	53,33	3.385	72,87	2.974	55,87
Não habilitados	551	15,28	405	10,00	387	8,33	324	6,09
Ignorado	2.410	66,85	1.486	36,67	873	18,79	2.025	38,04
Total	3.605	100,00	4.052	100,00	4.645	100,00	5.323	100,00

Fonte: (1) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito.

(2) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil, Coord. de Planejamento e Modernização, Gerência de Estatística e Informação.

De acordo com os dados do Quadro 123, no período de 2002 e 2005, na cidade de Cuiabá totalizaram 17.625 Mil condutores de veículos envolvidos em acidentes de trânsito com vítimas das seguintes categorias: Predominaram condutores habilitados (9.164 Mil) e de categoria ignorada (6.794 Mil).

Quadro 124: Número de Acidentes de Trânsito nas Vias com Maior Incidência de Acidentes.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 504.

Sem Vítimas

Vias	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Avenida Fernando Correa	365	242	284	393	412	386	467
Avenida Miguel Sutil	353	329	278	297	393	311	418
Avenida Rubens de Mendonça	330	242	218	196	263	267	324
Avenida Tenente Coronel Duarte	269	185	169	141	192	204	192
Avenida Manoel José de Arruda	139	..	95	..	137	164	146
Avenida Getúlio Vargas	108	..	29	67	61	81	70
Avenida Isaac Povoas/Generoso Ponce	117	..	53	43	47	83	55
Avenida Carmindo de Campos	156	..	123	80	110	143	109
Avenida Marechal Deodoro	80	38	53	36	51
Avenida Arquimedes Pereira Lima	57	42
Avenida Coronel Escolástico	61	14	38

Com Vítimas

Vias	2006	2007
Avenida Fernando Correa	83	103
Avenida Miguel Sutil	92	88
Avenida Rubens de Mendonça	64	68
Avenida Manoel José de Arruda	32	51
Avenida Tenente Coronel Duarte	31	42
Avenida General Valle	59	42
Rodovia Emanuel Pinheiro	32	39
Rodovia Palmiro P. de Barros	26	38
Avenida Carmindo de Campos	22	37
BR 364	31	37
Avenida Dante M. de Oliveira	25	31
Avenida Arquimedes Pereira Lima	18	30
Avenida 15 de Novembro	..	22
Avenida General Melo	19	22
Avenida São Sebastião	15	..

Fonte: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Comando Regional I.

De acordo com os dados do Quadro 124, no período de 2001 a 2007, na cidade de Cuiabá totalizou 12.005 Mil acidentes de trânsito predominaram: Acidentes sem vítimas (10.806 Mil). No período de 2006 a 2007 ocorreram maior incidência de acidentes nas seguintes vias: Avenida Fernando Corrêa da Costa, Av. Miguel Sutil e Av. Historiador Rubens de Mendonça.

Contextualizando os resultados obtidos, através da análise dos Quadros a de 115 a 124 durante o período de 2001 a 2007, concluímos que o trânsito do Município de Cuiabá permaneceu violento e com contínuo aumento de acidentes envolvendo um grande número de vítimas com as seguintes características: 1. Predominaram acidentes sem vítimas fatais envolvendo condutores de automóveis do sexo masculino na faixa etária de 15 a 59 anos; 2. Em menor proporção ocorreram acidentes com vítimas envolvendo condutores habilitados na faixa etária de 25 a 34 anos na Macrozona Urbana durante o período diurno. Durante o período de 2006 a 2007 as vias onde ocorreu maior incidência de acidentes foram: Avenida Fernando Corrêa da Costa, Av. Miguel Sutil e Av. Historiador Rubens de Mendonça.

171 pessoas morreram em acidentes de trânsito em Cuiabá e Várzea Grande nos primeiros 06 meses de 2011, conforme os registros do [...] IML. A violência das ruas também foi responsável por 3.471 atendimentos no [...] HPSMC no mesmo período. Dados da instituição mostram ainda que 60% dos leitos da [...] UTI são ocupados pelos acidentados. Para a Polícia, grande parte das ocorrências acontece devido à imprudência e falta de atenção dos condutores. O comandante do Batalhão de Trânsito de Cuiabá, [...] explica que um dos problemas mais frequentes é o excesso de velocidade. Existem campanhas e informação, mas os motoristas tomam atitudes perigosas, assumindo o risco. Equipamentos eletrônicos como semáforos inteligentes, que fotografam a invasão da faixa de pedestre quando o sinal fica vermelho, bem como o não respeito às sinalizações, podem ajudar a fiscalização, porém não são implantados. A Polícia também não tem equipamentos que comprovem o excesso de velocidade na pista e não há radares distribuídos pela cidade, facilitando a vida do infrator. No primeiro semestre deste ano, a [...] PM aplicou 23.329 notificações em Cuiabá, sendo que em todo o ano passado foram 18,9 mil. O crescimento, na opinião do comandante, tem relação com o aumento da fiscalização e também do número de carros na cidade. Ele explica que o trânsito está cada vez mais denso e nos horários de pico estão concentrados os acidentes sem vítimas, que chegaram a 3.364 de janeiro a junho de 2011. A imperícia dos motoristas é tida como um dos motivos de acidentes. [...] a Legislação precisa rever a quantidade de aulas práticas obrigatórias. [...] O Delegado [...] explica que nos finais de semana a embriaguez é destaque entre os acidentes, que acontecem geralmente nos períodos de pouco trânsito, que permite velocidades maiores. Quem atropelar e matar alguém no trânsito lembra o Delegado, pode responder pelo crime de homicídio culposo, que tem pena entre 2 e 4 anos, além de ser penalizado na esfera civil. Em alguns casos, pode ser condenado a pagar pensão vitalícia à família da vítima. Enquanto foram registrados 3.364 Mil acidentes sem vítimas na cidade, nas estradas da Baixada Cuiabana, o número foi de 67.

[...] O secretário adjunto de Saúde de Cuiabá, [...] afirma que os acidentes são muito onerosos para o [...] SUS. De acordo com um levantamento da [...] SESP, entre 2004 e 2010, foi gasto R\$ 1 Bilhão em consequência da violência no trânsito. A estimativa envolve socorro, danos a veículos, atendimento hospitalar e previdência social. [...] o número de atendimento de acidentados, principalmente motociclistas, aumentou muito e a maior parte das cirurgias de urgência e emergência são com vítimas de acidentes. [...] além de fisioterapia e demais cuidados médicos por meses. Além do gasto com procedimentos, existe um gasto relacionado com questões trabalhistas. [...] O Procurador do Município [...] informou que o edital para instalação dos radares está concluído, mas o Prefeito [...] está em discussão com o [...] DNIT para saber qual melhor tipo de equipamento para ser instalado em Cuiabá. O Órgão Federal também vai instalar o equipamento nas rodovias federais do Estado de Mato Grosso (RODRIGUES in GAZETA DIGITAL, 2011).

Quadro 125: Estabelecimentos Presidiários do Estado de Mato Grosso - Número de Reeducandos e Capacidade por Estabelecimento.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 505.

Unidade Prisional Regional Unidade	Localização	2005		2006		2007	
		Reeducandos	Capacidade	Reeducandos	Capacidade	Reeducandos	Capacidade
Penitenciária Central do Estado (antigo Pascoal Ramos)	BR 364, Km 12, Bairro Jd. Industriário	820	475	1.033	537	1.250	537
Penitenciária Feminina (Ana Maria do Couto May)	BR 364, Km 12, Bairro Jd. Industriário	201	180	257	180	352	180
Centro de Ressocialização de Cuiabá (Carumbê)	Av. Gonçalo A. de Barros, 3.245, Novo Mato Grosso	755	318	901	344	1.020	344
Unidade Prisional, Casa do Albergado	Av. Thomé Fortes, 215, Morada do Ouro	96	60	215	60	244	60
Colônia Penal Agrícola de Palmeiras	Distrito de Palmeiras, Santo Antônio do Leverger	60	100	76	100	25	100
Penitenciária de Rondonópolis (Mata Grande)	Distrito Rural de Rondonópolis, Rondonópolis	633	540	574	540	622	540
Outros	Cadeias Públicas	3.087	1.809	4.704	3.140	5.777	3.066
Total Mato Grosso		5.652	3.482	7.760	4.901	9.290	4.827

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

De acordo com os dados do Quadro 125, no período de 2005 a 2007, no Estado de Mato Grosso totalizaram: 06 Estabelecimentos Presidiários e Cadeias Públicas com capacidade de apenas 13.210 Mil lugares para abrigar 22.702 Mil reeducandos.

O plano para a transferência de 1,6 mil presos das 3 unidades de Cuiabá para o interior do Estado é avaliado pelo [...] MPE. O documento foi entregue à Justiça pela [...] SEJUDH em cumprimento a uma decisão judicial que interditou parte dos presídios e impede a entrada de detentos de fora da Baixada Cuiabana desde 15 de abril. Ainda não há informações detalhadas sobre a estratégia que será usada pela segurança. O juiz da Vara de Execuções Penais [...] Barros, adianta que o transporte será fracionado, devido ao número elevado de detentos, e feito por meio de rodovias. Não há previsão para a conclusão do trabalho. O magistrado diz que espera o parecer no MPE para homologar o plano e autorizar a secretaria a começar a operação. O procedimento, na expectativa do juiz, deve ser concluído até o final da semana. Barros visitou a unidade e constatou os problemas. Na análise, verificou que a superlotação causa desgaste nos sistemas elétrico, hidráulico e também impede o preso de ter

o mínimo de condições sanitárias. Após a transferência, as unidades continuarão acima da capacidade, mas em uma proporção de 50%. No relatório foi colocada uma lista com todos os presos do interior. A administração do presídio teve uma conversa prévia com os selecionados e grande parte quer ficar mais próximo da família. Eles serão remanejados para Água Boa, Sinop e Rondonópolis. Os que foram transferidos para Capital por causa de rivalidade entre facções e correm risco de morte na cidade de origem, vão permanecer em Cuiabá. Para o juiz, o apoio do governo na questão é muito importante e garante agilidade ao processo. [...] Os 3 presídios de Cuiabá estão com lotação 183% acima da capacidade, que é 1.501. As vagas estão distribuídas na [...] PCE, Centro de Ressocialização de Cuiabá e Presídio Feminino Ana Maria do Couto May. Dados da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos mostram que em março havia 4.248 pessoas cumprindo pena nas unidades. O presídio campeão em número de presos por vaga é o feminino, onde a capacidade é para 180 mulheres e atende 857, o que dá uma média de 5 por vaga. A SEJUDH informou [...] que a relocação envolve ações de grande complexidade e alto custo. Entre elas, a logística de transporte e segurança. As medidas estudadas incluíram desde o perfil dos reeducandos e a natureza dos crimes praticados, até a capacidade estrutural das unidades que receberão os transferidos. Também foi levantado o número de diárias para os servidores que participarão dos deslocamentos, a demanda de viaturas, ônibus e a disponibilidade de equipamentos (RODRIGUES in JORNAL GAZETA DIGITAL, 2011).

Quadro 126: Estabelecimentos Presidiários do Estado de Mato Grosso - Número de Reeducandos e Capacidade segundo o Regime.

Fonte: Cuiabá, 2009, p. 505 e 506.

Dezembro de 2005

Unidades	Capacidade	Condenados		Provisórios		Semiaberto e aberto		Total em Regime Fechado	Total de reeducandos	Saldo de vagas
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.			
Centro de Ressocialização de Cuiabá	318	158	0	597	0	0	0	755	755	-437
Penitenciária Feminina	180	0	74	0	115	0	12	189	201	-21
Penitenciária de Rondonópolis	540	539	0	94	0	0	0	633	633	-93
Penitenciária Pascoal Ramos	475	687	0	133	0	0	0	820	820	-345
Polinter - anexo Pascoal Ramos	42	0	0	25	0	0	0	25	25	17
Semi-aberto de Várzea Grande (DRFVG)	20	0	0	0	0	40	0	0	40	-20
Casa do Albergado	60	0	0	0	0	96	0	0	96	-36
Penitenciária Agrícola Palmeiras	100	0	0	0	0	60	0	0	60	40
Outros	1.747	89	51	1.656	164	214	3	1.962	3.022	-1.275
Total Mato Grosso	3.482	1.473	125	2.505	279	410	15	4.384	5.652	-2.170

Dezembro de 2006

Unidades	Capacidade	Condenados		Provisórios		Semiaberto e aberto		Medida de Segurança		Presos Federais		Total em Regime Fechado	Total de reeducandos	Saldo de vagas
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.			
Centro de Ressocialização de Cuiabá	344	188	0	675	0	21	0	0	0	17	0	880	901	-557
Penitenciária Feminina	180	0	80	0	77	0	77	0	0	0	23	180	257	-77
Penitenciária de Rondonópolis	540	507	0	67	0	0	0	0	0	0	0	574	574	-34
Penitenciária Central do Estado (antigo Pascoal Ramos)	537	352	0	596	0	6	0	24	0	55	0	1.027	1.033	-496
Polinter - anexo Penitenciária Central do Estado	34	2	0	50	0	3	0	0	0	3	0	55	58	-24
Casa do Albergado	60	0	0	0	0	215	0	0	0	0	0	0	215	-155
Penitenciária Agrícola Palmeiras	100	0	0	0	0	76	0	0	0	0	0	0	76	24
Outros	3.106	1.088	42	2.787	103	489	8	5	0	70	54	4.149	4.646	-1540
Total Mato Grosso	4.901	2.137	122	4.175	180	810	85	29	0	145	77	6.865	7.760	-2.859

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Dezembro de 2007

Unidades	Capacidade	Condenados		Provisórios		Semiaberto e aberto		Medida de Segurança		Presos Federais		Total em Regime Fechado	Total de reeducandos	Saldo de vagas
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.			
Centro de Ressocialização de Cuiabá	344	226	0	757	0	19	0	5	0	13	0	1.001	1.020	-676
Penitenciária Feminina	180	0	53	0	121	0	152	0	0	0	26	200	352	-172
Penitenciária de Rondonópolis	540	501	0	87	0	34	0	0	0	0	0	588	622	-82
Penitenciária Central do Estado (antigo Pascoal Ramos)	537	350	0	769	0	5	0	27	0	99	0	1.245	1.250	-713
Polinter – anexo Penitenciária Central do Estado	34	8	0	78	0	3	0	0	0	1	0	87	90	-56
Casa do Albergado	60	0	0	0	0	244	0	0	0	0	0	0	244	-184
Penitenciária Agrícola Palmeiras	100	0	0	0	0	25	0	0	0	0	0	0	25	75
Outros	3.032	1.108	75	3.482	213	707	26	0	0	59	17	4.954	5.687	-2.655
Total Mato Grosso	4.827	2.193	128	5.173	334	1.037	178	32	0	172	43	8.075	9.290	-4.463

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

De acordo com os dados do Quadro 126, no período de 2005 a 2007, no Estado de Mato Grosso em 07 Estabelecimentos Presidiários e várias Cadeias Públicas possuem: 13.210 Mil lugares de capacidade para abrigar 22.702 Mil reeducandos segundo o regime.

Contextualizando os resultados dos Quadros 125 e 125 constatamos que ocorreu um saldo de vagas negativo ou déficit de -9492 Mil lugares caracterizando a existência de superlotação nesses Presídios apesar de ter ocorrido aumento no número de Presídios e Cadeias Públicas.

Portanto esses dados demonstram que o Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso encontrava-se ineficaz e obsoleto, porém essa situação persiste há várias décadas até os dias atuais. Devido a esse contexto negativo será necessário moderniza-lo urgente principalmente para superar o desafio de realizar a ressocialização dos reeducandos e também prevenir e controlar as inúmeras.

Contextualizando o conjunto de informações anteriores, referente aos Quadros 111 a 126 no período de 2001 a 2007, concluímos que ocorreu ineficácia nos Serviços Públicos Essenciais⁵⁴ situação que persiste atualmente e que culminou com a consolidação da Cultura da Violência no Município de Cuiabá⁵⁵. Portanto para mudar essa situação será necessário que principalmente da população residente na Macrozona Urbana aperfeiçoe urgente o Novo Paradigma Educacional⁵⁶ para auxiliar o Governo em todas as esferas a realizar Projetos de Educação Ambiental para erradicar a violência do Meio Ambiente local e otimizar a Cultura da Paz.

⁵⁴ Ver: Capítulo 5.

⁵⁵ Ver: Capítulo 3.

⁵⁶ Ver: Item 3.4.

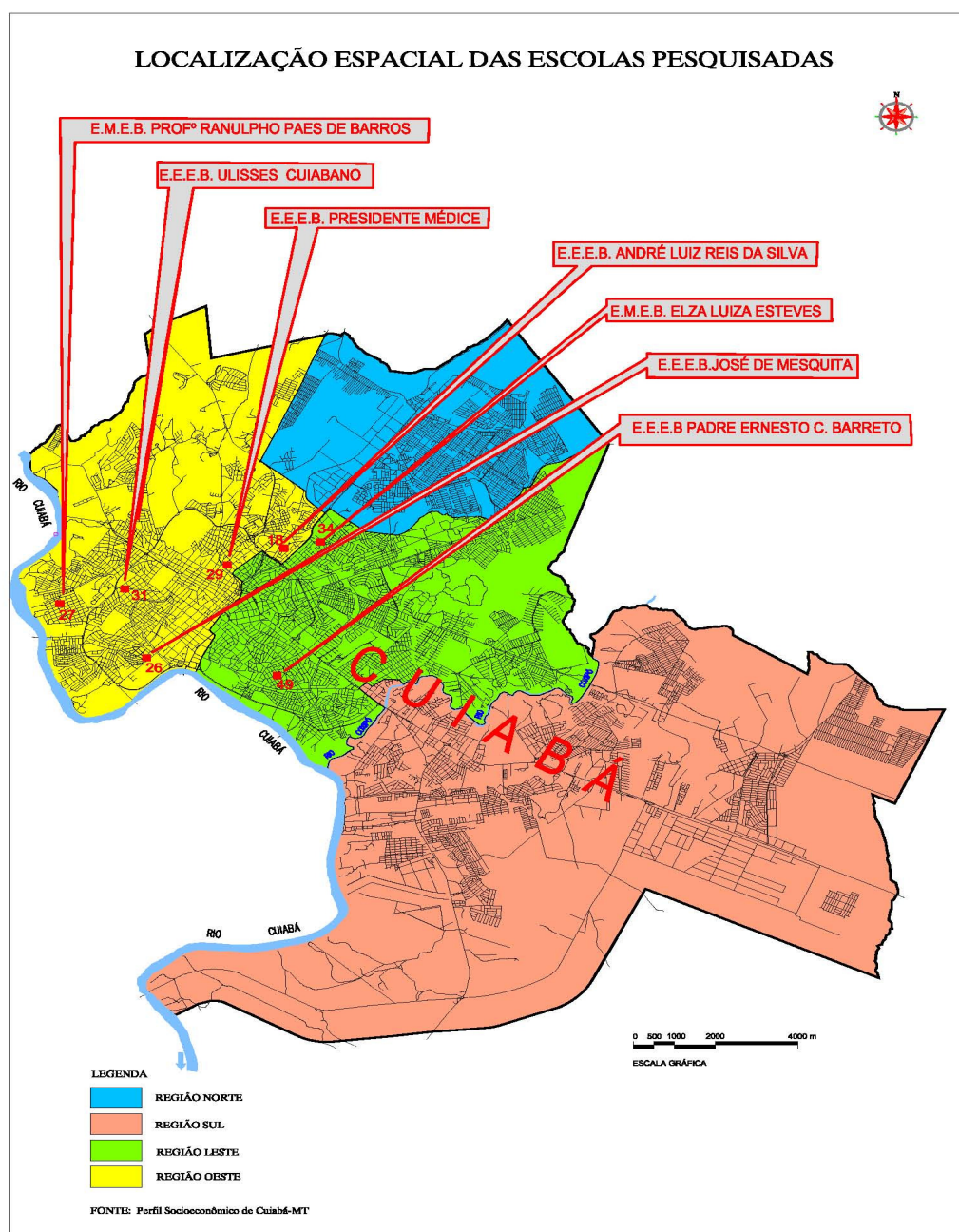


Figura 39: Mapa de Localização das Escolas de Educação Básica Pesquisadas.

2.10. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo abrange as Regiões Administrativas⁵⁷ Leste e Oeste que totalizam uma área de 95,24 Km²⁵⁸ onde foi desenvolvida a Pesquisa de Campo

⁵⁷ Ver: Figura 8.

⁵⁸ Ver: Quadro 1.

no segundo semestre de 2009 em 07 Escolas da Rede Pública de Educação Básica do Município de Cuiabá.

Essas Escolas foram selecionadas através de escolha “não aleatória” na Macrozona Urbana de Cuiabá sendo que são: 04 Escolas Estaduais com Ensino Fundamental e Ensino Médio; 01 Escola Estadual somente com Ensino Médio; 01 Escola Municipal conveniada à Rede Estadual de Ensino com Ensino Fundamental e Ensino Médio e uma 01 Escola Municipal somente com Ensino Fundamental. Sendo que apresentavam as seguintes características:

1. Região Administrativa Leste:

De acordo com Cuiabá (2009) a Região Leste possuía as seguintes características: 19 Bairros com o predomínio de densidade demográfica Alta (57,40 a 86,02 hab./ha) em vários Bairros e Área de Expansão Urbana - AEU com densidade baixa (17,03 hab./ha); Na Região está localizado o Parque Tia Nair com uma área de 17,3 ha; No ano de 2007 predominaram na Região: 1. O maior número de Escolas e a maior área construída: As 27 Escolas da Rede Pública Municipal (com 216 salas de aula em 40.333,13 m² de área construída) e as 23 Escolas Estaduais estavam localizadas em 13 Bairros da Região; 2. Totalizaram 115 equipamentos esportivos; 3. Existiam 51 Feiras livres em vários Bairros para o abastecimento do mercado consumidor local; 4. Estavam distribuídos pela Região 15 Programa(s) de Saúde em Família - PSFs da Rede Física Municipal de Saúde. No período de 2001 a 2007 predominou a violência na Região porque a Polícia Judiciária Civil registrou 57.899 Mil ocorrências. As escolas pesquisadas na Região Leste foram as seguintes:

1.1 Escola Estadual de Educação Básica Padre Ernesto Camilo Barreto - Fundada em 06/10/1978 e localizada na Rua Fortaleza, s/nº - Jardim Paulista (Bairro 72 ⁵⁹– Possuía densidade demográfica Médio-Alta 28,77 a 57,39 hab./ha e a Classe de Renda Média⁶⁰). Em 2009 essa Escola possuía em seu quadro de funcionários: Professores de Geografia Efetivos (02) e com Contratos Temporários (02). A clientela

⁵⁹ Ver: Figura 13.

⁶⁰ Ver: Figura 14.

estava formada por 1.300 Mil alunos matriculados no Ensino Médio e Ensino Fundamental nos períodos: Matutino e Vespertino;

1.2 Escola Municipal de Educação Básica Prof.^a Elza Luíza Esteves - Fundada em 1985 e localizada na Avenida Senegal, s/nº - Canjica (Bairro 49 - Possuía densidade demográfica Alta de 57,40 a 86,02 hab./ha⁶¹ e a Classe de Renda Médio-Baixa). Em 2009 essa Escola possuía em seu quadro de funcionários: Professor de Geografia Efetivo (01) e com Contrato Temporário (01). A clientela estava formada por 650 alunos matriculados no Ensino Fundamental nos períodos: Matutino e Vespertino;

2. Região Administrativa Oeste:

De acordo com Cuiabá (2009) a Região Oeste possuía as seguintes características: 07 Bairros com o predomínio densidade demográfica Alta (57,40 a 86,02 hab./ha) em vários Bairros e uma área de 49,23 Km²; Na Região está localizado o Parque Mãe Bonifácia com área aproximada de 77,50 ha; No ano de 2007 predominaram na Região: 1. Escolas da Rede Pública Municipal (17) com 156 salas de aula em 27.040 m² de área construída e 16 Escolas Estaduais da Rede Pública localizadas em 12 Bairros da Região; 2. Equipamentos esportivos sob administração Estadual e Municipal (98); 3. Existiam 08 Feiras livres em vários Bairros para o abastecimento do mercado consumidor local; 4. Estavam distribuídos pela Região 11 Programa(s) de Saúde em Família - PSFs da Rede Física Municipal de Saúde. No período de 2001 a 2007 predominou a violência na Região porque a Polícia Judiciária Civil registrou 68.450 Mil ocorrências.

2.1 Escola Estadual de Educação Básica André Luiz Reis da Silva - Foi fundada em dezembro de 1985 e localizada na Travessa K, s/nº, Loteamento Miguel Sutil - Alvorada (Bairro 7 - Possuía densidade demográfica Alta de 57,40 a 86,02 hab./ha) e a Classe de Renda Médio-Alta) na Região Oeste. Em 2009 essa Escola possuía em seu quadro de funcionários: Professores de Geografia Efetivos (03) e com Contratos Temporários (02). A clientela estava formada por 732 alunos

⁶¹ Ver: Figura 16.

matriculados no Ensino Médio e Ensino Fundamental nos períodos: Matutino e Vespertino;

2.2 Escola Municipal de Educação Básica Prof^o Ranulpho Paes de Barros - Foi fundada em 12 de maio de 1980 e localizada na Avenida Central nº. 416 - Jardim Santa Isabel (Bairro13⁶² - Possuía densidade demográfica Alta de 57,40 a 86,02 hab./ha e a Classe de Renda Médio-Baixa) na Região Oeste. Em 2009 essa Escola funcionou conveniada à Rede Estadual de Ensino e possuía em seu quadro de funcionários: Professores de Geografia Efetivos (05) e com Contratos Temporários (02). Ofertou Ensino Fundamental e Ensino Médio e a clientela estava formada com 1.266 Mil alunos matriculados nos períodos: Matutino, Vespertino e Noturno;

2.3 Escola Estadual de Educação Básica José de Mesquita - Fundada em 25 de março de 1964 e localizada na Rua Barão de Melgaço nº 945 – Do Porto (Bairro 21 - Possuía densidade demográfica Médio-Alta de 28,77 a 57,39 hab./ha e a Classe de Renda Média⁶³) na Região Oeste. Em 2009 essa Escola possuía em seu quadro de funcionários: Professores de Geografia Efetivos (02) e com Contratos Temporários (01). A clientela estava formada por 774 alunos matriculados no Ensino Médio nos períodos: Matutino e Vespertino;

2.4 Escola Estadual de Educação Básica Ulisses Cuiabano - Fundada em outubro de 1974 e localizada na Rua dos Miosótis s/nº - Jardim Cuiabá (Bairro 16 - Possuía densidade demográfica Médio-Baixa de 11,05 a 28,76 hab./ha⁶⁴ e a Classe de Renda Médio-Alta) na Região Oeste. Em 2009 essa Escola possuía em seu quadro de funcionários: Professores de Geografia Efetivos (05) e com Contratos Temporários (02). A clientela estava formada por 729 alunos matriculados no Ensino Médio e Ensino Fundamental nos períodos: Matutino, Vespertino e Noturno;

⁶² Ver: Figura 13.

⁶³ Ver: Figura 14.

⁶⁴ Ver: Figura 16.

2.5 Escola Estadual de Educação Básica Presidente Médici - Fundada em 07 de maio de 1974 e está localizada na Avenida Mato Grosso s/nº. – Dos Araés (Bairro 24⁶⁵ - Possuía densidade demográfica Alta de 57,40 a 86,02 hab./ha e a Classe de Renda Médio-Alta⁶⁶) na Região Oeste. Em 2009 essa Escola possuía em seu quadro de funcionários: Professores de Geografia Efetivos (06) e com Contratos Temporários (05). A clientela estava formada por 2.884 Mil alunos matriculados no Ensino Médio e Ensino Fundamental nos períodos: Matutino, Vespertino e Noturno;

⁶⁵ Ver: Figura 13.

⁶⁶ Ver: Figura 14.

CAPÍTULO 3 – OS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este capítulo é destinado a analisar os paradigmas atuais da Educação Básica brasileira, relacionar os novos valores - conhecimentos, competências, habilidades e atitudes - que estabelecem a interface entre teoria e prática, com o objetivo de: Avaliar o nível de qualidade da Educação Básica, serviço público essencial realizado pelas Escolas Públicas; Identificar as bases científicas do Novo Paradigma Educacional; Revisar os fundamentos para otimizar a abordagem interdisciplinar ou a transdisciplinar da Educação Ambiental recomendados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs; Revisar as bases do ProNEA para otimizar a implantação da Educação Ambiental a partir das Escolas Públicas de Educação Básica.

Nesse contexto, inicialmente afirmamos que a Terceira Revolução Industrial Técnico-Científica ocasionou avanços tecnológicos - evolução dos Meios de Comunicação de Massa e aperfeiçoamento dos transportes para diminuir distâncias – que propiciou o desenvolvimento das sociedades modernas.

O ponto fundamental, quando se fala em tecnologia hoje, é justamente este: o fato de estarmos, sobretudo nas sociedades ocidentais, vivendo em um mundo extremamente tecnocrático. Tecnologia é sinônimo de poder e se tornou, juntamente com a ciência, a “solução” para todos os males que afligem a humanidade, uma verdadeira panacéia (SANTOS, 2000, p.67).

No entanto, é de suma importância que a Educação Básica brasileira não ignore os efeitos nefastos da Globalização sobre a qualidade de vida no Planeta, mas lute pela construção da cidadania e formação do cidadão crítico que se opõe ao ciclo vicioso - dominação, discriminação e autoritarismo - que provoca queda da qualidade de vida da população ocasionando o aumento da: Exclusão social, violência e poder paralelo.

Nesse contexto, Gadotti (1991) evidencia que com o advento da Globalização predomina o tecnicismo que forma cidadãos capacitados para atuarem no Sistema Econômico Capitalista sem questionar o seu funcionamento e objetivos, sendo que os professores principalmente da Educação Básica precisam ensinar

seus alunos a olhar os fatos sociais e analisar de forma crítica a realidade contemporânea para intervirem positivamente no Meio Ambiente. No entanto para que isso possa acontecer é preciso investir na qualidade da Educação devido a sua grande importância social e econômica e por ser fundamental na formação de cidadãos críticos na sociedade contemporânea.

3.1. REALIDADE ATUAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

De acordo os dados do Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos - EPT (2011) apresentado pela UNESCO, os dados estatísticos de 2008 demonstram o mau desempenho escolar dos alunos na América Latina em especial do Brasil. Isto porque, esses dados afirmam que 1/2 das crianças do Mundo que estão fora da Escola vivem em apenas 15 países sendo que no Brasil 0,7 crianças em idade escolar primária encontram-se fora da Escola.

O Relatório de Educação para Todos - EPT (2011) argumenta também que apenas 10 países respondem por 72% do número total de adultos analfabetos e que o desempenho nestes países tem sido irregular apesar de que o Brasil conseguiu reduzir sua população adulta analfabeta em 2,8 milhões de 2000 a 2007.

[...] O Brasil, como os demais países da América Latina está empenhado em promover reformas na área educacional que permitam superar o quadro de extrema desvantagem em relação aos índices de escolarização e de nível de conhecimento que apresentam os países desenvolvidos [...] (MOYSÉS 1995, p. 35).

Nesse contexto o EPT (2011) afirma que Cuba é o país latino – americano que conseguiu cumprir melhor as metas sobre acesso e qualidade de ensino sendo que também foi classificada em 14^º lugar na lista de 128 países, porém ficou a frente de países europeus como: Espanha (17^º), Suíça (20^º) e Bélgica (23^º). Porém, outros países da América Latina - Argentina (38^º), Uruguai (39^º) e Venezuela (59^º) – também alcançaram bons resultados e provavelmente no futuro conseguirão alcançar a meta de todos os alunos concluírem o Ensino Básico.

O Relatório de EPT (2011) argumenta também que a UNESCO considera o 88^º lugar ocupado pelo Brasil como classificação intermediária referente ao êxito

escolar e que os problemas enfrentados na Educação brasileira estão relacionados principalmente com a alta taxa de repetência e ao baixo índice de conclusão na Educação Básica.

Ao longo dos anos buscaram-se diferentes causas para explicar o atraso escolar dos alunos. Alguns estudos insistiram nos fatores estritamente vinculados aos alunos: suas capacidades, sua motivação ou sua herança genética. Outros pelo contrário, deram ênfase principalmente aos fatores sociais e culturais. Dessa perspectiva, a Escola teria a função de reproduzir as diferenças entre os alunos que se encontram na sociedade. Outros, finalmente, voltaram os olhos para as características das Escolas e definiram que também a organização e o funcionamento das mesmas têm uma parte de responsabilidade no maior ou menor êxito escolar de seus alunos (MARCHESI; PÉREZ, 2004, p.19).

De acordo com o Relatório de EPT (2011), o MEC através do relatório de 2007 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP declarou que 4,8% dos alunos brasileiros abandonaram o Ensino Fundamental. Exemplifica que diariamente na Paraíba 395 crianças abandonam a Escola, 11,5% dos alunos, sendo classificada como o 2º Estado brasileiro em evasão escolar na 1ª Etapa, o Ensino Fundamental, da Educação Básica.

O Relatório de EPT (2011) afirma que a qualidade do ensino nas Escolas de Educação Básica da Rede Pública de Ensino tem relação com os investimentos recebidos das Políticas Educacionais e seus orçamentos. Afirma também que nos países desenvolvidos o investimento médio por aluno/ano na Educação Básica é de U\$ 4.170 sendo que na América Latina esse investimento é de U\$ 252. Afirma também, que o Governo brasileiro estabeleceu como meta garantir o investimento de U\$ 300 por aluno/ano equivalendo 7% da média do investimento dos países desenvolvidos. Apesar das atuais restrições orçamentárias as Escolas Técnicas Federais são as únicas instituições públicas brasileiras que fazem investimentos considerados próximo dos países desenvolvidos de: U\$ 3.000 por aluno/ano.

De acordo com Ciegliniski (2010), o MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP afirmaram que o investimento público em Educação em 2008 foi de 4,7% em relação ao PIB equivalendo aproximadamente R\$ 140 Bilhões. Afirma também que o valor investido por aluno na Educação Básica ainda é pouco apesar de que no período de 2000 a 2008 passou de R\$ 808 para R\$ 2.632 anuais sendo que o maior investimento está nas séries

finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), com um custo de R\$ 2.946 por estudante/ano.

Nesse contexto, o MEC no final de 2010 divulgou que estava em votação no Congresso Nacional o Projeto de Lei para aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2011-2020 que prevê “Ampliar progressivamente o investimento público em Educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do País” (PNE 2011-2020, Meta 20).

A Câmara publicou em seu Site [...] a nota técnica que fundamenta as metas do [...] PNE 2011-2020 Nacional. O documento é de autoria do [...] MEC, e traz as análises da Pasta sobre a Educação no País e a viabilidade dos objetivos para a próxima década. [...]. O plano é a principal diretriz para a Educação Básica e está em debate no Congresso (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).

Argumenta o MEC (2011) que, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB tem o objetivo de atender a Educação Básica de 2007 - 2020 sendo que é uma obrigação da União com a Educação Básica, aumentar em dez vezes o volume anual dos recursos federais além de financiar todas as etapas da Educação Básica e reservar recursos para Programas orientados para jovens e adultos. Afirma também, que o FUNDEB tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à Educação, no entanto os recursos devem ser distribuídos pelo país considerando o desenvolvimento social e econômico das Regiões; no entanto essa complementação de aplicação financeira é direcionada às Regiões com investimento anual por aluno inferior ao valor mínimo fixado anualmente e a destinação desses investimentos está baseada no número de alunos da Educação Básica, de acordo com os dados do Censo Escolar do ano anterior.

No entanto em todos os níveis – Federal, Estadual e Municipal - através de Conselhos específicos para esse fim os integrantes são capacitados pelo Ministério da Educação para realizar a gestão dos recursos do Programa: Acompanhamento; Controle Social sobre a Distribuição; Transferência e Aplicação.

O [...] FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao [...] FUNDEF que vigorou de 1998 a 2006. É um Fundo

especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um Fundo por Estado e Distrito Federal, num total de 27 fundos), formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à Educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na Educação Básica. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída no seu terceiro ano de existência, ou seja, 2009, quando o total de alunos matriculados na Rede Pública é considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a formação do Fundo atinge o patamar de 20%. Além dos recursos originários dos entes estaduais e municipais, verbas federais também integram a composição do FUNDEB, a título de complementação financeira, com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R\$ 1.722,05 em 2011) a cada Estado, ou ao Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com recursos dos próprios governos. O aporte de recursos do Governo Federal ao FUNDEB, de R\$ 2 Bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,22 Bilhões em 2008, aproximadamente R\$ 5,1 2 Bilhões para 2009 e, a partir de 2010, [...] 10% da contribuição total de Estados e Municípios (MEC, 2011).

A Educação Formal brasileira acima de tudo é uma prática social que envolve as dimensões: Econômicas, políticas, culturais, estéticas e éticas. Por isso, neste Milênio na América Latina, em especial no Brasil, devido ao desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população ocorrem mudanças: A renda familiar determina a participação na cultura escrita e as Políticas Educacionais passam por uma urgente reformulação para que as Escolas da Rede Pública de Ensino realizem uma Educação de qualidade.

Como era de se esperar, a renda da família é um fator determinante na distribuição do alfabetismo. Famílias com maior nível de renda tiveram, em sua grande maioria, acesso a maiores níveis de escolarização há várias gerações, além de maior oportunidade de acesso à informação e à Cultura. Além disso, têm acesso a Escolas de melhor qualidade, principalmente as particulares, mas também as públicas situadas nos melhores bairros. [...] o analfabetismo funcional predomina entre pessoas pertencentes a famílias com renda de até 01 salário mínimo, sendo que 20% deste grupo está no nível de analfabetismo absoluto. Em contraste, o nível pleno de alfabetismo é majoritário somente na faixa de renda familiar acima de 05 salários mínimos. O comparativo das médias ao longo do período de 08 anos, observado pelo Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF mostra que essas diferenças, ainda que permaneçam em nível preocupante, vêm diminuindo. Os escores médios dos grupos com menos de 05 salários mínimos vieram se aproximando da média verificada no grupo de maior renda. Esse é um indício de que os Sistemas Públicos de Ensino estão fazendo a diferença, fator que certamente estará associado a melhores oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para os que pertencem a famílias de baixa renda (BRASIL, 2009, p. 14 e 15).

No entanto, de acordo com o que foi dito anteriormente, para melhorar a qualidade será necessário erradicar da Educação brasileira o discurso neoliberal⁶⁷ principalmente nas Escolas Públicas de Educação Básica sendo necessário: Correção da repetição sucessiva de políticas centralizadoras com pouco envolvimento dos setores sociais; Rompimento do ciclo de decisões unilaterais na Educação; Abertura de espaços para a pluralidade de ideias e debates democráticos; Iniciativas governamentais para melhorar a qualidade das Políticas Educacionais; Correção do modelo tradicional de Educação – em que os objetos de estudo das disciplinas curriculares estão fragmentadas para serem utilizadas como instrumento de poder sem promoção dos processos reflexivos devido à utilização do conhecimento como forma de submissão que favorece a hegemonia capitalista fortalecendo seus interesses através da: Alienação, passividade e formação de força de trabalho com mão de obra barata.

3.1.1. Globalização dos Problemas Ambientais & Escola Pública

No atual momento histórico, em decorrência da Globalização é inquestionável a globalização e consolidação da Cultura da Violência e conseqüentemente a sociedade contemporânea e a escola foram afetadas profundamente.

Podem ser insultados, picados, baleados, queimados ou agredidos e podem mesmo perder a vida. Para muitos profissionais, garantir a subsistência implica trabalhar em ambientes hostis e de risco agravado. Cada profissão tem o seu risco, mas há algumas com maior propensão à ocorrência de danos físicos ou episódios de violência. Bombeiros, policiais, enfermeiros e até professores são alguns dos profissionais que quotidianamente desafiam os riscos [...] (MATEUS; ANTUNES in EXPRESSOEMPREGO, 2006).

Infelizmente a violência ultrapassou todas as fronteiras da sociedade contemporânea e se instalou no contexto escolar em vários lugares do Mundo confirmando as declarações da Organização Internacional do Trabalho – OIT: Desde 1981 a profissão de professor é de risco; No exercício do Magistério existem riscos físicos e psicológicos.

⁶⁷ Ver: Capítulo 1.

Em Portugal, um terço dos docentes considera que o trabalho é stressante, mas por razões diferentes das apontadas pelos professores estrangeiros. [...] Um em cada três professores portugueses sente que a sua profissão é stressante e um em cada seis docentes encontra-se em estado de exaustão emocional ou com esgotamento cerebral. Estes são alguns resultados preliminares do estudo "Stress na profissão docente: prevalência e fatores de risco", a ser apresentados hoje no III Congresso Nacional de Saúde Ocupacional, a decorrer na Póvoa de Varzim. Da responsabilidade do [...] IPSSO e em colaboração com a Porto Editora, a investigação abrange uma amostra de 2108 professores de todo o País. O objetivo principal é conhecer a dimensão do stress nos professores portugueses e identificar as principais causas. Os dados daqui resultantes poderão contribuir para um melhor conhecimento das dificuldades inerentes à profissão docente, além de permitir conceitualizar possíveis intervenções para reduzir e controlar o stress neste grupo profissional. Segundo [...] Cardoso, coautor do estudo, juntamente com [...] Araújo, os resultados obtidos demonstram que, ao nível do stress, "os professores portugueses apresentam valores semelhantes aos já verificados noutros países". As diferenças mais significativas sublinham o investigador, residem nas razões que os docentes apontam para se sentirem estressados. Para os portugueses, o estatuto e o conteúdo do trabalho são dois fatores que podem gerar stress profissional. A estes, juntam-se a previsibilidade, a pressão do tempo e a segurança profissional ao longo da carreira. A disciplina, a rigidez dos programas, a natureza emocional do trabalho e o toque da campainha são outros motivos apontados pelos docentes como verdadeiros fatores de stress. Ausência de realização pessoal, despersonalização e insatisfação com a organização e com o trabalho são problemas que os portugueses não apontaram de forma significativa, ao contrário do que foi verificado em estudos realizados noutros países. Resultados mais aprofundados desta investigação serão publicados num livro [...]. Esta publicação fará uma análise mais profunda do stress profissional entre os professores e relacionará este problema com variantes como a idade, o sexo, as disciplinas lecionadas, os anos de serviço, os tipos de Escola e a sua localização geográfica (EDUCARE, 2000).

Nesse contexto, atualmente evidencia-se a consolidação da ingovernabilidade⁶⁸ em todo o território brasileiro, de acordo com as ideias de Bobbio (1985) que enfatiza a necessidade de resaneamento e solução desse problema como uma das soluções da crise da Democracia, pois o Estado não consegue atender as demandas sociais crescentes dos Serviços Públicos Essenciais: Educação, Segurança e Saúde.

Portanto, devido à ineficácia na qualidade dos Serviços Públicos Essenciais, especialmente da Segurança Pública, ocorreu a consolidação da Cultura da Violência principalmente nas zonas urbanas das cidades brasileiras afetando profundamente as Escolas Públicas da Educação Básica e colocando em situações de risco principalmente professores e alunos.

⁶⁸ O autor se refere à crise da democracia em torno de três problemas: a) Ingovernabilidade; b) Privatização do Poder Público; c) Poder Invisível (BOBBIO, 1985, p. 14).

Ao longo deste texto apareceu desde distintos ângulos a manifestação da violência na forma patriarcal de ordenar a vida e as atividades humanas: Na organização dos tempos, na transferência de energias cuidadosas e amorosas das mulheres aos homens. Também pusemos que relevo como se violenta a percepção da realidade invisibilizando e desvalorizando tudo aquilo que não se ajusta à relação mercantil mediada pelo dinheiro. Podemos falar, pois, em primeiro lugar de uma violência material que se manifesta nos comportamentos e que adota cotidianamente a forma de destruição do Meio Ambiente, de depredação dos recursos naturais e exploração da energia humana dedicada ao trabalho mercantil; a forma de resolução violenta dos conflitos que se materializa em guerras contínuas que nos últimos tempos têm o controle dos recursos naturais como motivo central; ou as formas de relação entre as pessoas apoiadas no domínio que se traduzem em violência contra as mulheres, em exploração sexual ou em agressões a quem é visto como diferente. Esta violência, que forma parte das relações de poder que se praticam no patriarcado capitalista, atua contra as mulheres e contra a Natureza, destrói sua obra. [...] Quer dizer, o pano de fundo destes comportamentos violentos cotidianos é a violência simbólica. Violência simbólica que cancelou o feminino original substituindo-o por um discurso patriarcal sobre as mulheres que assegurasse sua subordinação ao masculino e que tem feito invisível nossa pertença natural por meio de operações de naturalização dos humanos. No exercício desta violência simbólica, o patriarcado capitalista identificou mulheres e Natureza e os situou na parte escura convertendo-os em algo que não tem valor e está disponível para ser usado pelo "homem econômico (ou o homem racional, ou o homem político)". Esta é a ordem simbólica que ilumina e sustenta a Economia convencional cujos fundamentos põem em questão o feminismo e o ecologismo. A atividade feminina que se centrou ao longo da história em fazer crescer a vida e cujos esforços sustentaram uma geração humana atrás de outra, a pesar da violência patriarcal, desenvolveu em troca umas práticas e um saber que são referentes para que a sustentabilidade humana, social e ecológica de que falávamos a princípio seja possível. Com o passar do tempo assinalamos já algumas delas que convergem com o ecologismo e que põem em questão a validade da atual Economia para alcançar sustentabilidade. Mas a experiência feminina contribui também uma prática da relação por ela mesma, sem uma finalidade instrumental; uma prática da relação que se alimenta de amor e não de dominação. [...] A centralidade da relação na vida e a experiência das mulheres é inseparável de sua fadiga por fazer crescer a vida e por cuidá-la. Como antes observamos, as tarefas de cuidados que as mulheres realizam não podem separar-se dos afetos. O saber feminino da relação constitui também uma referência para a Cultura da Sustentabilidade Humana porque se esta fizer referência à qualidade de vida das populações, não pode sustentar-se em relações que entranhem violência. [...] A relação entre a mãe e a criatura se dá em uma situação de dosimetria que a poderia converter na forma mais violenta de domínio. Entretanto, a mãe durante a criação respira o passo da posse à autonomia, do controle à confiança, da imposição à responsabilidade. O amor materno, pois, prevê a independência da criatura, mas com esta a mãe não rebaixa seu grau de compromisso ou sua disponibilidade para a acolhida. Esta prática milenária das mulheres, graças a qual uma geração após a outra as criaturas humanas cresceram, alcançou a autonomia e obteve de uma vez o apoio e o cuidado que a espécie humana por sua natureza dependente requer, é uma boa base de conhecimento e de prática para alcançar relações humanas sem violência (TELLO, 2005, 343 – 344. "Tradução Nossa").

Essa complexa realidade brasileira contemporânea exige união de todos os segmentos sociais em prol da resolução urgente da violência escolar principalmente das Escolas Públicas de Educação Básica.

Inadmissível é adiar providências enquanto se buscam as causas da violência escolar e nos perdemos em um labirinto de "achismos". De um lado, muitos creem que as Escolas são autoritárias, sufocam os alunos e favorecem sua agressividade. Outros acham que falta mais disciplina. [...] O problema se alastra pelo mundo, mas no Brasil embora o Governo admita sua existência, ele não é prioritário dentro das Políticas Educacionais. Iniciativas para combatê-lo geralmente partem de entidades como UNESCO, pesquisadores e Secretarias de Educação. O MEC as apoia, mas elas contemplam um número reduzido entre os mais de 200 mil estabelecimentos e não há diretrizes para um combate efetivo à violência escolar. As discussões são estéreis e as soluções apontadas abarcam desde munir Escolas com modernos aparatos de segurança até a implementação de Projetos que visam à oferta de atividades culturais e esportivas para os alunos, passando pelo treinamento de professores em mediação de conflitos. Todas têm seu lado positivo e devem ser tentadas em conjunto, desde que não se caia em exageros: nem podemos transformar Escolas em fortalezas [...] tampouco podemos nutrir a ilusão de que um jogo de bola nos fins de semana demoverá jovens infratores do hábito de portar armas e drogas e ameaçar a integridade física e mental de professores e colegas. Há dois problemas em um. O primeiro, segundo especialistas americanos, que têm como marco a tragédia de Columbine, é o fato de as Escolas não estarem preparadas para detectar alunos com problemas emocionais graves. O Centro Nacional de Segurança nas Escolas - National School Safety Center – NSSC - elaborou até uma lista de características dos "alunos-problema" que beiram a patologia para que sejam identificados antes de causarem uma desgraça. Esses casos bárbaros, no entanto, desvelam o segundo problema: Um cotidiano de violências em vários graus, com a qual os alunos compactuam ou da qual temem falar. A UNESCO alerta que nas Escolas impera a lei do silêncio e não há confiança entre professores, alunos e pais. O instituto de prevenção de violência na Escola dos EUA entrevistou alunos e pais e constatou que 2/3 dos alunos participam de grupos que intimidam colegas; só 1/3 acha que a Escola penaliza os intimidadores; entre as vítimas, apenas 16% pediriam ajuda a um professor e, entre recorrer aos pais ou a um amigo, 78% escolheriam o amigo. Na Alemanha, pesquisa entre jovens das 7ª e 8ª séries apontava que 60% já tinham batido em colegas nos últimos seis meses; 5% os intimidam regularmente e 8% os ameaçaram com facas e pistolas. Na França, 23,9% dos alunos já foram agredidos; 72,4% sofreram insultos e 45,1% foram roubados. Mas esses percentuais não "batem" com dados oficiais. Denúncias não são levadas à polícia: Lá como cá, os alunos não creem que ela vá protegê-los de represálias. E que ações distintas vêm promovendo para amenizar o fenômeno que fez do Magistério profissão de risco e dividiu alunos em opressores e vítimas? Nos EUA, os estabelecimentos se equipam, contratam seguranças e milhares deles estão recompensando alunos que informam, via "disque-denúncia", atividades suspeitas. Na Inglaterra, crianças de dez anos respondem por seus crimes e podem ser expulsas da rede escolar. A Argentina desenvolve um trabalho pioneiro na América Latina, treinando professores para mediar conflitos. No México, implantou-se o programa "Contra la violencia, eduquemos para la paz. Por ti, por mí y por todo el mundo". A UNESCO propõe o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz, nascido da observação de experiências nos EUA, França, Espanha e países onde o trabalho com

jovens nas dimensões artísticas, culturais e esportivas funcionou como prevenção à violência. No Brasil, além do reforço de policiamento no entorno, as Escolas também devem perder o escrúpulo de adotar medidas de segurança. [...] (MARANHÃO in O GLOBO, 2008).

Nesse contexto, os Meios de Comunicação de Massa nacionais veicularam os resultados da pesquisa do IBOPE em que a população brasileira apontou os problemas ambientais que causam violência e dificultam a otimização da qualidade da Educação Básica principalmente nas Escolas públicas: Segurança Pública ineficiente; Tráfico e consumo de drogas; Professores desmotivados devido aos salários baixos.

Quais são os maiores problemas da Educação Pública, na opinião dos brasileiros? A resposta está nas três reportagens especiais que o Jornal da Globo começa a exibir [...] com dados de uma pesquisa exclusiva realizada pelo IBOPE, em parceria com o movimento Todos pela Educação. [...] “Salários baixos. Os professores ficam desmotivados”, afirma um professor de Cuiabá. Qual é o maior problema da Escola Pública no Brasil? Uma pesquisa feita pelo IBOPE Inteligência, em parceria com o movimento Todos pela Educação, fez essa pergunta a brasileiros de todas as regiões do país. E o primeiro lugar no ranking das dificuldades surpreendeu. Houve um tempo em que a Escola era considerada um lugar seguro: Dos portões para dentro, a única preocupação era com o aprendizado. Mas os brasileiros mudaram de opinião e agora estão preocupados com o que não está nos livros, mas que faz parte do dia-a-dia dos alunos nas Escolas: A segurança e o tráfico de drogas. Estimulados a apontar os três maiores problemas das Escolas brasileiras, 50% dos entrevistados citaram a falta de segurança e as drogas. Em segundo lugar, estão professores desmotivados e mal pagos. E só em terceiro lugar aparece a baixa qualidade do ensino. [...] Mas os números revelam que todas as classes sociais estão preocupadas com a violência na Escola Pública. Drogas e falta de segurança são citadas por 56% dos entrevistados com renda familiar entre 05 e 10 salários mínimos. E, mesmo entre os mais ricos, o índice chega a 40% [...] (IBOPE in JORNAL DA GLOBO, 2009).

Infelizmente um terrível massacre, ocorrido no dia 07 de abril de 2011 em uma Escola Pública Municipal em Realengo no Rio de Janeiro, exemplifica a consolidação da Cultura da Violência no contexto escolar devido à ineficácia da Segurança Pública: Um ex-aluno portando arma de fogo encontrou na Escola e efetuou nas salas de aula vários disparos matando e ferindo gravemente vários alunos. A polícia civil do Rio responsável pelas investigações desse caso encontrou uma carta e dois vídeos gravados pelo ex-aluno antes de cometer o crime onde

confessou ter sofrido bullying⁶⁹ durante o período em que estudou nessa Escola e que esse fato o motivou a praticar o crime.

Wellington Menezes [...], ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na Zona Oeste do Rio, entrou no colégio pouco antes das 8h dizendo que daria uma palestra em comemoração aos 40 anos do colégio. Ele se dirigiu até a sala de leitura, onde conversou com uma professora de literatura. Logo depois, ele foi para uma sala da 8ª série, no segundo andar da Escola, onde cerca de 40 alunos assistiam à aula de português, tirou uma pistola da bolsa e começou a atirar. Em seguida ele entrou na sala em frente, onde tornou a disparar contra as crianças. Para fugir do ataque, parte dos alunos da Unidade de Ensino foi levada por professores para um auditório do colégio [...] Na correria para sair da Escola, dois alunos feridos encontraram uma equipe a polícia. [...] Dentro da Escola, o Sargento Alves, que fazia parte daquela equipe, teria abordado o atirador [...]. Na escada, o sargento Alves atirou na barriga do atirador [...] Wellington deu um tiro na cabeça. O atirador, que não tinha nenhum antecedente criminal, deixou uma carta [...] O ataque repercutiu na Imprensa Internacional. A Rede Britânica BBC e o Site do Jornal espanhol "El País" foram os primeiros a noticiar a chacina. Após entrar com imagens ao vivo direto do local, a Rede de TV americana CNN mancheteou o crime, assim como as versões eletrônicas dos argentinos "La Nación", "Clarín" e do britânico "Guardian" (JORNAL O GLOBO, 2011).

Argumentando a UOL Educação (2011) sobre o massacre ocorrido na Escola Pública do Realengo afirmou que essa tragédia sem precedentes na Educação brasileira ocasionou repercussão nos EUA devido à similaridade com o massacre de Columbine.

Estudantes de uma Escola em Littleton, cidade americana que foi palco do massacre de Columbine em 1999, enviaram mensagens para as vítimas da tragédia na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na Zona Oeste do Rio. Um grande cartaz feito por alunos de uma Escola próxima à Escola Columbine mostra que a tragédia carioca mexeu com a comunidade americana. No papel, a assinatura de estudantes e também palavras em português, escritas com a ajuda de duas alunas brasileiras. O cartaz será enviado à Escola [...]. A mãe de uma aluna confirma a dificuldade que as pessoas de Columbine têm de encarar o passado. "As pessoas não falam sobre isso. É como se fosse uma vergonha nacional. É como se estivessem de luto até hoje", disse ela. No dia 20 de abril de 1999, Dylan e Eric, dois alunos do Instituto Columbine, entraram na Escola armados e mataram 12 adolescentes e um professor. Dezenas de jovens ficaram feridos. Horas depois, cercados pela polícia, os atiradores decidiram se matar. Uma das sobreviventes do massacre de Columbine, Crystal Muller tinha 16 anos na época do episódio. Durante o ataque ela ficou embaixo de uma mesa, ao lado do corpo de uma amiga morta. Foram, segundo ela, anos com medo e depressão. "Vocês não estão sós. Há pessoas que estão rezando por vocês e que os acompanham por todo o mundo", disse ela aos alunos de

⁶⁹ Bullying é uma situação que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por um ou mais alunos contra um ou mais colegas. O termo bullying tem origem na palavra inglesa bully, que significa valentão, brigão. Mesmo sem uma denominação em português, é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato (REVISTA NOVA ESCOLA, 2011).

Realengo. Quase 12 anos depois da tragédia em Columbine, o massacre é lembrado num memorial, com quadros pregados em um muro, exibindo frases escritas por pais, alunos e professores. [...] escreveu um estudante (JORNAL G1, 2011).

No entanto, no ano de 2011 prevaleceram muitos casos de ineficácia na qualidade dos Serviços Públicos Essenciais principalmente da Segurança. Em decorrência desse fato, 05 meses após o massacre do Realengo ocorreu mais uma tragédia em outra Escola Pública considerada modelo na Educação Básica o Estado de São Paulo devido à excelente média obtida no ENEM de 2010.

A Escola Municipal Alcina Dantas Feijão, de São Caetano do Sul, palco da tragédia envolvendo uma um menino de 10 anos que atirou na própria professora antes de cometer suicídio na quinta-feira, é considerada uma Escola Modelo em todo o Estado de São Paulo. De acordo com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2010, a Escola [...] é a melhor instituição de Ensino Público e não Técnica de São Paulo. A média obtida pela instituição foi de 618,27, um valor acima da média geral obtida pelos estudantes de toda a Rede Pública do Estado, que foi de 511,21, segundo o Ministério da Educação - MEC. [...] o índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB de 2009 apontou a Alcina Dantas Feijão como a melhor Escola Pública do Estado de São Paulo para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. O índice é calculado com base em duas variáveis: O Rendimento Escolar (taxa de aprovação, reprovação e abandono) e as Médias de Desempenho dos Alunos na Prova Brasil (JORNAL DO BRASIL, 2011).

Nesse contexto, a população brasileira e especialmente os professores da Educação Básica questionam as razões que ocasionam as desigualdades entre os resultados apresentados pelo INEP principalmente através do: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Principalmente porque das 1000 piores pontuações no ENEM em nível nacional, 973 foram de Escolas Públicas Estaduais.

De acordo com Ravazzolo (2011), o IDEB pode funcionar nas Escolas como um alarme de perigo ou alento porque desde a sua implantação em 2007, vem ganhando espaço em avaliações e pesquisas na área de Educação e o Plano Nacional de Educação em trâmite no Congresso Nacional incluiu entre suas metas um dos seus itens que prevê nota 6 nos anos iniciais até o ano 2022. Portanto deve estar acompanhado de reflexão para que os profissionais da Educação, alunos e familiares enxerguem a nota como uma possibilidade de mudança, desafio e não desestímulo porque faz parte de um contexto complexo maior.

No entanto, a Mídia nacional contemporânea também veiculam denúncias sobre o consumo e/ou tráfico drogas em todo o território brasileiro com ocorrência no contexto escolar principalmente das Escolas Públicas de Educação Básica.

Três alunos flagrados com maconha teriam comprado droga de colega [...]. Quatro adolescentes foram detidos [...] suspeitos de consumir e traficar maconha dentro de uma Escola Pública em Belém – Pará. Eles foram levados pela Polícia, juntamente com os responsáveis, para a Delegacia de Atendimento do Adolescente [...] (JORNAL G1, 2011).

A Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA (2008) afirma que os resultados da Pesquisa sobre a Convivência Escolar em Escolas Públicas de Brasília – DF identificou em uma amostra composta por 84 Escolas – onde participaram 10197 alunos e 1455 professores do sexo feminino e masculino predominantemente de 26 a 55 anos - vários aspectos relevantes que necessitam de intervenções dentre os quais destacaram: Comparação entre alunos e professores segundo violência “dura” sofrida entre 2006 e 2008 - Ameaças (Professores 26,4% e Alunos 24,1%), Roubos ou furtos (Professores 16,5% e Alunos 27,8%) e Agressão física (Professores 7,5% e Alunos 15,5%); Comparação da intensidade do medo sentido no ambiente escolar – Muito medo de armas (Professores 25,7% e Alunos 38,7%), Muito medo de Furto/roubo (Professores 25,6% e Alunos 30,2%), Muito medo de traficantes de drogas (Professores 24,0% e Alunos 32,6%) e Muito medo de gangues rivais (Professores 21,0% e Alunos 28,1%); Percepção dos Professores acerca de como a violência escolar afeta os estudos - Qualidade das aulas diminui 67,6%, Ambiente da Escola fica pesado 71,0%, Alunos não conseguem se concentrar nos estudos 64,8%.

Os resultados dessa pesquisa, confirmam as declarações pessoais dos professores sobre os problemas ambientais vivenciados cotidianamente em várias Escolas Públicas de Educação Básica no Brasil: Inadequação das Escolas à rapidez das informações; Violência escolar; Crise de autoridade; Salários baixo; Problemas de saúde dos professores; Desinteresse dos alunos. Essa situação negativa confirma as características atuais do Sistema de Ensino que limitam principalmente o processo de ensino-aprendizagem das disciplinas curriculares da Educação Básica.

"Vou mais um dia para a Escola, desanimada e certa de que as aulas não serão dadas. Quando chego à porta da sala tenho vontade de sumir." [...] um trecho da carta da professora [...] de Ensino Fundamental [...] Damasceno endereçada à Secretaria de Educação de Belo Horizonte. O texto-desabafo circulou na Internet e trouxe à tona, mais uma vez, o anacronismo do modelo pedagógico na Rede Pública e a crise de autoridade dos professores, que costumam acumular problemas nas cordas vocais de tanto gritar dentro das salas de aula. "[...] continua a professora [...] confessando que se sente dentro de "uma rebelião". Outro inimigo dos mestres é a violência dentro das classes. Uma professora foi torturada por um aluno em São Paulo, outra, no mesmo Estado, ameaçada de morte, vários são alvo de intimidações. Uma pesquisa sobre convivência escolar divulgada no início do mês pela [...] RITLA e a Secretaria de Educação do Distrito Federal transforma o problema em um número desanimador: 67,6% dos Educadores sentem que sua autoridade ficou mais fraca nos últimos anos. O levantamento ouviu 1,3 mil profissionais da capital federal. "O retrato sintetiza a situação da maioria das Escolas Públicas do País", afirma a socióloga [...] Abramovay, que coordenou o trabalho. [...] "A dificuldade começa ao entrar na sala. Levo 20 minutos para chamar a atenção dos alunos", diz [...] Cordeiro, que ensina Geografia no Ensino Fundamental das Redes Municipal e Estadual do Rio de Janeiro. "Tenho que berrar. Estou perdendo a voz". [...] jovens com celular e jogos eletrônicos - ou, até mesmo, dormindo. Esse desinteresse foi identificado na pesquisa da Ritla: 84,2% dos professores acham que os alunos prestam pouca atenção - ou nunca o fazem. Para [...] Paula, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, isso se deve, em parte, às características atuais do sistema de ensino. "As Escolas não conseguiram se adequar à rapidez da informação e do conhecimento que os alunos encontram fora delas." A violência é o que mais assusta. Segundo a pesquisa, 26,4% dos professores já foram ameaçados pelos alunos e 7,5% sofreram violência física. [...] (PRADO; MAGRO in ISTO É, 2009).

Nesse contexto, obviamente a população da cidade de Cuiabá enfrenta muitos problemas ambientais semelhantes aos citados anteriormente decorrentes também da ineficácia da Segurança Pública no Meio Ambiente nas escalas local/global o que vem dificultado a otimização da Educação Básica principalmente nas Escolas Públicas. Deus (2011) ressalta que, o IBGE confirmou através de pesquisa recente que Cuiabá ocupa o 18º lugar no ranking das capitais brasileiras com casos de bullying nas Escolas Públicas e Privadas. Na tentativa de diminuir a ocorrência e baixar esse trágico índice o Ministério Público Estadual - MPE decidiu por meio do Conselho Estadual de Educação - CEE, promover seminários nas Escolas Públicas na tentativa de prevenção do bullying.

De acordo com a Mídia regional também ocorreu no Município de Cuiabá elevados índices de violência principalmente nas Escolas Públicas de Educação Básica – com predominância de furtos e atuação de gangues rivais – confirmando a

ineficiência na qualidade dos Serviços Essenciais, especialmente a Segurança Pública, no Aglomerado Urbano Cuiabá - Várzea Grande.

O massacre ocorrido [...] em Escola do Bairro de Realengo na cidade do Rio de Janeiro revelou a falta de segurança nas Escolas Públicas do país. [...] Assim como no Rio de Janeiro, Cuiabá e Várzea Grande não contam com segurança nas Escolas. Em 2007, um estudante de 16 anos disparou cinco tiros contra um colega na Escola estadual Cesário Neto, em Cuiabá. Segundo um ex-professor da unidade de ensino, a tentativa de assassinato foi um acerto de contas envolvendo o tráfico de drogas. [...] Em outubro de 2010, ladrões invadiram a Escola Estadual Licínio Monteiro, em Várzea Grande e levaram diversos aparelhos eletrônicos. Em Cuiabá [...] a Guarda Municipal só atua na segurança de Escolas localizadas na Regional Sul [...] a Prefeitura de Cuiabá tem um Programa Educativo que visa promover a paz nas Escolas (COLOGNESI in DIÁRIO PnB ONLINE, 2011).

Diante da gravidade dos problemas ambientais citados anteriormente, o MEC vem procurando capacitar um número cada vez maior de professores em todo território brasileiro para trabalharem principalmente na prevenção do uso e/ou tráfico de drogas. No Município de Cuiabá vários órgãos governamentais também mantêm parcerias principalmente com as Escolas Públicas de Educação Básica, porém essas medidas estão sendo ineficazes para solucionar os problemas ambientais enfrentados no contexto escolar.

Em Cuiabá, a [...] SME e a [...] SESP realizaram discussões sobre as medidas necessárias para aumentar a segurança e reduzir a violência nas Escolas Públicas de Educação Básica, dentre as medidas tomadas destacou-se a intensificação das rondas policiais dentro das Escolas e em seu entorno. O Secretário Segurança Pública, [...], frisou que o combate ao tráfico e venda de drogas será intensificado nas imediações das Escolas, como uma medida preventiva para se reduzir os índices de violência (JORNAL 24 HORAS NEWS, 2010).

De acordo com o Jornal Folha do Estado (2011) enfatiza que na cidade de Cuiabá a Defensoria Pública realizou o Projeto “Defensoria vai à Escola”, dando ênfase em palestras sobre: Direitos dos cidadãos e como reivindicá-los; Orientações e instruções para alunos das Escolas Públicas sobre como agir para tentar impedir a disseminação do bullying. Nesse contexto, a SEDUC e várias Secretarias do Governo do Estado de Mato Grosso se uniram para desenvolver Projetos Educativos, a partir do ano de 2009, porém muito ainda terá que ser feito para erradicar a violência principalmente do contexto das Escolas Públicas de Educação Básica.

A [...] SEDUC - MT sediou reunião mensal da [...] REVIPAZ. A Rede composta por 30 entidades governamentais e da sociedade civil discute, desde 2009, ações integradas voltadas ao combate de atos violentos e para a propagação da paz. No encontro, a Coordenadoria de Projetos Educativos fez uma apresentação dos programas desenvolvidos pela SEDUC em parceria com o Governo Federal e demais Secretarias de Estado, que contribuem para socialização e promoção da convivência humana. Entre esses Projetos estão: “Escola Aberta” que oferta cursos de qualificação profissional, recreativa e desportiva nas Unidades de Ensino nos finais de semana; “Mais Educação” que promove a permanência dos alunos em dois turnos nas Escolas; [...] PROERD que conta com a parceria da Polícia Militar na realização de palestras nas unidades de ensino entre outros. [...] Projetos desenvolvidos pela [...] SEDTUR – MT [...]. Entre as parcerias que devem se concretizar [...] cursos de teatro e música nas Escolas do Estado. As atividades devem ser desenvolvidas pela [...] SEC, em parceria com a SEDUC. [...]. Além de SEDUC, SEDTUR e SEC, a REVIPAZ é composta pela [...] SEJUDH, [...] SESP, [...] SEEL, [...] SETAS, [...] SEPLAN; Defensoria Pública do Estado, [...] OAB - Seccional Mato Grosso, Polícia Rodoviária Federal, entre outros (DIADIANEWS, 2011).

A Prefeitura Municipal de Cuiabá em parceria com vários Órgãos Governamentais - SME, Secretaria de Esportes e Cidadania e Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso - desenvolvem anualmente o Projeto “Papo Aberto” com o objetivo de prevenir o tráfico e o uso de drogas lícitas e ilícitas em Cuiabá. De acordo com 24 Horas News (2010) o Presidente do COMAD ressaltou que o problema é mais grave em Mato Grosso porque faz extensa fronteira seca com a Bolívia, país considerado o maior produtor mundial de cocaína, transformando o Estado num corredor internacional do tráfico de drogas.

No entanto, no Brasil existe também um outro tipo de violência: Um problema trabalhista crônico vivenciado há décadas por milhares de professores com Contrato Temporário, chamados de Admitidos em Caráter Temporário – ACTs através da Lei Estadual nº 500/74, no Estado de São Paulo, que configura como política permanente nas Escolas Públicas desse Estado. Os ACTs afirmaram que apesar do apoio do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP ainda não conseguiram a criação de um Projeto de Lei para a realização de Concurso Público e também a aprovação para o fim da “Lei da Mordaza” e por isso se submetem a trabalhar na Rede Pública de Ensino enfrentando vários problemas trabalhistas: Salários baixos e sem vínculos e benefícios trabalhistas permanentes previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT: Previdência Estadual, Planos de Carreira, Férias Remuneradas, Incorporações e Gratificações de Tempo de Serviço e Evolução Funcional.

Quase metade dos profissionais do estado de São Paulo tem “Contrato Temporário”, alguns há décadas. Em situação precária e com direitos reduzidos, vivem como nômades, sem saber se estarão na mesma Escola no ano seguinte [...] Maria Cristina, 40 anos, única que permitiu revelar seu nome e seu rosto nesta reportagem, refere-se à Escola Estadual [...] de Campinas, em 2007: “Tive vontade de desistir de tudo. Desilusão, violência, falta de futuro total”, diz a professora [...]. O Estado de São Paulo tem mais de 5 Milhões de alunos, 5.350 Escolas e 230 Mil professores. Destes, 100 Mil têm contratos temporários para exercer, durante o ano letivo, a mesma função que os demais 130 Mil concursados. [...] tendo de conciliar inúmeras turmas em diferentes Unidades. [...] O último Processo de Seleção, em 2007, abriu 16 Mil vagas [...]. o Governo comprometeu abrir Concurso e a criar 75 Mil cargos. Meses depois a Secretária da Educação, confirmou perante o Tribunal Regional do Trabalho a abertura do Concurso e acordou com o [...] APEOESP a realização de uma “prova de habilitação”. A prova ocorreu [...]. As 75 Mil vagas prometidas para 2009 continuam à espera de seus futuros donos, uma vez que nenhum Projeto de Lei referente ao tema foi enviado à Assembléia Legislativa até o fechamento desta edição. A Secretaria informou que o Projeto ainda está em discussão. [...] (DOMINICI in REVISTA DO BRASIL, 2009).

No entanto, o Supremo Tribunal Federal - STF na tentativa de auxiliar a corrigir os salários baixos pagos aos professores de Educação Básica do Brasil considerou constitucional a Lei Ordinária Federal nº 11.738/2008 que prevê o pagamento da remuneração mínima, Piso Nacional ou Vencimento Básico, portanto o Ministério de Educação – MEC aumentou o Piso Nacional do Magistério, de R\$ 1.187,00 (2011) para R\$ 1.451 (2012), para os professores da Educação Básica que atuam nas Escolas da Rede Pública de Ensino⁷⁰.

Os Ministros do [...] STF consideraram [...] constitucional a Lei 11.738/2008, no ponto que regulamenta o Piso Nacional (Vencimento Básico) para os professores da Educação Básica da Rede Pública. O valor previsto é de R\$ 1.187,00 para uma carga horária de 40 horas semanais. [...] Parte dos Ministros argumentaram que haveria invasão de competência dos Estados pela União e, portanto, violação do pacto federativo previsto na Constituição. [...] (JORNAL O GLOBO, 2011). No entanto, o Ministério da Educação - MEC definiu em R\$ 1.451 o valor do Piso Nacional do Magistério para 2012, um aumento de 22,22% em relação a 2011. Conforme determina a Lei que criou o Piso, o reajuste foi calculado com base no crescimento do valor mínimo por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB no mesmo período. [...] Em 2011, o Piso foi R\$1.187 e em 2010, R\$ 1.024. Em 2009, primeiro ano da vigência da lei, o Piso era R\$ 950. Alguns Governos Estaduais e Municipais criticam o critério de reajuste e defendem que o valor deveria ser corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, como ocorre com outras carreiras. Na Câmara dos Deputados, tramita um Projeto de Lei que pretende alterar o parâmetro de correção do Piso para a variação da inflação. A proposta não prosperou no Senado, mas na Câmara recebeu parecer positivo da Comissão de Finanças e Tributação. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE prepara

⁷⁰ Ver: Item 3.1.1.

uma paralisação nacional dos professores para [...] março com o objetivo de cobrar o cumprimento da Lei do Piso [...] (NOTÍCIAS TERRA, 2012).

Porém os Ministros do STF além da constitucionalidade da Lei questionaram como a regra de 1/3 da carga horária do professor deverá ser reservada para atividades extraclasse, formação continuada e planejamento de aula, sendo que esse dispositivo foi suspenso e será discutido posteriormente. Também definiram que o termo Piso deve ser entendido como Remuneração Mínima a ser recebida pelos professores em todas as cidades dos Estados brasileiros.

Para atingir patamares aceitáveis de qualidade educativa da população é estratégia primordial resolver a questão dos professores [...] complexa [...]: valorização profissional e competência técnica. O problema é de qualidade formal e política. Em termos de qualidade formal, [...] seja porque a pedagogia continua atrasada em termos de competência técnica, [...] não existe sistema conveniente de atualização constante [...] a atividade de professor tem decaído para o rol das “facilitadas” e marcadas pela “seleção negativa”. Em termos de qualidade política, [...] se a Educação Básica é instrumentação fundamental da Cidadania, o professor não poderia ser Agente dela, sem ser [...] cidadão. [...] Cidadania é múltiplo, incluindo a valorização profissional, [...] remuneração, encarecimento e organização associativa e sindical (DEMO, 2007 p. 87).

Portanto, esses problemas ambientais fazem parte do mundo globalizado, automatizado e mediado pelos Meios de Comunicação de Massa, onde a velocidade e a quantidade de informação inviabilizam o seu armazenamento. Nesse contexto, o discurso neoliberal para a Educação⁷¹ requer a modernização e otimização da qualidade do processo de ensino-aprendizagem das disciplinas curriculares principalmente da Educação Básica para adequá-lo ao Mercado Internacional através de: Novo processo de orientação vocacional ou profissional da sociedade contemporânea.

Há alguma coisa que pode ser feita agora? Pois seguramente, se a Educação não é senão um simples reflexo da Economia e das exigências ideológicas da burguesia e da nova pequena burguesia, então a Economia é o lugar onde devemos colocar todas as nossas fichas [...]. Ao analisar as Escolas sob várias formas [...] – focalizando os conflitos de classe, as formas culturais de resistência, o local de trabalho, a Escola como um aparelho de Estado contraditório, o papel do Sistema Educacional Formal, não apenas na reprodução e distribuição, mas na produção – [...] tal análise da Educação revela quão importante ela é tanto como um processo quanto como um conjunto de instituições. Numa guerra de posição, ignorar isso significa colocar a nós próprios em perigo (APPLE, 1989, p.183).

⁷¹ Ver: Capítulo 1.

De acordo com Nóvoa (1995), são inquestionáveis e imperativas as mudanças no processo educacional de todos os países do Mundo contemporâneo e obviamente do Brasil porque atualmente a utilização dos processos tradicionais não consegue atender as condições de aprendizagem caracterizadas pela necessidade de independência na busca de informações e construção do conhecimento, imposta pelas rápidas mudanças socioculturais e tecnológicas em que os indivíduos modernos estão submetidos.

Acima das divergências existe a prática educativa, o compromisso, a necessidade de união nas bases que são, principalmente, as Organizações e Entidades de Classe do Educador. Essa solidariedade de Classe, na prática educativa, dá-se na base, entre os Educadores, estejam os teóricos da Pedagogia de acordo ou não. [...] com intuito pedagógico de esboçar uma interpretação dessas divergências, indicarei [...] alguns pressupostos que poderiam ser tomados como ponto de partida para estabelecer mais claramente os limites dessas tendências: A postura político-ideológica, a concepção gnosiológica, o quadro teórico (em particular o tipo de leitura de Marx e Gramsci), a análise da conjuntura brasileira e o papel da Educação nesta conjuntura (GADOTTI, 2002, p. 131).

Argumenta Freire (1997), que precisamos buscar a Educação como um processo de ensino-aprendizagem permanente para auxiliar os cidadãos do Planeta na construção do conhecimento individual enfatizando a importância do professor mediador e não detentor do conhecimento.

O conhecimento dos problemas-chave, das informações chave relativas ao Mundo, por mais aleatório e difícil que seja, deve ser tentado sob pena de imperfeição cognitiva, mais ainda quando o contexto atual de qualquer conhecimento político, econômico, antropológico, ecológico [...] é o próprio Mundo. A era planetária necessita situar tudo no contexto e no complexo planetário. O conhecimento do Mundo como Mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. É o problema universal de todo cidadão do Novo Milênio: Como ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las? Como perceber e conceber o Contexto, o Global (a relação todo/partes), o Multidimensional, o Complexo? Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do Mundo é necessário a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e, não, programática: É a questão fundamental da Educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento. A esse problema universal confronta-se a Educação do Futuro, pois existe inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários. Nessa inadequação tornam-se invisíveis: O Contexto, o Global, o Multidimensional, o Complexo. Para que o conhecimento seja pertinente, a Educação deverá torná-los evidentes (MORIN, 2000, p.35-36).

De acordo com esse raciocínio, no complexo contexto sociopolítico e econômico do século XXI - Globalização, Economia Neoliberal⁷², Terceiro Milênio⁷³ e Nova Ordem Mundial⁷⁴ - com constantes mudanças no Mundo moderno o Paradigma Educacional Tradicional tornou-se inapto para trabalhar com: o volume cada vez maior de uma grande gama de informações que dificultou a tomada de decisões na vida cotidiana e profissional; A complexidade da vida profissional e pessoal; A necessidade da inter-relação entre os campos de conhecimento anteriormente isolados; A falta de capacitação cognitiva para operar a integração de Sistemas Complexos; Promoção da individualidade com o estabelecimento de novos padrões de comportamento social.

A planetarização provocou, no século XX, 02 Guerras Mundiais, 02 Crises Econômicas Mundiais e, após 1989, a generalização da Economia Liberal denominada Mundialização. A Economia Mundial é cada vez mais um todo interdependente: Cada uma de suas partes tornou-se dependente do todo e, reciprocamente, o todo sofre as perturbações e imprevistos que afetam as partes. O planeta encolhe. Foram precisos três anos para que Magellan, ou Magalhães, desse a volta ao mundo por mar (1519 - 1522). [...] No final do século XX, o avião a jato circunda-o em 24 horas. E, principalmente, tudo está instantaneamente presente, de um ponto do Planeta ao outro, pela: Televisão, Telefone, Fax, Internet. O Mundo torna-se cada vez mais um todo. Cada parte do Mundo faz, mais e mais, parte do Mundo e o Mundo, como um todo está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isto se verifica não apenas para as Nações e Povos, mas para os indivíduos. Assim como cada ponto de um holograma contém a informação do todo do qual faz parte, também, doravante, cada indivíduo recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o Universo (MORIN, 2000, p.67).

Portanto no atual momento histórico são inquestionáveis as razões que ocasionaram necessidades urgentes para a consolidação do Novo Paradigma Educacional da sociedade contemporânea principalmente para aperfeiçoar a Formação Continuada do professor problematizador que atua nas Escolas Públicas de Educação Básica. Argumenta Gadotti (1998) que o conhecimento e desempenho eficaz das atividades pedagógicas requerem principalmente grande potencial de

⁷² Ver: Capítulo 1.

⁷³ Terceiro Milênio d.C. - Período compreendido entre 01 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 3000.

⁷⁴ Nova Ordem Mundial - Devido a vários significados para desambiguação destacamos: 1) Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação é um projeto internacional de reorganização dos fluxos globais de informação por meio de diversas ações de governo e do terceiro setor. A iniciativa foi lançada no início dos anos 1970 pelo movimento dos Países Não-Alinhados e recebeu o apoio da Unesco. Em 1977, uma comissão internacional desta organização iniciou um estudo sobre os problemas da Comunicação no mundo e produziu três anos depois um documento — o Relatório MacBride — propondo mudanças e estratégias para redistribuir e equilibrar os fluxos de informação entre países ricos e subdesenvolvidos. No entanto, a forte oposição por parte das organizações privadas de Mídia, a partir de então, acabou relegando o projeto ao esquecimento. Nas décadas seguintes, a Unesco praticamente substituiu a NOMIC em sua agenda política por outros temas, como: Democratização da Comunicação, Sociedade da Informação e Inclusão Digital. 2) A Nova Ordem Mundial também é um conceito sócio-econômico-político que faz referência ao contexto histórico do Mundo pós-Guerra Fria.

criatividade do professor além do domínio de conteúdos e dos métodos e rotinas de trabalho essenciais.

[...] a análise dos resultados do paradigma instrucionista são desoladores: provocamos o êxodo do aluno da Escola ou produzimos um educando obsoleto. Os que abandonam a Escola engordam a fileira dos fracassados, dos que não conseguem aprender. Os obsoletos não conseguem acompanhar o desenvolvimento atual da sociedade, mais especificamente não estão preparados para trabalhar no Novo Sistema de Produção de Bens E De Serviços (VALENTE, 1993, p.41).

3.2. BASES CIENTÍFICAS DO NOVO PARADIGMA EDUCACIONAL

Considerando o contexto anterior, a teoria com perspectiva histórico-cultural enunciada por Lev Semenovitch Vygotsky, psicólogo russo que faleceu em 1934, apresentou um Paradigma Educacional que trouxe uma pressuposição nova e extremamente importante, principalmente para a otimização da abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental, na Educação Básica a partir do século XX: O comportamento e a consciência dos indivíduos têm origem nas relações sociais e na Cultura, um princípio marxista que se opõe a todas as explicações sobre a origem do comportamento humano porque proclama que o processo de inclusão cultural é fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento dos seres humanos.

De acordo com as ideias de Vygotsky, aprender significa apossar-se da produção cultural através da interação e da mediação social, produzindo com os dados de tudo o que existe no contexto social para compreender essa realidade e transformá-la. Portanto a aprendizagem é uma atividade social compartilhada no contexto social do qual o indivíduo faz parte sendo que não pode ser vista como uma conquista individual, mas como processo coletivo.

[...] não seria possível à Educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da Educação bancária, realizar-se como prática da liberdade [...] fora do diálogo. É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: Não mais Educador do educando, não mais educando do Educador, mas Educador-educando com educando-Educador. [...] Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: Os Homens se educam em comunhão, mediatizados pelo Mundo. Mediatizados pelos objetos

cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo Educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos (FREIRE, 2005, p. 78-79).

Pelandré (2002) compara Vygotsky e Freire ressaltando que:

[...] Vygotsky estabelece a relação entre o aprendizado e o desenvolvimento [...] por intermédio de um conceito teórico. Define o desenvolvimento real como decorrente do amadurecimento de funções que permitem a resolução de problemas de forma independente. [...]. É aquilo que o aluno é capaz de adquirir em razão do seu desenvolvimento sociocultural no período. O aprendizado, no entanto, decorre das experiências vivenciadas, da qualidade de instrução recebida que tanto pode ocorrer na Escola como fora dela. Referiu-se a este desenvolvimento como potencial. A interseção caracteriza o que chama de zona de desenvolvimento proximal. E assim a define: “Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. Portanto, desenvolvimento e aprendizagem se inter-relacionam. Freire, sem ter lido Vygotsky, já aplicava esses conhecimentos. Eis que para ele toda prática pedagógica pressupõe “a presença de um sujeito A e um sujeito B que são educador e educando e de um conteúdo que é o objeto cognoscível, que deve então ser ensinado. [...] o educador ao ensinar aprende e o educando ao aprender ensina” numa relação dialética, num processo em que se parte do conhecimento de quem está aprendendo.

Dessa forma, observa-se que através do trabalho em grupo ocorrerá facilmente a troca de experiências e pontos de vista o que provavelmente estimulará a criatividade, reflexões críticas e interações teóricas e práticas entre os alunos.

De acordo com Vygotsky, a Educação é um processo de ensino-aprendizagem mediado ou uma prática social que se estabelece como instrumento para compreender a realidade vivenciada cotidianamente no Meio Ambiente local e global sendo que também proporciona acesso aos conhecimentos sistematizados além de ampliar os significados construídos espontaneamente.

Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras - temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente – também é preciso que compreendamos as suas motivações (VYGOTSKY, 2003, p.188).

As ideias de Vygotsky oferece importante colaboração para a abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental porque considera que a atuação do trabalho em grupo é evidente nos processos em que o ensino-aprendizagem é um resultado desejável das interações sociais. Através dessa troca de experiências e mediação será possível otimizar o Novo Paradigma Educacional devido à necessidade de

constante recontextualização através das transformações culturais que colocam o desenvolvimento humano perante novos questionamentos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos no contexto cotidiano do Meio Ambiente nas escalas – local, regional, nacional e global.

Se considerarmos [...] que um paradigma é um sistema de representações da realidade, um modelo aceito pela comunidade científica que permite compreender melhor o Mundo e dominar o melhor que qualquer outro sistema de representações, é evidente que, em um Mundo de complexidades e de incertezas, os antigos paradigmas já não funcionam: O paradigma do Estado-providência é ineficaz, o paradigma utópico dos anos 70 ilusório, o paradigma liberal do século XIX mais perigoso que nunca. Falta inventar tanto o post-taylorismo como o post-estado providência. Algumas das experiências evocadas podem fazer sorrir. Há muita ingenuidade na vontade de dar receitas. Dos *It Your selfy* outros manuais do saber fazer elementares e demagógicos foram sempre legiões nos Estados Unidos. A atitude dos políticos é frequentemente politiqueira. Os novos gestores não são todos conscientes [...]. A escuta do cidadão pode ser um alibi. Não obstante, as experiências já em marcha, tanto nos Estados Unidos como na Europa, permitem identificar, em pontilhado, uns elementos novos de explicação dos fenômenos econômicos e sociais assim como algumas pistas novas de ação. É neste sentido no que as experiências que exploram uma quarta via, não a do Welfare, tampouco a da utopia da esquerda nem a do ultraliberalismo, e que se estão desenvolvendo tanto nos Estados Unidos como na Europa, e frequentemente na mesma direção, merecem que as observemos e que as consideremos como elementos constitutivos de um novo modo de gestão pública, de uma nova organização social, e até, para alguns, de um novo paradigma (GUTIÉRREZ, 2001, p. 128 – 129. “Tradução Nossa”).

3.2.1. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade surgiu no final do século XIX, após várias décadas convivendo com o reducionismo científico visando estabelecer um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, para resolver a fragmentação causada pela concepção positivista porque as ciências foram subdivididas em várias disciplinas.

Pode ser definida como uma maneira de organizar e produzir conhecimento disciplinar, buscando integrar os diferentes tamanhos das manifestações estudadas. Com isso, pretende superar uma visão especializada e fragmentada do conhecimento disciplinar em direção à compreensão da complexidade e da interdependência das manifestações da natureza e da vida.

Complexidade é uma das características mais visíveis da realidade que nos cerca. Por ela queremos designar os múltiplos fatores, energias, relações que caracterizam cada ser e o conjunto dos seres do universo. A ciência

moderna, nascida com Newton, Copérnico e Galileu Galilei, não soube o que fazer da complexidade. A estratégia foi reduzir o complexo ao simples. Por exemplo, ao contemplar a Natureza, ao invés de analisar a teia de relações complexas existentes, os cientistas tudo compartimentaram e isolaram. [...] Assim, começaram a estudar só as rochas, ou só as florestas, ou só os animais, ou só os seres humanos. E, nos seres humanos, só as células, só os tecidos, só os órgãos, só os organismos, só os olhos, só o coração, só os ossos, etc. Desse estudo, nasceram os vários saberes particulares e as várias especialidades. Ganhou-se em detalhe, mas perdeu-se a totalidade (BOFF, 1997, p. 72).

Por isso podemos também nos referir à interdisciplinaridade como postura dos seres humanos frente à totalidade do conhecimento, como nova atitude diante do ato de conhecer a realidade que vivenciam no Meio Ambiente. Oferece inclusão principalmente dos alunos de Geografia da Educação Básica na sua realidade cotidiana possibilitando maior compreensão do espaço geográfico e do tempo em que vivem.

A interdisciplinaridade é uma forma de conversação entre as várias áreas de conhecimento, de onde se pode construir o geral a partir do particular. Sendo que em sua prática o assunto abordado em uma disciplina curricular, principalmente da Educação Básica, para integração e harmonia do conhecimento disciplinar depende de: Conceitos, definições ou leis fornecidas por outra disciplina curricular.

Bochniak (1992) afirma que a interdisciplinaridade é a forma correta de se superar a fragmentação do saber instituída no Currículo Formal. Através desta visão ocorrem interações recíprocas entre as disciplinas. Estas geram a troca de dados, resultados, informações e métodos. Esta perspectiva transcende a justaposição das disciplinas, é na verdade um processo de coparticipação, reciprocidade, mutualidade, diálogo que caracterizam não somente as disciplinas, mas todos os envolvidos no processo educativo.

Assim não cabe mais a proposta de conhecimentos divididos em compartimentos, porque na vivência cotidiana exige-se articulações sob vários pontos de vista em especial científicos ou metafísicos sendo que nesse sentido será necessário a superação da fragmentação a favor do integração do conhecimento disciplinar. Seguindo esse raciocínio, o Projeto de Pesquisa com abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental através do ensino-aprendizagem das disciplinas curriculares e prognosticado no Projeto Político Pedagógico principalmente da Escola Pública de Educação Básica exige dos Educadores e educandos envolvidos nesse processo: Comprometimento e união de suas

experiências individuais com as vivências e reflexões cotidianas na Escola ou de outras Instituições para agregar pontos aparentemente distantes de cada área do conhecimento disciplinar.

3.2.2. Transdisciplinaridade

Transdisciplinaridade⁷⁵ de acordo com (Rocha Filho, 2007) é um enfoque científico que objetiva a conexão do conhecimento estimulando uma nova compreensão da realidade sistematizando elementos que atravessam entre, além e através das disciplinas curriculares, para procurar entender a complexidade. Transdisciplinaridade nas relações interpessoais é uma atitude agradável de abertura entre os indivíduos e seus conhecimentos “para tentar uma compreensão mais participativa da realidade sendo que comunicação transdisciplinar, através do conhecimento das disciplinas as modifica e faz aparecer novas ideias e novos conhecimentos” (Brenner).

Portanto, a transdisciplinaridade deve ser uma tendência para integrar sem abandonar o respeito e o rigor pelas áreas do conhecimento procurando articular a compreensão da realidade. Seu objetivo é a compreensão global do mundo, porém será necessário olharmos o conhecimento e o ser humano como únicos em sua complexidade e diferenças.

⁷⁵ O termo transdisciplinaridade foi criado por Piaget em 1970 no I Seminário Internacional sobre pluri e interdisciplinaridade na Universidade de Nice onde divulgou pela primeira vez o termo e em seguida, em 1972 e em 1977. Hoje, tendo o Centre International de Recherches et d'Études transdisciplinaires (CIRET) como um dos principais centros mundiais de estudos sobre os conceitos transdisciplinares, é um dos mais complexos, e por consequência um dos mais estudados, onde ao mesmo tempo procura uma interação máxima entre as disciplinas, porém respeitando suas individualidades, onde cada uma colabora para um saber comum, o mais completo possível, sem transformá-las em uma única disciplina. E é na Carta da transdisciplinaridade, produzida no I Congresso Mundial de Transdisciplinaridade 1994, realizado em Arrábida, Portugal, com fundamental colaboração do CIRET e apoio da UNESCO, em que temos uma definição do conceito transdisciplinar: Artigo 3: "(...) A Transdisciplinaridade não procura a dominação de várias disciplinas, mas a abertura de todas as disciplinas ao que as atravessa e as ultrapassa." Artigo 7: A transdisciplinaridade não constitui nem uma nova religião, nem uma nova filosofia, nem uma nova metafísica, nem uma ciência das ciências." No âmbito acadêmico, já no século XX, com o intuito de unir o mundo "não universitário" ao universitário, cuja separação se dá primordialmente pela hiperespecialização profissional, com grande número de disciplinas que não acompanham todo o desenvolvimento, principalmente na área tecnológica, temos um aprofundamento na utilização deste conceito, visando formar profissionais cada vez mais completos, compatíveis com as exigências do mercado de trabalho que este futuro profissional encontrará. Assim tão complexo quanto os problemas que tenta solucionar, tem-se a transdisciplinaridade, que por ser tão sutil, ser a linha tênue que une e serve de limite entre o comprometimento e o individualismo de cada disciplina, que não possui uma definição exata, e ao mesmo tempo é um dos mais necessários conceitos quando tratamos de formação e Educação. A transdisciplinaridade não significa apenas que as disciplinas colaboram entre si, mas significa também que existe um pensamento organizador que ultrapassa as próprias disciplinas. É diferente de interdisciplinaridade, que exemplificando através de uma analogia, é basicamente como as nações unidas, que simplesmente une para discutir os problemas particulares de cada região. Nisto a transdisciplinaridade é mais integradora. Conforme o Artigo 3 da Carta da transdisciplinaridade, "a Transdisciplinaridade é complementar da aproximação disciplinar; ela faz emergir da confrontação das disciplinas novos dados que as articulam entre si e que nos dão uma nova visão da natureza e da realidade." Mas, para haver a transdisciplinaridade, é preciso haver um pensamento organizador, chamado pensamento complexo. Pela criação de um meta ponto de vista e não de um ponto de vista. O verdadeiro problema não é fazer uma adição de conhecimento, é organizar todo o conhecimento. Instituições que estudam a transdisciplinaridade: CETRANS - Centro de Educação Transdisciplinar; UNIPAZ-RJ - Universidade Internacional da Paz | Universidade Holística Internacional; AMMOM - Associação Ambiental Transdisciplinar movimento 3º Mundo - Fortaleza Ceará Brasil.

Nesse contexto, (Morin, 1999) enfatiza que a redução da realidade, as verdades unilaterais que a confinam num único nível nos impede de usar nosso potencial de compreensão. Muita especialização fragmenta a complexidade dos fenômenos define o real como sendo o real uma parte injusta. A abstração sem controle tende a considerar as formulas e as equações como a única realidade. A predominância de disciplinas separadas nos faz perder a capacidade de colocar uma informação ou um conhecimento no seu contexto natural. Perdemos a faculdade de globalizar, isto é de introduzir os conhecimentos num conjunto mais ou menos organizado. Ora as condições de qualquer conhecimento pertinente é justamente sua contextualização. Afirma que a redução da realidade a um só nível e do todo a uma parte faz com que a incompreensão impere dentro dos seres humanos e em suas relações interpessoais, entre povos, nações e religiões.

3.2.3. Transversalidade

A transversalidade trabalhar o conhecimento buscando uma reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros através dos assuntos abordados nas disciplinas curriculares buscando conseguir uma visão geral da realidade, para superar uma visão especializada e fragmentada do conhecimento através meios de que dispomos para conhecê-lo e não porque o seja em si mesmo. A interdisciplinaridade e a transversalidade mantêm-se mutuamente, porque para trabalhar os Temas Transversais de modo adequado não se pode ter uma visão disciplinar inflexível.

A proposta de transversalidade pode acarretar algumas discussões do ponto de vista conceitual como, por exemplo, a da sua relação com a concepção de interdisciplinaridade, bastante difundida no campo da pedagogia. Essa discussão é pertinente e cabe analisar como estão sendo consideradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais as diferenças entre os dois conceitos, bem como suas implicações mútuas. Ambas — transversalidade e interdisciplinaridade — se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática. A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a

inter-relação e a influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). É a uma forma de sistematizar esse trabalho e incluí-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade. Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida. A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extra-escolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos. Os Temas Transversais, portanto, dão sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais (BRASIL, 1998 p. 29-30).

Portanto, a discussão sobre Temas Transversais aparece nos debates educacionais, realizados por grupos politicamente organizados em vários países, sobre o papel da Escola e os conteúdos curriculares adequados que devem ser abordados no contexto social complexo e globalizado.

Não se pode atribuir à Educação Formal, especialmente à Educação Básica, o papel central na reprodução dos valores que interessam à classe dominante isto porque a Escola não pode ser a única ou a maior responsável pela preservação e organização da sociedade contemporânea e tampouco não se pode negar o seu papel institucional e seu potencial de exercer influência na transformação da sociedade moderna.

Nesse contexto, para interferir nesse processo de transformação sem ignorar os conteúdos curriculares tradicionais, especialmente da Geografia na Educação Básica, a introdução dos Temas Transversais - Meio Ambiente e Educação Ambiental, Saúde, Ética, Respeito às Diferenças, etc. - pode ser através da estrutura curricular.

A Educação Ambiental deve ser baseada em alguns princípios, como: a) A concepção do Meio Ambiente em sua totalidade, considerando interdependência entre o Meio Natural, o Socioeconômico e o Cultural sob o enfoque da sustentabilidade; b) A vinculação entre a Ética, a Educação, o trabalho e as práticas sociais; c) A abordagem articulada das questões ambientais locais, nacionais e globais (ROCCO, 2002).

Todos os Temas Transversais possuem estas características: São temas de abrangência nacional; Podem ser compreendidos pelos alunos de toda faixa etária; Permitem que os alunos desenvolvam a capacidade de se posicionarem perante questões que interferem na vida cotidiana coletiva e podem ser adaptados às realidades das Regiões brasileiras. No entanto, as alternativas para lidar com as questões sociais também são produzidas pela própria sociedade nas ações cotidianas de cada cidadão que necessita realizar um estudo interdisciplinar, utilizando o conhecimento científico das disciplinas curriculares, para compreender a origem dos problemas ambientais no Meio Ambiental local/global.

Atualmente a Espanha investiu muito nessa proposta, através da reestruturação do Sistema Escolar realizou a inclusão dos temas transversais em um conjunto de conteúdos fundamentais para a sociedade espanhola na tentativa de diminuir o distanciamento existente entre a Cidadania e o desenvolvimento tecnológico na Globalização.

No atual contexto sociopolítico e econômico, para ocorrer transformações fundamentais na Educação Básica, serão necessários que os conteúdos curriculares sejam: a) Integrados ao Projeto Político Pedagógico da Escola para restabelecer principalmente através do respeito às diversidades ambientais as relações: Interpessoais, Socioambientais e Éticas; b) Utilizados como “meios” pelos quais a Educação Básica auxilie a consolidar a justiça social para a construção da: Cidadania e sociedades mais justas.

Muitos são os que andam hoje em dia depois de uma definição cultural da Europa. O que têm em comum as velhas Nações que a compõem, além das divisões culturais inerentes às identidades nacionais particulares? Como abordar juntos, [...] as questões que, a imagem e semelhança dos problemas do Meio Ambiente, apresentam claramente uma dimensão transnacional? Nos debates que enfrentam os partidários da tradição e os defensores da modernidade, os nacionalistas e os cosmopolitas, revistam distinguir duas ideias de Nação: [...] uma concepção Étnica e [...] uma visão voluntarista. 1. A primeira, herdada do romantismo alemão, definiria a Cidadania [...] a tudo o que *não se escolhe*. 2. A segunda, que procede da Revolução francesa, [...] o grupamento voluntário dos indivíduos em torno de uns Princípios Universais semelhantes aos da grande Declaração. Assim [...] hoje em dia com um Nacionalismo da direita e um da esquerda. [...] a peculiaridade característica mais notável da ideia moderna de Nação: Designa de uma vez uma identidade cultural particular e uma pretensão à universalidade. [...] revolucionários mais ilustres: São inseparavelmente franceses (particulares) e cosmopolitas (universais), estão respaldados por

uma tradição e em ruptura com ela. [...] porque a ideia democrática, que surge então, está apoiada em um requisito fundamental, o de que uns indivíduos particulares, determinados culturalmente em sua esfera privada a “sociedade civil”, reconhecem-se em comum uns princípios expressos a um nível público [...]. Nada nos obriga, portanto, a escolher entre o nacionalismo romântico e o cosmopolitismo desencarnado. [...] A ideia de Nação pode e deve recuperar um sentido atual [...]. Pois terá que saber compreender o medo legítimo que poderia suscitar a construção europeia se obrigatoriamente tivesse que manifestar-se através do abandono das formas clássicas da Política. É conhecida a tese, defendida especialmente pelos prefeitos de determinadas grandes metrópoles regionais: No futuro, as questões decisivas se tratarão ou a nível internacional ou a nível local. Semelhante visão bipolar da Política teria uma formidável repercussão em déficit democrático [...]. Sem dúvida, há questões, inclusive alheias ao campo da Economia, que já não têm muito sentido a nível nacional. É o caso da Ecologia, [...] Bioética, [...] Defesa Militar: A nuvem de Chernóbil ignora as fronteiras, [...] o comércio de órgãos [...]. Isso significa que pode esvaziar-se o conteúdo a Política Nacional sem que a forma do Estado-Nação esteja obsoleta como pensam muitos ecologistas, como também os ultraliberais? [...] o território abandonado pelos democratas acaba no ato recuperado, e depois explorado sem competência pela extrema direita. [...] assim, não há que renunciar ao nacional em benefício de uma bipolaridade do local e do internacional, a não ser articular os três níveis. O que supõe uma profunda reflexão sobre o papel das instituições europeias e o modo segundo o qual poderiam ter em conta de uma forma mais concreta e mais visível para os cidadãos as exigências legítimas das políticas nacionais. [...] por trás desse debate [...] ressurgiu uma autêntica questão filosófica: A do estatuto da Cultura em uma sociedade em que as tradições religiosas e com elas a transcendência do sagrado se evaporaram [...] terei que sair das oposições binárias [...]: Alta Cultura Literária contra subcultura técnica, tradição contra modernidade, obscurantismo romântico contra universalismo das Luzes, etc. [...] o drama da Cultura contemporânea se representa nessas alternativas impossíveis. [...] as concepções *filosóficas* da Cultura que se enfrentam sem cessar, já que cada qual pretende suplantar as outras duas [...]. Cabe, como os *utilitaristas*, considerar as obras como “produtos”, como “mercadorias” que cumprem seu encargo quando, uma vez consumidas por um público, proporcionam a este uma satisfação. Esta é a visão consumista que denunciam os intelectuais críticos, em parte com fundamento, como indicativa de uma “Americanização do Mundo” (FERRY, 1994, p. 215-220. “Tradução Nossa”).

Nesse contexto, principalmente a Educação Básica brasileira tem que desenvolver caminhos metodológicos com princípios da transversalidade para a construção de uma realidade fundamentada na harmonia. Portanto, para trabalhar os Temas Transversais os professores têm que abrir mão da rigidez curricular introduzindo nos Projetos de Pesquisa temas que levem em consideração: Diferenças, experiência educacional e realidade cultural de cada região brasileira e permitam os alunos realizarem reflexão sobre a realidade social que vivenciam cotidianamente.

Qualquer Projeto e estratégia libertários hoje têm necessariamente que pensar o nível global ou planetário [...]. Sua base de ação e seu ponto de partida será sempre o nível local, o plano da vivência cotidiana e inter-humana: Grupo de trabalho, de moradia, de lazer, [...] Porque esse Projeto e essa estratégia [...] aparecerão com clareza tão somente no momento de união (problemática) dos movimentos descentralizados e plurais. É apenas de baixo para cima, e respeitando as diversidades, que tal Projeto – de autogestão, desmilitarização e redistribuição de riquezas, além de uma revisão profunda no significado da tecnologia e da ciência – poderá ser adotado por homens e mulheres interessados numa mudança radical na ordem das coisas (VESENTINI, 1990, p. 89 e 90).

3.2.4. Temas Transversais no Projeto Político Pedagógico da Escola Pública

O Projeto Político Pedagógico - PPP é um instrumento teórico-metodológico que tem por objetivo auxiliar especialmente a Escola Pública de Educação Básica a enfrentar e vencer através do planejamento participativo todos os seus desafios cotidianos.

Portanto o PPP deve ser sempre um processo inacabado em direção das finalidades da Escola Pública com desenvolvimento através da adesão de toda a comunidade escolar, principalmente a interação entre os professores das disciplinas curriculares, da Educação Básica principalmente para: Realizar reflexões sobre suas práticas pedagógicas; Estabelecer novas relações no convívio escolar; Apresentar novas propostas pedagógicas, Intensificar a realização de Projetos de Pesquisa, utilizando os temas transversais, interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade, para a gestão ambiental.

O saber ambiental emerge assim como uma consciência crítica que avança com um propósito estratégico, transformando os conceitos e métodos de uma constelação de disciplinas e construindo novos instrumentos para implementar Projetos e Programas de Gestão Ambiental. Embora o saber ambiental surja transformando os conteúdos e orientações teóricas de um conjunto de disciplinas, orienta-se por sua vez, com um fim prático para a resolução de problemas concretos e para a implementação de políticas alternativas de desenvolvimento (LEFF, 2002.).

Portanto, os professores da Educação Básica devem priorizar a ação pedagógica interdisciplinar para a construção de uma Escola ativa e participativa que priorize: A formação do cidadão crítico e atuante no Meio Ambiente nas escalas – local, regional, nacional e global; Objetivos focados no trabalho coletivo e solidário

para aperfeiçoar a organização da Escola e a vida dos cidadãos no contexto cotidiano da sociedade contemporânea.

De acordo com esse raciocínio, a metodologia de trabalho interdisciplinar deve implicar: Integração de conteúdos das disciplinas curriculares; Superação da concepção unitária do conhecimento curricular; Superação da divisão de: Processo de ensino-aprendizagem e pesquisa, considerando-os a partir da contribuição das diversas Ciências; Centralização do processo de ensino-aprendizagem na seguinte visão: A vida é uma escola fundamentada na realidade cotidiana e a aprendizagem é vitalícia.

E um dos problemas cruciais do nosso tempo é entender a complexidade envolta na realidade, isto é "perceber as ligações, as interações e implicações mútuas que são ao mesmo tempo solidárias e conflituosas" (GADOTTI, 2000).

Nesse contexto, atualmente principalmente os professores de Geografia que atuam nas Escolas Públicas de Educação Básica na cidade de Cuiabá, têm que aprimorar o Novo Paradigma Educacional e conseqüentemente a Formação Continuada com o objetivo de auxiliarem na otimização do Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente nas escalas – local, regional, nacional e global⁷⁶.

O fenômeno meio-ambiental pode ser lido como uma provocação, posto que põe em xeque aos Sistemas Tradicionais de percepção e força a pensar novas formas de interpretação do Mundo. Desde esta consideração, dizemos que o Meio Ambiente, como fenômeno de múltiplos níveis, evidência um dobro processo: Expressa déficit de sentido e gera sentido. Nesse trabalho desconstrutor e construtor, os discursos fazem referência a síndromes manifestos de desordem (degradação, contaminação, poluição, etc.) que obrigam à criação de novos Marcos de Intelectualização. A elaboração do Meio Ambiente faz visíveis os desajustes, reais e simbólicos, dos enunciados. As contradições não demoram em aparecer e os enunciados se transformam com rapidez em denúncias. Não é possível seguir percebendo o Sistema como harmônico quando suas desarrumações são cada vez mais evidentes. A sensação de vazio que arroja o sentido instituído (disfarçado de numerosos recursos retóricos, como o desenvolvimento sustentável, em um intento de vestir de sentido o impossível) obriga a elaborar novas formas de edificar nossa realidade. Agora bem, para chegar a uma compreensão do fenômeno ambiental é necessário partir de algumas premissas teóricas de caráter geral. Se uma Cultura pode ser definida como um projeto de instauração de ordem e, portanto de sentido, e se a construção social da realidade implica a elaboração de práticas, discursos e instituições legitimadoras de um Sistema, cabe então perguntar-se por que parece que terá que ordenar e legitimar de novo (acontecimento meio-ambiental) e por que terá que fazer frente à irrupção da percepção de desordem e ao perigo do caos

⁷⁶ Ver: Capítulo 3 Item 3.4.

(degradação meio-ambiental). E a resposta é singela, a Cultura não é um projeto de uma ordem estável, mas bem todo o contrário, é um cenário de conflito, de produção de hegemonias e de resistências. Desde nossa perspectiva, os processos culturais nos apresentam como essencialmente instáveis, assemelham-se à catástrofe na medida em que devem fazer frente aos desafios e têm capacidade para propor definições de realidade (CAMPOS, 2006, p.20 e 21. "Tradução Nossa").

3.2.5 Parâmetros Curriculares Nacionais Na Educação Básica

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs foram elaborados e revisados por dezenas de técnicos em Educação do MEC de acordo com a alteração preconizada pela Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, sendo que a sua elaboração se transformou em marco histórico da Educação brasileira.

No entanto, muitos Educadores brasileiros fazem uma análise crítica dos PCNs principalmente devido a forma conservadora com que foram elaborados e argumentam que: Deveria ter ocorrido a nível nacional a massificação da participação democrática dos professores na sua elaboração para garantir o comprometimento dos mesmos na sua implementação nas escolas de Educação Básica. Isto porque em 1995 iniciaram-se as discussões em âmbito nacional para a elaboração dos PCNs, porém foram com o objetivo do Governo atender às exigências do Plano Decenal de Educação e compromissos internacionais assumidos por 09 países em desenvolvimento como Brasil, por ocasião da realização dos seguintes eventos: Conferência Mundial de Educação de 1990 na Tailândia e a Declaração de Nova Deli.

[...] os documentos elaborados para os PCNs atenderam a orientações de Política Educacional que, claramente, remetem para exigências de Órgãos Internacionais, financiadores da Educação. Não é intenção fazer trocadilho infame, mas o fato de os PCNs estarem de acordo com orientações de Organismos Internacionais como a UNESCO, não é gratuito (NEVES, 2000, p. 61).

Nesse contexto, os PCNs não devem se transformar em “ferramenta de controle” em sala de aula, porém podem ser utilizados professores da Educação Básica, especialmente os da Geografia, como recurso auxiliar para desenvolverem principalmente a abordagem interdisciplinaridade da Educação Ambiental nas atividades específicas das disciplinas curriculares.

O significado das competências específicas da Geografia. O segundo grupo de competências trabalha basicamente com práticas de investigação e compreensão, dando à Geografia os apetrechos adequados para a base investigatória que deve integrar o trabalho científico na disciplina. São as seguintes competências estabelecidas para esse grupo: [...] Analisar e comparar, interdisciplinarmente, as relações entre preservação e degradação da vida no planeta, tendo em vista o conhecimento de sua dinâmica e a mundialização dos fenômenos culturais, econômicos, tecnológicos e políticos que incidem sobre a natureza, nas diferentes escalas – local, regional, nacional e global. [...] O terceiro grupo de competências diz respeito à contextualização sociocultural, uma das bases essenciais para o exercício de uma prática geográfica, que busca incluir nesse contexto sociocultural os elementos constitutivos do espaço geográfico. As competências definidas para essa situação são estas: Reconhecer na aparência das formas visíveis e concretas do espaço geográfico atual a sua essência, ou seja, os processos históricos constituídos de diferentes tempos e os processos contemporâneos, conjunto de práticas dos diferentes agentes, que resultam em profundas mudanças na organização e no conteúdo do espaço. Compreender e aplicar no cotidiano os conceitos básicos da Geografia. Identificar e analisar o impacto das transformações naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas do seu “lugar no mundo”, comparando, analisando e sintetizando a densidade das relações e transformações que tornaram a realidade concreta e vivida. Nesse grupo de competências, fica muito clara a prática da interdisciplinaridade, pois as disciplinas competentes da área trabalham com preocupações que se identificam como as mesmas da disciplina específica da Geografia, em tempos diferenciados, e voltadas para visões específicas quanto às relações sociais, aos mecanismos políticos e às estruturas sociais (BRASIL, 2000, p. 60 e 63).

Portanto os PCNs representam uma tentativa de avanço para a Educação Brasileira e também para aperfeiçoar a implantação da Educação Ambiental, apesar das críticas existentes desde o início da sua implementação. Por isso se transformaram em referência nacional para a Educação Básica estabelecendo metas para convergir com as ações do MEC tais como: Formação Continuada dos professores; Incentivo à discussão pedagógica; Elaboração de Projetos específicos de cada área para intervir na realidade cotidiana da sociedade moderna.

De acordo com esse raciocínio, será necessário otimizar a Formação Continuada principalmente dos professores de Geografia que atuam nas escolas públicas de Educação Básica para aprimorar a consolidação de novos valores - conhecimentos, competências ou aptidões, habilidades e atitudes - para estabelecer a relação entre teoria e prática e garantir êxito na execução das metas propostas pelos PCNs; Coerência entre a formação acadêmica específica do Ensino Superior e a prática pedagógica em sala de aula; Postura investigativa para produzir e ensinar conhecimentos geográficos de modo sistemático; Realizar com o Governo, na esfera

Estadual e Municipal, a construção social de negociação para a execução dos PCNs. Dessa forma será possível auxiliá-los a alcançar o perfil profissional com nível de excelência exigido pelos PCNs: Atuentes; Muito bem informados; Sintonizados com a contemporaneidade; Preocupados em realizar a abordagem interdisciplinar.

No entanto, atualmente existe uma grande insatisfação e reivindicação por melhores salários especialmente pelos professores que atuam nas Escolas Públicas da Educação Básica o que tem prejudicado muito a execução das metas propostas pelos PCNs em todo o território nacional.

Cabe aos professores, nas suas práticas pedagógicas, a função educativa de trazer para a discussão as questões pertinentes ao cotidiano dos seus alunos, a exemplo daquelas relativas à qualidade ambiental local e global. Neste contexto, os fundamentos teóricos e práticos da Educação Ambiental se revelam como um significativo instrumento de inserção desta temática de forma transversal nas diversas disciplinas, conforme prevê os Parâmetros Curriculares Nacionais. [...] é imprescindível que as Instituições de Ensino Superior responsáveis pelas suas graduações estejam atentas às disposições e recomendações da Política Nacional de Educação Ambiental que estabelece a inserção dos estudos ambientais de forma interdisciplinar [...] (SEABRA, 2009, p. 47 e 48).

Nesse contexto, a abordagem da Educação Ambiental deve estar comprometida em apresentar uma proposta pedagógica cotidiana interdisciplinar ou transdisciplinar aos demais conteúdos curriculares, fundamentada nos PCNs como nova proposta nos: conteúdos, conceitos e metodologias de ensino. Isto porque a Educação Ambiental foi formada a partir de diferentes correntes de pensamento transformando-se em herdeira de métodos ativos de Educação propagados pela: Escola Nova, Escola Tradicional e tendências progressistas de Educação com ênfase na Educação Crítica comprometida com as transformações da sociedade contemporânea.

[...] de acordo com o depoimento de vários especialistas que vêm participando de encontros nacionais e internacionais, o Brasil é considerado um dos países com maior variedade de experiências em Educação Ambiental, com iniciativas originais que, muitas vezes, se associam a intervenções na realidade local. Portanto, qualquer política nacional, regional ou local que se estabeleça deve levar em consideração essa riqueza de experiências, investir nela, e não inibi-la ou descaracterizar sua diversidade [...]. É necessário ainda ressaltar que, embora recomendada por todas as conferências internacionais, exigida pela Constituição e declarada como prioritária por todas as instâncias de poder, a Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mobilização por melhorias profundas do ambiente, e

nada inócuas. Ao contrário, quando bem realizada, a Educação Ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter importantes consequências sociais (BRASIL, 1998, p.181-182).

Em decorrência da Globalização surgiu a necessidade do aprimoramento da Formação Continuada dos professores, especialmente os de Geografia, da Educação Básica o que possibilita a análise do processo pedagógico e também dos princípios éticos e morais do comportamento humano para: estabelecimento da capacidade de relacionamentos interpessoais na Equipe de Trabalho; realização de ações compartilhadas e produções coletivas; aprimoramento da consolidação de novos valores - conhecimentos, competências ou aptidões, habilidades e atitudes - para a resolução dos problemas ambientais do Meio Ambiente na escala local, regional, nacional e global.

A primeira condição na possível criação da nova sociedade é estarmos conscientes das dificuldades quase insuperáveis que tal empreendimento defrontará. A nebulosa consciência dessa dificuldade é talvez uma das principais razões pelas quais tão pouco esforço se faz no sentido das mudanças necessárias. Muitos pensam: "Por que lutar pelo impossível? Será preferível agir como se o curso que estamos seguindo nos leve a lugar seguro e à felicidade que nosso roteiro indica". Aqueles que inconscientemente desistem enquanto põem a máscara do otimismo não são necessariamente sábios. Mas aqueles que não perderam a esperança só podem ser bem sucedidos se forem intransigentes realistas, desprezando todas as ilusões e considerando plenamente as dificuldades. Esta lucidez assinala a distinção entre os "utópicos" despertos e os sonhadores (FROMM, 1982, p. 56).

Sendo que para aperfeiçoar a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia será necessário que as práticas pedagógicas dos professores de Geografia com vocação para Educadores Ambientais se desvinculem da Visão de Mundo Fragmentária que ocasiona a execução de tarefas pontuais sem o estabelecimento de relações com as questões socioambientais.

No entanto, será necessário aperfeiçoar a união dos professores de todas as disciplinas curriculares da Educação Básica e o comprometimento com a consolidação de novos valores que estabelecem a interface entre teoria e prática para aprimorar a consolidação do Novo Paradigma Educacional dos professores fundamentado na Visão de Mundo Integrada com práticas mais reflexivas o que permite o envolvimento dos alunos em busca de alternativas para resolver os

problemas ambientais, “para ler e interpretar a realidade de forma integrada” (Moraes, 2005) “como um todo global possibilitada pela Teoria da Relatividade e Teoria Quântica, a qual provoca rompimento com a o processo da fragmentação dos conhecimentos para inibir sua repetição eternamente” (Moraes, 1997).

Algumas contribuições da Física Quântica, sem esgotá-la e nem explicá-la na dimensão da física, mas apontar a influência destes estudos para a construção desse Novo Paradigma no que concerne à Nova Visão de Mundo, de Homem e de Educação, buscando as inferências, os pressupostos e os pensamentos que possam auxiliar no entendimento da ruptura na busca de Paradigmas Inovadores na prática pedagógica (BEHRENS, 2005, p.30).

Portanto, atualmente há necessidade de que os professores da Educação Básica, principalmente os de Geografia, aprimorem a Formação Continuada com o objetivo de auxiliar no processo de reorientação vocacional dos alunos para Educadores Ambientais a partir da: 1. Educação Básica – Com ênfase no Ensino Médio, antes do Concurso do Vestibular para ingresso nas Universidades para: definir a profissão ideal; prevenção de frustrações na vida profissional e não ser necessário o Sistema instituído castigar ou corrigir; 2. Educação Superior - Esse processo deverá continuar associado aos estudos de graduação e de Pós-graduação em todas as áreas do conhecimento nas Universidades, Faculdades, Institutos Politécnicos, Escolas Superiores ou outras instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais.

No entanto, para obter êxito nesse processo será necessário que os Professores da Educação Básica aprimorem o Novo Paradigma Educacional fundamentado no referencial epistemológico⁷⁷·citado anteriormente - Teoria de Vygotsky e Freire⁷⁸, Visão de Mundo Integrada, Transversalidade, Interdisciplinaridade ou Transdisciplinaridade – ea consolidação de novos valores (conhecimentos, competências ou aptidões, habilidades e atitudes).

⁷⁷ Epistemológico - Teoria do conhecimento; ramo da Filosofia que trata dos problemas filosóficos relacionados à crença e ao conhecimento; É o estudo sobre o conhecimento científico.

⁷⁸ Ver Capítulo 3, Item 3.2.

3.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental não é um fato recente, ela vem sendo estudada e idealizada desde os primórdios da organização dos seres humanos quando só sobreviviam às adversidades da Natureza os indivíduos com conhecimentos necessários sobre a relação com o Meio Ambiente.

Desde o primeiro momento em que os seres humanos começaram a interagir com o mundo ao seu redor, e ensinaram seus filhos a fazerem o mesmo, estavam fazendo Educação e Educação Ambiental (CZAPSKI, 1998, p. 21).

No entanto, foi a partir do momento em que o Homem começou a viver em aglomerados urbanos, com o surgimento dos problemas ambientais decorrentes da utilização da natureza, que se iniciou a preocupação com o Meio Ambiente e com uma Educação Ambiental.

Porém no século XIX, surgiram manifestos mostrando a importância de se educar para valorizar o Meio Ambiente. Em 1854, nos EUA o cacique Seattle escreveu ao presidente norte-americano uma célebre carta⁷⁹ onde transmitiu uma

⁷⁹ Carta do Chefe Seattle ao Presidente dos Estados Unidos da América em 1854 - Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa ideia nos parece estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los? Cada pedaço desta terra é sagrado para meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho. Os mortos do homem branco esquecem sua terra de origem quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia, são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas campinas, o calor do corpo do potro, e o homem - todos pertencem à mesma família. Por isso, quando o Grande Chefe em Washington manda dizer que deseja comprar nossa terra, pede muito de nós. O Grande Chefe diz que nos reservará um lugar onde possamos viver satisfeitos. Ele será nosso pai e nós seremos seus filhos. Portanto, nós vamos considerar sua oferta de comprar nossa terra. Mas isso não será fácil. Esta terra é sagrada para nós. Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhes vendermos a terra, vocês devem lembrar-se de que ela é sagrada, e devem ensinar as suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio das águas é a voz de meus ancestrais. Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos e seus também. E, portanto, vocês devem dar aos rios a bondade que dedicariam a qualquer irmão. Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. A sepultura de seu pai e os direitos de seus filhos são esquecidos. irmão, o céu, como coisas, que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou enfeites coloridos. Trata sua mãe, a terra, e seu Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto. Eu não sei, nossos costumes são diferentes dos seus. A visão de suas cidades fere os olhos do homem vermelho. Talvez seja porque o homem vermelho é um selvagem e não compreenda. Não há um lugar quieto nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera ou o bater das asas de um inseto. Mas talvez seja porque eu sou um selvagem e não compreendo. O ruído parece somente insultar os ouvidos. E o que resta da vida de um homem não pode ouvir o choro solitário de uma ave ou o debate dos sapos ao redor de uma lagoa, à noite? Eu sou um homem vermelho e não compreendo. O índio prefere o suave murmúrio do vento encrespando a face do lago, e o próprio vento, limpo por uma chuva diurna ou perfumado pelos pinheiros. O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro - o animal, a árvore, o homem compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Como um homem agonizante há vários dias, é insensível ao mau cheiro. Mas se vendermos nossa terra ao homem branco, ele deve lembrar que o ar é precioso para nós, que o ar compartilha seu espírito com toda a vida que mantém. O vento que deu a nosso avô seu primeiro inspirar também recebe seu último suspiro. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem mantê-la intacta e sagrada, como um lugar onde até mesmo o homem branco possa ir saborear o vento

sabedoria profunda dos povos considerados “primitivos”. No entanto, essa carta nos faz lembrar que foi a partir da segunda metade do século XX que os desastres socioambientais se tornaram fontes geradoras de medo e possivelmente inspiraram novas visões sobre um “desenvolvimento sustentável” e sobre a Educação Ambiental, neste caso, entendida como um processo que ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos para mudar o estilo de vida das pessoas.

Segundo o Antigo Testamento, o quinto dia da Criação Deus ordenou à humanidade encher e submeter a Terra e dominar sobre todos os seres vivos. Nossa espécie não conseguiu cumprir esse mandamento (como tampouco outros muitos) durante a maior parte de sua história, não porque não o tentasse, mas sim por falta de capacidade. Mas no século XX, a utilização de combustíveis fósseis, um aumento demográfico sem precedentes e inúmeras mudanças tecnológicas chegaram quase a nos permitir cumprir aquelas instruções. Os sistemas políticos e econômicos dominantes fizeram que parecesse imprudente não tentá-lo; a maioria das sociedades, entre elas todas as grandes, procuraram levar ao máximo sua riqueza e sua capacidade para infundir temor a risco de sacrificar os sistemas ecológicos de amortecimento e as possibilidades de recuperação no amanhã. O critério geral no século XX foi tentar obter o maior partido dos recursos, fazer que a natureza rendesse ao máximo e esperar que ocorresse o melhor. Nossos novos poderes nos permitiram desterrar algumas limitações históricas que afetavam à saúde e a população, a produção de alimentos, o uso da energia e o consumo em geral. Poucos que conheceram de algum jeito a vida sob aquelas limitações lamentam seu desaparecimento. Mas, ao as desterrar, demos passo a outras, como a capacidade do planeta para absorver os resíduos, subprodutos e efeitos de nossas ações. Estas últimas limitações tinham suposto no passado algumas alfinetadas, mas só localmente. Ao concluir o século XX parecem reduzir nossas oportunidades de forma global. O que façamos para evitá-las configurará nosso futuro de igual maneira que as lutas contra elas configuraram nosso passado. Os responsáveis políticos tendem a tomar como marco de referência o mundo conforme o conhecemos. Isto lhes leva

açucarado pelas flores dos prados. Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se decidirmos aceitar, imporei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como seus irmãos. Sou um selvagem e não compreendo qualquer outra forma de agir. Vi um milhar de búfalos apodrecendo na planície, abandonados pelo homem branco que os alvejou de um trem ao passar. Eu sou um selvagem e não compreendo como é que o fumegante cavalo de ferro pode ser mais importante que o búfalo, que sacrificamos somente para permanecer vivos. O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se fossem o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo. Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem as suas crianças o que ensinamos as nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspiendo em si mesmos. Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo. Mesmo o homem branco, cujo Deus caminha e fala com ele de amigo para amigo, não pode estar isento do destino comum. É possível que sejamos irmãos, apesar de tudo. Veremos. De uma coisa estamos certos – e o homem branco poderá vir a descobrir um dia: nosso Deus é o mesmo Deus. Vocês podem pensar que O possuem como desejam possuir nossa terra; mas não é possível. Ele é o Deus do homem, e Sua compaixão é igual para o homem vermelho e para o homem branco. A terra lhe é preciosa, e feri-la, é desprezar seu criador. Os brancos também passarão; talvez mais cedo que todas as outras tribos. Contaminem suas camas, e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos. Mas quando de sua desaparecimento, vocês brilharão intensamente, iluminados pela força do Deus que os trouxe a esta terra e por alguma razão especial lhes deu o domínio sobre a terra e sobre o homem vermelho. Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados, os recantos secretos da floresta densa, impregnados pelo cheiro de muitos homens, e a visão dos morros obstruída por fios que falam. Onde está o arvoredo? Desapareceu. Onde está a água? Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência. (CZAPSKI, 1998 p. 21).

a considerar “normais” as coisas tal como eles as observam e experimentam — o regime de transtorno ecológico incessante [...] —. Se vivêssemos 700 ou 7.000 anos, os entenderíamos nos apoiando meramente na experiência e na lembrança. Mas para seres que só vivem 70 anos, é necessário estudar o passado remoto e recente a fim de conhecer o que se inclui na gama de possibilidades e saber o que pode perdurar. A enormidade da mudança ecológica no século XX indica com claridade que, pelo menos na época moderna, a história e a ecologia devem se ter em conta mutuamente e de forma adequada. Uma história moderna escrita como se os sistemas de sustentação da vida no planeta fossem estáveis e só aparecessem na intenção oculta dos assuntos humanos não é só incompleta a não ser enganosa. Uma ecologia que desdenhe a complexidade das forças sociais e a dinâmica da mudança histórica adocece das mesmas limitações. Por isso com respeito ao campo do saber, a história e a ecologia são extremamente integradoras. [...] Se o fizerem, e sempre que o façam, teremos uma ideia melhor de nosso passado, mais completa, mais convincente e mais compreensível, embora, possivelmente, mais complicada. Compreenderemos melhor nossa situação atual, e se for ou não apurada. Com elas nos faremos uma ideia melhor de nossos possíveis futuros. E desse modo estaremos mais bem situados para analisá-los e escolher entre eles e, em última instância, para evitar os mais desagradáveis. Em tal caso poderemos escolher conscientemente um mundo que requereria de nós adaptações simplesmente fastidiosas, mas evitaria outras traumáticas. Poderíamos trabalhar nossa sorte em vez de nos limitar a confiar nela. Isso nos distinguiria dos ratos e dos tubarões — e também daquelas cianobactérias com dois mil e milhões de anos (McNEILL, 2003, p. 430 – 432. “Tradução Nossa”).

No início dos anos 60, os problemas ambientais já mostravam a irracionalidade do Modelo Econômico, porém ainda não se falava em EA. Sendo que em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, sediada na Inglaterra, colocou-se pela primeira vez a expressão Educação Ambiental com a recomendação de deveria se tornar uma parte essencial da Educação de todos os cidadãos. Porém, nesse momento histórico a EA foi definida como “Conservação, ou Ecologia Aplicada e o veículo seria a Biologia”.

Em 1968, novamente na Inglaterra, foi criado o Conselho para Educação Ambiental reunindo mais de 50 Organizações voltadas para temas de Educação e Meio Ambiente. E seis países europeus introduziram a Educação Ambiental nos Currículos Escolares.

Por isso a evolução dos conceitos de EA esteve diretamente ligada a evolução do conceito de Meio Ambiente e com o modo como este era percebido. O conceito de Meio Ambiente, reduzido aos aspectos naturais, não privilegiava as interdependências nem a contribuição das Ciências Sociais à compreensão e melhoria do Meio Ambiente humano.

Porém, a maior ênfase do ano foi como a EA passou a ser tratada: Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura - UNESCO realizou estudo sobre o Meio Ambiente e a Escola. Através desse estudo ficou claro que a EA não deveria constituir-se em uma disciplina específica no Currículo Escolar, tendo em vista sua complexidade e Interdisciplinaridade ou Transdisciplinaridade

A primeira Conferência Inter-governamental sobre EA celebrou-se em Tbilisi (Georgia, URSS), do dia 14 a 26 de outubro de 1977. Essa Conferência, organizada pela UNESCO em colaboração com o Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, depois de um amável convite do governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, foi como uma prolongação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, Estocolmo 1972, cujas implicações teria que precisar em matéria de Educação.

A Conferência de Tbilisi foi o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de EA, iniciado em 1975, pela UNESCO, com a cooperação do PNUMA. Portanto, devemos considerar que as diferentes ações deste Programa são, em grande parte, etapas preliminares para a formulação do marco geral de idéias e orientação no qual se situa a Conferência.

Porém, a Conferência de Tbilisi constituiu o ponto de partida de um Programa Internacional de Educação Ambiental. Contribuiu para definir a natureza e a qualidade da EA definindo seus objetivos e suas características, assim como as estratégias pertinentes ao Plano Nacional dos Estados Membros e também ao Internacional. Estimou que a EA, elemento essencial de Educação Global e Permanente, orientada para a resolução dos problemas ambientais e que preparar para uma participação ativa dos cidadãos, tem que contribuir a represar os Sistemas de Educação no sentido de uma maior idoneidade, um maior realismo e uma maior interpenetração com o Meio Natural e Social, com o objetivo de facilitar o “bem-estar das comunidades humanas”.

Contribuiu também para que a Educação Ambiental desde aquela época fosse aceita em todos os níveis do processo educativo não como uma matéria suplementar que se adiciona aos Programas existentes, mas sim como Tema Transversal que exige a Interdisciplinaridade ou Transdisciplinaridade e uma

cooperação entre as disciplinas curriculares tradicionais, indispensáveis para poder perceber a complexidade dos problemas do Meio Ambiente e formular sua solução.

Sob a ótica da Conferência de Tbilisi, a EA deveria ser um setor privilegiado da cooperação regional e sub-regional implicando também a cooperação internacional mais ampla possível, à qual a UNESCO atribui uma importância especial.

Ao conceber a Educação em suas relações com o desenvolvimento, a UNESCO aborda os diferentes aspectos de sua interdependência com as Ciências – Exatas, Naturais e Sociais - Cultura e a Comunicação. Portanto, a EA seria o processo de reconhecimento de valores e de esclarecimento de conceitos que permitira o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para entender e apreciar as interações entre os seres humanos, sua cultura e seu ambiente biofísico circunjacente.

Nesse contexto, a EA passou a ser definida como um processo que deveria objetivar a formação de cidadãos sobre os conhecimentos em relação ao ambiente biofísico e seus problemas associados para alertá-los e habilitá-los a resolvê-los.

3.3.1 Educação Ambiental no Brasil

No Brasil as atividades de Educação Ambiental vão desde os clássicos problemas relacionados ao lixo nas proximidades das Escolas aos mais urgentes e atuais, como: as possibilidades da prática da agricultura ecológica nos assentamentos do Movimento dos Sem Terra - MST. O tema ambiental no Brasil é variado e complexo, sendo que não poderia ser diferente a forma de trabalhar com ele na Educação Ambiental.

Outro fator positivo que tem se tornado uma das principais características da EA no Brasil é a sua diversidade. Devido à existência de várias interpretações sobre a EA por parte dos profissionais da área, fazendo com que surgissem muitas e diferentes práticas educativas identificadas como tal e realizadas em: Universidades, Escolas, Movimentos Sociais, Sindicatos, Empresas, Associações de Classe, Meios de Comunicação de Massa, ONGs, etc.

Reigota (1998) ressalta que, no IV Fórum de Educação Ambiental realizado no Espírito Santo apresentaram um texto afirmando que no início da década de 90, a Educação Ambiental era vista como uma jovem adolescente em evidência nos Meios de Comunicação de Massa e nas Agências Internacionais sendo que foi adúlada por pessoas e corrente políticas, filosóficas e científicas que poucos sabiam dela e que em ocasião anteriores lhe foram hostis.

Os recém-chegados encontraram na EA espaço para continuarem a sua militância política e produção teórica, porém o que se evidenciou foi um desconhecimento quase que completo dos seus princípios, de sua história e de sua trajetória no Brasil e no mundo. Constatase cada vez mais com relação à EA uma crescente busca de qualidade, explorando as diversidades que a temática oferece isto porque a busca de qualidade do processo educativo é fundamental para a continuidade e eficiência de sua dimensão pedagógica e também é critério importante para legitimar as ações junto à opinião pública.

No entanto, precisamos ter claro que a EA representa ao mesmo tempo uma crítica e uma alternativa aos processos pedagógicos conservadores. Porém, a sua crítica e alternativa não se limitam ao espaço educativo elas se ampliam ao modelo econômico, social e cultural em que estão inseridas, assim como às formas de se fazer política, ciência e arte, sem esquecer ainda que ela pretenda influir no dia-a-dia, propondo relações sociais e afetivas com base na ética, na justiça e na sustentabilidade.

Medina (1996) ressalta que, atualmente a Educação Ambiental pode ser fundamental numa reelaboração teórica e prática dos princípios de três perspectivas teóricas emergentes. Em primeiro lugar, a Teoria Crítica, supressora da visão técnica e instrumental; em segundo, a concepção de uma perspectiva complexa da realidade do conhecimento e dos processos de ensino-aprendizagem; e por último, os aportes do Construtivismo no sentido amplo do termo, como processo individual e social de construção de conhecimentos significativos.

Porém, para conseguir legitimidade e respeito, a EA precisa cada vez mais manter a sua autonomia e independência crítica; só assim poderá ser uma real possibilidade ambiental, local, regional, nacional e planetária. A mobilização social e

participação cidadã devem ser modestas em termos quantitativos, mas ela deve ser radical quanto à sua qualidade.

3.3.2. Os Fundamentos da Educação Ambiental

Os documentos finais da Conferência Intergovernamental da Educação de Tbilisi, realizada em Geórgia (Ex-URSS) em outubro de 1977, apresenta ótima referência para quem quer fazer Educação Ambiental. Foi a partir desse encontro que saíram as definições, os objetivos, os princípios, e as estratégias para a EA.

Apesar do Brasil não ter participado da Conferência de Tbilisi por não manter relações diplomáticas com o Bloco Soviético na época, a coordenação de EA do MEC produziu o documento “Educação Ambiental”, onde destacou as principais características da EA sob a ótica de Tbilisi.

Enfocando-a como Processo Dinâmico Integrado, onde foi definida como um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu Meio Ambiente e adquirem o conhecimento, os valores as habilidades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir individual e coletivamente e resolver problemas ambientais.

Rigorosamente não é possível que os indicadores econômicos, sociais ou ambientais por si só consigam resolver a sustentabilidade, mas é necessário criar uma rede de informações articuladas e integradas entre esses três indicadores (NOVO, 2006, p. 226, “Tradução Nossa”).

A visão de EA apresenta-se como transformadora e possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes sendo que objetiva construir uma nova visão das relações do homem com o local onde vive para a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao Meio Ambiente tendo como base a: Preservação, Conservação e o Desenvolvimento Sustentável. A consolidação de novos valores - conhecimentos, competências, habilidades e atitudes - refletirão na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.

Falar de desenvolvimento sustentável significa situar-se em outra ótica; contemplar as relações da humanidade com a natureza desde enfoques distintos; compreender o direito de todos os seres humanos a participar nos

benefícios do bem-estar. Supõe, desde logo, uma transformação radical nas relações entre economia, ecologia e ética; significa começar a pensar e atuar com uma lógica diferente, tomando em conta os limites da biosfera, a redistribuição social y a diversidade cultural (NOVO, 2006, p. 152, “Tradução Nossa”).

A EA com enfoque participativo atua na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processo coletivo de forma globalizadora, onde deva considerar o Meio Ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.

Portanto, a EA possui um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e contínuo não se justificando a sua interrupção. Despertada a consciência, se ganha um aliado para a melhoria das condições de vida no Planeta por isso deve atuar de forma contextualizadora diretamente na realidade da comunidade sem perder de vista a sua dimensão planetária.

Não estamos acostumados a ser conscientes disso, mas constantemente - pelo menos frequentemente - atravessamos essas três dimensões: nos realizamos atuando sobre as realidades, utilizando nossas potencialidades ao mesmo tempo que observamos quanto de potencial oferece tal ou qual realidade em consonância com nossas possibilidades de virtualizar outros estratos do real. As realidades interiores (humanas) e exteriores (econômicas, sociais, políticas, etc.) têm todas, uns ou outros elementos potenciais e virtuais, em movimento específico, também em inércias circunstanciais. O interior e o exterior, o subjetivo e o objetivo, passam por hibridações permanentes, embora com notórios desequilíbrios. Há realidades sobrecarregadas de atípicos pesos do passado, cujas potencialidades para se transformar no futuro são poucas. Esses pesos do passado costumam ser objetivos, sobre tudo, mas também há velhas racionalidades, subjetivismos arcaicos e arcaizantes que são muito difíceis de superar (VILAR, 1997, p.225 – “Tradução Nossa”).

Nesse contexto, a Conferência de Tbilisi foi um grande marco da EA, uma prova disso é que dez anos mais tarde, em 1987, ocorreu em Moscou a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, onde centenas de especialistas debateram os progressos e dificuldades encontradas para implementá-la em seus países.

Portanto, outra conclusão que se chegou à conferência de Moscou, conformando as propostas de Tbilisi, foi que os objetivos da EA não podem ser definidos sem que se levem em consideração as realidades sociais, econômicas e

ecológicas de cada sociedade ou os objetivos determinados para o seu desenvolvimento; deve-se considerar que alguns objetivos da EA são comuns à comunidade internacional.

A definição do objetivo específico da EA identificada com a postura adotada em Tbilisi produzida pelo seu primeiro documento oficial do Governo brasileiro e assinado pela Secretaria do Meio Ambiente e Ministério do Interior diz que: “O objetivo específico do processo de EA é criar uma interação mais harmônica, positiva e permanente entre o Homem e o meio criado por ele, dum lado e o que ele não criou, de outro” sendo que para isso se deveria “considerar o ambiente ecológico em sua totalidade: político, econômico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético na Educação Formal”. Para complementar, informava-se que “não poderá ser mantida a tradicional fragmentação dos conhecimentos ministrados através de disciplina escolares consideradas como compartimentos estanques”.

Por isso o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA define a EA como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levam à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Nesse contexto, o MEC (1992) enfatiza que o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Anexo 1) estabelecido em 1992 apresenta a EA como um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida. Portanto, a EA deve atuar de forma contextualizada diretamente na realidade da comunidade local, sem perder de vista a sua dimensão planetária.

Portanto, com o objetivo de obter sucesso diante da difícil tarefa de conquistar o Desenvolvimento Sustentável, base da EA, a nível global, regional, nacional e local frente aos impactos da Economia Global surgiram as Agendas 21 através da Cúpula do Rio 92.

O grande desafio de obter o Desenvolvimento Sustentável mediante a visão holística da situação sociopolítica e econômica do mundo na Terceira Revolução Técnico – Científica requer muita criatividade na resolução dos problemas ambientais orientada para a sustentabilidade do sistema local em meio às

tensões globais. Portanto, atualmente também estão sendo aplicadas com sucesso as Agendas 21 locais sendo que será necessário incluir concomitantemente nesse processo o: Bom Planejamento de Participação Social e um eficiente Sistema de Gestão Ambiental; assim a incorporação da cidadania em todos os níveis de trabalho a favor dos interesses dos Municípios envolvidos ocorrerá com mais facilidade. As Agendas 21 locais também estão sendo utilizadas mundialmente porque propiciam o surgimento de novos modelos de Gestão Municipal voltados para superar o desafio do Desenvolvimento Sustentável e aperfeiçoar a mudança do Paradigma Tradicional Educacional para a consolidação de um Novo Paradigma Educacional para aperfeiçoar a abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental.

[...] as Agendas 21, cuja função é de serem instrumentos eficazes e eficientes para a sustentabilidade dos sistemas locais e a correta gestão do Meio Ambiente [...] tratam-se de verdadeiras ferramentas “glocais”, pois abordam o desenvolvimento de cada comunidade atendendo, por um lado, às diretrizes internacionais e, por outro, à especialidade e aos problemas do próprio entorno (NOVO, 2006, p.325, “Tradução Nossa”).

Como proposta alternativa para obter Desenvolvimento Sustentável através da consolidação de um Novo Paradigma Educacional e a consequente manutenção da qualidade de vida no Planeta para as gerações futuras surgiram: Foros Sociais Mundiais e a Carta da Terra com o objetivo de mudar primeiramente o local e conseqüentemente o mundo.

3.3.3. A Educação Ambiental numa Análise de Gênero

Atualmente a Educação Ambiental desenvolveu-se a partir da realidade local vivenciada, envolvendo a preocupação com os problemas ambientais que causam ineficácia na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas – local, regional, nacional e global. Após vários Congressos Nacionais e Internacionais sobre EA, a preocupação com os aspectos globais está sintetizada em uma grande quantidade de: Documentos, Políticas, Leis, Declarações e Definições.

Portanto, a EA deve ser um processo educativo através do qual os indivíduos tomam consciência do seu Meio Ambiente, natural ou construído, para adquirir: Conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação na

prática social a fim de encontrar soluções para os problemas socioambientais e melhorar a relação seres humanos - natureza e as relações interpessoais entre os seres humanos.

Nesse sentido, a EA não se restringe apenas aos conceitos ecológicos da natureza, porém aborda questões sobre: Valores Morais; Cidadania; Justiça; Saúde; Pobreza; Igualdade; Diferenças de Desenvolvimento, etc. Fundamentalmente, implica a triangulação entre as relações: Indivíduos - Sociedade e Meio Ambiente; nesse sentido é uma Educação Política, por se tratar de um processo de construção de novos conhecimentos e valores que criam condições para que os indivíduos consigam atingir seu potencial como cidadãos ambientalistas e possam intervir na realidade local/global para auxiliar a resolver os problemas ambientais do Meio Ambiente.

Portanto a EA também deve facilitar estudos e discussões nas comunidades locais e principalmente nas Escolas sobre a estrutura física das cidades e como os serviços básicos - educativos, desportivos, sanitários e comerciais - estão ou deveriam estar sendo oferecidos aos cidadãos. Também deve abordar ou promover estudos comparativos e debates críticos referentes à qualidade de vida da população em todas as faixas etárias e também das atividades desenvolvidas na zona urbana das cidades.

Mas precisamente o fato de que, entre o complexo conjunto de comunidades vivas que habita a cidade, encontra-se o ser humano, faz necessário ampliar o conceito de “espaço urbano” de modo que se possa recolher toda a incidência que, no uso e configuração desse espaço, tem a atividade do homem. Surge assim o conceito mais rico de fenômeno urbano, que engloba já não sozinho ao substrato físico [...] que é o esqueleto físico da cidade, mas sim também a presença histórica y a atividade cultural e tecnológica da comunidade humana que o habita, e os processos de organização que está desenvolvendo para manter o equilíbrio em seu seio (NOVO, 1986, p. 51. “Tradução Nossa”).

Neste contexto, será relevante também realizar Pesquisas e Estudos de EA para auxiliar na resolução dos problemas urbanos, causadores da desigualdade social, tais como: Exclusão Social, Fome e Pobreza.

Um problema de maior gravidade que a pobreza é o de exclusão ou marginalização. A pobreza é um estado, o excluído é uma pessoa isolada, que é vítima de sua exclusão das redes da sociabilidade, e por isso, é resultado de um processo. A “grande pobreza” ou extrema pobreza, que assim também se denomina a exclusão, deriva de três carências graves:

Ausência de alojamento [...], Ausência de recursos econômicos [...] e Ausência de proteção social e sanitária (REGALES; LÓPEZ, 1997, p. 184. "Tradução Nossa").

Neste sentido, a EA como Tema Transversal destaca os indicadores de sustentabilidade das cidades tais como: Problema na qualidade de vida infantil; Necessidades e litígio das mulheres e Cuidados necessários com os anciões. Portanto a abordagem interdisciplinar da EA pode e deve auxiliar todas as áreas do conhecimento humano, em especial a Geografia, a frear e/ou erradicar os problemas sócios - ambientais derivados da exploração indiscriminada dos recursos naturais para garantir a sobrevivência dos seres humanos ameaçados pela Globalização no planeta Terra.

A Educação Ambiental deverá orientar-se no sentido da resolução dos problemas concretos do meio humano. Implica um enfoque interdisciplinar, sem o qual não seria possível estudar as inter-relações nem abrir o mundo da Educação à comunidade, incitando a seus membros à ação. [...] se situa numa perspectiva regional e mundial com orientação para o futuro para garantir a permanência e o caráter global das atividades empreendidas (UNESCO, 1980, p. 25. "Tradução Nossa").

Novo (2006, "Tradução Nossa") destaca que, devemos realizar urgentemente a conciliação entre a unidade e a diversidade, que cremos ser indiscutivelmente através da Transversalidade e Interdisciplinaridade, por se tratar de um grande desafio exposto pela sustentabilidade que propõe preservar a diversidade biológica e cultural e ao mesmo tempo construir uma cultura planetária inicialmente através da Globalização do Sistema Econômico Capitalista.

No mundo da Educação, a Globalização trouxe algumas questões extremamente importantes [...] relacionadas à formação do Educador [...] é necessário ao Educador entender que a gênese do conhecimento está estreitamente ligada pelo viés do construir [...], do contínuo processo de criação [...] é de extrema importância que o educando possa deixar fluir o imaginário buscando entender as contradições do mundo globalizado. Ao Educador cabe além de uma postura crítica-reflexiva, ser um pesquisador (CORRIJO et al., 2002, p.4).

Portanto, a EA deve ajudar os profissionais da Educação Básica a alcançarem a união da classe em prol da luta pela consolidação de um novo paradigma como base de uma Educação transformadora onde eles possam

reorientar seus pensamentos e suas práticas para o Desenvolvimento Sustentável através de mudanças nos modelos educativos e consequentes nos modelos sociais.

[...] a Educação desde e sobre a complexidade expõe aos professores a possibilidade de converter os espaços educativos em âmbitos em que se formule “perguntas legítimas”, [...] perguntas cuja resposta não está construída [...] de maneira que os resultados não sejam previsíveis [...]. Um modelo deste corte produziria, sem dúvida, indivíduos muito mais criativos e vinculados com os problemas de seu entorno, capazes de aproximar-se às verdades científicas reconhecendo a provisionalidade das respostas, a incompletude do conhecimento humano, e os vínculos do conhecimento com a consciência e a responsabilidade moral. [...] há um verdadeiro giro epistemológico atrás desta proposta, mas também um movimento filosófico. (NOVO, 2006, p. 413 e 414. “Tradução Nossa”).

Portanto, a EA deve ser capaz de estabelecer gradualmente uma Nova Ordem Internacional para auxiliar na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente inspirada no desejo de prestar uma atenção constante nas: Necessidades e aspirações dos seres humanos; Respeitar o equilíbrio fundamental; Buscar um crescimento controlado e Redistribuir equitativamente os benefícios do progresso.

A evidência do sentido comum se impõe advertindo que se a Educação tem de preparar para a vida do homem na sociedade em processos de mudanças, tecnológica e problematizada, então, o currículo, os métodos e o próprio sistema de relações entre a sociedade e a vida escolar têm de estar em antecedentes de congruência, contextualmente, a fim de fazer possível a dita preparação (MARTIN-MOLERO et al, 1988, p.179. “Tradução Nossa”).

3.3.4. Educação Ambiental e o Modelo de Desenvolvimento

Nesse contexto, Santos (2009) partindo da internacionalização à globalização, faz referência a uma “grande transformação” para saudar as profundas mudanças impostas à nossa civilização desde o início do século XXI. Refere-se então a verdadeira subversão que o mundo conheceu a partir do final da segunda Guerra Mundial, quando por intermédio da globalização, uma fase inteiramente nova da história humana teve início. Isto porque a história explica detalhadamente que o atual momento histórico, Globalização do Capitalismo, foi longamente preparado e o processo de internacionalização não data de hoje.

Nesse sentido, o “Projeto de Mundialização das Relações Sociais e Políticas” começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século

XVI, avançando através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que Terceira Revolução Técnico - Científica foi imposta através da Globalização.

O desafio é superar o atual modelo insustentável de crescimento ilimitado, que conduz ao desequilíbrio ecológico e social. Porém não se trata só de desconstruir, senão também de construir, de potencializar o nascimento de um novo paradigma ambiental que nos permita viver em harmonia com todo o existente (MARTIN-MOLERO et al, 2006, p. 233).

Sobretudo, no momento em que as formas de vida no Planeta sofrem uma repentina transformação: As relações do Homem com a Natureza passam por uma grande mudança devido aos meios de produção colocados à disposição do homem moderno. Houve mudanças qualitativas surpreendentes sendo que a mais notável foi a transição da internacionalização para as relações sociais em escala planetária na Globalização: A possibilidade de conhecer e utilizar todos os produtos e recursos tecnológicos. Portanto será importante rever nossa Visão de Mundo e o estudo da Sociologia no Brasil, datada da segunda metade do século XIX, deveria ser substituída, por uma visão sistemática mundial mais adaptada à nova realidade histórica que estamos vivendo.

[...] a dependência política é fator associado à econômica. Em efeito, durante o transcurso deste século forja uma divisão internacional do trabalho que se caracteriza pelo estabelecimento de uns circuitos de dependência apoiados em um tipo de ligação bem simples, ao mesmo tempo que dramático. Os países industrializados produzem manufaturas a alto preço e adquirem produtos agrícolas, energia e matérias primas a baixo preço dos não industrializados, que coincidem com as colônias de feito ou de fato (REGALES; LÓPEZ, 1997, p. 162. "Tradução Nossa").

Através do ensino interdisciplinar com a História e utilizando a EA como tema transversal a Geografia explica melhor o processo de universalização do mundo através da globalização capitalista, constatada através da universalização da produção, dos processos produtivos e do marketing incluindo a produção agrícola.

Principalmente, explica como se processou a universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do

mercado do trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das empresas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação.

Portanto, a Geografia através da Interdisciplinaridade ou Transdisciplinaridade e a Transversalidade explica melhor a existênciada da Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total.

A redescoberta e remodelagem do planeta no período técnico-científico e os novos papéis das ciências entre os múltiplos aspectos do período atual, é obrigatório reconhecer as relações entre as condições de realização histórica e a nova revolução científica. Essa revolução histórica e científica atribui às ciências do homem e da sociedade um lugar ainda mais privilegiado no conjunto dos conhecimentos. Num mundo assim reestruturado, um papel particular deve incumbir à ciência geográfica — uma ciência do espaço do homem — e devemos interrogar-nos sobre os problemas que, nessa ótica, se abrem à sua realização, diante do conflito entre tudo o que acarretam os novos conteúdos prometidos à atualização da Geografia e suas atuais estruturas na interdisciplinaridade. Pode-se pensar que a inércia se imporá ao movimento, impedindo-lhe o desenvolvimento, ou se deve acreditar que uma Geografia renovada poderá afirmar-se? (SANTOS, 1997, p. 11).

Portanto vivemos em um mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção global, por meio das produções e das técnicas dominantes, aquelas que utilizam esse trabalho científico universal previsto por Marx. A base de todas essas produções, também é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial. Para muitos, não haveria, por exemplo, mundialização das classes sociais nem uma moralidade universal, ainda que fosse a moralidade dos Estados.

Se as corporações multinacionais ou transnacionais criam em toda parte burguesias transnacionais, e se instituições de natureza semelhante estão presentes em todos os países, as classes são ainda definidas territorialmente, assim como as aspirações e o caráter de um povo ainda o são em função das heranças históricas.

Os Estados, cujo número se multiplicou devido às novas condições históricas, constituem um sistema mundial mas individualmente eles são, ao mesmo

tempo, uma porta de entrada e uma barreira para as influências exógenas. Sua ação, embora autoritária, assenta nas realidades preexistentes e por isso jamais induz uma mundialização completa das estruturas profundas da Nação porém não impediu a evolução de uma revolução global cujos efeitos são perceptíveis em todos os aspectos da vida.

Apartir da Segunda Guerra Mundial, torna-se cada vez mais evidente para os pesquisadores sérios que temos um terceiro tipo de capitalismo, para o qual se emprega toda uma série de expressões: capitalismo de organização, sociedade de massa, etc. Trata-se, sempre, do capitalismo, sem dúvida, mas mudanças essenciais surgiram. (SANTOS, 2009, p. 15).

O atual momento histórico sugere a advertência de Marx, para quem as novas criações históricas são uma contrapartida semelhantes às formas antigas da vida social. Isto porque, atualmente a tradição histórica impulsiona os extraordinários progressos das ciências e das técnicas no entanto há os que crêem numa espécie de determinismo tecnológico e os que se põem em guarda contra todo risco implícito na crença em uma ilusão tecnológica. Preferimos a companhia destes últimos, sem com isso minimizar o papel fundamental desempenhado pelos progressos científicos e técnicos nas transformações recentemente sofridas pelo Planeta.

Esta transformação total dos fundamentos da vida humana teria sido impossível de outra forma. Há uma interdependência entre a ciência e a técnica, contrariamente ao que acontecia outrora. Atualmente a ciência precede a técnica, embora sua realização lhe seja cada vez mais subordinada.

Atualmente a Tecnologia foi globalizada e ocorre uma busca desenfreada do lucro dado fundamental da situação histórica contemporânea. O fato da tecnologia ter-se tornado um elemento exógeno para grande parte da humanidade — já que a sua utilização universal, quase sempre é sem relação com os recursos naturais e humanos locais, é causa de graves distorções.

Ora, tudo isso só foi possível porque o trabalho científico foi praticamente colocado a serviço da produção. A ciência tem um papel produtivo, deixando de lado suas implicações ambientais. Santos (1978) afirma que, a mundialização que vemos atualmente é perversa devido aos seguintes fatores: Concentração e centralização da economia e do poder político; Cultura de massa; Cientificização da burocracia; Centralização agravada das decisões e da informação. Tudo isso forma a base das

desigualdades, entre países e entre classes sociais, opressão e desintegração dos indivíduos no triângulo da relação: Sociedade Global - Crise Global e Crise Ambiental Planetária.

Infelizmente a globalização é perversa porque não se trata apenas da poluição de áreas isoladas, mas de uma real ameaça a sobrevivência dos seres humanos e talvez de toda a Biosfera. Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia à vocação de servir a sociedade porque se trata-se de um saber instrumentalizado onde a metodologia substitui o método.

Portanto a fragmentação do saber comprometido com interesses econômicos e institucionalizado em função de conhecimentos delimitados não resulta em autonomia das disciplinas científica, mas na sua separação ou afastamento do enfoque global e da visão crítica. O trabalho científico deve ser feito segundo uma ótica puramente pragmática para atender o que pedem as pesquisas ou dirigem as Instituições de Ensino.

Quando o trabalho científico atende a objetivos utilitariamente estabelecidos, temos diante de nós o divórcio entre a teoria e a práxis: Distanciamento entre teoria e prática e/ou contradições entre discurso e prática. Assim ocorrerá a possibilidade de um sucesso prático das teorias falsas ou perversão da ciência.

As Ciências Sociais não fazem exceções nesse contexto sendo que o mesmo movimento também as deformou e descaracterizou. Temos que insistir em denunciar o risco representado por uma Ciência Social monodisciplinar, desinteressada das relações globais entre os diferentes vetores de que a sociedade é constituída como um todo. Talvez uma das principais causas da crise atual das Ciências Sociais seja a sua insalubridade.

Boa parte da produção intelectual nesse domínio despreza os estudos mundiais globalizantes. Esse atraso em relação ao mundo é uma das marcas desse desatino das ciências humanas. Incapazes de aprender a separação entre princípios e normas e por isso mesmo empobrecidas, não surpreende constatar as múltiplas formas de sua submissão a serviço do Marketing, daquilo que se chama Relações

Humanas, de toda sorte de *Social Engineering*⁸⁰ e de Produção, sob encomenda das ideologias, reduzindo assim gradualmente suas possibilidades.

Desse modo, as Ciências Sociais se interessam por uma amostragem tendenciosa das condições mais importantes - Estado e Transnacionais; Estado e Nação; Crescimento e Empobrecimento; Leste e Oeste, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento etc. - de modo a ocultar as causas reais e os resultados previsíveis dos encadeamentos entre fenômenos.

Assim, reduzindo seu alcance e fragmentando seu campo de ação, elas se internacionalizam, tornam-se incapazes de uma Visão Mundial e Crítica. Os dois aspectos de uma mesma questão que permitem a utilização perversa das Ciências Sociais são: Excessos de especialização e Perda de universalidade. A Geografia não escapa a essa tendência porque foi desenvolvida parcialmente sob o signo do utilitarismo fundado na Economia Neoclássica portanto chamada a negar-se a si mesma.

Nesse contexto, a Geografia possui entre suas fraquezas o fato de não ter um objeto claramente definido e a pobreza teórica e epistemológica sobre a qual repousa sua prática. A inexistência de um sistema de referências mais sólido explica o papel relevante que a Geografia desempenhou na reorganização não-igualitária do espaço geográfico e da sociedade no nível mundial e conseqüentemente local.

As possibilidades entreabertas às Ciência que estuda os aspectos sociais do mundo humano, ou seja, a vida social de indivíduos e grupos humanos, embora assinalado por atividades quase sempre desviadas para preocupações imediatistas e utilitaristas, o atual período histórico potencializa mudança de tendência.

Isto porque, se por um lado a Ciência se torna uma “ força produtiva”, observa-se por outro lado, o aumento da importância dos seres humanos e de seu conhecimento intelectual no processo produtivo. Esse saber permite um conhecimento mais amplo e aprofundado do Planeta, constituindo uma verdadeira

⁸⁰ Engenharia social, no contexto de segurança, entende-se a arte de manipular as pessoas para executar ações ou divulgar informações confidenciais. 1) Este é um tipo de truque de confiança com a finalidade de coleta de informações, fraude ou de acesso ao sistema de computador. Ela difere de contras tradicionais em que muitas vezes o ataque é muitas vezes um mero passo em uma fraude mais complexa. 2) Engenharia social, como um ato de manipulação psicológica, já tinha sido associada com as Ciências Sociais, mas seu uso foi capturado entre profissionais de informática.

redescoberta do Mundo Contemporâneo e das enormes possibilidades que ele contém, visto ser revalorizada a própria atividade humana.

No entanto só falta colocar esses extraordinários recursos científicos a serviço da humanidade. Trata-se de uma tarefa a longo prazo, mas não impossível e que supõe a existência de uma Ciência autônoma.

Porém, as condições locais de realização da Economia Internacional acabam por dar a primazia ao imperativo tecnológico, a conjuntos técnicos considerados como fixos, pois a própria Ciência Econômica organiza seus postulados em função de equações técnicas rígidas. Sendo necessário chegar a uma liberação desse imperativo tecnológico e subordinar as escolhas técnicas a finalidades bem mais amplas que a Economia.

Vê-se, assim, que não se trata absolutamente de uma questão técnica nem do domínio das Ciências Exatas porque o problema diz respeito às Ciências Sociais, cuja responsabilidade aumentou. Isto porque, foi imposta por necessidades históricas a redescoberta da Natureza e do Homem deve ser creditada sobretudo às Ciências ou disciplinas curriculares: Naturais, Biológicas e Exatas.

Os novos conhecimentos científicos apontam para o reino do possível, enquanto sua realização concreta pertence mais ao domínio das condições econômicas, culturais e políticas. Futuramente devem ser escolhidas as Ciências Sociais como Ciências de Base para uma construção voluntária da história através do relaxamento da sua base filosófica de tal modo que as preocupações teológicas não constituem obstáculo à fiel transcrição dos fenômenos.

As novas realidades são ao mesmo tempo causa e consequência de uma multiplicação de possibilidades, potenciais ou concretizadas, cuja multiplicidade de arranjos é fator de complexidade e de diferenciação crescentes que não se trata de adaptações do passado, mas de subversão de: Concepções fundamentais, Formas de abordagem, Temas de análise. Isso equivale a dizer que mudam ao mesmo tempo: Conteúdo, Método, Categorias de Estudo e as Palavras-Chave.

Nesse contexto, o “crescimento das possibilidades” diz respeito ao Planeta e a humanidade, porém a “historização e a geografização das possibilidades” estão sujeitas à lei das necessidades porque a divisão dos domínios

nem sempre é nítida, mas pensando que em um Mundo assim construído as Ciências Sociais ganham em alcance. Exemplificando: Na década de 70 a humanidade vem tomando consciência sobre a existência da Crise Ambiental Planetária, uma ameaça real à sobrevivência de todos os seres vivos na Terra, que se transformou em Questão Ambiental com importantes riscos à estabilidade da Nova Ordem Mundial porque o homem moderno decidiu utilizar os recursos naturais renováveis e não renováveis a curto prazo sem utilizar os métodos racionais dos Conservacionistas⁸¹. Esse fato fez surgir nos anos 90, a expressão Desenvolvimento Sustentável aceita internacionalmente porque na prática tem o conceito de desenvolvimento econômico e social e ao mesmo tempo conservacionista - Utilizar racionalmente os recursos naturais para evitar os problemas ambientais – teóricamente fácil porém na realidade prática tornou-se muito difícil de ser concretizado por estar ligado à política local de cada Estado.

Na exposição reformista do desenvolvimento sustentável se encobre, com grandes doses de retórica, uma velha contradição da lógica de acumulação do sistema capitalista: o impossível crescimento indefinido do subsistema econômico mundial dentro do ecossistema global, mantendo um equilíbrio dinâmico com os sistemas vitais. Materialmente, o subsistema econômico não pode crescer além dos limites físicos da biosfera. Mas, ao mesmo tempo, as diferenças de níveis de desenvolvimento entre as regiões do Norte e as do Sul são de tal calibre que as possibilidades de superá-las chocam com limites não só físicos ou "externos", mas também econômicos e políticos, propriamente "internos" da sociedade mundial (HERRERO, 2001, p.42, "Tradução Nossa").

Nesse contexto, a EA representa um importante componente na estratégia de busca de um Novo Paradigma ou estilo de vida porque requer prática cotidiana para o Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente nas escalas – local, regional, nacional e global embora exista a diversidade dos sistemas sociais e políticos determinando diferentes ritmos para os países. No entanto trata-se da necessidade de conscientização da população planetária de que todos nós somos responsáveis pela manutenção da sustentabilidade da Terra para garantir a qualidade de vida para a geração contemporânea e futura.

⁸¹ Os conservacionistas são estudiosos da diversidade biológica sobre o planeta Terra. Trabalham em análises e projetos que permitam proteger, compreender e restaurar a biodiversidade e difundir os valores intrínsecos, instrumentais e psicológicos da Natureza. Os conhecimentos dos conservacionistas formam-se em áreas como: Geografia, Ecologia, Genética, Evolução, Taxonomia, Filosofia E Política.

3.4. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ProNEA

MMA (2005) enfatiza que o ProNEA é um Programa de âmbito nacional porque: Está ligado intimamente ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Anexo 1) e apresenta orientações para as suas Ações; Resulta do processo de Consulta Pública, construção participativa, para se transformar em um processo de apropriação pela sociedade brasileira; No entanto será necessário que todos os segmentos sociais e todas as esferas de Governo Brasileiro sejam corresponsáveis pela sua implementação porque não deve ser competência exclusiva do poder público federal.

3.4.1. Justificativa

Atualmente a população brasileira tem que superar grandes desafios para consolidar a construção de um país sustentável sendo que as políticas institucionais e movimentos sociais têm que superar as dificuldades para auxiliarem na consolidação da cidadania entre segmentos sociais excluídos.

MMA (2005) preconiza que para a edificação das sociedades sustentáveis, os sistemas sociais se atualizam para incorporar a dimensão ambiental específica e fornecem os meios adequados para consolidar transição social sendo que o Sistema Educativo fornece uma EA.

A Educação assume posição de destaque para construir os fundamentos da sociedade sustentável, apresentando uma dupla função a essa transição societária: propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em condições de vulnerabilidade em face dos desafios da contemporaneidade (MMA, 2005, p. 18).

Nesse contexto, afirma também ser necessário a formulação e a implementação de políticas públicas de EA para que possa ocorrer de modo articulado a atuação do poder público no campo da EA principalmente nas iniciativas existentes no âmbito educativo. Configurando-se como uma tentativa do Governo Federal de estabelecer no Brasil as condições necessárias para a gestão da Política

Nacional de EA fortalecendo os processos sociais existentes. Portanto, se insere a EA no planejamento estratégico do Governo Federal para promover a articulação das ações educativas, relacionadas com: Atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e potencializar a função da Educação para as mudanças culturais e sociais.

3.4.2. Antecedentes

MMA (2005) enfatiza uma longa lista cronológica de fatos históricos, a partir de 1972 a 2004, que antecederam o surgimento do ProNEA. No entanto destacaremos abaixo os acontecimentos relacionados com o tema desta Tese:

Início dos anos 70 - Surgimento de um ambientalismo ligado às lutas pelas liberdades democráticas com pequenas ações isoladas - atividades educacionais direcionadas à recuperação, conservação e melhoria do Meio Ambiente - executadas por: professores, estudantes, Escolas, organizações da sociedade civil, prefeituras municipais e governos estaduais. Neste período também surgem os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental;

1972 – Foi atribuída à Conferência de Estocolmo a inserção do tema EA na Agenda Internacional;

1973 - Início do processo de institucionalização da EA no Governo Federal brasileiro, com a criação no Poder Executivo, atualmente já extinta, da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA vinculada ao Ministério do Interior que realizou várias iniciativas: Projetos de EA objetivando a inserção da temática ambiental nos currículos escolares dos antigos 1º e 2º Graus da Região Norte do Brasil; Estruturação de uma rede de produção e circulação de materiais educativos: diversas publicações e audiovisuais sobre o Meio Ambiente;

1975 – Reconhecimento internacional em Estocolmo da prática da EA instituída no Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, atendendo a Recomendação 96 da Conferência de Estocolmo. No entanto já se falava da EA desde a década de 60, como estratégia para a construção da sustentabilidade do Meio Ambiente;

1977- Realização da Conferência Intergovernamental sobre EA conhecida como Conferência de Tbilisi, quando foi consolidado o PIEA e se estabeleceram os princípios orientadores e as estratégias, finalidades e objetivos, para a promoção da EA;

1981 – Para a transformação da EA em uma instituição foi criada a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, que estabeleceu no âmbito legislativo a necessidade de inclusão da EA, evidenciando a presença dessa prática pedagógica em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade com o objetivo de capacitá-la para a participação ativa na defesa do Meio Ambiente sendo que a Constituição Federal de 1988 foi influenciada por essa tendência ao estabelecer o inciso VI do artigo 225;

1988 – Início do processo de transformação de uma prática, comunicação e organização social em rede, em uma instituição estimula o surgimento da: Rede Paulista de EA e Rede Capixaba de EA;

1992 - Foi lançado no II Fórum Brasileiro de EA o Projeto de Criação da Rede Brasileira de EA que usou os princípios do Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. A partir desse ano, em diversos Estados brasileiros foram criados Redes de EA;

1990 – Iniciaram-se várias atividades práticas de EA desenvolvidas pela sociedade civil e instituições públicas que receberam subsídios financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA, órgão de fomento criado em 1989 pela Lei 7.797; representando quase 20% dos Projetos financiados por esse órgão;

1991 - A EA passou a ser considerada como um dos instrumentos da política ambiental brasileira pela Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92. Nesse mesmo ano foram criadas duas solicitações no Poder Executivo para trabalhar esse ponto de vista: o Grupo de Trabalho de EA do Ministério da Educação - MEC transformado posteriormente na Coordenação Geral de Educação Ambiental - COEA/MEC; a Divisão de EA do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA cujas atribuições dessa instituição foram definidas para representar um marco no processo de transformação da política de EA em uma instituição no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA;

1992 – Criou-se o Ministério do Meio Ambiente – MMA. Nesse mesmo ano o IBAMA instituiu os Núcleos de EA nas suas superintendências objetivando transformar a ideia em ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual;

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Anexo 1), estabelecido em 1992 no Fórum Global, constituiu-se como outro marco mundial relevante para a EA, por ter sido elaborado no âmbito da sociedade civil e por reconhecer a EA como um processo dinâmico em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social. A Agenda 21 reforça essa perspectiva [...] capazes de contribuir para a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda. Durante a Rio-92, com a participação do MEC, também foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que [...] reconhece ser a EA um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e conseqüentemente de melhoria da qualidade de vida humana. [...] admite ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de EA, em todos os níveis de ensino, consolidam um modelo educacional que não responde às reais necessidades do país. Como desdobramento da Carta [...], o MEC promoveu, em 1992 [...] o 1º Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental - CEAs, onde os coordenadores dos centros já existentes e os técnicos das Secretarias de Educação debateram propostas pedagógicas e recursos institucionais e apresentaram Projetos e Experiências Exitosas em EA. Em decorrência, o MEC passou a incentivar a implantação de Centros de EA como espaços de referência, visando a formação integral do cidadão para interagir em diversos níveis e modalidades de ensino e introduzir práticas de EA junto às comunidades. Com o intuito de criar instâncias de referência para a construção dos programas estaduais de EA, a extinta SEMA e posteriormente o IBAMA e o MMA fomentaram a formação das Comissões Interinstitucionais de EA. O auxílio à elaboração dos programas dos Estados foi, mais tarde, prestado pelo MMA. Pode-se citar, entre os desdobramentos, a criação dos programas de Rondônia (1995), Tocantins e Acre (1996), Pará (1998) e Amapá (2000) bem como a expansão da iniciativa a outros Estados (MMA, 2005, p. 23 - 24).

1993 – O IBAMA em consonância com a Política Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de capacitar recursos humanos sobre o tema Meio Ambiente em 03 regiões do Brasil - Norte, Nordeste e Centro-Oeste – iniciou debate no Poder Legislativo sobre uma Política Nacional de EA que ligaria os sistemas nacionais de Meio Ambiente e de Educação em um sistema único através do Projeto de Lei nº 3.792/93, apresentado à Câmara dos Deputados;

1994 - A Presidência da República criou o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA (1994), diferente do ProNEA (1999.), devido a Constituição Federal de 1988 e compromissos internacionais firmados com a

Conferência do Rio, partilhado por vários Ministérios: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O PRONEA foi executado pela Coordenação de EA do MEC e MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações relacionadas com o sistema de ensino e a gestão ambiental, no entanto na sua execução participaram entidades públicas e privadas do Brasil;

O PRONEA previu três componentes: (a) Capacitação de Gestores e Educadores; (b) Desenvolvimento de ações educativas; (c) Desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete linhas de ação: Educação Ambiental por meio do Ensino Formal; Educação no processo de gestão ambiental; Campanhas de Educação Ambiental para usuários de recursos naturais; Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais; Articulação e integração comunitária; Articulação intra e interinstitucional; Rede de centros especializados em Educação Ambiental em todos os Estados (MMA, 2005, p. 25).

1995 - Criação da Câmara Técnica Temporária de EA no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;

1996 – Realização da 1ª reunião da Câmara Técnica Temporária de EA na qual foi discutido o documento, Subsídios para a formulação de uma Política Nacional de EA, elaborado pelo MMA/IBAMA e MEC cujos princípios eram: participação, descentralização, reconhecimento da pluralidade, diversidade cultural e interdisciplinaridade;

Ainda em 1996, incluiu-se no Plano Plurianual - PPA do Governo Federal (1996-1999), “a promoção da Educação Ambiental, através da divulgação e uso de conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentáveis de recursos naturais”, embora não se tenha determinado seu correspondente vínculo institucional. Em outubro desse mesmo ano, o MMA criou o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, e em dezembro firmou um protocolo de intenções com o MEC, visando à cooperação num canal formal para o desenvolvimento de ações conjuntas. Algumas atividades desempenhadas pelo Grupo de Trabalho foram as seguintes: Elaboração e coordenação da 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental; Estabelecimento de parceria com o Projeto de Educação Ambiental para o Ensino Básico “Muda o Mundo, Raimundo!”; Promoção de seminários sobre a prática da educação ambiental no ecoturismo, biodiversidade e Agenda 21; Promoção de palestras técnicas, inseridas na ação “Temporada de Palestras”; Definição das ações de Educação Ambiental no âmbito dos Programas Nacionais de Pesca Amadora e Agroecologia; Promoção do Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental (MMA, 2005, p. 25 - 26).

1997 – Aprovaram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, após dois anos de debates, pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCN se

estabelecem para auxiliar a Escola na construção do seu Projeto Educativo, introduzindo temas sociais urgentes locais e nacionais, nominados como Temas Transversais: Meio Ambiente, Ética, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Trabalho, Consumo e outros importantes e relevantes elegidos pelas Escolas e/ou comunidade;

Também em 1997, a Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA criou o curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, voltado aos grupos sociais. Ainda em 1997, durante a 1ª Conferência de Educação Ambiental, realizada em Brasília, foi produzido o documento “Carta de Brasília para a Educação Ambiental”, contendo cinco áreas temáticas: Educação Ambiental e as vertentes do desenvolvimento sustentável; Educação Ambiental Formal: papel, desafios, metodologias, desafios; Educação no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação; Educação ambiental e as políticas públicas: PRONEA, políticas de recursos hídricos, urbanas, agricultura, ciência e tecnologia; Educação Ambiental, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade (MMA, 2005, p. 26).

1999 - Criação a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, vinculada a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente e também a aprovação da Lei n° 9.795⁸², que dispõe sobre a Política Nacional de EA;

A Diretoria do [...] ProNEA [...] de início passou a desenvolver as seguintes atividades: Fomento à formação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental nos Estados e auxílio na elaboração de programas estaduais de educação ambiental; Implantação de curso de Educação Ambiental a Distância, objetivando capacitar gestores, professores e técnicos de meio ambiente de todos os municípios do país; Implantação de Polos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis nos Estados, objetivando irradiar as ações de educação ambiental; Implantação do Projeto Protetores da Vida, objetivando sensibilizar e mobilizar jovens para as questões ambientais; Implantação do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental - SIBEA, objetivando atuar como um sistema integrador das informações de Educação Ambiental no país (MMA, 2005, p. 27).

2000 – O Programa de EA completa, pela segunda vez, o Plano Plurianual - PPA triênio 2000-2003 eleito como 0052 – EA e ligado intimamente ao MMA;

2001- Através do movimento dos Educadores Ambientais foi celebrada uma reunião com o MMA para conseguir ajudar as Redes de EA com o FNMA apoiando: fortalecimento da Rede Brasileira de EA - REBEA e Rede Paulista de EA

⁸² Ver: Anexo 2.

– REPEA; estruturação da Rede de EA da Região Sul - REASul, da Rede Pantanal de EA - Rede Agupé e da Rede Acreana de EA – RAEA;

2002 – Regulamentação da Lei n° 9.795/99 através do Decreto n° 4.281⁸³, que definiu também a composição e a competências do Órgão Gestor da Política Nacional de EA - PNEA lançando as bases para a sua execução;

2003 – Estabeleceu-se no MMA da Comissão Intersectorial de EA- CISEA, com ocupação das secretarias e órgãos ligados ao MMA e com um foro interno para: consultas, decisões, auxiliar a transversalidade interna e o ato simultâneo das atividades em EA. Simultaneamente o MEC escolhe facilitar as ações e diretrizes da PNEA e reorganizar a Coordenação Geral de EA - CGEA, que passa da Secretaria de Educação Fundamental diretamente para a Secretaria Executiva;

Em 21 de julho desse mesmo ano, o MMA e o MEC promoveram a reunião de instalação do Órgão Gestor da PNEA, um passo decisivo para a execução das ações em educação ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Em seguida, em 17 de novembro, foi instaurado o Comitê Assessor do Órgão Gestor, sendo realizada sua primeira reunião, na qual foram criados seis Grupos de Trabalho (GTs): dois temporários – GT Documento do ProNEA e GT Regimento Interno; e quatro permanentes – GT Gestão do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA), GT Critérios e Indicadores para Projetos e Ações de Educação Ambiental, GT Instrumentos Institucionais e Legais para a Promoção da Educação Ambiental, e GT Relações Internacionais. Em novembro de 2003, foi realizada a Conferência Nacional do Meio Ambiente, em suas versões adulto e infanto-juvenil. O documento resultante desse encontro contemplou, em um capítulo específico, deliberações para a Educação Ambiental (MMA 2005, p.29).

2004 – Consolidação da EA como Tema Transversal e obtenção de maior visibilidade tornando-se parte integrante de várias áreas: Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação no Campo. Sendo que a mudança ministerial e a conseqüente criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD permitiu à CGEA realizar melhor a implantação da EA no MEC e junto às Redes Estaduais e Municipais de Ensino;

A Educação Ambiental no MEC atua em todos os níveis de Ensino Formal, mantendo ações de formação continuada de 32 mil professores e 32 mil alunos do Ensino Fundamental por meio do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, que deu continuidade ao processo de Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, como parte de uma visão sistêmica de EA. O fortalecimento da EA no Ensino Público Superior se dá

⁸³ Ver: Anexo 3.

por meio de pesquisas em parcerias com a Rede Universitária de Programas de EA - RUPEA, na proposta de criação de uma Política de EA no Ensino Superior, e também com a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no mapeamento de "O que fazem as Escolas que fazem Educação Ambiental? Conhecendo os caminhos da EA nas Escolas do Ensino Fundamental a partir do Censo Escolar". A EA passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos - EJA. [...] Entre os dias 13 a 15 de abril de 2004, foi realizado em Goiânia o primeiro encontro governamental nacional sobre Políticas Públicas de EA [...]. O evento, promovido pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente em parceria com o Governo Estadual de Goiás e com a Prefeitura Municipal de Goiânia [...]; e ocorreu nova reestruturação do MEC, com a transferência da Coordenação Geral de EA - CGEA para a então recém-criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MMA, 2005, p.29 e 30).

2004 - Começou um novo PPA triênio 2004-2007. Em função das novas normas de procedimentos ajustados com o ProNEA, o PPA triênio 2000-2003 eleito como Programa 0052 – Educação Ambiental é reformulado e denominado Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis sendo que vários órgãos - Diretoria de EA - DEA, Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, Agência Nacional de Águas - ANA, Coordenação Geral de EA do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM – foram responsáveis pelas seguintes ações: EA para recursos hídricos (ANA); Educação para conservação da biodiversidade (Jardim Botânico do Rio de Janeiro); Fomento a Projetos Integrados de EA (FNMA); Formação de Educadores Ambientais (DEA/IBAMA); Gestão e administração do Programa (DEA); Implantação do Sistema Brasileiro de Informações sobre EA (DEA); Capacitação de recursos humanos para a prevenção e controle ambiental nas áreas marítimas e portuárias (SECIRM).

Em novembro de 2004, foi realizado o V Fórum Brasileiro de EA, construído de forma coletiva a partir da REBEA, e que proporcionou espaços para diálogo e trocas entre os Educadores Ambientais, para apresentação de pesquisas, vivências e experiências em EA. Realizada durante todo o evento, a atividade denominada "Conversando com as Redes" proporcionou aos participantes a oportunidade de estar em contato com as pessoas que formam as Redes de EA de todo o Brasil. As conexões foram reforçadas e renovadas no evento, que viu nascer a Rede Nordestina de EA e a Rede de Educomunicação Socioambiental. Ainda em novembro de 2004, o MMA participou na Venezuela, da reunião de trabalho de especialistas em gestão pública da EA da América Latina e Caribe, para elaboração do plano de implementação do Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental. Nesse mesmo ano, é feita a revisão do Plano Plurianual e do Programa 0052, e seu conjunto de ações é alterado, iniciando o exercício de 2005 com a seguinte composição: [...] EA para recursos hídricos (ANA);

[...] Educação para conservação da biodiversidade (Jardim Botânico do Rio de Janeiro); [...] Fomento a Projetos Integrados de EA (FNMA); [...] Formação de educadores ambientais (DEA/IBAMA); [...] Apoio à gestão compartilhada da EA (DEA); [...] Implantação do Sistema Brasileiro de Informações sobre EA (DEA); [...] Produção e veiculação de Programas de EA (DEA); [...] Publicidade de utilidade pública (DEA); [...] Capacitação de recursos humanos para a prevenção e controle ambiental nas áreas marítimas e portuárias (SECIRM). Nessa revisão a CGEA/MEC inclui no Programa 1061 - Brasil Escolarizado, sob-responsabilidade desse Ministério, duas ações relativas especificamente à EA: [...] Apoio à distribuição de material didático para formação continuada em EA; [...] Apoio à formação continuada em EA para profissionais da Educação (MMA, 2005, p.31e 32).

3.4.3. Diretrizes

Nesse contexto, o MMA (2005) afirma que as diretrizes do ProNEA devem ser reconhecidas por todos os Governos como a maneira mais importante de obter apoio condutor para visão da manutenção da sustentabilidade ambiental local e global para a construção de um país mais justo para todos. Suas atividades aplicam-se para garantir no contexto educacional a solidariedade recíproca e a junção ajustada dos múltiplos aspectos da sustentabilidade ambiental– ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – para o progresso do país visando promover a participação da sociedade na otimização das condições ambientais e de qualidade de vida. Sendo que assume as seguintes diretrizes:

- Transversalidade e Interdisciplinaridade;
- Descentralização Espacial e Institucional;
- Sustentabilidade Socioambiental;
- Democracia e Participação Social;
- Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a EA.

Portanto, de acordo com essa ideia e também com o tema deste trabalho destacamos as seguintes diretrizes:

- Transversalidade e Interdisciplinaridade.

Enfatiza o MMA (2005) que o ProNEA prevê um exercício duradouro da transversalidade para internalizar a EA, através de diálogos bilaterais e múltiplos, em toda a sociedade brasileira no governo e também em: entidades privadas e terceiro setor. No entanto, também deve ocorrer o diálogo interdisciplinar para acelerar as políticas setoriais e a participação qualificada nas tomadas de decisões sobre: investimentos, monitoramento e avaliação do impacto de tais políticas.

Para que a atuação do poder público no campo da educação ambiental possa viabilizar a articulação entre as iniciativas existentes no âmbito educativo e as ações voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental [...] faz-se necessária a formulação e implementação de políticas públicas de Educação Ambiental que fortaleçam essa EA que fortaleçam essa perspectiva transversal. A EA deve se pautar por uma abordagem sistêmica [...]. A descentralização espacial e institucional também é diretriz do ProNEA, por meio da qual privilegia o envolvimento democrático dos atores e segmentos institucionais na construção e implementação das políticas e programas de educação ambiental nos diferentes níveis e instâncias de representatividade social no país. Considerando-se a EA como um dos instrumentos fundamentais da gestão ambiental, o ProNEA desempenha um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão, a construção e a implementação de políticas públicas que possibilitem solucionar questões estruturais, almejando a sustentabilidade socioambiental. Assim, propicia-se a oportunidade de ressaltar o bom exemplo das práticas e experiências exitosas, como a integração entre professores e técnicos ambientais em programas de formação. A democracia e a participação social permeiam as estratégias e ações – sob a perspectiva da universalização dos direitos e da inclusão social – por intermédio da geração e disponibilização de informações que garantam a participação social na discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável. Com a regulamentação da Política Nacional de EA - PNEA, o ProNEA compartilha a missão de aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a EA, por intermédio dos quais a PNEA deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo. Para o fortalecimento desses sistemas, é fundamental o apoio à implantação e implementação de políticas descentralizadas, no âmbito dos Estados e Municípios, bem como a criação de mecanismos de financiamento que envolva o poder público e a sociedade civil. O processo de construção do ProNEA pode e deve dialogar com as mais amplas propostas, campanhas e programas governamentais e não-governamentais em âmbitos nacional, estadual e municipal, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido, agregando a estas reflexões e práticas marcadamente ambientalistas e educacionais. Em conjunto com esses programas, são propostas ações educacionais fundadas e voltadas ao ideário ambientalista, permitindo a formação de agentes, editores, comunicadores e educadores ambientais, apoiando e fortalecendo grupos, comitês e núcleos ambientais, em ações locais voltadas à construção de sociedades sustentáveis (MMA, 2005, p.33-35).

3.4.4. Princípios

De acordo com o MMA (2005) o ProNEA possui vários princípios intimamente relacionados com o tema deste trabalho dentre:

- Concepção de ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio natural e o construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade;
- Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais, transfronteiriças e globais;
- Respeito à liberdade e à equidade de gênero;
- Reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas;
- Enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório;
- Compromisso com a cidadania ambiental;
- Vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento; entre os valores éticos e estéticos; entre a educação, o trabalho, a cultura e as práticas sociais;
- Democratização na produção e divulgação do conhecimento e fomento à interatividade na informação;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- Permanente avaliação crítica e construtiva do processo educativo;
- Coerência entre o pensar, o falar, o sentir e o fazer;
- Transparência (MMA, 2005, p.37).

3.4.5. Missão

Nesse raciocínio o MMA (2005) preconiza que o ProNEA tem o compromisso de transformar a EA em ferramenta educacional capaz de auxiliar na manutenção da sustentabilidade local/global do Meio Ambiente para o surgimento de sociedades sustentáveis em todo o território brasileiro.

3.4.6. Objetivos

Enfatiza o MMA (2005) que o ProNEA possui os seguintes objetivos: Estimular os processos da EA através da participação social para a obtenção da sustentabilidade local/global do Meio Ambiente principalmente através dos processos da Educação Formal; Fomentar a prática cotidiana da EA nos processos da Educação Formal e Não-Formal; Criar e manter locais com ampla participação popular em debates democráticos sobre: articulações sociais, práticas comunitárias sustentáveis e decisões sobre gestão dos recursos ambientais; Promover, estimular e apoiar instituições governamentais e Não-Governamentais a realizarem: Ações

baseadas na Agenda 21, Pesquisas científicas diversificadas que auxiliem no fomento e integração da EA com a ciência e tecnologia, Cultura de redes de EA, Produção e distribuições de materiais didático-pedagógicos e instrucionais e Divulgações sobre as Boas Práticas de EA.

3.4.7. Públicos

O ProNEA tem relação com o tema desta Tese porque o MMA (2005) argumenta que o seu público é formado por pessoas que atuam em: 1. Educação Formal: Educadores, Professores e Estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino; 2. Educação Não-Formal: Animadores, Editores, Comunicadores e Artistas Ambientais, Agentes Comunitários e de Saúde, Lideranças de Comunidades Rurais e Urbanas; 3. Instituições Governamentais e Não-Governamentais: Membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, Sindicatos, Movimentos e Redes Sociais e Igrejas.

3.4.8. Linhas de Ação e Estratégias

O ProNEA também possui várias ações e estratégias relacionadas com o tema desta Tese porque o MMA (2005) preconiza que o Programa deve auxiliar na realização do Desenvolvimento Sustentável em todo território brasileiro tais como:

1. Gestão e Planejamento da EA no Brasil.

1.1. Planejamento da EA baseada na integração da gestão ambiental:

Promoção do planejamento estratégico e participativo das Políticas Públicas, Programas e Projetos em todo o país – em articulação com governos estaduais e municipais, fóruns, comissões e demais segmentos da sociedade – primando pela descentralização das ações e informações, inclusive sobre fontes de financiamento. Estímulo e apoio à criação e fortalecimento de secretarias estaduais e municipais de Meio Ambiente e de educação, bem como de conselhos democráticos com participação de todos os segmentos da sociedade. Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos Projetos Públicos e Privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei no 6.938/81 e as Resoluções do CONAMA 001/96 e 237/97 (MMA, 2005, p. 43).

1.2. Criar e implementar Políticas Públicas Ambientais no Meio Ambiente

local:

Incentivo à criação e a implementação de programas estaduais e municipais de educação ambiental, em consonância com as Diretrizes do ProNEA e com a Agenda 21 [...] (MMA, 2005, p. 44).

1.3. Criação de interfaces entre EA e os múltiplos Programas e Políticas de governo em diferentes áreas:

Estímulo à promoção da articulação entre EA e ações de atenção à saúde e assistência social. Estímulo à inserção da EA nas etapas de planejamento e execução de ações relacionadas à: gestão dos recursos naturais nas bacias hidrográficas; defesa dos biomas; preservação da biodiversidade; unidades de conservação e entorno; ética e pluralidade cultural; trabalho e consumo; agricultura e assentamentos sustentáveis; ciência e tecnologia; identidade e patrimônio; áreas fronteiriças e costeiras, entre outras vertentes das políticas públicas. Estímulo e apoio à criação de grupos de trabalho multidisciplinares – envolvendo especialmente arte-educadores, assistentes sociais e agentes de saúde – para desenvolver oficinas de educação ambiental que enfatizem a relação entre saúde, ambiente e bem estar social, a serem realizadas em Escolas Públicas e locais acessíveis à comunidade em geral. Apoio à estruturação de programas EA vinculados aos procedimentos de Licenciamento Ambiental e de Licença de Operação. Estímulo e apoio à inserção da EA nas práticas de ecoturismo, visando garantir a sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades receptoras e proporcionando uma interação adequada dos turistas com os ecossistemas locais (MMA, 2005, p. 44).

1.4. Articular e mobilizar a sociedade para a prática da EA:

Apoio à realização periódica de eventos sobre EA [...] Realização, a cada dois anos, da Conferência Nacional de Educação Ambiental, precedida de conferências estaduais ou a inserção da EA nas conferências estaduais e nacionais de Meio Ambiente e o apoio à REBEA na realização dos Fóruns Brasileiros de EA antecedidos por fóruns estaduais. Realização, por intermédio das CIEAs, da identificação e do registro de diferentes manifestações culturais dos Estados, com o intuito de estabelecer interfaces entre elas e Projetos de EA, incentivando também atividades culturais de caráter eco-pedagógico. Fortalecimento das Redes de EA – por intermédio de Políticas Públicas, Fundos de apoio e divulgação de suas ações – [...]. Fomento à formação de uma Rede de Centros Especializados em EA, incluindo Universidades, Escolas, Profissionais e Centros de Documentação. Apoio à estruturação e o funcionamento das CIEAs como Polos de EA. Incentivo à criação e fortalecimento das CIEAs como espaços para interação entre os diversos segmentos da sociedade que atuem na área de EA [...] Atuação junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica para uma prática de EA condizente com a gestão socioambiental das águas. Apoio e estímulo aos Conselhos Jovens de Meio Ambiente na realização de ações de EA nas Escolas Públicas, em consonância com o eixo orientador do programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”. Estímulo à participação do Setor Empresarial, de representações profissionais, Agentes Financeiros, representantes de Religiões, entre outros Setores Sociais, como corresponsáveis nos objetivos e na implementação das ações do ProNEA. Incentivo ao recrutamento de recursos humanos mediante trabalho voluntário [...] reduzindo os custos de implementação das ações do ProNEA (MMA, 2005, p. 46).

1.5. Ajuda institucional e financeira às ações de EA:

Destinação de recursos financeiros, oriundos de fundos já existentes, para a implementação de Projetos e Ações de EA. Criação de linhas de financiamento público e privado, específicas para o fomento de Programas e Projetos de EA, desenvolvidos pelo governo ou pela sociedade civil. Estímulo ao fomento público e privado de ações do ProNEA, por meio de incentivos fiscais junto às empresas e do direcionamento de multas por ajuste de conduta. Estabelecimento e/ou fortalecimento de linhas de financiamento específicas para a EA junto ao FNMA e aos Fundos Estaduais e Municipais de Educação, de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, além de incentivo à criação de novos Fundos. Estímulo à alocação de recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias especificamente para Programas de EA. Criação de estratégias alternativas para a captação de recursos que permitam a sustentabilidade dos Projetos e Programas, como a realização de parcerias – inclusive público-privadas – e o estabelecimento de benefícios fiscais e prêmios às Entidades que invistam em EA, entre outras. Inserção no termo de referência dos Processos de Licitação e de Licenciamento Ambiental, de Ações de EA a serem fomentadas pelos licenciados e vencedores das licitações, como Campanhas, Seminários, Capacitações, Oficinas e outras. Estímulo à destinação de recursos aos Projetos de EA, por meio de demanda espontânea e demanda induzida em Editais, para compra de material de construção e/ou reforma, produção de material didático, realização de Cursos e Oficinas, bem como para o pagamento de Bolsas para Monitores Ambientais em caráter de Estágio Remunerado por, no mínimo doze meses. Disponibilização de várias modalidades de financiamento a Projetos de Educação Continuada de Professores, disponibilizando, por exemplo, os recursos diretamente para os docentes, para as Escolas ou para Instituições parceiras. Incentivo à destinação de 30% dos recursos dos Fundos do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação para EA (MMA, 2005, p. 47).

2. Formação de Educadores (as) Ambientais.

2.1. Educação Formal e Não-Formal: Formação Continuada de Educadores (as) Gestores (as) Ambientais:

Construção de planos de formação continuada a serem implementados a partir de parcerias com Associações, Universidades, Escolas, Empresas, entre outros. Apoio à criação de Redes de Formação de Educadores e Educadoras, com a participação de Universidades, Empresas, Organizações de Terceiro Setor e Escolas. Produção de material técnico-pedagógico e instrucional de apoio aos processos formativos. Continuidade dos seminários anuais sobre o tema Universidade e Meio Ambiente. Oferta de suporte à qualificação de quadros profissionais das gerências, agências e departamentos de EA, assim como à adequação tecnológica dos mesmos. Formação Continuada de docentes e técnicos, desde a Educação Pré-escolar ao Ensino Superior, utilizando-se metodologias presenciais e de Educação a Distância. Implementação de metodologias de Educação a Distância mediante o uso de novas tecnologias de informação e comunicação, como videoconferências, tele-aulas, e-learning, entre outras. Realização de parcerias entre Escolas Públicas e Universidades, facilitando o acesso dos professores da Rede Pública de Ensino Básico aos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu em EA. Disponibilização de Cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado em EA. Criação de um Programa de Formação em EA voltado aos profissionais da Educação Especial, abordando a importância da inclusão dos portadores de

necessidades especiais na capacitação dos Educadores Ambientais em geral. Elaboração, junto às Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente ou com o respectivo departamento, de um banco de dados com o cadastro de Formadores de Educadores Ambientais (MMA, 2005, p. 48).

3. Comunicação para EA

3.1. Comunicação e tecnologia para a EA:

Estímulo e apoio à veiculação de informações de caráter educativo sobre Meio Ambiente [...] por intermédio dos Meios de Comunicação [...]. Estímulo ao desencadeamento de processos de sensibilização da sociedade para os problemas ambientais por intermédio da articulação entre os Meios de Comunicação. Estímulo e apoio à criação de canais de acesso às informações ambientais que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em debates e outras formas de Comunicação Social. Estímulo e apoio à criação e estruturação de veículos técnico-científicos para divulgação na área de EA. Identificação e divulgação de experiências exitosas em EA, inclusive aquelas desenvolvidas à luz do ProNEA. Fomento e apoio à elaboração de Planos e Programas de Comunicação para instâncias governamentais ligadas à EA. Incentivo à coleta e difusão de informações sobre experiências de EA junto a usuários de recursos naturais, como forma de fortalecer ações locais que visem a adoção de procedimentos sustentáveis no uso do patrimônio comum. Estímulo à socialização de informações por meio das “Salas Verdes” de Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente. Incentivo à produção artística e literária, em suas diversas formas de expressão, como meio de difundir EA junto a públicos específicos ou à sociedade em geral. Realização de capacitação específica sobre o acesso às tecnologias de informação e comunicação, inclusive sobre o uso do SIBEA. Fortalecimento do SIBEA para que funcione como fonte confiável de dados e informações de interesse da Política e do Programa Nacional de EA, por meio de sua integração com as Redes de EA. Incentivo à alimentação de bancos de dados com informações sobre ações na área de EA. Estímulo aos Estados a formarem um Cadastro dos diversos agentes que atuam na área da EA. Disponibilização da página principal dos Sites na Internet da DEA/MMA e da CGEA/MEC em outros idiomas, como inglês e espanhol (MMA, 2005, p.49).

3.2. Produção e Assistência à Criação de Materiais Educativos e Didático-Pedagógicos:

[...] parceria entre o MEC e o MMA para aquisição e produção de material referente à temática ambiental, [...], a serem distribuídos para todos os Estados. Produção, edição e distribuição, para todos os níveis de ensino, de material didático que contemple as questões socioambientais locais e regionais. Utilização da tecnologia de Ensino a Distância para a realização de cursos pela DEA/MMA e pela CGEA/MEC. Apoio à implantação de Rádios Comunitárias em polos irradiadores, mediante parceria com a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, [...], como instrumento pedagógico e de fomento às atividades ambientalmente sustentáveis. [...] (MMA, 2005, p.49-50).

4. EA nas Instituições de Ensino.

4.1. Estímulo à inclusão da EA no Projeto Político Pedagógico - PPP das Instituições de Ensino:

Estabelecimento de uma reestruturação da Educação em direção à sustentabilidade, por meio inclusive da construção de novos Currículos, nos quatro níveis de ensino, que contemplem a temática ambiental e estejam em sintonia com o ProNEA e com os Programas Estaduais de EA. Incentivo à gestão escolar dinâmica, aproveitando as experiências acumuladas, trabalhando com a pedagogia de Projetos e promovendo a integração entre as diversas disciplinas. Inclusão da EA em Escolas diferenciadas, como indígenas, ribeirinhas, de pescadores, de assentamentos e de extrativistas. Inclusão de disciplinas sobre Meio Ambiente na formação universitária, tornando esse tema transversal ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Estabelecimento da revisão da bibliografia e do material pedagógico em geral, priorizando aqueles que abordem temas relativos à preservação ambiental, assim como ao uso e ao consumo sustentável dos recursos naturais. Inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto metodológico da EA no Currículo dos Cursos de Licenciatura. Promoção de eventos conjuntos entre as áreas de EA Formal e Não-Formal, visando à construção de metodologias e instrumentos voltados à abordagem da dimensão ambiental. Estímulo à construção da Agenda 21 escolar e comunitária. Estímulo à efetiva implementação dos Projetos em EA construídos pela Comunidade Escolar, especialmente os provenientes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (MMA, 2005, p.50-51).

4.2. Estímulos à realização de estudos, pesquisas e experiências em EA:

Fomento à criação e ao fortalecimento de Núcleos de Pesquisa e experimentação em EA. Incentivo às Instituições de Ensino Superior a implementarem Projetos de Extensão Universitária com enfoque em Meio Ambiente e EA. Coordenação e consolidação dos estudos e pesquisas relativos à EA, por intermédio de uma Rede de Centros Especializados. Estímulo ao compromisso das Instituições de Ensino Superior e dos Núcleos de Pesquisa no sentido de retornar os resultados das pesquisas e estudos às comunidades envolvidas. Apoio aos Projetos de Pesquisa voltados à construção de instrumentos, metodologias e processos para a abordagem da dimensão ambiental, que possam inclusive ser incorporados aos Currículos Integrados dos diferentes níveis e modalidades de Ensino. Estímulo e apoio à criação de Linhas de Pesquisa para EA junto a órgãos de fomento, como CAPES, CNPq, fundações estaduais, entre outros. Estímulo à abertura de editais para parcerias entre universidades e Escolas em Projetos de Pesquisa e Intervenção que envolvam a temática ambiental, nos moldes do Projeto "Melhoria da Escola Pública", da FAPESP (MMA, 2005, p.51).

5. Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de EA.

5.1. Análise, acompanhamento e avaliação de Políticas, Programas e Projetos de EA através da construção de indicadores:

Apoio à construção e à divulgação de indicadores que subsidiem a avaliação dos resultados esperados no âmbito da Política e do Programa Nacional de EA. Incentivo à realização de diagnósticos socioambientais nos Estados. Estímulo à avaliação e ao acompanhamento, pelas CIEAs e pelos

Organismos Municipais, dos Programas de EA inseridos nos Projetos para Licenciamento Ambiental dos empreendimentos. Verificação se os Programas de Gestão Ambiental priorizam, em suas propostas, as causas dos problemas socioambientais e não apenas seus efeitos (MMA, 2005, p.51-52).

6. Estrutura Organizacional.

ProNEA (2005) enfatiza sobre quem são os responsáveis pela prática da Política Nacional da EA:

A execução da Política Nacional de Educação Ambiental está a cargo dos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, das instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, e dos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não-governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade. Por sua vez, a coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental está a cargo do Órgão Gestor, criado com a regulamentação da Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, por intermédio do Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002, dirigido pelo MMA e pelo MEC, com o apoio de seu Comitê Assessor, e tendo como referencial programático o presente documento (MMA, 2005, p.53).

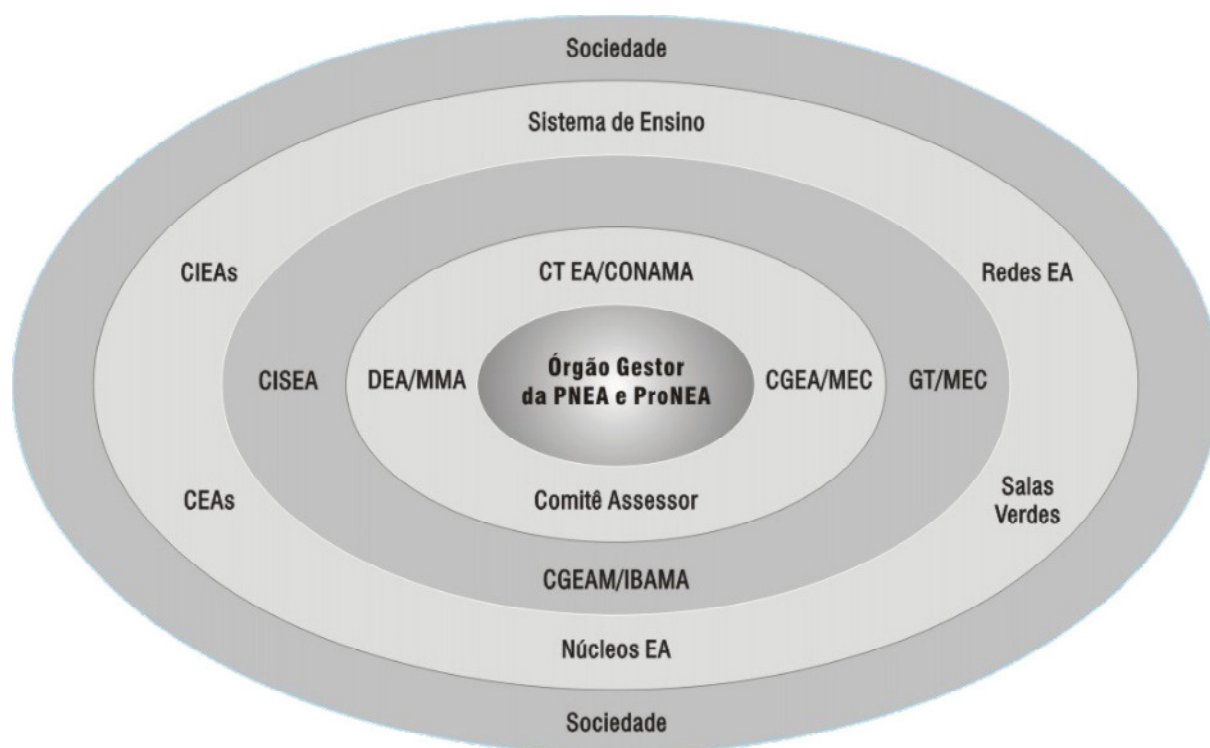


Figura 40: Estrutura Organizacional da Educação Ambiental no Brasil.
Fonte: Ministério do Meio Ambiente – Brasil.

CAPÍTULO 4 – PESQUISA DE CAMPO QUALITATIVA E QUANTITATIVA: METODOLOGIA E ANÁLISE

Este capítulo foi designado para definir os critérios de avaliação e público-alvo na cidade de Cuiabá para realizar a Pesquisa de Campo Qualitativa e Quantitativa através dos seguintes procedimentos metodológicos: Tipo, Abordagem e Local de Estudo; Fonte de Dados; População de Amostra; Técnica de Coleta dos Dados e Período de Coleta dos Dados com Aplicação dos Questionários. Interpretar, analisar e contextualizar os resultados obtidos nas Pesquisas de Campo e Bibliográfica, sobre a qualidade do Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas, realizadas na Tese para: Avaliar e auxiliar a aprimorar a qualidade da Formação Continuada dos professores de Geografia entrevistados.

4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta Pesquisa de Campo propôs realizar uma investigação e análise reflexiva sobre a realidade vivenciada nas Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas em Cuiabá - Mato Grosso em 2009: Qualidade do processo de ensino e aprendizagem da Geografia através da abordagem interdisciplinar e transversal da Educação Ambiental; Nível de implementação local do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA a partir das Escolas pesquisadas.

Durante essa fase de estudo foi feita uma análise dos instrumentos de coleta utilizados, especificando: variáveis, indicadores, público-alvo e a análise das questões. Sequencialmente foi feita a análise e comentários das respostas obtidas com a aplicação dos questionários junto aos professores, aos alunos e das instituições de Ensino Básico escolhidos como local de pesquisa.

Nesse contexto, Oliveira (2004) evidencia que esta pesquisa se enquadra como pesquisa descritiva porque permite analisar as características dos atores

envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem para se obter a exata realidade e a melhor compreensão sobre o comportamento dos diversos fatores e elementos que influenciam na sua realização destacando a relação entre a visão micro/local e a macro/global.

De acordo com Minayo (2007) um estudo descritivo expõe minuciosamente características, propriedades ou relações existentes no grupo ou da realidade em que foi realizada a pesquisa. Observa, registra, analisa, descreve e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los, procurando descobrir com precisão a frequência em que um fenômeno ocorre e sua relação com os outros fatores, o que permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação.

Partindo do princípio de que nada é mais essencial no cenário da Educação Básica da cidade de Cuiabá do que compreender os novos valores - conhecimentos, competências, habilidades e atitudes - que estabelecem a interface entre teoria e prática, comparamos a Pesquisa Bibliográfica com Pesquisa de Campo na tentativa de encontrarmos uma resposta para a problemática apresentada nesta Tese: “Como está sendo realizada a abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia e a implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica de Cuiabá?”⁸⁴

4.1.1. Tipo de Estudo

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, consistindo-se em levantamento da bibliografia oficial atual, pois a partir dela se faz todo o embasamento teórico a respeito do tema proposto, para facilitar a compreensão do assunto em discussão.

A pesquisa bibliográfica requer a leitura e análise de todo material disponível para identificação das informações e posteriormente analisar a consistência das mesmas para finalmente alcançar os objetivos propostos no estudo.

⁸⁴ Ver: Subitem 1.1.

De acordo com Gil (2002) destaca que, para se realizar uma pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve primeiramente fazer o levantamento, seleção do material, leitura exaustiva e por último a análise.

Além da pesquisa bibliográfica também se fez uso do método exploratório com objetivo de proporcionar maior familiaridade com a problemática para torná-la mais explícita ou constituir hipóteses envolvendo levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes na problemática pesquisada. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

4.1.2. Fonte de Dados

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de fontes primárias, os dados foram coletados utilizando material de fonte primárias, disponível nas bibliotecas indexadas e por diferentes fontes de pesquisa.

As referências foram selecionadas através dos seguintes critérios: Trabalhos, artigos científicos e livros que abordaram os aspectos teóricos, análise reflexiva e crítica sobre as temáticas discutidas nesta Tese: Geografia, Meio Ambiente, Educação Ambiental, Educação Básica, Escolas Públicas, Globalização, Sociedade, Território, PCNs, ProNEA, Novo Paradigma Educacional, Formação Continuada, Interdisciplinaridade ou Transdisciplinaridade.

4.1.3. Abordagem do Estudo

Inicialmente se aplicou a pesquisa bibliográfica para responder parte dos questionamentos deste estudo, e depois foram aplicados questionários para se verificar a percepção dos atores envolvidos. Portanto, pode-se dizer que esta Tese possui uma abordagem quantitativa e qualitativa.

Nesse contexto, Chizzoti (2001) afirma que a abordagem quantitativa prevê a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise de frequência de incidência e correlações estatísticas. Assim sendo, considera-se que tudo pode ser

mensurável, o que significa traduzir em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las exigindo o uso de recursos e técnicas estatísticas como: porcentagem, média, mediana, desvio ou padrão, coeficiente de correlação e análise de regressão.

No entanto, Minayo (2007) ressalta que a pesquisa com abordagem qualitativa possui aspectos valorizados pelas Ciências Humanas e Sociais e se preocupa com um nível de realidades que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Gonçalves (2003) enfatiza que, a pesquisa qualitativa responde as questões muito particulares, preocupando-se com as Ciências Sociais em nível que não pode ser qualificado. Objetiva se aprofundar no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não percebível e não contável em equações médicas e estatísticas.

Portanto, o aspecto qualitativo possibilita conhecer as perspectivas dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da Geografia sobre a Educação Ambiental – EA possibilitando buscar um entendimento interpretativo da realidade para chegar a importantes conclusões finais. Esta análise irá completar a análise quantitativa porque expõe a complexidade da vida humana e evidencia a interpretação dos aspectos ignorados da vida social.

4.1.4. População de Amostra

A população de amostra é composta por professores, alunos das Escolas Públicas de Educação Básicas selecionadas para o desenvolvimento da Pesquisa de Campo.

No entanto, dos 23 professores entrevistados responsáveis pela ministração dos conteúdos curriculares da Geografia nas Escolas Públicas pesquisadas, apenas 18 concluíram o preenchimento dos questionários.

Obtivemos a participação de 1.246 Mil alunos nas Escolas de Educação Básica pesquisadas, sendo que a totalidade se dispôs a responder aos questionários. Os alunos entrevistados pertenciam ao:

1. Ensino Fundamental (2º Ciclo - 3ª Fase e/ou 6º Ano - Antiga 5ª Série; 3º Ciclo – 1ª Fase e/ou 7º Ano - Antiga 6ª Série; 3º Ciclo – 2ª Fase e/ou 8º Ano - Antiga 7ª Série; 3º Ciclo – 3ª Fase e/ou 9º Ano - Antiga 8ª Série);
2. Ensino Médio (1º Ano, 2º Ano e 3º Ano).

4.1.5. Local do Estudo

Para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida nas Escolas de Educação Básica da Rede Pública da cidade de Cuiabá foi necessário o apoio das Secretarias de Educação Estadual e Municipal.

Através da escolha “não aleatória” foram selecionadas sete (07) Escolas:

1. Escolas Públicas Estaduais: Quatro (04) Escolas Estaduais que ofertavam Ensino Fundamental e Ensino Médio; Uma (01) Escola Estadual que ofertava somente Ensino Médio;
2. Escolas Públicas Municipais: Uma (01) Escola Municipal conveniada à Rede Estadual de Ensino que ofertava o Ensino Fundamental e Ensino Médio; Uma (01) Escola Municipal que ofertava somente o Ensino Fundamental.

Através da caracterização da área de estudo⁸⁵ constatou-se que as 07 Escolas pesquisadas:

1. Pertencem a 02 Redes Públicas de Educação Básica: Estadual e Municipal⁸⁶;
2. Localizam-se na zona urbana do Município de Cuiabá em 07 Bairros das Regiões Administrativas: Leste e Oeste.

⁸⁵ Ver: Subitem 2.10.

⁸⁶ Ver: Capítulo 2; Figuras 20 e 21.

4.1.6. Técnica de Coleta dos Dados

A coleta de dados é a fase da pesquisa com o objetivo de obter informações da realidade. Essa etapa exige grande volume de tempo e trabalho, a fim de reunir as informações necessárias e indispensáveis à comprovação dos dados.

Na Pesquisa de Campo fizemos uso de um questionário composto por questões fechadas e da entrevista semi-estruturada, incluindo apenas as informações coletadas dos professores e alunos que preencheram todos os critérios de elegibilidade. Por ser um instrumento objetivo e subjetivo, o questionário possibilitou a pesquisadora interpretar as respostas dos entrevistados.

Nesse contexto, Fachin (2003) afirma que o questionário foi configurado com questões fechadas, definidas como aquele em que o pesquisador escolhe sua resposta em um conjunto de categorias elaboradas, onde se direciona o participante para as alternativas já estruturadas. Algumas questões podem ser limitadas entre duas opções, não existindo alternativas, sendo em geral de entendimento mais fácil e mais prática para a tabulação.

[...] a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador (MINAYO, 2007, p.113).

Após a leitura e releitura dos dados alcançados se desenvolveu a análise e interpretação dos mesmos, construindo categorias.

Minayo (2007) destaca que, o processo de análise de conteúdo pode ser feito da seguinte forma: Pré-análise (organização do material); Descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização) e Interpretação referencial (tratamento e reflexão).

O objetivo da análise é sumariar as observações, de forma que estas permitam respostas às perguntas da pesquisa. O objetivo da interpretação é a procura do sentido mais amplo de tais respostas, por sua ligação com outros conhecimentos já obtidos.

4.1.7. Período de Coleta dos Dados: Aplicação dos Questionários

As questões propostas tiveram por objetivo descobrir a realidade vivenciada em 2009 pelo público-alvo, suas bases e referenciais teóricos utilizados para realizarem a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental no processo ensino-aprendizagem da Geografia nas Escolas pesquisadas.

Para a obtenção destes dados com auxílio do sítio *encuestafacil.com* foi necessário elaborar em planilhas especiais do sítio os questionários, para alunos e professores de Geografia da Educação Básica, com as características: Questões abertas e de múltipla escolha, sem identificação e sem questões de cunho pessoal do entrevistado, tais como sexo e idade restringindo-se as perguntas mais diretamente ligadas ao objeto da pesquisa. Algumas destas questões não perguntaram de forma direta o que se queria averiguar, necessitando realizar a interpretação das mesmas para que se pudesse chegar às conclusões finais.

Nas Escolas da Rede Pública de Ensino de Cuiabá escolhidas de forma “não aleatória” foram utilizados os laboratórios de informática para realizarmos o acesso simultâneo, através da rede interna de computadores, a uma página da *web* e utilizarmos os *links* fornecidos pelo sítio, que ao serem acessados dirigiram cada grupo de entrevistados à primeira página do seu respectivo questionário. Assim, foi acelerada a realização desta Pesquisa de Campo com conclusão em 03 meses.

Tais procedimentos forneceram dados esclarecedores sobre a realidade vivenciada pelos atores envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem, os quais serviram de ponto de partida para a elaboração das considerações finais sobre as alternativas viáveis para a resolução da problemática apresentada nesta Tese.

4.2. RESULTADOS REFERENTES AOS PROFESSORES

Para realização desta pesquisa foram determinadas variáveis ligadas a uma ou mais questões formuladas nos questionários de coleta de dados específicos,

a saber: “Questionário de Avaliação da Geografia na Educação Básica da cidade de Cuiabá – Professores de Geografia”.

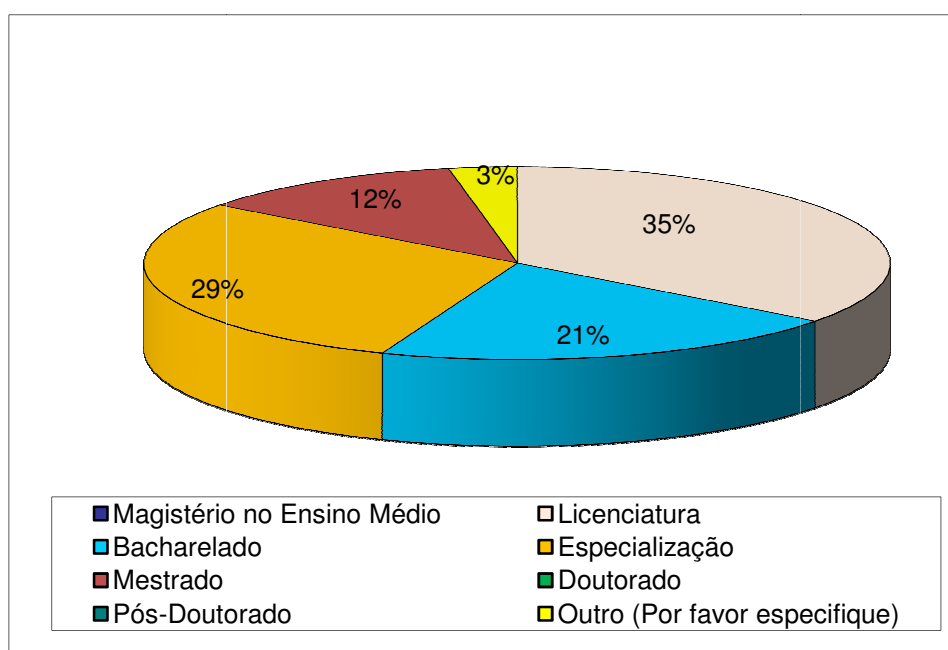
Como foi dito anteriormente a população de amostra dos professores responsáveis pela disciplina de Geografia das Escolas selecionadas foi composta de dezoito (18) professores.

Nas questões em que se exigiu dos professores uma resposta discursiva pessoal, optou-se por transcrever aquelas consideradas mais relevantes.

4.2.1. Nível de qualidade da consolidação dos novos valores: conhecimentos, competências, habilidades e atitudes

No entanto quando os professores de Geografia entrevistados foram questionados sobre o nível de qualidade da Formação Continuada para realizar a abordagem Interdisciplinar ou Transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia, as respostas foram obtidas através da análise dos resultados dos gráficos abaixo:

Gráfico 1: Formação Acadêmica



De acordo com os dados do Gráfico 1, a formação acadêmica dos professores de Geografia entrevistados concentrou-se predominantemente em Licenciatura (35%), Bacharelado (21%) e Especialização (29%).

Nesse contexto, a LDB - Lei Ordinária Federal nº 9.394/96 no art. 62, afirma que os professores da Educação Básica devem ter formação acadêmica a nível superior: Licenciatura ou Bacharelado e também a nível médio, para o exercício do Magistério na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

De acordo com Andifes (2010), apenas duas instituições de Ensino Superior no Estado de Mato Grosso, oferecem vagas em Programa de Pós-graduação no nível de Mestrado e Doutorado em algumas áreas científicas: A Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Através do seu Programa de Pós-graduação em Educação a UFMT tem ofertado vagas para Mestrado e Doutorado.

Nesse contexto, Lima (2010) ressalta que a UNEMAT também tem ofertado vagas para o Mestrado em Educação. No entanto apesar da oferta o número de vagas para Mestrado e Doutorado não tem sido suficiente para suprir a procura realizada principalmente pelos professores da Educação Básica sendo que muitos para superar esse problema têm que realizar altos investimentos financeiros com deslocamentos e permanência em outras regiões do Brasil ou também em outros países.

Contextualizando os dados anteriores, com os resultados obtidos no Gráfico 2, constatamos que ocorreu ineficácia na Formação Continuada dos professores entrevistados devido aos seguintes fatores: 1. Dificuldades de acesso aos Programas de Mestrado e Doutorado na cidade de Cuiabá; 2. Falta de tempo devido à pesada carga horária de trabalho para complementação salarial.

No entanto, Freire (1997) afirma que a formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática atual e do passado para melhorar a prática futura. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto para que se confunda com a prática.

Portanto, atualmente na Formação Continuada existem novas tendências, em contrapartida apresenta relação com a concepção clássica, voltada para o professor reflexivo tendo como eixo central o cotidiano da Escola de Educação Básica, trata-se de um objetivo que adquire credibilidade se os Programas de Formação se fundamentarem em Projetos com abordagem interdisciplinar Interdisciplinar ou Transdisciplinar da Educação Ambiental e não apenas em torno de conteúdos acadêmicos.

É importante destacar, por um lado, a predominância, em todas as regiões, da opção auto-aperfeiçoamento (ler, buscar novos materiais), escolhida, no geral, 50,1% dos docentes, seguida da que se refere à formação continuada (19,7%). Tal resultado estaria revelando a necessidade que sentem os docentes de investimento em sua formação, face às novas exigências da Educação, e uma possível insatisfação com o que tiveram até então. Por outro, chama a atenção o fato de ser notório o desinteresse por opções ligadas ao trabalho escolar cotidiano e à vida da Escola, como produção de materiais pedagógicos (0,1%), trabalhos de pesquisa (0,2%) e atividades ligadas aos grêmios (0,3%) (UNESCO, 2004, p.137).

Diante dessa concepção, a Formação Continuada é entendida como um trabalho reflexivo da prática docente, como uma forma de reconstrução permanente de uma identidade pessoal e profissional em interação mútua com a cultura escolar, com sujeitos do processo e com os conhecimentos acumulados sobre a área da Educação. Assim sendo, atualmente a Escola é vista como “lugar” de formação continuada onde se evidenciam os saberes e a experiência dos professores no cotidiano e onde os mesmos: Aprendem, desaprendem, estruturam novos aprendizados, realizam descobertas, sistematiza novas posturas na sua “práxis”. Eis uma relação dialética entre desempenho profissional e aprimoramento da sua formação.

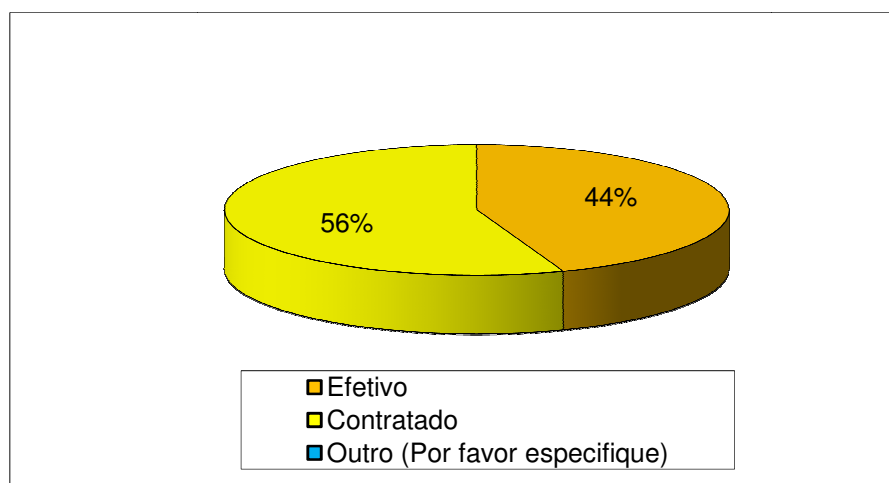
A formação do docente constitui um fator chave da Educação Ambiental - EA. Em efeito, a aplicação de novos programas de EA e a utilização adequada do material didático só podem ser levados a cabo se o professor conta com uma formação adequada tanto com respeito ao conteúdo como

também aos métodos próprios dessa educação. Se a formação do professor está bem concebida desde o ponto de vista pedagógico e institucional, pode desempenhar ademais um papel fundamental na concentração das repercussões da EA a nível nacional e assim incrementar a rentabilidade das atividades realizadas pelos Estados Membros para promover este tipo de educação (MOPU, 1989, p.39. "Tradução Nossa").

Entretanto, para que as Escolas pesquisadas redirecionem sua prática de formação continuada e também a atuação profissional do professor, é imprescindível que os mesmos juntamente com os dirigentes de Escolas e os órgãos gestores da Educação de Mato Grosso, Secretaria de Educação Estadual e Municipal, revejam principalmente os aspectos de valorização do desempenho profissional no cotidiano escolar.

Dessa forma, contribuirão para mudar a representação negativa que foi construída na profissão de professor ao longo da história e passem a compreender que o mesmo não é um mero assistente ou acessório pertencente ao quadro administrativo da Escola.

Há quase três décadas, quando o Brasil discutiu a nova Constituição e estabeleceu os percentuais orçamentários mínimos a serem investidos em Educação [...]. Pesquisas publicadas pela UNESCO e até pelo MEC mostram que os currículos dos cursos de licenciatura estão muito distanciados da realidade. No mesmo período conseguimos universalizar o Ensino Fundamental e agora estamos a caminho de universalizar toda a Educação Básica. As crianças e adolescentes com deficiência de toda natureza foram matriculadas nas Escolas regulares e, a formação dos professores, continua ruim. [...] O professor brasileiro precisa [...] constatar que seus colegas dos anos anteriores fizeram um bom trabalho. Os alunos estão chegando às séries finais do Ensino Médio sem saber ler e escrever. Já inventaram até um novo conceito para este tipo de cidadão: o analfabeto funcional. [...] palestras sobre inclusão para que os professores ouçam que precisam dar atenção diferenciada ao diferente. [...] Pesquisa divulgada no Boletim Na Medida, do INEP [...] mostra que os candidatos aos Cursos de Licenciatura no Brasil, especialmente de Pedagogia, tiveram problemas de aprendizagem durante a Educação Básica. Ou seja, a má qualidade do nosso professor começa nas séries iniciais do Ensino Fundamental. E a profissão não é atraente para quem tem boa formação básica [...] (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 2009).

Gráfico 2: Regime de Trabalho

De acordo com os dados do Gráfico 2, constatamos que ocorreram nas Escolas Públicas pesquisadas: Predominância de professores com contratos temporários (56%)⁸⁷ e professores concursados e efetivos⁸⁸ (44%).

Considerando que 82,2% dos professores estão nas Escolas Públicas e que tal inserção traz características bastante específicas [...] A situação funcional dos docentes que atuam em Escolas Públicas aponta para mais da metade na categoria de concursados (66,1%). Há ainda 9,2 % dos professores efetivos sem concurso. Contudo, o contrato temporário apresenta proporção expressiva, uma vez que se considera que este trabalho está vinculado ao setor público – 19,1 % dos professores que atuam em Escolas Públicas estão submetidos a esse tipo de contrato de trabalho (UNESCO, 2004, p.85).

Nesse contexto, Mato Grosso (2006) enfatiza que a CEMT/89, Art. 129, inciso VI⁸⁹ prevê a possibilidade de contratação temporária de professores das Escolas Públicas de Educação Básica na cidade de Cuiabá. Essa possibilidade também está prevista na: CF/88, art. 37, inciso IX⁹⁰ e na LOMC/90, art. 49, inciso VI⁹¹.

⁸⁷ Professores com contrato temporário são os profissionais da Educação contratados por tempo determinado pelos órgãos da Administração Pública Direta, Autarquia e Fundacional para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nas condições e prazos previstos em lei. Estes profissionais são submetidos a um regime jurídico especial.

⁸⁸ Professores efetivos são os profissionais da Educação aprovados em concurso público e estabilizados após 3 anos de estágio probatório. Eles estão submetidos ao regime jurídico estatutário próprio, com direitos e deveres previstos inclusive na Constituição da República Federativa do Brasil.

⁸⁹ Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989:

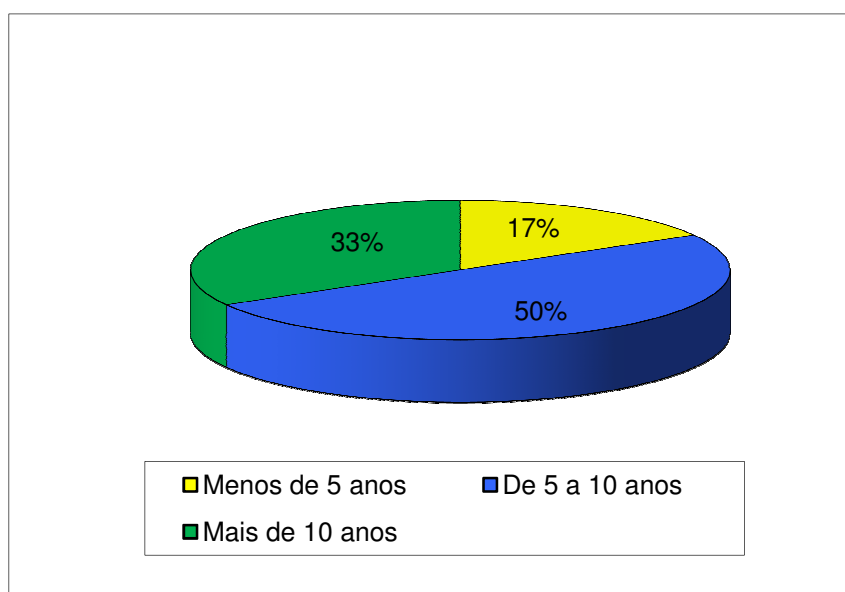
Artigo 129. Art. 129 A Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte: [...]

VI - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade de excepcional interesse público.

⁹⁰ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Contextualizando os dados anteriores e os resultados do Gráfico 1, entenderemos a origem da problemática⁹² apresentada nesta Tese porque constatamos que predominou a ineficácia na consolidação do Novo Paradigma Educacional e na Formação Continuada⁹³ devido as seguintes condições laborais negativas: a) Professores com contratos temporários substituindo professores efetivos afastados temporariamente principalmente para tratamento de saúde; b) Alto stress laboral; c) Falta de tempo para realizar a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental⁹⁴ devido à necessidade de complementação salarial⁹⁵. d) Descontinuidade nos Projetos dos professores com contratos temporários após o retorno dos professores efetivos.

Gráfico 3: Tempo de Profissão



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). [...]

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

⁹¹ Lei Orgânica do Município de Cuiabá de 1990:

Art. 49 A Administração pública direta e indireta de todos os Poderes do Município de Cuiabá obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (NR) (Nova redação dada ao art. 49 e incisos I a X pela Emenda à Lei Orgânica nº 12 de 14 de maio de 2003). [...]

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

⁹² Ver: Item 1.1.

⁹³ Ver: Item 3.4.

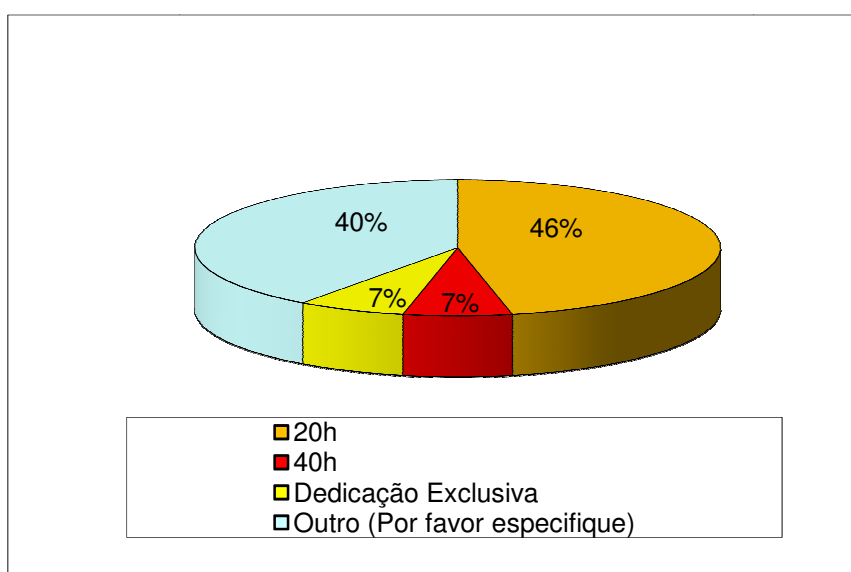
⁹⁴ Ver: Item 3.5.

⁹⁵ Ver: Subitem 3.1.1.

De acordo com os dados do Gráfico 3, no universo pesquisado os professores de Geografia tinham o seguinte tempo de profissão: Com 5 a 10 anos (50%); Mais de 10 anos (33%); Com menos de 5 anos (17%).

Portanto predominaram os grupos com experiência profissional com 5 a mais de 10 anos no exercício do Magistério.

Gráfico 4: Carga Horária de Trabalho Semanal



De acordo com os dados do Gráfico 4, os professores entrevistados declararam que trabalhavam predominantemente 20 horas semanais (46%) equivalente a um período diário de trabalho; 30 horas semanais especificada na opção “Outro” (40%); 40 horas semanais (7%) e sob-regime de Dedicação Exclusiva (7%).

Através de observações in loco e através de declarações orais dos professores entrevistados foi constatado que trabalhavam em várias escolas cotidianamente principalmente para a complementação salarial devido aos salários baixos, porém a jornada de trabalho semanal pesada gerou principalmente: Falta de tempo para os professores entrevistados realizarem adequadamente a abordagem Interdisciplinar ou Transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia e também a hora-atividade. Sendo que Damiani (1991) enfatiza que a redução da jornada de trabalho pode significar mais trabalhadores

empregados, porém o trabalho excessivo da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as filas de sua reserva.

No que se refere à quantidade de horas semanais em que atuam em sala de aula (Tabela 38), verifica-se que a maior proporção dos professores cumpre de 21 a 40 horas (54,2%). Os que trabalham de 1 a 20 horas apresentam proporção de quase um terço (30,9%) e 14,8% dos professores trabalham mais de 40 horas semanais. [...] De acordo com o levantamento realizado, a maioria dos professores afirma trabalhar em apenas uma Escola, 58,5% – 971.475 professores. Os que trabalham em duas Escolas são 32,2% e os que trabalham em três Escolas somam 6,3%. Encontra-se, ainda, uma porcentagem significativa – 2,9% – de professores que trabalham em quatro ou mais Escolas, o que representa 48.574 professores (Tabela A7) (UNESCO, 2004, p.83-84).

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988, Art. 37, XVI prevê o máximo de 2 (dois) cargos públicos para professores e o preenchimento de outros requisitos legais, no entanto essa medida constitucional não é cumprida devido ao grande problema estrutural brasileiro: A má distribuição de renda. As Leis que tratam da jornada de trabalho semanal dos professores da Educação Básica que atuam na Rede Pública de Ensino na cidade de Cuiabá são as seguintes:

1. Cuiabá (2009) afirma que a Lei Complementar Municipal nº 220/2010, que dispõem sobre a Lei Orgânica dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, trata no Art. 32 e 33⁹⁶, sobre a jornada de trabalho dos professores concursados. Neste caso, a carga horária máxima permitida por cargo é o 20 horas/semanais. A hora-atividade nesta esfera equivale a 20% da hora semanal, e por sua vez, é destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da Escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da Escola;
2. Mato Grosso (2011) preconiza que a Lei Complementar Estadual nº 50/1998, que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação

⁹⁶ Lei Complementar Municipal nº 220/2010:

Art. 32 A jornada de trabalho dos Profissionais da Educação será de vinte horas no caso de cargo de professor e de trinta horas semanais nos cargos de técnicos.

Art. 33 Fica assegurado a todos os professores o correspondente a vinte por cento de sua jornada semanal para horas-atividades relacionadas ao processo educativo.

Parágrafo único. Entende-se por hora-atividade aquela destinada ao planejamento e avaliação do trabalho pedagógico, às reuniões pedagógicas, aos cursos de aperfeiçoamento profissional, à articulação com a comunidade escolar e à colaboração com a gestão da escola, de acordo com a proposta da unidade de ensino e as políticas educacionais da SME.

Básica de Mato Grosso, trata no Art. 36 e seguintes⁹⁷, sobre a jornada semanal de trabalho dos professores estatutário/concursados. Neste outro caso, a carga horária máxima permitida por cargo é 30 horas/semanais. A hora-atividade nesta outra esfera equivale a 33,33% da hora semanal, e também, tem a mesma finalidade da Rede Pública Municipal.

3. Professores com Contratos Temporários: Não possuem vínculo empregatício normatizado pelas Leis citadas anteriormente.

[...] Não há Educação de qualidade sem um professor bem formado, atualizado e bem pago. Assim, proporia [...] complementação salarial a todos os [...] professores, sejam eles municipais ou estaduais. Com isso, muitas Escolas particulares [...] seriam obrigadas a rever [...] sua política salarial. [...] Há que reacender o amor próprio, a autoimagem do professor, para que ele dê o salto que se espera dele e de que é capaz (PINSKY, 2003, p. 91).

Contextualizando os dados anteriores com os Gráficos 1, 2 e 3 constatamos que apesar da experiência profissional dos professores entrevistados ocorreu a ineficácia na abordagem Interdisciplinar ou Transdisciplinar da Educação Ambiental no ensino-aprendizagem da Geografia e implementação do ProNEA⁹⁸ a partir das Escolas pesquisadas durante o ano de 2009 devido a situação profissional dos professores entrevistados com os seguintes fatores negativos: Ineficácia na

⁹⁷ Lei Complementar Estadual nº 50/1998:

Art. 36 O regime de trabalho dos Profissionais da Educação Básica será de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 37 A distribuição da jornada de trabalho do Profissional da Educação Básica é de responsabilidade da unidade escolar ou administrativa e deve estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, em se tratando de unidade escolar.

Art. 38 Fica assegurado a todos os professores o correspondente a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) de sua jornada semanal para atividades relacionadas ao processo didático-pedagógico.

§ 1º Entende-se por hora-atividade aquela destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da escola.

§ 2º Dentro de um percentual de até 10% (dez por cento) do quadro de professores, poderá a unidade escolar, nos termos de regulamentação específica, destinar percentual superior ao previsto no caput deste artigo.

§ 3º Na aplicação do preceito contido no parágrafo anterior, será observado o limite de até 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho para professores em regência que desenvolverem atividades articuladas e previstas no Projeto Político-Pedagógico, aprovado pelo Conselho Deliberativo Escolar e ratificado pela Secretaria de Estado de Educação.

§ 4º São considerados requisitos básicos para a distribuição referida no parágrafo anterior:

I - apresentação de um projeto individual ou coletivo de natureza científica ou cultural e de função pedagógica, sintonizado com o Projeto Político-Pedagógico da escola;

II - impedimento de outro vínculo empregatício, público ou privado;

III - apresentação periódica, para a apreciação e aprovação da equipe técnico-pedagógica, de relatório descritivo e analítico dos resultados parciais alcançados, de forma a garantir a continuidade de execução do projeto;

IV - realização de pesquisa e participação em grupos de estudo ou de trabalho, conforme o Projeto Político-Pedagógico da escola.

§ 5º As demais condições e normas de implantação e avaliação das horas-atividades serão definidas em regulamentação específica, por comissão paritária, entre Secretaria de Estado de Educação e o sindicato da categoria.

⁹⁸ Ver: Item 3.6.

Formação Continuada devido a falta de tempo adequado em consequência da pesada carga horária e dura jornada de trabalho semanal em várias Escolas para complementar os salários baixos; Defasagem na formação acadêmica; Grande acumulação de trabalho; Graves problemas de saúde devido ao estresse laboral e conseqüentemente a baixa produtividade; Predominância de professores entrevistados com contratos temporários de trabalho; Falta de reconhecimento e valorização profissional;

A alta carga horária, os baixos salários, os poucos recursos de que dispõem a Escola e às vezes as deficiências na formação inicial, impedem o professor a uma rotina pedagógica em que há pouco, ou nenhum, lugar para a pesquisa, o planejamento e a reflexão sobre a ação (TORRALBO, MARCONDES, 2010).

Através do que foi dito anteriormente, podemos entender a origem da problemática e comprovar a hipótese⁹⁹ de investigação apresentada nesta Tese: “A abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental através do processo ensino-aprendizagem da Geografia e a implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas não estão sendo otimizadas porque os professores entrevistados não aperfeiçoaram a consolidação do Novo Paradigma Educacional”.

No entanto, quando os professores entrevistados foram questionados sobre a infraestrutura escolar adequada para realizar a abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia, responderam de forma discursiva e pessoal sendo que transcrevemos a baixo as mais relevantes:

“Sim, sala de vídeo da Escola” (Prof^o. 2).

“Sala de vídeo e informática” (Prof^o. 4).

“Sim. Sala de vídeo e quadra de esporte” (Prof^o. 6).

“Sim, laboratório de informática, sala de vídeo, quadra de esportes e também da saímos Escola para centros de eventos públicos” (Prof^o. 12).

“Sim, sala de multimídia” (Prof^o. 14).

“Sim, quadra de esportes coberta e auditório” (Prof^o. 16).

“Sim, anfiteatro, e o ginásio e no pátio da Escola” (Prof^o. 17).

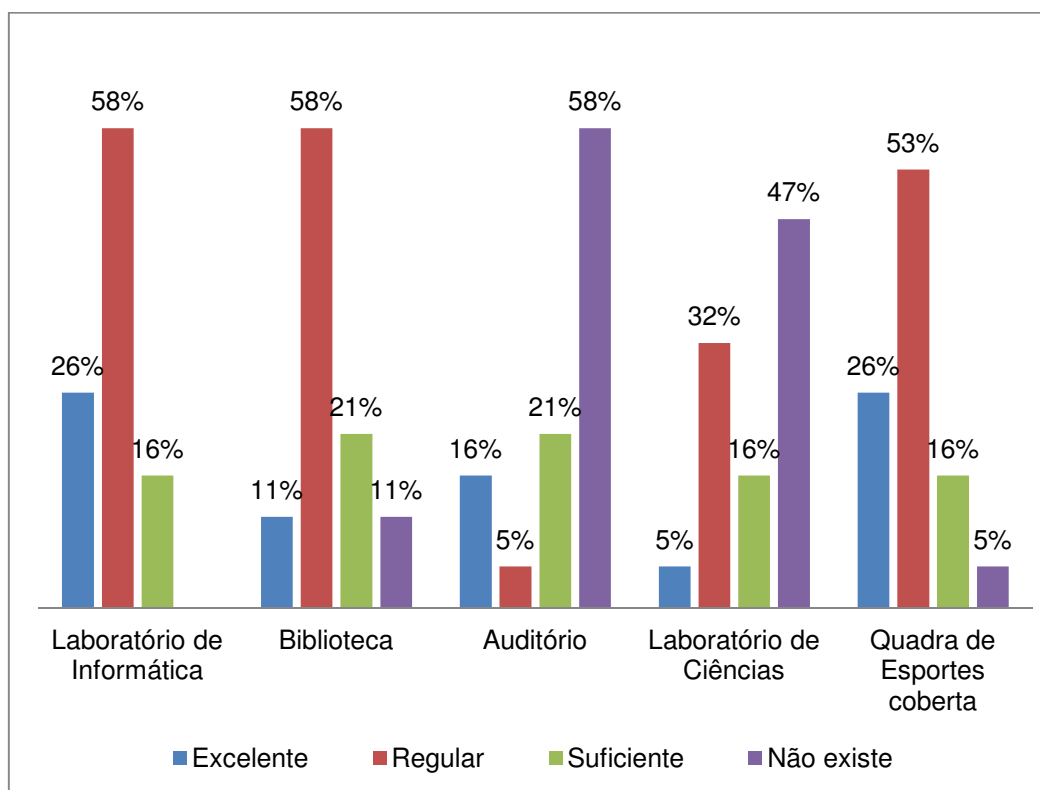
“Não, as atividades citadas anteriormente são praticadas no espaço escolar apesar da falta de infraestrutura adequada” (Prof^o. 18).

⁹⁹ Ver: Item 1.4.

Contextualizando todas as respostas dos professores entrevistados constatamos que declararam como infraestrutura escolar adequada predominantemente: Quadra de esporte; Laboratório de informática; Equipamentos audiovisuais (Sala de Vídeo).

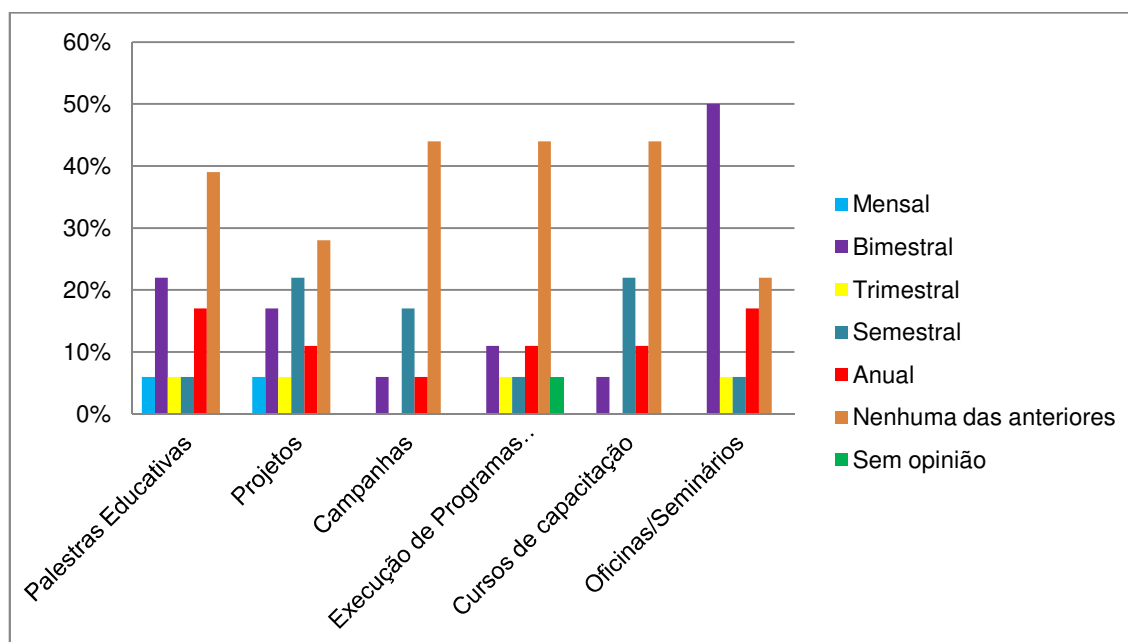
No entanto, ficou caracterizada ineficácia na Formação Continuada dos professores entrevistados porque citaram apenas a infraestrutura escolar e não fizeram referência a importância da utilização dos equipamentos dos entornos das Escolas pesquisadas e de outros lugares da Macrozona Urbana de Cuiabá com o envolvimento dos segmentos sociais com o objetivo de auxiliar na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente local/global.

Nesse contexto, Paulo Freire (1997) ressalta que os professores devem auxiliar na formação crítica de seus alunos para levá-los a intervir no local onde vivem para que os mesmos possam ser capazes de transformar sua realidade social porque Czapski et al (2008) afirma que “fazer pesquisas sobre o Meio Ambiente de maneira inovadora questionando, dialogando e propondo alternativas não é um bicho-de-sete-cabeças. É uma questão de atitude, raciocínio e método”.

Gráfico 5: Estado de Conservação dos Equipamentos da Infra-Estrutura Escolar

De acordo os dados do Gráfico 5, predominou o conceito “regular” para o estado de conservação da infraestrutura e equipamentos das Escolas pesquisadas, entre os quais se destacaram: Laboratório de Informática (58%), Biblioteca (58%), Quadra de Esportes Coberta (53%). No entanto, o Auditório (58%) e Laboratório de Ciências (47%) apresentam o conceito “inexistente”.

Constatamos que apesar das Escolas Públicas pesquisadas possuírem infraestrutura, as mesmas necessitavam ser revitalizadas devido ao estado de conservação regular ou inexistente.

Gráfico 6: Frequência de Execução das Ações com Abordagem da Educação Ambiental

De acordo com os dados do Gráfico 6, os professores entrevistados declararam que para realizarem Projeto de Pesquisa com abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental previstos no Projeto Político Pedagógico nas Escolas Públicas pesquisadas ocorreram: 1. Frequência bimestral - Seminários e Oficinas (50%); 2. Nenhuma das frequências anteriores - Cursos de Capacitação (43%), Programas (43%), Campanhas (43%), Palestras Educativas (38%) e Projetos (27%).

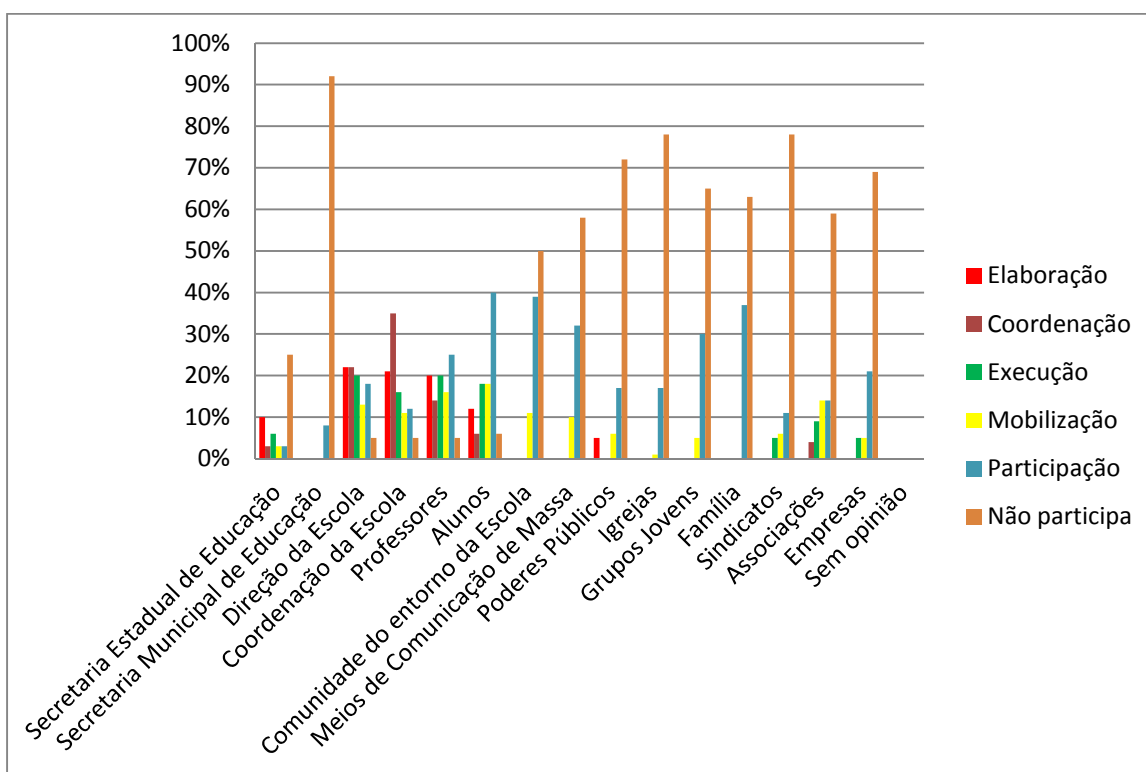
Contextualizando os dados anteriores, constatamos que: predominaram a execução de Seminários e Oficinas com frequência bimestral. Porém, a frequência foi baixa e descontínua na realização de Projetos.

A institucionalização da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico constitui um marco importante na gestão democrática do ensino público na Educação Básica e na construção da autonomia da Escola. Como era de se esperar, houve um elevado grau de concordância dos professores com essa inovação trazida pela LDB (90,9%). Outra mudança introduzida pela LDB e bem aceita pelos docentes é a nova estrutura da educação básica, que passou a englobar a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Essa estrutura, que implica a expansão das matrículas para além da escolaridade obrigatória de nível fundamental, é aprovada por 87,7% dos professores. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados com o intuito de estabelecer competências e diretrizes norteadoras do conteúdo curricular da educação, receberam a aprovação de 86,2% dos professores. Entretanto, cerca de

8,6% deles – o que representa 146.401 pessoas, em números absolutos – manifestam discordância [...] (UNESCO, 2004, p.111).

Nesse contexto, Freire (1997) assegura que através do processo do estudo da realidade (fala do aluno) e da organização dos dados (fala do professor) surgem os temas geradores oriundos da problematização da prática de vida cotidiana dos alunos. Sendo que, Kaercher (2003) afirma que o ensino da Geografia deve ser realizado cotidianamente descobrindo os lugares através da: construção civil, agricultura ou das decisões políticas governamentais.

Gráfico 7: Participação Comunitária nos Projetos e Ações para Sustentabilidade do Meio Ambiente Local



De acordo com os dados do Gráfico 7, os professores entrevistados afirmaram oralmente sem apresentação de documentação comprobatória, que nas fases de execução de seus Projetos de Pesquisas com abordagem Interdisciplinar ou Transdisciplinar da Educação Ambiental predominaram:

- Na Fase de Elaboração - Participação predominante dos atores da comunidade escolar e pequena participação da Secretaria Estadual de

Educação: Direção e Coordenação Pedagógica das Escolas (22%), Professores de Geografia (20%), Alunos (12%) e Secretaria (10%);

- Na Fase de Coordenação – Participação também apenas dos atores da comunidade escolar: Coordenadores Pedagógicos das Escolas (35%), Direção das Escolas (22%) e Professores de Geografia (13%);
- Na Fase de Execução - Participação também apenas dos atores da comunidade escolar: Diretores das Escolas, Professores de Geografia (20%), Coordenadores Pedagógicos das Escolas (16%) e Alunos (18%);
- Na Fase de Mobilização - Participação dos atores da Escola e de seu entorno: Alunos (19%), Professores de Geografia (16%), Direção das Escolas, Associações Comunitárias locais (13%), Coordenadores Pedagógicos das Escolas, Comunidades do entorno das Escolas (Bairros adjacentes) (10%) e os Meios de Comunicação de Massa (jornais, rádio e televisão) (10%);
- Na Fase de Participação nos Eventos de Culminância – Participação dos atores da Escola e do seu entorno: Alunos e as Comunidades do entorno das Escolas (Bairros adjacentes) (40%), Famílias (38%), Meios de Comunicação de Massa (32%), Grupos Jovens (30%), Professores de Geografia (25%), Empresas (21%), Poderes/Instituições Públicas e Igrejas (18%), Direção das Escolas (19%), Coordenadores Pedagógicos das Escolas, Associações (11%) e Sindicatos (10%);
- “Não Participaram” em todas as fases de execução dos Projetos de Pesquisa: Sindicatos (79%), Igrejas (78%), Poderes/Instituições Públicas (72%), Empresas (69%), Grupos Jovens (65%), Famílias (62%), Associações (59%), Meios de Comunicação de Massa (58%), Comunidade do entorno da Escola (50%) e Secretaria Estadual de Educação (20%). No entanto, salientamos um fato importante: Predominou a Secretaria Municipal de Educação (90%) porque das 07 Escolas Públicas pesquisadas apenas 02 eram da Rede Municipal de Educação Básica.

Contextualizando os dados anteriores com os resultados obtidos no Gráfico 6 constatamos que ocorreu a realização de Projetos de Educação Ambiental com as seguintes características: a) Frequência descontínua; b) Inexpressiva participação de segmentos sociais apenas nos Eventos de Culminância; b) Todas as fases de execução concentraram-se apenas no contexto escolar.

A literatura sobre o tema e os dados estatísticos fortalecem o papel da família como promotora da aprendizagem e potencializadora dos efeitos benéficos da Escola sobre o estudante. [...] A relação professor/aluno é o segundo fator considerado pelos docentes como mais importante para a aprendizagem (53,9%). [...] Em terceiro lugar, com 31,9% de menções, aparece a competência do professor como fator de influência na aprendizagem dos alunos.[...] Infra-estrutura, equipamento e condições físicas da Escola compõem o quarto fator considerado em termos de influência na aprendizagem (14,8%). É possível que a insatisfação com as condições físicas e materiais para o exercício do magistério traga dificuldades ao trabalho docente. Ao se analisar a situação do quinto fator apontado pelos professores como mais influente no processo de aprendizagem, a gestão da Escola, percebe-se o quanto eles podem estar pouco atentos à importância desse aspecto para o sucesso da educação, visto que apenas 9,7% o consideraram (UNESCO, 2004, p.119-121).

Nesse contexto, a deficiência na participação da sociedade em Projetos de Educação Ambiental geralmente ocorre devido à falta de comprometimento da população com a resolução de problemas ambientais para manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente na escala local, regional, nacional e global o que caracteriza a necessidade de: Aperfeiçoar a consolidação do Novo Paradigma Educacional.

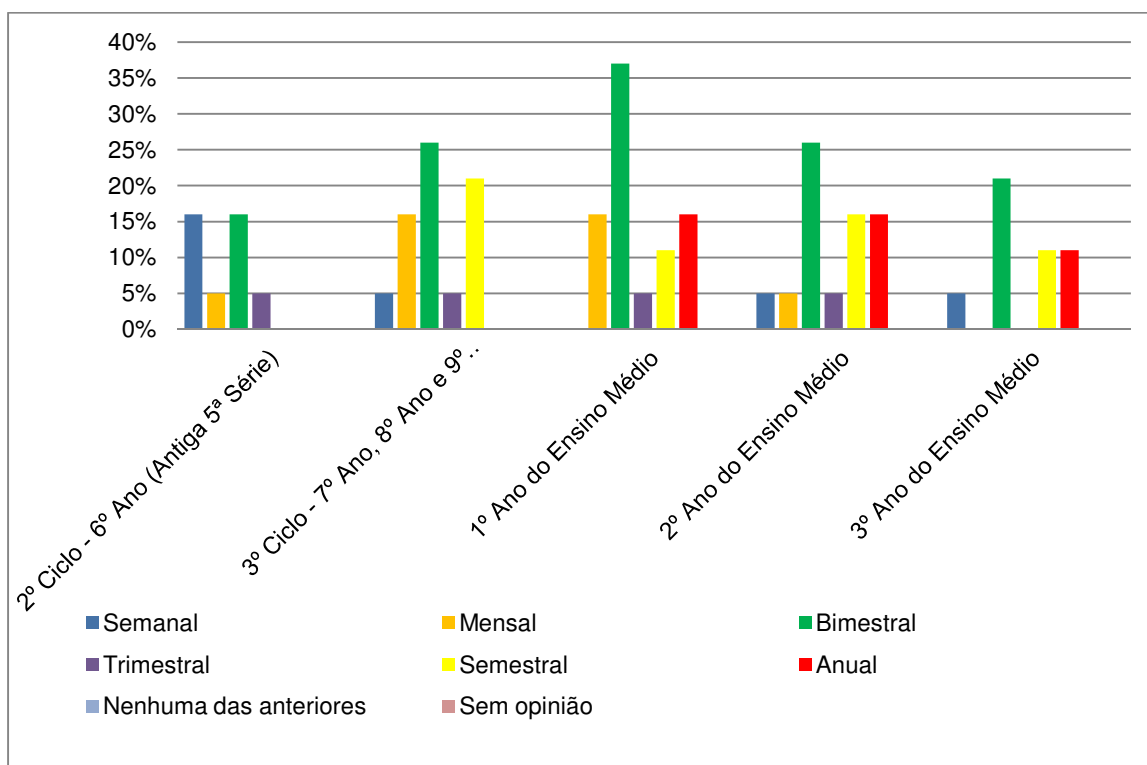
Quando trabalhada na forma de projetos, a Educação Ambiental, no geral, tem, por base, duas ou mais disciplinas. Nesse caso, em sua maioria, é contemplada pelo Projeto Político Pedagógico, podendo ser inspirada por um tema gerador, além de relacionar-se aos conteúdos curriculares, com enfoque na solução de problemas, por meio de ações conjuntas de professores, alunos e comunidades. Por outro lado, quando a Educação Ambiental é trabalhada por intermédio de disciplinas, destaca-se sua forte presença nas Ciências Naturais, seguida das disciplinas de Geografia, Língua Portuguesa e Educação Artística (MEC, 2007, p. 155).

Os PCNs (1998) afirmam que, o objetivo da Geografia é explicar e compreender as relações sociedade-natureza e também demonstrar como a sociedade tem se apropriado dos recursos naturais sendo que para melhorar a qualidade do ensino da Geografia os professores devem interpretar, analisar e

relacionar informações sobre o espaço geográfico e diferentes paisagens utilizando o pensamento geográfico mais próximo da realidade social na qual eles e seus alunos estão inseridos a partir da leitura de: imagens, dados e documentos de diferentes fontes de informação.

Portanto, os professores entrevistados com vocação para Educadores Ambientais devem adotar modelos didáticos que priorizem a observação e análise crítica das paisagens locais e a construção de diversos conceitos geográficos através da abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da educação ambiental no processo de ensino-aprendizagem da geografia com o objetivo de formarem cidadãos comprometidos com a manutenção do Meio Ambiente para atuarem como Agentes Multiplicadores Ambientais auxiliando a sociedade cuiabana a superar o desafio do Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com Novo (1986, "Tradução Nossa"), para que ocorra o envolvimento dos segmentos sociais para garantir a qualidade de vida manter a sustentabilidade do Meio Ambiente, a Educação Ambiental deve auxiliar as pessoas e os grupos sociais a desenvolverem ações com responsabilidade, conscientes da urgência em garantir a adoção de medidas adequadas para resolver os problemas ambientais.

Gráfico 8: Frequência na Execução de Atividades sobre Meio Ambiente no Ensino da Geografia

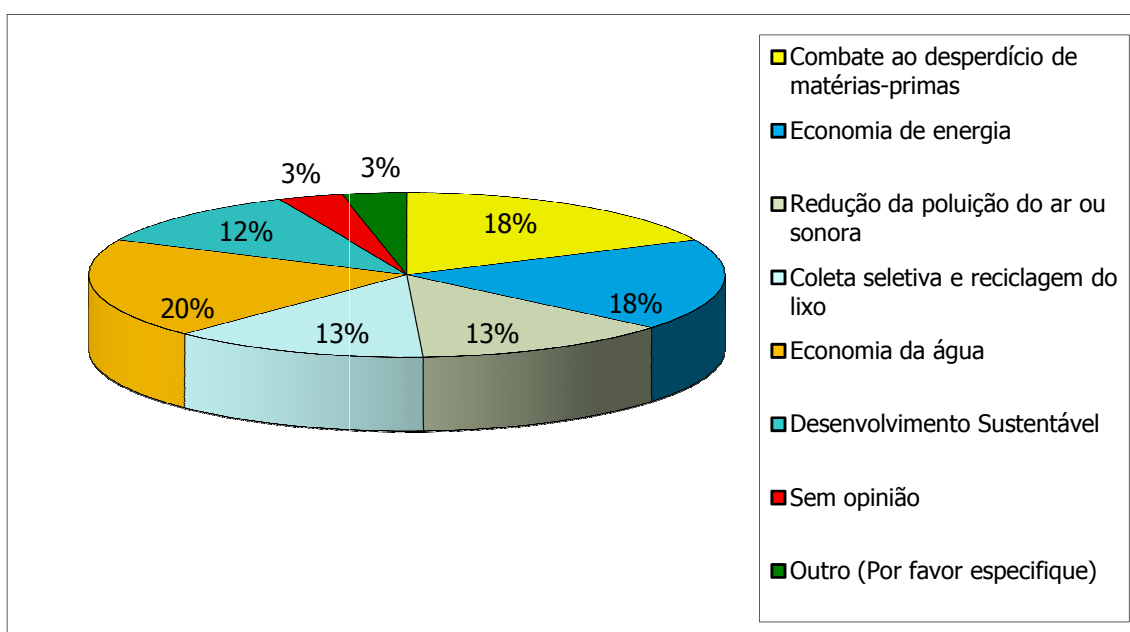
Através dos dados do Gráfico 8, os professores de Geografia da Educação Básica entrevistados para realizarem a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia utilizaram as atividades pedagógicas com as seguintes características: 1. Ensino Fundamental: a) Predominou frequência “bimestral” no: 3º Ciclo – 7º Ano, 8º Ano e 9º Ano (26%); b) Frequência “bimestral e semanal” no: 2º Ciclo – 6º Ano (16%); 2. Ensino Médio: a) Predominou frequência “bimestral” no: 1º ano (37%), 2º ano (26%) e 3º ano (21%).

Contextualizando os dados anteriores com os resultados obtidos nos Gráficos 7 constatamos que ocorreu ineficácia na Formação Continuada dos professores entrevistados para a realização da abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da educação ambiental no ensino da Geografia porque durante o ano letivo predominaram: 1. Atividades pedagógicas com frequência semanal ocorreram apenas na 1ª Fase da Educação Básica, 2º Ciclo do Ensino Fundamental; 2. Projetos de Educação Ambiental com características negativas: execução concentrada apenas no contexto escolar, frequência de execução descontínua,

inexpressiva participação de segmentos sociais apenas nos Eventos de Culminância.

[...] a ênfase em analisar as atividades da chamada Educação Ambiental, no âmbito da Educação Formal, dá-se, sobretudo, pela necessidade de compreender como os problemas ambientais do espaço urbano e rural estão sendo trabalhados nas Escolas, procurando revelar se as atividades desenvolvidas estão permitindo a realização de práticas integradoras do Ensino, necessárias ao desenvolvimento de um Mundo mais habitável, uma vez que para tanto se torna urgente a ação de cidadãos conscientes (BORTOLOZZI; PEREZ FILHO, 2000, p.149).

Gráfico 9: Ações Atitudinais Diárias Executadas nas Escolas



De acordo com os dados do Gráfico 9, os professores de Geografia entrevistados declararam que as ações atitudinais cotidianas executadas nas Escolas pesquisadas foram desenvolvidas nas seguintes proporções percentuais: economia da água (20%); combate ao desperdício de matérias-primas (18%); economia de energia (18%); redução da poluição do ar e/ou sonora (13%); coleta seletiva e reciclagem do lixo (13%); Desenvolvimento Sustentável (11%); outro (3%) e não opinaram (3%).

As entrevistas e observações revelaram que os temas mais populares, sempre recorrentes na discussão sobre a Educação Ambiental, ainda são a água e os resíduos sólidos. Entretanto, quando questionados sobre os

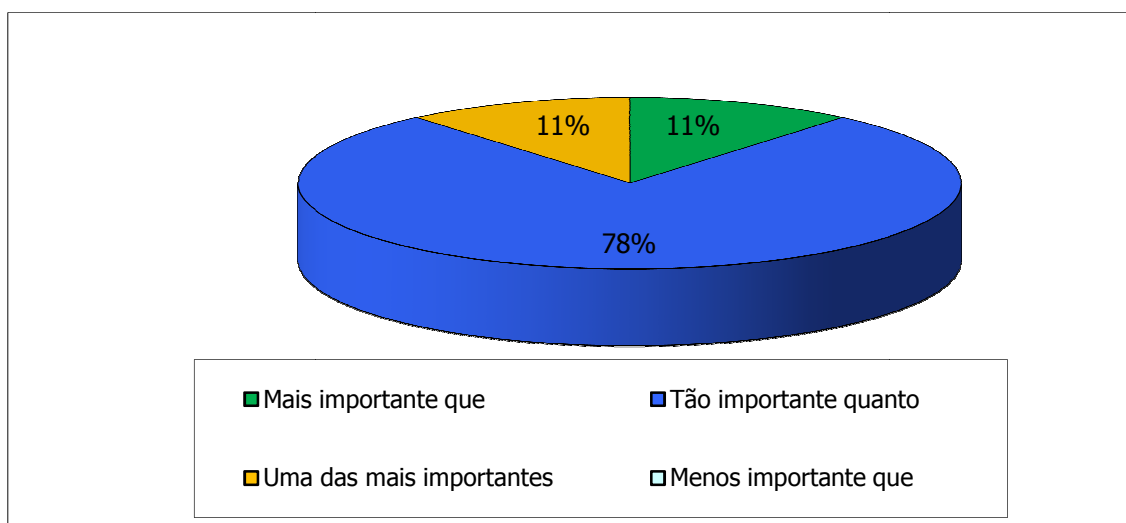
problemas que dificultam o bom curso dos Programas de Educação Ambiental, professores e gestores das Escolas, apontam a ausência de materiais pedagógicos específicos e insuficiência de Programas de Capacitação que possam proporcionar formação adequada aos educadores (MEC, 2007, p.158).

Contextualizando os dados anteriores constatamos ineficácia na Formação Continuada dos professores entrevistados porque a maioria: optou por Desenvolvimento Sustentável¹⁰⁰ e/ou por “outro”, apenas 01 professor entrevistado (Profº 11) determinou “mostras fotográficas de ecossistemas regionais”, para especificar que esse termo possui um significado amplo que sintetiza todos os outros termos estritos relativos às seguintes atitudes: economia de água e energia; combate ao desperdício de matérias-primas.

Nesse contexto, os PCNs (1998) enfatizam que o objetivo do ensino-aprendizagem da Geografia refere-se às interações entre a sociedade e a natureza, ou seja, um grande leque de temáticas acerca do Meio Ambiente está necessariamente dentro de seu estudo. Pode-se dizer inclusive que quase todos os conteúdos previstos sobre o Meio Ambiente podem ser abordados pela Geografia.

[...] ação e reflexão, de tal forma solidárias, e uma interação tão radical, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressentem, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo. A palavra inautêntica, por outro lado, com que não se pode transformar a realidade, resulta da dicotomia que se estabelece entre seus elementos constituintes. Assim é que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria, verbalismo, blabláblá, por tudo isto, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação. Se pelo contrário, se enfatiza ou se exclusiviza a ação, com o sacrifício da reflexão, a palavra se converte em ativismo. Este, que é a ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo (FREIRE, 1992, p. 77 – 78).

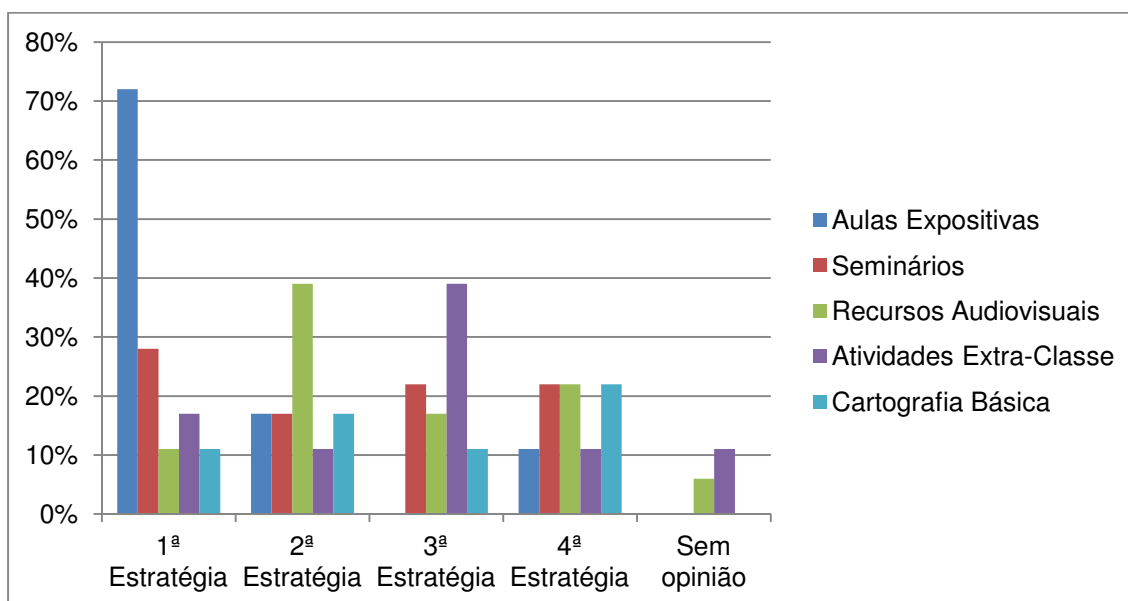
¹⁰⁰ Desenvolvimento Sustentável procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

Gráfico 10: Grau de Relevância da Geografia em Relação as Demais Disciplinas

De acordo com os dados do Gráfico 10, observou-se que os professores entrevistados possuíam a visão correta sobre a importância de todas as disciplinas curriculares para realizar a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental na Educação Básica porque declararam predominantemente que a Geografia é tão importante quanto às demais áreas de conhecimento científico (78%).

Neste contexto, durante o processo de ensino-aprendizagem da Geografia, o professor deve partir das paisagens reais para que os alunos possam construir os conceitos para os alunos vivenciarem várias experiências em um espaço geográfico complexo, devido a Globalização, o qual extrapola o lugar de convívio imediato traçado por uma figura espacial fluída sem limites definidos.

[...] o pensar geográfico contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo, ao contextualizar espacialmente os fenômenos, ao conhecer o mundo em que vive desde a escala local à regional, nacional e mundial. O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais [...] Em razão dessa complexidade que é crescente, o cidadão não consegue sozinho e espontaneamente compreender seu espaço de modo mais articulado e mais crítico; sua prática diária permite-lhe apenas um conhecimento parcial e impreciso do espaço (CAVALCANTI, 1998, p.11).

Gráfico 11: Classificação das Estratégias Utilizadas no Ensino-aprendizagem da Geografia

De acordo com os dados do Gráfico 11, os professores entrevistados classificaram como estratégia mais utilizada no processo de ensino-aprendizagem da Geografia: predominantemente aulas expositivas (72%); recursos audiovisuais (39%); atividades extraclases (39%); cartografia básica (33%).

Contextualizando os dados anteriores, constatamos que os professores entrevistados estavam preocupados com o Meio ambiente local, porém devido ao predomínio de aulas expositivas trabalharam a Educação Ambiental predominantemente em sala de aula e demonstram uma concepção tradicional referente à ideia de conscientização ou ensinar a proteger a natureza.

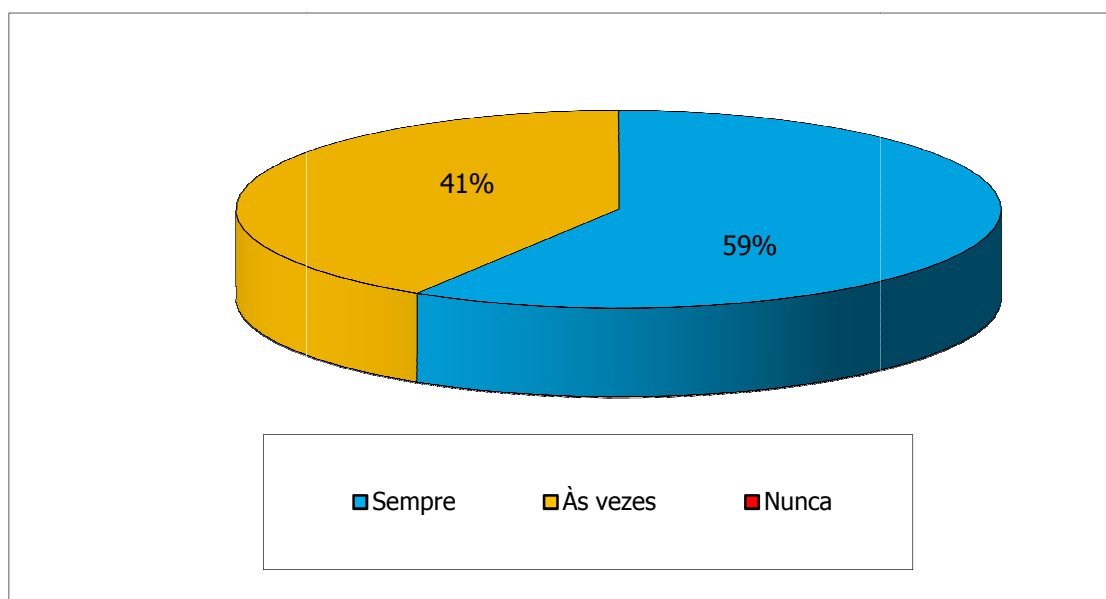
Portanto, observamos a necessidade dos professores entrevistados modificarem suas práticas pedagógicas desvinculando-se dos modelos tradicionais através do aperfeiçoamento do Novo Paradigma Educacional para atuarem como Educadores Ambientais e auxiliarem a melhorar a qualidade da Educação Básica realizando: otimização da orientação vocacional dos seus alunos para a formação de Educadores Ambientais a partir da Educação Básica comprometidos com a resolução dos problemas ambientais do Meio Ambiente local/global.

No entanto, devem utilizar como prática pedagógica para o desenvolvimento de estudos relacionados ao Meio Ambiente urbano e rural predominantemente a realização de Projetos de Pesquisa com abordagem

interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental para consolidar novos valores - conhecimentos, competências, habilidades e atitudes - que estabelecem a interface entre teoria e prática para melhora a relação homem-natureza.

Portanto Espinoza (2004) afirma que, após perceber o interesse e fascínio de muitos alunos pela as novas maneiras de observação dos espaços geográficos é necessário mostrar-lhes utilização de técnicas avançadas, como o sensoriamento remoto, para observar a inter-relação espacial existente entre: país, estado, cidade e bairro. Cavalcanti (1998) ressalta que, alguns autores preocupam-se em desenvolver novas propostas pedagógicas, aproximando a teoria da prática no processo de ensino e aprendizagem, estimulando dessa maneira uma reflexão pedagógica que assimile os avanços teóricos da Geografia nos últimos anos.

Gráfico 12: Utilização de Livros Didáticos para a Abordagem da Educação Ambiental no Ensino-Aprendizagem da Geografia



De acordo com os dados do Gráfico 12, os professores entrevistados para realizarem a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do processo de ensino-aprendizagem utilizaram cotidianamente os livros didáticos porque declararam utilizá-los predominantemente: “sempre” (59%).

Contextualizando os dados anteriores com os resultados dos Gráficos 7 e 11, observamos que em 2009 ocorreu ineficácia na abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da educação ambiental no processo de ensino-aprendizagem da geografia porque os professores entrevistados realizaram continuamente: 1. Práticas pedagógicas tradicionais utilizando predominantemente os livros didáticos em sala de aula geralmente através de: estudo dos conteúdos dos livros didáticos; pesquisas; comentários de noticiários; interpretação de textos; confecção de cartazes; aplicação de questionário e revistas científicas. Esta estratégia facilitam apenas os debates e discussões sobre os problemas ambientais do Meio Ambiente na escala local, regional, nacional e global; 2. Projetos de Educação Ambiental concentrados basicamente no âmbito escolar sem priorizar as práticas pedagógicas extraclasse que aperfeiçoam aptidões e atitudes que estimulam os alunos a perceber e interferir positivamente no Meio Ambiente local para estabelecerem uma nova relação com a natureza.

Os professores de Geografia entrevistados estavam preocupados com o Meio ambiente local, porém demonstraram uma concepção tradicional referente à teoria de conscientização para preservação da natureza apenas com a possibilidade de: Memorização dos conceitos teóricos dos livros didáticos; Visão segmentada da natureza sem intervenção do ser humano.

Nesse contexto, atualmente os professores de Geografia da Educação Básica ao se constituírem Educadores Ambientais necessitam ultrapassar o papel de transmissores de conhecimento que exercem, na sala de aula, tendo a capacidade de criar, de decidir e de produzir conhecimento, elaborando análises sobre a realidade exercendo assim o seu papel como intelectual para transformar os livros didáticos em mais um instrumento pedagógico deixando de usá-lo como instrumento absoluto na sua prática pedagógica.

Nesse contexto Boligian (2008) afirma que, existe dualidade nos livros didáticos de Geografia produzidos no Brasil, os quais permanecem repletos de uma estrutura reportada a Geografia Tradicional, porém existe nestes a inserção de métodos de ensino contemporâneos e conteúdos mais críticos que se referem à Geografia Renovada. O autor exalta ainda a inserção de conteúdos nos livros

didáticos que possuem importância do ponto de vista social e também aqueles em que há uma complexa rede de influências ideológicas da classe dominante.

Isto por que alguns Educadores consideram que o livro didático deva ser considerado como uma ferramenta de reprodução ideológica, quando este é usado com o objetivo de inculcar a ideologia dominante. Na sociedade capitalista os textos estão sendo utilizados para disseminar “a ideologia da classe dominante”, com o objetivo de reproduzir as condições de dominação e exploração da classe dominada [...] (DEIRÓ, 2005, p. 199).

Apesar de que atualmente no Brasil o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia do MEC que desenvolve o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, se empenha em distribuir gratuitamente livros didáticos selecionados pelos especialistas das Universidades Federais a partir de critérios estabelecidos pelo PNLD nas Escolas Públicas de Educação Básica em todo o território nacional.

O [...] FNDE encerrou a negociação da compra de 162,4 milhões de livros que serão distribuídas às Escolas da Rede Pública no ano que vem. O custo total da aquisição foi R\$ 1,1 Bilhão – a maior compra de livros já feita pelo órgão, que é uma autarquia do [...] MEC. As redes de ensino começam a receber as obras em outubro. A entrega vai até fevereiro de 2012. Para o próximo ano, o [...] PNLD adquiriu livros para todas as disciplinas do Ensino Médio, além de 70 Milhões de exemplares de reposição para o Ensino Fundamental. É o primeiro ano em que os alunos do Ensino Médio vão receber livros de Espanhol, Inglês, Filosofia e Sociologia. Cada obra deve ser usada durante três anos consecutivos. Ao todo, foram adquiridos 2.108 Mil títulos diferentes. Vinte e quatro Editoras tiveram obras selecionadas. O material é apresentado a comissões de especialistas das universidades federais que selecionam as obras a partir de critérios estabelecidos pelo programa, como por exemplo, a coerência com o Currículo Escolar. Em seguida, as Escolas recebem um guia do livro didático com os títulos disponíveis e escolhem as obras que querem receber. A partir desse levantamento é que os títulos são adquiridos. O valor de cada exemplar adquirido para 2012 variou entre R\$ 5,45 e R\$ 28,94. O preço varia de acordo com o número de páginas da obra e a quantidade de exemplares encomendados. A Editora Ática será a maior fornecedora do PNLD 2012, com 33 Mil exemplares, ao custo de R\$ 194 Milhões. Em seguida, aparecem as Editoras: Saraiva, que receberá R\$ 205 Milhões por 30,8 Mil exemplares e a Moderna, com 30,6 Mil publicações ao custo de R\$ 220 Milhões. As menores fornecedoras são as Editoras Fapi e Aymará, com 5 Mil e 1,4 Mil exemplares, respectivamente. [...] Para receber as obras, é necessária a adesão das Escolas ao PNLD – até 2009 a entrega dos livros era feita a todas as Redes de Ensino, ainda que não houvesse solicitação formal. Atualmente, todos os Estados e 97% dos Municípios estão inscritos no programa (JORNAL GRANDE CUIABÁ NOTÍCIAS, 2011).

Portanto, o livro didático deve ser apenas mais uma fonte de pesquisa para aprimoramento da abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da educação ambiental no processo de ensino-aprendizagem de todas as disciplinas que

compõem o Currículo da Educação Básica sendo que em especial os professores de Geografia das Escolas Públicas da cidade de Cuiabá devem ter o cuidado para não transformá-lo em um manual da verdade e instrumento de ensino perfeito com respostas finalizadas.

A utilização apenas de livros didáticos no processo de ensino-aprendizagem, livros textos que apresentam conhecimentos teóricos, não é suficiente para consolidar a mudança de paradigma dos profissionais da Educação e alunos para levá-los ao comprometimento com a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente isto porque “os conhecimentos são só parte dos componentes das atitudes e condutas ambientais [...]. Resulta que não é suficiente aumentar os conhecimentos para conseguir uma mudança durável nas atitudes e condutas” (CADUTO, 1993, p.18. “Tradução Nossa”).

Por tanto, todos os professores das disciplinas curriculares da Educação Básica, em especial os da Geografia, que atuam nas Escolas Públicas de Cuiabá na realização dos Projetos de Pesquisa com abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da educação ambiental devem utilizar os livros didáticos de forma crítica apenas na pesquisa bibliográfica.

O professor deve ajudar, facilitar, dinamizar o processo de fazer evoluir os conceitos dos sujeitos do processo de aprendizagem. Em nossa concepção não existem conhecimentos prontos para serem transmitidos e memorizados, mas processos de uma dinâmica coletiva de reflexão, de negociação e de evolução de significados. O professor há de investigar os processos na aula para ajustar seu planejamento didático aos fenômenos que nela ocorrem e que cercam seus alunos, não delegando a outros (agentes externos, técnicos em currículos, administração, livro didático, orientador pedagógico, etc.) a tomada de decisões na relação o quê, como, quando ensinar e como avaliar (MEDINA, 1994).

No entanto quando os professores de Geografia entrevistados foram questionados se conheciam os objetivos e diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, as respostas foram discursivas e pessoais sendo que transcrevemos a baixo as mais relevantes:

“Tenho conhecimento superficial sobre o ProNEA. Não vou opinar” (Profº. 7).

“Sim. Conheci através pesquisas e leituras nos Meios de Comunicação de Massa. Envolvimento com a Sociedade Cuiabana” (Profº. 15).

“Não, não conheço” (Profº. 19).

“Não. Porque não tive acesso a essa informação” (Profº. 25).

“Eu nunca ouvi falar do ProNEA” (Profº. 3).

“Não. Porque nunca ouvi falar sobre o ProNEA” (Profº 4).

“Não. Não tive acesso a essa informação” (Profº. 5).

“Não. Desconheço por falta de informação” (Profº. 6).

- “Não. Porque não conheço o ProNEA” (Profº. 10).
 “Não. Desconheço o ProNEA” (Profº. 11).
 “Não. Nunca ouvi falar” (Profº. 12).
 “Não. Porque nunca participei de nenhum curso de capacitação sobre o ProNEA” (Profº. 13).
 “Não. Porque não tive acesso a informações sobre o ProNEA” (Profº. 14).
 “Não. Nunca ouvi falar do ProNEA” (Profº. 16).
 “Não. Porque nunca ouvi falar sobre o ProNEA” (Profº. 18).

Contextualizando todas as respostas constatamos que os professores entrevistados não trabalharam a Educação Ambiental a partir do ProNEA porque afirmaram que “desconheciam as suas diretrizes e objetivos”.

No entanto, o Ministério do Meio Ambiente – MMA enfatiza que o ProNEA permite ao poder público atuar no campo da Educação Ambiental de maneira articulada em âmbito nacional através das ações voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental. Dessa forma acaba promovendo um efeito multiplicador com potencial de repercussão na sociedade e, portanto faz-se necessário à formulação e implementação de políticas públicas de Educação Ambiental em todas as esferas – Municipal, Estadual e Federal - que integrem essa perspectiva.

O Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA se configura como um esforço do Governo Federal Brasileiro no estabelecimento das condições necessárias para a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental, fortalecendo os processos na sociedade brasileira existentes nessa direção (MMA, 2005, p.5-6).

Nesse contexto, quando os professores entrevistados foram questionados sobre como implementar o ProNEA para implantar a Educação Ambiental a partir das Escolas da Educação Básica pesquisadas, responderam de forma discursiva e pessoal sendo que transcrevemos abaixo as mais relevantes:

- “Sem opinião. Mobilização dos professores da educação básica, coordenação e direção da Escola” (Profº. 3).
 “Sem opinião. A implantação deve partir das entidades responsáveis além de dar mais apoio para os professores trabalhar com a implantação da Educação Ambiental” (Profº. 4).
 “Desconheço. Fornecimento de materiais pedagógicos e didáticos sobre o tema” (Profº. 5).
 “Boa vontade dos órgãos públicos em todos os níveis para ocorra a implementação do ProNEA” (Profº. 7).
 “Tenho que conhecer o ProNEA para opinar. A Escola deveria passar as informações sobre a E.A” (Profº. 8).
 “Sem opinião” (Profº. 9).
 Não tenho como justificar. Com debates e reflexões sobre a Educação Ambiental (Profº. 10).

“Ocorrer a regulamentação e normatização do ProNEA na Escola Pública. É necessário parcerias para subsidiar essa implantação (Governo estadual)” (Profº. 14).

“É importante que o SEDUC divulgue o ProNEA nas Escolas da rede pública de Educação Básica de Cuiabá. O Governo do Estado de Mato Grosso deve disponibilizar: Projetos e Recursos Financeiros para a implantação da Educação Ambiental nas Escolas da Rede” (Profº. 15).

“Mais divulgação” (Profº.18)

Contextualizando os dados anteriores, constatamos que os professores de Geografia entrevistados desconheciam as diretrizes e conseqüentemente não implementaram o ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas o que caracterizou ineficácia na implantação da Educação Ambiental a partir das Escolas pesquisadas. De acordo com o MMA (2005), entre o público-alvo do ProNEA está a população brasileira em geral e destaca principalmente: professores e estudantes de todos os níveis e modalidades de Ensino; Educadores, Animadores, Editores, Comunicadores e Artistas Ambientais; Comunidade Científica; Grupos de Voluntários; Membros dos Poderes Legislativo e Judiciário; Sindicatos, Movimentos e Redes Sociais; Entidades Religiosas, etc.

No entanto, quando os professores entrevistados foram questionados sobre as alternativas viáveis para aperfeiçoar a implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica da cidade Cuiabá, responderam de forma dedutiva e pessoal sendo que transcrevemos a baixo as mais relevantes:

“No sentido de conscientização da comunidade escolar e a participação mais ativa da comunidade em que a Escola esta inserida. Indispensável” (Profº. 1).

“A maior frustração do professor é ver grandes Projetos de todas as esferas serem divulgados teoricamente, porém com pouca prática. Para mudar essa realidade local tem que ser trabalhado com toda a clientela da educação básica: observar a realidade local dos problemas ambientais através de recursos audiovisuais e posteriormente levá-los para a prática de campo” (Profº. 4).

“Recebimento de materiais sobre o ProNEA e a sua divulgação nas Escolas Públicas” (Profº. 5).

“Maior interação entre o professor, alunos, comunidade escolar” (Profº. 6).

“Criar um projeto e mostrar a da importância do ProNEA. Indispensável” (Profº. 7).

“Não, não conheço o ProNEA” (Profº. 6).

“Palestras e envolvimento maior da Escola com a comunidade para trabalhar as questões ambientais com a população dessa comunidade. Indispensável” (Profº. nove).

“Maior aproximação da FEMA e outros órgãos públicos relacionados com esse tema na Escola. Indispensável” (Profº. 11).

“Realizar uma maior divulgação do ProNEA para posteriormente ocorrer a sua implementação. Indispensável” (Profº. 12).

“Sem opinião por não conhecer o ProNEA. Indispensável” (Profº. 13).

“Formalização de análise de Projetos voltados para o ProNEA que venham auxiliar na implantação da Educação Ambiental” (Profº. 14).:

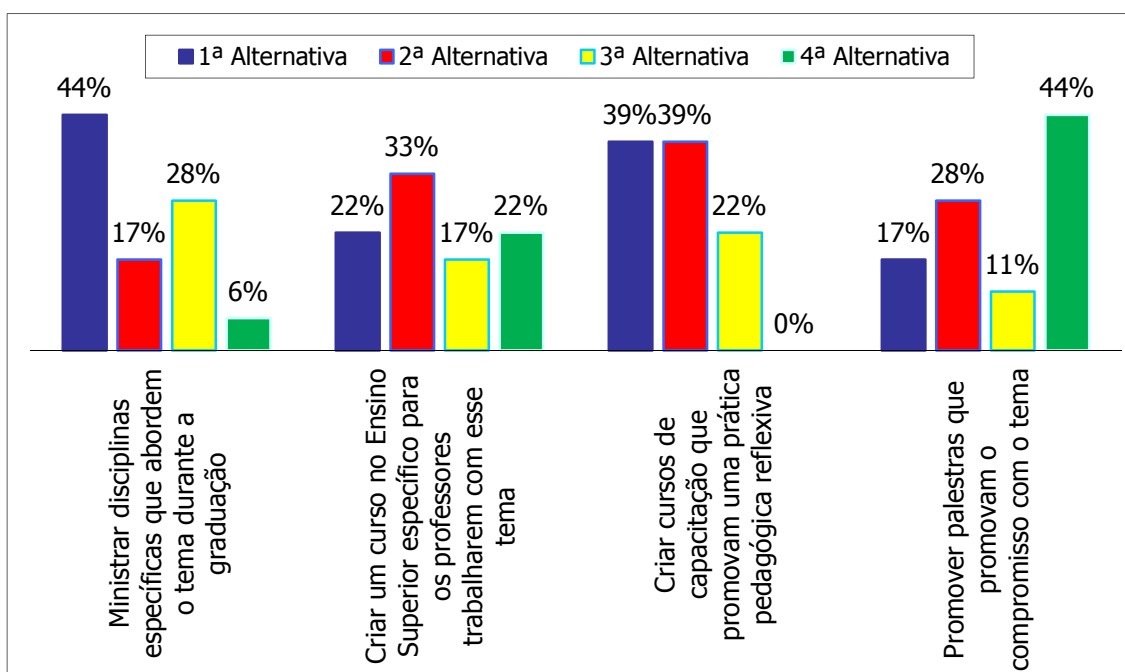
“O currículo escolar deve conter dados sobre o ProNEA porque este programa governamental não está atualmente inserido no memo. Indispensável” (Profº. 15).

“É fundamental a capacitação dos professores em relação ao tema Meio Ambiente e também o apoio logístico da SEDUC para o suporte dos Projetos Ambientais na Escola. Indispensável” (Profº. 16).

“Trabalhar em sala de aula a importância do ProNEA” (Profº. 18).

Portanto de acordo com as declarações anteriores sobre o ProNEA, concluímos que professores de Geografia entrevistados reconheceram também a necessidade de: 1. Divulgação detalhada, pelo Governo Estadual e Municipal, através dos Meios de Comunicação de Massa de Cuiabá, sobre a sua implementação; 2. Aperfeiçoar a formação continuada para realizar com êxito a abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental e Meio Ambiente e a sua implementação. No entanto, o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2005) evidencia que para facilitar a implementação do ProNEA em todo o território nacional deve ocorrer a participação de todos os segmentos sociais e especialmente da Educação Básica.

Gráfico 13: Alternativas para a Abordagem da Educação Ambiental na Formação Continuada dos Professores



De acordo com os dados apresentados no Gráfico 13, os professores entrevistados consideraram como: 1ª Alternativa - Ministrando disciplinas específicas que abordem o tema Educação Ambiental durante o Curso de graduação (44%); 2ª Alternativa - Criar cursos de capacitação que promovam uma prática pedagógica reflexiva sobre a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar cotidiana da Educação Ambiental (39%); 3ª Alternativa - Ministrando disciplinas específicas que abordem o tema Educação Ambiental durante o Curso de Graduação (28%) e 4ª alternativa - Realizar palestras que promovam o compromisso com o tema Educação Ambiental (44%).

Contextualizando os dados anteriores ficou evidente que os professores entrevistados optaram pelo aperfeiçoamento da Formação Continuada dos professores da Educação Básica relacionada com a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental no curso de graduação do Ensino Superior, porém devem ser asseguradas as condições necessárias de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei Ordinária Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, art. 63, inciso III¹⁰¹ e art. 67, incisos III, V e VI¹⁰², a qual dispõe.

Fundamental importância lembrarmos as tendências ideológicas implícitas em determinadas terminologias. Quando um país aprova uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, subdivididos em “Ensino” Fundamental, Médio e Superior, e não “Educação”, pensamos que não há somente um problema de semântica ou interpretação, mas de ideologia. Quando ensinamos, há sempre alguém que aprende. Enfatizar o ensino em detrimento da aprendizagem parece requerer uma análise um pouco mais profunda (SATO, 2000, p.5).

No entanto, será imprescindível consolidar o Novo Paradigma Educacional¹⁰³ para aperfeiçoar Formação Continuada dos professores da Educação Básica, principalmente os de Geografia, relacionada com a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar cotidiana da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia com o objetivo de auxiliar na manutenção da

¹⁰¹ LDB – Lei Ordinária Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: [...]

III - programas de educação continuada para os profissionais de Educação dos diversos níveis. [...]

¹⁰² LDB - Lei Ordinária Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:[...]

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da Educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...]

III - Piso Salarial Profissional; [...]

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

¹⁰³ Ver: Item 3.4.

sustentabilidade do Meio Ambiente na escala local, regional, nacional e global. Porém, para que isso aconteça será necessário que principalmente os futuros professores de Geografia tenham uma contínua orientação vocacional para Educadores Ambientais: A partir da Educação Básica principalmente no Ensino Médio; No Ensino Superior em todos os Cursos de Graduação e também nos Cursos de Pós-Graduação.

Brasil (1999) evidencia que a Lei da Educação Ambiental, Lei Ordinária Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999, Artigos 2º e 9º¹⁰⁴, afirma que a Educação Ambiental deve estar inserida em todos os níveis e modalidades principalmente da Educação Básica em todo o território nacional.

Nesse contexto, Mopu (1989 “Tradução Nossa”) ressalta que, desde o final do século XX a formação do professor na Espanha constitui um fator chave da Educação Ambiental. No entanto, a aplicação de novos programas de Educação Ambiental e a utilização adequada do material didático só pode ser levada a cabo se o professor tiver uma formação adequada tanto com respeito ao conteúdo como aos métodos.

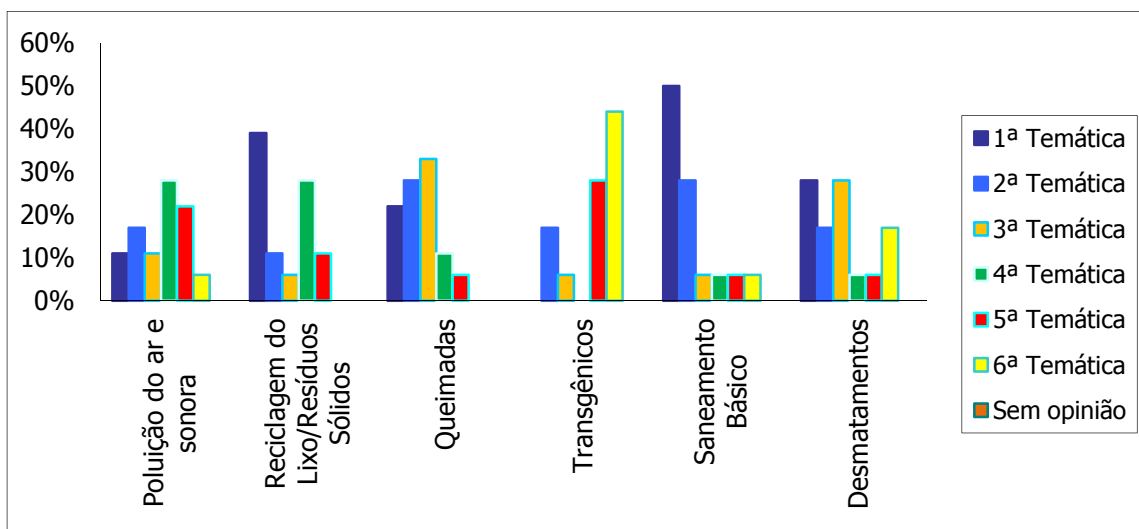
De acordo com a UNESCO (1998) a Formação Continuada dos professores da Educação Básica, especialmente os de Geografia, porque está relacionada com os principais objetivos da Educação Ambiental permitindo à humanidade entender a complexidade do Meio Ambiente que resulta da interação dos seus aspectos biológicos físicos, sociais e culturais através da manutenção dos seguintes fatores: Valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências cidadãs voltada para a construção das sociedades sustentáveis nesta geração e nas futuras.

¹⁰⁴ Lei de Educação Ambiental – Lei Ordinária Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999:

Art. 2º - A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal;

Art. 9º - A Educação Ambiental deve ser desenvolvida na Educação Básica - Educação Pré-Escolar, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - Educação Superior, Educação Especial e Educação Profissional.

Gráfico 14: Nível de Relevância Temática para a Abordagem da Educação Ambiental no Ensino da Geografia



De acordo com os dados do Gráfico 14, os professores de Geografia entrevistados declararam, com relação ao nível de relevância das temáticas sugeridas para a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental, que escolheram: 1ª Temática: Saneamento Básico (50%); 2ª Temática – Queimadas (29%); 3ª Temática - Desmatamentos (28%); 4ª Temática - Reciclagem do Lixo/Resíduos Sólidos (28%) e Poluição do Ar e Sonora (28%) 5ª e 6ª Temáticas - Transgênicos (28%) e (45%) respectivamente.

Contextualizando os dados anteriores, constatamos que o Saneamento Básico¹⁰⁵ foi apontado pelos professores entrevistados como a temática predominante na abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do ensino da Geografia por que se trata de um problema ambiental antigo, decorrente do processo de urbanização e utilização inadequada do território, no Município de Cuiabá que persiste até os dias atuais devido à polêmica venda da SANECAP para a Empresa Companhia Águas do Brasil - CAB Ambiental com sede no Estado de São Paulo a qual recebeu a Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município por 30 anos. Quanto à 2ª Temática referente às Queimadas atualmente necessita ser controlado urgentemente porque no Estado de Mato Grosso ainda predomina a utilização dessa prática nas atividades.

¹⁰⁵ Ver: Subitem 2.9.4.

O Estado de Mato Grosso, onde a floresta amazônica tomba a taxas alucinantes para dar lugar a pasto e lavoura, é o lugar com o maior número de queimadas no Planeta. E a maior parte desse fogo vem justamente da derrubada da mata, diferentemente do que os cientistas imaginavam. As conclusões vêm de dois estudos independentes, feitos por pesquisadores americanos com base em dados dos satélites Terra e Aqua, da NASA [...] (ANGELO, 2006).

Quanto à 4ª Temática referente à Reciclagem do Lixo/Resíduos Sólidos¹⁰⁶ produzidos pelas ações antrópicas na Macrozona Urbana de Cuiabá também se trata de um problema ambiental polêmico que persiste até os dias atuais devido à ineficácia: na coleta de lixo; no programa ambiental de reciclagem de resíduos sólidos; nas campanhas de conscientização da população. No entanto, é importante salientar que no ano de 2010, o Governo Federal, promulgou a Lei Ordinária Federal nº 12.305/10 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

A Lei da Educação Ambiental¹⁰⁷, os PCNs e o ProNEA afirmam que todos os professores da Educação Básica, em especial os professores de Geografia, precisam trabalhar temáticas de acordo com a realidade vivenciada pelos alunos no Meio Ambiente local em que vive sendo que a CF/88 - Artigo 225¹⁰⁸ prevê os direitos e deveres da sociedade brasileira com o Meio Ambiente na escala local, regional, nacional e global.

Correia (2003) salienta que, atualmente as discussões sobre Legislação Ambiental surgem devido à evolução recente dos problemas ambientais nos espaços urbanos das cidades brasileiras principalmente devido a: Pobreza; Ausência de saneamento básico; Exclusão social e Ampliação da degradação do solo urbano. Isto porque os Estados Nações e as ONGs têm percebido cada vez mais que o Paradigma Civilizatório adotado pelos seres humanos é incompatível com a preservação da vida no Planeta Terra. Sendo que o desenvolvimento econômico não se move entre o infinito dos recursos naturais e o infinito do crescimento sendo imperativo aperfeiçoar a mudança do Paradigma Tradicional Educacional para consolidação de um Novo Paradigma Educacional o que permite o

¹⁰⁶ Ver: Quadro 82.

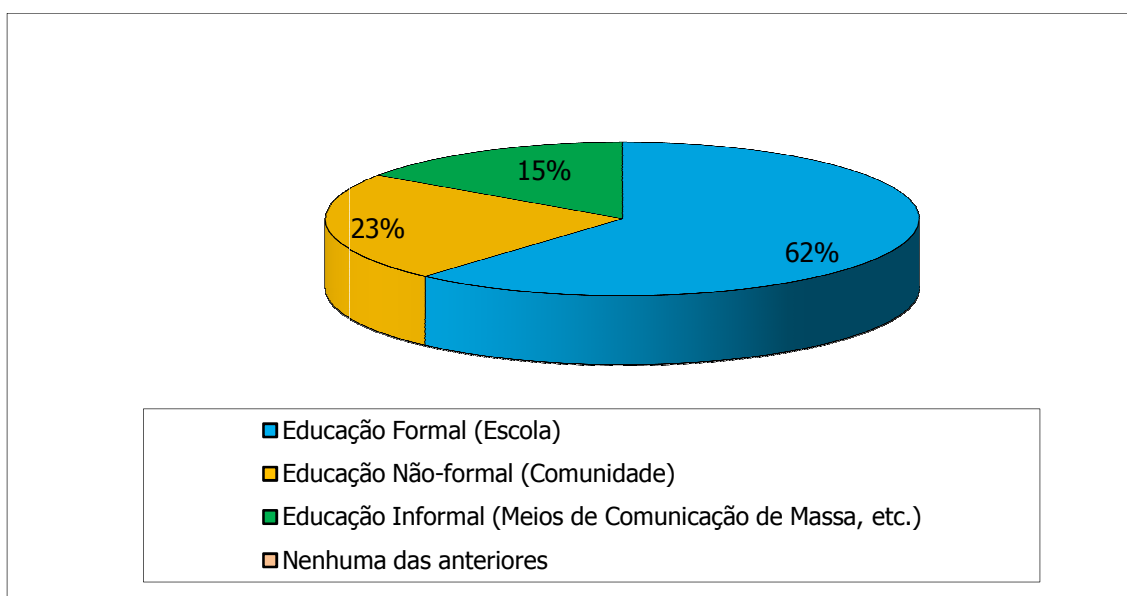
¹⁰⁷ Ver: Anexo 2.

¹⁰⁸ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Artigo 225: Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as atuais e futuras gerações.

surgimento do cidadão solidário para a superação e mudança do clássico: “penso, logo, existo” por um “sinto, logo, compartilho”.

Atualmente em todo território brasileiro, principalmente no Município de Cuiabá, predomina uma realidade complexa principalmente devido à ineficácia nos Serviços Públicos Essenciais¹⁰⁹ e por isso será necessário que o Governo em todas as esferas e a sociedade tome medidas urgentes para tentar controlar ou erradicar inúmeros problemas ambientais com o objetivo de supera o desafio do Desenvolvimento Sustentável.

Gráfico 15: Áreas do Conhecimento utilizadas para Abordagem da Educação Ambiental no Ensino-Aprendizagem da Geografia



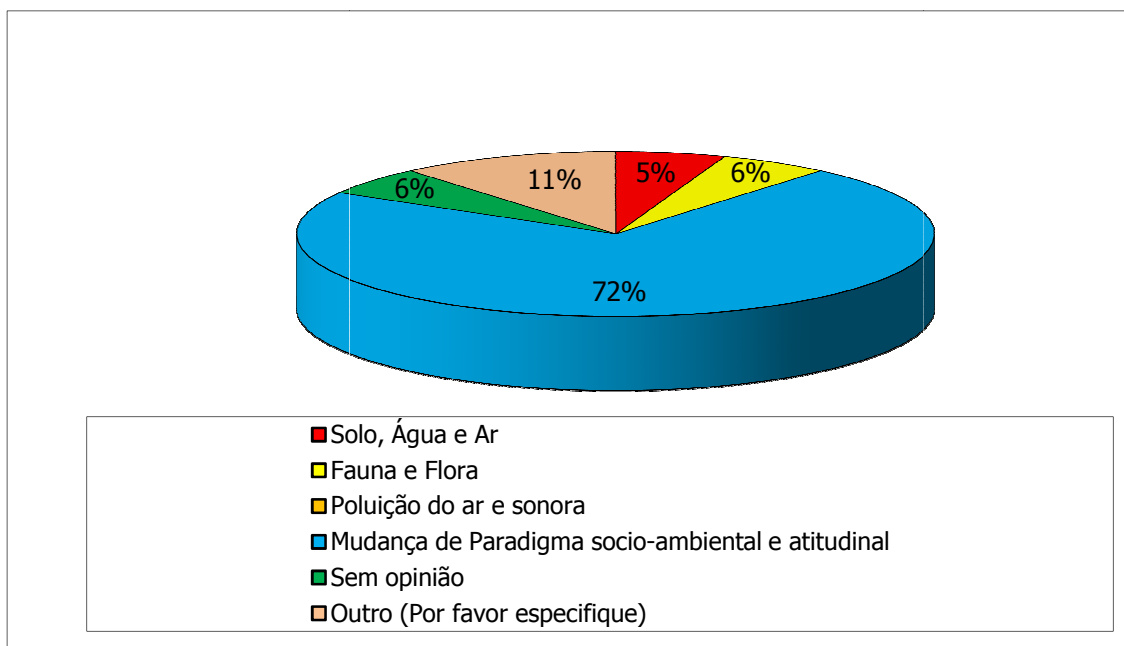
De acordo com os dados do Gráfico 15, evidenciou-se que os professores de Geografia entrevistados para realizarem a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia, previsto no Projeto Político Pedagógico da Escola, utilizaram: Predominantemente a Educação Formal (62%); Educação Não-Formal (23%) e Educação Informal (15%). Sendo que a opção "Nenhuma das anteriores" não foi escolhida por nenhum dos entrevistados.

¹⁰⁹ Ver: Capítulo 5.

Segundo Caduto (1993), a Educação formal se dá tanto em Escola Pública quanto Privada, e possibilitam um longo contato entre professores e alunos. Muitas ideias apresentadas na Educação formal também podem ser aplicadas nos Programas Não-Formais de Educação Ambiental, como por exemplo: educação moral dos japoneses denominada dotoku, “instruir os jovens no respeito pelo bem comum”, é um nobre componente essencial principalmente da Educação Básica. No entanto na Educação Ambiental Não-Formal (Comunidade) as ações visam à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, bem como a participação da sociedade na defesa da qualidade do Meio Ambiente (Lei Ordinária Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999, Art. 13º).

Martin-Molero (1988, “Tradução Nossa”) enfatiza que, a Educação Ambiental deve-se adequar a realidade e dar o direito dos cidadãos de estarem bem informados e os Especialistas alertam que os mesmos terão de prestar maior atenção em: Técnicas, Meios Áudios-Visuais, Meios de Comunicação de Massa e Meios Públicos.

Gráfico 16: Temáticas Relevantes para Estabelecer Interface entre Teoria E Prática na Abordagem da Educação Ambiental no Ensino-Aprendizagem da Geografia



De acordo com os dados do Gráfico 16, os professores entrevistados declararam que para estabelecerem a interface entre teoria e prática deveria ocorrer: Predominantemente a Mudança do Paradigma Tradicional Educacional para o aperfeiçoamento da consolidação do Novo Paradigma Educacional (72%). Na opção “Outros” (11%) salientaram: “Aulas de Campo” e “Falta de Recursos Financeiros”.

Contextualizando os dados anteriores com os resultados obtidos nos gráficos 4, 12 e 13, constatamos que para os professores de Geografia da Educação Básica, especialmente os entrevistados, melhorarem a abordagem Interdisciplinar ou Transdisciplinar da Educação Ambiental com várias disciplinas curriculares ou em Projetos de Pesquisa será necessário: aperfeiçoar o Novo Paradigma Educacional; Realizar continuamente a orientação vocacional para Educadores Ambientais com o objetivo de aprimorar a Formação Continuada. Esse conjunto de decisões estimulará os professores da Educação Básica a superarem as dificuldades cotidianas dentre as quais se destacaram: Tempo insuficiente de devido à pesada carga horária de trabalho; Recursos financeiros reduzidos devido ao salário baixo.

Entretanto, dentre as principais dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da Educação Ambiental, apontadas na pesquisa, aparecem a precariedade de recursos materiais, a exiguidade de tempo para o planejamento e realização de atividades extracurriculares, a falta de recursos humanos qualificados para a atuação nesse campo, além das dificuldades de compreensão das questões socioambientais pela comunidade escolar (MEC, 2007, p. 156).

No entanto, apesar dos recursos financeiros e materiais precários vários Projetos de Educação Ambiental foram realizados com resultados positivos nas Escolas Públicas de Educação Básica do Município de Cuiabá dentre os quais o Diário de Cuiabá (2001) afirma que, obteve êxito o Projeto “Arte Pantaneira Fazendo Educação Ambiental”, idealizado e coordenado pela Educadora Ambiental Vera Lúcia, autora desta Tese, em parceria com a EMPAER envolvendo: Vários segmentos da sociedade cuiabana; Comunidades das Escolas Públicas envolvidas e a população dos entornos; Várias instituições públicas e segmentos sociais da cidade de Cuiabá. Esse Projeto de Pesquisa, através da abordagem interdisciplinar e transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia foi realizado com o objetivo de aprimorar o Novo Paradigma Educacional do público alvo, através da consolidação de novos valores - conhecimentos, competências ou aptidões, habilidades e atitudes - sendo que para isso foram

executadas várias práticas pedagógicas durante o ano letivo e no seu Evento de Culminância ocorreu o plantio de 500 árvores nativas do Ecossistema Cerrado em vários locais da Região Oeste de Cuiabá.

A neutralidade, a racionalidade científica, a “verdade” da “Ciência” são miragens e, como tal, hipnotizam e nebulizam o olhar crítico que votamos ao real; [...] é preciso [...] enxergar o real e expressá-lo, nas suas contradições, na sua ambiguidade, na sua descontinuidade, rompendo com a postura de velar métodos e técnicas [...] (KRAMER, 1993, p. 25).

Portanto, na realização dos Projetos de Pesquisa com abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da educação ambiental é importante que os professores de geografia entrevistados, motivem seus alunos a participem de todas as fases de execução levando-os a interagirem com os recursos naturais do Meio Ambiente onde estão localizados as Unidades de Conservação Ambiental¹¹⁰ instituídas pelos poderes públicos – na esfera Federal, Estadual e Municipal – dentre as quais destacamos: Mata Ciliar do Rio Cuiabá; Parque Mãe Bonifácia; Parque Massairo Okamura; Cerrado do Centro Político Administrativo - CPA e Chapada dos Guimarães.

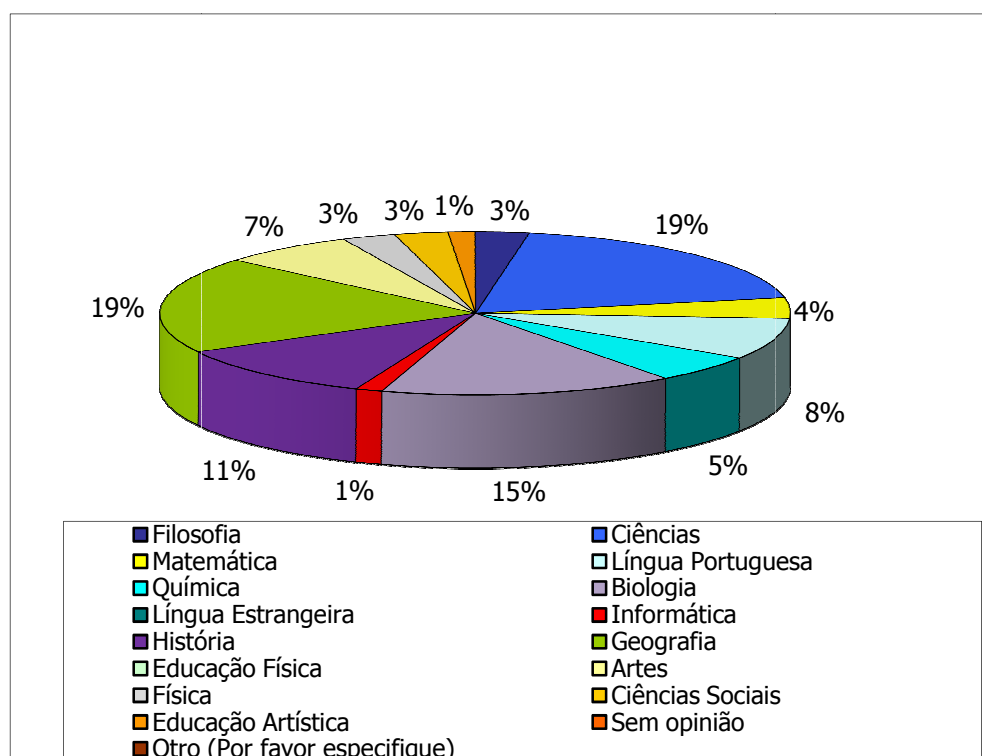
A maior parte das estratégias para o ensino de valores ambientais que se utilizam na atualidade (por exemplo, clarificação de valores e análise de valores) são mais adequadas para indivíduos moralmente autônomos. Porém existem muito que aportar ao ensino de pessoas moralmente autônomas. Algumas destas são o desenvolvimento moral, a aprendizagem baseada em atividades práticas, a Educação Integral e a modificação de conduta (CADUTO, 1994, p.34).

Catalán e Catany (1996, “Tradução Nossa”) ressaltam que, no processo de formação os professores já adquirem uma série de concepções sobre “o que” e “como se deve ensinar”, sobre como “devemos atuar para resolver determinados problemas”, sobre “o que e como devemos avaliar”, etc. que determinam nossa forma de atuar, de tomar decisões em cada momento. Estas concepções, crenças, construções ou teorias implícitas, segundo os autores, são teorias pessoais reconstruídas sobre a base de conhecimento pedagógicos historicamente elaborados e transmitidos através da formação e na prática docente. A maioria das tais teorias implícitas não foram submetidas a uma reflexão crítica, quer dizer, não se questionaram nunca sua validade. A elaboração de novos modelos e paradigmas

¹¹⁰ Ver: Subitem 2.4.8.

se dá por meio da revisão, reformulação, ou seja, da educação continuada, se construindo novos conhecimentos e, inclusive conhecimento didático.

Gráfico 17: Disciplinas Utilizadas na Abordagem da Educação Ambiental no Ensino-Aprendizagem da Geografia



De acordo com os dados do Gráfico 17, os professores entrevistados durante o ano letivo de 2009 trabalharam a Educação Ambiental juntamente com seguintes disciplinas do Currículo da Educação Básica: Geografia (19%), Ciência (19%); Biologia (15%); História (11%).

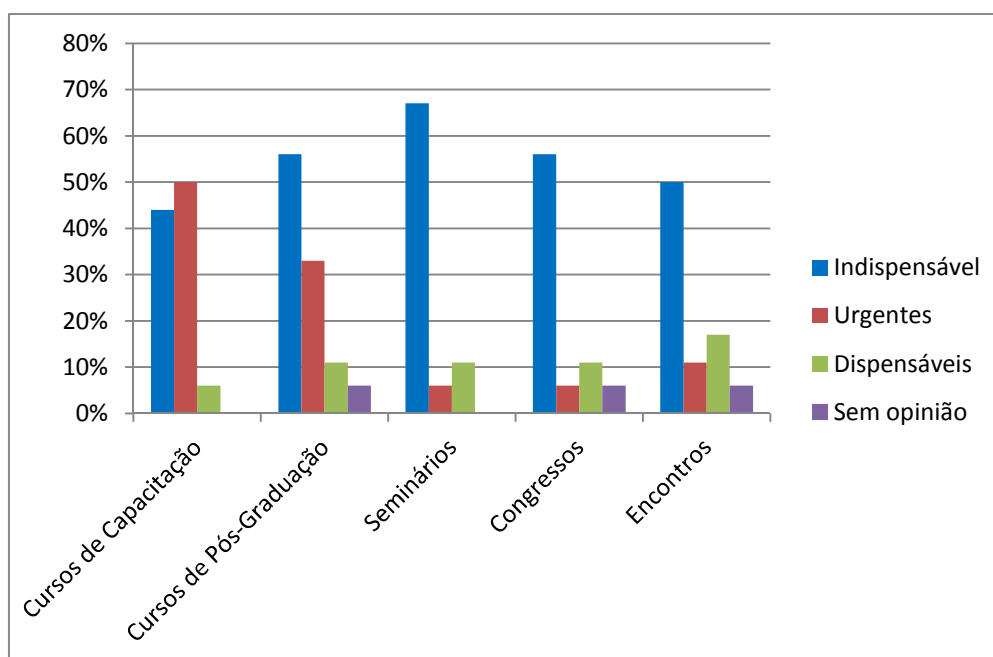
Contextualizando os dados anteriores, constatamos que um pequeno grupo de 04 de professores realizou a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental e também ocorreu a formação de apenas uma dupla composta por: Geografia (19%) e Ciências (19%).

Nesse contexto, a Geografia é uma ciência que procura explicar e compreender o mundo por meio de uma leitura crítica a partir da paisagem, possibilitando aos alunos a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas,

em relação aos valores humanos ou à natureza, têm consequências nocivas ou não para si e para a sociedade.

A Geografia permite ao aluno compreender os avanços na tecnologia, nas ciências e nas artes como resultantes de trabalho e experiência coletivos da humanidade, de erros e de acertos nos âmbitos da política e da ciência, por vezes permeados de uma visão utilitarista e imediatista do uso da natureza e dos bens econômicos (BRASIL, 1998, p.30).

Gráfico 18: Opções para a Formação Continuada Adequada dos Professores de Geografia



De acordo com os dados do Gráfico 18, para aperfeiçoar a Formação Continuada os professores de Geografia entrevistados consideraram como opções: 1. Indispensáveis – Seminários (67%), Cursos de Pós-Graduação (56%); Congresso (56%); Encontros (50%) e Cursos de Capacitação (44%); 2. Urgentes – Cursos de Capacitação (50%), Cursos de Pós-Graduação (33%).

Nesse contexto, observou-se que para melhorar a qualidade da Formação Continuada os professores entrevistados declararam que seria: Predominante e indispensável - Seminários; Urgentes e indispensáveis: Cursos de Pós-Graduação e Cursos de Capacitação.

No entanto, a Formação Continuada dos professores da Educação Básica deve ser um processo contínuo, de interação permanente, que exige

comprometimento com a resolução dos problemas ambientais do Meio Ambiente local. Portanto, a Formação Continuada de Educadores Ambientais e/ou Multiplicadores deve contribuir para a consolidação de novos valores - conhecimentos, competências ou aptidões, habilidades e atitudes - sendo que Novo (1998) enfatiza que o Educador deve ensinar aprendendo e aprender entre os que aprendem para que possam encontrar junto com os alunos as respostas para os problemas ambientais cotidianos e assim legitimar as orientações educativas; isto porque o Educador deve ser sempre um pesquisador em busca de novos caminhos ou métodos e novas respostas para superar os desafios ambientais.

O aprendizado deve contextualizar a teoria aproximando a vida acadêmica da realidade do trabalho e do cotidiano. Desta forma, não pode ser limitada a transmissão do conhecimento, mas deve ser incrementada de forma a levar a construção de competências que capacitem as tarefas intelectuais de concepção, de estudo e organização necessárias ao aluno que será um profissional no futuro (DELORS, 2001, p. 101).

No entanto, quando os professores entrevistados foram questionados sobre os resultados obtidos no período 2006 a 2009 na realização de Projetos de Pesquisa com abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental, responderam de forma dedutiva e pessoal sendo que transcrevemos abaixo as mais relevantes:

“Tema: reciclagem do lixo - resultados: os alunos perceberam a importância da reciclagem e do desperdício” (Profº. 3).

“Sim. Recuperação da mata ciliar do Rio Cuiabá no Bairro Praeirinho. Resultados: foi encaminhado junto ao projeto político pedagógico da Secretaria Estadual de Educação, mas não obtive nenhuma resposta” (Profº. 4).

“Tema: confecção de maquetes; resultados: os alunos conseguiram compreender a teoria na prática” (Profº. 5).

“Sim. Tema: evolução do planeta terra. Resultados práticos satisfatórios com relação ao tema abordado” (Profº. 10).

“Sim. Na década de 90. Tema: família e evasão escolar. Resultados alcançados: retorno de alunos evadidos à educação básica” (Profº. 11).

“Oficinas campos vivos. Tema: Geografia e Meio Ambiente; resultados: os alunos aprenderam a construir maquetes” (Profº. 12).

“Sim. Projeto "o Bairro onde moro", trabalhei os temas: ocupações, transformações e desenvolvimento sustentável do espaço geográfico do Bairro Canjica - Cuiabá, MT” (Profº. 13).

“Sim. Tema: drogas. Resultado: obtivemos diagnóstico estatístico sobre o número de usuários de drogas apesar de ter ocorrido rejeição ao tema por parte dos usuários” (Profº. 14).

“Sim, sobre reciclagem do lixo na Escola conseguimos obter dados estatísticos referentes à diminuição da quantidade de lixo produzido e principalmente a sensibilização dos alunos referente ao tema” (Profº. 15).

“Sim. Projeto “Meio Ambiente”. Resultados: participação satisfatória dos atores envolvidos em relação ao clima com replantio de mudas de árvores e a relação do crescimento populacional com o uso intenso dos recursos naturais e a ocupação de áreas de risco a partir de Cuiabá” (Profº. 16).

“Sim. Projeto “água saudável”. Elaboramos maquetes sobre o tratamento de água e esgoto e apresentação dos resultados para comunidades escolares da rede pública” (Profº. 17).

“Sim, trabalhamos com discriminação racial” (Profº. 184).

Contextualizando todas as respostas dos professores entrevistados obtidas com os resultados obtidos nos Gráficos 4, 7, 11, 12,13 e 16 observamos que durante esse período devido às dificuldades profissionais cotidianas os professores entrevistados realizaram com ineficácia a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia devido à ineficiência na Formação Continuada o que determinou: práticas pedagógicas teóricas tradicionais e Projetos de Pesquisa concentrados basicamente no âmbito escolar; Ineficácia na consolidação de novos valores - conhecimentos, competências ou aptidões, habilidades e atitudes - para resolverem os problemas ambientais e auxiliarem na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente local.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazerem se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1997, p.16).

Hernández (1998) chama Projeto de trabalho a perspectiva integradora da fundação de conhecimento que viola o formato da Educação tradicional de transmissão de conhecimento separados em compartimentos e selecionados pelos professores e reforça que o Projeto não é uma metodologia, mas uma maneira de meditar sobre a Escola e seu papel sempre será diferente em cada contexto social.

No entanto, quando os professores entrevistados foram questionados sobre os conhecimentos adquiridos com o estudo dos PCNs, responderam de forma dedutiva e pessoal sendo que abaixo citaremos as seguintes:

“Sim. Ministrado no Hotel Fazenda MT e coordenado Secretaria de Educação de MT. Participei para obter maiores conhecimentos sobre o tema” (Profº. quatro).

“Durante a semana pedagógica da rede municipal de ensino de Cuiabá, coordenado pelos coordenadores da Escola” (Profº. 5).

“Sim. No estudo anual da "sala do professor", coordenado pela direção e coordenação da Escola” (Profº. 6).

“Sim. Na Universidade Federal de Mato Grosso. Participei porque é interessante e para melhorar o desempenho profissional. Coordenador: Profº. Ms. Teobaldo” (Profº. 7).

“Sim. Na Escola particular onde também trabalho. Participei porque tenho que atuar de acordo com as suas orientações. O estudo foi coordenado pela coordenadora pedagógica dessa Escola” (Profº. 10).

“Sim. Na Universidade Federal de Mato Grosso. Participei porque na nossa realidade houve necessidade de trocas de experiências com os educadores de São Paulo” (Profº. 11).

“Sim. Foi ministrado e coordenado pela Escola. Participei para entender melhor” (Profº. 12).

“Sim. Na Universidade de Cuiabá - UNIC porque fazia parte da grade curricular da licenciatura de Geografia sendo coordenado pelos departamentos de Geografia e letras” (Profº. 13).

“Sim, na Escola Municipal Ranulpho Paes de Barros porque foi oferecido ao professorado sendo coordenado pela Secretaria Municipal” (Profº. 15).

“Sim. Em um grupo de estudo na E.E Tancredo Neves porque naquele momento os parâmetros era algo novo e, portanto foi coordenado pela coordenadora pedagógica” (Profº. 16).

“Sim. Estudei sozinha para aprimorar meus conhecimentos para concluir a minha graduação em Geografia” (Profº. 17).

“Sim, na Escola, o próprio diretor” (Profº. 18).

Contextualizando todas as respostas dos professores entrevistados com os resultados anteriores constatamos que eles enfrentavam problemas principalmente com a carga horária de trabalho e conseqüentemente insuficiência na Formação Continuada para apresentarem proposta pedagógica baseada nos novos valores - conhecimentos, competências ou aptidões, habilidades e atitudes. Portanto, não foram criadas as condições mais favoráveis para a consolidação do Novo Paradigma Educacional fundamentado na Visão de Mundo Integrada¹¹¹ devido aos seguintes fatores: Tiveram a atitude positiva de participarem de estudos sobre as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, porém não ocorreu interface entre conhecimento teórico e as suas práticas pedagógicas.

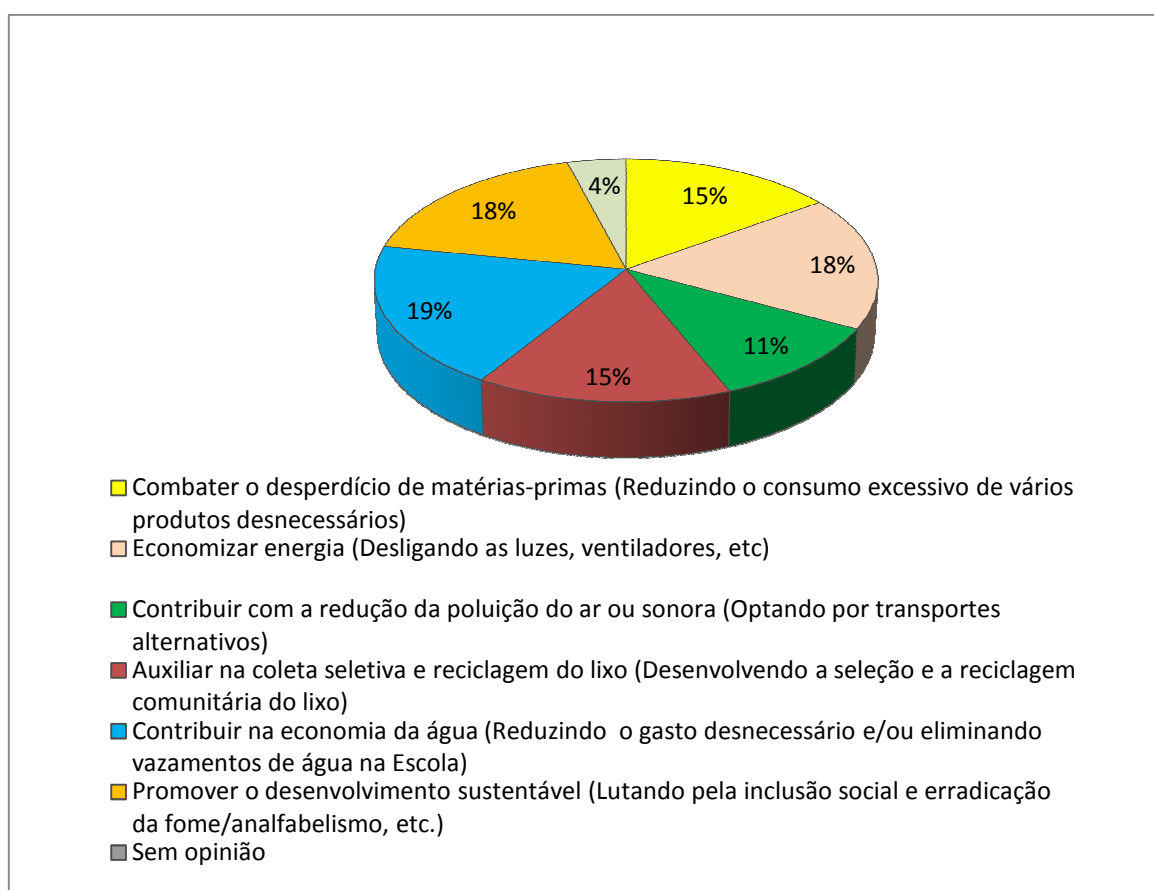
Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no País e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras [...] A Geografia, na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirir uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações

111 Ver: Item 3.4.

de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço e perceber as relações do passado com o presente (BRASIL, 1998, p. 5 e 15).

Portanto, atualmente a utilização dos PCNs é muito respeitada principalmente pelos professores da Educação Básica porque auxilia no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas curriculares, especialmente da Geografia, nas atividades pedagógicas interventivas na realidade cotidiana através da realização principalmente de projetos de pesquisa com abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da educação ambiental para auxiliar na recuperação da degradação ambiental do meio ambiente urbano de cuiabá.

Gráfico 19: Práticas Atitudinais Cotidianas dos Professores para Auxiliar a Abordagem da Educação Ambiental no Ensino-Aprendizagem da Geografia



De acordo com os dados do Gráfico 19, com relação às atitudes cotidianas para aperfeiçoar a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da

Educação Ambiental no ensino-aprendizagem da Geografia os professores entrevistados consideraram que deveriam: combater ao desperdício de matérias-primas (15%); economizar energia elétrica (18%); reduzir a poluição do ar ou sonora (11%); auxiliar na coleta seletiva do lixo (15%); contribuir com a economia da água (19%); lutar pela inclusão social e erradicação da fome e analfabetismo (18%); sem opinião (4%).

Contextualizando os dados anteriores constatamos que predominaram as seguintes atitudes cotidianas: economizar água e energia elétrica; lutar pela inclusão social e erradicação da fome e analfabetismo.

No entanto, quando os professores entrevistados foram questionados sobre as medidas que deveriam ser realizadas pelas Secretarias de Educação para melhorar a Formação Continuada dos professores da Educação Básica,, responderam de forma dedutiva e pessoal sendo que abaixo citaremos as mais relevantes:

“Ministrar Cursos de Capacitação sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental” (Profº. 13).

“Normas de Preservação Ambiental - Abordagem do tema para explicar a relação entre os órgãos públicos e a Legislação específica do Meio Ambiente existente atualmente” (Profº. 14).

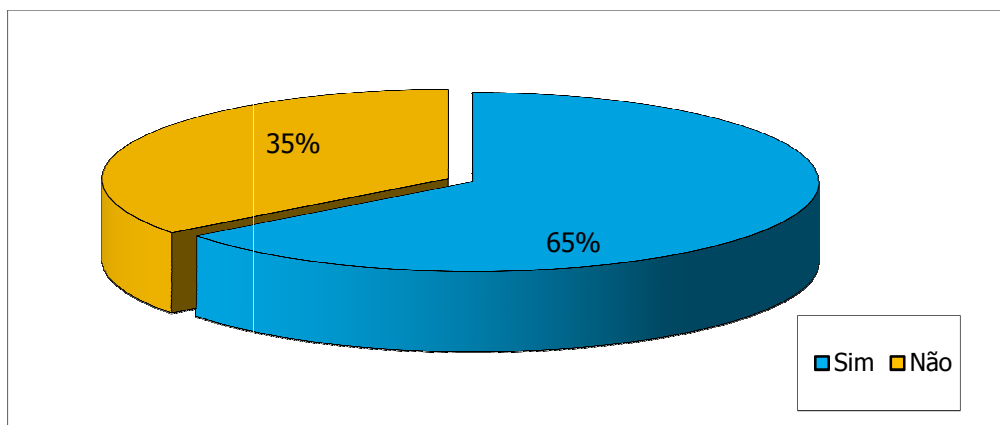
“Ministrar o processo ensino-aprendizagem da Geografia utilizando o Tema Sexualidade para realizar a abordagem sobre o controle de Natalidade como prevenção do crescimento demográfico considerando o intenso uso dos recursos naturais” (Profº. 16).

Contextualizando todas as respostas dos professores entrevistados constatamos a necessidade de aprimorar principalmente o Novo Paradigma porque nenhum deles citou a necessidade de comprometimento pessoal e vocação para Educador Ambiental sem os quais é impossível realizar com qualidade a abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental através do processo de ensino aprendizagem cotidiano da Geografia.

[...] o compromisso ético do Educador Ambiental abrange não só a sua capacitação profissional sobre as bases conceituais e as técnicas metodológicas que lhe permitam explicar o funcionamento dos Ecossistemas, mas também, e muito especialmente, afeta a sua própria atitude moral ante o mundo. Atitude que, para ser coerente com a complexidade do vivo, tem que emoldurar-se em uma busca constante e em uma permanente revisão das razões e as ações que configuram o ser de cada um de nós no Meio Ambiente e com os outros. Não acredito que a evidente imperfeição de quem trabalha neste campo deva nos levar a

abandoná-lo, mas sim avançar com perseverança vinculando o compromisso de educar com o compromisso de ser (NOVO, 1998, p. 113. “Tradução Nossa”).

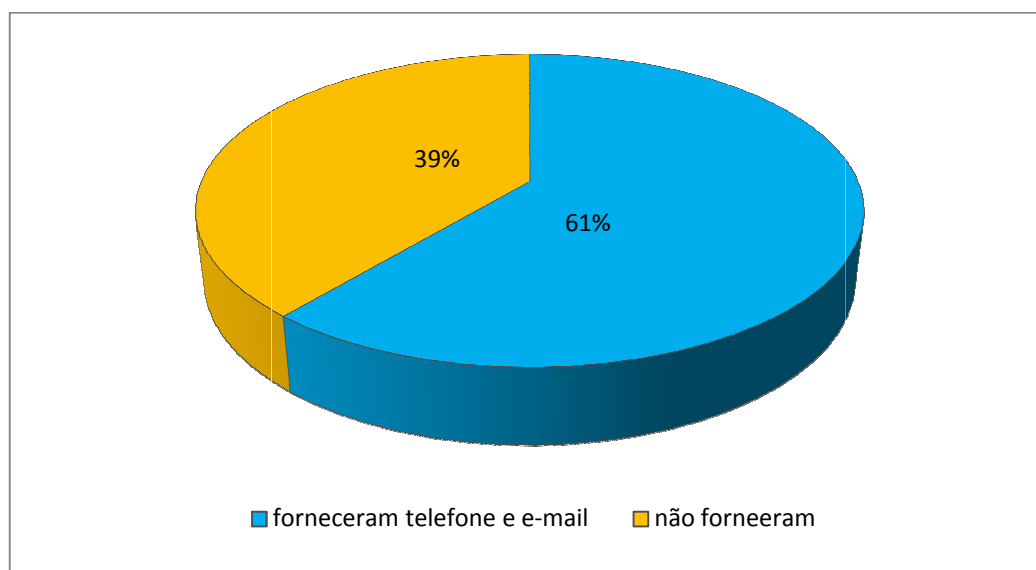
Gráfico 20: Apresentação de Documentos Comprobatórios sobre Abordagem da Educação Ambiental no Ensino-Aprendizagem da Geografia



De acordo com os dados do Gráfico 20, com relação à apresentação de documentos comprobatórios sobre “Boas Práticas” realizadas na abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do processo ensino-aprendizagem da Geografia, os professores entrevistados declararam que: Concordaram (65%).

Contextualizando os dados anteriores com o resultado obtido no Gráfico 19, constatamos que os professores de Geografia entrevistados reconheceram a importância das “Boas Práticas” cotidianas para dinamizar as aulas e torna-las mais atrativas e interessantes, porém até a conclusão desta Pesquisa de Campo não conseguimos coletar nenhum documento comprobatório dos professores entrevistados.

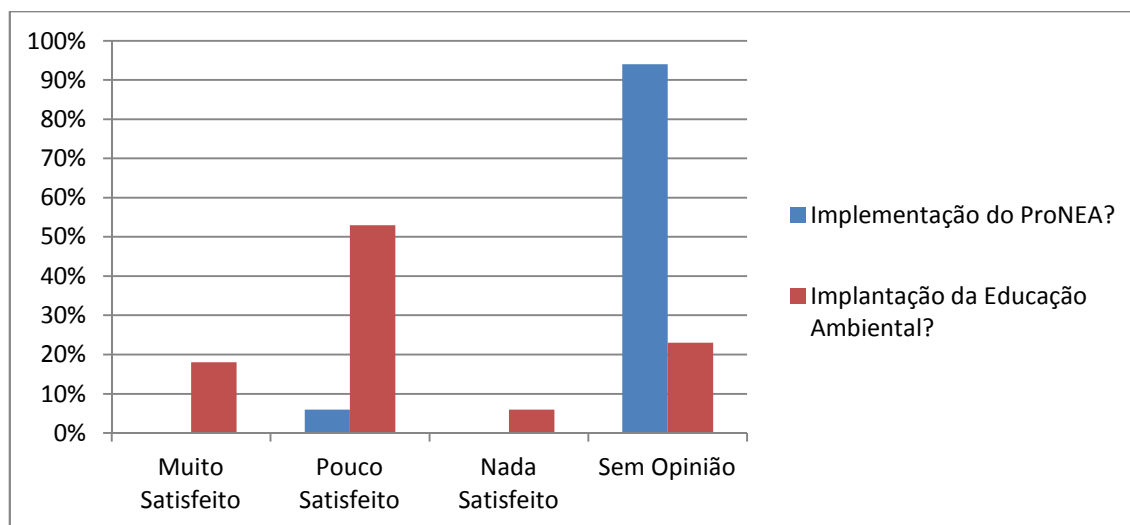
No entanto Kaecher (2003) evidencia que para aprimorar o ato pedagógico o professor precisa desejar ensinar e gostar do que faz, caso contrário o fará de forma precária de forma pouco atrativa e sem brilho. No entanto, é fundamental também que o aluno tenha vontade e esteja disposto a fazer esforço pessoal para aprender senão não há professor ou aula, por mais atrativos que sejam que farão o aluno aprender.

Gráfico 21: Informações de Dados Pessoais para Contato Posteriores

De acordo com os dados do Gráfico 21, predominaram os professores de Geografia entrevistados que forneceram informações de dados pessoais para contato posteriores (61%) porque a minoria (39%) não forneceram dados.

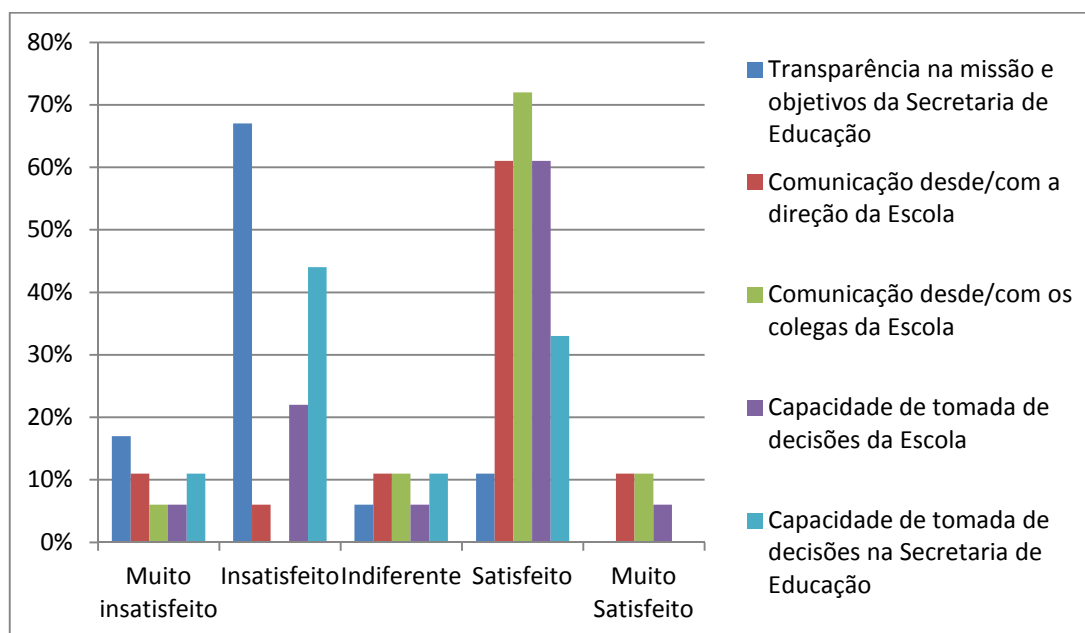
Contextualizando os dados anteriores com o resultado do Gráfico 20, constatamos que apesar dos professores entrevistados terem concordado em apresentar documentos comprobatórios sobre “Boas Práticas”, referente ao período de 2006 a 2009, quando realizamos contatos pessoais posteriores com esses professores os mesmos afirmaram que não possuíam nenhum tipo de documento comprobatório para comprovar exemplos concretos de “Boas Práticas” referentes à abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através de Projeto de Pesquisa ou entre as disciplinas curriculares no processo de ensino-aprendizagem da Geografia.

Gráfico 22: Nível de Satisfação Referente à Implantação da Educação Ambiental para Implementação do ProNEA a partir das Escolas Pesquisadas



De acordo com os dados apresentados no Gráfico 22, constatamos que os professores de Geografia entrevistados quanto à: implementação do ProNEA não emitiram opinião (94%); implantação da Educação Ambiental estavam predominantemente pouco satisfeitos (53%) ou não emitiram opinião (23%).

Contextualizando os dados anteriores com o resultado obtido dos itens 4.2.4 e 4.2.5, constatamos novamente que ocorreu ineficácia na Formação Continuada dos professores entrevistados devido aos seguintes fatos: 1. Por falta de conhecimento não emitira opinião sobre o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA e conseqüentemente demonstraram insatisfação em relação à implantação da Educação Ambiental a partir das Escolas de Educação Básica pesquisadas; 2. Tiveram a atitude positiva de participarem de estudos sobre os PCNs, porém não ocorreu interface entre o conhecimento teórico e as suas práticas pedagógicas.

Gráfico 23: Nível de Satisfação com as Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho

De acordo com os dados do Gráfico 23, com relação ao nível de satisfação nas relações interpessoais no trabalho os professores entrevistados declararam referente às: 1. Secretarias de Educação: insatisfação quanto à transparência na missão e objetivos (67%) e a capacidade de tomada de decisões (44%); 2. Escolas: satisfação quanto à comunicação entre os professores de Geografia e demais colegas (72%), comunicação estabelecida entre os professores de Geografia e os diretores (61%) e capacidade de tomada de decisões (61%).

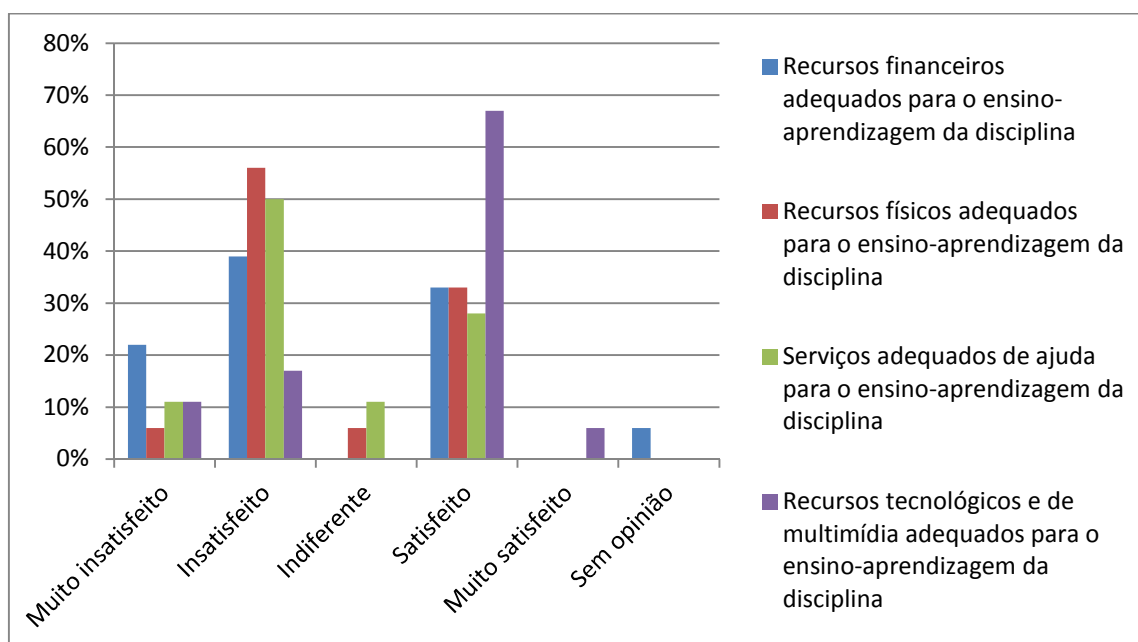
Contextualizando os dados anteriores e os resultados obtidos nos Gráficos 1 e 2 durante o ano letivo de 2009 constatamos que ocorreu: boa relação interpessoal dos professores entrevistados com as comunidades escolares pesquisadas, porém existia insatisfação com as Secretarias de Educação da cidade de Cuiabá, Estadual e Municipal principalmente devido aos seguintes problemas: 1. Dificuldades de acesso aos Programas de Mestrado e Doutorado na cidade de Cuiabá; 2. Problemas de saúde e falta de tempo devido ao regime de trabalho para complementação salarial.

Devido ao clima organizacional dentro das Escolas pesquisadas estimulou e melhorou a produtividade dos professores entrevistados nas Escolas pesquisadas sendo que Chiavenato (2002) afirma que o trabalho é por excelência uma atividade

grupar e, portanto a participação do grupo na realização dos objetivos é vital e deve ser planejada. No entanto o comportamento no trabalho é grandemente influenciado pela ação do grupo e a partir daí, a coesão do grupo passou a ser associada à produtividade, pois exerce influência sobre o ânimo das pessoas quanto ao rendimento.

Nesse contexto, a gestão participativa e democrática prevista no art. 206 da CF/88 e art. 14 da LDB – Lei Ordinária Federal nº 9.394/96, os gestores escolares devem considerar a Escola como um conjunto, não só de estruturas físicas, mas de pessoas, que possuem o objetivo comum e único de formar cidadãos com as seguintes características: democráticos, opinativos, transformadores da realidade e mantenedores da sustentabilidade do Meio Ambiente. Portanto, os gestores escolares necessitam e dependem da atuação de seus colaboradores que estão direta e indiretamente envolvidos principalmente com a Educação Básica, os quais são: funcionários, professores, alunos, pais, comunidade em geral, etc.

Gráfico 24: Nível de Satisfação com os Recursos Disponíveis para o Ensino da Geografia nas Escolas Pesquisadas



De acordo com os dados do Gráfico 24, com relação ao nível de satisfação com os recursos para o ensino da Geografia nas Escolas pesquisadas os

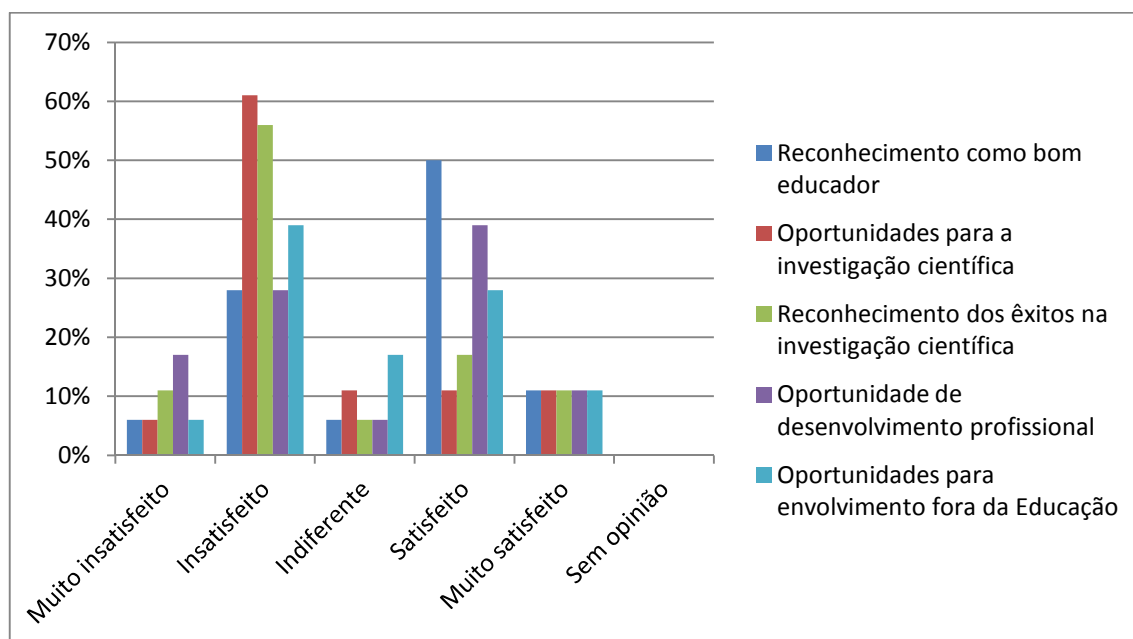
professores entrevistados declararam estar: 1. Insatisfeitos com os recursos físicos (56%), serviços (50%) e recursos financeiros (39%); 2. Satisfeitos com os recursos tecnológicos e de multimídia (67%).

Contextualizando os dados anteriores constatamos que os professores entrevistados estavam predominantemente satisfeitos com os recursos tecnológicos e de multimídia, porém insatisfeitos com os recursos físicos, serviços e financeiros.

Consejo Escolar Del Estado (2011, "Tradução Nossa") afirma que, a qualidade da Educação recebida pelos alunos nas Escolas sofre a influência de uma pluralidade de elementos. Na verdade, quase todos os assuntos incluídos nas várias seções deste relatório influência direta ou indiretamente, a qualidade da Educação. Na medida em que melhoram o Currículo Escolar, aumenta o envolvimento da comunidade educativa nas Escolas, promovendo a cooperação política e administrativa entre as instituições, para compensar as desigualdades, melhorar a gestão, a organização e as instalações dos centros. Além disso, aumenta o número de estudante nos núcleos de ensino do sistema, prepara os professores, disponibiliza recursos financeiros para Educação, assegurando a qualidade de ensino nas Escolas em todo o Sistema de Ensino.

Escola é [...] o lugar onde se faz amigos. Não se trata somente de prédios, salas, quadras, programas, horários, conceitos [...]. Escola é, sobretudo gente, gente que trabalha, gente que estuda, gente que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. Nada de ilha cercada de gente por todos os lados. Nada de conviver com pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém. E a Escola será cada vez melhor, na medida em que cada ser se comporta como colega, como amigo. Nada de ser como tijolo que forma parede indiferente, frio, só. Importante na Escola não é só estudar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se amarrar nela. Ora, é lógico [...] assim vai ser fácil estudar, crescer, fazer amigos, educar e ser feliz (FREIRE, 1999, p.45).

Portanto, a Escola não pode ser vista apenas como um local de coordenação dos conhecimentos formais, mas também como um local em que se constroem laços afetivos, em que se convive com culturas e personalidades diversas, o que requer por parte de todos os seus atores (Professores, Alunos, Pais, Diretores, Coordenadores, etc.) um convívio harmonioso fundamentado no respeito mútuo e na ética.

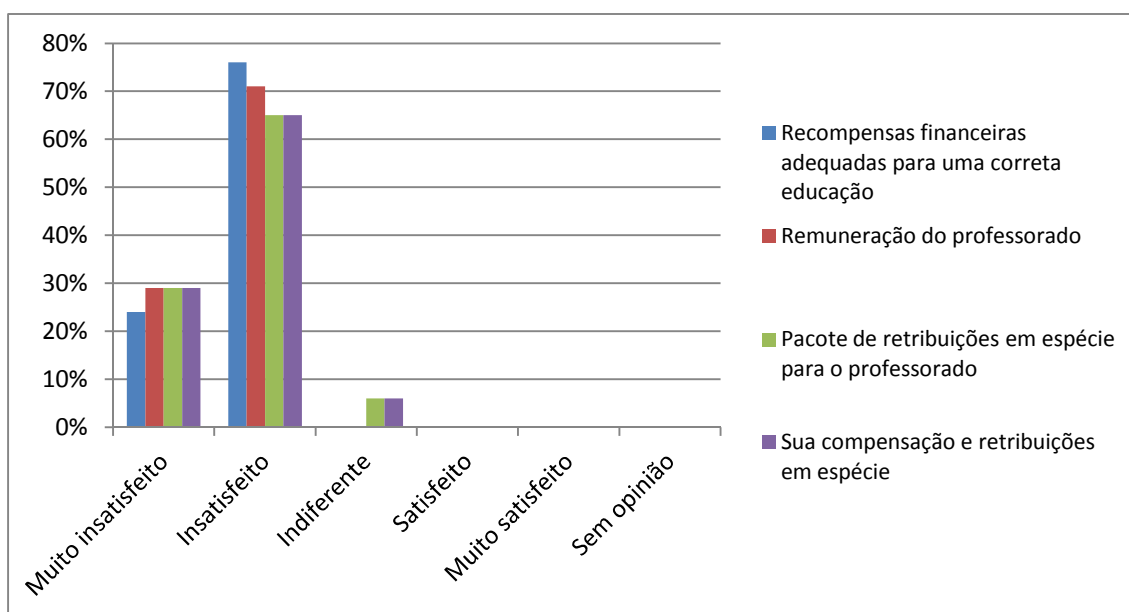
Gráfico 25: Nível de Satisfação com o Reconhecimento e Oportunidades Profissionais

De acordo com os dados do Gráfico 25, com relação ao nível de satisfação com o reconhecimento e oportunidades profissionais os professores entrevistados declararam estar: 1. Insatisfeitos com as oportunidades para a investigação científica (61%), reconhecimento dos êxitos na investigação científica (56%), oportunidades para envolvimento fora da Educação (39%); 2. Satisfeitos com reconhecimento como bom educador (50%) e oportunidades de desenvolvimento profissional (39%).

Contextualizando os dados anteriores e os resultados obtidos no Gráfico 1, 2 e 23, constatamos que predominou principalmente entre os professores com contratos temporários a insatisfação com as oportunidades e reconhecimento dos êxitos na investigação científica para a promoção na carreira principalmente devido às condições laborais negativas (alto stress laboral, falta de tempo, duro regime de trabalho pessoal para complementação salarial) o que ocasionou: ineficácia na consolidação do Novo Paradigma Educacional e na Formação continuada para trabalhar a Educação Ambiental. No entanto, os professores entrevistados, concursados e contratados, estavam satisfeitos com a boa relação interpessoal e reconhecimento como bom educador nas escolas pesquisadas.

Nesse contexto, Chiavenato (2002) salienta que os gestores devem aperfeiçoar os seguintes aspectos: reconhecimento do mérito, condições de segurança, promoção e estímulo ao companheirismo e integração da equipe. Isto porque estes aspectos são mais valorizados pelos profissionais, inclusive da Educação Básica, na formação de atitudes eficientes no trabalho.

Gráfico 26: Nível de Satisfação com as Recompensas Financeiras



De acordo com os dados apresentados no Gráfico 26, os professores de Geografia entrevistados, Efetivos e com Contratos Temporários, quanto ao nível de satisfação com as recompensas financeiras fizeram as seguintes declarações: recompensas financeiras adequadas para aprimoramento da Educação (76%), remuneração dos professores da Educação Básica (71%), pacote de retribuições em espécie¹¹² para o professorado (65%) e compensação e retribuições em espécie¹¹³ (65%).

¹¹² Proposta da autora desta Tese - O Poder Público, Estadual e Municipal, do Município de Cuiabá devem criar Leis para a valorização profissional dos professores da Educação Básica: a) Especialmente para os professores com vocação para Educadores Ambientais que atuam nas Escolas Públicas com produtividade comprovada documentalmente: recursos financeiros e materiais para a abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental cotidiana.

¹¹³ Proposta da autora desta Tese - O Poder Público também deve oferecer: a) Verba indenizatória compatível com o Sistema Remuneratório dos professores das Escolas Públicas de Educação Básica Municipal e Estadual; b) Recursos financeiros devem ser oriundos do PIB e do Pré-Sal destinados à Educação Básica, especialmente para os professores e as suas respectivas escolas com boa produtividade comprovada documentalmente referente a abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental.

Contextualizando os dados anteriores com os resultados obtidos nos Gráficos 24 e 25 constatamos que predominou entre os professores entrevistados a insatisfação com as oportunidades para a promoção na carreira e também com os recursos financeiros devido à necessidade de salários e recompensas compatíveis com a função de professor o que contribuiu para a consolidação das condições laborais negativas que ocasionaram ineficácia na Formação Continuada para a realização da abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia.

Constata-se também que, quando questionados sobre os estímulos mais eficazes para o êxito da formação continuada (Tabela 68), os docentes indicam os estímulos salariais (74,1%) e a promoção na carreira (57,4%), dando menos importância a diplomas e certificados formais (9,8%) (UNESCO, 2004, p. 131-132).

Nesse contexto, salários e recompensas são consideradas mecanismos de motivação, porque não podemos falar de motivação funcional sem exaltar a remuneração, porque atualmente os professores da Educação Básica em todo o território brasileiro e conseqüentemente no Município de Cuiabá necessitam utilizar de métodos da economia informal e/ou ter mais de um emprego para garantir sobrevivência familiar digna.

De acordo com a Revista RH em Síntese (1999), todos os órgãos públicos, inclusive as Secretarias de Educação, necessitam estabelecer mecanismos que supram as necessidades básicas de seus funcionários, pois o trabalhador quando é recompensado e valorizado, o seu desempenho laboral melhora significativamente a produtividade.

Nesse contexto, Mato Grosso (1990) evidencia que a Lei Complementar Estadual nº 50/1998 – Art. 44¹¹⁴ veta aos professores da Educação Básica, em especial aos que atuam nas Escolas da Rede Pública de Ensino, de receberem: auxílio ou gratificação salarial, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, devendo ser revisto obrigatoriamente a cada 12 (doze) meses. Neste mesmo contexto a Lei Complementar Municipal nº

¹¹⁴ Lei Complementar Estadual nº 50/1998:

Artigo 44 O sistema remuneratório dos Profissionais da Educação Básica é estabelecido através de subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, devendo ser revisto, obrigatoriamente, a cada 12 (doze) meses.

220/2010, Art. 43¹¹⁵, também traz a mesma vedação para os professores das Escolas da Rede Pública de Educação Básica Municipal.

Portanto, as vedações citadas acima ocorrem nos Sistemas Remuneratórios adotados pelo Estado de Mato Grosso e Município de Cuiabá que fixam o subsídio, que não exclui direitos previstos constitucionalmente¹¹⁶, para pagamento de seus servidores públicos, conforme a permissão constitucional do Art. 39, § 8º da Constituição Federal/1988¹¹⁷. Assim sendo, devido à escolha do sistema remuneratório as vedações citadas anteriormente ocorrem baseadas principalmente na impossibilidade jurídica.

No entanto, frente à impossibilidade dos professores receberem um *plus salarial* contrário ao subsídio encontramos uma possibilidade de indenização e a propomos: a *verba indenizatória* que será o único *plus salarial* admitido no Sistema Remuneratório adotado pelo Estado de Mato Grosso e pelo Município de Cuiabá para os professores da Educação Básica. No entanto, essa verba indenizatória será destinada especialmente para os professores com vocação para Educador Ambiental que atuam nas Escolas Públicas da Macrozona Urbana para aprimorar na realização de Projetos de Pesquisa com abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental principalmente no processo de ensino-aprendizagem da Geografia e previstos no Projeto Político Pedagógico das Escolas; salientamos que os professores lotados e em exercício nas Escolas Públicas de Educação Básica Municipais de Cuiabá localizadas na zona rural, têm assegurado uma verba indenizatória de interiorização para auxílio nas despesas com transporte e/ou moradia, conforme Art. 41¹¹⁸ da Lei Complementar Municipal nº 220/2010.

¹¹⁵ Lei Complementar Municipal nº 220/2010:

Art. 43 O sistema remuneratório dos Profissionais da Educação é estabelecido através de subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, exceto o previsto nesta Lei Complementar.

¹¹⁶Direitos previstos na Constituição Federal/1988:

a) Gratificação Natalina; b) Terço Constitucional de Férias; c) Adicional de Periculosidade; d) Adicional de Insalubridade; e) Adicional Noturno; f) Adicional de prestação de Hora Extraordinária e etc.

¹¹⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 39 [...] § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) [...]

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

¹¹⁸Lei Complementar Municipal nº 220/2010:

Art. 41 Ao professor lotado e em exercício em escolas do campo assegura-se o pagamento de verba indenizatória para auxílio nas despesas com transporte e/ou moradia.

Portanto, proponho a criação de um Projeto de Lei para analisar e aprovar pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso a proposta da *verba indenizatória* para os gastos (com tempo, materiais, locomoção e outros gastos) com na abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da educação Ambiental realizados principalmente pelos professores de Geografia com a possibilidade de futuramente ser estendida a todos os professores da Educação Básica.

No entanto quando os professores de Geografia entrevistados foram questionados sobre quais aspectos da área profissional gostariam que melhorasse para aprimorar a Formação Continuada, as respostas foram discursivas e pessoais sendo que abaixo transcrevemos as seguintes:

“Aspecto financeiro da categoria, oportunidade de formação continuada em nível de Mestrado e Doutorado” (Profº. 4).

“Com a profissão, desvalorização profissional” (Profº. 5).

“Pós-graduação em nível de mestrado, remuneração adequada ao nível de graduação e principalmente uma estrutura física adequada na minha Escola” (Profº. 11).

“Sem opinião, insatisfação com o salário da categoria e a falta autonomia e autoridade no ensino aprendizagem em Cuiabá” (Profº. 13).

“Sem sugestão, na gestão escolar os responsáveis deveriam ser mais bem preparados” (Profº. 16).

“Sem opinião, com as condições de trabalho” (Profº. 19).

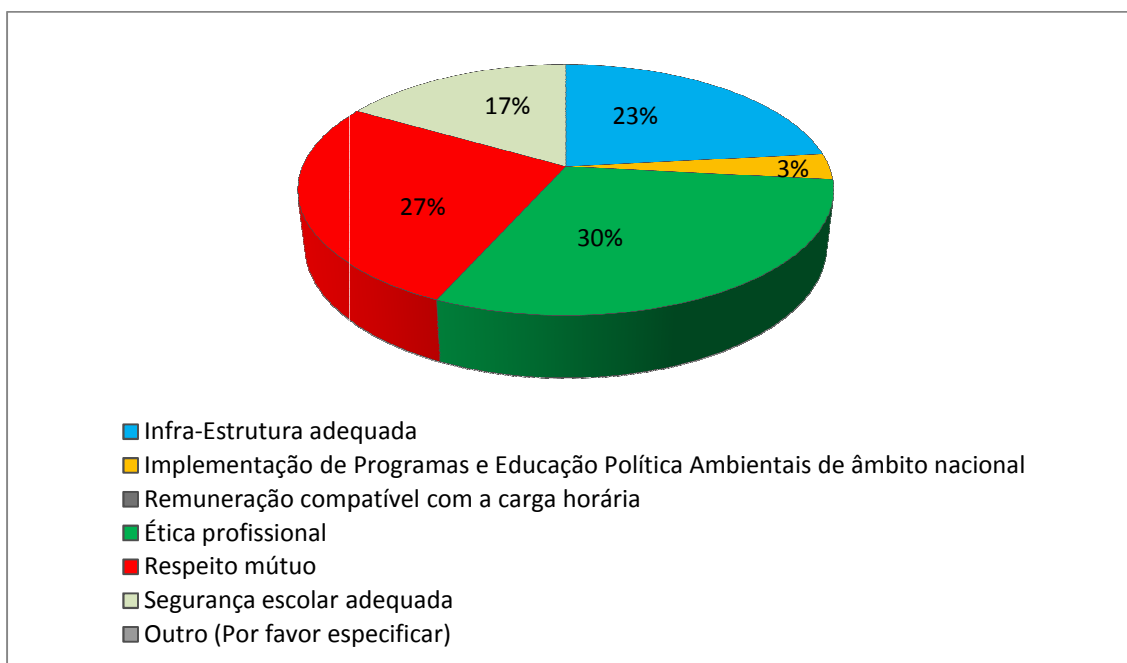
“Com a recíproca dos alunos, com a forma que a direção trata os professores” (Profº. 18).

Contextualizando todas as respostas dos professores entrevistados constatamos que predominou a necessidade de maior valorização profissional através de: salário compatível com a função de professor; melhorias nas condições de trabalho e no acesso à Formação Continuada em nível de Mestrado e Doutorado. Salientamos que os professores entrevistados oram unânimes ao evidenciarem a necessidade de resgate de: dignidade, respeito, autonomia e autoridade do professor.

O Brasil precisa de ensino público de qualidade. E mais do que isso, precisa de professores qualificados para atuar nas Escolas Públicas. [...] um profissional capaz e eficiente, que saiba e queira ensinar com qualidade ao aluno. [...] O país somente conseguirá bons professores se investir verdadeiramente na formação e na valorização efetiva deste profissional que acaba tendo que “dar conta” de toda sorte de problemas socioculturais e, muitas vezes, até pessoais e de saúde, dos estudantes. [...] Gestores e professores mais eficientes saberão indicar os campos, áreas e profissionais que precisam de algum tipo de auxílio para conseguir resultados qualitativos. Sem mascarar notas ou usar de subterfúgios para omitir as dificuldades no processo e na aprendizagem de seus alunos. [...] a

profissão foi perdendo seu status e até mesmo o respeito da sociedade. [...] o país está investindo mal e não pouco em Educação. [...] muitos dos estudantes de Cursos de Licenciatura não querem ser professor por diversas razões. Entre elas, a indisciplina e desrespeito crescente de alunos e pais em relação ao professor. O discurso sobre qualidade de ensino e valorização do professor continua lindo, mas na prática, pouco ou nada mudou nas últimas décadas no Brasil. As próprias Escolas tiraram a autoridade do professor que é atacado fisicamente [...] O ECA parece conter somente direitos de crianças e adolescentes, nada informa sobre seus deveres. [...] Os pais tem poder até mesmo para “ditar” a nota que seu filho merece em trabalhos escolares. [...] Dar curso e pagar o “salário possível”, seguramente não é valorizar o professor. Valorizar significa respeitar e responsabilizar, remunerar e formar adequadamente, fornecer material didático adequado e em quantidade suficiente e, acima de tudo, criar nas Escolas o ambiente propício ao ensino e à aprendizagem efetivos. O professor deve ser muito bem pago para ensinar a aprender, repassar e avaliar os conhecimentos produzidos pela humanidade. Valorizar o professor é construir uma Escola totalmente voltada a ajudá-lo e defendê-lo de injustiças cometidas por alunos e pais contra ele. [...] Os bons profissionais somente deixarão suas vagas no mercado de trabalho, retornando à sala de aula, se a sala de aula realmente for lugar de ensinar e aprender para professores e estudantes. É preciso fazer uma nova leitura do processo educacional e rever a escala de valores e investimentos. Valorizar o professor é atribuir o valor que ele realmente tem na sociedade (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 2009).

Gráfico 27: Fatores que Estabelecem Ambiente Escolar Adequado para o Ensino-Aprendizagem da Geografia



De acordo com aos dados do gráfico 27, quanto aos fatores que estabelecem ambiente escolar adequado para o ensino-aprendizagem da Geografia nas Escolas pesquisadas, os professores entrevistados declararam

predominantemente: ética profissional (30%); respeito mútuo (27%); infraestrutura adequada (23%); segurança escolar adequada (17%) e implementação de Política e Programas de Educação Ambiental de âmbito nacional (3%).

Contextualizando os dados anteriores constatamos que predominaram valores morais e éticos que remetem à ideia de costume que estabelecem harmonia no ambiente escolar: ética profissional e respeito mútuo. No entanto, salientamos um fato importante para a conclusão desta Tese: os professores entrevistados não citaram a implementação de Políticas e Programas de Educação Ambiental de âmbito nacional, idênticos ao ProNEA, como fator importante para estabelecer ambiente escolar adequado.

Vicentin (2005) ressalta que, há alguns pressupostos para que o professor exerça suas atribuições funcionais dentro da ética docente, os quais são: inclinação do profissional para a necessidade da formação ampla; culto à verdade; honestidade; capacidade; julgamento próprio; abertura ao debate e aprimoramento constante. Isto porque sempre haverá o que o professor aprender.

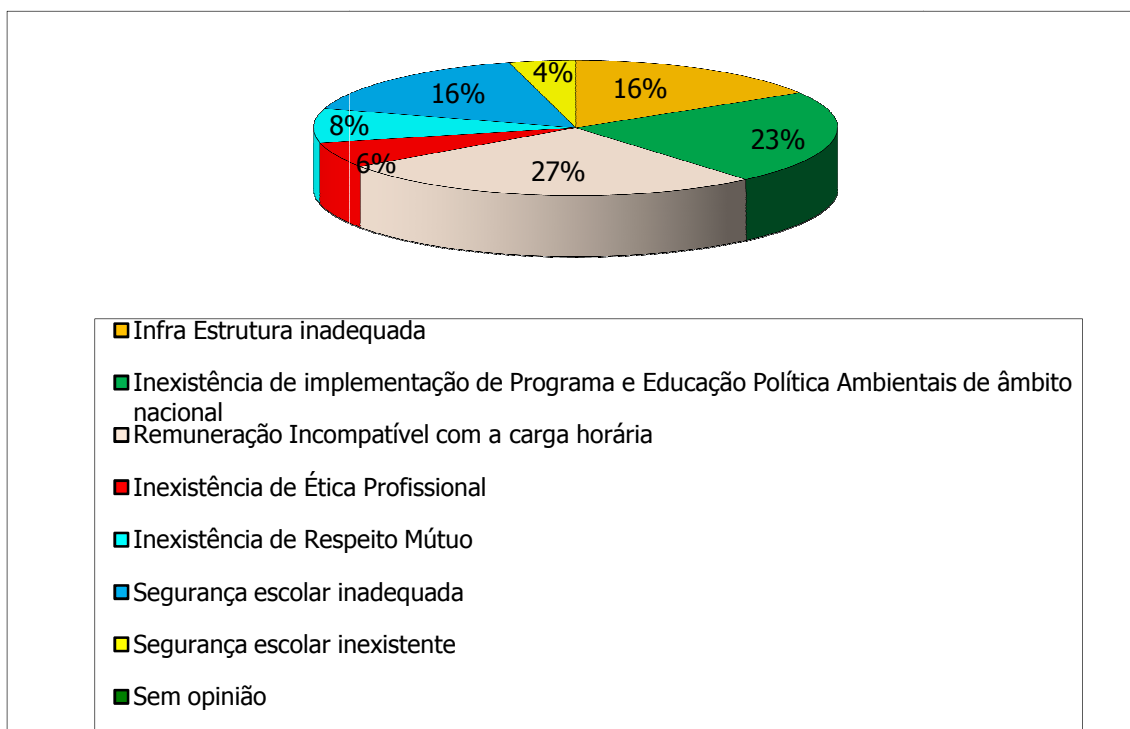
Neste contexto, os professores e gestores das Escolas de Educação Básica devem aperfeiçoar as seguintes atitudes: transmitir valores; estimular o resultado através de ações construtivas; servir de exemplo; viabilizar e apoiar as ações das equipes e reunir as pessoas em torno dos objetivos fixados principalmente pelas Escolas pesquisadas. Segundo Bergamini (2000), líder é uma pessoa que transmite valores, estimula a crença no ser humano e na instituição, transmite um forte envolvimento emocional e possibilita o desenvolvimento das pessoas através de ações baseadas em: justiça, honestidade e princípios éticos e morais.

Portanto, Díaz (1995 “Tradução Nossa”) enfatiza que em relação aos valores ambientais utilizados na abordagem da Educação Ambiental, os mesmos devem ser aplicados também na valorização dos recursos humanos no ambiente laboral das Escolas, porque se referem a: solidariedade, cooperação, respeito à diversidade, autonomia, participação, responsabilidade, tolerância e tantos outros que configuram o tronco de uma Educação integral, moral e cívica.

No Meio Ambiente laboral os professores enquanto profissionais éticos precisam respeitar os alunos e ter consciência de que diariamente se

defrontarão com conflitos em sala de aula, os quais precisarão resolver dentro de uma conduta ética. “A ética não é uma etiqueta que a gente põe e tira, é uma luz que a gente projeta para segui-la com os nossos pés, do modo que pudermos, com acertos e erros, sempre e sem hipocrisia” (SROUR, 2000, p.57).

Gráfico 28: Fatores que Estabelecem Ambiente Escolar Inadequado para Ensino-Aprendizagem da Geografia



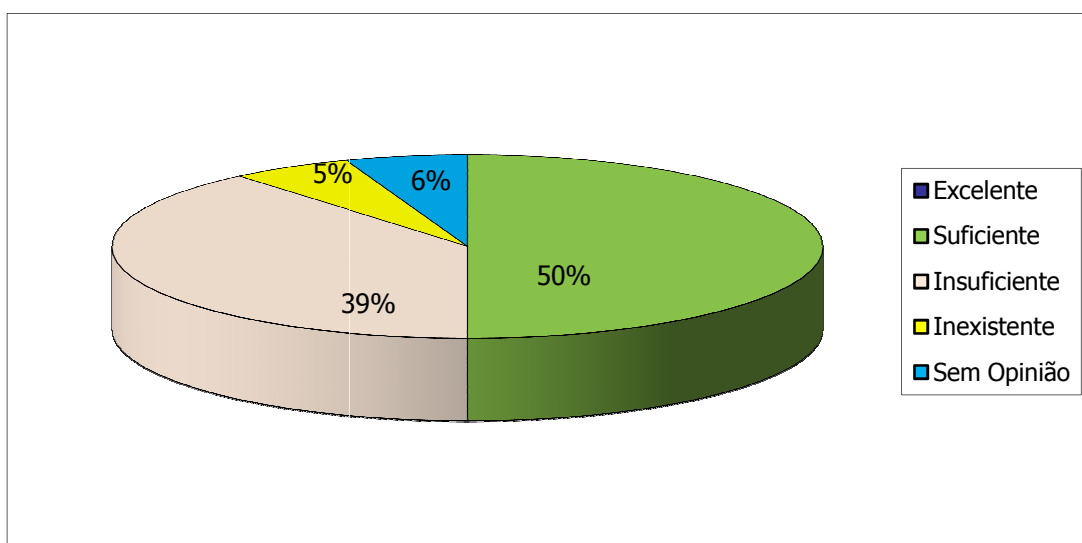
De acordo com os dados do Gráfico 28, quanto aos fatores que contribuem para o estabelecimento de ambiente escolar inadequado para a realização do processo de ensino-aprendizagem da Geografia, os professores entrevistados declararam: remuneração incompatível com a carga horária (27%), inexistência de implementação de Política e Programa e Educação Ambientais de âmbito nacional (22%), infraestrutura inadequada (16%), segurança escolar inadequada (16%).

Contextualizando os dados anteriores e os resultados dos Gráficos 26 e 27 constatamos que predominou como fatores que estabelecem ambiente escolar inadequado: remuneração incompatível com a carga horária e inexistência de implementação de Política e Programa e Educação Ambientais de âmbito nacional.

Portanto, eles reafirmam a insatisfação com: salário incompatível com a função de professor; inexistência das recompensas financeiras; dificuldades de acesso a cursos de Mestrado e Doutorado para promoção na carreira.

Reiteramos novamente um fato importante para a conclusão desta Tese: os professores de Geografia entrevistados desconheciam as diretrizes e conseqüentemente não implementaram o ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas. Por isso ocorreu contradição nas suas respostas referente à implementação de Política e Programa de Educação Ambiental de âmbito nacional similar ao ProNEA porque: inicialmente eles não citaram essa implementação como fator importante para estabelecer ambiente escolar adequado para o ensino-aprendizagem da Geografia, porém posteriormente afirmaram que sua inexistência estabelece ambiente escolar inadequado.

Gráfico 29: Nível de Segurança Existente na Escola Durante o Ensino-Aprendizagem da Geografia



De acordo com os dados do Gráfico 29, constatamos que os professores entrevistados declararam predominantemente: o nível de segurança existente nas Escolas pesquisadas é suficiente (50%).

No entanto, ocorreu contradição entre essa declaração e as notícias veiculadas pelos Meios de Comunicação de Massa sobre a consolidação da Cultura

da Violência na Macrozona Urbana em todo o território brasileiro e conseqüentemente no Município de Cuiabá principalmente devido à ineficácia dos Serviços Públicos Essenciais¹¹⁹.

Segundo Vicentin (2005), o professor está cada dia mais vulnerável frente a pais e alunos porque vivencia as seguintes situações: Constantemente julgado, pressionado e questionado em suas mínimas atitudes. Quando em julgamento deve lhe ser assegurado: O mais amplo direito ao contraditório; Apurar as circunstâncias em que o incidente ocorreu; Acima de tudo, protegê-lo não do erro, mas do pré-julgamento e do linchamento moral. Sendo que, Prado e Magro (2009) enfatizam que a violência no âmbito escolar é o que mais assusta. Essa afirmação foi confirmada pela pesquisa da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA que enfatizou: 26,4% dos professores já foram ameaçados pelos alunos e 7,5% sofreram violência física.

A maioria dos professores acredita que a melhor solução para reduzir a criminalidade é melhorar a educação dos jovens (52,9%), seguida de resolver o problema do emprego (36,5%). As opções de cunho preventivo são mais defendidas pelos professores do que as repressivas (UNESCO, 2004, p.168).

No entanto, quando os professores entrevistados foram questionados sobre o que poderia ser realizado para garantir a segurança escolar para aprimorar a qualidade do ensino-aprendizagem da Geografia, responderam de forma dedutiva e pessoal sendo que transcrevemos abaixo as mais relevantes:

“Contratar bons profissionais para trabalhar fiscalizando os alunos” (Profº 2).
 “Melhorar a infraestrutura da Escola” (Profº 3).
 “É urgente a necessidade de seguranças armados, capacitados, preparados psicologicamente e bem remunerados para exercício da sua função e com dedicação exclusiva” (Profº 4).
 “É necessário na minha Escola aumentar o efetivo de inspetores de pátio, para manter a ordem/disciplina entre os alunos” (Profº 5).
 “Aumentar o número de efetivo para melhorar a segurança dentro e no entorno da Escola” (Profº6).
 “Sem opinião” (Profº 7).
 “A SMEDEL juntamente com a SEJUSP tenha uma posição em relação à segurança das Escolas” (Profº 9).
 “Maior autonomia na tomada de decisões por parte da Escola em relação à disciplina dos alunos” (Profº 10).

¹¹⁹ Ver: Subitem 3.1.1. e Capítulo 5.

“Maior participação dos órgãos públicos diretamente relacionados com a segurança nas Escolas (polícia militar, conselho tutelar, promotoria da infância e adolescência, etc.)” (Profº 11).

“Além da parceria com a polícia militar, deveria ser aumentado o número de policiais na Escola” (Profº 12).

“Reeducar a família, alunos através de cursos de capacitação referente à segurança na Escola” (Profº 13).

“Resguardar a autonomia do professor em relação à tomada de decisões em todos os aspectos do processo ensino-aprendizagem da Geografia na Escola Pública” (Profº 14).

“Em relação à segurança referente à ministração da disciplina no processo ensino-aprendizagem seria importante: mais recursos financeiros para que os Projetos sejam desenvolvidos e auxiliem a diminuir o distanciamento entre a teoria e a prática” (Profº 15).

“Nesta Escola não existe problemas de violência” (Profº 16).

“Monitores do corredor sempre em alerta” (Profº 17).

“A segurança existente é suficiente” (Profº 18).

Contextualizando todas as respostas dos professores entrevistados com os resultados do Gráfico 29, constatamos novamente a contradição nas afirmações dos professores entrevistados referente à segurança nas Escolas pesquisadas devido aos seguintes aspectos: apesar das notícias cotidianas veiculadas pela Mídia local sobre casos de violência no contexto escolar eles a princípio declararam que a segurança nas Escolas pesquisadas era suficiente para garantir a qualidade da Educação, porém posteriormente reivindicaram medidas de segurança dentro e no entorno das Escolas pesquisadas principalmente em parceria com a Secretaria da Segurança Pública e Órgãos de Proteção a Criança e Adolescência.

4.3. RESULTADOS REFERENTES AOS ALUNOS

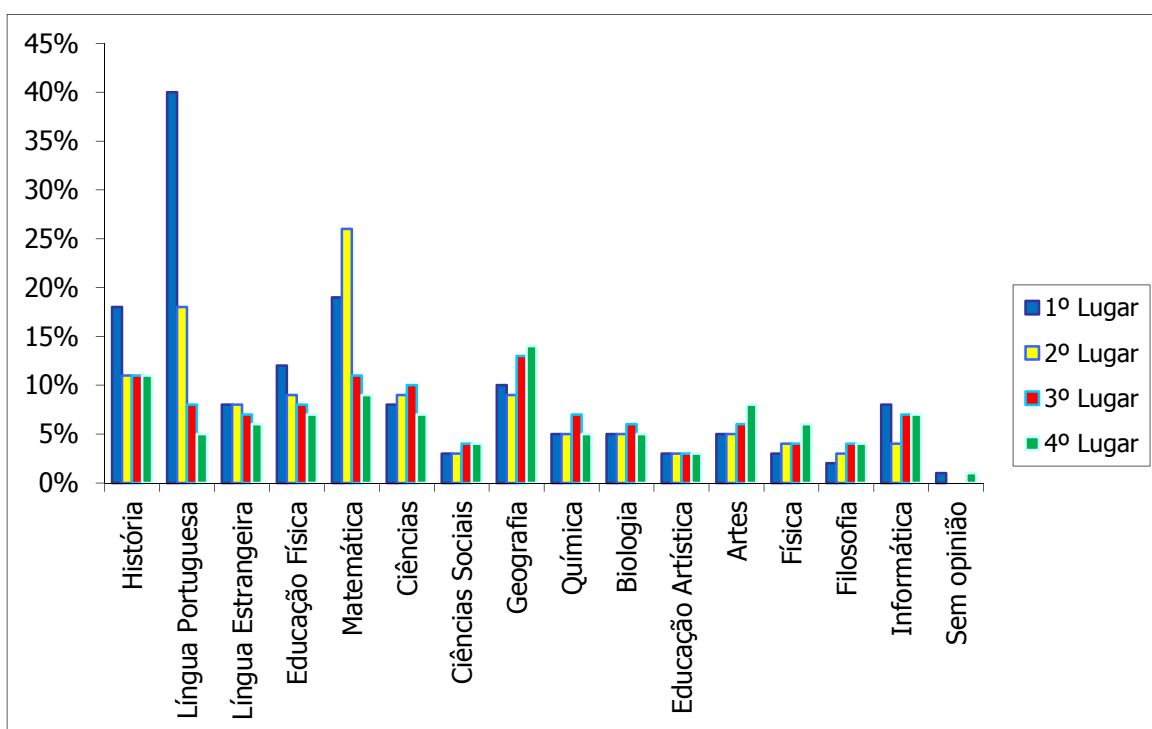
Para realização da terceira parte desta pesquisa também foram determinadas variáveis ligadas a uma ou mais questões formuladas nos questionários de coleta de dados específicos, a saber: “Avaliação da Disciplina de Geografia – Alunos da Educação Básica”.

Como foi dito anteriormente a população de amostra dos alunos de Geografia, pertencentes ao Ensino Fundamental (2º ciclo - 3ª fase e/ou 6º ano - antiga 5ª série; 3º ciclo – 1ª fase e/ou 7º ano - antiga 6ª série; 3º ciclo – 2ª fase e/ou 8º ano - antiga 7ª série; 3º ciclo – 3ª fase e/ou 9º ano - antiga 8ª série) e Ensino Médio (1º ano, 2º ano e 3º ano), das Escolas selecionadas foi composta de 1.246 Mil

alunos sendo que a totalidade se dispôs a responder aos questionários cujos resultados serão apresentados nesta terceira parte.

Inicialmente procuramos saber o entendimento dos alunos a respeito das disciplinas que compõem os Ciclos do Ensino Fundamental ou Anos do Ensino Médio nos quais estavam inseridos. No entanto as questões em que se exigiu dos alunos uma resposta discursiva pessoal, optou-se por transcrever aquelas consideradas mais relevantes.

Gráfico 30: Disciplinas Consideradas Mais Importantes Pelos Alunos da Educação Básica



De acordo com os dados do Gráfico 30, com relação às disciplinas consideradas mais importantes na Educação Básica, os alunos entrevistados declararam: 1º Lugar: Língua Portuguesa (40%); 2º Lugar: Matemática (26%); 3º Lugar: Geografia (13%); 4ª Lugar: Geografia (14%).

Contextualizando os dados anteriores com os resultados obtidos nos Gráficos 7, 11 e 12, constatamos que ocorreu a classificação consecutiva da Geografia caracterizando que os alunos entrevistados reconheceram a importância dos conhecimentos geográficos na Educação Básica.

Santana e Braga (2010) afirmam que a Geografia prioriza a relação homem-natureza e também a prática humana de conhecer o lugar onde se vive para compreender e planejar a organização desse espaço geográfico de forma mais comprometida com o Meio Ambiente diante da complexidade do mundo globalizado.

Nesse contexto, a Lei Ordinária Federal nº 9.795/99¹²⁰ que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental enfatiza sobre a importância da abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do processo de ensino-aprendizagem das disciplinas curriculares da Educação Básica, especialmente da Geografia, para aperfeiçoar a sua implantação principalmente a partir das Escolas Públicas com o objetivo de melhorar a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente na escala local, regional, nacional e global.

No entanto, quando os alunos entrevistados foram questionados sobre os novos valores (conhecimentos, competências, habilidades e atitudes) adquiridos através da abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental no ensino-aprendizagem da Geografia, responderam de forma discursiva e pessoal sendo que transcrevemos a baixo as mais relevantes:

“Sim, mas eu já tinha minhas atitudes, mas me ajudaram a melhorar o que eu já sabia” (Aluno 9).

“Sim. Porque aprendi que tenho de valorizar o Meio Ambiente, e cuidar; caso não houver preservação logo tudo irá acabar” (Aluno 18).

“Porque agente apreende a ver o nosso ambiente com outros olhos, muitos lugares turístico que eram bonitos e bem visitados agora já não são bem visto, por causa do descuido da população” (Aluno 39).

“Sim. Porque aprendi que tenho de valorizar o Meio Ambiente, e cuidar; caso não houver preservação logo tudo irá acabar” (Aluno 58).

“As minhas atitudes mudaram, eu agora não desperdiço muito a água, já plantei arvores...” (Aluno 94).

“Sim. Por que aprendi a cuidar melhor do Meio Ambiente, a não jogar lixo nas ruas, a cuidar melhor das plantas, e até mesmo dos seres humanos” (Aluno 378).

“Sim, pois Geografia fala sobre preserva o espaço geográfico, pois isso ensina a preserva o ambiente e o eco sistema” (Aluno 504).

“Mudou meu jeito de ser sim, porque sei que para termos um lugar melhor temos que preservar o Meio Ambiente” (aluno 536).

“Sim, porque a Geografia contribui muito na Educação Ambiental nela aprendemos a respeitar a cuidar ter boas praticas no nosso Meio Ambiente, conhecer novos conhecimentos em relação da mesma” (Aluno 537).

“Sim, porque eu passei a preservar o Meio Ambiente e respeitá-lo” (aluno 859).

¹²⁰ Lei Ordinária Federal nº 9.795/99 - Art. 1º Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

“Sim. agora aprendi a preservar o Meio Ambiente e a não destruí-lo e sim cuidar para que possamos viver com segurança” (Aluno 877).

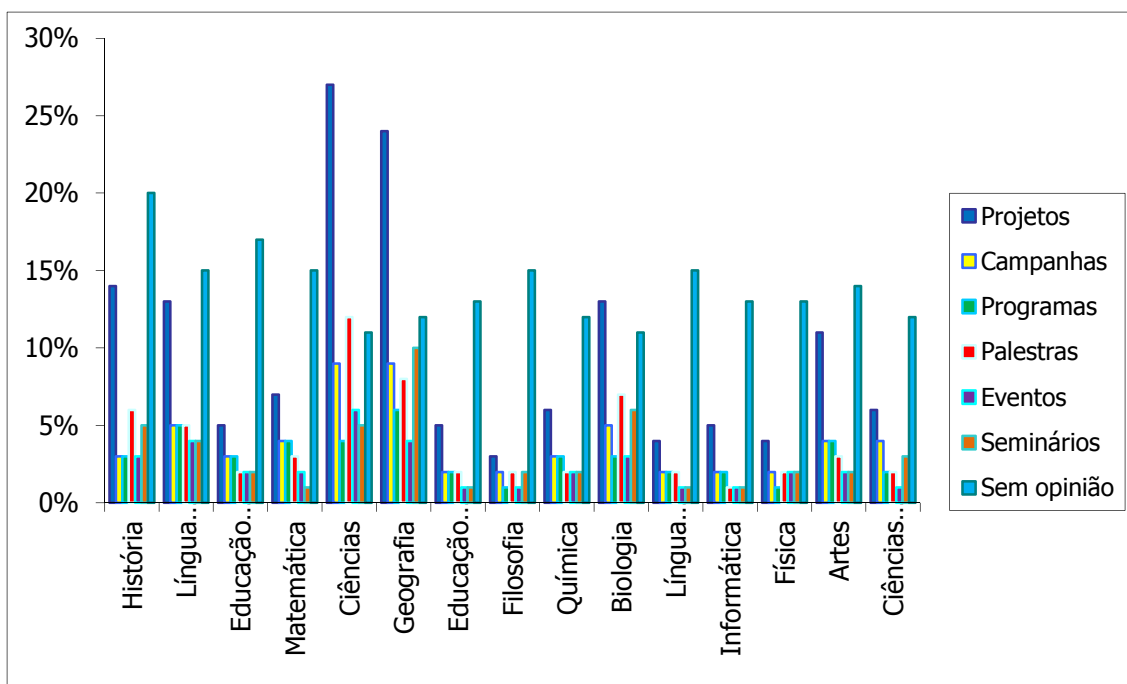
“Sim, porque passei a respeitar mais o Meio Ambiente, sabendo a importância dele pra vida do planeta e passei a respeitar mais a tudo” (Aluno 935).

“Porque através da Geografia nos podemos ver como estão o nosso Meio Ambiente e através disso tentamos melhorar o que fazemos de errado” (Aluno 1128).

“Na minha vida mudou muito porque eu passei a ver o Meio Ambiente com outros olhos e como é importante para nós estudantes saber cuidar do nosso Bairro” (Aluno 1230).

Contextualizando todas as respostas dos alunos entrevistados com os resultados obtidos no Gráfico 11 constatamos que os alunos entrevistados adquiriram conhecimentos geográficos para melhorar a qualidade de vida no Meio Ambiente apesar dos professores de Geografia entrevistados terem realizado continuamente práticas pedagógicas tradicionais concentradas no contexto escolar com predomínio de: aulas expositivas e utilização de livros didáticos “[...] um ensino dinâmico, atual, criativo e instigante para que nossos alunos percebam a Geografia como um conhecimento útil e presente na vida de todos” (KAERCHER, 2002, p.230).

Gráfico 31: Disciplinas da Educação Básica que Trabalham os Novos Valores para auxiliar na manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente local/global



De acordo com os dados do Gráfico 31, com relação às disciplinas da Educação Básica que trabalharam a Educação Ambiental para a consolidação de novos valores - conhecimentos, competências, habilidades e atitudes com o objetivo de melhorar o Meio Ambiente, os alunos entrevistados declararam que predominaram: a) Projetos - Ciências (27%), Geografia (24%); b). Palestras - Ciências (12%); Seminários: Geografia (10%); c) Campanhas - Geografia (9%), Ciências (9%); d) Programas - Geografia (6%); e) Eventos - Ciências (6%).

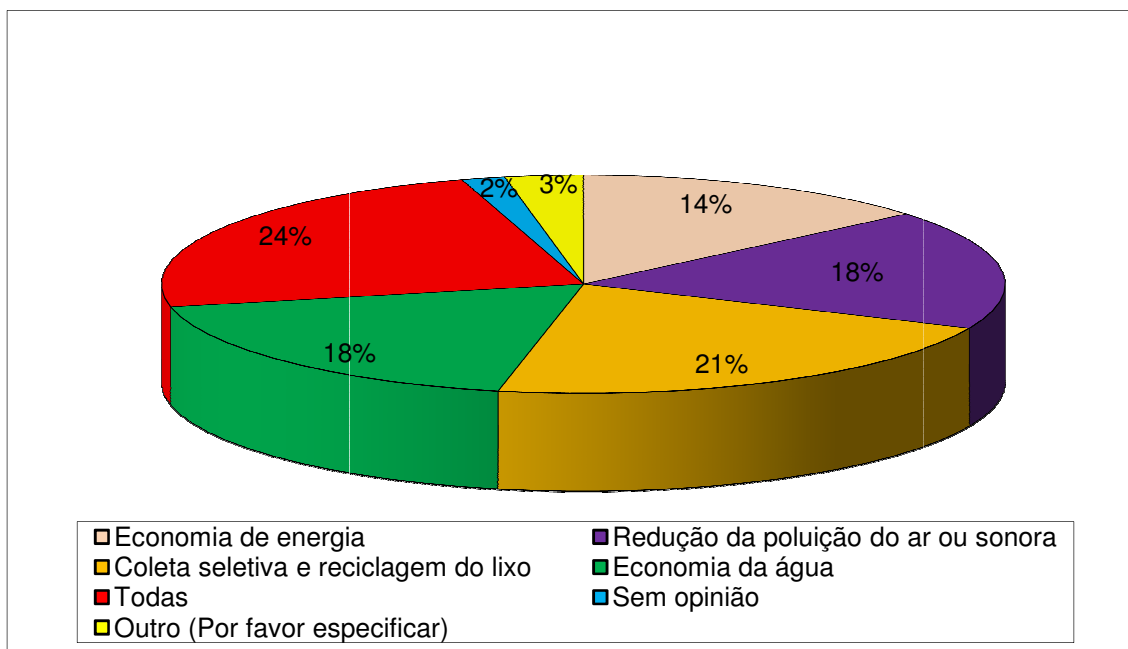
Contextualizando os dados anteriores com os resultados obtidos no Gráfico 8 constatamos que na opinião dos alunos entrevistados predominou a realização de Projetos com abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia apesar das seguintes características negativas: a) Execução concentrada no contexto escolar; b) Frequência descontínua de execução; c) Inexpressiva participação de segmentos sociais apenas nos Eventos de Culminância.

Salientamos que ocorreu mais um fato importante para a conclusão desta Tese: os Projetos foram realizados por um pequeno grupo formado por professores de Geografia e Ciências.

Nesse contexto, Castrogiovanni (2008), afirma que a Geografia deve ser uma disciplina interessante, relacionada à vida e não somente com dados e informações que pareçam ser distantes da realidade, deve possibilitar ao aluno compreender o espaço construído pela sociedade, resultado da interligação entre o espaço natural com o espaço transformado constantemente pelas ações antrópicas.

De acordo com Diáz (1995 "Tradução Nossa"), em qualquer caso os valores são ensinados principalmene através de inúmeras situações da Escola tais como: a relação que o professor estabelece com os alunos; como eles se envolvem em tarefas; os procedimentos; as avaliações e a estrutura organizacional da Escola. Os exercícios de esclarecimentos de valores ajudam os alunos a serem mais conscientes e identificarem os seus valores e também das outras pessoas sendo que determinadas atividades conhecidas como extraescolares estão cada vez mais integradas ao processo de ensino-aprendizagem para oferecerem experiências de extraordinária importância para o aprendizado de valores relacionadas com o Meio Ambiente.

Gráfico 32: Ações Atitudinais Comunitárias para a Manutenção da Sustentabilidade do Meio Ambiente Local



De acordo com os dados do Gráfico 32, com relação às ações atitudinais comunitárias para a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente local constatamos que os alunos entrevistados declararam predominantemente: todas as ações atitudinais (24%).

Contextualizando os dados anteriores com os resultados obtidos no Gráfico 14 constatamos que os alunos entrevistados fizeram a opção correta apesar de que os professores entrevistados apontaram o Saneamento Básico deve ser a temática predominante na abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental através do ensino da Geografia principalmente porque atualmente em Cuiabá de acordo com a Norma Técnica Brasileira - NBR 10.004/2004 a coleta de resíduos sólidos produzidos pela população da Macrozona Urbana necessita ser classificada e reciclada.

[...] com vista ao gerenciamento dos resíduos independente da sua destinação final. A segregação dos resíduos na origem, ou seja, na fonte geradora, constitui aspecto extremamente importante, junto com o desenvolvimento dos procedimentos corretos no processo de classificação, elevando a potencialidade de reaproveitamento e reciclagem de um determinado resíduo (CASTRO, 2001, p.1).

No entanto, na opção “outro (por favor, especificar)” os alunos entrevistados responderam de forma dedutiva e pessoal sendo que transcrevemos abaixo as seguintes:

“E preciso conscientizar a população” (Aluno 28).

“Educação, educação de qualidade irá levar ao baixo índice criminal, uma maior conscientização com o Meio Ambiente e assim a sociedade num todo será organizada, mais para isso a educação é o principal fator, não adianta dar o peixe tem que ensinar a pescar” (Aluno 372).

“Tratamento da água do rio e ensinamento básico” (Aluno 391).

“Trabalhar a índole do indivíduo para que abandone a criminalidade” (Aluno 664).

“Segurança do trânsito; porque quando temos educação no trânsito é favorável que as pessoas viverão mais, assim sendo que essas pessoas poderiam ensinar a preservar o Meio Ambiente” (Aluno 792).

“Respeito entre os vizinhos, aumento da polícia nas ruas” (Aluno 1242).

Contextualizando todas as respostas dos alunos entrevistados com os resultados do Gráfico 29 foi reconfirmado para a conclusão desta Tese que: as respostas dos alunos e as notícias veiculadas pelos Meios de Comunicação de Massa sobre a consolidação da Cultura da Violência principalmente na Macrozona Urbana de Cuiabá dirimiram a contradição com a declaração dos professores entrevistados sobre segurança suficiente nas escolas pesquisadas.

De acordo com ClicRN (2010), as variadas formas de violência fazem parte do cotidiano da sociedade brasileira: medo e sensação de insegurança. Infelizmente os professores, principalmente das Escolas Públicas de Educação Básica, praticamente perderam sua autonomia e autoridade e vivem sob o julgo da violência cotidiana no contexto escolar.

Nesse contexto, Gauer e Gauer (1999) enfatizam que na contemporaneidade a violência tem assumido uma escalada drástica, isso em consequência da instabilidade dos sistemas de valores que tem alterado as regras básicas de convivência social em virtude de: não reação; não resistência e vulgarização da violência, da miséria e da morte. Os padrões violentos de comportamento não estão à margem da cultura, mas a compõem, conduzindo a sociedade contemporânea a uma crueldade que se torna mais aberrante à medida que passa a ser um elemento do cotidiano.

No entanto, quando os alunos entrevistados foram questionados sobre o conhecimento mais relevante obtido através do ensino-aprendizagem da Geografia durante o ano letivo no processo de ensino-aprendizagem da Geografia, responderam de forma discursiva e pessoal sendo que transcrevemos a baixo as seguintes:

“Conscientização com Meio Ambiente e economia da água, pois a água esta se acabando” (Aluno 5).

“A Geografia focou bastante na questão do Meio Ambiente; apontando os pontos fracos e fortes. Principalmente alertando sobre as principais causas e sobre suas soluções” (aluno 18).

“Sobre o Meio Ambiente que nos diz que agora que o mundo corre perigo por causa do aquecimento global que nesses tempos pra cá a pessoa tenham se preocupado mais no mundo” (Aluno 22).

“Devido ao Projeto de desenvolvimento sustentável emitido por empresas na questão de reflorestamento onde se apoia o combate ao aquecimento global” (Aluno 105)

“Nos ensinou sobre a camada de ozônio, sobre poluições e economias pra que possamos ter sempre nossa água limpa e saudável em abundancia” (Aluno 159).

“Mostrou que nós somos responsável por tudo que esta acontecendo no mundo como a poluições em rios no ar e se continuar assim muitas pessoas serão prejudicadas. Mas também mostrou que podemos mudar e muito ajudando as pessoas, orientando elas a fazer coisas positivas e assim por adiante com isso teremos um futuro melhor” (Aluno 270).

“Me ensinou a cuidar do Meio Ambiente ter uma boa pratica saber dar mais qualidade de vida não só pra mim onde vivo nela, mais sim para o próprio Meio Ambiente, portanto, saber preservá-la” (Aluno 537).

“Nos proporcionou o descaso dos países desenvolvidos em relação ao Meio Ambiente, dando prioridade a economia, desmatando floresta, e lançando uma alta quantidade de CO₂ (gás carbônico) na atmosfera provocando o aquecimento global” (Aluno 700).

“Adquiri conhecimentos sobre diversas áreas, desde aspectos naturais e humanos” (Aluno 714).

“Ensinou a importância de forma global de ensino de forma que possamos apreciar os nossos conhecimentos.” (Aluno 1078).

“A cuidar da nossa própria saúde não jogando lixo nas ruas e nas margens dos rios.” (Aluno 1183).

Contextualizando todas as respostas dos alunos entrevistados com os resultados obtidos nos Gráficos. 4 e 7 constatamos que devido as dificuldades profissionais cotidianas os professores entrevistados realizaram com ineficácia a abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia, porém conseguiram transmitir conhecimentos sobre os novos valores para a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente local/global.

No entanto, quando os alunos entrevistados foram questionados sobre quais foram as “Boas Práticas” através da abordagem de Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia foram realizadas durante o ano letivo no processo de ensino-aprendizagem da Geografia, responderam de forma discursiva e pessoal sendo que transcrevemos a baixo as seguintes:

“Diminuiu o tempo do banho, tendo assim a conscientização de que devemos economizar água, pois ela esta acabando” (Aluno 5).

“Ensinou que devemos respeitar o Meio Ambiente como reciclagem, coleta seletiva, não jogar lixo na rua e etc. além de melhorar a nossa qualidade de vida ajuda o Meio Ambiente” (Aluno 18).

“Que nos não devemos acabar com as florestas e animais e preservar o que temos de, mas precioso que a floresta” (Aluno 34).

“Não joga lixo na rua não poluir os rios ajudar a cuidar do Meio Ambiente” (Aluno 54).

“Não praticar queimadas porque a cada dia que se passa o planeta fica mais quente e isso prejudica o Meio Ambiente” (Aluno 86).

“Sim, na reciclagem de lixo e economia de água” (Aluno 194).

“Ensino a cuidar e viver no meio do espaço geográfico sem destruir ou desmatar as matas do nosso planeta, e também preserva o mundo todo efeito estufa e aquecimento global e desmatamento” (Aluno 504).

“Que temos que respeitar o Meio Ambiente preservando e reflorestando”. E também respeitando os seres vivos em geral que estão ao nosso redor (Aluno 536).

“Economizar água, evitar a poluição de ar, reciclar os lixos para não atingir o Meio Ambiente pois atingindo ele nos atinge também” (Aluno 536).

“Não poluir os rios ajudar o Meio Ambiente não causando queimadas e não poluir o ar com fumaças de carro porque isso prejudica muito o Meio Ambiente” (Aluno 997).

“Que não adianta pensar como seria um mundo melhor, onde o Tiete e o Rio Cuiabá, poderiam ser trafegados por barcos e tomaríamos banho nesse Rio, você tem que ajudar com uma única coisa, mas tem que ajudar” (Aluno 1067).

“Nos mostrou os impactos ambientais que nós podemos causar se não mudarmos de atitude” (Aluno 1142).

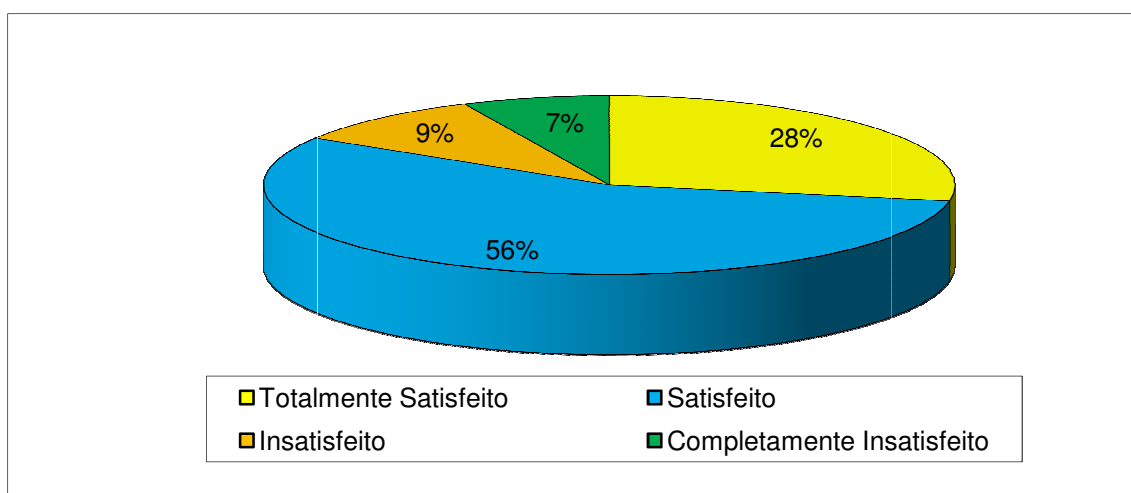
“Quando ver lixo na rua pegar por que quando chover ele vai para o Rio e vai poluindo” (Aluno 1245).

Contextualizando todas as respostas dos alunos entrevistados com os resultados do Gráfico 11 constatamos que apesar de terem predominado práticas pedagógicas teóricas tradicionais os professores entrevistados conseguiram conscientizaram seus alunos sobre a importância de incorporar os valores atitudinais para o exercício da cidadania através da abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental no ensino da Geografia para melhorar a qualidade de vida no Meio Ambiente local/global. Callai (2001) ressalta que, o maior desafio da Geografia enquanto ciência é preparar o aluno para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, Mopu (1989, “Tradução Nossa”) ressalta que às vezes essa incorporação tem por objeto, sobretudo as disciplinas chamadas “eixos”, como a Geografia e a Ecologia, já que englobam um campo mais amplo e permitem compreender melhor a complexidade dos problemas ambientais, abrindo passagem às perspectivas interdisciplinares.

De acordo com Lima (2004), a Educação Ambiental abordada no processo de ensino-aprendizagem da Geografia deve enfatizar e associar noções de complexidade social como: mudanças sociais e culturais, emancipação, libertação individual e social e de integração. Pois a ideia de mudança social reflete o inconformismo com o estado atual do mundo e com as relações sociais. Além disso, a mudança cultural evidencia a necessidade de renovação dos valores dominantes na sociedade contemporânea no sentido de se construir uma nova ética que valoriza a vida humana e o Meio Ambiente.

Gráfico 33: Nível de Satisfação dos Alunos com o Ensino da Geografia



De acordo com dados do Gráfico 33, com relação ao nível de satisfação com o ensino da Geografia os alunos entrevistados declararam estar predominantemente: satisfeitos (56%) e totalmente satisfeitos (28%).

Portanto, contextualizando os dados anteriores com os resultados obtidos no Gráfico 12 constatamos que, durante esse período, os alunos entrevistados

declararam estar satisfeitos com o processo de ensino-aprendizagem da Geografia apesar de ter ocorrido práticas pedagógicas tradicionais na abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar da Educação Ambiental.

A Geografia é uma ciência que possui diversos campos, os quais abrangem variados conhecimentos, é importante também que o docente utilize práticas interdisciplinares, de modo a estimular o interesse por outras áreas, bem como disciplinas (COSTA E DANTAS, 2010, p.7).

Nesse contexto, Diáz (1995 “Tradução Nossa”) salienta que para muitos educadores, a realidade educativa se desenvolve entre dois aspectos básicos ou polos de complexidade: Meio Ambiente e o sujeito a educar. Entre ambos, não se pode falar de um dispositivo simplificador, mas podemos admitir que a Educação para a complexidade não pode se desenvolver sozinha no interior de uma Escola. Temos que pensar numa estrutura educativa muito mais complexa e integrada.

No entanto, quando os alunos entrevistados foram questionados sobre o que os professores deveriam fazer para tornar o processo de ensino-aprendizagem da Geografia mais interessante, responderam de forma discursiva e pessoal sendo que transcrevemos a baixo as seguintes:

“Poderíamos ter mais aulas de campo, assim poderíamos colocar em prática” (Aluno 3).

“Acho que poderíamos ter aula de campo, criar Projetos que foquem ajudar o Meio Ambiente, e chamar à atenção da população para o Meio Ambiente” (Aluno 18).

“Nós devemos ter mais Projetos, Campanhas, um Ensino melhor sobre a Geografia, ter mais aulas dinâmicas porque nós só temos duas aulas por semana” (Aluno 21).

“Pesquisas mais detalhadas em outros ambientes, aulas dinâmicas com pesquisas” (Aluno 105).

“As aulas de Geografia devia ser fora de sala em outros lugares tipo fazer um planetário o coisa assim” (Aluno 133).

“Deveríamos ter aulas praticas de como devemos agir a favor do Meio Ambiente como podemos diminuir a poluição do ar e levar isso não só para nós, mas também para a comunidade” (Aluno 192).

“As aulas devem sair da monotonia, haver mais interesses dos professores, e dos alunos também. Com isso podendo elaborar Projetos campanhas, e passeios educativos elaborados propriamente pelos alunos. Um exemplo bem mostrado é o aluno irá se interessar mais e aprender mais em aula de campo seguido do exemplo de uma viagem pela Chapada dos Guimarães onde as informações seriam melhores processadas e melhor conhecimento. O dia em que o Brasil conseguir juntar tudo isso seremos com certeza a maior potencia econômica do mundo. Já somos só que para sairmos do subdesenvolvimento temos de ter uma ótima estrutura” (Aluno 372).

“Mais dinâmicas, ensinamentos práticos. Por que se for a mesma coisa sempre agente acaba enjoando e não aprende nada” (Aluno 530).

“Acredito que para que as aulas de Geografia fiquem mais interessantes e interativas deveríamos tocar mais em assuntos contemporâneos, problemas recentes que estão agredindo a natureza, artigos que falem sobre pessoas que lutaram e continuam lutando para fazer do nosso planeta um lugar que possa ser valorizado, assuntos sobre a importância das decisões tomadas por nossos representantes políticos para mudar nosso espaço social e ambiental, fatos que marcaram história no nosso planeta, dentre vários outros” (Aluno 625).

“Filmes interativos e interessantes, trabalhos em grupos, cartazes e peças teatrais porque assim fica mais interessante saber sobre Geografia que e uma matéria excelente” (Aluno 842).

“Deveria haver aulas práticas, não somente teórica. Para se ter experiência para a vida” (Aluno 891).

“Aulas de campo, por exemplo, seria bom. Mais a Escola não tem estrutura para isso” (Aluno 948).

“Aulas práticas, visitas as instituições de preservação, e um laboratório para o estudo da Geografia” (Aluno 1143).

Contextualizando todas as respostas dos alunos entrevistados com os resultados dos Gráficos 7 e 18 constatamos que eles reivindicaram a intensificação de aulas práticas e Projetos porque devido ao predomínio de práticas pedagógicas tradicionais e Projetos de Pesquisa concentrados basicamente no contexto escolar.

Nesse contexto, Costa e Dantas (2010) ressaltam a importância da Geografia em diversos aspectos sob a ótica dos alunos e concluíram que os alunos da Educação Básica afirmaram que a Geografia pode: informar os indivíduos e ajudar a compreender o cotidiano; informar sobre o lugar onde vivem e ajudar a compreender a política dos países e porque fazem guerras.

Segundo Vesentini (1999), o ensino-aprendizagem da Geografia deve permitir aos alunos principalmente da Educação Básica a construção de conceitos que possibilite a compreensão da realidade vivenciada pela sociedade contemporânea e a reflexão crítica para o comprometimento com a manutenção da sustentabilidade local/global do Meio Ambiente possibilitando a preservação da vida digna para as gerações futuras.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Este capítulo é dedicado à criação de conclusões e recomendações com o objetivo de fomentar estudos futuros baseados nas Pesquisas, Bibliográfica e de Campo Qualitativa e Quantitativa, realizadas nesta Tese para auxiliar no aprimoramento da: Formação Continuada dos professores fundamentada na abordagem Interdisciplinar ou na Transdisciplinar da Educação Ambiental através do ensino-aprendizagem da Geografia, das Escolas Públicas; Qualidade dos Serviços Públicos Essenciais, especialmente da Educação Básica, e a vida cotidiana dos cidadãos no Meio Ambiente nas escalas local/ global da cidade de Cuiabá.

5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender o significado estratégico da Educação Ambiental no contexto atual do Brasil devemos situar-nos inicialmente em uma visão de conjunto: O Brasil é o maior país da América do Sul e o quinto maior do Mundo em área territorial totalizando 8.514.876 km² e a sua população atual totaliza aproximadamente 190,7 milhões de habitantes. O FMI e o Banco Mundial afirmam que a Economia brasileira destaca-se no cenário mundial como: A maior da América Latina; A segunda das Américas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos; A oitava maior do Mundo a taxas de Mercado de Câmbio; A sétima maior em paridade do poder de compra.

Nesse contexto, o IBGE (2011) evidencia que o PIB do Brasil cresceu 6,2% do primeiro trimestre de 2010 ao primeiro trimestre de 2011 porque chegou a R\$ 939,6 Bilhões. Sendo que o PIB per capita foi US\$ 10.200 o que colocou o Brasil na sexagésimo quarto lugar de acordo com dados do Banco Mundial.

Através da análise macroeconômica e comparada para enumerar as dinâmicas globais concluímos que a qualidade do desenvolvimento do Brasil no

início do século XXI consolidou-se através de grandes e desenvolvidos Setores Econômicos - Primário (Agricultura e Mineração), Secundário (Indústria Manufatureira) e Terciário (Serviços) – e também de um grande Mercado de Trabalho. Após a crise econômica mundial de 2008 – 2011 e seus desdobramentos financeiros o Brasil aumentou as exportações e expandiu sua presença nos mercados financeiros internacionais e mercados de *commodities*¹²¹.

Os economistas contemporâneos reconhecem que o Brasil é um país com grande potencial de desenvolvimento principalmente por ter incorporado em 2006 à sua política externa o conceito que deu origem a um agrupamento de economias emergentes - Rússia, Índia e China – que nesse período adotava a sigla BRICs. Em 2011, por ocasião da Terceira Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do Grupo que adotou a sigla BRICS¹²².

Através de uma retrospectiva histórica os economistas são unânimes em afirmar que o fortalecimento dessa aliança converteu-se em crescente poder econômico e maior influência geopolítica devido a ocorrência de um grande crescimento econômico sendo que a atual elevação do nível de interação política dos BRICS demonstrou que a etapa mais importante ocorreu em 2009 quando os líderes dos 04 países, que utilizavam a sigla BRICs, realizaram a Primeira Cúpula

¹²¹ *Commodity* é um termo de língua inglesa que, como o seu plural *commodities*, significando literalmente mercadoria, é utilizado para designar bens e às vezes serviços para os quais existe uma procura sem atender à diferenciação de qualidade do produto no conjunto dos mercados e entre vários fornecedores ou marcas. As *commodities* são habitualmente substâncias extraídas da terra e que mantêm até certo ponto um preço universal.

¹²² BRICS – De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil - MRE (2012), é o Grupo Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul. No entanto, a idéia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado "Building Better Global Economic BRICs". Fixaram-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Sendo que o peso econômico dos BRICS é certamente considerável. Isto porque entre 2003 e 2007, o crescimento de quatro países que eram denominados BRICs representou 65% da expansão do PIB mundial. Atualmente em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera o dos EUA ou o da União Européia. Para dar uma idéia do ritmo de crescimento desses países, em 2003 os BRICs respondiam por 9% do PIB mundial e em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países (incluindo a África do Sul), totalizou US\$ 11 Trilhões, ou 18% da economia mundial. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US\$ 19 Trilhões, ou 25%. Como agrupamento, o BRICS tem um caráter informal. Não tem um documento constitutivo, não funciona com um secretariado fixo nem tem Fundos destinados a financiar qualquer de suas atividades. Em última análise, o que sustenta o mecanismo é a vontade política dos Países membros. No entanto, a etapa importante para aprofundar a institucionalização vertical do BRICS foi a elevação do nível de interação política que, desde junho 2009, com a Cúpula de Ecatimburgo ou Yekaterimburgo na Rússia, alcançou o nível de Chefes de Estado/Governo. A Segunda Cúpula, realizada em Brasília, em 15 de abril de 2010, levou adiante esse processo. A Terceira Cúpula ocorreu em Sanya, na China, em 14 de abril de 2011, e demonstrou que a vontade política de dar seguimento à interlocução dos países continua presente até o nível decisório mais alto. A Terceira Cúpula reforçou a posição do BRICS como espaço de diálogo e concertação no cenário internacional. Ademais, ampliou a voz dos cinco países sobre temas da Agenda Global, em particular os econômico-financeiros, e deu impulso político para a identificação e o desenvolvimento de projetos conjuntos específicos, em setores estratégicos como o agrícola, o de energia e o científico-tecnológico. Além da institucionalização vertical, o BRICS também se abriu para uma institucionalização horizontal, ao incluir em seu objetivo diversas frentes de atuação. A mais desenvolvida, fazendo justiça à origem do grupo, é a econômico-financeira. Em síntese, o BRICS abre para seus cinco membros espaço para (a) Diálogo, identificação de convergências e concertação em relação a diversos temas; e (b) Ampliação de contatos e cooperação em setores específicos; BRICS - Em Economia é uma Sigla que se refere aos países membros fundadores - o Grupo: Brasil, Rússia, Índia, China e à África do Sul - que juntos formam um Grupo Político de Cooperação. Em 14 de abril de 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar os BRICS, após a admissão da África do Sul (em inglês: South Africa) ao Grupo. Todos os membros estão em um nível similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico. É geralmente traduzido como: "Os BRICS", "Países BRICS" ou "Os Cinco Grandes".

em Ekaterimburgo onde emitiram uma declaração apelando para o estabelecimento de uma “Ordem Mundial Multipolar”. Desde então, mantiveram a tradição de realização de Cúpulas Anuais sendo que a Quarta Cúpula foi realizada em 29 de março de 2012 em Nova Delhi – Índia e a Quinta Cúpula foi realizada em Durban, na África do Sul, em 27 de março de 2013.

No entanto, é importantíssimo ressaltar que o Brasil alcançou estabilidade política e econômica principalmente devido a várias mudanças econômicas internas dentre as quais destacamos os seguintes fatos:

a) Implantação do Plano Real, durante o governo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ocasionou a transição pacífica de poder para o Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002 e reeleito em 2006;

b) Ano de 2005 - O Banco Central do Brasil conseguiu pagar o empréstimo do FMI extinguindo a “Dívida Externa Brasileira”, com pagamento previsto até 2006, sendo que nesse período passou a tratar dos excessos de fluxos especulativos de capital de curto prazo para o país, o que possivelmente contribuiu para a queda no valor do Dólar frente ao Real;

c) Ano de 2010 - O Ex-Presidente Lula realizou um importante marco histórico porque foi o primeiro Presidente brasileiro a eleger uma mulher como sua sucessora: A atual Presidenta Dilma Rousseff.

Nesse contexto os Meios de Comunicação de Massa propagam que devido a consolidação da atual estabilidade econômica e política do Brasil, Milhões de brasileiros estão sendo beneficiados direta ou indiretamente porque o Governo de Dilma Rousseff continua ampliando os esforços do “Governo Lula” implementando: Crescimento econômico com inclusão social; Distribuição de Renda; Oferta de emprego no mercado de trabalho; Exploração dos reservatórios de petróleo do Pré-Sal¹²³; Plano Brasil Sem Miséria¹²⁴; Programa Brasil Maior;

¹²³ Pré – Sal: É uma porção do subsolo que se encontra sob uma camada de sal situada alguns quilômetros abaixo do leito do mar. Acredita-se que a camada do pré-sal, formada há 150 Milhões de anos, possui grandes reservatórios de óleo leve (de melhor qualidade e que produz petróleo mais fino). De acordo com os resultados obtidos através de perfurações de poços, as rochas do pré-sal se estendem por 800 quilômetros do litoral brasileiro, desde Santa Catarina até o Espírito Santo, e chegam a atingir até 200 quilômetros de largura.

¹²⁴ Plano Brasil Sem Miséria: Tem o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população. As famílias extremamente pobres que ainda não são atendidas serão localizadas e incluídas de forma integrada nos mais diversos Programas de acordo com as suas necessidades.

Programa Super Simples e Programa Crescer; Programa PAC e Programa Minha Casa Minha Vida.

Porém, atualmente não podemos ignorar a complexidade da realidade sociopolítica e econômica do Brasil porque devido à Globalização e às características geográficas, físicas e humanas do país há necessidade urgente de aperfeiçoar a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local, regional e nacional para garantir o pleno acesso de todos os cidadãos brasileiros aos Serviços Públicos Essenciais – especialmente a Educação Básica, Saúde e Segurança - de qualidade.

Em recente pronunciamento público, a Presidente Dilma Rousseff afirmou que o Brasil necessita enfrentar e superar vários problemas ambientais porque ainda se encontra abaixo da sua capacidade e da sua necessidade.

O cenário econômico mundial foi o assunto que dominou o pronunciamento à nação da Presidenta Dilma Rousseff [...]: "[...] O mundo enfrenta os desafios de uma grave crise econômica [...]. Apesar de ter a mesma raiz, a crise atual é mais complexa que aquela de 2008, da qual nós nos saímos muito bem. Os países ricos se preparam para um longo período de estagnação ou até de recessão. Mas a crise não nos ameaça fortemente, porque o Brasil mudou para melhor. [...]. Nossa situação é, de fato, privilegiada em relação a muitos países do Mundo. Mas ainda estamos aquém do que podemos e do que necessitamos. [...] A Saúde, a Educação e a Segurança têm que deixar de ser motivo de insônia dos brasileiros [...]" (FOLHA.com, 2011).

Levando em consideração o que foi dito anteriormente, podemos constatar que muito foi feito para aperfeiçoar a qualidade e garantir o acesso da população brasileira aos Serviços Públicos Essenciais; porém, para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros muito ainda tem que ser feito principalmente na Educação Pública.

5.2. AS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO NACIONAL:

Atualmente, com o advento da Globalização, estabelecimento da democracia e consolidação da liberdade de expressão em todo o território brasileiro os Meios de Comunicação de Massa veiculam informações detalhadas dos resultados de pesquisas científicas sobre os avanços e principalmente sobre os problemas ambientais que interferem na qualidade do Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas de Educação Básica para a população brasileira.

[...] A Educação brasileira vem conquistando melhoras significativas em seus indicadores. O Censo Escolar 2010 apontou 51,5 Milhões de estudantes matriculados na Educação Básica pública e privada no país. Desse total, 85,4% estudam nas Redes Públicas. No Ensino Médio houve aumento nas matrículas, com 20.515 novos alunos, totalizando 8.357.675 matriculados. Estão matriculados 31 Milhões de alunos no Ensino Fundamental, sendo 16,7 Milhões nos anos iniciais e 14,2 Milhões nos anos finais. [...] Em 2010, os investimentos em Educação corresponderam a 5% do PIB. Um dos resultados desse montante pode ser comprovado na “queda das taxas de analfabetismo”, que vêm diminuindo nos últimos anos. Outro registro interessante mostra que mais de 80 Mil laboratórios de informática chegaram às Escolas por meio do programa ProInfo. No Ensino Médio, 94,3% das Escolas Públicas têm acesso à Internet, e no Ensino Fundamental, o recurso é oferecido em 39% das Escolas de anos iniciais e em 70% das Escolas dos anos finais. Número de Escolas 194.939 Estabelecimentos de Ensino Básico; Taxa de analfabetismo entre pessoas acima de 15 anos (2009) 9,7%; Alunos matriculados no Ensino Médio (2010) 8.357.675. A Rede Estadual é responsável por 85,9% das matrículas, enquanto a Rede Privada tem 11,8%. Alunos matriculados no Ensino Fundamental (2010) 31 Milhões de alunos, sendo 16,7 Milhões nos anos iniciais e 14,2 Milhões nos anos finais (BRASIL, 2012).

5.2.1. Problemas ambientais que afetam a qualidade do Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas da Educação Básica no Brasil

De acordo com os estudos realizados e resultados obtidos com a execução desta Tese concluímos que a complexidade da sociedade brasileira contemporânea globalizada continua determinando a consolidação de vários problemas ambientais em todo território nacional os quais dificultam a otimização da qualidade dos Serviços Públicos Essenciais – principalmente na Educação Básica, Segurança e Saúde - dentre os quais destacamos:

1. Sob a Responsabilidade de Todos os Segmentos Sociais Brasileiros:

Concluimos que atualmente a insustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local, regional e nacional em todo o território brasileiro está caracterizada pela ineficiência na união entre os segmentos sociais e o Governo devido à insuficiência nos resultados dos esforços para:

a) Consolidar a Cultura da Paz;

b) Erradicar a Cultura da Violência decorrente principalmente do tráfico de drogas lícitas e ilícitas que ocasionam a consolidação de um grave problema na Saúde Pública;

c) Consolidar o Novo Paradigma Educacional para aperfeiçoar a Formação Continuada dos professores de todas as disciplinas curriculares da Educação Básica através da abordagem interdisciplinar ou da transdisciplinar cotidiana da Educação Ambiental. Nesse contexto o MEC (2007) cita alguns problemas referentes à abordagem da Educação Ambiental: Atualmente é uma realidade recente principalmente no Ensino Fundamental; Desmotivação para implementar Políticas e Programas Nacionais, como o ProNEA, e Estaduais de Educação Ambiental; Predomínio da iniciativa por um professor e/ou grupo de professores para realizar a abordagem da Educação Ambiental;

[...] características da Educação Ambiental no interior das Escolas de Ensino Fundamental visitadas [...]. Das 418 Escolas entrevistadas, 396 responderam a esta questão. De acordo com o Gráfico 2, constata-se que mais de 30% das Escolas visitadas no Brasil realizam Educação Ambiental de um a três anos (em números absolutos, esta porcentagem corresponde a 121 Escolas). [...] é importante analisar os motivos pelas quais elas começaram a trabalhar com esta temática. Os dados são apresentados no Gráfico 3 e na Tabela 2 – o gráfico, relativo ao total de Escolas visitadas no Brasil e a Tabela, às Grandes Regiões. [...] é possível observar que a iniciativa de um professor ou grupo de professores (24%), o Programa Parâmetros em Ação (14%) e os problemas ambientais da comunidade (13,7%), são as respostas mais frequentes e, juntas, correspondem a aproximadamente 52% das motivações iniciais para o início do trabalho com Educação Ambiental. No outro extremo, tem-se que o papel das ONGs, por meio da implementação de projetos [...] menos de 2%. [...] Na Tabela 2 - o Gráfico relativo às Grandes Regiões enfatiza que a motivação inicial é muito pouca a partir das Políticas e Programas Nacionais e Estaduais de Educação Ambiental (6,3%) (MEC, 2007, p. 43 a 45).

d) Erradicar as desigualdades na qualidade da Educação Básica, principalmente quando esse Serviço Público Essencial é realizado nas Escolas Públicas Estaduais, devido às contradições entre a realidade cotidiana¹²⁵ e os resultados estatísticos apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira – INEP através de avaliações realizadas no: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

[...] O ENEM é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Seu objetivo principal é possibilitar uma referência para auto-avaliação, a partir das competências e habilidades que estruturam o Exame. O modelo de avaliação adotado [...] foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas na memória, que, mesmo tendo importância fundamental, não pode ser o único elemento de compreensão do mundo. Diferentemente dos modelos e processos avaliativos tradicionais, a prova [...] é interdisciplinar e contextualizada. [...] coloca o estudante diante de situações-problemas e pede que mais do que saber conceitos, ele saiba aplicá-los. [...] não mede a capacidade do estudante de assimilar e acumular informações, e sim o incentiva a aprender a pensar, a refletir e a “saber como fazer”. Valoriza, portanto, a autonomia do jovem na hora de fazer escolhas e tomar decisões. [...] O principal objetivo do ENEM é avaliar o desempenho do aluno ao término da Educação Básica, para aferir desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Desde a sua concepção, [...] foi pensado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos Cursos Profissionalizantes Pós-Médio e ao Ensino Superior. Este objetivo vem sendo atingido [...] graças ao esforço do [...] MEC na sensibilização e convencimento das [...] IES para o uso dos resultados do ENEM como componente dos seus processos seletivos. [...] tem como meta possibilitar a participação em Programas Governamentais de Acesso ao Ensino Superior, como o PROUNI, [...] que utiliza os resultados do Exame como pré-requisito para a distribuição de Bolsas de Ensino em instituições privadas de Ensino Superior. [...] auxiliar nas escolhas futuras [...] continuidade dos estudos quanto à sua inclusão no mundo do trabalho (MEC, 2011).

2. Sob a Responsabilidade Específica do Governo Brasileiro nas Esferas: Federal, Estadual e Municipal:

Concluimos que atualmente ficou caracterizada em todo território brasileiro uma forte relação entre o Meio Ambiente nas escalas local, regional e nacional com a reprodução dos mesmos problemas ambientais decorrentes da

¹²⁵ Ver Subitem: 3.1.1.

ineficiência na qualidade dos Serviços Públicos Essenciais, o que tem causado grande frustração popular, e requerem a atenção urgente do Governo porque não consegue garantir:

a) Educação Pública: Infraestrutura adequada principalmente nas Escolas Públicas de Educação Básica; Piso Nacional mais compatível com a Função de Educador principalmente para os professores que atuam nas Escolas Públicas¹²⁶;

b) Segurança Pública: Erradicação da Cultura da Violência e desigualdades sociais decorrente do antigo problema estrutural brasileiro, má distribuição da Renda Nacional, responsável pela renda familiar muito baixa ainda de uma grande parcela da população brasileira que determina principalmente o alfabetismo funcional e analfabetismo absoluto;

É inegável que ficaram pendentes grandes problemas por abordar, com alguma esperança de êxito. Porém o saldo do século XX não foi positivo no final. Na realidade foi “outro século perdido”, já que o XIX apenas nas últimas décadas acusou alguns flashes de desenvolvimento em alguns países da região latino-americana. Em forma esquemática, se pode vislumbrar um desenvolvimento sustentável equitativo, que seria o paradigma para o século XXI. [...] O desenvolvimento sustentável futuro, para garantir o melhoramento permanente nos níveis de vida dos setores menos favorecidos pelo desenvolvimento insustentável do passado, terá que dar elevada prioridade à ecoeficiência e à equidade social, com apoio nas instituições democráticas e de participação, com ampliação da Educação e capacitação e com a generalização do acesso aos Serviços de Saúde e de Proteção Social (URQUIDI, 2005, p.517. “Tradução Nossa”).

c) Sistema Único de Saúde – SUS: Acesso integral, universal e gratuito para toda população brasileira.

5.2.2. Sugestões para auxiliar na otimização da qualidade do Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas de Educação Básica no Brasil

Devido à complexidade da realidade brasileira identificada através das pesquisas realizadas nesta Tese, concluímos que uma das saídas viáveis para melhorar a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local, regional e nacional e também a qualidade de vida em sociedade está vinculada à

¹²⁶ Ver: Capítulo 3 e Subitem: 3.1.1.

otimização dos Serviços Públicos Essenciais, em especial da Educação Básica realizada nas Escolas Públicas.

Portanto, recomendamos para auxiliar na superação desse desafio citado anteriormente a adoção de medidas conjuntas com o objetivo de aperfeiçoar a “união entre o Governo e a sociedade” em todo o território brasileiro dentre as quais destacamos:

1. Medidas para Serem Realizadas pelo Governo Brasileiro nas Esferas: Federal, Estadual e Municipal:

a) Solucionar a ingovernabilidade¹²⁷ instalada em todo o território brasileiro, de acordo com as ideias de Bobbio (1985) que enfatiza a necessidade de resaneamento para solucioná-la, pois o Estado Brasileiro não consegue atender as demandas sociais crescentes dos Serviços Públicos Essenciais que inclui especialmente a Educação Básica. E ademais o Poder Público exerce esse poder conferido pelo povo de forma defeituosa, inepta e ineficaz, o que reflete em uma prestação precária dos Serviços Públicos. Para finalmente erradicar a negligência e omissão dos três Poderes Brasileiros instituídos, torna-se necessária a aplicação sistemática dos princípios constitucionais - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência - com as seguintes observações: a.1) O Legislativo na aprovação célere de leis justas e coerentes à realidade social contemporânea; a.2) O Executivo na execução transparente, eficiente e que atenda todas as demandas sociais apresentadas inclusive da população marginalizada ou excluídas; a.3) O Judiciário com julgamentos mais céleres, justos e inclusivos, e que tutelem os Direitos Humanos Fundamentais;

b) Erradicar a corrupção de todo o território brasileiro;

A VEJA desta semana traz uma reportagem [...] sobre o custo da corrupção no Brasil: R\$ 82 Bilhões por ano — ou 2,3% do PIB. É uma soma estratosférica, e isso nos coloca, certamente, entre os países mais corruptos do mundo. Ou melhor: isso coloca o Poder Público do Brasil entre os mais corruptos do mundo. Leiam um trecho: [...] Nos últimos dez anos, segundo estimativas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, foram desviados dos cofres brasileiros R\$ 720 Bilhões. No mesmo período, a Controladoria Geral da União – CGU fez auditorias em 15.000 contratos

¹²⁷ O autor se refere à crise da democracia em torno de três problemas: a) Ingovernabilidade; b) Privatização do Poder Público; c) Poder Invisível. Para o autor a ingovernabilidade é a “consecuencia de la desproporción entre demandas que provienen cada vez en mayor número de la sociedad civil y la capacidad que tiene el sistema político para responder a las mismas” (BOBBIO, 1985, p. 14).

da União com Estados, Municípios e ONGs, tendo encontrado irregularidades em 80% deles. Nesses contratos, a CGU flagrou desvios de R\$ 7 Bilhões – ou seja, a cada R\$ 100 roubados, apenas R\$ 1 é descoberto. Desses R\$ 7 Bilhões, o Governo conseguiu recuperar pouco mais de R\$ 500 Milhões, o que equivale a 7 centavos de Reais revistos para cada R\$ 100 reais roubados. Uma pedra de gelo na ponta de um iceberg! Com o dinheiro que escoia a cada ano para a corrupção, que corresponde a 2,3% de todas as riquezas produzidas no país, seria possível erradicar a miséria, elevar a Renda per capita em R\$ 443 Reais e reduzir a taxa de juros. [...] As principais causas da corrupção são velhas conhecidas: Instituições frágeis; Hipertrofia do Estado; Burocracia e Impunidade. O Governo Federal emprega 90.000 pessoas em cargos de confiança. Nos Estados Unidos, há 9.051. Na Grã-Bretanha, cerca de 300. “Isso faz com que os Servidores Públicos trabalhem para partidos políticos, e não para o povo, prejudicando severamente a eficiência do Estado”, diz o Diretor da Transparência Brasil. Há no Brasil 120 Milhões de pessoas vivendo exclusivamente de vencimentos recebidos da União, Estados ou Municípios. A Legislação Tributária mais injusta e confusa do mundo é o fertilizante que faz brotar uma rede de corruptos em Órgãos como a Receita Federal e o INSS. A impunidade reina nos crimes contra a Administração Pública. Uma análise de processos por corrupção feita pela CGU mostrou que a probabilidade de um Funcionário Público corrupto ser condenado é de menos de 5%. A possibilidade de cumprir pena de prisão é quase zero. A máquina burocrática cresce mais do que o PIB, asfixiando a livre-iniciativa. A corrupção se disfarça de desperdício e se reproduz nos labirintos da burocracia e nas insondáveis trilhas da selva tributária brasileira (CABRAL e DINIZ, 2011).

c) Realizar mudanças para acelerar e otimizar a redistribuição da Renda Nacional em todo o território brasileiro com o objetivo de: c.1) Promover a justiça social; c.2) Reduzir as desigualdades sociais¹²⁸; c.3) Erradicar a fome e a miséria; c.4) Diminuir a taxa de Alfabetismo Funcional¹²⁹ denunciado pelo Instituto Paulo Montenegro¹³⁰; c.5) Melhorar os investimentos e orçamentos das Políticas Educacionais para melhorar o salário e o Piso Nacional do Magistério¹³¹ recebidos

¹²⁸ "Pequenas reduções de desigualdades estimulam o crescimento econômico" (BIRDSALL, 1995).

¹²⁹ Instituto Paulo Montenegro apresentou uma informação inédita no Brasil: O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional - INAF no ano de 2009 demonstrou que a "Renda Familiar" determinou a participação da população brasileira na cultura escrita difundida fundamentalmente na Educação Básica. A definição de alfabetização que a Unesco propusera em 1958 fazia referência à capacidade de ler compreensivamente ou escrever um enunciado curto e simples relacionado à sua vida diária. Vinte anos depois, a mesma Unesco proporia outra definição, qualificando a alfabetização de funcional quando suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade. O apelo do termo analfabetismo funcional nos fóruns internacionais pode ser atribuído a essa polissemia de sua definição. Para uns, a funcionalidade da alfabetização dizia respeito, principalmente, à formação de mão-de-obra apta a adaptar-se às exigências da modernização econômica. Para outros, a funcionalidade deveria ser interpretada como adequação das iniciativas de alfabetização aos interesses da população pobre, oprimida ou marginalizada, devendo, nesse sentido, visar à transformação das estruturas políticas e econômicas e não à adaptação dos indivíduos a elas.

¹³⁰ O Instituto Paulo Montenegro é uma organização sem fins lucrativos e está vinculada ao IBOP, que tem por objetivo desenvolver e executar projetos na área de Educação.

¹³¹ O Ministério da Educação - MEC definiu em R\$ 1.451 o valor do Piso Nacional do Magistério para 2012, um aumento de 22,22% em relação a 2011. Conforme determina a lei que criou o Piso, o reajuste foi calculado com base no crescimento do valor mínimo por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB no mesmo período. [...] Na Câmara dos Deputados, tramita um Projeto de Lei que pretende alterar o parâmetro de correção do Piso para a variação da inflação. A proposta não prosperou no Senado, mas na Câmara recebeu parecer positivo da Comissão de Finanças e Tributação. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE prepara uma paralisação nacional dos professores para os dias 14, 15 e 16 de março com o objetivo de cobrar o cumprimento da Lei do Piso [...] (NOTÍCIAS TERRA,

pelos professores da Educação Básica¹³² - Nesse contexto, proponho aumento do valor do Piso Nacional atual para R\$ 3.000,00 para que seja mais compatíveis com a função de Educador e potencializar a eficiência profissional através do: c.5.1) Reconhecimento social; c.5.2) Dignidade; c.5.3) Bem estar; c.5.4) Igualdade social¹³³; c.6) Melhoria da infraestrutura das Escolas, principalmente a da Rede Pública de Educação Básica, em todo território brasileiro: Para melhorar a qualidade da Educação Básica através da abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental no processo ensino-aprendizagem das disciplinas curriculares prognosticado no Projeto Político Pedagógico; c.7) Aprimorar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM realizado em todo o território nacional durante décadas – especialmente seus objetivos, metas e estratégias – com o objetivo de: c.7.1) Reduzir o altos investimentos financeiros para a sua realização; c.7.2) Otimizar sua função de “medir a qualidade” da Educação Básica apresentando soluções para consolidar os novos valores - conhecimentos, competências, habilidades e atitudes - que estabelecem a interface entre teoria e prática para erradicar as contradições entre a realidade cotidiana e os resultados estatísticos do Meio Ambiente nas escalas local, regional e nacional que causam: Ineficácia na qualidade da Educação Básica e desigualdades educacionais decorrentes da consolidação da Cultura da Violência em todo o território nacional e principalmente no contexto escolar¹³⁴;

As três últimas tentativas de fazer um teste para alunos concluintes do Ensino Médio viraram caso de polícia. Mas esse pode ser o menor dos problemas do Ministro da Educação, [...] O Ministro gosta de vender como uma vitória da Educação o fato de, nos últimos dez anos, o orçamento do MEC ter ido de 19 Bilhões de Reais para 69 Bilhões de Reais. Enquanto o dinheiro público jorrava, a qualidade do ensino no Brasil se deteriorava [...] Em cinco do total de seis desses levantamentos fica evidente a queda de qualidade. É muito dinheiro para tão pouco resultado. Vejamos as razões disso. O programa do MEC de merenda escolar passou de 1,5 Bilhões de Reais em 2006 para 3,2 Bilhões de Reais neste ano. O gasto mais que dobrou, mas o número de alunos atendidos aumentou apenas 25% no

2012). O Piso Nacional do Magistério para 2013 conforme a leitura pura e simples da Lei é R\$ 2.004,62. [...] A Portaria do MEC nº 1.496/2012 publicada em 28 de dezembro de 2012 determina um reajuste de 7,97% do valor anual mínimo por aluno, passando de R\$ 2.009,45 - MEC nº 2.812/2011 - para R\$ 2.243,71 em 2013, motivo pelo qual o Piso passou para R\$ 2.004,62. [...] Entretanto [...] interpretações dos Advogados da União são da seguinte forma: [...] Ano de 2013 - Índice de Reajuste 7,97% - Valor do Piso a ser aplicado - R\$ 1.567,00. Diante disso, todos os professores do Magistério Público da Educação Básica ou seus Sindicatos devem ingressar com as devidas Ações Judiciais para levar o assunto aos Tribunais (ABREU in FANTINI CARRAMASCHI 2013).

¹³² Ver: Subitem 3.1.1.

¹³³ [...] para muitos, o postulado de igualdade tem um caráter político, é um objetivo desejado por si próprio. Nós vamos bem mais longe: Achamos que maior igualdade constitui uma das condições de maior eficiência. Enquanto as possibilidades potenciais dos indivíduos não servirem para o aumento do bem-estar, seja para eles mesmos, seja para a sociedade, a eficiência continuará baixa. (EATWELL, et al 1995:7).

¹³⁴ Ver: Capítulo 3 e Item 3.1.

mesmo período. O ENEM é outro caso. A razão pela qual os problemas se repetem há três anos é que seu formato é um convite à falha. É inviável fazer apenas um teste simultâneo por ano, em todo o país, para selecionar os alunos das Universidades Federais. O MEC argumenta que a culpa do “acidente” deste ano foi a ação criminosa de um professor. [...] Desafia a inteligência entender por que o MEC não adota um sistema de aferições feitas em datas variáveis com base em um Banco de Questões com mais de 40 000 delas, de modo que possam ser montadas provas diferentes, mas com a mesma capacidade de avaliação do aluno. Hoje, o Banco de Perguntas do INEP tem apenas 6 000 questões. A empresa que fez o pré-teste do ENEM foi contratada sem licitação e cobrou quase sete vezes mais do que no ano passado. A previsão de gastos totais da prova para este ano é de 238 Milhões — um custo de 45 Reais por inscrito. [...] Outro Programa inflado é o PROUNI, que dá isenções fiscais às Universidades Particulares que concedem Bolsas a alunos carentes. Por que razão o MEC precisa recorrer à iniciativa privada, que responde por cerca de 70% das matrículas do Sistema de Ensino Superior, ignorando seu próprio Sistema de Universidades Federais? [...] o Programa atinge 250 000 alunos, o que representa apenas 1% da população brasileira em idade universitária. [...] Universidades Federais [...] e 2 Bilhões de Reais gastos anualmente para manter as Escolas Federais, elas continuam um reduto de pouquíssimos, respondendo por 15% do total de matrículas, ou 3% da população em idade universitária. [...] Mais uma vez o que se tem são gastos elevados produzindo resultados pífios e um Sistema que apresenta distorções inexplicáveis. Enquanto a relação aluno por professor é de 17 nas Instituições Privadas, nas Universidades Federais, é de apenas 10. [...] (VEJA, 2011);

d) Aperfeiçoar a implantação da Educação Ambiental e a implementação do ProNEA, através da revisão e mudanças nas linhas de ação e estratégias na esfera Federal e Estadual adequando-os à realidade vivenciada pelos professores, em especial os de Geografia, principalmente a partir das Escolas Públicas da Educação Básica em todo o território brasileiro¹³⁵;

e) Aprimorar a Formação Continuada principalmente dos professores de Geografia com vocação para Educadores Ambientais que atuam nas Escolas Públicas de Educação Básica para auxiliar na implementação de um processo contínuo de nova orientação vocacional dos alunos para Educadores Ambientais a partir da Educação Básica e que deverá prosseguir pela Educação Superior e na Pós-Graduação para: e. 1) Melhorar a qualidade da Educação Básica realizada nas Escolas Públicas; e.2) Consolidar a Cultura da Paz através da erradicação da Cultura da Violência decorrente principalmente da epidemia do consumo e/ou tráfico de crack¹³⁶ em todo o território brasileiro;

¹³⁵ Ver: Capítulo 3 e Item 3.6.

¹³⁶ Ver: Capítulo 3 e Item 3.1.

Em discurso de improviso na cerimônia de abertura do seminário de implantação dos Centros Regionais de Referência em Crack e outras Drogas, a presidente Dilma Rousseff, disse que a luta pela erradicação do uso de entorpecentes "passa pelo combate ao crime organizado, através de controle de fronteiras". Para a Presidenta, que defendeu também "um reforço ainda maior da Polícia Federal", é preciso que seja feito "um combate sem quartel às drogas, tanto na entrada delas pelas fronteiras como nas estruturas de distribuição ligadas ao crime organizado, nas cidades". Dilma, que classificou de "preocupante" o quadro existente no País, afirmou que é preciso agir em três eixos nesta política de combate às drogas: Prevenção, assistência e apoio ao drogado, com tratamento especializado e reinserção dele na sociedade. A intenção do governo é formar 14,6 Mil profissionais nos Centros de Referência de 46 Universidades Federais e Estaduais para auxiliar os dependentes e seus familiares no tratamento. A Presidenta salientou que seu governo "vai combater sistematicamente" as drogas, lembrando os males do crack, em especial, "por ser uma droga extremamente danosa, que contribui para a desagregação da personalidade e vínculos pessoais, deixando a juventude vulnerável". Em abril, o Governo pretende divulgar um mapa da incidência do crack no Brasil, para ajudar no combate ao seu uso e ingresso no País. Cada Projeto de Capacitação de 300 profissionais que serão habilitados a lidar com usuários e seus familiares receberá até R\$ 300 Mil do Fundo Nacional Antidrogas. Depois de um ano, o Governo espera ter formado 14,6 Mil profissionais, em 844 Municípios de 19 Estados do País. Os cursos vão abordar o gerenciamento de casos, a reinserção social e o aconselhamento motivacional, bem como o aperfeiçoamento de médicos atuantes no [...] PSF e no [...] NASF e de profissionais do [...] SUS e do [...] SUAS. O Plano prevê, também, a ampliação do número de leitos de internação de usuários, a ampliação do número de [...] CRAS e dos [...] CREAS, além da realização de estudos e pesquisas sobre as drogas (ESTADÃO, 2011).

2. Medidas para Serem Realizadas pela Sociedade Brasileira:

Concluimos que será fundamental devido à relação nas escalas – local, regional e nacional - do Meio Ambiente a participação massificada de todos os segmentos da sociedade brasileira para aprimorar a união entre o Governo e sociedade, devido à importância da “responsabilidade moral” com a manutenção da sustentabilidade ambiental por parte dos cidadãos brasileiros.

Enfatizando o que foi dito anteriormente, recomendamos a unificação de todos os segmentos sociais para auxiliar no aprimoramento da qualidade dos Serviços Públicos Essenciais. No entanto essa união deverá ser acompanhada inevitavelmente da consolidação¹³⁷ do Novo Paradigma Educacional para melhorar a: a) Formação Continuada dos professores, especialmente os de Geografia, que atuam como Educadores Ambientais nas Escolas Públicas de Educação Básica; b) Projetos de Pesquisa para a erradicação urgente da epidemia do uso e/ou tráfico de

¹³⁷ Ver: Item 3.2.

crack e de outros tipos de drogas lícitas e ilícitas para auxiliar na consolidação da Cultura da Paz através da: b.1) Abordagem da Educação Ambiental Formal; b.2) Abordagem da Educação Ambiental Não Formal e Informal.

A Escola não é a alavanca da transformação social, mas essa transformação não se fará sem ela, não se efetivará sem ela. Se ela não a alavanca, isso significa, ainda, que a sua luta deve estender-se além dos muros da Escola, não deve limitar-se ao seu "campus", o que a ideologia dominante entendeu há muito tempo, querendo limitar o conflito aos muros dos "campi" (GADOTTI, 2001, p. 73).

5.3. AS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO LOCAL

No contexto da Globalização, a sociedade cuiabana também necessita resolver urgentemente os problemas ambientais que dificultam a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local/global do Município de Cuiabá dentre os quais destacamos obviamente a ineficácia na qualidade do Serviço Público Essencial realizado principalmente nas Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas.

Falamos de sustentabilidade global, quando raciocinamos sobre a extensão de um projeto, programa ou desenvolvimento, a escala planetária dos sistemas considerados, tomando a Terra como escala de referência; e de sustentabilidade local quando nos referimos a sistemas ou processos mais parciais ou limitados no espaço e no tempo. [...] A longo prazo, tanto a sustentabilidade local como a parcial, estão chamadas a convergir com a global. Mas a diferença entre sustentabilidade local (ou parcial) e a global cobra importância quando, como é habitual, não se raciocina a longo prazo. O problema atual da sustentabilidade a nível local, centra-se na visão analítica-parcelada aplicada à solução de problemas e à busca de análise custo/benefício a curto prazo. As melhoras obtidas nas condições de salubridade e habitabilidade local conseguiram-se geralmente a custa de acentuar a exploração de outros territórios. [...] o crescimento produzido pela Revolução Industrial, não só aparece como globalmente insustentável, mas sim põe também em perigo os lucros em salubridade e habitabilidade, por isso os três aspectos devem tratar-se conjuntamente (RAMÍREZ; BENITO, 2000, p. 349 – 350 "Tradução Nossa").

5.3.1. Problemas Ambientais no Município de Cuiabá que interferem na qualidade do Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas

Analisados os resultados obtidos através da Pesquisa de Campo, Qualitativa e Quantitativa, e interpretados os dados estatísticos sobre o Município de Cuiabá para a elaboração desta Tese foram detectadas as características da evolução recente e a consolidação de vários problemas ambientais derivados do uso do território no processo de urbanização na Macrozona Urbana, os quais interferiram negativamente na qualidade da Educação Básica, principalmente a partir da abordagem interdisciplinar de Temas Transversais através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia para a implantação da Educação Ambiental e implementação do ProNEA, realizada a partir das Escolas Públicas pesquisadas¹³⁸ dentre os quais destacamos:

1. *Aspectos Negativos da Globalização* – Esses aspectos dificultaram a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local/global de Cuiabá¹³⁹ e se transformaram em: 1. Fator determinante dos problemas ambientais; 2. Fator condicionante da qualidade da Educação Básica;

2. *Aspectos Negativos das Características Físicas do Município Idênticas às do Estado de Mato Grosso* – Grandes extensões territoriais¹⁴⁰ determinaram: Grandes diferenças ambientais nas escalas local e regional;

3. *Alterações Complexas nos Aspectos Demográficos* – Essas alterações determinaram o processo de urbanização¹⁴¹ com características demográficas negativas durante o período de 2000 a 2007, devido aos problemas ambientais decorrentes principalmente da utilização inadequada do território, e estabeleceram vários aspectos urbanos complexos dentre os quais destacamos: a) Rendimentos¹⁴² – A economia da cidade de Cuiabá, no período de 2003 a 2006, apresentou: Crescimento deficiente em relação ao Brasil e Mato Grosso porque o PIB per capita não cresceu muito, de R\$ 9.785 (2003) para R\$ 13.244 (2006) e valores percentuais

¹³⁸ Ver: Capítulo 4.

¹³⁹ Ver Capítulo 2.

¹⁴⁰ Ver: Capítulo 2 e Item 2.1.

¹⁴¹ Ver: Capítulo 2 e Item 2.5.

¹⁴² Ver: Subitem 2.5.2.

em relação ao Brasil de R\$ 103,02 (2003) para R\$ 104,38 (2006)¹⁴³; Concentração de riquezas na classe social dominante do território contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sócio espaciais; Carências sociais cumulativas no território; Desigualdades de oportunidades e de recursos; b) População¹⁴⁴ - As características demográficas negativas da cidade de Cuiabá¹⁴⁵ semelhantes as do Estado de Mato Grosso¹⁴⁶ ocasionaram: b.1) Explosão demográfica¹⁴⁷ durante o período de 1991 a 2007; b.2) Predomínio de alta densidade demográfica em vários Bairros¹⁴⁸;

4. *Alterações Complexas nos Aspectos Econômicos*¹⁴⁹ - Essas alterações não apresentaram muitos resultados positivos em: a) Setor Primário¹⁵⁰; b) Setor Secundário¹⁵¹; c) Setor Terciário¹⁵²; d) Atividades Econômicas¹⁵³; e) Indicadores Econômicos¹⁵⁴; f) Emprego¹⁵⁵ - f.1) Ocorreram resultados negativos no mercado de trabalho do Município de Cuiabá, no período de 2002 a 2007, que se encontrava em crescimento, porém apresentou aumento gradativo de desemprego principalmente devido à escassez de mão de obra qualificada¹⁵⁶; f.2) Os principais indicadores de mercado de trabalho de Cuiabá no ano de 2000 enfatizaram a existência de vários problemas ambientais relacionados com a Etnia e Gênero evidenciando a ocorrência de: Pequena participação no mercado de trabalho das Etnias Indígena, Amarela e Negra; Mercado de trabalho predominantemente masculino por que postos de trabalho foram dominados pelos: Homens da Etnia Parda e em segundo lugar por homens da Etnia Branca; O mercado de trabalho apresentou preferência pelas mulheres da Etnia Branca¹⁵⁷; f.3) Ocorreu desemprego no mercado de trabalho do

¹⁴³ Ver: Capítulo 2 e Quadro 8.

¹⁴⁴ Ver: Subitem 2.5.1.

¹⁴⁵ O Censo (2010) confirma que a população na cidade de Cuiabá totalizou 551.098 Mil/hab. em uma área territorial de 3.362,755 Km² com densidade demográfica de 163,88 hab./km² (IBGE, 2012);

¹⁴⁶ O Censo (2010) confirma que a população do Estado de Mato Grosso totalizou 3.035.122 Milhões/hab. em uma área territorial de 903.329,700 km² com densidade demográfica de 3,36 hab./km² (IBGE, 2012);

¹⁴⁷ Na cidade de Cuiabá a população residente (Ver: Subitem 2.5.1 e Quadro 7) passou de 402.813 Mil/hab. (1991) para 526.830 Mil/hab. (2007) (IBGE 2007); E o Censo (2010) confirma que a população totalizou 551.098 Mil/hab. e em relação a 2007 aumentou aproximadamente 24.268 Mil/hab. (IBGE 2012); Ver: Capítulo 2; Subitem 2.5.1 e Quadro 6 e 7.

¹⁴⁸ Ver: Capítulo 2 e Figura 16.

¹⁴⁹ Ver: Capítulo 2 e Item 2.6.

¹⁵⁰ Ver: Subitem 2.6.1.

¹⁵¹ Ver: Subitem 2.6.2.

¹⁵² Ver: Subitem 2.6.3.

¹⁵³ Ver: Subitem 2.6.4.

¹⁵⁴ Ver: Subitem 2.6.5.

¹⁵⁵ Ver: Subitem 2.6.6.

¹⁵⁶ Ver: Quadros 19 e 20.

¹⁵⁷ Ver: Quadro 22.

Município em 2000 devido a: Ineficácia na qualidade da Educação Básica e/ou escassez de mão-de-obra qualificada; Preferências étnicas e de gênero¹⁵⁸;

5. *Grandes Mudanças nos Aspectos Urbanos*¹⁵⁹ - Essas mudanças também apresentaram alguns resultados complexos dentre os quais destacamos: a). Macrozona Urbana¹⁶⁰ - No ano de 2000 e 2007 ocorreu nas Regiões Administrativas¹⁶¹ do Município de Cuiabá: a.1) Grande crescimento populacional estimado em 517.643 habitantes (2007); a.2) Área da Macrozona Urbana¹⁶² aumentou para 25.457,00 hectares; a.3) Surgimento de vários Bairros¹⁶³ nas Regiões Administrativas¹⁶⁴ do Município decorrente do crescimento demográfico acelerado com predomínio de: Alta densidade demográfica¹⁶⁵ com variações entre Médio-alta (28,77 a 57,39 hab./ha), Alta (57,40 a 86,02 hab./ha) e Muito alta (acima de 86,03 hab./ha); b) Decorrente do grande processo de crescimento da cidade de Cuiabá ocorreu a conurbação¹⁶⁶ com o Município adjacente, Várzea Grande, formando o Aglomerado Urbano Cuiabá - Várzea Grande¹⁶⁷, porém mantendo suas autonomias político-administrativas, o que determinou o surgimento de vários problemas ambientais tais como: b.1) Formas socialmente injusta de ordenamento territorial e de ocupação demográfica; b.2) Sofrimento da população com: Falta de infraestrutura e serviços básicos e aumento dos riscos ambientais; b.3) Segregação sócio espacial complicou as condições de vida dos indivíduos mais pobres; b.4) Perda de qualidade de vida no Município devido à: Desvalorização dos espaços públicos e cívicos para a prática da Política e da Cultura; b.5) Interesses de Agentes privados transformam a cidade em mercadoria e perpetuam a segregação sócio espacial e desigualdades sociais;

¹⁵⁸ Ver: Capítulo 3; Quadro 21.

¹⁵⁹ Ver: Capítulo 2 e Item 2.7.

¹⁶⁰ O Município de Cuiabá possui área de 3.538,17 Km², correspondendo 254,57 Km² à Macrozona Urbana (Lei nº 4.719/04) e 3.283,60 Km² à Área Rural (CUIABÁ, 2009, p. 43); Ver: Capítulo 2 e Quadro 23.

¹⁶¹ Em 1994, a Lei nº 3.262 criou as administrações regionais. A Macrozona Urbana de Cuiabá foi dividida em quatro Regiões Administrativas. A Lei nº 3.723/97, ao delimitar os bairros da capital mato-grossense, definiu as áreas das Regiões Administrativas, sendo que a Lei nº 4.719/04 alterou a área da Região Oeste: As Regiões Administrativas totalizaram uma área de 254,57 Km² (CUIABÁ, 2009, p. 43); Ver: Capítulo 2 e Figura 8.

¹⁶² Ver: Figura 4.

¹⁶³ Ver: Figura 13.

¹⁶⁴ Ver: Figura 8.

¹⁶⁵ Ver: Figura 16.

¹⁶⁶ Conurbação é um termo que designa a unificação das malhas ou tecidos urbanos de duas ou mais cidades, que passam a formar um Aglomerado Urbano contínuo, mantendo, entretanto suas autonomias político-administrativas. Geralmente, se bem que não obrigatório este processo dá origem à formação de Regiões Metropolitanas.

¹⁶⁷ Ver: Capítulo 2, Item 2.2 e Figura 5.

6. *Grandes e Complexas Mudanças nos Aspectos Sociais*¹⁶⁸ -

Concluimos que as mudanças ocorridas no Município, de acordo com a interpretação dos dados estatísticos e cartográficos¹⁶⁹ realizados para compor esta Tese, obtiveram resultados insuficientes para resolver os problemas ambientais relacionados com: a) Habitação¹⁷⁰: Ineficiência da Política Habitacional para resolver o problema da casa própria para todos os cidadãos; Surgimento da cidade informal devido às dificuldades de acesso aos benefícios coletivos por uma grande parcela da população; b) Esporte e Lazer¹⁷¹; c) Assistência Social e Desenvolvimento Humano¹⁷²; d) Agricultura e Abastecimento Alimentar¹⁷³.

Deduzimos que devido à relação nas escalas - local, regional, nacional e global - do Meio Ambiente ocorreu a reprodução da ineficiência na qualidade dos Serviços Públicos Essenciais, citada anteriormente, também no Município de Cuiabá decorrente da insuficiência dos resultados principalmente na:

e) Saúde¹⁷⁴ - e. 1) Aumento do número das Unidades de Programas de Saúde das Famílias – PSFs, gerenciados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, de 29 (2005) para 40 (2007); e. 2) Redução do número de Centros de Saúde de 29 (2005) para 27 (2007); e.3) Necessidade de expansão de Clínicas Odontológicas (10), Policlínicas (05) e Núcleos de Reabilitação (06)¹⁷⁵. Rodrigues e Ferreira (2011) enfatizam que o Sistema Público de Saúde do Município de Cuiabá estava obsoleto e ineficaz devido à falta de: Profissionais, Infraestrutura adequada nas Unidades, Remédios e Pagamento dos fornecedores. E também que no Hospital e Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá - HPSMC os pacientes morreram nos corredores sem atendimento; o Sindicato dos Médicos de Mato Grosso - SINDIMED estimou que 144 pessoas ficaram esperando nos corredores por uma cama livre¹⁷⁶;

f) Educação¹⁷⁷ – No Município predominou em 2007 resultados insuficientes nas Escolas Públicas, Estaduais e Municipais, devido aos seguintes

¹⁶⁸ Ver: Capítulo 2 e tem 2.8.

¹⁶⁹ Ver: Capítulo 2.

¹⁷⁰ Ver: Subitem 2.8.1.

¹⁷¹ Ver: Subitem 2.8.4.

¹⁷² Ver: Subitem 2.8.5.

¹⁷³ Ver: Subitem 2.8.6.

¹⁷⁴ Ver: Subitem 2.8.2.

¹⁷⁵ Ver: Quadro 29.

¹⁷⁶ Ver: Capítulo 2.

¹⁷⁷ Ver: Subitem 2.8.3.

fatores: f.1) Elevado número de matrículas iniciais¹⁷⁸, 113.809 Mil/matrículas, porém predominou a necessidade de ampliar a estrutura física dessas Escolas; f.2) A Rede Municipal de Ensino necessitava aumentar o número de Escolas em Cuiabá para ampliar o atendimento e atender a grande população de escolarizáveis¹⁷⁹ (7 a 19 anos) que ficaram sem atendimento;

*7. Ineficácia na Infraestrutura e Serviços*¹⁸⁰ - Concluimos que no Município os resultados foram insuficientes para resolver os problemas ambientais relacionados com: a) Transportes¹⁸¹; b) Comunicação¹⁸²; c) Energia Elétrica¹⁸³; d) Saneamento¹⁸⁴; e) Cultura e Turismo¹⁸⁵;

Concluimos também que a ineficácia no Serviço Público Essencial realizado nas Escolas Públicas de Educação Básica, citada anteriormente, foi devido aos resultados insuficientes principalmente na:

f) Segurança Pública¹⁸⁶ - No Município de Cuiabá, no período de 2001 a 2007, ocorreu a consolidação da Cultura da Violência decorrente principalmente do aumento de ocorrências com vítimas fatais, resultante de: f.1) Crimes¹⁸⁷; f.2) Acidentes de trânsito¹⁸⁸; Sistema Prisional obsoleto e inadequado¹⁸⁹;

8. Resultados da Pesquisa de Campo Qualitativa e Quantitativa - Concluimos através dos resultados obtidos na Pesquisa de Campo, realizada com a participação de 23 professores e 1.246 alunos de Geografia entrevistados¹⁹⁰, que a ineficácia na qualidade da Educação Básica, Serviço Público Essencial, realizada nas 07 Escolas pesquisadas ocorreu devido à comprovação da:

a) Problemática e Hipótese de Investigação: “Como está sendo realizada a abordagem interdisciplinar ou a transdisciplinar da Educação Ambiental através do

¹⁷⁸ No ano de 2007 as Escolas Públicas totalizaram 113.809 Mil/matrículas iniciais, sendo 68.029 nas Escolas Estaduais e 45.780 nas Escolas Municipais, sendo que a população escolarizável que podia se adaptar ao ensino escolar na faixa etária de 7 a 19 anos totalizou 115965 Mil/habitantes (Cuiabá, 2009).

¹⁷⁹ No ano de 2007 ficaram sem atendimento nas Escola Pública aproximadamente 2.156 Mil/escolarizáveis (7 a 19 anos) sendo que nesse ano a Rede Pública Municipal tinha apenas 84 Escolas na zona urbana; Ver: Subitem 2.8.3 e Quadro 43.

¹⁸⁰ Ver: Capítulo 2 e Item 2.9.

¹⁸¹ Ver: Subitem 2.9.1.

¹⁸² Ver: Subitem 2.9.2.

¹⁸³ Ver: Subitem 2.9.3.

¹⁸⁴ Ver: Subitem 2.9.4.

¹⁸⁵ Ver: Subitem 2.9.5.

¹⁸⁶ Ver: Subitem 2.9.6.

¹⁸⁷ Ver: Quadros 108 a 113.

¹⁸⁸ Ver: Quadros 114 a 124.

¹⁸⁹ Ver: Quadros 125 e 126.

¹⁹⁰ Ver Capítulo 4.

processo de ensino-aprendizagem da Geografia e a implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica de Cuiabá?”¹⁹¹; “A abordagem interdisciplinar ou a transdisciplinar da Educação Ambiental através do processo ensino-aprendizagem da Geografia e a implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas de Educação Básica pesquisadas não foram otimizadas porque os professores entrevistados não aperfeiçoaram a consolidação do Novo Paradigma Educacional”¹⁹²;

b) Consolidação da Cultura da Violência na Macrozona Urbana do Município¹⁹³ com interferências nas Escolas investigadas - Infelizmente ocorreu aumento da violência no entorno das Escolas com profundas interferências no contexto escolar devido aos seguintes fatores: b.1) Alto índice de criminalidade relacionado com a epidemia do consumo decorrente do grande tráfico de crack ou de outros tipos de drogas ilícitas e lícitas realizado principalmente através da fronteira seca do Estado de Mato Grosso com a Bolívia; b.2) Ineficácia na consolidação da Cultura da Paz¹⁹⁴; b.3) Ineficácia na qualidade do Serviço Essencial realizado pela Segurança Pública¹⁹⁵ da cidade.

Para desbloquear o potencial principalmente da Educação Básica para o cultivo da paz, o Governo e doadores devem priorizar o desenvolvimento dos Sistemas de Educação Inclusiva - com política curricular, linguística e descentralizada - tendo como referência avaliações do impacto potencial das injustiças de longa data. Há que ver as Escolas principalmente como lugares que proporcionam as mais vitais das competências: Tolerância, respeito mútuo e capacidade de conviver pacificamente com os outros. É impositivo destinar entre 500 Milhões e 1 Bilhão de dólares à Educação, por meio do Fundo para a Consolidação da Paz das Nações Unidas, com a UNESCO e o UNICEF desempenhando um papel mais central na integração da Educação em estratégias mais amplas de construção da paz (UNESCO, 2011).

c) Desvalorização Social da Carreira de Professor – Lamentavelmente esta situação provocou muita insatisfação e desestímulo especialmente entre os professores de Geografia entrevistados, devido aos seguintes fatores: c.1) Inexistência de salário compatível¹⁹⁶ com a função de professor e de incentivos

¹⁹¹ Ver: Capítulo 1 e Item 1.1.

¹⁹² Ver: Capítulo 1 e Item 1.4.

¹⁹³ Ver: Capítulos 2 e 3.

¹⁹⁴ Ver: Subitem 2.9.6 e Anexo 1.

¹⁹⁵ Ver: Subitem 2.9.6; Gráfico 29 e 32.

¹⁹⁶ Ver: Gráfico 2.

salariais, especialmente para os que atuam como Educadores Ambientais, pela excelência do desempenho profissional no Sistema Remuneratório Estadual e Municipal dos Professores da Educação Básica vigente no Serviço Público de Mato Grosso¹⁹⁷; c.2) Árdua vida profissional, devido aos problemas ambientais no Meio Ambiente nas escalas local/global da Macrozona Urbana de Cuiabá¹⁹⁸ com as seguintes características: c.2.1) Pesada carga horária de trabalho semanal para complementação salarial¹⁹⁹; c.2.2) Doenças crônicas devido ao stress laboral²⁰⁰; c.2.3) Consequente ineficácia na Formação Continuada dos professores entrevistados devido aos seguintes fatores: a) Insuficiência na otimização do Novo Paradigma Educacional²⁰¹; b) Ineficiência na abordagem interdisciplinar ou na transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas curriculares, especialmente da Geografia²⁰²; c) Ineficiência nas iniciativas executadas apenas por um professor e/ou grupo de professores para realizar a abordagem interdisciplinar ou a transdisciplinar de Educação Ambiental através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia; d) Pouca motivação para implementar e/ou desconhecimento do ProNEA²⁰³;

9. Ineficácia na qualidade do Poder Público do Município - Concluímos de acordo com os estudos realizados para levar a cabo esta Tese que a ineficiência na qualidade dos Serviços Públicos Essenciais, especialmente da Educação Básica, ocorreu devido à ineficácia da qualidade do Poder Público devido aos seguintes fatores:

a) Omissão Estatal²⁰⁴ em priorizar a implantação da Educação Ambiental principalmente através das Escolas Públicas de Educação Básica.

b) Deficiência Estatal na prestação de um dos Serviços Públicos Essenciais – Educação, Saúde e Segurança – compromete o outro ou vice-versa devido ao vínculo existente entre eles.

¹⁹⁷ Ver: Gráficos 26 e 28.

¹⁹⁸ Ver: Capítulos 2 e 4.

¹⁹⁹ Ver: Gráficos 4 e 26.

²⁰⁰ Ver: Subitem 3.1.1; Gráficos 2 e 29.

²⁰¹ Ver: Gráficos 2, 6, 7, 8 e 33.

²⁰² Ver: Gráficos 1, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 19 e 30.

²⁰³ Ver: Capítulo 3 e Item 3.4; Gráfico 7.

²⁰⁴ Omissão ou Negligência Estatal - O Estado deixa de fazer ou prestar um serviço público que é de sua responsabilidade. No entanto há uma diferença para o termo Deficiência Estatal – O Estado presta o serviço público, porém de forma precária.

5.3.2. Sugestões para auxiliar os professores de Geografia da Educação Básica entrevistados a otimizar o Novo Paradigma Educacional.

De acordo com o que foi dito anteriormente, ficou comprovado que os resultados alcançados foram insuficientes para aperfeiçoar o processo de implantação da Educação Ambiental e implementação do ProNEA a partir das Escolas Públicas pesquisadas com o objetivo de auxiliar a otimizar a qualidade da Educação Básica e promover a manutenção da sustentabilidade do Meio Ambiente nas escalas local/global no Município de Cuiabá.

Portanto, após constatarmos a importância da relação existente entre a qualidade Educação Básica realizada nas Escolas Públicas pesquisadas e a qualidade de vida do público alvo e a população da Macrozona Urbana de Cuiabá sugerimos, para auxiliar a aperfeiçoar a abordagem interdisciplinar ou a transdisciplinar da Educação Ambiental principalmente através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia, que será imprescindível:

1. *Garantir na Complexa Sociedade Contemporânea²⁰⁵, Cuiabana, a Responsabilidade Moral e Legal - Definitiva, Constante, Universal e Qualitativa – do Estado²⁰⁶ para:* Obter o êxito na execução dos Projetos de Pesquisa de Educação Ambiental;

2. *Aprimorar a Formação Continuada principalmente dos professores de Geografia com vocação para Educadores Ambientais que atuam nas Escolas Públicas de Cuiabá para:* Auxiliar na implantação de um processo contínuo de nova orientação vocacional dos alunos para Educadores Ambientais a partir da Educação Básica devendo prosseguir pela Educação Superior e na Pós-Graduação. Porém será necessário otimizar o Novo Paradigma Educacional²⁰⁷ e também consolidar os novos valores - conhecimentos, competências, habilidades e atitudes - que estabelecem a interface entre teoria e prática através da abordagem Interdisciplinar ou a Transdisciplinar da Educação Ambiental no ensino-aprendizagem da Geografia com o objetivo de aperfeiçoar a consolidação da Cultura da Paz através do: a)

²⁰⁵ Ver: Capítulos 2, 3 e 4.

²⁰⁶ A “responsabilidade moral” não está relacionada com a legalidade sendo, portanto mais ampla que a “responsabilidade estatal”. Portanto, em alguns casos alguma coisa ou objeto pode ser imoral, porém legal.

²⁰⁷ Idéias estruturais do Novo Paradigma Educacional: Teoria de Vygotsky e Freire, Visão de Mundo Integrada, Transversalidade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade.

Manejo de “Boas Práticas” cotidianas no marco educativo; b) Desenvolvimento de critérios próprios dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs que oferecem instrumentos geográficos essenciais para: Compreender e intervir na realidade social, elhorar a qualidade da vida cotidiana; c) Busca de elementos educativos que incidam na abordagem Interdisciplinar ou na Transdisciplinar da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem da Geografia; d) Aplicação dos valores educativos e éticos da Educação Ambiental na defesa do respeito à Natureza e aos Direitos Humanos Fundamentais;

3. Elaborar o Projeto Político Pedagógico que Priorize a Realização de Projetos de Pesquisa para: Aperfeiçoar a abordagem interdisciplinar ou a transdisciplinar da Educação Ambiental, com auxílio dos recursos didáticos em formato multimídia, preconizada pelos PCNs;

4. Aperfeiçoar a União Entre a Sociedade Cuiabana, Poder Público e as Escolas Públicas de Educação Básica Pesquisadas: Para que ambos contribuam para a erradicação dos problemas ambientais, decorrentes do uso inadequado do território no processo de urbanização na Macrozona Urbana, relacionados com a infraestrutura urbana resultante principalmente do crescimento acelerado e desordenado da cidade, para aprimorar a qualidade dos Serviços Públicos Essenciais - Educação Básica, Saúde e Segurança - relacionados principalmente com: a) Aspectos da urbanização recente – a.1) Mobilidade Urbana; a.2) Saneamento Básico.²⁰⁸; b) Aspectos ambientais – b.1) Flora: Desmatamento²⁰⁹, Queimadas²¹⁰, Ilhas de calor; b.2) Recursos Hídricos: Poluição dos rios, principalmente o assoreamento do Rio Cuiabá, formadores da Bacia do Rio Cuiabá²¹¹.

Nesse contexto, para auxiliar a aperfeiçoar a Formação Continuada principalmente dos professores de Geografia entrevistados e conseqüentemente a qualidade da Educação Básica realizada nas Escolas Públicas pesquisadas da Macrozona Urbana do Município de Cuiabá propomos principalmente:

²⁰⁸ Ver: Capítulo 2 e Item 2.3.

²⁰⁹ Ver: Capítulo 2 e Quadro 2.

²¹⁰ Ver: Quadros 3 e 4.

²¹¹ Ver: Subitens: 2.4.4 e 2.4.6.

1. *Infraestrutura da “Escola Atrativa”*: Ambiente escolar adequado - Sala de aula climatizada; Laboratório de informática com acesso à Internet 24 h; Biblioteca bem equipada; Merenda escolar em todos os períodos de funcionamento; Segurança 24 h na Escola e em seu entorno;

2. *“Carreira Profissional Atrativa” Digna e Compensatória que Priorize as Seguintes Condições Indispensáveis*: a) Tratamento digno no Serviço Público – a.1) Seleção Ideal ou por Competência; a.2) Qualidade de vida no ambiente de trabalho²¹²; a.3) Otimização do monitoramento da Gestão de Pessoas; a.4) Aumento e concessão de Salários dignos²¹³ mais compatíveis com a função de Educador para possibilitar a potencialização da eficiência profissional através de: Reconhecimento social, dignidade, bem-estar e igualdade social;

3. *Concessão de Incentivos Salariais*: Com o objetivo de maximizar a “Carreira Profissional Atrativa” e o tempo de permanência com qualidade de vida no ambiente de trabalho especialmente para aprimorar a: a) Prática cotidiana da abordagem interdisciplinar ou a transdisciplinar da Educação Ambiental e a implementação do ProNEA através do processo de ensino-aprendizagem da Geografia; b) Formação das Equipes de Apoio pelos funcionários das respectivas Escolas Públicas onde forem realizados os Projetos de Pesquisa de Educação Ambiental.

4. *Sugestões para Captação de Recursos Financeiros para Melhorar o Salário Especialmente dos Professores que Trabalham como Educadores Ambientais*: De acordo com o que foi dito anteriormente sobre as restrições salariais, previstas no Sistema Remuneratório dos professores das Escolas Públicas de Educação Básica²¹⁴ em todo o território brasileiro e adotado também pelo Estado de Mato Grosso e pelo Município de Cuiabá, propomos: a) Verba indenizatória²¹⁵ como *plus* salarial admitida nos subsídios a ser custeada através do repasse de 20% dos recursos do Produto Interno Bruto - PIB do Brasil²¹⁶ e/ou Pré-Sal para aperfeiçoar a Formação Continuada de Educadores e Agentes Multiplicadores Ambientais com o

²¹² Ver: Gráfico 2.

²¹³ Ver: Subitem 3.1.1; Gráfico 4.

²¹⁴ Ver: Subitem 3.1.1; Gráficos 1 e 2.

²¹⁵ Ver Gráfico 26.

²¹⁶ Atualmente a Constituição Federal do Brasil de 1988, Art. 214, VI prevê a disponibilização de recursos financeiros do PIB para a Educação. O PIB do Brasil em 2012 atingiu em valores correntes R\$ 4,403 Trilhões (US\$ 2,223 Trilhões).

objetivo de aprimorar a partir das Escolas Públicas de Educação Básica²¹⁷ para a: a.1) Implantação da Educação Ambiental; a.2) Implementação do ProNEA.

5. Pré-Requisito para que os Educadores Ambientais Recebam a Verba Indenizatória Referente à Formação Continuada: Com o objetivo de estabelecer a interface entre teoria e prática para auxiliar o Município de Cuiabá a superar o desafio do Desenvolvimento Sustentável sugerimos as condições fundamentais para a comprovação de “Boas Práticas de Educação Ambiental”, intrínseco à realidade laboral cotidiana e vinculada a excelência do nível de qualidade da Formação Continuada realizada durante o ano letivo, baseadas em: a) Provas Documentais de Formação Continuada: a.1) Certificados e Títulos; b) Provas sobre o nível de qualidade da consolidação dos novos valores - Conhecimentos, competências ou aptidões, habilidades e atitudes – através de: b.1) Certificado de Qualidade das Práticas de Campo, com ações obrigatórias no contexto escolar cotidiano; b.2) Certificado de Qualidade dos Projetos de Pesquisa, com utilização obrigatória de recursos didáticos de informática e multimídia, prognosticado no Projeto Político Pedagógico da Escola.

Nesse contexto, acreditamos que apesar da complexidade da realidade social brasileira e conseqüentemente cuiabana ainda existe uma saída pautada na “responsabilidade moral e união” de todos os segmentos sociais porque, se cada cidadão fizer a sua parte, será possível: Construir uma sociedade mais justa, neutralizando “a busca do lucro a qualquer preço” intrínseco na Lei da Escassez, porque na geração atual ainda existem recursos naturais suficientes e oportunidades reais para todos.

A evolução da técnica e da ciência tornou o homem um ser vazio, um ser em função do Sistema, uma engrenagem da máquina que lhe corrói a carne e o espírito, um anônimo em meio ao barulho de uma massa que ensiste em desprezar seu papel no Processo de Construção Histórica. Na verdade, o homem parece não reconhecer seu papel histórico [...] Segue passageiro, levado pelo turbilhão [...] Nas utopias contemporâneas (ou anti-utopias) vêem-se as imagens de um futuro que se projeta como algo sombrio. [...] Entretanto, o anúncio da possibilidade de mergulhar no caos absoluto se revela ao homem como alerta, como mote à reflexão sobre os lugares do ser humano no Mundo e a uma mudança de atitude. Paradoxalmente, fazem brotar a esperança de uma vida melhor e se traduzem como perguntas que anseiam por respostas: Que sentido tem a vida? Que sentido se quer dar a ela? Qual é o propósito do homem na História? Que progresso

²¹⁷ Ver: Quadro 26.

se quer para si e para seus filhos? [...] Há uma profunda divergência entre os discursos que se realizam sobre a necessidade de se criarem condições que permitam um Desenvolvimento Sustentável – que redefinam a presença humana no Mundo, (re)signifiquem a noção de progresso científico e tecnológico – e a práxis histórica. Apesar da recorrência de debates com o objetivo de promover uma relação mais harmônica entre os Homens e deles com a Natureza, não se percebe ainda, uma mudança significativa nas relações interpessoais e no convívio com o Meio Ambiente. Da modernidade [...] emergem a injustiça social, a forte exclusão e as práticas impudentes e predatórias contra a Natureza (HISSA, 2008, p.187 e 188).

De alguma maneira, nossas propostas se relacionam com os preceitos do ideário pedagógico defendido e difundido – principalmente: Educação Moral, trabalho intelectual sóbrio e intenso, longa e frequente intimidade com a Natureza e utilização das Bibliotecas Escolares - pela Institución Libre de Enseñanza - ILE²¹⁸, fundada em 1876 pelo Filósofo e Pedagogo Francisco Giner de los Ríos e um grupo de catedráticos, que posteriormente se transformou no germe das realizações educacionais mais fecundas do primeiro terço do século XX sendo posteriormente resgatada pela Lei Geral da Educação de 1970 da Espanha.

A Instituição Livre de Ensino não foi exclusivamente o reduzido número de professores e de alunos que coincidiram neste empenho educativo. Sobretudo, a ILE foi a seiva que vitalizou e transformou a Cultura na Espanha contemporânea. A ILE foi um território para as ideias, para a tolerância, para a ilustração, para a Ciência, para o progresso, etc. Os catedráticos que a instituíram não pretendiam uma Reforma Educativa, mas sim a Reforma da Sociedade Espanhola em seu conjunto e entendiam [...] que aquela seria uma tarefa lenta, comparável a uma sementeira silenciosa. Assim, podemos falar de uma "Instituição Difusora", que teve muito mais importância que os docentes e os alunos que passaram por suas salas de aula. [...] Hoje a ILE é um espaço para a reflexão: A Fundação Giner dos Rios, o Agrupamento de Antigos Alunos, a segunda época do Boletim da Instituição Livre de Ensino. [...] é, sobretudo uma referência que resume o melhor de nossa tradição pedagógica. Atualmente não se encontram modelos, portanto os ideais de ilustração dos homens e mulheres da Instituição continuam tão vigentes como seu ideário pedagógico que poderia resumir-se nos seguintes conceitos: "Trabalho intelectual sóbrio e intenso, jogo corporal ao ar livre, longa e frequente intimidade com a natureza e com a arte, contra o Sistema corruptor de exames, de emulação, de prêmios e castigos", a Liberdade em Educação, Neutralidade, a Classe Mista e a Educação Feminina, a Educação Estética, a Educação Física, a Educação Moral, a Escola Ativa, a Escola Unificada e a importância das Bibliotecas Escolares. Em relação aos livros, um texto do Manuel Bartolomé Cossío

²¹⁸ De acordo com a Fundação Francisco Giner de Los Ríos (2013) a ILE [...] "se convirtió en el centro de gravedad de toda una época de la Cultura Española y en cauce para la introducción en España de las más avanzadas Teorías Pedagógicas y Científicas que se estaban desarrollando fuera de las fronteras españolas.[...] Tras la entrada en vigor de la Constitución de 1978, la Fundación recuperó su patrimonio y su plena capacidad de acción. Desde entonces, ha reanudado las actividades, desplegando sus esfuerzos en las siguientes líneas de actuación: [...] Desarrollo de iniciativas para constituirse en un Centro de Reflexión sobre Cultura, Educación y Sociedad con vocación de involucrarse en la modernización del Sistema Educativo: Programas de Formación de Enseñantes, Cursos, Seminarios, Conferencias, Exposiciones, Proyecciones, Aulas de Cultura y Naturaleza y Colonias Escolares de Vacaciones".

esclarece: "A Instituição aspira que seus alunos possam servir-se logo e amplamente dos livros como fonte capital de cultura; mas não emprega os textos e nem as lições memorizadas para o uso, por acreditar que todos contribuem para petrificar o espírito e a mecanizar o trabalho de classe, onde a função do professor tem que consistir em despertar e manter vivo o interesse do aluno, excitando seu pensamento, sugerindo questões e novos pontos de vista, ensinando a raciocinar com rigor e a resumir com clareza e precisão os resultados". [...] passaram, pois, 125 anos desde que um grupo de catedráticos da Universidade espanhola decidiu procurar a liberdade, [...] a Educação que necessitavam. E o fizeram acreditando na Educação como um meio de Revolução Social. Pessoalmente, acredito que atualmente mais que nunca é necessário recuperar a utopia que encerra a Educação (BORROY, 2001, p. 58-62. "Tradução Nossa").

Nossas sugestões também estão ligadas à célebre Carta do Chefe Seattle²¹⁹ ao Presidente dos Estados Unidos da América em 1854 que transmitiu a sabedoria profunda dos povos considerados "primitivos" e inspirou o surgimento de manifestos no século XIX sobre a importância de se educar para valorizar o Meio Ambiente. Eis alguns trechos:

Ensinem as suas crianças o que ensinamos as nossas, que a Terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à Terra, acontecerá aos filhos da Terra. Se os Homens cospem no solo, estão cuspidos em si mesmos. [...] A Terra não pertence ao Homem; o Homem pertence à Terra. [...] Todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que ocorrer com a Terra recairá sobre os filhos da Terra. O Homem não teceu o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo. [...] Onde está o arvoredo? Desapareceu. Onde está a águia? Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência (Traduzida e citada por CZAPSKI, 1998 p. 21).

Finalmente, o Novo Paradigma Educacional que defendemos nesta Tese exige que reafirmemos a recomendação anterior fundamentada na visão macroeconômica comparada - melhorar a relação sociedade-natureza preconizada pelos PCNs, ProNEA, pela Lei de Educação Ambiental nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e aplicada à Educação Básica - para auxiliar na Gestão Ambiental do Município de Cuiabá e ajuda-lo a superar o desafio do Desenvolvimento Sustentável no Meio Ambiente nas escalas local/global através do processo de união entre os segmentos sociais e as Escolas Públicas com o objetivo de melhorar a qualidade dos Serviços Públicos Essenciais, principalmente a Educação Básica, e conseqüentemente a vida dos cidadãos fundamentada em "comprometimento"²²⁰ e

²¹⁹ Ver: Capítulo 3 e Item 3.5.

²²⁰ Comprometimento é a ação de assumir a responsabilidade com um compromisso feito a alguém, utilizando de regras propostas a fim de alcançar a exatidão do ato ou ação. A qualidade de limitar-se às eleições feitas.

“responsabilidade moral”²²¹ da práxis cotidiana do Civismo²²² e da Cidadania²²³ em sociedade.

²²¹ Responsabilidade moral em Ética é tudo o relacionado à responsabilidade que se relaciona com as ações e suas consequências nas relações sociais. Refere-se geralmente ao dano causado ao indivíduo, a um grupo ou a uma sociedade inteira devido às ações ou à ausência delas de outro indivíduo, grupo ou sociedade inteira. Esse é o mecanismo pela qual a culpa pode ser induzida em muitas edificações sociais importantes, como, por exemplo, o processamento do Direito.

²²² Civismo refere-se a atitudes e comportamentos que no dia-a-dia manifestam os cidadãos na defesa de certos valores e práticas assumidas como os deveres fundamentais para a vida coletiva, visando a preservar a sua harmonia e melhorar o bem-estar de todos. Mais especificamente, o civismo consiste no respeito aos valores, às instituições e às práticas especificamente políticas de um país. Dessa forma, o civismo é uma questão de cultura política e de filosofia política. Além disso, os conceitos de cidadania na forma ou Sistema de Governo Republicano também estão associados de maneira positiva ao civismo.

²²³ Cidadania é o conjunto dos direitos políticos de que goza um indivíduo e que lhe permitem intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (direto), seja ao concorrer a cargo público (indireto).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, N. **Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva**. Ciência & Saúde Coletiva. II (1-2), 1997.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1989.

APPLE, M. W. **Educação e Poder**. Tradução de Maria Cristina Monteiro, Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARAÚJO, A. A. **Relatório de monitoramento a qualidade das águas da sub-bacia do Rio de Cuiabá** – MT. Cuiabá, MT: SEMA, 2005.

ARNOLD, D. **La naturaleza como problema histórico. El medio, la cultura y la expansión de Europa** - MÉXICO , DF. Fondo de Cultura Económica, 2000.

BECKER, B.K. **Logística: Uma Nova Racionalidade no Ordenamento do Território?** in 3º Simpósio Nacional, Rio de Janeiro: AGB, 1993.

BEHRENS M. A. **O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BERGAMINI, C. W. **Liderança - Administração do Sentido**. São Paulo: Atlas, 2000.

BIRDSDALL, N.; ROSS, D. & RICHARD, S. **Inequality and growth reconsidered: lessons from East Asia**. The World Bank Economic Review, v. 9, n. 3, 1995.

BOBBIO, N.; PONTARA, G.; VECA, S. **Crisis de la democracia**. Traducción: Jordi Marfà. 1ª Ed. Barcelona: Ariel, 1985.

BOCHNIAK, Regina. **Questionar o conhecimento: interdisciplinaridade na escola**. São Paulo: Loyola, 1992.

BOFF, L. **A águia e a galinha; uma metáfora da condição humana.** Petrópolis, Vozes, 1997.

_____ **Teologia do cativo e da libertação.** Petrópolis: Vozes, 1980.

BRANDÃO, J. da S. **Cuiabá: desenvolvimento urbano e sócio econômico – 1825 – 1945.** Cuiabá: Editora Livro Matogrossense, 1991.

CADUTO, M. J. **Guía para La Enseñanza de Valores Ambientales. Programas Internacional de Educación Ambiental UNESCO-PNUMA.** España: Editado por Los Libros de la Catarata, 1993.

CALLAI, H. C. **A Geografia e a Escola: Muda a Geografia? Muda o Ensino?** Terra Livre. Nº 16. São Paulo, p. 133-152. 1º semestre/2001.

CAMPOS, B. S. **Ecología y poder. El Discurso Medioambiental Como Mercancía.** Editado por Los Libros de la Catarata. España: Madrid, 2006.

CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____ **Espaço e Indústria.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

CARVALHO, S. N. Cidades e políticas de habitação. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais;** Brasília: UNFPA, p. 148-150, 2010.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTROGIOVANNI, A. C. [et al.]. **Geografia em Sala de Aula: práticas e reflexões.** 4 ed. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2008.

CATALÁN, A.; CATANY, M. **Educación Ambiental en La Enseñanza Secundaria**. Madri, Miraguano S. A. Ediciones, 1996.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas, SP: Papyrus, 1998 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo perfil dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991.

CLAVAL, P. **Geografia humana y econômica contemporânea**. Traducción de Marco V.G. Quintela. Madrid: Akal, 1999.

CORRÊA FILHO, V. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande, Fundação Júlio Campos, 1994.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORREIA, F. A. **Manual de Direito do Urbanismo**. Vol. I. Coimbra: Almedina, 2003.

CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P.; FRANCISCHETT, M. N.; BROIETTI, M. H. (Org.) **Geografia na Contemporaneidade**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2002.

CUIABÁ, Prefeitura. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU. Diretoria de Pesquisa e Informação - DPI. **Perfil socioeconômico de Cuiabá, Volume IV**. Organização Adriana Bussiki Santos; Coordenação Jandira Maria Pedrollo. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2009.

CUNHA, J. M. P. **Planejamento municipal e segregação socioespacial: por que importa?** In: BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**; Brasília: UNFPA, p. 75, 2010.

CZAPSKI, S. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília – DF, Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

DAMIANI, A. L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C. de L. (Orgs.) **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, G. F. **Elementos para capacitação em Educação Ambiental**. Ilhéus: Editus, 1999.

DÍAZ, A. P. **La Educación Ambiental como Proyecto**. 2. ed. Universitat de Barcelona: ICE – HORSORI, 1995.

EATWELL, J. et al **Transformation and integration. Shaping the future of Central and Eastern Europe**. London, 1995.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, J. C. V.; SILVA, Pe. J. M. **Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes**. Cuiabá: J.C.Ferreira, 1998.

FERRY, L. **El Nuevo Orden Ecologico: El árbol, el animal y el hombre**. Traducción de Thomas Kauf. Barcelona: Tusquets Editores, 1994.

FREIRE, J. D. L. **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá, Edufimt, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____ **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FROMM, E. **Ter ou Ser?** Tradução de Nathanel C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982;

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. Scipione, São Paulo, 1991.

_____ **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 12ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____ **Pedagogia da práxis**. 2.ª ed., São Paulo, Cortez, 1998.

_____ **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

_____ **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2002.

GAUER R. M. C, GAUER G. J. (Org.). **A Fenomenologia da Violência**. Curitiba: Juruá; 1999.

GEIGER, P. P. **As formas do espaço brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

GEORGE, P. **Geografia da População**. Tradução de Miguel Urbano Rodrigues. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991.

_____ **Geografia Social do Mundo**. Tradução de Fernando Santos Fonseca. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1996.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, E. P. **Conversa Sobre Iniciação de Uma Pesquisa Científica**. 3. ed. Campinas-SP: Alínea, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUTIÉRREZ, F. R. **Manual de Desarrollo Local.** Ediciones Trea, Asturias, 2001.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e Mudança na Educação os projetos de trabalho.** Tradução de Jussara Haubert Rodrigues - Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HERRERO, L. M. J. **Desarrollo Sostenible y Economía Ecológica.** Editorial Síntesis S. A, Madrid, 2001.

HISSA, C. E. V. (Org.) **Saberes Ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

KAERCHER, N. A. **Desafios e Utopias no Ensino de Geografia.** 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

KRAMER, S. **Por entre as pedras: arma e sonho na escola.** SP, Editora Ática, 1993.

LACOSTE, Y. **Geografia do Subdesenvolvimento.** Tradução de Eduardo de Almeida Navarro, 8 ed. Rio de Janeiro: Ed.Bertrand Brasil S.A, 1990.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAITELLI, G. T.; CHILETTO, E. C.; ALMEIDA JUNIOR, N. L. de; CHILETTO, Rita. **Intensidade da ilha de calor em Cuiabá/MT, na estação chuvosa.** Cuiabá: UFMT, 1997.

MARCHESI, Á.; PÉREZ, E. M. **A Compreensão do Fracasso Escolar.** In: MARCHESI, Á.; GIL, C. H. (Orgs.). **Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural.** Porto Alegre: Artmed, p. 17-33, 2004.

MARQUES, E.; BICHIR, R.; CASTELLO, G.; MOYA, M. E. **Redes sociais, pobreza e espaço em duas metrópoles brasileiras.** In: BAENINGER, R. (Org.) **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais;** Brasília: UNFPA, p. 60-61, 2010.

MARTIN-MOLERO, F. (Coord.). **Educación Ambiental Una Experiencia Interdisciplinar.** MADRID: Editorial Cyops, 1988.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. Introdução de Jacob Gorender. São Paulo: Moraes, 1984.

McNEILL, J. R. **Algo Nuevo Bajo El Sol. Historia Medioambiental del Mundo en el Siglo XX.** Traducción: José Luis Gil Aristu, Ed. case: Alianza Editorial, S. A. Madrid, 2003.

MEDINA, M. N. **A Educação Ambiental para o Século XXI.** IBAMA, Série Meio Ambiente em Debate, Brasília: 1996.

_____ **Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar - 1º grau.** In: IBAMA Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. Brasília: 1994.

MENDONÇA, R. de. **História de Mato Grosso.** Cuiabá, Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

_____ **Igrejas e Sobrados de Cuiabá.** São Paulo: Planimpress 1978. (Cadernos Cuiabanos – Seção História 3).

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e Poder no Brasil.** São Paulo: Papyrus. 1995.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA** / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MOPU - Ministério de Obras Públicas y Urbanismo. **Educación Ambiental: Situación Español y Estrategia Internacional**. Monografías de la Dirección General de Medio Ambiente. Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, 1989.

MORAES, E.C. **O conceito de meio ambiente, organização humana e educação científica: Um estudo de efetividade e viabilidade**. Florianópolis, 2005.

MORAES, M. A.; FRANCO, S. S. **Geografia econômica: Brasil de Colônia a Colônia**. São Paulo: Editora Átomo, 2005.

MORAES, M. C. **Paradigma educacional emergente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

MORIN, E. 1921- **Os sete saberes necessários à educação do futuro**; Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya, 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, E. **Réforme de la pensée, transdisciplinarité, réforme de L'Université** - artigo CIRET, 1999.

MOYSÉS, L. **O desafio de saber ensinar**. Papyrus. Campinas. 1995.

NEVES, Joana. **Entre o criticado e o legitimado: ANPUH, AGB e os Parâmetros Curriculares Nacionais**. In: **Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino**. João Pessoa: Sal da Terra, 2000, p. 73-81.

_____ **Educación y Medio Ambiente**. Universidad Nacional de Educación a Distancia. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1986.

_____ **El desarrollo sostenible. Su dimensión ambiental y educativa.** 2. ed. Madrid. Person Educación, S.A. UNESCO, 2006.

_____ **La Educación Ambiental: Bases Éticas, Conceptuales y Metodológicas.** Publicado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), París y Editorial Universitas; Madrid – España, 1998.

_____ **La Educación Ambiental: Bases Éticas, Conceptuales y Metodológicas.** Publicado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), París y Editorial Universitas; Madrid – España, 1998.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores.** Portugal: Porto Editora, 1995.

ORTEGA CANTERO, N. **Paisaje y cultura. Paisaje y Medio Ambiente.** Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 1998.

PATERSON, J. H. **Terra, Trabalho e Recursos: Uma introdução à Geografia Econômica.** Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

PEARCE, D. G., 1949 – **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens.** Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2003.

PELANDRÉ, N. L. **Ensinar e Aprender com Paulo Freire. 40 horas 40 anos depois.** São Paulo: Cortez, 2002.

PIAIA, I. I. **Geografia de Mato Grosso.** 3. ed. rev. amp. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PINHO, J. G. de. **A evolução da intensidade da ilha de calor em Cuiabá – MT: 1990 a 2002.** TCC de Bacharelado em Geografia - Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT. 2003.

PINSKY, J. **Cidadania e Educação**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PÓVOAS, L. **História geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império**. vol. 1 Cuiabá: L. C. Póvoas, 1995.

PRADO, A.; MAGRO, M. **Profissão de Risco**. Revista Isto É, Comportamento, 2009.

ProFEA - **Programa Nacional de Formação de Educadoras (Es) Ambientais por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade**, Série Documentos Técnicos, Órgão Gestor da Política de Educação Ambiental, Brasília 8 v, 2006.

RAMÍREZ, B. P; BENITO; E. C. (Coord.). **Desarrollo Local: Manual de Uso**. Madrid: ESIC Editorial, 2000.

RAMOS, R. Y. **Hacer Reforma. Hacia Una Educación Global Desde La Transversalidad**. Alauda Anaya. Barcelona, 2000.

REGALES, M. F.; LÓPEZ, A. P. **Población, Ecología y Medio Ambiente**. Ediciones Universidad de Navarra, S.A. España, 1997.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

Revista RH em Síntese. **O Fator Humano Dentro das Organizações**. Revista Gestão Plus / RH em Síntese Setembro/Outubro 1999.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência na melhor qualidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROCCO, R (Org.). **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP &A, 2002.

ROCHA FILHO, J.B. **Transdisciplinaridade: A Natureza Íntima da Educação Científica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

RODRIGUES, F. **Cidades e Plano Diretor: considerações sobre a função social da cidade e da propriedade**. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**; Brasília: UNFPA, p. 134, 2010.

RODRIGUES, F.; BAENINGER, F. **Dinâmica da população e políticas sociais**. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Brasília: UNFPA, p. 32, 2010.

ROMANCINI, S. R. **Cuiabá: paisagens e espaços da memória**. 1. ed. Cuiabá: Cathedral Publicações, (Coleção Tibanaré; v.6), 2005.

SÁ, C. V. de. **Memória de um cuiabano honorário – 1939-1945**. Cuiabá, [s/d].

SÁ, J. B. **Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios thé os presentes tempos**. Cuiabá, Mato Grosso. Edições UFMT/Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

SANTOS, E. C. S. **Geografia, Educação Ambiental e Novos Paradigmas**. In: SANTOS, E. C. S. (Org.) **Geografia e Educação Ambiental: Estratégias Epistemológicas**. Manaus/AM: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____ **Metamorfoses do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____ **O Espaço Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____ **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____ **Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 2000.

_____ SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século9 XXI.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, S. A. M. **Proposta do Programa de Educação Ambiental.** In: SCHIEL, D.; MASCARENHAS, Sérgio, et al. O Estudo de Bacias Hidrográficas uma Estratégia para Educação Ambiental. 2. ed. São Carlos: Rima, 2003.

SATO, M. **Biorregionalismo: A educação ambiental tecida pelas teorias biorregionais.** In: Ferraro Jr., Luiz Antonio (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores /-Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

SEABRA, G. (Org.) **Educação Ambiental.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SILVA, C. A. et al . **Formas em crise: Utopias necessárias.** Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SILVA Jr., C. A. da; BUENO, M. S.; GHIRALDELLI Jr., P.; MARRACH, S. A. **Infância, Educação e Neoliberalismo.** São Paulo: Cortez Editora, 1996.

SIQUEIRA, E. M.; COSTA, L. A.; CARVALHO, C. M. C. **O processo histórico de Mato Grosso.** Cuiabá: EdUFMT, 1990.

SOMMERMAN, A. **Inter ou Transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2006.

SOJA, E.W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TELLO E. **La Historia Cuenta. Del Crecimiento Económico al Desarrollo Humano Sostenible.** Edición de: Fundación nous horitzons /El Viejo Topo/Ediciones

de Intervención Cultural, 2005.

UNESCO. **Educação Ambiental: as grandes orientações da conferência de Tbilisi**. Brasília: IBAMA, 1998.

_____ **La educación ambiental. Las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi**. ONU. París 1980.

URQUIDI, V. L. **Outro Siglo Perdido. Las Políticas de desarrollo em América Latina (1930-2005)**. México : Fondo di Cultura Económica, El Colegio Del México, FHA, 2005.

VALENTE, J. A.(Org.). **Computadores e Conhecimento: Repensando a Educação**. São Paulo: Gráfica Central da UNICAMP, 1993.

VESENTINI, J. W. **Imperialismo e Geopolítica Global**. 2 ed. São Paulo: Papyrus,1999.

VILAR, S. **La Nueva Racionalidad . Comprender la complejidad con métodos transdisciplinarios**. Barcelona: Editorial Kairós, S.A. 1997.

VITTE, C.C.S. **Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social**. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**; Brasília: UNFPA, p. 93-95, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZVEIBIL, V. Z.; MONTEIRO, J. H. P.; FIGUEIREDO, C. E. M.; et al. **Manual Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

FONTES ELETRÔNICAS

ABREU W. F. **Piso Nacional do Magistério para 2013**. Fantini Carramaschi, 10 de março de 2013 Disponível em: <<http://www.fc.adv.br/index.php/home/67-piso-nacional-do-magisterio-para-2013.html>> Acesso em 13 de março de 2013.

AGECOPA. **Mobilidade Urbana. Copa no Pantanal 2014**. Disponível em: <<http://www.copanopantanal.com.br/images/mobilidade.pdf>> Acesso em 14 de julho de 2011.

ALMEIDA, E. "**Armação política**" garante passos da privatização da Sanecap. **24 Horas News**, 12 de jul. de 2011 - 14h02 Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=376594>> Acesso em 13 de julho de 2011.

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **UFMT Oferece Mestrado em Educação 2011**. ASCOM UFMT 05/08/2010 - 13h34. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3975:ufmt-oferece-mestrado-em-educacao-2011&catid=58&Itemid=10_0012> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

ANGELO, C. **Mato Grosso é Campeão Mundial de Fogo**. Folha de São Paulo Folha.com, ciência, 22/05/2006 - 09h59 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u14650.shtml>> Acesso em 10 de janeiro de 2011.

ARRUDA, J.; BÓLICO, L. **Sanecap foi “vendida” por R\$ 140 milhões mas deixou dívida de R\$ 229 milhões**. Olhar Direto, 07/02/2013 - 17h53min. Disponível em: <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Sanecap_foi_vendida_por_R_140_mi_mas_deixou_divida_de_R_229_mi&id=305010> Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

BOLIGIAN, L. **A Geografia Escolar A Partir dos Livros Didáticos: história da disciplina no Brasil**. Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro-SP, 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/836-849levon.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

BORTOLOZZI, A.; PEREZ FILHO, A. **Diagnóstico da Educação Ambiental no Ensino de Geografia**. Cadernos de Pesquisa, nº 109, p. 145-171, março/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a07.pdf>> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

BORROY, V. M. J. **Francisco Giner de los Ríos. La Institución Libre de Enseñanza Y la renovación de la cultura española**. Laberintos, Nº 4, diciembre de 2001, pp. 58-62. Disponível em: < <http://www.unizar.es/cce/vjuan/institucion.htm> >. Acesso em 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL – Presidência da República. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2009. Instituiu o piso salarial profissional nacional do magistério público na educação básica**. Disponível em: <http://www.sintep.org.br/site_novo/Legislacao/LegislacaoVisualizar.aspx?id=> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

_____ – Presidência da República. **Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em 28 de setembro de 2010.

_____ – Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

_____ Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Geografia /Secretaria de Educação Fundamental.** Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=859&catid=195%3Aseb-educacao-basica&id=12657%3Aparametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series&option=com_content&view=article> Acesso em 05 de julho de 2012.

_____ Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).** Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859> Acesso em 05 de julho de 2012.

BRENNER, Joseph. E. **The psychology of transdisciplinarity.** Disponível em: <<http://cetrans.com.br/textos/the-psychology-of-transdisciplinarity.pdf>> Acesso em 05 de setembro de 2012.

CABRAL, O.; DINIZ, L. **Matéria de Capa – O custo da corrupção no Brasil: R\$ 82 bilhões por ano,** 22/10/2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/materia-de-capa-o-custo-da-corrupcao-no-brasil-r-82-bilhoes-por-ano/>> Acesso em 20 de maio de 2012.

CIEGLINSKI, A. **Aluno da educação básica custa R\$ 2.632 ao ano.** Agência Brasil, 16/03/2010 - 8h15. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-03-16/aluno-da-educacao-basica-custa-r-2632-ao-ano>> Acesso em 25 de maio de 2011.

CIEGLINSKI, A. **Investimento em educação chega a 4,7% do PIB, mas movimentos sociais consideram valor baixo.** Agência Brasil, 16/03/2010 - 8h12. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-03-16/investimento-em-educacao-chega-47-do-pib-mas-movimentos-sociais-consideram-valor-baixo>> Acesso em 25 de maio de 2011.

ClicRN. **Promotor Propõe Prestação de Serviços para Coibir Violência nas Escolas.** Publicado em 12/04/2010, às 08h10. Disponível em: <<http://www.clicrn.com.br/noticias,176891,1,promotor+propoe+prestacao+de+servicos+para+coibir+violencia+nas+escolas.html>> Acesso em 28 de fevereiro de 2011.

COLOGNESI, G. **Assim como no Rio, Cuiabá e Várzea Grande não contam com segurança nas escolas.** Diário PnB Online, 07/04/2011 21h10min Disponível em: <<http://www.pnbonline.com.br/post/?id=1371>> Acesso em 19 de maio de 2011.

CONSEJO ESCOLAR DEL ESTADO. Disponível em: <<http://www.mec.es>> Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

COSTA, A. T. M. da; DANTAS, P. M. de. **A Geografia como Base da Cidadania: A Melhoria do Processo de Ensino Através da Proposição de um Projeto de Intervenção.** XVI SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA, 13/09/2010 a 15/09/2010. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufrn.br/seminario2010/anais/artigos/gt1-27.pdf>> Acesso em 25 de fevereiro de 2011.

CUIABÁ – Município de Cuiabá. **Lei Orgânica do Município de Cuiabá.** Disponível em:<<http://www.cuiaba.mt.gov.br/legislacao/paginas/leiorganica/leicba1.htm>> Acesso em 11 de novembro de 2011.

CZAPSKI, S; VICENTINI, A. Z. **Proposta Pedagógica: Mudanças Ambientais Globais.** Salto para o futuro, Ano XVIII boletim 14 - Agosto de 2008. Disponível em:<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/173452Mud_ambiental.pdf>Acesso em 07 de fevereiro de 2011.

DANTAS, M. E.; SHINZATO, E.; SCISLEWSKI, G.; THOMÉ FILHO, J. J.; et al. **Diagnóstico Geoambiental da Região de Cuiabá/Várzea Grande e Entorno (MT).** CPRM – Serviço Geológico do Br 2003 Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/SIG_CBG_resumo_exp.pdf> Acesso em 20 de maio de 2011.

DEUS, J. de. **Inadimplência na Sanecap é de 20%**. Diário de Cuiabá, terça-feira, 12 de julho de 2011 – 21h55 Edição nº 13.058 Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=395839>> Acesso em 13 de julho de 2011.

_____. **MP abre processo para combater bullying**. Diário de Cuiabá, Da Reportagem, quarta-feira, 11 de maio de 2011, edição nº 12959 15/03/2011. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=389654>> Acesso em 11 de maio de 2011.

DIADIANEWS. **Ações integradas no combate a violência e promoção da Paz**. Da Redação, 17 de agosto de 2011 – 21h20. Disponível em: <http://www.diaadianews.com.br/policia/noticias/30554/acoes_integradas_no_combate_a_violencia_e_promocao_da_paz> Acesso em 27 de agosto de 2011.

DIÁRIO DE CUIABÁ. **Arte Pantaneira Começa Hoje no Ribeirão do Lipa**. Da Reportagem, 20/05/2011 08h05. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=52746&edicao=9949&anterior=1>> Acesso em 01 de fevereiro de 2011.

DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO. **MT GÁS – Companhia Matogrossense de Gás**. IOMAT, 18 de fev. de 2011, Disponível em: <http://www.iomat.mt.gov.br/visualizar_pdf.php?reload=ok&edi_id=00002793&page=85&search=mtgas> Acesso em 14 de julho de 2011.

DOMINICI, T. **Professores à deriva**. Revista do Brasil, 05 de abril de 2009 – Edição nº 34 Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/34/professores-a-deriva/?searchterm=PROFESSORES_A_DERIVA> Acesso em 06 de novembro de 2011.

DUARTE, A.; BENEVIDES, C. **Em crise, magistério atrai cada vez menos**. O Globo, 20 de novembro de 2010 – 21h27m. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/11/20/em-crise-magisterio-atrai-cada-vez-menos-923067322.asp>> Acesso em 18 de agosto de 2011.

DUARTE, F. **Lixo deixa o rio assoreado**. Gazeta Digital, Domingo, 19 de dezembro de 2010, 03h00. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/260775>> Acesso em 16 de agosto de 2011.

EDUCARE. **Professor: profissão de risco**. Publicado em 2000. Disponível em: <<http://www.educare.pt/educare/Atualidade/Noticia.aspx?contentid=103762312EE3A1FE0440003BA2C8E70&channelid=0&schemaid=&opsel=1>> Acesso em 08 de agosto de 2011.

ESPINOZA, H. F. **Ensino de Geografia para Jovens e Adultos Utilizando o Sensoriamento Remoto**. 4ª Jornada de Educação em Sensoriamento Remoto no Âmbito do MERCOSUL – 11 a 13 de agosto de 2004 – São Leopoldo, RS, Brasil. Disponível em: <http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/jornada/programa/t12_trab_46.pdf> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

ESTADÃO. **Dilma: combate às drogas passa por controle de fronteira**. 17 de fevereiro de 2011 13h49. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-combate-as-drogas-passa-por-controle-de-fronteira,680843,0.htm>> Acesso em 06 de julho de 2011.

FREDERICO, H. **Ministério notifica Agecopa sobre VLT**. Diário de Cuiabá Online, 11/07/2011 22h27min Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=395779>> Acesso em 12 de julho de 2011.

FUNDACIÓN FRANCISCO GINER DE LOS RIOS [INSTITUICIÓN LIBRE DE ENSEÑANZA]. **La Fundación, Hoy**. Disponível em: <<http://www.fundacionginer.org/fundacion.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2013.

G1 GLOBO. Bairros de Cuiabá ficam sem coleta desde o Natal e acumulam lixo. Da Redação, 03/01/2013 16h42. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato->

grosso/noticia/2013/01/bairros-de-cuiaba-ficam-sem-coleta-desde-o-natal-e-acumulam-lixo.html> Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

GASOCIDENTE. A empresa e seus empreendedores - Projeto Integrado Cuiabá. GasOciente, 2007 Disponível em: <<http://www.gasocidentemt.com.br/pagina.asp?cod=1>> Acesso em 15 de julho de 2011.

IBGE. Mato Grosso, Cidade de Cuiabá. IBGE Cidades, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 14 de julho de 2011.

_____. **Mato Grosso, Cidade de Cuiabá.** IBGE Cidades, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 14 de julho de 2011.

_____. **Mato Grosso, Cidade de Cuiabá.** IBGE Cidades, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 14 de julho de 2012.

_____ **Mato Grosso.** IBGE Estados, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>> Acesso em 14 de julho de 2012.

_____ **PIB cresce 1,3% em relação ao trimestre anterior e chega a R\$ 939,6 bilhões.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1891&id_pagina=1> Acesso em 20 de setembro de 2011.

IBOPE. Insegurança e drogas são os maiores problemas da educação brasileira. Jornal da Globo, 16 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortallIBOPE&pub=T&nome=impressao&db=caldb&docid=6E94D5BB1328205F8325757C00493485>> Acesso em 11 de agosto de 2011.

ILE. Insegurança e drogas são os maiores problemas da educação brasileira. Jornal da Globo, 16 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalBOPE&pub=T&nome=impresao&db=caldb&docid=6E94D5BB1328205F8325757C00493485>> Acesso em 11 de agosto de 2011.

JORNAL 24 HORAS NEWS. Memorial da Água de Cuiabá recebeu mais de 4 mil visitas em 2011. Redação 24 Horas News, 06/10/2011 - 15h30. Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=387769>> Acesso em 06 de outubro de 2011.

_____ **Prefeitura define projeto de combate ao uso de drogas nas escolas.** Redação 24 Horas New, 07/07/2010 - 09h34. Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=334171>> Acesso em 17 de maio de 2011.

_____ **SME busca parceria da Sejusp para garantir segurança nas escolas.** Redação 24 Horas News, 29/04/2010 - 08h37. Disponível em: <http://www.ejornais.com.br/jornal_24_horas_news.html> Acesso em 17 de maio de 2011.

JORNAL DA EDUCAÇÃO. Capacitar não é valorizar professor. Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=791&Itemid=63> Acesso em 03 de fev. de 2011.

JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ. Violência em Cuiabá. Publicado na quarta feira, 17 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=390714>> Acesso em 17 de agosto de 2011.

JORNAL DO BRASIL Escola onde aluno baleou professora é modelo no estado de São Paulo. 23.09.2011 – 10h04 Disponível em:

<<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/09/23/escola-onde-aluno-baleouprofessora-e-modelo-no-estado-de-sao-paulo/>> Acesso em 26.07.2012

JORNAL FOLHA DO ESTADO. **Palestras alertam estudantes sobre o bullying nas escolas.** Da Redação, Publicado em 11/05/2011 às 15h19 Disponível em: <<http://www.folhadoestado.com.br/noticia/10579/palestras-alertam-estudantes-sobre-o-bullying-nas-escolas>> Acesso em 17 de maio de 2011.

JORNAL FOLHA.com. **Leia a íntegra do pronunciamento de Dilma Rousseff.** 06/09/2011 - 20h47. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/971445-leia-a-integra-do-pronunciamento-de-dilma-rousseff.shtml>> Acesso em 19 de setembro de 2011.

JORNAL G1. **Alunos de Columbine, nos EUA, enviam recado a vítimas de Realengo.** Do Bom Dia Brasil, 12/04/2011 09h19. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/alunos-de-columbine-nos-eua-enviam-recado-vitimas-de-realengo.html>> Acesso em 20 de outubro de 2011.

_____. **Garotos suspeitos de usar drogas em escola são detidos em Belém.** Do G1, em São Paulo, 29/03/2011 20h13. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/03/garotos-suspeitos-de-usar-drogas-em-escola-sao-detidos-em-belem.html>> Acesso em 11 de maio 2011.

_____. **Jornal diz que ministério forjou parecer de obra da Copa em MT.** 24/11/2011 15h46. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2011/11/jornal-diz-que-ministerio-das-cidades-forjou-parecer-de-obra-da-copa-em-mt.html>> Acesso em 26 de novembro de 2011.

_____. **Ponte sobre o rio Cuiabá é a primeira obra de mobilidade para a Copa 2014.** Do G1, em Mato Grosso, 06 de maio de 2011 - 12h20. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2011/05/ponte-sobre-o-rio-cuiaba-e-primeira-obra-de-mobilidade-para-copa-2014.html>> Acesso em 13 de julho de 2011.

JORNAL GAZETA DIGITAL. **Obra de rodovia é investigada por técnicos do Dnit.** Da Redação, Publicado em 26/01/2011 às 03h00 Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/10/materia/263777>> Acesso em 12 de julho de 2011.

JORNAL GRANDE CUIABÁ NOTÍCIAS. **Livros didáticos que serão distribuídos às escolas públicas em 2012 custaram R\$ 1,1 bilhão** . Da Redação, 22 de agosto de 2011 – 09h45. Disponível em: <<http://grandecuiaba.com.br/geral/livros-didaticos-que-serao-distribuidos-as-escolas-publicas-em-2012-custaram-r-11-bilhao/>> Acesso em 28 de agosto de 2011.

_____. **Silval Barbosa participa de reunião com presidenta Dilma Rousseff** . Redação, 14 de julho de 2011 – 7h35. Disponível em: <<http://grandecuiaba.com.br/geral/silval-barbosa-participa-de-reuniao-com-presidenta-dilma-rousseff/>> Acesso em 16 de julho de 2011.

JORNAL O GLOBO. **Os momentos da tragédia na escola municipal no Rio.** Publicado em 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/info/massacre-realengo/>> Acesso em 08 de agosto de 2011.

_____. **STF declara constitucional o piso nacional para professores da rede pública.** Publicado em 06.04.2011 às 20h35. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/04/06/stf-declara-constitucional-piso-nacional-para-professores-da-rede-publica-924176993.asp>> Acesso em 21 de maio de 2011.

LIMA, L. **Mestrado em Educação da UNEMAT Divulga Edital para Seleção 2011.** Qualificação, Assessoria de Comunicação - UNEMAT, 16 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.unemat.br/noticias/wmview.php?ArtID=5596>> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

MARANHÃO, M. de A. **Violência nas escolas: o que fazer?** O Globo, 05 de setembro de 2008 - 15h38. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2008/09/05/violencia_nas_escolas_que_fazer_-548099041.asp> Acesso em 16 de agosto de 2011.

MARQUES, L. C. **Gás natural está em falta**. Gazeta Digital, 05 de abril de 2011 - 03h00minh. Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/2/_materia/270057> Acesso em 15 de julho de 2011.

MATEUS, C.; ANTUNES, M. **Profissões de risco**. Publicado em **14 de julho de 2006**. Expressoemprego Disponível em: <<http://clix.expressoemprego.pt/Actualidades.aspx?Art=1&Id=1604>> Acesso em 08 de agosto de 2011.

MATO GROSSO. **Constituição Estadual, 1989. Constituição do Estado de Mato Grosso**. Organizado por Zaluir Pedro Assad. Cuiabá, 2006. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/v2008/doc/CONSTITUICAOMT.pdf>> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

_____ **Lei Complementar Estadual nº 50, de 1º de outubro de 1998**. Disponível em: <http://www.sintep.org.br/site_novo/Legislacao/LegislacaoVisualizar.aspx?id=> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

MEC – Ministério de Educação. **Financiamento da Educação - Fundeb**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>> Acesso em 25 de novembro de 2011.

_____ – Ministério de Educação. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>> Acesso em 18 de setembro de 2011.

_____ – Ministério de Educação. **Volume 23: Série Avaliação nº 6: O que Fazem as Escolas que Dizem que Fazem Educação Ambiental?** SECAD – 2007. Disponível

em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13529%3Acolegao-educacao-para-todos&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=913> Acesso em 18 de janeiro de 2012.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA** 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao1.pdf>> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

MRE - Ministério Das Relações Exteriores - Itamaraty. **BRICS - Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul** - Disponível em:<<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>> Acesso em 07 de fevereiro de 2013.

NOTÍCIAS TERRA. **Piso nacional do magistério de 2012 é definido em R\$ 1.451.** Publicado em 27 de fevereiro de 2012 17h59. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI5636036-EI8266,00Piso+nacional+do+magisterio+de+e+definido+em+R.html>> Acesso em 08 de abril de 2011.

PORTAL BRASIL. **Educação. Ampliando as fronteiras do ensino.** 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/o-brasil-em-numeros-1/educacao/print>> Acesso em 05 de julho de 2012.

PORTAL DA COPA. **Assembléia do Mato Grosso vota pedido de empréstimo para implantação do VLT.** 30/09/2011 - 13h09min. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/noticia/assembleia-do-mato-grosso-aprova-pedido-de-emprestimo-para-implantacao-do-vlt>> Acesso em 26 de novembro de 2011.

PRADO, A; MAGRO, M. **Profissão de risco.** Isto É Independente. Publicado em 03 de Junho de 2009 – 10h: 00. Atualizado em 06 de Novembro de 2011 - 18:00. Nº Edição: 2064. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/19688_PROFISSAO+DE+RISCO?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage> Acesso em 06 de novembro de 2011.

REVAZZOLO, A. **Opinião: análise sobre o resultado do Ideb em avaliações e pesquisas na área de educação.** Clic RBS, 26 de agosto de 2011 – 17h34. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/oxdaeducacao/19,0,3463845,Opinioao-analise-sobre-o-resultado-do-Iddeb-em-avaliacoes-e-pesquisas-na-area-de-educacao.html>> Acesso em 27 de junho de 2012.

RITLA. **Convivência Escolar: debatendo resultados e pensando alternativas.** Brasília-DF, outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.educacaointegral.df.gov.br/sites/400/402/00000670.pdf>> Acesso em 21 de novembro de 2011.

RODRIGUES, C. **MP analisa documento.** Gazeta Digital, terça-feira, 10 de maio de 2011 - 04h00. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/274411>> Acesso em 16 de agosto de 2011.

_____ **Trânsito em Cuiabá faz 171 vítimas em 6 meses.** Gazeta Digital, segunda-feira, 11 de julho de 2011 - 03h00. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/283164>> Acesso em 23 de setembro de 2011.

_____ FERREIRA, R. **Sistema público de saúde de Cuiabá entra em colapso.** Gazeta Digital. Publicado em 11 de maio de 2011 - 03h30. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/274557>> Acesso em 17 de agosto de 2011.

SANTANA, S. S. de; BRAGA, M. C. B. **Produzindo Conhecimento no Estágio Supervisionado: a importância da Geografia para alunos do ensino fundamental de uma escola pública de Feira de Santana, BA.** Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.uefs.br/semic/cd/resumos/139.pdf>> Acesso em 09 de fevereiro 2011.

SECOM - MT. **MT GÁS Inaugura mais um Posto de Abastecimento do GNV.** MT GÁS, 21 de jan. de 2008 - 15h46min. Disponível em: <<http://www.mtgas.com.br/noticias/noticia.asp?cod=48>> Acesso em 15 de julho de 2011.

SENADO FEDERAL NOTÍCIAS. **Dilma sanciona lei do salário mínimo. Sanções/Vetos.** 28 de fev. de 2011 - 08h55min Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/dilma-sanciona-lei-do-salario-minimo.aspx>> Acesso em 19 de julho de 2011.

SILVA, D. C. F. **Responsabilidade Social e Ambiental: O Caso do Setor Madeireiro de Juína - MT.** AJES - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110804102202.pdf> Acesso em 05 de outubro de 2012.

SÓ NOTÍCIAS. **Sanecap foi vendida por R\$ 6,5 bilhões, afirma procurador.** Da Redação, 13 de Janeiro de 2012 - 16h53min. Disponível em: <<http://www.sonoticias.com.br/noticias/10/143315/sanecap-foi-vendida-por-r-65-bilhoes-afirma-procurador>> Acesso em 27 de agosto de 2012.

SOUZA, M. V. B. **A Tipologia de Solo do Município de Juína - MT.** AJES - Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110927211211.pdf> Acesso em 05 de outubro de 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Câmara divulga nota técnica que fundamenta Plano Nacional de Educação.** Publicado em 12 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/15700/camara-divulga-nota-tecnica-que-fundamenta-plano-nacional-de-educacao>> Acesso em 24 de maio de 2011.

TORRALBO, D.; MARCONDES, M. E. R. **A Abordagem do Tema Ambiental Água no Ensino Médio: Visão de Especialistas e de Professores de Química.**

Educação ambiental em ação, N^o. 34 - 08/12/2010. Disponível em: <<http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=939&class=21>> Acesso em 20 de janeiro de 2010.

UNESCO, **O Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam — Pesquisa Nacional UNESCO 2004**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001349/134925por.pdf>>. Acesso em 16 de setembro 2011.

_____ **Relatório de Monitoramento Global de EPT 2011**, 2011 – 23h46. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/gmr2011-summary-pt.pdf>>. Acesso em 16 de maio 2011.

UOL EDUCAÇÃO. **Haddad diz que ataque a escola no Rio é "tragédia sem precedentes"**. Da Redação, 07/04/2011 – 14h21. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2011/04/07/haddad-diz-que-ataque-a-escola-no-rio-e-tragedia-sem-precedentes.jhtm>> Acesso em 13 de maio 2011.

UOL NOTÍCIAS. **Salário mínimo deveria ser R\$ 2.212,66 para brasileiro arcar com despesas básicas**. Redação, 04/08/2011 - 14h37. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2011/08/04/salario-minimo-deveria-ser-r-221266-para-brasileiro-arcas-com-despesas-basicas.jhtm>> Acesso em 11 de agosto de 2011.

VEJA. **Massacre em escola carioca não tem precedentes no Brasil**. 07/04/2011 – 11h07. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/tema/massacre-em-realengo>> Acesso em 11 de maio 2001.

VICENTIN, S. **O Professor e a Ética Profissional**. SINPROPAR – Sindicatos dos Professores do Estado do Paraná, Espaço Professor, 20/06/2005. Disponível em: <<http://www.sinpropar.org.br/?action=read&eid=294&id=703&system=news>> Acesso em 03 de fev. 2011.

WIKIPEDIA A ENCICLÓPÉDIA LIVRE. **Transdisciplinaridade**. Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Transdisciplinaridade>> Acesso em 17 de março de 2012.

ANEXOS

ANEXO 1 - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Este Tratado, assim como a Educação, é um processo dinâmico e permanente construção. Deve, portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação.

Nós, signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidas com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Comprometemo-nos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas.

Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

Introdução:

Consideramos que a EA para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida.

Tal Educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade.

Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário.

Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta.

As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria.

Consideramos que são inerentes a crise, a erosão dos valores básicos e a alienação e a não-participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes.

Dentre essas alternativas está a necessidade de abolição dos Programas de Desenvolvimento Ajustes e Reformas Econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus terríveis efeitos sobre o Meio Ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.

Consideramos que a EA deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:

1. A Educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
2. A EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A EA é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A EA não é neutra, mas ideológica. É um ato político.
5. A EA deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A EA deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.

7. A EA deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados

ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira.

8. A EA deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.

9. A EA deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue.

10. A EA deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

11. A EA valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.

12. A EA deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.

13. A EA deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.

14. A EA requer a democratização dos Meios de Comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os Meios de Comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de Educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

15. A EA deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16. A EA deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Plano de Ação

As organizações que assinam este Tratado se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio-92 em documentos a serem utilizados na Rede Formal de Ensino e em Programas Educativos dos Movimentos Sociais e suas organizações.

2. Trabalhar a dimensão da EA para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante a Rio-92.

3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED; utilizar as conclusões em Ações Educativas.

4. Trabalhar os princípios deste Tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.

5. Incentivar a produção de conhecimentos, políticas, metodologias e práticas de EA em todos os espaços de Educação Formal, Informal e Não-formal, para todas as faixas etárias.

6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o Meio Ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.

8. Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.

9. Promover a co-responsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida.

10. Estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e consumidores e de Redes de Comercialização Ecologicamente Responsáveis.

11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de Ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir que os governos destinem parte significativa de seu orçamento à Educação e Meio Ambiente.

13. Promover relações de parceria e cooperação entre as ONGs e Movimentos Sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO, entre outras), em nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecer em conjunto as prioridades de ação para a Educação, Meio Ambiente e desenvolvimento.

14. Promover a criação e o fortalecimento de Redes Nacionais, Regionais e Mundiais para realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados).

15. Garantir que os Meios de Comunicação se transformem em instrumentos educacionais para preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de Programas gerados por comunidades locais.

16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para a transformação de nossas próprias práticas.

17. Buscar alternativas de produção autogestionária apropriadas econômicas e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.

18. Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural, dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.

19. Mobilizar instituições formais e não-formais de Educação Superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em EA e a criação em cada Universidade, de Centros Interdisciplinares para o Meio Ambiente.

20. Fortalecer as organizações dos Movimentos Sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

21. Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.

22. Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

Sistemas de Coordenação, Monitoramento e Avaliação

Todos os que assinam este Tratado concordam em:

1. Difundir e promover em todos os países o Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, através de campanhas individuais e coletivas promovidas por ONGs, Movimentos Sociais e outros.

2. Estimular e criar organizações, grupos de ONGs e Movimentos Sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.

3. Produzir materiais de divulgação deste Tratado e de seus desdobramentos em Ações Educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, Programas na Mídia, feiras de criatividade popular, correio eletrônico e outros.

4. Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.

5. Estimular, criar e desenvolver Redes de Educadores Ambientais.

6. Garantir a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de EA para Sociedades Sustentáveis.

7. Coordenar ações de apoio aos Movimentos Sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efetiva solidariedade internacional.

8. Estimular articulações de ONGs e Movimentos Sociais para rever suas estratégias e seus Programas relativos ao Meio Ambiente e Educação.

Grupos a serem envolvidos

Este Tratado é dirigido para:

1. Organizações dos Movimentos Sociais – ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, Associações de Bairro e outros.

2. ONGs comprometidas com os Movimentos Sociais de caráter popular.

3. Profissionais de Educação interessados em implantar e implementar Programas voltados à questão ambiental tanto nas Redes Formais de Ensino como em outros espaços educacionais.

4. Responsáveis pelos Meios de Comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova Política de Comunicação de Massas.

5. Cientistas e Instituições Científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as Organizações dos Movimentos Sociais.

6. Grupos Religiosos interessados em atuar junto às Organizações dos Movimentos Sociais.

7. Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.

8. Empresários comprometidos em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do Meio Ambiente e de melhoria da qualidade de vida humana.

9. Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

Recursos

Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem a:

1. Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de Programas Educativos relacionados com a melhora do ambiente de vida.

2. Reivindicar dos Governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de Programas de EA em todos os setores da Administração Pública, com a participação direta de ONGs e Movimentos Sociais.

3. Propor Políticas Econômicas que estimulem empresas a desenvolverem e aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem Programas de EA para o treinamento de pessoal e para a comunidade em geral.

4. Incentivar as Agências Financiadoras a alocarem recursos significativos a Projetos dedicados à EA; além de garantir sua presença em outros Projetos a serem aprovados, sempre que possível.

5. Contribuir para a formação de um Sistema Bancário Planetário das ONGs e Movimentos Sociais, cooperativo e descentralizado, que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para Programas de Educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.

ANEXO 2 - Lei de Educação Ambiental n° 9.795, de 27 de abril de 1999

Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de EA e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por EA os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A EA é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do Processo Educativo, em caráter Formal e Não-formal.

Art. 3º Como parte do Processo Educativo mais amplo, todos têm direito à EA, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos Arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a EA em todos os níveis de Ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do Meio Ambiente;

II - às Instituições Educativas, promover a EA de maneira integrada aos Programas Educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do SISNAMA, promover ações de EA integradas aos Programas de Conservação, Recuperação e Melhoria do Meio Ambiente;

IV - aos Meios de Comunicação de Massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre Meio Ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às Empresas, Entidades de Classe, Instituições Públicas e Privadas, promover Programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à

melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no Meio Ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da EA:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do Meio Ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da Inter, Multi e Transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a Educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do Processo Educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do Processo Educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da EA:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do Meio Ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do Meio Ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II – DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I – Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de EA.

Art. 7º A Política Nacional de EA envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos Sistemas de Ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e ONGs com atuação em EA.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de EA devem ser desenvolvidas na Educação em geral e na Educação Escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de EA serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos Educadores de todos os níveis e modalidades de Ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na Formação, Especialização e Atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de Meio Ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de Ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma Rede de Banco de Dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II – Da EA no Ensino Formal

Art 9º Entende-se por EA na Educação Escolar a desenvolvida no âmbito dos Currículos das Instituições de Ensino Públicas e Privadas, englobando:

I - Educação Básica:

a) Educação Infantil;

- b) Ensino Fundamental e
- c) Ensino Médio;
- II - Educação superior;
- III - Educação Especial;
- IV - Educação Profissional;
- V - Educação de Jovens e Adultos.

Art. 10 A EA será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do Ensino Formal.

§ 1º A EA não deve ser implantada como disciplina específica no Currículo de Ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da EA, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11 A dimensão ambiental deve constar dos Currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de EA.

Art. 12 A autorização e supervisão do funcionamento de Instituições de Ensino e de seus cursos, nas Redes Pública e Privada, observarão o cumprimento do disposto nos Arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III – Da EA Não-Formal

Art. 13 Entendem-se por EA Não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do Meio Ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis Federal, Estadual e Municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos Meios de Comunicação de Massa, em espaços nobres, de Programas e Campanhas Educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao Meio Ambiente;

II - a ampla participação da Escola, da Universidade e de ONGs na formulação e execução de Programas e atividades vinculados à EA Não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de Programas de

EA em parceria com a Escola, a Universidade e as ONGs;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III – DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14 A coordenação da Política Nacional de EA ficará a cargo de um Órgão Gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15 São atribuições do Órgão Gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de Planos, Programas e Projetos na área de EA, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a Planos, Programas e Projetos na área de EA.

Art. 16 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição definirão diretrizes, normas e critérios para a EA, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de EA.

Art. 17 A eleição de Planos e Programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de EA, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de EA;

II - prioridade dos órgãos integrantes do SISNAMA e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o caput deste Artigo, devem ser contemplados, de forma equitativa, os Planos, Programas e Projetos das diferentes Regiões do País.

Art. 18 (VETADO)

Art. 19 Os Programas de assistência técnica e financeira relativos a Meio Ambiente e Educação, em níveis Federal, Estadual e Municipal, devem alocar recursos às ações de EA.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999, 178^º da Independência e 111^º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Presidente da República

Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação

José Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente

ANEXO 3 - Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002

Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, DECRETA:

Art. 1º A Política Nacional de EA será executada pelos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo Entidades Não-governamentais, Entidades de Classe, Meios de Comunicação e demais segmentos da sociedade.

Art. 2º Fica criado o Órgão Gestor, nos termos do Art. 14 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, responsável pela coordenação da Política Nacional de EA, que será dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação.

§ 1º Aos dirigentes caberá indicar seus respectivos representantes responsáveis pelas questões de EA em cada Ministério.

§ 2º As Secretarias-Executivas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação proverão o suporte técnico e administrativo necessários ao desempenho das atribuições do Órgão Gestor.

§ 3º Cabe aos dirigentes a decisão, direção e coordenação das atividades do Órgão Gestor, consultando, quando necessário, o Comitê Assessor, na forma do Art. 4º deste Decreto.

Art. 3º Compete ao Órgão Gestor:

I - avaliar e intermediar, se for o caso, Programas e Projetos da área de EA, inclusive supervisionando a recepção e emprego dos recursos públicos e privados aplicados em atividades dessa área;

II - observar as deliberações do CONAMA e do CNE;

III - apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Nacional de EA em todos os níveis, delegando competências quando necessário;

IV – sistematizar e divulgar as Diretrizes Nacionais definidas, garantindo o processo participativo;

V – estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais;

VI - promover o levantamento de Programas e Projetos desenvolvidos na área de EA e o intercâmbio de informações;

VII - indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de Programas e Projetos de EA;

VIII - estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o acompanhamento e a avaliação de Projetos de EA;

IX – levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis no País e no exterior para a realização de Programas e Projetos de EA;

X – definir critérios considerando, inclusive, indicadores de sustentabilidade, para o apoio institucional e alocação de recursos a Projetos da Área Não-formal;

XI - assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em EA: a) a orientação e consolidação de Projetos; b) o incentivo e multiplicação dos Projetos bem-sucedidos; e c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de EA.

Art. 4º Fica criado Comitê Assessor com o objetivo de assessorar o Órgão Gestor, integrado por um representante dos seguintes Órgãos, Entidades ou Setores:

I - Setor educacional-ambiental, indicado pelas Comissões Estaduais Interinstitucionais de EA;

II - Setor produtivo patronal, indicado pelas Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura, garantida a alternância;

III - Setor produtivo laboral, indicado pelas Centrais Sindicais, garantida a alternância;

IV - ONGs que desenvolvam ações em EA, indicado pela ABONG;

V - Conselho Federal da OAB;

VI - Municípios, indicado pela ANAMMA;

VII - SBPC;

VIII - CONAMA, indicado pela Câmara Técnica de EA, excluindo-se os já representados neste Comitê;

IX - CNE;

X - UNDIME;

XI - IBAMA;

XII - ABI;

XIII - ABEMA.

§ 1º A participação dos representantes no Comitê Assessor não enseja qualquer tipo de remuneração, sendo considerada serviço de relevante interesse público.

§ 2º O Órgão Gestor poderá solicitar assessoria de órgãos, instituições e pessoas de notório saber, na área de sua competência, em assuntos que necessitem de conhecimento específico.

Art. 5º Na inclusão da EA em todos os níveis e modalidades de ensino recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:

I - a integração da EA às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente;

II - a adequação dos Programas já vigentes de Formação Continuada de educadores.

Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, Programas de EA integrados:

I - a todos os níveis e modalidades de Ensino;

II - às atividades de conservação da Biodiversidade, de Zoneamento Ambiental, de Licenciamento e Revisão de Atividades Efetivas ou Potencialmente Poluidoras, de Gerenciamento de Resíduos, de Gerenciamento Costeiro, de Gestão de Recursos Hídricos, de Ordenamento de Recursos Pesqueiros, de Manejo Sustentável de Recursos Ambientais, de Ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental;

III - às Políticas Públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde;

IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, Instituições Públicas e Privadas;

V - a Projetos financiados com recursos públicos; e

VI - ao cumprimento da Agenda 21.

§ 1º Cabe ao Poder Público estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em Projetos de EA.

§ 2º O Órgão Gestor estimulará os Fundos de Meio Ambiente e de Educação, nos níveis Federal, Estadual e Municipal a alocarem recursos para o desenvolvimento de Projetos de EA.

Art. 7º O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação e seus Órgãos vinculados, na elaboração dos seus respectivos Orçamentos deverão consignar recursos para a realização das atividades e para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de EA.

Art. 8º A definição de diretrizes para implementação da Política Nacional de EA em âmbito nacional, conforme a atribuição do Órgão Gestor definida na Lei, deverá ocorrer no prazo de oito meses após a publicação deste Decreto, ouvidos o CONAMA e o CNE.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Presidente da República

Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação

José Carlos Carvalho, Ministro do Meio Ambiente